

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DANIEL ROBERTO VEGA TORRES

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO TRABALHO ARTESANAL NO  
DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DO CAPITAL: ESTUDO SOCIAL NOS  
PAÍSES DE BRASIL E FRANÇA.

PONTA GROSSA  
2018

DANIEL ROBERTO VEGA TORRES

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO TRABALHO ARTESANAL NO  
DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DO CAPITAL: ESTUDO SOCIAL NOS  
PAÍSES DE BRASIL E FRANÇA.

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do  
título de Doutor no Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual  
de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves  
Cunha.

PONTA GROSSA  
2018

**Ficha Catalográfica**  
**Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG**

T693      Torres, Daniel Roberto Vega  
            Institucionalização do trabalho  
            artesanal no desenvolvimento desigual do  
            capital: estudo social nos países de  
            Brasil e França/ Daniel Roberto Vega  
            Torres. Ponta Grossa, 2018.  
            426f.

            Tese (Doutorado em Ciências Sociais  
            Aplicadas - Área de Concentração:  
            Cidadania e Políticas Públicas),  
            Universidade Estadual de Ponta Grossa.  
            Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre  
            Gonçalves Cunha.

            1.Trabalho artesanal. 2.Artesanato.  
            3.Desenvolvimento desigual.  
            4.Institucionalização. 5.Brasil. I.Cunha,  
            Luiz Alexandre Gonçalves. II.  
            Universidade Estadual de Ponta Grossa.  
            Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas.  
            III. T.

CDD: 330.146

## TERMO DE APROVAÇÃO

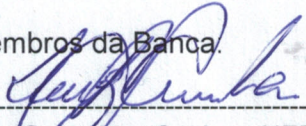
*Daniel Roberto Vega Torres*

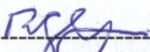
INSTITUCIONALIZAÇÃO DO TRABALHO ARTESANAL NO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DO  
CAPITAL: ESTUDO SOCIAL NOS PAÍSES DE BRASIL E FRANÇA

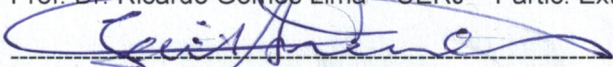
**Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:**

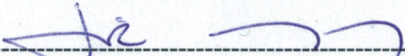
Ponta Grossa, 02 de maio de 2018.

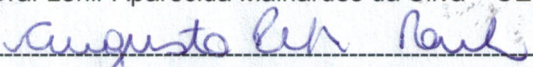
Assinatura pelos Membros da Banca.

  
Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha – UEPG – Presidente

  
Prof. Dr. Ricardo Gomes Lima – UERJ – Partic. Externo

  
Prof. Dr. Jair Antunes – UNICENTRO - Partic. Externo

  
Prof.ª Dra. Lenir Aparecida Mainardes da Silva – UEPG – Partic. Interno

  
Prof.ª Dra. Augusta Pelinski Raiher – UEPG - Partic. Interno

Prof.ª Dra. Maria Aparecida da Cruz Bredi – UFPR – Suplente Externo

Prof. Dr. Alfredo Cesar Antunes - UEPG – Suplente Interno

*À Erika e Isabella, que são meu apoio, fortaleza  
e alegria em todo momento.*

*À meus pais e irmãs que me apoiaram  
ao longo de minha vida.*

## AGRADECIMENTOS

*Espírito coletivo — Um bom escritor não tem apenas o seu próprio espírito, mas também o espírito de seus amigos.*  
F. NIETZSCHE.

Especial agradecimento ao professor Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, que foi importante apoio acadêmico e pessoal para poder definir e finalizar o trabalho de tese e que me permitiu compartilhar atividades relevantes para minha formação como estudante, pesquisador e como pessoa. Sua paciência e compreensão junto a sua sabedoria fizeram de minha formação uma experiência e aprendizagem frutífera.

Aos professores jurados da banca, professora Lenir Aparecida Mainardes da Silva, professora Augusta Pelinski Raiher, aos professores Ricardo Gomes Lima, Paulo Fernandes Keller e Jair Antunes, que com seus aportes, críticas e ensinamentos permitiram direcionar o trabalho de pesquisa, aprendendo com cada sugestão a pensar dentro da interdisciplinaridade.

Agradecimentos à coordenação e professores do programa de pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas, a formação em cada área e disciplina permitiu-me dar cada passo a uma melhor compreensão da realidade social, levando a questionar de forma mais pertinente as situações cotidianas nas que estamos envolvidos, o que também me permitiu compreender que mais que um programa acadêmico é um espaço de aprendizagem para à vida.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, ao convenio entre a Organização de Estados Americanos – OEA e o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras-GCUB, pelo financiamento da bolsa de estudos que me permitiu realizar o doutorado no Brasil. Igualmente ao apoio acadêmico da Fundación Universitaria Juan de Castellanos, na Colômbia.

## RESUMO

O objetivo geral da pesquisa é analisar a reprodução do trabalho artesanal no processo de acumulação desigual do capital e suas formas de institucionalização política diante estudo social dos países de Brasil e França. Realiza-se a problematização do trabalho artesanal desde o debate sobre a necessidade que tem o capital de reproduzir atividades artesanais na medida em que se desloca temporal e espacialmente. No desenvolvimento desigual, o trabalho artesanal apresenta formas de organização e institucionalização diferenciada entre países e regiões, o que dificulta uma compreensão sobre o seu significado atual e sua importância na economia dos países. Nesse sentido, a importância de um estudo comparativo radica em sua melhor compreensão do desenvolvimento da relação entre o trabalho artesanal e o sistema econômico e político particular, visando encontrar o estado de diferenciação e igualização que o movimento de reestruturação capitalista apresenta e as possibilidades de ação para a classe trabalhadora. Como método se utiliza o materialismo histórico na base dialética da teoria do valor, e como mecanismo metodológico a teoria de estudos comparados de forma intra-regional e inter-regional. Conforme ao desenvolvimento do trabalho no estudo dos dois países é possível definir, na forma de tese, o seguinte: O desenvolvimento desigual do processo de industrialização comprometeu a diferenciação da divisão e classificação do trabalho artesanal de cada país de estudo, especialmente pelo fortalecimento da classe média na França que permitiu a configuração do setor artesanal com maior integração vertical das atividades técnicas ao mercado nacional, e no Brasil com o desenvolvimento de práticas culturais para uma classificação do artesanato e da identidade de artesão num movimento de integração horizontal ao capital. O processo de desenvolvimento geográfico desigual permitiu demonstrar que existe uma tendência para a diferenciação e igualização do trabalho artesanal. Diferenciação nos diversos níveis de relação entre a divisão do trabalho e o capital, e igualização das condições de produção globalizada do trabalho artesanal pela via artística ou cultural. Por último, a maior parte das ações coletivas dos trabalhadores artesanais é de caráter local, onde as lutas reivindicativas são fundamentais na proteção dos direitos privados de produção, mas não como projeto político mais abrangente.

**Palavras chave:** Trabalho artesanal. Artesanato. Desenvolvimento desigual. Institucionalização. Brasil, França.

## RESUMÉ

L'objectif général de cette recherche est d'analyser la reproduction du travail artisanal dans le processus d'accumulation inégale du capital et ses formes d'institutionnalisation politique, par le biais d'une étude sociale faite au Brésil et en France. Le travail artisanal est problématisé dans le débat sur la nécessité, que le capital a, de reproduire des activités artisanales dans la mesure où celui-ci se déplace temporelle et spatialement. Dans le développement inégal du capital, le travail artisanal présente des formes d'organisation et d'institutionnalisation différenciées entre pays et régions, ce qui rend difficile la compréhension de son sens actuel et de son importance économique dans chacun des pays. À cet égard, l'importance d'une étude comparative réside dans mieux comprendre la relation entre le travail artisanal et un système économique et politique spécifique, en essayant de trouver l'état de différenciation et d'égénéralisation exercé par le mouvement de restructuration capitaliste et les possibilités d'action de la classe ouvrière. La méthode utilisée est le matérialisme historique basé sur la dialectique de la théorie de la valeur, et la méthodologie utilisée est la théorie d'études comparatives au niveau intra régional et interrégional. Ainsi, avec le développement de la recherche dans ces deux pays, il est possible de définir, comme thèse, que: Le développement inégal du processus d'industrialisation a impliqué la différenciation de la division et de la classification du travail artisanal de chaque pays d'étude, en particulier pour le renforcement de la classe moyenne en France, ce qui a permis la configuration du secteur artisanal permettant une intégration verticale plus poussée des activités techniques au marché national; au Brésil, avec le développement de pratiques culturelles pour une classification de l'artisanat et de l'identité de l'artisan dans un mouvement d'intégration horizontale au capital. Le processus de développement géographique inégal permet de démontrer qu'il existe une tendance pour la différenciation et l'égénéralisation du travail artisanal. De la différenciation, dans les divers niveaux de relation entre la division du travail et le capital, et de l'égénéralisation, dans les conditions de la production mondialisée du travail artisanal par la voie artistique ou culturelle. Enfin, la plupart des actions collectives des artisans ont un caractère purement local, où les luttes revendicatives sont essentielles dans la protection des droits privés de production, mais qui, en général, ne constituent pas un projet politique global.

**Mots clés :** travail artisanal, artisanat, développement inégal, institutionnalisation, Brésil, France.



## **ABSTRACT**

The aim of the research is to analyze the reproduction of craft work in the process of uneven accumulation of capital and its forms of political institutionalization in the social study of the countries of Brazil and France. The problematization of the craft work is carried out since the debate about the necessity that the capital has to reproduce artisan activities to the extent to which it moves temporally and spatially. In the uneven development, the craft work presents different forms of organization and institutionalization between countries and regions, which hinders an understanding of its current meaning and its importance in the economy of the countries. In this sense, the importance of a comparative study lies in its better understanding of the development of the relationship between craft work and the particular economic and political system, in order to find the trajectory of differentiation and equalization that capitalist restructuring movement presents and the possibilities of action for the working class. Historical materialism method is used with the dialectical basis of value theory, and as a methodological mechanism, the theory of comparative studies in an intra-regional and interregional form. According to the development of the research of the two countries it is possible to define, as a thesis, the following: The uneven development of the industrialization process compromised the differentiation of the division and classification of craft work in each country of study, especially by the strengthening of the middle class in France, which allowed the configuration of the artisanal sector with more vertical integration of technical activities into the national market, and in Brazil with the development of cultural practices for a classification of craftsmanship and artisan identity in a movement of horizontal integration to capital. The uneven geographical development processes allowed demonstrate that there is a tendency for differentiation and equalization of craftsmanship. Differentiation in the diverse levels of the relation between the division of labor and capital; and equalization of globalized production of craft work by the artistic or cultural way. Finally, most of the collective actions of artisanal workers are local, where advocacy struggles are fundamental in protecting private production rights, but not as a broader political project.

**Keywords:** Craft work. Crafts. Uneven development. Institutionalization. Brazil. France.

## RESUMEN

El objetivo general de la investigación es analizar la reproducción del trabajo artesanal en el proceso de acumulación desigual del capital y sus formas de institucionalización política mediante un estudio social en los países de Brasil y Francia. Se problematiza el trabajo artesanal desde el debate sobre la necesidad que tiene el capital de reproducir actividades artesanales en la medida que se traslada temporal y espacialmente. En el desarrollo desigual del capital, el trabajo artesanal presenta formas de organización e institucionalización diferenciada entre países y regiones, lo que dificulta una comprensión sobre su significado actual y su importancia económica en cada país. En ese sentido, la importancia de un estudio comparado radica en la mejor comprensión de la relación entre el trabajo artesanal y el sistema económico y político particular, intentando encontrar el estado de diferenciación e igualación que el movimiento de reestructuración capitalista ejerce y las posibilidades de acción para la clase trabajadora. El método utilizado es el materialismo histórico con base en la dialéctica de la teoría del valor, y como metodología la teoría de estudios comparados de forma intra-regional e interregional. Así, desde el desarrollo de la investigación en los dos países es posible definir, a manera de tesis, lo siguiente: El desarrollo desigual del proceso de industrialización comprometió la diferenciación de la división y clasificación del trabajo artesanal de cada país de estudio, especialmente por el fortalecimiento de la clase media en Francia, lo que permitió la configuración del sector artesanal con mayor integración vertical de las actividades técnicas al mercado nacional, y en Brasil con el desarrollo de prácticas culturales para una clasificación de la artesanía y la identidad de artesano en un movimiento de integración horizontal al capital. El proceso de desarrollo geográfico desigual permite demostrar que existe una tendencia para la diferenciación e igualación del trabajo artesanal. Diferenciación en los diversos niveles de relación entre la división del trabajo y el capital, e igualación de las condiciones de producción globalizada del trabajo artesanal por la vía artística o cultural. Por último, la mayor parte de las acciones colectivas de los trabajadores artesanales son de carácter local, donde las luchas reivindicativas son fundamentales en la protección de los derechos privados de producción, pero que en general no constituyen un proyecto político amplio.

**Palabras clave:** Trabajo artesanal. Artesanía. Desarrollo desigual. Institucionalización. Brasil. Francia.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                                                                                                                                   |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 2.1. Resumo das leis que constituem o Código do Artesanato, França, 1952.....                                                                                                                                              | 104 |
| Figura 2.2. Número total de artesãos em França de 1948 a 1967.....                                                                                                                                                                | 107 |
| Figura 2.3. Estrutura da população ocupada rural e urbana, Brasil, 1990 – 2014.....                                                                                                                                               | 169 |
| Figura 2.4. Trajetórias da criação de empresas artesanais e das empresas não artesanais na França, anos 2003 a 2014 (números em milhares).....                                                                                    | 180 |
| Figura 2.5. Proporção de número de empresas artesanais no total de cada atividade económica na França, ano 2013 (dados de atividades acima do total).....                                                                         | 181 |
| Figura 3.1. Dispersão dos dados entre os indicadores de igualdade: Prevalência e Dissemelhança, Brasil.....                                                                                                                       | 224 |
| Figura 3.2. Matriz de dispersão de Porcentagem de pobres e Porcentagem de extremamente pobres nas UF, de Porcentagem de pobres e Porcentagem de extremamente pobres nas UF por Municípios com centro de artesanato no Brasil..... | 232 |
| Figura 3.3. Matriz de dispersão entre variáveis de trabalho artesanal e Índice GINI, Brasil...                                                                                                                                    | 233 |
| Figura 3.4. Matriz de dispersão entre valores do grupo ocupacional, artesãos em relação a indicadores sociais e econômicos.....                                                                                                   | 234 |
| Figura 3.5. Matriz de dispersão das variáveis de vulnerabilidade por artesãos e artesanato no Brasil.....                                                                                                                         | 243 |
| Figura 3.6. Dispersão dos dados entre os indicadores de igualdade: Prevalência e Dissemelhança, França.....                                                                                                                       | 257 |
| Figura 3.7. Matriz de dispersão empresas artesanais por emprego total, renda, e desemprego na França.....                                                                                                                         | 263 |
| Figura 3.8. Variação da relação entre desemprego e número de empresas artesanais, França ano 2009- 2014.....                                                                                                                      | 265 |
| Figura 3.9. Indicações Geográficas no Brasil, anos 2002 até 2017.....                                                                                                                                                             | 284 |
| Figura 4.1. Fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por faixas de ano de fundação, cultura - arte e total, Brasil, 2010.....                                                                                        | 312 |
| Figura 4. 2. Fragmentos da 1ª cartilha do trabalhador artesão, 1988.....                                                                                                                                                          | 321 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                                                                                    |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 2.1. Estrutura da população ocupada por sector da atividade económica, 1940 – 1970.....                                                                                    | 120 |
| Gráfico 2.2. População ocupada por posição social da ocupação 1974.....                                                                                                            | 121 |
| Gráfico 2.3. Estrutura da população ocupada por sector da atividade económica, Brasil, 1990 – 2014.....                                                                            | 158 |
| Gráfico 2.4. Posição social e quantidade de trabalhadores por grande grupo de ocupação, Brasil, 2010.....                                                                          | 162 |
| Gráfico 2.5. Comparação de série longa e série de pesquisa de emprego. Emprego pelo grupo sócio profissional.....                                                                  | 172 |
| Gráfico 2.6. Posição social e quantidade de trabalhadores por atividade econômica na França, 2013.....                                                                             | 177 |
| Gráfico 2.7. Quantidade total de assalariados por quantidade total de trabalhadores nos grupos ocupacionais da classificação da OIT (2008), para o ano 2013.....                   | 185 |
| Gráfico 2.8. Tipos de mercado pelas características da produção do artesanato.....                                                                                                 | 194 |
| Gráfico 2.9. Representações de Artesanato de cerâmica no Brasil e na França, pelo tipo de mercado. ....                                                                            | 199 |
| Gráfico 2.10. Pirâmide de municípios total e municípios que apresentam trabalho artesanal no Brasil, 2014.....                                                                     | 210 |
| Gráfico 2.11. Pirâmide de comunidades total e comunidades que apresentam trabalho artesanal integrantes do grupo de Ateliers d’art de France, 2014.....                            | 210 |
| Gráfico 3.1. Diagrama de dispersão espacial por Análise de Componentes Principais (ACP) da distribuição de artesãos e artesanato no Brasil, 2010.....                              | 216 |
| Gráfico 3.2. Diagrama de dispersão espacial por ACP, da distribuição de artesãos, IDH, índice de GINI, Empresas por UF, Participação no PIB, no Brasil.....                        | 235 |
| Gráfico 3.3. Diagrama de dispersão espacial por ACP, da distribuição de artesãos, artesanato e variáveis de vulnerabilidade no Brasil.....                                         | 244 |
| Gráfico 3.4. Diagrama de dispersão espacial por Análise de Componentes Principais (ACP) da distribuição de empresas artesanais por região, França 2014.....                        | 250 |
| Gráfico 3.5. Diagrama de dispersão espacial por Análise de Componentes Principais (ACP) da distribuição de empresas artesanais por setor e densidade populacional França 2014..... | 252 |
| Gráfico 4.1. Processo de unificação das organizações e profissões artesanais, França 1938-1988.....                                                                                | 346 |

## LISTA DE MAPAS

|                                                                                                                                        |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Mapa 2. 1. Empresas artesanais por regiões na França, no ano 1981.....                                                                 | 114 |
| Mapa 3. 1. Municípios com presença de artesanato no Brasil, ano 2014.....                                                              | 214 |
| Mapa 3. 2. Distribuição dos artesãos no Brasil por UF, Censo 2010.....                                                                 | 215 |
| Mapa 3. 3. Distribuição do índice de prevalência no Brasil, 2010.....                                                                  | 221 |
| Mapa 3. 4. Número de empresas de transformação no Ceará, ano 2012.....                                                                 | 223 |
| Mapa 3. 5. Distribuição de empresas artesanais na França 2012.....                                                                     | 248 |
| Mapa 3. 6. Distribuição de empresas artesanais na França 2016.....                                                                     | 248 |
| Mapa 3. 7. Departamento de Guiana Francesa - Estado de Amapá (Brasil).....                                                             | 270 |
| Mapa 3. 8. Indicações Geográficas de vinhos na França, ano 2013.....                                                                   | 286 |
| Mapa 4. 1. Projeto Rede ArteSol no Brasil, 2016.....                                                                                   | 330 |
| Mapa 4. 2. Categoria social dos sócios artesãos e sócias artesãs nos Empreendimentos de<br>Economia Solidaria no Brasil, ano 2013..... | 338 |
| Mapa 4. 3. Distribuição das associações do sindicato <i>Ateliers d'art de France</i> , 2015.....                                       | 353 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                                                    |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 2. 1. Modelo político das confederações artesanais na França, primeira metade do século XX.....                             | 102 |
| Quadro 2. 2 Classificação por atividade dos ofícios artesanais na França e porcentagem no total, ano 1981.....                     | 135 |
| Quadro 2. 3. Ocupações e número de trabalhadores artesanais no Brasil, ano de 1970.....                                            | 138 |
| Quadro 2. 4. Definição das características de artesanato, Industrianato e Indústria no Brasil...                                   | 143 |
| Quadro 2. 5. Definições de Artesão e Artesanato pelo Programa de Artesanato Brasileiro.....                                        | 149 |
| Quadro 3. 1. Correlação de variáveis transformadas para dados de trabalho de artesanato e dados de posição na ocupação por UF..... | 238 |
| Quadro 4. 1. Polos de intervenção PROMOART, ano 2010.....                                                                          | 332 |
| Quadro 4. 2. Federações e sindicatos ativos e associados à UNMA, França, 2016.....                                                 | 352 |
| Quadro 4. 3. Tipos de lutas sociais pelo nível organizacional, institucional e de historicidade.....                               | 366 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                                                                                                                                                                                           |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 2.1. Tendências nos empregadores, cuidadores e funcionários entre os dois censos, França, 1954 e 1962. (Números em milhares).....                                                                                                                                                  | 108 |
| Tabela 2.2. A formação dos artesãos na França, 1979 (dados em porcentagem).....                                                                                                                                                                                                           | 110 |
| Tabela 2.3. Trabalhadores não assalariados por categoria profissional nos anos 1968 e 1975.....                                                                                                                                                                                           | 112 |
| Tabela 2.4. Número de empresas artesanais por região e atividade artesanal na França no ano 1981.....                                                                                                                                                                                     | 113 |
| Tabela 2.5. Numero de estabelecimentos por grupos de indústrias a que pertencem, Brasil, 1920.....                                                                                                                                                                                        | 118 |
| Tabela 2.6. Salários de Contribuição dos Trabalhadores Autônomos, Brasil, 1973.....                                                                                                                                                                                                       | 128 |
| Tabela 2.7. Classificação de ocupações dos Trabalhadores do Artesanato no Brasil.....                                                                                                                                                                                                     | 151 |
| Tabela 2.8. Classificação de ocupações dos Trabalhadores Artesanais no Brasil.....                                                                                                                                                                                                        | 152 |
| Tabela 2.9. Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de ocupação (antiga classificação) no trabalho principal, Brasil – 2010.....                                                                                                                | 159 |
| Tabela 2.10. Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios, por nível de instrução e por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, Brasil - 2010.....                                            | 160 |
| Tabela 2.11. Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios, por situação do domicílio, segundo os grandes grupos, os subgrupos principais, os subgrupos e os grupos de base de ocupação no trabalho principal - Brasil – 2010..... | 165 |
| Tabela 2.12. Setor de atividade econômica por média, desvio padrão e diferença, França, anos 2009 a 2014.....                                                                                                                                                                             | 175 |
| Tabela 2.13. Empresas artesanais na França por média, desvio padrão e diferença nos anos 2009 a 2014.....                                                                                                                                                                                 | 179 |
| Tabela 2.14. Empresas artesanais por número de assalariados na França, 2007 - 2014.....                                                                                                                                                                                                   | 182 |
| Tabela 2.15. Atividades de artesanato no Brasil, em porcentagem, ano 2009.....                                                                                                                                                                                                            | 195 |
| Tabela 2.16. Atividades de artesanato na França, em porcentagem, ano 2014.....                                                                                                                                                                                                            | 196 |

|                                                                                                                                                    |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 2.17. Perfil dos artesãos de ofícios de arte na França 2008 – 2014.....                                                                     | 202 |
| Tabela 2.18. Número de artesãos por sexo e localização no Brasil, ano 2010.....                                                                    | 203 |
| Tabela 2.19. Perfil dos artesãos e artesãs no Brasil, ano 2013.....                                                                                | 205 |
| Tabela 3.1. Índices de igualdade para os dados de artesãos no Brasil, ano 2010.....                                                                | 219 |
| Tabela 3.2. Medidas de dispersão e tendência central dos índices de igualdade de artesãos...                                                       | 220 |
| Tabela 3.3. Dados de correlação entre variáveis de trabalho artesanal e indicadores<br>socioeconômicos por UF, 2010.....                           | 228 |
| Tabela 3.4. Porcentagem das empresas artesanais por setor e região, ano 2012.....                                                                  | 249 |
| Tabela 3.5. Índices de igualdade para os dados de empresas artesanais na França, ano<br>2014.....                                                  | 255 |
| Tabela 3.6. Dados de correlação entre variáveis de setor artesanal e indicadores<br>socioeconômicos por região administrativa na França, 2014..... | 260 |
| Tabela 3.7. Porcentagem de Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção,<br>das artes mecânicas e outros ofícios.....            | 272 |
| Tabela 3.8. Número e porcentagem de empresas artesanais na Guiana Francesa 2012.....                                                               | 272 |
| Tabela 3.9. Posição dos trabalhadores nas ocupações, por grupo étnico ou cor, ano 2014.....                                                        | 275 |
| Tabela 3.10. Representações e diversidade étnica (IHH) por país de estudo.....                                                                     | 279 |
| Tabela 3.11. Indicações geográficas dos produtos de artesanato no Brasil, ano 2009 - 2016..                                                        | 288 |
| Tabela 3.12. Indicações geográficas de artesanato na França, 2015 – 2017.....                                                                      | 289 |
| Tabela 4. 1. Porcentagem de atividades artesanais na CNAMS (Serviços e Fabricação),<br>2012.....                                                   | 348 |
| Tabela 4. 2. As cooperativas artesanais por setor de atividade na França, ano 2006.....                                                            | 355 |



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|           |                                                                                          |
|-----------|------------------------------------------------------------------------------------------|
| ACP       | Análise de Componentes Principais                                                        |
| ADS       | Agência de Desenvolvimento Solidário                                                     |
| AOC       | Appellation d'origine contrôlée                                                          |
| AOP       | Appellation d'origine protégée                                                           |
| ARTESOL   | Artesanato Solidário                                                                     |
| CAPEB     | Confédération des artisans des petites entreprises du bâtiment                           |
| CBO       | Classificação Brasileira de Ocupações                                                    |
| CEA       | Central de Artesanato de Ceará                                                           |
| CEPAL     | Comisión Económica para América Latina y el Caribe                                       |
| CFMA      | Confédération Française des Métiers d'Art                                                |
| CGAD      | Confédération Générale de alimentation de détail                                         |
| CGAF      | Confédération générale de l'artisanat français                                           |
| CGUA      | Confédération générale unifiée de l'artisanat                                            |
| CIDUNATI  | Confédération intersyndicale de défense et union nationale des travailleurs indépendants |
| CIUO      | Classificação Internacional Uniforme de Ocupações                                        |
| CLT       | Consolidação das Leis do Trabalho                                                        |
| CNAM      | Confédération de artisanat et des métier                                                 |
| CNAR      | Confédération nationale des artisans ruraux                                              |
| CNARTS    | Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil                                             |
| CONTRARTE | Congresso Nacional de Artesãos                                                           |
| DROM      | Département et région d'outre-mer                                                        |
| EES       | Empreendimentos de Economia Solidaria                                                    |
| EPV       | Entreprise du Patrimoine Vivant                                                          |
| FASFIL    | Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos                                     |
| IBGE      | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                                          |
| IDH       | Índice de Desenvolvimento Humano                                                         |
| IGP       | Indication géographique protégée                                                         |
| INAO      | Institut national de l'origine et de la qualité                                          |
| INPI – BR | Instituto Nacional da Propriedade Industrial                                             |
| INPI – FR | Institut National de la Propriété Industrielle                                           |
| INSEE     | Institut National de la Statistique et des Études Économiques                            |
| IPS       | Indicador de Posição Social                                                              |
| ISM       | Institut Supérieur des Métiers                                                           |
| ITCPs     | Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares                                       |
| NAFA      | Nomenclature d'Activités Française de l'Artisanat                                        |
| NAR       | Nomenclature des activités du répertoire des métiers                                     |

|          |                                                                             |
|----------|-----------------------------------------------------------------------------|
| ÑANDEVA  | Programa Trinacional de Artesanato                                          |
| OIT      | Organização Internacional do Trabalho                                       |
| PAB      | Programa de Artesanato Brasileiro                                           |
| PACA     | Programa de Apoio de Comunidades Artesanais                                 |
| PCS      | Nomenclature des Professions et Catégories Socioprofessionnelles            |
| PEA      | População Economicamente Ativa                                              |
| PME      | Pequena e média empresa                                                     |
| PNDA     | Plano Nacional de Desenvolvimento do Artesanato                             |
| PROMOART | Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural                     |
| SARL     | Société à responsabilité limitée                                            |
| SEBRAE   | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas                    |
| SENAES   | Secretaria Nacional de Economia Solidária                                   |
| SICAB    | Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro                  |
| SINDAREM | Sindicato dos artesãos dos municípios da região metropolitana de Pernambuco |
| UDCA     | Union de défense des commerçants et artisans                                |
| UMA      | União Nacional de Artesãos                                                  |
| UNMA     | Union Nationale des Métiers d'Art                                           |
| UPA      | Union professionnelle artisanale                                            |

## SUMÁRIO

|                                                                                         |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                 | <b>19</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1. TEORIA SOCIAL DO TRABALHO ARTESANAL .....</b>                            | <b>35</b>  |
| 1.1. O TRABALHO ARTESANAL NA DIALÉTICA DO VALOR DE USO, VALOR DE TROCA E O VALOR.....   | 36         |
| 1.2. TRABALHO ARTESANAL, SOCIABILIDADE E CLASSE .....                                   | 45         |
| 1.2.1. Divisão do trabalho e fragmentação de classe.....                                | 53         |
| 1.3. TRANSIÇÃO E SUBORDINAÇÃO AO CAPITAL.....                                           | 56         |
| 1.3.1. Antropologia económica e formas de subordinação.....                             | 56         |
| 1.3.2. Reprodução e Acumulação .....                                                    | 63         |
| 1.4. DESENVOLVIMENTO DESIGUAL. ....                                                     | 69         |
| 1.4.1. Desenvolvimento desigual e combinado.....                                        | 69         |
| 1.4.2. Desenvolvimento geográfico desigual .....                                        | 73         |
| 1.5. ESTADO, FORMAS POLÍTICAS E INSTITUCIONALIZAÇÃO. ....                               | 79         |
| 1.5.1. Modo de socialização e formas sociais.....                                       | 82         |
| 1.5.2. Formas políticas e institucionalização do trabalho artesanal.....                | 87         |
| 1.5.3. Regimes de acumulação e Modos de regulação .....                                 | 89         |
| <b>CAPÍTULO 2. O TRABALHO ARTESANAL NAS TRANSIÇÕES E SUBORDINAÇÕES AO CAPITAL. ....</b> | <b>92</b>  |
| 2.1. DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO TRABALHO ARTESANAL.....                               | 93         |
| 2.1.1. Classe média e a institucionalização do trabalho artesanal na França. ....       | 94         |
| 2.1.2. Cultura, tradição e institucionalização do artesanato no Brasil. ....            | 116        |
| 2.1.3. Sobre trajetórias históricas e desenvolvimento do capital. ....                  | 130        |
| 2.2. CLASSIFICAÇÃO E DISTINÇÃO: DIVISÕES DO TRABALHO ARTESANAL. ....                    | 134        |
| 2.2.1. Definições: o artesanato entre quantidade e qualidade. ....                      | 141        |
| 2.2.2. Reestruturação e Classificação do artesanato. ....                               | 145        |
| 2.2.3. Divisões do artesanato: encontros e desencontros. ....                           | 153        |
| 2.3. TRANSIÇÃO E SUBORDINAÇÃO DIRETA.....                                               | 156        |
| 2.3.1. Reestruturação do trabalho artesanal no Brasil.....                              | 157        |
| 2.3.2. Empresas artesanais e produção na França. ....                                   | 171        |
| 2.3.3. Empresa, trabalho artesanal e subordinação direta. ....                          | 184        |
| 2.4. TRANSIÇÃO E SUBORDINAÇÃO INDIRETA.....                                             | 188        |
| 2.4.1. Movimento cultural e contracultural. ....                                        | 189        |
| 2.4.2. Objetos: modelos, séries e estilos. ....                                         | 192        |
| 2.4.3. Sujeitos, posições e disposições de classe. ....                                 | 201        |
| <b>CAPÍTULO 3. DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL DO TRABALHO ARTESANAL.....</b>       | <b>212</b> |
| 3.1. TRABALHO ARTESANAL NO BRASIL .....                                                 | 213        |
| 3.1.1. Localização e posicionamento.....                                                | 213        |

|        |                                                                                 |     |
|--------|---------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.1.2. | Trabalho artesanal e correlações socioeconômicas por UF no Brasil. ....         | 226 |
| 3.2.   | TRABALHO ARTESANAL NA FRANÇA.....                                               | 247 |
| 3.2.1. | Localização e posicionamento.....                                               | 247 |
| 3.2.2. | Trabalho artesanal e correlações socioeconômicas por região na França. ....     | 259 |
| 3.3.   | COLONIALIDADE, FRONTEIRA E ARTESANATO. ....                                     | 269 |
| 3.3.1. | Guiana Francesa e Amapá: etnia, artesanato e fronteira. ....                    | 269 |
| 3.3.2. | Colonialidade de poder, etnicidade e artesanato. ....                           | 277 |
| 3.4.   | RENTISMO, SIGNOS DISTINTIVOS E TRABALHO ARTESANAL. ....                         | 281 |
| 3.4.1. | Signos distintivos do trabalho artesanal e artesanato na França e Brasil. ....  | 281 |
| 3.4.2. | Rentismo e trabalho artesanal. ....                                             | 292 |
| 3.5.   | DESENVOLVIMENTO DESIGUAL: TRABALHO ARTESANAL, DIFERENCIAÇÃO E IGUALIZAÇÃO. .... | 297 |
| 3.5.1. | Tendência para a Diferenciação. ....                                            | 298 |
| 3.5.2. | Tendência para a Igualização. ....                                              | 302 |

|                                                                                                 |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>CAPÍTULO 4. O TRABALHO ARTESANAL: FORMAS POLÍTICAS E INSTITUCIONALIZAÇÃO. ....</b>           | <b>305</b> |
| 4.1. FORMAS SOCIAIS E POLÍTICAS DO TRABALHO ARTESANAL NO MODO DE SOCIALIZAÇÃO CAPITALISTA. .... | 306        |
| 4.1.1. Formas de organização coletiva do artesanal no Brasil. ....                              | 306        |
| 4.1.2. Institucionalidade e programas de governo da atividade artesanal. ....                   | 325        |
| 4.1.3. Formas de organização coletiva do artesanal na França. ....                              | 342        |
| 4.1.4. Associação de artesãos-artistas e cooperativas de artesãos na França. ....               | 350        |
| 4.1.5. Formas sociais e políticas do trabalho artesanal no Brasil e França.....                 | 357        |
| 4.2. CONFLITO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS NO TRABALHO ARTESANAL. ....                           | 363        |
| <b>CONCLUSÕES .....</b>                                                                         | <b>376</b> |
| <b>RECOMENDAÇÕES.....</b>                                                                       | <b>384</b> |
| <b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>                                                          | <b>385</b> |
| <b>APÊNDICES.....</b>                                                                           | <b>410</b> |

## INTRODUÇÃO

O trabalho artesanal tem importância atualmente em diferentes estudos socioculturais e econômicos, principalmente em sua relação com o campo das economias criativas, que constitui uma forma de classificação e organização do trabalho cultural na forma de transformação do estudo e uso da cultura na sociedade industrial para uma produção cultural baseada na criatividade como eixo econômico (HOWKINS, 2001; SULAIMAN et al., 2015). Como indústria criativa, a atividade artesanal pode ser reconhecida em diferentes países, com as características de produção local e sua contribuição ao desenvolvimento endógeno regional (THOMAS, HARVEY, HAWKINS; 2012). Este tipo de classificação da atividade artesanal como produção cultural pode funcionar como eixo comum para a representação globalizada, no Norte e Sul global, de um tipo de trabalho baseado nas tradições locais e conhecimentos comunais de produção simbólica e artística<sup>1</sup>. Embora o reconhecimento do trabalho artesanal na economia do século XXI tenha grande relevância, o processo de institucionalização do artesanal pode ser problemático ao ter em conta o desenvolvimento histórico nas diferentes regiões e países.

A necessidade de estabelecer relações entre a produção artesanal e as dinâmicas sociais e econômicas na globalização das economias criativas permite avaliar a relação do setor artesanal na relação local e global, onde agentes são diferenciados pelos objetivos e limites da produção (MCAULLEY; FILLIS, 2003), como da relação cultural comparada entre países da economia cultural e da economia criativa, obtendo diferentes definições do que pode ser culturalmente catalogado como artesanal, seja diante a habilidade, a funcionalidade, a tradição ou a técnica (KLAMER, 2012); e também, como crítica da economia de mercado na que se desenvolve o trabalho artesanal em países de maior e menor desenvolvimento econômico (SCRASE, 2010). Assim, para entender o processo econômico, político e social da atividade artesanal no século XXI, precisa-se de uma reflexão internacional das relações de produção na globalização, embora

---

<sup>1</sup> “In most creative economy activities, real income comes from bulk selling and smaller and new entrants find it very difficult to break into established markets. Given the first-mover advantage enjoyed by the global North, this presents daunting challenges to any new entrant, especially in the global South, but it is also true that markets are created around goods and services that embody local idioms and motifs. In other words, the cultural and creative industries are naturally idiosyncratic, and benefit from the dynamics of imperfect competition. Yet, across all developing country settings, historical links, relationships and path dependencies are all crucially significant factors of success”. (UNITED NATIONS, CREATIVE ECONOMY REPORT, 2013, p. 26)

a situação da prática artesanal seja definida pelas características locais e particulares tanto em sua forma técnica, simbólica e social.

Tendo em conta isso, surgem as questões como: por que o trabalho artesanal não desapareceu ou foi superado nos processos de transformação da sociedade industrial e se reproduz em formas diferentes e renovadas nas economias culturais de distintos países? Quê permite sua permanência nos processos de produção social das economias globalizadas do mundo? Ao falar do trabalho artesanal é possível entender um setor homogêneo e global como espera desenvolver-se no setor de indústrias criativas? A classificação dos trabalhos artesanais se encontra limitada ao setor cultural e criativo dos países? As questões derivam de uma reflexão sobre a forma como nós podemos entender tanto a atividade artesanal, nos tipos de classificação e homologação dos processos em diferentes trajetórias e países, tanto como da crítica sobre a economia cultural ou criativa na globalização ao pretender ser a forma hegemônica de interpretação do que é a economia artesanal. Em outras palavras, é voltar à questão que realiza Armand Mattelart da globalização: quem controla os conceitos?<sup>2</sup>.

O conceito “artesanal” pode ter representações diferentes nos estudos sociais. Primeiramente como uma atividade antropológica que define suas características técnicas e culturais. A constituição e institucionalização do artesanal na América Latina é um exemplo da construção do discurso da origem artesanal, do ser humano como artesão em sua essência. Isto pode identificar-se em narrações como:

Los más antiguos restos humanos muestran, junto a las osamentas, objetos que en vida elaboraron para hacer frente a los retos de su existencia. Fueron trabajados con sus manos auxiliadas por elementales tecnologías y herramientas con lascas ligeramente afiladas. Si identificamos la diferencia entre el ser humano y los demás animales con la capacidad sistemática de elaborar objetos e innovarlos, es legítimo decir que el hombre hizo presencia en la tierra como artesano.” (MALO, 2002, p. 5)

As origens do artesanato parecem coincidir com o próprio surgimento do trabalho humano, uma vez que o homem primitivo transforma a natureza para dispô-la a seu serviço. Assim sendo, pode-se considerar que o artesanato nasce com as primeiras armas, com os utensílios domésticos, com a confecção das vestes primitivas, os adornos etc. Ao dispor de recursos e habilidades construídos no decorrer do tempo, o homem é

---

<sup>2</sup> “La fe mesiánica en la capacidad de las tecnologías de información y comunicación a rehacer el mundo recicló la vieja ideología del progreso como proceso lineal e infinito. No cabía la posibilidad de reversibilidad en la marcha triunfal hacia la comunidad global por mediación del mercado. ¿Quién controla los conceptos? Esta pregunta no ha dejado de habitarme. Volver a la historia fue mi respuesta a un proceso desbocado de desreglamentación, que no afectó solamente a los dispositivos institucionales sino los conceptos, las maneras de hablar de ellos. De ahí la interrogación sobre el carácter performativo de la noción de globalización y sus múltiples declinaciones operacionales.” (MATTELART, 2011, p. 67)

capaz de atender suas demandas de sobrevivência e, assim, neste processo dialético no qual modifica o seu meio e, concomitantemente, modifica-se a si mesmo, o homem cria a tecnologia e se lança para novas transformações. (SERAINÉ, 2009, p. 31)

Estes argumentos - que se encontra em diferentes tipos de narração institucional dos países - permitem identificar que a “legitimidade” que define o artesanal é sua técnica, é dizer a capacidade de fazer objetos manuais auxiliados com tecnologia e ferramentas simples. Existe uma relação do artesanal como parte da atividade humana e pode ser considerada desde a “origem” da humanidade. Esta visão ontológica não corresponde propriamente a um trabalho social e histórico e si a uma atividade dada na relação dialética entre Sujeito, Meios (Ferramentas) e Natureza. Uma definição deste tipo tem problemas significativos ao basear-se na procura de uma “origem” como uma propriedade natural ou essencial do ser humano, pois “procurar uma tal origem é tentar reencontrar ‘o que era imediatamente’, o ‘aquilo mesmo’ de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira”. (FOUCAULT, 1980, p. 9)

Por outro lado, no pragmatismo como filosofia, a atividade artesanal também pode obter uma representação da produção de trabalho “bem feito” (SENNET, 2008), ou o que é o mesmo, pode entender-se como um tipo de instinto humano por fazer bem o trabalho (VEBLEN, 1898), igualmente como base da experiência vital para a aprendizagem (DEWEY, 1925). Em geral, o artesanal (*arts and craft*) constitui para o pragmatismo a forma de encontrar a finalidade do trabalho como prática liberadora e criativa. Para Wright Mills,

O artesanato como modelo plenamente idealizado da satisfação com o trabalho implica seis aspectos principais: o trabalho não obedece a nenhum motivo ulterior, além da fabricação do produto e dos processos de sua criação. Os detalhes do trabalho cotidiano são significativos para o trabalhador porque, em seu espírito, não estão separados do produto do trabalho. O trabalhador é livre para organizar seu trabalho. Assim, o artesão pode aprender, e desenvolver seus conhecimentos e habilidades, trabalhando. Não há nenhuma separação entre trabalho e divertimento, trabalho e cultura. O modo de subsistência do artesão determina e impregna todo seu modo de viver. (MILLS, 1979, p. 238)

Nesse sentido, existe uma atualização da forma valorativa do artesanal frente às transformações da produção no capitalismo, em especial na forma de desenvolvimento industrial e tecnológico que permite identificar que o instinto pelo trabalho bem feito é necessário para definir o trabalho na atualidade. Não obstante, a análise dos componentes éticos que deve ter o

artesão se confronta com uma realidade que ele mesmo define como contraditória ao “bom trabalho”. Pois ele mesmo reconhece que “o artesanato vulgarizou-se nos muitos *hobbies*, ligados ao tempo de lazer e não ao de trabalho [...] Do ponto de vista ético, o artesanato limita-se a um grupo mínimo de profissionais liberais e intelectuais privilegiados” (MILLS, 1979, p. 242). Nesse sentido, o que aparece no pragmatismo é um tipo ideal do ser artesão, a descrição sobre como deveria ser o trabalho para adquirir um valor positivo para a humanidade.

O problema que se encontra nesta proposta é sua ênfase no *instinto* artesanal, na valoração “natural” de todo homem na produção de objetos bem feitos e que permitem uma reflexão subjetiva do valor do trabalho, não pela utilidade produtiva econômica para um mercado e si como uma satisfação pessoal de um *dever ser*. Então, numa definição deste tipo, os valores morais condicionam o estudo social, procurando encontrar um “artesão ideal”, e não partir da complexidade e dinâmica da produção em diferentes formas históricas de representação e produção material. A problemática não se encontra na ressignificação que possa ter este tipo de conceptualização, e seu uso social nos discursos do artesanal, o problema é simplificar a realidade sem debater as condições sociais que institucionalizam o setor artesanal, observando que embora existam formas de trabalho que requerem habilidades especializadas, para seu entendimento estas não podem sair totalmente das dinâmicas históricas, econômicas, culturais e sociais.

Também existe a forma de determinar negativamente o artesanal, como a atividade que não é indústria ou arte, mas que tem características das duas dimensões socioculturais. Nesse sentido entende-se como resultado da concentração das forças produtivas na indústria, mas também como desenvolvimento da arte como produção autônoma. A separação do operário como produtor assalariado e a separação do artista como produtor autônomo na modernidade gera uma situação “intermedia”, mas não propriamente autônoma, da atividade artesanal (MAZZA; IPIRANGA; FREITAS, 2007). Este tipo de conceptualização requer indiretamente o desenvolvimento do sistema capitalista industrial, e é por isso que se desenvolve em explicações do tipo abstrato em proporções ideais do que pode significar uma atividade artesanal, e sua “transcendência” à indústria ou à arte (ver KLAMER, 2012). Os estudos de *design* e artesanato podem ser exemplo desta representação do artesanal, e seu caráter de classificação e conceptualização resumem-se na determinação negativa e a dificuldade da reflexão histórica.



Não obstante, o problema desta pesquisa não consiste em iniciar o estudo desde os conceitos, ou intentar definir a melhor forma de classificar o artesanal na globalização como parte discursiva, abstrata e homogênea, senão na possibilidade de entender o desenvolvimento e trajetórias do trabalho artesanal nas condições históricas, as quais permitem sua definição e classificação, e como podem estudar-se tanto na diferenciação como na igualização do que é artesanal numa dimensão internacional. Desta forma, a questão sobre o desenvolvimento do trabalho artesanal na globalização permite redefinir a crítica sobre como deve pensar-se a cultura e o trabalho desde uma perspectiva internacional ou mundial.

De forma geral **é uma problemática sobre a produção, difusão, distribuição e consumo do trabalho artesanal no processo de globalização e as contradições que desenvolve esse processo em diferentes regiões do mundo**, especialmente no intercambio desigual da indústria cultural (MATTELART, 2002). A desigualdade política e os interesses regionais não permitem que exista uma fácil definição do que é trabalho artesanal, pois existem diferenças entre as condições do mercado interno de cada país e da conceptualização que são resultado das trajetórias históricas da institucionalização. É precisamente no desenvolvimento do trabalho artesanal no sistema de dominação do capital, como podem questionar-se as características históricas da classificação, consumo, produção e distribuição, pois constitui um processo histórico da relação entre indústria cultural e desigualdade.

As mudanças do trabalho nas condições de globalização do capital apresentam uma nova forma de acumulação e expansão do capital após os anos oitenta, com o crescimento do capital financeiro diante a mudança ou transformação organizacional das corporações capitalistas industriais, o que permite maior fluxo de bens e serviços num padrão financeiro comum impulsionado por instituições internacionais em interação com os Estados (ALVES 2001). Também se produzem mudanças espaciais, com o deslocamento geográfico do capital o que permite uma acumulação flexível que mobiliza a contradição do capital no tempo-espaco gerando novos processos de acesso-exclusão da população (HARVEY, 2005a). Mudanças organizacionais com novas formas de controle das relações de produção (pós-fordistas) graças a mudanças tecnológicas que subordinam o tempo e a subjetividade do trabalhador, com precarização da atividade laboral, e que permitem manter o desemprego estrutural, e dizer, uma nova divisão hierárquica do trabalho (ANTUNES, 2005). Mudanças dentro dos setores ou atividades

econômicas, permitindo a transformação dos produtos e serviços na competência entre um mesmo setor ou, em procura do aumento do lucro, deslocam-se a novos setores ou linhas de produção com menor competição no mercado.

Então, que importância pode ter o trabalho artesanal neste cenário de globalização para a inversão econômica e para a organização política dos indivíduos como trabalhadores e cidadãos, seja como projetos de desenvolvimento local ou como política nacional? O problema aqui é entender que, se por um lado os movimentos de proteção e promoção do trabalho artesanal como direitos de cidadania em cada Estado respondem a uma estrutura política e econômica que classifica e distingue as ocupações e profissões artesanais; por outro lado, também se encontram com um processo econômico que em seu desenvolvimento reorganiza e resinifica o artesanal, sua função e utilidade no ambiente social para sua acumulação. São dinâmicas sociais objetivas e subjetivas que determinam e são determinadas na atividade social e o poder institucional.

O problema principal da pesquisa é, então, a análise da reprodução do trabalho artesanal como parte do processo de acumulação desigual do capital, em outras palavras se pretende problematizar o trabalho artesanal desde o debate sobre a necessidade que tem o capital de reproduzir atividades artesanais na medida em que se desloca temporal e espacialmente. No desenvolvimento geográfico desigual, o trabalho artesanal apresenta formas de organização e institucionalização diferenciada entre países e regiões, o que dificulta uma compreensão sobre o seu significado atual e sua importância na economia dos países. Nesse sentido, a importância de um estudo comparativo radica em sua melhor compreensão do desenvolvimento da relação entre o trabalho artesanal e o sistema econômico e político particular, visando encontrar o estado de diferenciação e igualização que o movimento de reestruturação capitalista apresenta e as possibilidades de ação para a classe trabalhadora.

A problemática da relação trabalho artesanal e acumulação do capital pode definir-se em três dimensões: uma dimensão histórica do desenvolvimento do capitalismo; uma dimensão espacial da distribuição, deslocamento e expansão do capital; e uma dimensão política do trabalho artesanal em sua institucionalização. Para a análise dessa relação definem-se as seguintes reflexões teóricas de pesquisa que correspondem a cada dimensão:

1. O desenvolvimento desigual do processo de industrialização no modo de socialização e produção capitalista permite a diferenciação na divisão do trabalho em cada país, gerando correspondentemente uma distinção social das classificações do artesanal e suas correspondentes características qualitativas e quantitativas no processo de integração direta e indireta ao modo de produção dominante, permitindo assim reconhecer as diferenças técnicas e culturais entre o trabalho artesanal e o trabalho de artesanato.

2. O desenvolvimento geográfico desigual do modo de produção dominante apresenta correlações diferentes entre o setor artesanal e as características socioeconômicas pela posição centro-periferia em cada país e entre os países de estudo. Desta forma as características simbólicas e materiais de territorialização da atividade artesanal correspondem a sua posição dentro do espaço de poder político e econômico em cada país, especialmente baseado nas características de colonialidade e o rentismo capitalista.

3. Os desenvolvimentos históricos das associações coletivas de artesãos e artesãs se definem principalmente em atividades de caráter local e por lutas reivindicativas, caracterizando o movimento de ações coletivas e institucionais dentro do modo de socialização dominante pelos tipos de organização política com maior ênfase de luta de classe na integração vertical; e maior ênfase cultural ou modernizante na integração indireta ou horizontal do trabalho artesanal ao capital.

Para o desenvolvimento da pesquisa, tendo em conta a problemática e as reflexões anteriores, se realizou a seleção de países que em sua condição histórica, geográfica e política pudessem conduzir a entender o trabalho artesanal no movimento desigual do capital. A seleção de países de Brasil e França realizou-se com a finalidade de desenvolver a problemática, ao conseguir uma seleção previa de vários países desde as diferenças da institucionalização do artesanal. Ao comprovar com uma leitura geral das características da classificação, institucionalidade e política artesanal nos países de América latina e da Europa, resolveu-se a escolha de França e Brasil pelas seguintes razões:

- Primeiro, os países diferenciam-se no processo de industrialização que historicamente aconteceu no século XX, o que permite demonstrar e explicar a dimensão histórica da pesquisa.

- Segundo, a posição geográfica permite reconhecer as diferenças na extensão e posição dos territórios, como das fronteiras que podem compartilhar definindo desta forma diferentes dimensões do desenvolvimento geográfico desigual.
- Terceiro, a classificação e institucionalização do que é artesanal pode convergir e divergir em cada país, tendo em conta a diversidade do setor artesanal, o que implica uma vantagem para entender o processo de diferenciação e igualização.
- Por último, a importância do trabalho artesanal na produção nacional em cada país, atendendo a uma grande participação da população.

Assim, a escolha de países como objeto de estudo se encontra em relação à problemática, mas considera-se esta escolha como uma parte do processo de explicação que a relação capital e trabalho estabelecem em sua análise global. É precisamente a forma de definir a problemática a que pressupõe a relação teórica com o materialismo histórico geográfico (HARVEY, 2013).

O método e metodologia do materialismo derivam da problemática do processo social, e pode entender-se o método como a relação entre o modo de investigação e o modo de exposição. Em outras palavras, pode pensar-se o método como um movimento dialético concreto-abstrato-concreto (GARZA, 1988). O modo de investigação vai do concreto ao abstrato, e o modo de exposição do abstrato ao concreto. Existe uma dinâmica da forma de conhecimento da realidade, o que permite definir diferentes níveis e dimensões no processo de pesquisa, tanto temporal, espacial e socialmente.

O método se encontra como relação de três elementos: A) *Estruturas*, no sentido aberto, é dizer sobre sistemas de relações concretas que permitem dinâmicas históricas de mudança e transformação; B) *Subjetividades*, no sentido de práticas sociais, narrações, memória, e formas de comunicação que permitem o reconhecimento das atividades de sujeitos em espaços e tempos específicos; C) *Interações* ou *sociabilidades*, que medem e reconhecem níveis de relação entre sujeitos e estruturas objetivas que não dependem propriamente da vontade das ações individuais, o que pode ser reconhecido como o movimento de trajetórias sociais planejadas e não planejadas. Na obra *O Capital* de Marx pode relacionar-se com a dialética do valor de uso, dado pela realidade **singularidade** do uso e as necessidades, o valor de troca como relação entre sujeitos que configuram a **totalidade** de relações sociais, é dizer todo aquilo que é pertinente ao entendimento do objeto (ZEMELMAN, 1990); e o valor como **particularidade** gerada pela

relação entre um modo de produção e a relações sociais. É a dialética entre o valor de uso, o valor de troca e o valor o modo fundamental do processo de explicação a utilizar nesta pesquisa.

Na relação concreto-abstrato-concreto existe uma possibilidade dada de mudar a reflexão do **qualitativo** ao **quantitativo**, como um movimento de abstração que não subordina diretamente todo tipo de observação a uma redução numérica que permita sua homogeneidade, mas que corresponde às técnicas metodológicas o grau de correspondência e pertinência lógica para a análise. O qualitativo e quantitativo na pesquisa são momentos do movimento geral do concreto-abstrato-concreto, e não uma separação técnica metodológica. A progressão desde categorias, conceitos, dimensões, variáveis, indicadores e dados, como processo do geral ao singular podem constituir parte da problematização do concreto, e não uma regra de cientificidade.

Entende-se que a **identidade** e **contradição** na dialética são parte de um processo histórico e lógico. Para Gustavo Bueno (1992, p. 215) podem-se pensar, na dialética, duas categorias de contradição: uma estrutural e outra processual. A primeira é dada na forma de antinomias e paradoxos, que na lógica formal não tem solução. A segunda, na forma processual que permite reconhecer fluxos entre a identidade e a contradição. Para entender o processo pode-se pensar uma taxonomia do movimento: A) Onde o mesmo reproduz o mesmo, que é a **identidade** numa sequencia do mesmo. B) Onde o distinto mantem o distinto, duas identidades ou trajetórias que não se cruzam. C) Um processo de **divergência**, onde o mesmo produz o diferente, o outro, onde não se reconhece na origem. D) Um processo de **convergência**, aonde o diferente conduz ao mesmo a uma única identidade. Os dois primeiros correspondem a procedimentos da analítica, e os últimos procedimentos da dialética.

A dialética entre identidade e contradição é parte fundamental na pesquisa para entender a análise do desenvolvimento desigual e combinado do capital (ROSENBERG, 2010), percebendo por uma parte o processo de diferenciação, que define as características de identidade e divergência, especialmente na relação local das análises e, por outro lado, o processo de igualização, que procura a convergência e a contradição, tendo em conta os processos de desigualdade gerados pela acumulação e reprodução do capital. Da mesma forma, entender as diferentes características da relação entre o trabalho artesanal e o processo de acumulação do capital seja na subordinação direta e indireta ao capital.

Existem mecanismos metodológicos que se ajustam aos aspectos do método; o que corresponde à análise é manter a crítica sobre o uso dos mecanismos e sua funcionalidade com referencia a todo o movimento do concreto-abstrato-concreto.<sup>3</sup> A proposta do uso de mecanismos metodológicos de análise deste tipo inclui uma reflexão de diversas dimensões, como apropriação crítica do sistema metodológico. Nesse sentido o método concreto-abstrato-concreto expõe a relação de técnicas e instrumentos em diferentes dimensões, desde técnicas qualitativas de maior singularidade como documentos, histórias de vida, entre outras, e técnicas quantitativas de maior abstração como métodos bivariados e multivariados de correlação e inferência.

Um resumo da forma metodológica do método concreto-abstrato-concreto pode ser o exposto por Mandel, assim:

- 1) Assimilação pormenorizada do material empírico e domínio desse material (aparências superficiais) em todo o seu detalhe historicamente relevante.
- 2) Divisão analítica desse material segundo seus elementos abstratos constituintes (progressão do concreto ao abstrato).
- 3) Exploração das conexões gerais decisivas entre esses elementos, que explicam as leis abstratas de movimento do material - a sua essência, em outras palavras.
- 4) Descoberta dos elos intermediários fundamentais, que efetuam a mediação entre a essência e a aparência superficial da matéria (progressão do abstrato ao concreto, ou a reprodução do concreto pensado como uma combinação de múltiplas determinações).
- 5) Verificação empírica prática da análise (2, 3, 4) no movimento em curso da história concreta.
- 6) Descoberta de dados novos, empiricamente relevantes, e de novas conexões – muitas vezes até mesmo de novas determinações elementares abstratas -, mediante a aplicação dos resultados do conhecimento, e da prática neles baseada, a infinita complexidade do real. (MANDEL, 1982, p. 9)

Todo “dato empírico” é uma construção histórica, é um *dato empírico-histórico*, e não é externo ao sujeito (GARZA, 1988, p. 42). No método concreto-abstrato-concreto se concebe um primeiro momento de subjetividade onde se reconstrói a relação sujeito-objeto, no processo concreto-abstrato, onde se reconhece as possibilidades da construção de dados, e os diferentes

---

<sup>3</sup> O método hipotético-dedutivo não surge de uma análise semiótica abstrata, senão que é produto de uma realidade histórica em movimento; e o processo histórico pode pensar-se em níveis de abstração suficientes para captar formas essenciais ou fundamentais do processo social, histórico e econômico. Para Maurice Godelier, a articulação entre o abstrato do método hipotético dedutivo, e o concreto do método dialético pode representar-se assim: “1.) El método hipotético deductivo define las estructuras esenciales del sistema económico y estas estructuras son las que aclaran la génesis del sistema capitalista analizado con el método dialéctico. Éste supone, por lo tanto, el primer método. 2) Estas estructuras esenciales se analizan dentro de su compatibilidad recíproca con el método hipotético-deductivo. Empero, esta compatibilidad se engendra por y para el desarrollo de las relaciones de producción. Por lo tanto, el método hipotético-deductivo supone lo que está explicado por el otro método.” (GODELIER, 1974, p. 186)

níveis de abstração. No processo abstrato-concreto, se realiza um processo de crítica e verificação dos dados construídos, diante mecanismos de avaliação qualitativa e quantitativa. Assim, “*En una visión reconstructiva y activa del sujeto, el dato es siempre construido, sea de una manera sistemática y científica o generados por los sujetos históricos de acuerdo a condiciones culturales particulares, a partir del lenguaje común y de sus prácticas cotidianas*” (GARZA, 1988, p. 42).

Deve ter-se em conta que como materialismo histórico-geográfico se inclui a dinâmica de mobilidade e desigualdade no valor e nas condições de produção e circulação do capital, oferecendo uma diferenciação nos sistemas de valor em diferentes regiões e territórios, o que conduz a propor *estudios de comparación intra-regional e inter-regional*, definindo características diferentes na relação trabalho e capital em estudos comparados, e a correspondente dinâmica de estrutura, inter-relação e subjetividade, ou neste caso, da dialética do valor de uso, valor de troca e o valor.

O estudo comparado (*Cross-national studies*) implica uma serie de características que requerem ser tratadas para sua aplicabilidade. A unidade de análise na comparação pode ser entendida como país, região ou localidade, na medida em que a relação como totalidade faz referencia a diferentes dimensões. Para Joseph Elder (1979) pode resumir-se principalmente em: justificação da seleção dos países (unidade de análise), a independência dos casos, a observação de unidades comparáveis e a definição dos problemas de transcrição e equivalência. A seleção dos países define os critérios de semelhança e diferencia na possível formação de grupos heterogêneos ou homogêneos. A independência dos casos faz ênfase na historia individual, ou independência real que possam ter os países ou regiões determinadas. A observação de unidades comparáveis, que faz referencia a categorias que sustentem um grau de comparabilidade pelas propriedades materiais e simbólicas. Por último a possibilidade de transcrição e equivalência, o que define uma problemática na qualidade e quantidade dos dados e sua condição de identidade, associatividade e comutação. Os dois primeiros critérios se podem definir como de seleção, os dois últimos como de correspondência.

De forma geral, pode pensar-se que a possibilidade de uso de estudos comparados se encontre de *forma inter-regional*, ou horizontal, é dizer onde se analisa as condições de comparabilidade entre grupos homogêneos, este também pode dividir-se em sua interpretação

analítica, e sua interpretação histórica. De *forma intra-regional* onde os grupos são heterogêneos e sua análise pode dar-se nas dimensões sociais, econômicas e políticas dentro da unidade territorial.

**Forma inter-regional.** Os critérios para a **medida de equivalência** tem importância significativa no processo de um estudo comparado, na medida em que define o grau de validez no processo de relação dos conceitos (DAVIDOV et. al, 2014), os indicadores e os dados, da compatibilidade entre o mecanismo de transformação das propriedades qualitativas em abstrações quantitativas, e num segundo momento a relação entre essas propriedades quantitativas que permitam os processos de associação e verificação. São problemas de segundo grau, o que conduz a fazer análise sobre proposições, objetos e valores qualitativamente diferentes (significados, formas e representações) que podem não corresponder totalmente, e que seu debate pode levar a uma tradução na condição de interpretações continuas na dinâmica da pesquisa do concreto-abstrato-concreto.

Em relação às técnicas de pesquisa social, como questionários (*surveys research*), Davidov et al. falam que “*The general question of invariance of measurement is one of whether or not, under different conditions of observing and studying phenomena, measurement operations yield measures of the same attribute*” (DAVIDOV et. al., 2014, p. 58). Desta forma, a possibilidade de validez se encontra definida pela capacidade de manter a homogeneidade das propriedades dos dados na validação da informação durante o processo de análise. No sentido de uma análise concreto-abstrato-concreto, as dificuldades são claras na medida em que não todo conceito ou categoria pode ser quantificável e equiparável com outro conceito de outro grupo.

Assim, quando não existe um ajuste de equivalência entre as medidas, deve ter-se em conta três aspectos: 1) a possibilidade de observar os subgrupos das unidades de análise, e redimensionar a comparação; 2) Determinar o grau de incompatibilidade e definir por critérios de aproximação a análise; 3) Por último, voltar a explicações qualitativas históricas e individuais para entender a não-equivalência dos dados (DAVIDOV et al., 2014, p.65). No estudo do trabalho artesanal este processo de equivalência é o caráter próprio da análise da pesquisa, pois ao existir desigualdades concretas de produção e significação da institucionalização do artesanal, a pesquisa requer de um tratamento tanto do por que se manifesta a desigualdade e como a desigualdade pode ser analisada.



**Forma intra-regional.** É uma análise dentro da mesma unidade territorial, dependem de seu grau de extensão, densidade populacional, organização do trabalho, modo de produção dominante e modo de regulação. As condições de produção, regulação e organização se encontram como principais dimensões da análise, tendo em conta que a unidade territorial principal é o Estado, embora existam diferentes formas territoriais que não se reduzem a uma única forma de organização política e econômica. Nesse sentido, a metodologia de estudo não se distancia da forma inter-regional, pois na medida em que existem subgrupos ou subdimensiones de análise, as formas de diferenciação e homogeneização como parte do processo de desenvolvimento geográfico desigual aparecerão como significativas e precisarão de técnicas qualitativas ou quantitativas para seu exame.

As diferenças na configuração de formas de produção e classificação do trabalho artesanal são multidimensionais em cada país, percebe-se que este grau de diferenciação pode ser explicado pela relação econômica, cultural e política, o que permite que diante um estudo comparado se pudesse estabelecer uma análise do desenvolvimento geográfico desigual para entender as características em diferentes níveis de estruturação e da relação do trabalho artesanal e o capital. Tendo em conta a problemática exposta, se apresentam os seguintes objetivos para a pesquisa.

O objetivo geral da pesquisa - tendo em conta a problemática, o método e a metodologia - é analisar a reprodução do trabalho artesanal no processo de acumulação desigual do capital e suas formas de institucionalização política diante estudo comparado dos países de Brasil e França. Os objetivos específicos são:

- Definir as formas sociais do trabalho artesanal e sua relação com os modos de produção dominante e subordinados que permitem sua configuração institucional e territorial.
- Descrever o processo de transição e subordinação direta e indireta do trabalho artesanal no processo de acumulação do capital.
- Compreender a forma de desenvolvimento desigual do trabalho artesanal em regiões geográficas centrais e periféricas ao modo de produção dominante.
- Reconhecer as formas de institucionalização política do trabalho artesanal e as características estruturais frente à dinâmica do mercado.

No primeiro capítulo desenvolve-se a teoria social do trabalho artesanal desde o método do materialismo histórico-geográfico (HARVEY, 2013). Definem-se as características da dialética do valor de uso, o valor de troca e o valor, para logo especificar neste movimento as transições e subordinações do trabalho ao capital, descrevendo vários momentos da relação do trabalho artesanal no capital. Também se descreve o processo do desenvolvimento desigual como resultado do processo de acumulação e expansão do capital, e por último realiza-se uma explicação do processo de institucionalização derivado das formas políticas que constituem a relação de forças na sociedade civil, tanto nos antagonismos sociais como as formas de mobilidade e ação coletiva dos trabalhadores artesanais.

No segundo capítulo, se expõe o processo histórico do trabalho artesanal nos países de estudo, define-se o processo de análise desde as primeiras décadas do século XX, pois é desde esse período como pode descrever-se a situação de diferenciação da institucionalização do trabalho artesanal no Brasil e na França. Realiza-se uma análise de estudos históricos do trabalho artesanal como fonte de informação, deve ter-se em conta que os dados são analisados de informação secundária, e procura-se por gerar uma descrição dos setores artesanais de forma geral sem aprofundar em aspetos singulares, o que se compreende pelo objetivo e amplitude do estudo. A finalidade é compreender as formas de classificação do trabalho artesanal e como pode entender-se a subordinação direta e indireta do trabalho artesanal ao capital dentro da dialética do valor de uso, o valor de troca e o valor, entendendo de forma geral as diferenças técnicas do trabalho artesanal e as diferenças simbólicas e culturais que permitem sua relação direta e indireta ao capital.

No terceiro capítulo, realiza-se uma descrição do desenvolvimento geográfico desigual no período dos anos 2008 a 2015, onde se apresenta o estudo das condições do setor internamente, e a relação desse setor com outras dimensões sociais e econômicas em cada país, para entender seu posicionamento no espaço social e institucional de Brasil e França. O uso de base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do *Institut National de la Statistique et des Études Économiques* (INSEE), em relação aos dados sociais, demográficos e por setor são de grande importância para a análise. Utiliza-se principalmente a análise de componentes principais (ACP), como formas de redimensionamento dos dados para estabelecer relações entre distintas variáveis (APÊNDICE A) Também é relevante o uso de dados nos estudos etnográficos da região

de fronteira entre Brasil e França. Não obstante, a análise se desenvolve na dimensão de estados para Brasil e departamentos para França, o que limita o estudo a uma reflexão generalizada da situação do trabalho artesanal em cada país.

No quarto e último capítulo realiza-se o estudo do processo de institucionalização política do trabalho artesanal no Brasil e na França, principalmente no período 2008 a 2015. Descrevem-se as formas de associação e sociabilidade dos trabalhadores artesanais, tendo em conta sua posição social, política e econômica, em especial retomando as diferenças da classificação e posicionamento geográfico dos artesãos e produtores artesanais em cada país. Logo, definem-se como as formas políticas se materializam nas ações coletivas e movimentos sociais, como característica da definição de classe e dos antagonismos de grupos que estabelecem a dinâmica da estruturação social do campo artesanal. Utiliza-se informação das coletividades (sindicatos, federações e associações) e estudos locais feitos no Brasil e na França.

Na análise de cada capítulo intenta-se representar os limites da crítica inter-regional e intra-regional do trabalho artesanal, pois se consideram tanto o estudo de cada país na definição e classificação dos dados, como da possibilidade de entender as características e categorias que podem ser homogêneas para sua análise conjunta. Assim, por exemplo, no desenvolvimento geográfico desigual existe uma forma de análise de cada país por separado, intentando definir desde os dados a relação interna das características de sua produção e identificação, mas também se realiza uma análise das condições de fronteira, onde se compartilham características sociais e políticas que permitem a unidade de exposição, também no processo do rentismo que define as características da produção artesanal baseada no valor de propriedade dos direitos de produção num território específico.

A relação dialética entre dados qualitativos e quantitativos encontram-se na forma de exposição dos resultados da pesquisa, tendo em conta tanto as formas de abstração nos índices utilizados - e dados numéricos ou de razão -, como dos dados qualitativos, que é informação de narrações particulares que permitem a análise específica no espaço-tempo. Por último, apresentam-se as conclusões da pesquisa em relação ao estudo em geral, expondo os resultados dentro de cada objetivo e reflexão teórica definida para a pesquisa.

De forma geral, a relação entre cada capítulo é fundamental para entender a lógica da apresentação da tese. Primeiro, é preciso entender que o capítulo teórico é um debate sobre a utilidade da dialética do valor na crítica da economia política marxista, a utilidade das categorias do valor de uso, valor de troca e valor, a acumulação e expansão do capital, a desigualdade que gera em diferentes espaços e sua relação com a institucionalidade política do trabalho, são características que se representam nos três capítulos seguintes. Da mesma forma, a teoria social se apresenta como base e como resultado da pesquisa, pois é nela que aparece a síntese da reflexão sobre o trabalho artesanal, o que pode considerar-se como pertinente no método concreto-abstrato-concreto, e que nesse sentido se pode ler também como capítulo final.

O capítulo 2, dimensão histórica do trabalho artesanal, relaciona-se com o capítulo 3 na forma de definir as categorias para análises geográficas, pois é mediante a compreensão do que pode pensar-se como artesanal nos dois países como pode obter-se uma relativa amplitude da equiparação das variáveis entre cada país. Dessa forma, a integração temporal e espacial do problema pode visualizar-se na medida em que tanto se problematiza o uso de variáveis e categorias como de sua posição. Também se relaciona com o capítulo 4, na medida em que gera uma continuidade histórica dos processos políticos em cada país, dando continuidade no desenvolvimento das formas de organização social dos trabalhadores.

O capítulo 3, dimensão geográfica do trabalho artesanal, relaciona-se com o capítulo 4, na medida em que ao definir as posições da produção de forma intra-regional e inter-regional, é possível identificar as características da organização política e entender a complexidade na diferenciação das instituições por cada unidade de análise (estado ou região). Embora as condições políticas e teóricas não sejam aprofundadas em trajetórias singulares, é possível entender que a problemática principal é sua relação com o desenvolvimento desigual do capital, e não é uma pesquisa definida nas particularidades de cada território.

## **CAPÍTULO 1 – TEORIA SOCIAL DO TRABALHO ARTESANAL**

O capítulo tem como objetivo apresentar a teoria social do trabalho artesanal desde o desenvolvimento do valor de uso, o valor de troca e o valor como ênfase na relação dialética do trabalho e o capital. Na primeira parte se faz referencia de forma geral ao desenvolvimento conceitual da dialética do valor, para logo entender a relação entre a divisão do trabalho e a classe social. Nesse sentido pode observar-se a relação que o trabalho apresenta com o desenvolvimento do capital e as possibilidades de subordinação, transição ou resistência que pode realizar-se no movimento social e econômico. Apresentam-se, assim, diferentes momentos da relação do trabalho artesanal e o capital tendo em conta as possibilidades que o sistema dominante econômico exerce para produzir as características técnicas, simbólicas e sociais que constituem a prática do trabalho artesanal.

Igualmente, realiza-se uma relação da forma de reprodução e acumulação que define o movimento do capital com as diferentes formas de integração ou subordinação do trabalho ao capital, definindo assim as condições como o trabalho artesanal se relaciona ao movimento de acumulação e concentração do capital. Tendo em conta que o processo de acumulação do capital gera desigualdade como base de seu movimento, apresenta-se a teoria do desenvolvimento desigual do capital como parte teórica tanto em sua forma de exposição histórica e geográfica. As características do desenvolvimento desigual definem e se analisam como parte da dialética do valor de uso, valor de troca e o valor, pois o movimento de desigualdade gera também suas formas de integração e resistência.

Por último, define-se de forma geral a relação entre as formas sociais e políticas que podem determinar o processo de institucionalização do trabalho artesanal, tendo em conta a dinâmica interna do campo artesanal num sistema de valor específico e histórico para cada trajetória regional ou nacional, e sua relação com o desenvolvimento desigual do capital. Nesse sentido se expõe a necessidade de estudos comparados entre países para entender trajetórias sociais que são produzidas e determinadas pelas relações entre capital e trabalho, e da forma como o trabalho artesanal ao institucionalizar-se integra a problemática social e econômica global.

## 1. 1. O TRABALHO ARTESANAL NA DIALÉTICA DO VALOR DE USO, VALOR DE TROCA E O VALOR.

Um estudo histórico e sistemático do artesanal como forma de produção pode começar apropriando a relação valor de uso, valor de troca e valor na forma de entender os alcances das definições sobre o trabalho artesanal. O estudo materialista histórico geográfico aprofunda na problemática destas categorias como forma de exposição da pesquisa em geral.

- Valor de uso

A primeira diferenciação na teoria do valor é sua ênfase na relação histórica e abstrata (sistêmica) da compreensão da produção. Pode compreender-se que a definição de um ponto de partida histórico faz referência aos processos singulares da vida dos indivíduos, onde se produzem objetos diante uma atividade social determinada espacial e temporalmente, é dizer valores de uso que tem utilidade e satisfazem uma necessidade. Assim, o processo singular reconhece como objeto de estudo as diversas formas de materialização das atividades sociais em produtos com fins específicos (coisas úteis). Uma análise de esse tipo não é o objeto da crítica da economia política, pois como fundamenta Marx, “cada uma de essas coisas é um conjunto de muitas propriedades e pode, por isso, ser útil sob diversos aspectos. Descobrir esses diversos aspectos e, por tanto, as múltiplas formas de uso das coisas é um ato histórico” (MARX, 2013, p. 113) Desde um olhar sistêmico, o valor de uso tem como ponto de partida a mercadoria, pois é nela que se reconhece o movimento do capital num tempo histórico concreto.

Ao entender isto é notável que a mercadoria seja pensada só dentro do modo de produção capitalista, embora historicamente a produção de objetos ou coisas úteis esteja dada em outros sistemas socioeconômicos geograficamente determinados. Para definir os limites da teoria, Marx expõe a seguinte classificação:

**Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor.** É esse o caso quando a utilidade para o homem não é medida pelo trabalho. Assim é o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta etc. **Uma coisa pode ser útil e produto humano sem ser mercadoria.** Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. **Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social.** [...] Por último, **nenhuma coisa pode ser valor sem ser objeto de uso.** Se ela é inútil, também o

é o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não cria, por isso, nenhum valor. (MARX, 2013, p. 188 – 119 *grifado meu*)

Esta forma de classificação de valor de uso (*Gebraushwert*) é desenvolvida de forma implícita na teoria, e é pressuposto para o desenvolvimento do capital. Levado a uma compreensão do campo artesanal se pode perceber por que os estudos que propõem uma análise histórica com metodologias qualitativas para a proteção do saber artesanal, suas definições, suas singularidades locais, técnicas e materiais - seja nos estudos culturais - procuram um objetivo de compreensão do singular.

O problema que se propõe aqui é desenvolver a divergência e convergência do valor de uso como mercadoria e como produto desde a teoria materialista. Nesse sentido se pensa a diferença entre a produção de meios de vida, e a produção de mercadorias. Existe uma **produção de meios de vida**, onde um sujeito que procura satisfazer uma necessidade tem que utilizar meios específicos que podem ser construídos por ele mesmo, o que seria um ponto de partida fora da circulação de produtos sociais, e dependeria de seus conhecimentos no uso e apropriação dos materiais (segundo limite exposto por Marx), isto pressupondo que exista um território e organização social acessível para esse fim. Num segundo momento de **produção de mercadorias**, onde se apresenta uma relação social entre diferentes grupos, que podem circular no intercambio dado pelo valor de uso e pelo valor de troca. No caso do escambo como processo de circulação é relacionado por Marx como aspecto de intercambio social sobre medidas qualitativas de produtos que excedem o consumo de uma determinada comunidade. Para Marx, a relação M-M indica um processo de troca de mercadorias sem mediação do dinheiro (D), é de forma geral uma abstração conceitual para entender um processo de formação do dinheiro (MARX, 2011, p. 90), mas que implicaria uma compreensão do valor, tempo de trabalho materializado, para sua troca.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> “Las dos mercancías que se cambian entre sí sólo representan, aquí, una parte del nuevo trabajo añadido durante el año. Pero, en primer lugar, es evidente que este cambio – en el que dos productores consumen en sus mutuas mercancías una parte de su producto que representa ingreso – se da solamente en las ramas de producción que producen artículos consumibles destinados directamente al consumo individual y en los que, por tanto, el ingreso puede gastarse como tal. Y, en segundo lugar, es también evidente que sólo con respecto a esta *parte* del cambio de productos puede afirmarse como exacto que la oferta del productor es igual a la demanda de otros productos que él desea consumir. En realidad, sólo se trata, aquí, de un cambio simple de mercancías. En vez de producir directamente sus medios, [el consumidor] produce medios de vida para otros, que [, a su vez,] producen los que él consume.” (MARX, 1980, p. 213)

Tomando em conta a importância do valor de uso para a definição do trabalho artesanal, e do trabalho em geral, é possível reconhecer de princípio que a compreensão do artesanal na teoria do valor permite identificar que é a dialética entre forças produtivas e relações sociais o que define as características que um valor de uso possa ter. O caráter simbólico não desaparece neste processo, pois é a importância da necessidade social, seu caráter sacro ou profano nas relações sociais, o que permite que se mantenha fora da circulação de mercadorias; o uso do objeto ou da atividade como centro de produção simbólica tem suas bases na diferenciação histórica em cada sociedade, o que define a estrutura ou o “sistema de valor” das atividades e dos objetos, sua posição e permanência. A dinâmica do capital tem limites no sentido histórico e conceitual. A proposta da teoria do valor em Marx nesse sentido, como crítica do trabalho no capital, não pretende descrever cada singularidade ou valor de uso que possa apresentar um objeto historicamente. Embora a compreensão dos valores de uso (reais e imaginários) precise de uma avaliação histórica real e concreta para avaliar a validade da teoria em todo o processo. A capacidade de voltar desde o valor ao valor de uso é uma base do estudo.

Neste ponto, as formas de compreensão da produção, do saber fazer, e das formas de comunicação desses saberes, locais e singulares, historicamente têm uma importância relevante para compreender formas de relação social que não dependem completamente da dinâmica do modo de produção dominante. A dinâmica da relação valor de uso, valor de troca e valor como mecanismo de compreensão do concreto e do abstrato na produção artesanal permite identificar que a singularidade, muitas vezes representada como fato histórico único, pode sair e entrar na circulação simples e na circulação do capital dependendo do poder das forças produtivas e das relações sociais que o sustentam.

Para terminar, é preciso reconhecer que para Marx, a tendência histórica da acumulação capitalista apresenta que o desenvolvimento da sociedade moderna limita a permanência das forças de produção simples (pequenas empresas onde o trabalhador tem seus próprios meios de produção) ou forças naturais-espontâneas.<sup>5</sup> Os problemas de compreender como se reativa a

---

<sup>5</sup> “Ao atingir certo nível de desenvolvimento, ele [O capital] engendra os meios materiais de sua própria destruição [...] Ele tem de ser destruído e é destruído. Sua destruição, a transformação dos meios de produção individuais e dispersos em meios de produção socialmente concentrados e, por conseguinte, a transformação da propriedade nanica de muitos em propriedade gigantesca de poucos, por tanto a expropriação que despoja grande massa da população de sua própria terra e de seus próprios meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e dificultosa expropriação das massas populares, tudo isso constitui a pré-história do capital [...] A propriedade privada



concentração e acumulação na realidade na destruição de um modo de produção por a integração a outro modo de produção requer da constante reflexão sobre sua posição no desenvolvimento do capital e a capacidade de debater a importância que pode ter na atualidade os objetivos dessa destruição ou de seu crescimento.

- Valor de troca

O valor de troca (*Tauschwert*) como propriedade quantitativa das mercadorias que permite a circulação, pode considerar-se como parte principal na análise da sociedade moderna capitalista. Não como a possibilidade do mercado propriamente, mais como o pressuposto das relações na sociedade, o que torna o valor de troca como a relação social de caráter universal. A totalidade (*Totalität*), como categoria que reconhece o movimento universal da circulação pode entender-se como a base dialética da teoria do valor em Marx. Assim, a importância da categoria valor de troca vai além da definição e determinabilidade material do dinheiro, é base do método de pesquisa e exposição.<sup>6</sup> Nesse sentido, a singularidade que apresenta o valor de uso, histórica e geograficamente diverso e múltiplo, que sai da possibilidade de ser determinado pelas condições econômicas, sociais e culturais confronta-se com a possibilidade de reflexionar o movimento universal das mercadorias e produtos como trabalho materializado em fluxos dinâmicos. A problemática sobre o ponto de partida do método em Marx justifica-se na possibilidade de pensar a totalidade, não como ideia vazia, mais como forma real do movimento e transformação da sociedade.

---

constituída por meio do trabalho próprio, fundada, por assim dizer, na fusão do individuo trabalhador isolado, independente, com suas condições de trabalho, cede lugar à propriedade privada capitalista, que repousa na exploração de trabalho alheio, mas formalmente livre” (Marx, 2013, p. 831)

<sup>6</sup> “A circulação é o movimento em que a alienação [*Entäusserung*] universal aparece como apropriação universal e a apropriação universal, como alienação universal. Embora a totalidade desse movimento apareça agora como processo social, e ainda que os momentos singulares desse movimento partam dos desejos conscientes e dos fins particulares dos indivíduos, a totalidade desses processos aparece como uma conexão objetiva que emerge a maneira natural e espontânea; totalidade que, sem dúvida, resulta da interação dos indivíduos conscientes, mas que não está em sua consciência nem lhes está subsumida como totalidade. O seu próprio trecho que produz um poder social que lhes é *estranho*, que está acima de eles; sua própria interação aparece como processo e poder independentes deles. A circulação, porque é uma totalidade do processo social, é também a primeira forma em que a relação social não só aparece como algo independente dos indivíduos [...] mas também como a totalidade do próprio movimento social. A relação social dos indivíduos entre si como poder autonomizado sobre os indivíduos, seja agora representado como poder natural, como acaso ou como qualquer outra forma, é o resultado necessário do fato de que o ponto de partida não é o individuo social livre”. (MARX, 2011, p. 143-144)

O trabalho artesanal como parte da compreensão do valor de troca implica sua determinação como caráter social, o valor de uso para outro, necessariamente disposto como uma atividade que potencialmente se encontra num fluxo contínuo dentro da circulação simples e da circulação do capital. Seu uso é o intercâmbio, e o objeto e sujeito fazem parte deste movimento universal. A problemática que propõe a circulação é complexa na medida em que o artesanal não aliena o valor de uso concreto na circulação, mas mantém de forma explícita a qualidade como forma de diferenciação da mercadoria. Essa dupla determinação vai permitir avaliar a posição da atividade e dos intercâmbios de forma mais clara dos produtos artesanais no mercado. É na troca onde os valores de uso adjudicados no uso real e imaginário, como patrimônio cultural em forma de saber, sociabilidade, território, adquire um **desdobramento** entre o ingresso na circulação de mercadorias e na proteção do saber-fazer fora do mercado.

Marx define o processo de alienação dos produtos como um fato acidental nas comunidades natural-espontâneas, e constituem paulatinamente uma regularidade intencional conforme se consomem produtos de comunidades estrangeiras, “desse momento em diante, confirma-se, por um lado, a separação entre a utilidade das coisas para a necessidade imediata e sua utilidade para a troca. Seu valor de uso se aparta de seu valor de troca” (MARX, 2013, p. 162). Neste ponto, se propõe como interpretação que, ao contrário da reflexão histórica de evolução dos mercados na longa duração, o processo de desdobramento ocorre como prática comum na relação de modo de produção dominante e modos de produção dominados.

A característica fundamental da vida dos indivíduos em seus aspectos simbólicos, práticas culturais e formas de produção e consumo desborda a dinâmica capitalista de valorização do valor. A problemática das identidades que centram sua base no “valor cultural”, confronta-se de forma recorrente na possibilidade de integrar ou resistir ao controle capitalista, dependendo da capacidade e poder sobre sua forma de organização social. Tanto nos aspectos locais como no mercado mundial - como totalidade -, os produtos do trabalho artesanal que procuram uma valorização do objeto pelo valor de uso são definidos pela capacidade dos produtores em decidir a funcionalidade e intencionalidade de sua atividade. Desta forma, os objetos não são de por si uma mercadoria ou produto de riqueza material e simbólica, mas que a vida social em suas relações possibilita um caminho u outro.

A particularidade do valor de troca também permite reconhecer que na circulação simples das mercadorias onde ocorrem as trocas mediadas pelo dinheiro, derivadas da relação M-D-M, adquirem características que justificam uma atividade que produz para receber uma renda, troca de mercadorias que não implica valorização, e por tanto, não é uma relação dentro do capital. A separação do valor de uso do local, do território comunal, para um valor de troca global, de intercâmbio universal, não implica uma relação capitalista. Nesse sentido nem toda produção do trabalho artesanal corresponderia ao modo de produção capitalista na medida em que desenvolva atividades de serviço ou de troca direta ao consumidor.

Por outro lado, é preciso reconhecer que quando se pensa o valor de troca como mercadoria, seu valor de uso real ou imaginário não pode avaliar-se como troca das qualidades de cada coisa, equiparar uma necessidade a outra. Ao contrário, o que pode equiparar-se como produto é o valor representado no trabalho vivo ou materializado que todas as mercancias possuem por ser produto social. “Portanto, se em relação ao valor de uso o trabalho contido na mercadoria vale tão somente qualitativamente, em relação à grandeza de valor ele vale apenas quantitativamente, depois de ter sido reduzido a trabalho humano sem qualquer outra qualidade. Lá, trata-se do “como” e do “que” do trabalho; aqui, trata-se de seu “quanto”, de sua duração”. (MARX, 2013, p. 123) Esta parte da redução que se exerce no sistema capitalista não faz parte das características subjetivas e singulares do valor de uso, ao contrário, é um poder de disposição que organiza o movimento das relações simbólicas e materiais da sociedade, que embora não envolvem a totalidade da vida, dominam fluxos da cotidianidade e da supervivência de forma direta ou indireta. Os espaços sociais e culturais determinam e são determinados pela capacidade de controle e domínio que os grupos e classes posam ter neste processo.

De forma geral, o valor de troca é a parte do movimento dialético que permite reconhecer os limites teóricos dos estudos sobre os valores simbólicos e materiais fora do capital. Um artesanato, ou um produto artesanal, pode manter sua independência da circulação como mercadoria dada uma determinada relação comunal, produzir na relação simbólica, sacra e profana, e compreender seu conteúdo e forma. As relações humanas que não podem escapar da emoção, da vivência e das ações de cada indivíduo, permanecem como base sociocultural num período determinado. O artesanal como parte da trama de signos, narrações e vivências que se materializam não poderiam deixar de existir como o real. Embora, neste ponto é necessário

ênfatisar, o materialismo histórico geográfico reconhece que no momento em que o cultural representado no valor de uso aliena-se na realidade diversa dos fluxos de intercâmbio, ocorre uma abstração geral ao fato de que todo produto social é dado pela atividade humana, pelo trabalho na forma criativa ou mercantilizada, ao final trabalho humano. Como valor de troca, toda a diversidade cultural, aliena-se e flui para uso de outros, neste cenário o valor de uso real e simbólico constitui parte do processo e é reconhecido como possibilidade de entrar e sair tanto pelo poder de dominação como pela resistência ao sistema.

Assim, a importância do valor de troca como expressão do momento de “inflexão” entre o singular e universal, da individualidade de um produtor em seu lugar de produção, com suas ferramentas e consumidores locais, à compreensão de um fluxo de mercado mundial de troca de mercadorias artesanais, que integram um valor de uso específico, e fluxo de pessoas; fazem parte de uma forma de compreensão de relações onde os sistemas culturais não conseguem resolver as contradições que não são equivalentes em suas propriedades. O valor de troca na circulação simples tem em si o gérmen do mercado mundial, o valor de uso é a força contrária que permanece latente na satisfação de necessidades concretas.

- Valor

O valor (*Wert*) pode considerar-se como a categoria principal na explicação, pois como síntese do processo do capital corresponde ao trabalho humano como a característica que define o ponto de partida para a crítica da sociedade moderna, como mercadoria especial na venda de força de trabalho que produz mais-valor. Neste sentido, a crítica sobre a totalidade do trabalho como “ontologia do ser social” tem seu limite na forma como se pode diferenciar o valor de uso de “o valor”, os pressupostos que esta última categoria só consegue na modernidade e que não pode universalizar-se em outras temporalidades e modos de produção. Voltar à ideia do valor como parte da crítica do trabalho na modernidade e não como uma crítica da modernidade pelo trabalho (POSTONE, 2014).

Reconhecendo os limites da crítica tanto no valor de uso como no valor de troca, a situação não pode expandir-se além das características da sociedade sob o modo de produção capitalista, o que define territórios, populações e práticas sociais não reduzíveis ao capital, mas que dependem da compreensão do trabalho como parte fundamental da sociedade atual. Por

outro, lado, as características de uma troca que passa da circulação de mercadorias (M-D-M), à ênfase da circulação de dinheiro (D-M-D), reconhecem e precisam de uma circulação de mercadorias desenvolvida, com a capacidade de abstrair o trabalho como forma concreta de valor de uso, e alienar o denominador comum da produtividade social no capital, o trabalho humano.

A relação do trabalho em geral com a atividade artesanal deve derivar de uma explicação maior do trabalho desde as formas de análise no processo de produção capitalista, e seus limites na integração do movimento geral. Neste momento pode ser necessário integrar os aspectos básicos que a categoria do valor tem com o movimento de valor de uso e valor de troca e como pode chegar a ser capital. O capital não são coisas ou relações de intercambio simples, o capital é um processo de acumulação e concentração, um sistema sociometabólico de controle para esse crescimento e acumulação. Nesse sentido não pode adjudicar-se como capital a todo o que é parte do processo, não todo objeto e sujeito no modo dominante de produção é capitalista. A frequente assimilação das ciências sociais do termo capital gera uma forma de incompreensão entre o processo de acumulação e valorização do valor e o capital como “coisas físicas”.<sup>7</sup>

Por outro lado, e com maior dificuldade na compreensão da realidade econômica, encontra-se as propostas de integrar o capital às formas da vida em sociedade, reduzindo toda a realidade social, cultural e econômica às características do modo de produção capitalista. Neste sentido Marx escreveu como crítica que:

*A capacidade de trabalho [Arbeitsvermögen] foi denominada capital do trabalhador na medida em que ela é o fundo que o trabalhador não exaure em uma troca isolada, mas pode repeti-la continuamente durante sua vida como trabalhador. De acordo com essa concepção, seria capital tudo que fosse um fundo de processos reiterados de um mesmo sujeito; assim, p. ex.: a substância dos olhos seria o capital da visão etc. Semelhantes lugares-comuns beletistas, que classificam tudo sob tudo por meio de qualquer analogia, podem parecer inteligentes ditos pela primeira vez, e tanto mais quanto mais identificam*

---

<sup>7</sup> É pertinente lembrar aqui a crítica que James Galbraith realiza a Thomas Piketty em seu livro *O Capital no século XXI*. Assim, se utiliza o termo capital desde a teoria neoclássica como coisas ou produtos, e não como processo de acumulação e dominação de uma classe sobre outra. “Aunque Thomas Piketty, profesor de la Escuela de Economía de París, escribió un libro voluminoso titulado *El capital en el siglo XXI*, rechaza explícita (y cáusticamente) el punto de vista marxista. En algunos aspectos es escéptico respecto de la economía predominante, pero concibe el capital (en principio) como una aglomeración de objetos físicos, en concordancia con la teoría neoclásica. Y, por tanto, debe afrontar la pregunta de cómo medir el capital como cantidad. Su enfoque consta de dos pasos. Primero mezcla el equipo de capital con *todas* las formas de riqueza valoradas en dinero, incluida la tierra y la vivienda, bien sea que la riqueza se use o no en forma productiva. Solo excluye lo que los economistas neoclásicos llaman “capital humano”, quizá porque no se puede comprar ni vender. Luego calcula el valor de mercado de esa riqueza. Su medida del capital no es física sino financiera. Considero que esta es una fuente de terrible confusión [...]”. (GALBRAITH, 2014, p. 346)

as coisas mais disparatadas. Repetidos, sobretudo com autocomplacência, como máximas de valor científico, são pura e simplesmente tolos. (MARX, 2011, p. 227-228).

As diferentes denominações de capital como humano, social, cultural, político, religioso, sensual, adjudicam as propriedades e formas da vida social uma definição própria de reconhecer uma repetição e reiteração de processos como capitais, o que não tem relação direta e só reduz a realidade ao capital. Frente a isto deve ter-se em conta os limites da relação de valor de uso, valor de troca e valor. O valor considera-se assim como uma característica que requer de condições econômicas e sociais amplas e complexas, derivadas das formas de acumulação dentro e fora da dinâmica capitalista e de uma formação de classes como aspecto de base para seu desenvolvimento.

O valor por si, como troca de dinheiro por dinheiro ainda não constitui capital, precisa de uma valorização do valor, de um processo de crescimento e rendimentos, o que se define como mais-valor (*Mehrwert*), e configura a atividade capitalista como tal. É dizer, a formula da transformação de dinheiro em capital, de valor em valorização do valor, D-M-D'. Para que o processo do capital exista se precisa de uma transformação da relação entre as forças produtivas e as relações sociais, o que só pode existir em determinados tempos e espaços. Ao contrário da filosofia da história, o processo de capital não se encontra como uma necessidade, mas como uma contingência das efetivações do valor como valorização. Embora o texto d'*O Capital* encontre-se de forma expositiva da mercadoria ao processo global de produção e circulação, não pode esquecer-se que a forma de exposição pode partir de uma leitura em *progressus* e *regressus*, é dizer, o capital como processo não é finalidade (teleologia), reconhecer que as atividades podem deixar de ser produtivas ao capital como sistema e mudar como outras formas sociais em formas de produção alternativas.

A dificuldade de uma leitura que não diferencie o método de investigação e o método de exposição pode limitar a compreensão da dinâmica do processo geral do capital. O método da exposição da circulação simples à circulação do capital não pressupõe que todo o processo se concentre na valorização do valor, e que a pesquisa não possa mudar na forma de exposição ou concentre as possibilidades limitadas às formas do capital e a luta de classes, derivadas da dinâmica da força produtiva e da relação social desigual nas sociedades industrializadas. A

valorização do valor ou o processo de acumulação produz as condições da luta de classes na sociedade industrial entre trabalhadores e capitalistas, ou melhor, entre trabalho e capital como separação radical das categorias. A reflexão do valor adquire forma na luta de classes nas sociedades modernas.

## 1. 2. TRABALHO ARTESANAL, SOCIABILIDADE E CLASSE.

O problema principal na relação do estudo do trabalho artesanal com a teoria marxista consiste na interpretação do marxismo tradicional da leitura sobre o significado do trabalho artesanal. Nesse sentido a interpretação de uma relação transcendental do processo histórico (determinista) a uma relação imanente do processo, dista muito na concepção epistemológica e metodológica (ŽIŽEK, 2007). No capítulo 12 do livro *O Capital*, no concernente à “Divisão do trabalho e manufatura”, Marx utiliza o conceito de trabalho artesanal (*Handwerksarbeit*) como a **base** de produção do trabalhador e sua ferramenta, para o desenvolvimento da manufatura desde o século XVI ao XVIII.<sup>8</sup> A manufatura utiliza essa unidade (-base) artesanal, seja na forma combinada de diferentes ofícios ou de forma cooperada de diferentes artesãos no mesmo ofício, para poder desenvolver-se na sociedade a grande escala, e logo entender assim o desenvolvimento da maquinaria no século XIX, e lograr perceber assim as diferenças no processo de divisão do trabalho social e do trabalho técnico.

Por outro lado, a relação da obra de Marx também pode ter variações entre o significado dos artesãos como classe média (MARX, 1980; 2012),<sup>9</sup> o trabalho artesanal como forma técnica de relação ou unidade de ofício (MARX, 2013, p. 413), o trabalho na divisão do trabalho baseado na maquinaria e nos ofícios artesanais,<sup>10</sup> ou o artesão urbano tradicional dentro de modos de produção não capitalistas (MARX, 2011, p. 408; p. 422). Existem diferentes referencias ao trabalho artesanal e aos artesãos na obra de Marx, mas o problema é que desde o marxismo

---

<sup>8</sup> “O trabalho artesanal permanece sendo a base, e essa base técnica limitada exclui uma análise verdadeiramente científica do processo de produção, pois cada processo parcial que o produto percorre tem de ser executável como trabalho parcial artesanal” (MARX, 2013, p. 413)

<sup>9</sup> “As camadas inferiores da classe média – os pequenos comerciantes, os lojistas e os negociantes aposentados em geral, os artesãos e os camponeses” (MARX; ENGELS, 2015, p 72).

<sup>10</sup> Para Marx, frente ao desenvolvimento técnico da máquina no capital: “Cuando hablamos de división del trabajo, hacemos referencia a la división del trabajo sobre la que está basada la manufactura, y no la división en diferentes artesanías independientes” (MARX, 1976, p. 112)

tradicional se reproduz uma interpretação dos conceitos de forma transhistórica,<sup>11</sup> nesse sentido o uso limitado ao século XIX da categoria trabalho artesanal que realiza Marx não pode ser adjudicado abstratamente a toda atividade artesanal de forma atemporal; ao contrário, é o processo de verificação histórica das formas de organização do trabalho em suas diferentes trajetórias o que oferece uma posição explicativa do que pode pensar-se como artesanal, o trabalho artesanal ou artesanato. Nesse sentido o marxismo tradicional perde-se na repetição ortodoxa do livro sem referencia ao processo científico dialético da realidade.

A questão aqui, então, é reconhecer desde os processos históricos concretos o desenvolvimento e transformações do trabalho artesanal e suas representações sociais, subjetivas e objetivas, no desenvolvimento do modo de produção social dominante. Assim, desde uma forma dialética materialista sobre a relação de valor de uso, valor de troca e valor, o movimento e posição das agrupações e produtores artesanais podem ser definidos pelas relações econômicas, políticas e sociais nos diferentes graus que um agrupamento possa ter para desenvolver uma atividade social histórica e geograficamente determinada. Nesse sentido, as formas de sociabilidade que se constroem tendo em conta uma dimensão concreta são atualizadas em sua posição frente à classe, isto pode entender-se si se observa a dinâmica da classe trabalhadora e sua posição e condição em relação a duas características: a primeira do tipo de sociabilidade ou associação, e o segundo a relação com o mercado da força de trabalho.

As formas de sociabilidade que constituem o trabalho artesanal podem ser variadas, tendo em conta sua funcionalidade ou objetivo da atividade. Desde sua institucionalidade, podem ser exemplificadas em famílias, associações, cooperativas, empresas, sindicatos, federações e organizações não lucrativas (ver capítulo 4). As definições dependem da legislação territorial que dirija sua atividade, embora seja importante apontar que cada uma das formas de institucionalidade corresponde uma forma de controle e poder frente às demais formas de associação ou agrupamentos num território específico (correlação de forças). A frequência e o tempo de relação pode ser um fator importante que permitiria pensar a posição dos trabalhadores. Neste sentido, as identidade e identificações são parte da institucionalidade e a diferenciação

---

<sup>11</sup> Para M. Postone existem dois modos de análise crítica: “de um lado, uma crítica do capitalismo do ponto de vista do trabalho e, de outro, uma crítica do trabalho no capitalismo. O primeiro, que se baseia na compreensão transhistórica do trabalho, [...] De acordo com o segundo modo de análise, o trabalho no capitalismo é historicamente específico e constitui as estruturas essenciais dessa sociedade.” (POSTONE, 2014, p. 20)



dada pelo status ou posição dentro de um espaço social, é parte da dinâmica micro-social que corresponde a fatores sociais definidos por gênero, etnia e outras representações coletivas que permitam sua identificação. O que permite reconhecer a posição de artesão e artesã, e do objeto como artesanato se encontraria nesta relação dinâmica, o *ser* artesão se encontra integrado nas formas de sociabilidade e não é um fato natural ou determinista.

A produção de objetos artesanais pode ou não ser parte de processos institucionalizados com graus intensos de proximidade e frequência nas relações, pois a definição e posição dependem das relações dadas na dinâmica das outras associações e agrupações. A pertinência a uma classe específica define-se pela participação das formas de sociabilidade na dinâmica do capital; por exemplo, uma cooperativa de artesãos pode conter uma divisão do trabalho que corresponde com a produção de mais-valor e acumulação, existiria uma relação de classe entre trabalho e capital, ou classe trabalhadora e classe capitalista (por exemplo, empresas artesanais de edificação na França ou Alemanha). Embora, se a organização produz em relação a uma distribuição do trabalho e a renda entre membros proprietários dos meios, a relação não se encontraria dentro da classe trabalhadora produtiva ao capital, embora sua atividade possa realizar capital na medida em que faz parte da circulação simples de mercadorias, o que define sua participação como classe trabalhadora improdutiva ao capital (por exemplo, Cooperativa de Economia social ou solidaria). Essa é a forma dialética do valor de uso, o valor de troca e o valor que se materializa e atualiza continuamente no capitalismo, neste sentido a reflexão que faz Engels sobre a diferença entre trabalho (*work*) e labor (*labour*) se encontra condicionada socialmente pela forma dialética estrutural.<sup>12</sup>

Por outro lado, em relação ao mercado da força de trabalho, pode entender-se como indicador de participação, de empregabilidade, e de rotação. Nessa medida, por a pertinência a fatores como idade, gênero e etnia, as condições de sua determinação como população em idade ativa definida pelas convenções trabalhistas de um Estado fazem parte da classe trabalhadora, embora seja como parte de sua posição como pessoa empregada, independente (seja empregador ou não), ou de labores não remuneradas, como o trabalho doméstico em alguns países. A taxa de

---

<sup>12</sup> “A língua inglesa tem a vantagem de ter duas palavras para esses dois diferentes aspectos do trabalho. O trabalho que cria valores de uso e é determinado qualitativamente é chamado de *work*, em oposição a *labour*; o trabalho que cria valor e só é medido quantitativamente se chama *labour*, em oposição a *work*. (F. E.)” (ENGELS apud MARX, 2013, p. 124)

desemprego que define a participação é mudável em relação aos processos estruturais econômicos, além das características de poder desigual na questão de gênero, cidadania e localização (urbana ou rural). Isso faz com que a posição de classe mude de ocupações com certo privilégio dentro do mercado e se produza uma continua desvalorização de outras atividades. A complexidade e rotatividade do trabalho não se concentrariam nas habilidades e qualificações dos trabalhadores propriamente e si de sua posição na estrutura. Para Marx,

A diferença entre trabalho superior e inferior, trabalho “qualificado” e “não qualificado”, repousa, em parte, em meras ilusões ou, no mínimo, diferenças que há muito tempo deixaram de ser reais e continuam a existir apenas em convenção tradicional, e em parte, no desamparo de certas camadas da classe trabalhadora, que dispõe de menos condições do que outras de se beneficiar do valor e de sua força de trabalho. Circunstâncias acidentais desempenham nisso um papel tão grande que esses dois tipos de trabalho às vezes trocam de lugar. (MARX, 2013, p. 274)

Neste ponto Marx enfatiza que o trabalho complexo pode ser diferente em diversas regiões pelo desenvolvimento do capital, o que pode ser num país um trabalho qualificado produtivo, em outro só faz parte de uma produção não qualificada numa produção simples e improdutivo. A possibilidade de encontrar-se uma maior produtividade na classe trabalhadora frente a uma ocupação e profissão depende de fatores próprios da atividade, como o custo na aprendizagem e o desenvolvimento das capacidades específicas da ocupação, como da forma em que se realiza funcionalmente na divisão social do trabalho, em sua capacidade de empregabilidade, e sobre tudo na forma de participação no capital social ou total, onde sua participação no setor de bens de produção e no setor de consumo produtivo, ou consumo de luxo, identifiquem sua funcionalidade real-material no sistema econômico.

Retomando às características de participação, emprego e rotação, é lógico que estes indicadores sobre a base das contradições do capital gerem um **desemprego crônico**, não como um fato tangencial e se como fato central das relações de conformação do trabalho, onde a diferença do desenvolvimento tecnológico e das habilidades especializadas para sua aplicabilidade, o trabalho artesanal que surge da dialética de inovação e obsolescência dos setores produtivos já não atende só aos trabalhadores não qualificados para uma ocupação, senão a qualquer trabalhador, “o problema não mais restringe à difícil situação dos trabalhadores não qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos -e cada vez mais raros- empregos disponíveis” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1004) Desta forma, a condição de

rotatividade se torna uma norma que permite uma maior exploração na flexibilização dos empregos, o que permite que a quantidade de trabalho artesanal seja variável em função da participação e empregabilidade num tempo e espaço específico.

O problema, então, é compreender como a dialética do valor de uso, do valor de troca e do valor podem ser entendidas em seus aspectos econômicos, políticos, sociais e técnicos, percebendo que não só pela diversidade social e sua singularidade, senão pela mesma construção de sistemas de valor geograficamente desiguais se gera um resultado diferente na estruturação do trabalho artesanal. Para o objetivo da presente pesquisa, a categorização do que é trabalho artesanal torna-se necessária, na medida em que o uso cotidiano da palavra produz polissemia e pode confundir a análise levando a questões particulares do que pode ser geral, e vice-versa.

**Trabalho artesanal:** O trabalho artesanal é uma forma de produção que se encontra em relação histórica e estrutural com o total das formas de trabalho numa sociedade, definindo seus limites e conteúdo como parte da dinâmica da produção geral. A diferenciação de “artesanal” tem seu sentido lógico e prático em três dimensões: (1) **divisão técnica do trabalho** ou frente ao estado de desenvolvimento técnico e tecnológico de uma população, (2) **divisão social do trabalho**, a posição do ofício na organização geral do trabalho, e (3) **divisão simbólica do trabalho** como parte de distinção frente a outras formas de produção simbólica, dada pela identidade ou particularidade histórica e geográfica. Assim, o trabalho artesanal pode gerar diversas formas de manifestação pela condição material, posição social e representação simbólica; tanto na técnica, o ofício e o valor de uso simbólico. Neste sentido, existe uma gradação de posições dentro do trabalho artesanal.

- Divisão técnica

**Trabalhadores artesanais:** Os trabalhadores artesanais são os sujeitos que produzem em condições técnicas de maior habilidade manual para produzir um objeto ou serviço, o que corresponde a entender sua posição na divisão técnica de uma sociedade, entendendo como resultado da compreensão das qualidades e quantidade de trabalhadores em função do total da produção num país, região ou localidade. Assim, o grau de representação e identificação depende da condição estrutural de uma sociedade, como uma condição principalmente objetiva, pois não

conduz necessariamente a uma expressão e identificação subjetiva (identidade) senão que se mede principalmente pela condição material de sua produção.

**Objeto artesanal:** Pode considerar-se como o produto material do trabalho, que tem em consideração a forma técnica de produção em relação oposta com a produção industrializada, tendo como base a maior participação do trabalhador na produção manual ou com ferramentas e maquinaria simples. O objeto responde a uma necessidade, seja básica ou de luxo, e a situação da produção de objetos e seu consumo é variável desde as condições objetivas dadas pela divisão técnica do trabalho num território, como pelas condições subjetivas de distinção que aquele produto possa ter num momento particular.

- Divisão simbólica

**Artesanato:** Objeto artesanal que tem como particularidade uma expressão simbólica, seja de conteúdo material com referencia a um lugar específico, pelo valor estético dado em sua peculiaridade artística, ou de uma prática que expressa e representa uma historia ou atividade tradicional de uma população. O objeto adquire a relevância da produção como forma fetichizada ou alienação do valor do trabalho, que não depende diretamente da identidade do produtor para seu reconhecimento. Desta forma, a diferença da divisão técnica, o trabalhador artesanal se apresenta como dependente do valor do objeto; e o objeto artesanal ou artesanato se constitui como um discurso de produção material relativamente independente.

**Trabalhadores de artesanato:** O trabalhador do artesanato é definido pelo produto, como forma de identificação principal, pois responde a uma condição simbólica de reconhecimento social do objeto. Pode falar-se de trabalhadores do artesanato tanto pelos artesãos e artesãs, como de outros profissionais que interveem na produção como designers e artistas (estes reconhecidos institucionalmente). Nesse sentido, depende da condição e estado da divisão social do trabalho e o reconhecimento social e cultural que tenha a categoria em geral. Ao falar de trabalhadores de artesanato pode considerar-se a possibilidade que o individuo possa ter profissões ou ocupações diferentes num mesmo período de tempo, da mesma forma que captura a dinâmica que tem aqueles trabalhadores dedicados ao ofício direta ou indiretamente.

**Artesão e Artesã:** São trabalhadores do artesanato que produzem identidades territoriais específicas e adquirem um poder do saber-fazer histórica e tecnicamente aprendido ou herdado no território de produção. A diferença principal dos demais trabalhadores do artesanato é sua representação e identificação que pode ser institucionalizada ou dada pela convenção dentro do mercado e o território em que realiza sua atividade, o que o transforma em um sujeito reconhecível dentro do campo ou espaço de produção, não obstante seja definido pelo artesanato, e não única e diretamente ao contrário. Quando o Artesão ou Artesã alcança um grau de reconhecimento maior pode materializar-se pela “marca” no mercado, (signo ou símbolo com valor tanto do objeto como do sujeito), ou pela identidade do individuo na posição social e cultural dentro de um território (signo de distinção dentro da organização social).

- Divisão social

**Produtor artesanal por renda:** São trabalhadores - individuo ou grupo- que produzem para troca no mercado por uma renda, espacialmente posicionado em um processo de produção e circulação simples. Nesse sentido não se encontram diretamente subordinados à valorização, embora sua atividade possa ser resultado de trajetórias dadas pela acumulação do capital no mercado, por exemplo, como consumidores de mercadorias; ou também de trajetórias sociais de produção de riqueza material, o que permite que não esteja diretamente subsumido pero si que em contradição com a valorização do valor, que seja improdutivo ao capital. É importante reconhecer que não se fala aqui de “independentes” ou autônomos, pois essa categoria pode medir o caráter quantitativo, mais não como característica organizacional, é dizer os fins da atividade, que podem ser dadas de forma local ou comunal nas necessidades imediatas e controladas (modo de produção pelos trabalhadores organizados), ou podem ser parte dos pequenos capitalistas (modo de produção capitalista).

**Produtores-comerciantes e Comerciantes:** São indivíduos que interferem no processo de comercialização como agentes que podem ser parte da produção ou não, o que permite reconhece-os como uma posição social em transição da circulação simples à circulação do capital, embora deva lembrar-se que como comerciante não se gera valor em si, podendo mudar os preços, mais não intervém diretamente na produção do valor, é dizer modificar o tempo de trabalho necessário para a produção.

**Pequenos capitalistas ou empreendedores:** Os capitalistas dentro da produção artesanal são agentes que procuram a valorização do valor. Assim, a categoria de pequeno capitalista pode definir o grau de participação de aquele que pode contratar força de trabalho num local e com ferramentas e maquinaria disposta para o lucro. Ao falar de pequeno capitalista, dentro da lógica da acumulação do capital, não depende totalmente da quantidade e se da qualidade da dinâmica, pois o mesmo capitalista pode ser duplamente o mesmo trabalhador que é explorado. O desdobramento surge não na condição individual, como propriedade volitiva ou corporal, senão na forma de participação dentro do processo de valorização do valor.

**Produtor artesanal assalariado:** Embora possa ser uma contradição, no momento em que as empresas artesanais contratam força de trabalho para a produção artesanal, é compreensível que exista uma diferenciação entre a pessoa que vende a força de trabalho, sua capacidade, e quem compra seu tempo. É dizer, a acumulação do capital em seu desenvolvimento geográfico desigual permite que se transforme ou ampliem categorias como o trabalho artesanal nas empresas capitalistas, reconhecendo-se assim a posição de trabalhador assalariado pela condição material e sua disposição na produção para a valorização do valor.

É preciso reconhecer que este tipo de categorias se produzem derivadas da mediação social dominante, o que permite reconhecer seu caráter histórico, e não como categorias próprias dos indivíduos. Nesse sentido deve ter-se em conta que:

- Não pode pensar-se uma autonomia total da produção do trabalho artesanal, e se o estudo de uma parte dentro da totalidade, obrigando a direcionar uma análise condicionada pela relação geral de produção num território ou uma sociedade.
- Os indivíduos podem fazer ou não parte do processo, as categorias não são deterministas, pelo contrário dependem do movimento dialético das condições subjetivas e objetivas que permitem que se realize, reproduzam ou desapareçam este tipo de relações.
- Embora possa existir uma luta pelas condições dentro do campo artesanal, no processo de reconhecimento e aquisição do aumento ou acumulação dos recursos que nesse espaço social possa oferecer-se para os indivíduos - o que pressupõe um conjunto de recursos conscientemente compartilhados e distribuídos -, é notável que a dinâmica se encontre além da definição e classificação do campo no território ou país, e seja definida por fatores externos ao campo, seja pela condição técnica ou territorial.

- A continuidade ou descontinuidade das categorias são resultado da variação da divisão social do trabalho, as necessidades da população e as formas de distinção dos produtores e consumidores, entre outras variáveis, que mudam constantemente e permitem que sua permanência seja curta ou longa no tempo.
- O desenvolvimento geográfico desigual pela acumulação do capital permite que existam formas de articulação do trabalho artesanal em diferentes espaços, dependendo do grau de formação (institucionalização) e à importância ou peso de cada categoria frente aos demais setores ou formas de trabalho, formando-se graus diversos de sociabilidade, seja estrutural hierárquica ou em redes multiformes de poder.

#### 1.2.1. DIVISÃO DO TRABALHO E FRAGMENTAÇÃO DE CLASSE

Dentro da acumulação do capital e seu desenvolvimento desigual, se produz uma contínua divisão e fragmentação dos trabalhos em função da contínua valorização do valor, o que permite compreender o crescimento e distanciamento entre a população de reserva para o trabalho produtivo, e a população trabalhadora produtiva, pois ao aumentar o fluxo de investimento no capital fixo (maquinaria), para o acréscimo de lucro, também se forma um crescimento da população em setores de serviço e de produção (cooperação e manufatura) que podem não produzir capital e, ao contrário, podem manter-se como parte de uma relação social e econômica de “realização” do capital, é dizer que se considera como parte da circulação como consumidores ou comerciantes.

A fragmentação de classe, como resposta às mudanças do contexto laboral do setor, as expectativas pessoais (individualização) e as condições de mudanças de produção técnica e tecnológica oferecem uma transformação nas relações e mobilidade dos indivíduos no espaço de vida e de trabalho, permitindo a dominação de tempo pelas diversas ocupações para a sobrevivência, seja na forma de exploração, no domínio ou “captura” da subjetividade, dentro dos locais de trabalho produtivo, ou de forma independente nos espaços da vida cotidiana (ALVES, 2008). Nesse sentido, o estudo da fragmentação da classe dada pelo acréscimo do exército de reserva, mantém uma instabilidade maior no fluxo de pessoas sobre diferentes atividades ao longo de sua idade laboral, seja pelos deslocamentos espaciais ou laborais, o fato de uma fluidez

nas relações laborais permitem um aumento na individualização e da fragmentação, reconhecido também como flexibilização laboral (ANTUNES, 2002).

Neste cenário, é importante reconhecer que o trabalho artesanal, desde a divisão social, técnica e simbólica do trabalho pode apresentar uma série de trajetórias dadas na relação dentro e fora dos setores produtivos, que podem medir-se pelo tempo de ocupação, mas também da relação que tem com as outras atividades, o volume da produção e os valores geográficos de mobilidade do trabalhador ou da mercadoria. Assim, a definição da posição de classe pode coincidir totalmente no reconhecimento e auto-reconhecimento do indivíduo com a atividade, medido pelo tempo dedicado e o valor de distinção no espaço social, ou de forma parcial onde se comparte o tempo com outras atividades seja no grupo de referência ou de forma individual. Nesse sentido, a mobilidade geográfica e social pode pensar-se como uma linha pendente onde se manifestam em trajetórias sociais pelo confronto ao longo do tempo entre as projeções subjetivas e as condições objetivas.

Nesse sentido, Pierre Bourdieu (1988, p. 335) fala da *pendente* e a *tendência* como característica da posição de classes intermeias dada pela condição de mobilidade com referencia a outras posições ou classes. É dizer, as condições dos trabalhadores artesanais consideram de fato a possibilidade de mobilidade em várias trajetórias: 1) como tendência de ser pequeno empresário ou pequeno capitalista, 2) a condição de ser pequeno proprietário pela renda gerada no monopólio da terra com valor “agregado”, 3) a condição de tendência alterna ao capital de cooperação e organização fora do mercado, e pelo ultimo 4) a tendência de volver a ser assalariado na venda de sua força de trabalho. Logicamente, a posição de inicio não é o ponto zero, ao contrário, é resultado de uma trajetória pessoal (escolar, cultural, econômica, social, etc.) e de uma série de condições objetivas de existência (institucionais, geográficas, políticas, etc.) o que define sua possibilidade ou tendência, pois a diferença da teoria econômica e administrativa, centrada nos aspetos volitivos de cada pessoa, como maquilagem de superação individual, as condições objetivas e subjetivas podem determinar ou modelar, relativamente, os fins e expectativas de cada individuo.

A tendência do crescimento da população de reserva que se inclui horizontalmente como formas de trabalho intermédias, permite que exista uma maior mobilidade em diversos setores, definindo cada vez mais tendências fora da media tradicional, e tendo como probabilidade uma



maior rotação dos trabalhadores em funções e ocupações instáveis. A fluidez e velocidade é uma tendência dada precisamente pela condição própria das ocupações e das expectativas que se reduzem aos processos de transição, dado um sistema de valores subjetivos da ocupação frente ao conjunto das atividades laborais, como o a procura por maior renda.

A tendência da trajetória social não pode medir-se como um fato dado pelo setor ou atividades de produção artesanal, ao contrário, as tendências são construídas e se constroem entre a dinâmica da divisão do trabalho social entre setores, e dentro do setor de produção, em especial o processo de acumulação de capital que reestrutura as condições que permitem a mobilidade ou pendente para uma “ascensão” ou uma “queda” na posição dentro dos valores dados pela sociedade às ocupações e setores de produção. Assim, as tendências no desenvolvimento do capital podem ajustar-se:

- ao movimento geral de acumulação na estagnação, recuperação, expansão e crise;
- ao movimento particular de desenvolvimento tecnológico que permite a mudança dos valores e conteúdo dos ofícios dentro de cada setor;
- à qualificação e profissionalização para o trabalho dada institucionalmente;
- à idade e a produção de expectativas individuais de mobilidade;
- à posição geográfica com maior ou menor densidade populacional;
- à posição dentro da trajetória própria do campo, que define que sejam trabalhadores antigos, trabalhadores executantes ou novos trabalhadores.

Assim, no processo de estagnação a mobilidade social pode acrescentar a atividades de autoemprego, ao contrário que no processo de expansão, o crescimento do trabalho assalariado pode ser maior, medido como tendência pela estabilidade.

O trabalho artesanal, então, tem como característica a pendente, a instabilidade, o que ocasiona uma chave na análise do estudo, pois faz parte de posições no espaço social dependentes em sua maioria da totalidade do trabalho. A criação de um setor próprio como o artesanal é parte do resultado dos processos de flutuação e instabilidade dada pelo crescimento do exército de reserva ou de novos mecanismos de produção do precariado, na medida em que faz parte do desenvolvimento geográfico desigual do capital e não simplesmente do problema político por país região o localidade. Em outras palavras, o setor artesanal que se considera como

independente atualmente, faz parte de um novo mecanismo de agrupação das condições de produção e serviço que tornassem suficientes para a supressão do exército de trabalhadores de reserva ao capital.

### 1. 3. TRANSIÇÃO E SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO ARTESANAL.

#### 1.3.1. ANTROPOLOGIA ECONÔMICA E FORMAS DE SUBORDINAÇÃO

A análise escolhido sobre o trabalho artesanal na dialética do valor de uso, o valor de troca e o valor obriga a definir os limites da própria dinâmica e reconhecer desde o princípio o que pode ser entendido como parte do capital e aquilo que se encontra relativamente fora da valorização do valor. Tendo em conta o exposto por Marx, o valor de uso não coincide totalmente com a produção da riqueza material e as formas históricas e particulares de organização social<sup>13</sup>, é dizer, toda a complexidade de relações e usos que implica a vida em sociedade para o consumo e produção da riqueza material num período histórico específico. Nesse sentido, não todo intercâmbio e não toda produção de objetos artesanais pode considerar-se uma produção subordinada ou dominada pelo capital; não obstante, reconhecer se pode ou não existir na realidade esse tipo de prática social, onde e quando pode ser desenvolvida esta prática, e se os mecanismos de relação são unidirecionais (dependentes) ou multidirecionais (interdependentes) é o que pode definir o objetivo desta parte da exposição.

Os limites da relação entre valor de uso e valor representam o ponto de partida para definir o trabalho artesanal dentro da proposta materialista. A questão dentro da reflexão do desenvolvimento histórico e geográfico desigual é como entender os processos de transição, subordinação e resistência das formas de produção não capitalistas frente ao capitalismo? Em outras palavras, se a relação de acumulação capitalista requer de uma continua produção e confronto de formas não capitalistas conforme se desenvolve nos territórios e regiões, quês formas sociais e forças de produção possíveis e prováveis mantêm sua dinâmica de homogeneização e

---

<sup>13</sup> “O contraste entre valor e ‘riqueza efetiva’ – ou seja, o contraste entre uma forma de riqueza que depende ‘do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregado’ e outra que não depende – é decisivo para esses trechos e para a compreensão da teoria de Marx do valor e da sua noção de contradição básica da sociedade capitalista. Isso indica claramente que o valor não se refere à riqueza em geral, mas é uma categoria historicamente específica e transitória que supostamente apreende a fundação da sociedade capitalista” (POSTONE, 2014 [1993], p. 41)

igualização? Até que ponto a lógica do capital pode ser dominante como modo de produção e pode dar explicação à reprodução de formas de vida não capitalistas?

Para responder a essas perguntas se propõe uma breve definição da antropologia econômica e os alcances explicativos destas questões, visando uma relação com as formas de produção artesanal. A antropologia econômica como estudo da produção do sujeito econômico tem importância para compreender seu debate com a economia política clássica onde regiam umas leis universais e configuravam uma racionalidade ocidental necessária. As problemáticas sobre a definição do sujeito econômico se enfatizavam a metade do século passado nas problemáticas de definir o “civilizado” e o “primitivo” como formas de organização com economia racional e aquelas que não possuíam uma racionalidade. Além disso, o problema teleológico das teorias econômicas que definiam um processo evolucionista e histórico dos modos de produção, onde se dava por superado toda produção não capitalista em função de uma consolidação industrial.

Neste período se definem três teorias acadêmicas da antropologia sobre o problema da formação do sujeito econômico, por um lado estão os formalistas e substantivistas, e por outro os materialistas (PALENZUELA, 2002). A corrente formalista derivada do marginalismo tem como base uma racionalidade econômica universal que pode ser estudada em diferentes grupos humanos, é dizer, o uso racional de bens escassos. A produção de economias “primitivas” ou pré-capitalistas é considerada desde esta corrente como um tipo específico dessa racionalidade universal, abstrata e formal que todo ser humano deve ter. Esta proposta pode interpretar-se como atual na relação da economia como resposta a toda racionalidade que procura administrar meios escassos a fins alternativos, e que pode dominar as políticas de integração econômica de populações locais, rurais ou tribais.

Contraria a esta posição formalista da antropologia econômica, os substantivistas definem a economia como as formas de produção, distribuição e circulação de bens materiais para a satisfação de suas necessidades. A racionalidade econômica é um ato institucionalizado, não é parte de toda atividade humana como pensavam os formalistas. Para Karl Polanyi, o mercado é o fator necessário para a separação da economia de outras instituições, definindo assim uma dupla formação econômica substantiva em organizações sociais com mercado e sem mercado (POLANYI, 2007). As sociedades sem mercado precisam de outra forma de compreensão de suas

relações econômicas incluídas (*embedded*) em outras instituições dessa sociedade. Nestas condições não mediam as relações de troca no mercado, mas formas de relação como reciprocidade, redistribuição e intercâmbio. Os problemas da aplicação da teoria se encontram na forma de entender toda relação econômica desde a circulação de bens como valor de troca correspondente, e não dar explicação de porque se desenvolve uma e outra forma de relação de troca.

As duas correntes, formalistas e substantivistas, reproduzem as mesmas problemáticas de aplicação da racionalidade empirista e funcionalista para o entendimento das formas econômicas, que por um lado é aplicada a toda forma econômica, e por outro a reduzem a uma única forma de mercado. Para a antropologia econômica materialista

Lo económico se presenta como un campo específico de relaciones sociales a la vez exterior e interior a los demás elementos de la vida social, es decir como parte de un todo que sería a la vez exterior e interior de las demás partes como la parte de un todo orgánico. La tarea del antropólogo economista consiste en analizar esta exterioridad y esta interioridad y penetrar en el fondo de su campo, hasta que éste se abra sobre otras realidades sociales y que encuentre en ellas la parte de su sentido que no encuentra en sí mismo. (GODELIER, 1974, p. 253)

Para Palenzuela (2002), a antropologia econômica materialista tem os seguintes aportes:

1. A consideração econômica como um fato social, não como um aspecto individualista onde o estudo da produção é mais importante que a circulação;
2. A definição da economia como uma serie de estruturas hierarquizadas;
3. A relação econômica como determinante do sistema social;
4. A racionalidade dada pelo trabalho social humano, e não como uma racionalidade individual;
5. Por último, para compreender a relação entre a economia capitalista e não capitalista, o marco teórico de **transição** das estruturas e modos de produção e formação social. O importante aqui é a forma de transição com referência ao problema de pesquisa, não precisamente a relação de produção, distribuição e consumo de todo sistema historicamente dado, mas a forma como o sistema relativamente autónomo pode ter uma transição ao sistema de valor e à acumulação do capital.

Neste sentido, a forma de transição não enfatiza a separação entre economias “primitivas” e capitalistas, o que reproduz as problemáticas do marxismo tradicional, ao contrário, pode-se enfatizar na forma orgânica de relação entre diferentes modos de produção no desenvolvimento geográfico desigual. Também, a antropologia econômica materialista não procura separar modos

de produção não capitalistas como totalidades isoladas fora do sistema do capital, mas entender sua relação e reprodução na transição entre uma e outra (TRINCHERO, 1998). Formas de produção como a economia doméstica, a economia camponesa e artesanal, as formas de produção coletiva, entre outras, se reconhecem como parte da dinâmica da totalidade e suas contradições no capital.

Marx expõe a relação entre as formas de subsunção do trabalho ao capital, como processo de transição do processo do trabalho ao processo de valorização. A **subsunção formal** do trabalho pelo capital, onde não se realiza uma transformação do trabalho preexistente, e consiste numa produção de mais-valor absoluto. A **subsunção real** do trabalho transforma o trabalho preexistente e aborda a produção de mais-valor relativo. Estas formas de subsunção do trabalho são diretas na medida em que possuem controle direto dos processos de produção. Existiriam formas de **subsunção indireta**, que Marx fala como “formas híbridas”<sup>14</sup>, que não são definidas completamente pela relação capital-trabalho, e que são formas de organização econômica que tem parte do controle sobre os processos de produção.

Esta subsunción se realiza en condiciones tales que estas economías operan controlando en grados y niveles que es necesario determinar, medios de producción que garantizan en parte la reproducción no sólo de la fuerza de trabajo, sino también de formas de socialización que se expresan en procesos de trabajo y reproducción de la vida específicos, y que intervienen en parte en la configuración de etnicidades e identidades sociales particulares. (TRINCHERO, 1998, p. 134)

A diferença entre **transição** e **subordinação** estaria dada na forma como num processo de desenvolvimento de poder desigual, os espaços de dominação econômica podem mudar ou realizar uma transição de sua organização e produção de forma relativamente autônoma, ao contrário dos espaços dominados economicamente que são subordinados aos modos de produção seja pela colonização social ou pelo domínio técnico ou mercantil (COMAS D'ARGEMIR, 1998, p. 68). Assim, o movimento entre diferentes formas de vida não se encontram fora de processos macrossociais.

---

<sup>14</sup> “Formas híbridas, em que o mais-valor não se extrai do produtor por coerção direta e que tampouco apresentam a subordinação formal do produtor ao capital. Nesses casos, o capital ainda não se apoderou diretamente do processo do trabalho. Ao lado dos produtores independentes, que exercem seus trabalhos artesanais ou cultivam a terra de modo tradicional, patriarcal, surge o usurário ou o comerciante, o capital usurário e o comercial que os suga parasitariamente. O predomínio dessa forma de exploração numa sociedade exclui o modo de produção capitalista [...] Por último, como mostra o exemplo do trabalho domiciliar moderno, certas formas híbridas são reproduzidas aqui e ali na retaguarda da grande indústria, mesmo com uma fisionomia completamente alterada.” (MARX, 2013, p. 579)

De forma contrária o movimento de transição e subordinação também deve considerar que existem processos sociais locais e concretos, determinados por particularidades da vida num território específico, que podem exercer mudanças estruturais, é dizer as ações coletivas não são simples reflexo senão mediações subjetivas e objetivas que definem trajetórias individuais e estruturais (WOLF, 1987; NASH, 1994). Isto faz dos estudos locais uma necessidade de articulação conceitual e prática, entre diferentes formas de dominação, controle, regras, símbolos e formas de subsistência e intercambio que são parte de estruturas sociais mais abrangentes que o caráter puramente material. Assim, aspetos sobre os diversos modos de produção e as diversas formas de vida em sociedade necessitam de compreensão relativamente autônoma do sistema de acumulação do capital. Não obstante, é pertinente lembrar que este tipo de ênfase no local se constitui em relação dialética com movimentos macrosociais.

Para compreender o processo de transição e subordinação, Harriet Friedmann estabelece uma distinção entre a **produção doméstica**, a **produção mercantil simples** e a **produção capitalista** (FRIEDMANN apud COMAS D'ARGEMIR, 1998, p. 90) onde expõe que as duas primeiras formas de produção se encontram na circulação simples ou participam das necessidades individuais de cada família, ao contrário da produção capitalista que se encontra centrada no mercado regional e mundial. A produção doméstica dependeria das relações de parentesco e das relações comunitárias. Não obstante, este debate sobre as formas de produção não dependem unicamente de fatores econômicos ou estruturais, e precisam dos fatores contextuais, como a condição política e cultural de cada uma das organizações para que se consiga localizar numa situação específica. Por exemplo, a condição de produção doméstica não responde a fatores comuns ao encontrar-se posicionada em sistemas patriarcais ou liberais, ou no caso que sua produção tenha como um objetivo claro a resistência ao capital ou simplesmente é uma estratégia de criação de valor alterno para evitar uma competência, também ao considerar-se como parte de uma reprodução da desigualdade étnica no território, ou como uma forma de valorização da memória cultural de uma comunidade, etc. Além disso, historicamente, o sistema de produção dominante permite configurar espacial e temporalmente as relações como processo hegemônico, o que obriga a pensar a posição dos sistemas que ainda sejam não capitalistas.

Visto desde o ponto de vista do capital, a transição seria unívoca ao processo de valorização do valor de qualquer forma de trabalho ou atividade social produtiva, não obstante

repetiríamos o erro de considerar o capital como mediação onnipresente em todas as relações sociais (a ideia de ‘não há alternativa’), neste sentido só de uma forma contrahegemônica se poderia reconhecer os limites subjetivos e conscientes do movimento de superação do capital. Se o capitalismo é hegemônico, no sentido de corresponder a um processo de mediação e dominação do tempo de vida e das atividades humanas, implica que existem limites para sua reprodução e expansão fora de ele, permitindo analisar mecanismos de produção fora do capital. A problemática, então, é que a **resistência** a essas transições e subordinações requer de mecanismos alternativos e multidirecionais, que não reduzam as mediações primárias às mediações do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 213).

No estudo do trabalho artesanal, este processo de transição e subordinação pode considerar-se como o grau de dependência e independência subjetiva e objetiva que um indivíduo, grupo ou comunidade possa ter frente ao processo de acumulação, tanto na produção como na circulação e realização, do capital. Neste sentido, o trabalho artesanal integra uma tensão no movimento que é multidirecional, pois as trajetórias podem ter diferentes características ou relações, pelo exposto pela antropologia econômica:

**Primeira relação** de relativa autonomia ao capital, dada pelas condições históricas de dominação e poder distribuídas de forma tradicional ou institucionalmente diferente aos processos do valor e trabalho no capital. São sistemas de produção de riqueza material não integrados ao valor.<sup>15</sup> A produção poderia ser pensada em si com o nome de artesanal pelas condições próprias que a independência técnica teria. Esta forma de relação pode pensar-se como uma forma de subordinação entre o grupo, e as necessidades de intercambio com demais grupos sociais, o que corresponderia uma tensão entre movimentos para dentro e para fora. A relativa autonomia compreende diretamente o caráter de *resistência*, e de uma prática consciente dessa diferença demonstrando, por exemplo, na produção artesanal uma relação contraditória com a forma de produção capitalista, do contrário seria parte de trabalho subordinado indiretamente.

---

<sup>15</sup> “El tiempo de la actividad laboral no-capitalista resulta básicamente de una combinación de su fijación regulada por el curso de las estaciones climáticas, del carácter ceremonioso, festivo y contemplativo que poseen varias de las formas tecnológicas familiar-colectivas, de la significación simbólica que asume directamente la actividad laboral y de la obtención del valor de uso de consumo directo como finalidad de la división del tiempo de trabajo de la unidad productiva (familiar, comunal). Aquí el tiempo de no-trabajo existe también como técnica social reproductiva de los valores de uso y los lazos de socialidad, esto es, de la riqueza social; en el capital, en cambio, el tiempo existe como medida específica del trabajo objetivado y éste como sustancia cualificadora y cuantificadora de la riqueza social.” (GARCÍA, 2009, p. 134)

**Segunda relação,** a transição ou subordinação indireta ao capital, em que a produção, distribuição e intercâmbio não depende diretamente do capital ou da valorização do valor; embora possa produzir valores de uso, objetos artesanais com valor material e simbólico, na circulação simples de mercadorias, se mantem como formas autônomas frente ao processo assalariado do trabalho e constituem um trabalho especialmente intercambiado por renda. As condições de transição do trabalho artesanal podem ser características pela ação direta ou indireta da configuração territorial e social historicamente dado pelo capital, o que se considera como uma variável fundamental entender a posição da transição do trabalho técnico e organizacional com referencia às condições preexistentes para entender a finalidade, trajetória e posição frente às condições mundiais, regionais e locais.

**Terceira relação** de subordinação formal ao capital, onde a expansão e centralização do capital permite que formas de produção preexistentes se organizem em relação ao processo de acumulação sem mudar necessariamente a forma (técnica, práticas sócias, etc.) do trabalho anterior. Isto é especial na constituição geográfica do mercado mundial como fluxos de valor, que “não produzem em si mais-valor. Eles simplesmente melhoram as condições da produção de mais-valor” (HARVEY, 2013 [1982], p. 509). Isto pode considerar-se em atividades formais de produção e atividades informais, no crescimento de atividades comerciais e de serviço, pois não importa diretamente si é mais-valor, senão que se encontra integrado ao fluxo do capital que permite sua reprodução ampliada.

**Quarta relação** de subordinação real ao capital, onde o trabalho artesanal pode adquirir uma divisão principal entre capitalista e assalariado como eixo da produção, e onde o mais-valor é diretamente produzido. A questão é como o trabalho artesanal se encontra em relação com as diferentes formas de manifestação do capital em seu processo global de produção e circulação, o que se vai tratar ao longo deste capítulo. O importante aqui é ter presente as diferentes formas de relação entre o capital com outras formas de produção que coexistem e são articuladas de forma hegemônica, ou pela reação de forma contrahegemônica, aparecendo na realidade como parte das estruturas e contextos econômicos, políticos e culturais do que é o trabalho artesanal.

Não obstante, é pertinente reconhecer que o processo de transição não se define, dentro da teoria marxista, como o processo de subordinação e resistência, senão que vai além da compreensão própria determinista do capital como única forma possível de viver. É dizer, que



para não reproduzir a totalidade do fluxo do capital que se encontra no valor de troca, é preciso “uma passagem categorial da troca de produtos (sob o capitalismo, de produtos mercantilizados) para a troca mediadora de atividades produtivas baseada numa medida viável – a necessidade- [...] e a conversão da troca de produtos, burocraticamente *comandada de cima*, em troca de atividades produtivas genuinamente *planejadas e autoadministradas*.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 884) Neste sentido, a transição é uma compreensão histórica que possibilita a superação (*Aufhebung*) do sistema sociometabólico de tempo e do trabalho historicamente dado pelo processo do capital. Assim, os desafios da transição para o marxismo é uma questão central do movimento teórico-prático, o que não se reduz a compreensões sobre a realidade e se à transformação econômica e política (CASAS, 2011).

Frente ao trabalho artesanal, a relação da transição é a ponte entre a compreensão econômica e sua manifestação política como parte de um único movimento que define posições e interesses entre diferentes grupos que materializam e institucionalizam a atividade em varias trajetórias. O trabalho artesanal, não é um fato dado externo às problemáticas de organização social e histórica, não se propõe aqui como uma característica “natural” da humanidade, como a capacidade de “fazer um bom trabalho”. É um trabalho que se destina às necessidades materiais ou simbólicas de uma população, e também se define como parte de um processo de valorização do valor; as personagens singulares que participam ativamente desta relação contraditória são contingentes ao processo mesmo, seja com seu tempo subordinado ou não ao capital.

### 1.3.2. REPRODUÇÃO E ACUMULAÇÃO

Não só no processo de produção senão no processo de reprodução e acumulação é possível identificar a relação do movimento dialético do valor de uso, o valor de troca e o valor, e como é sua possível relação com o trabalho artesanal. Para entender a forma de reprodução do movimento do capital, Marx define dois grandes setores de produção social-total (num período determinado), em “1. *Meios de produção*: mercadorias que dada a sua forma, têm de entrar no consumo produtivo, ou pelo menos pode fazê-lo. 2. *Meios de consumo*: mercadorias que, dada sua forma, entram no consumo individual da classe capitalista e da classe trabalhadora” (MARX, 2014, p. 499) As relações de troca entre setores permitem reconhecer o movimento em que os capitalistas industriais e a classe trabalhadora lança na circulação suas mercadorias e consomem

estas para o retorno de dinheiro e possível valorização ou consumo individual para deixar fora da circulação. O grande setor dos meios de consumo pode ser dividido entre meios de subsistência e os artigos de luxo, os primeiros são de consumo necessário para a reprodução da classe trabalhadora, principalmente; e os segundos aqueles que são de consumo da classe capitalista, e que não entram no processo de reprodução.

Assim, pode gerar-se uma relação de reprodução e acumulação entre o Departamento I, de produção de meios de produção; o Departamento II, de produção de bens de consumo de subsistência, e o Departamento III, de produção de bens de luxo e produção de armamentos (MANDEL, 1982, p. 183). A questão principal para entender a dinâmica do valor de uso, valor de troca e o valor, é as possíveis formas de produção capitalista e não capitalista, é entender que este esquema não define diretamente as formas de produção não capitalistas, e deixa fora a relação entre o desenvolvimento do capital e a dinâmica de reprodução frente a outras formas de produção,

“Para tornar a estrutura de sua demonstração a mais rigorosa possível, Marx deliberadamente deixou fora de seus esquemas o setor não capitalista da economia. Nada é dito, por tanto, acerca dos camponeses ou artesãos produtores de mercadorias simples. Não é difícil, porém elaborar um esquema em que esses grupos apareçam como um setor separado, e no qual, por exemplo, eles comprem meios fixos de produção ao departamento I, e ao mesmo tempo vendam a esse departamento matérias-primas e bens de consumo. Para reconstruir a fórmula de equilíbrio de Marx, seria preciso diminuir, do volume de produção do Departamento II, o valor dos bens de consumo provenientes dos produtores de mercadorias simples.” (MANDEL, 1982, p. 17)

Para Mandel, o procedimento para incluir formas de produção não capitalistas da economia é na inclusão da produção nos Departamento II, onde eles possam comprar meios de produção ao Departamento I, ao mesmo tempo vendam bens de consumo aos outros Departamentos. O trabalho artesanal, como parte da divisão social do trabalho, pode encontrar-se nos diferentes momentos de subordinação direta ou indireta ao capital, tendo variações na forma de reprodução do capital. Este processo é fundamental para entender as características do trabalho artesanal dependendo de sua relação em cada grande setor ou Departamento.

O característico da produção artesanal em relação ao capital é o processo histórico de **dissolução** das formas em que o trabalhador é proprietário, ou em que o proprietário trabalha, seja na dissolução do comportamento com a posse da terra, dissolução das relações na propriedade dos instrumentos, dissolução da propriedade dos meios de consumo necessários para

viver como produtor (MARX, 2011, p 408) Não obstante, no processo de reprodução do capital a dissolução se recia constantemente, pois histórica e geograficamente existem formas de produção não capitalistas que interagem com o desenvolvimento do capital, o que obriga a pensar sua posição nos diferentes Departamentos em sua condição temporal concreta. No **Departamento I**, de meios de produção para consumo produtivo, é notável que conforme se desenvolve as forças de produção na ciência e tecnologia, o uso de trabalho de base artesanal para sua participação é menor e corresponde a uma separação antagônica em muitos casos do que é desenvolvimento industrial e atividade artesanal. Não obstante, o desenvolvimento tecnológico e científico permite a transformação produtiva do trabalho artesanal, como é o caso do *design* industrial para a produção de artesanato.

No **Departamento II**, a produção de bens de consumo individual pode observar-se nas atividades de edificação, alimentos e fabricação a pequena escala, que se encontra integrado verticalmente à sociedade industrial e permite a reprodução da classe trabalhadora, tanto em suas necessidades como vivenda, alimentação, entre outros. A **integração vertical** ao capital é, então, a forma como as atividades artesanais podem reproduzir a produção de bens de consumo individual dentro da sociedade sob o modo de dominação capitalista. As empresas artesanais de pequenos capitalistas, autônomos ou assalariados nos setores de produção da cesta familiar podem ser representativas deste tipo de integração. Por outro lado, no **Departamento III**, a produção de bens de consumo de luxo desde o trabalho artesanal apresenta maior proporção de crescimento em relação ao processo de desenvolvimento da acumulação do capital, assim as atividades de serviços e trabalhos do exercito de reserva industrial, ou superpopulação relativa (MARX, 2013, p. 716), diminui conforme se automatiza, centraliza e desenvolve tecnologicamente o Departamento I.<sup>16</sup> É o movimento de expansão da contradição entre trabalho objetivado e trabalho vivo no capital.

---

<sup>16</sup> “Toda crise reduz momentaneamente o consumo de artigos de luxo; retarda, protela a reconversão do (IIb)v em capital monetário, só a tolera parcialmente e, com isso, põe na rua uma parte dos trabalhadores da indústria de artigos de luxo, ao mesmo tempo que, precisamente por isso, dificulta e restringe a venda dos meios de consumo necessários. E isso sem mencionar os trabalhadores improdutivos simultaneamente dispensados, trabalhadores que, em troca de seus serviços, constituem (recebem) uma parte dos gastos de luxo dos capitalistas (esses próprios trabalhadores são, *pro tanto*, artigos de luxo) e que também participam consideravelmente no consumo de meios de subsistência etc. O inverso ocorre no período de prosperidade e particularmente durante épocas de prosperidade ilusória, quando já por outros motivos cai o valor relativo do dinheiro expresso em mercadorias (sem que, de resto, ocorra uma verdadeira revolução do valor) e aumenta, portanto, o preço das mercadorias, independentemente do valor próprio destas ultimas. Não só aumenta o consumo de meios de subsistência como a classe trabalhadora (na

Existe uma **integração horizontal** do trabalho artesanal neste processo de reprodução do capital quando se desenvolvem atividades de produção numa amplitude de escalas que, embora não sejam diretamente dadas à valorização do valor, relacionam-se na **realização do valor** e em sua reprodução. O trabalho por renda ou serviços de consumo individual que constituem trabalho improdutivo ao capital pode ser integrado ao sistema dominante para a realização de capital ou manter a circulação simples de dinheiro no mercado. No obstante a definição de integração vertical e horizontal não é dada por sua relação geométrica abstrata ou pela relação ao setor de produção, senão que é parte da forma de estruturação do sistema sociometabólico de controle do capital, pois,

A estruturação vertical, contudo, é ainda mais importante para assegurar o desenvolvimento dinâmico do sistema capitalista, pois é precisamente a capacidade do capital de ordenar a multiplicidade das jornadas do trabalho também em um padrão vertical hierárquico que constitui a garantia da aplicabilidade segura e de completa difusão do próprio princípio organizacional horizontal, junto com as potencialidades produtivas inerentes a ele. [...]

Assim, permite-se ao fator estruturante horizontal avançar, em qualquer momento, apenas até o ponto em que deixe de ser devidamente controlável no inteiro do horizonte reprodutivo do capital pela dimensão vertical. Em outras palavras, pode avançar desde que os processos produtivos que se seguirem permaneçam *limitados* aos parâmetros (e limitações correspondentes) dos imperativos do capital, ou seja, enquanto se tornarem “disfuncionais” ao sistema. (MÉSZÁROS, 2002, p. 622-623)

O poder de estruturação do sistema dominante define a função e limitações da divisão e organização do trabalho, e sua correspondente dinâmica dentro dos Departamentos ou grandes setores de produção social. O trabalho artesanal como parte da divisão social e técnica do trabalho pode encontrar-se nos diferentes processos de reprodução e acumulação do capital dependendo das relações objetivas como das transformações internas definidas pelos trabalhadores e artesãos no movimento de estruturação vertical e horizontal. Assim, a reprodução do capital em sua acumulação e concentração do valor, gera diversas possibilidades de relação entre formas de produção capitalista e produção não capitalista, ou de trabalho produtivo e improdutivo ao capital. O trabalho artesanal como parte da dinâmica entre as formas de subsunção real, direta ou indireta ao capital, mas também em suas formas alternativas e de organização não capitalista (cooperada, associativa sem fins de lucro), tem que pensar-se em relação e contradição com o sistema dominante, e não pensar-se em termos abstratos.

---

qual agora se incorpora ativamente seu exercito de reserva interno) também participa momentaneamente no consumo de artigos de luxo, que, em outras circunstancias, lhes são inacessíveis, e, além disso, daqueles artigos que normalmente constituem meios de consumo “necessários” apenas para a classe capitalista, o que, por sua vez, provoca um aumento dos preços.” (MARX, 2014, p. 514)

O controle e integração das formas de produção em sua variedade permite identificar a problemática do processo de acumulação em condições que não são definidas pelo movimento direto do capital, senão que historicamente se podem encontrar opostos ao desenvolvimento do capital. A dinâmica do valor de uso, valor de troca e do valor continua presente no processo de reprodução e ampliação do capital diante acumulação e concentração do valor. Por último, a dissolução da posse de terra que se recria constantemente desde os movimentos de camponeses e produtores artesanais nas diferentes regiões do mundo permitem reconhecer como o rentismo e as formas de acumulação diante expropriação e gentrificação definem características de relação entre formas de produção não capitalistas e produção capitalista.

Em relação ao processo linear de subsunção dos modos de produção pré-capitalistas ao capitalismo, para Rosa Luxemburgo existiria uma constante ou “permanente destruição progressiva” (*ständigen fortschreitenden Zerbröckeln*) das formas de produção não capitalistas, pois “considerada historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalistas e os não-capitalistas. Sem esses modos a acumulação de capital não pode efetuar-se” (LUXEMBURGO, 1988, p. 63) Ao definir isto, a produção capitalista realiza os deslocamentos e processos de acumulação a grande escala e monopolista, que define o desenvolvimento imperialista no mercado mundial. A relação de acumulação e imperialismo é parte do movimento global do capital tanto em mercadorias como em trabalho.

O desenvolvimento do capital, em sua acumulação e contradições, pode ser entendido pela relação de seis variáveis que compõem o desenvolvimento histórico do capital: 1) a composição orgânica do capital em geral e nos mais importantes setores em particular, 2) a distribuição do capital constante entre o capital fixo e o circulante, 3) o desenvolvimento da taxa de mais-valor 4) o desenvolvimento da taxa de acumulação, 5) o desenvolvimento do tempo de rotação do capital e, 6) as relações de troca entre os dois Departamentos (MANDEL, 1982, p. 26). Na relação recíproca dessas variáveis pode entender-se que a análise do capital como um movimento geral, embora sua análise possa usar cada uma das variáveis como “parcialmente independentes” em função de sua compreensão histórica. Como resultado da relação recíproca se pode definir uma “*tendência ao desenvolvimento desigual das várias esferas da produção e das várias partes componentes do valor do capital*” (MANDEL, 1982, p. 27). Cada variável

independente pode dar conta do desenvolvimento desigual, o que afeta a cada uma de forma diferente.

Assim, se pode compreender como o desenvolvimento desigual do capital se relaciona com outras formas de produção não capitalistas ou pré-capitalistas incorporadas ao mercado mundial. A relação da produção pré-capitalista ou do setor “semi-capitalista” como o trabalho improdutivo, pode ser analisado na integração do setor serviços e de consumo privado com as demais variáveis do capital. A forma como o capitalismo incorpora a população que se exclui do trabalho produtivo assalariado na centralização do processo de acumulação, como a população rural que se desloca às cidades, movimento oposto ao de atomização que pode dar-se como possibilidade de resistência. Para Mandel, um processo de **centralização** que afeta a divisão do trabalho, sob o incremento da socialização objetiva do trabalho (diante aprendizagem e formação profissional) e de aumento de produção de mercadorias, pode considerar-se de forma técnica e econômica. Na primeira, de forma técnica a extensão de **funções intermediárias**, que pode ser uma integração horizontal (embora Mandel não fale de horizontalidade no texto, minha descrição é correspondente à segunda forma que ele define) como de serviços, transporte e comércio; e na segunda, de forma econômica numa integração vertical com as grandes empresas industriais.

Nesse processo de desenvolvimento desigual do capital com as atividades pré-capitalistas unificadas como a agricultura e o trabalho artesanal apresenta-se um acréscimo das funções intermediárias, o que incrementa de forma correspondente a independência dos produtores com a produção capitalista. Isto deve dar-se não só pela dependência do consumo que os agricultores e artesãos adquirem com o mercado, mas com a necessidade de integração desses produtores para a diminuição da rotação do capital. Este processo de integração e subordinação também ocorre nos serviços, onde os trabalhadores artesanais que concentram sua habilidade monopolizável se transformam numa série de trabalhos intermédios, como exemplo da substituição do sapateiro pela divisão de reparações das grandes lojas, sapateiras e fábricas.

Para Mandel (1982) existe uma impossibilidade de igualação da taxa de lucro nos diferentes países e nas diferentes regiões do mundo, pois isso seria o fim do capitalismo na medida em que não se permite um processo de acumulação ou de reprodução ampliada. A desigualdade necessária da taxa de lucro permite que existam diferentes formas de transferência espacial ou geográfica do valor, pois dentro de um mesmo país ou entre países a criação de lucros

se alimenta da diferenciação setorial e regional. Como lembra Edward Soja (1993, p. 132), isto não quer dizer que o capital utilize o que de fato se dá na sociedade como características diferenciadas das formações sociais nos territórios, o que se quer demonstrar é que **o capital apropria e cria as condições de desigualdade como condição necessária para sua reprodução e acumulação**. Para aprofundar a ideia é plausível entender como o debate sobre o desenvolvimento desigual e combinado aporta na teoria social marxista e para a problemática da pesquisa.

## 1. 4. DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

### 1.4.1. DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

Pode entender-se que o desenvolvimento desigual é parte da acumulação do capital, em outras palavras, é uma tautologia dizer que existe uma relação entre desigualdade e capitalismo, pois capitalismo é desigualdade das formas de produção e apropriação da riqueza social. Não obstante, o que se refere à condição de desigualdade não é unicamente à contradição interna do processo de desenvolvimento do capital, senão à contradição externa entre diferentes modos de produção, é dizer a existência de diferentes “tipos híbridos intermédios” de capitalismo, “*between the old modes of production, which may have renewed themselves on the basis of capital, and the classical, adequate modes of capitalist production*” (MARX; ENGELS apud BROPHY, 2017). Não existe uma relação única de desenvolvimento, senão que desde as condições diversas de formas de vida em comunidade se desenvolvem diferentes formas de relação entre modos de produção.

A formulação da ideia de desenvolvimento desigual e combinado (*Uneven and Combined Development* – U&CD) pode adjudicar-se a Leon Trotsky, que em sua *Historia da Revolução Russa* define o significado da lei.

As leis da História nada tem em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de *lei de desenvolvimento combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amalgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o

sue conjunto material, é impossível compreender a história de Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha. (TROTSKY, 1977, p. 25)

A lei define que existem desenvolvimentos sociais e econômicos desiguais entre diferentes etapas ou países ao longo da história, e que como “lei universal de desigualdade” entre países “adiantados” e “atrasados” existem formas de combinação de fases diferenciadas que explicam as relações e integrações esses países. Nesse sentido é formulada como lei histórica transcendente, que pode utilizar-se para entender diferentes etapas do processo evolutivo social. Esta lei é desenvolvida para todo o processo histórico social por autores como George Novack, nas diferentes etapas de desenvolvimento humano. A lei constitui-se como um reduto da filosofia da história de Hegel, com a finalidade de obter uma teoria de maior abrangência do fato das desigualdades existentes nas formações econômicas, políticas e culturais (NOVACK, 1974).

O debate sobre a problemática entre a teoria de desenvolvimento desigual e combinado toma pertinência na atualidade, tanto em diferentes âmbitos econômicos e políticos como acadêmicos e teóricos (CONNOR, 2003; COX, 2008; CALLINICOS, 2009; ASHMAN, 2009; ROSENBERG, 2010; DUNFORD; LIU, 2016; BROPHY, 2017; DAS, 2017). Mas é especificamente no campo dos estudos internacionais onde possui maior relevância a reflexão sobre o “internacional” como ponto principal da análise e crítica dos estudos como desenvolvimento de forças globais e não simplesmente à redução das singularidades locais. O uso da U&CD nos estudos internacionais permite definir as condições de análise entre diferentes formações sociais e históricas em diferentes níveis de escala, diferenciando-se das relações centro-periferia tradicionais num único nível de análise (OSORIO, 2015), como também aportando para a revisão do estudo da dependência e o imperialismo.<sup>17</sup>

De forma geral, o **desenvolvimento desigual** entende-se como o estudo das formas desiguais de distribuição espacial historicamente produzida da indústria, a atividade bancária, o comércio, a riqueza, as relações laborais, as configurações políticas, etc. (CONNOR, 2003) As diferentes relações de diferenciação produzem mecanismos de dependência e controle entre

---

<sup>17</sup> “[...] uno de los ejes articuladores de las nociones de dependencia, imperialismo y centro-periferia reside en que permiten demostrar la profunda historicidad de la situación de subdesarrollo. En estos marcos conceptuales subyace la idea de que entre las sociedades “desarrolladas” y las “subdesarrolladas” no existe una simple diferencia de etapa o de estado del sistema productivo, sino también de posición dentro de una misma estructura económica internacional de producción y distribución, definida sobre la base de relaciones de subordinación de unos países sobre otros” (BEIGEL, 2006, p.311)



diferentes espaços e dimensões sociais, tanto na relação cidade-campo, entre regiões industriais e regiões comerciais, relações de luta imperialista entre países, e regiões de dependência nas localidades das mesmas cidades ou regiões dentro dos países, etc. O problema não se reduz a definir que toda a desigualdade seja estudada por uma lei natural, senão entender que o processo sóciometabólico dominante de produção e socialização capitalista apropriada, recria e produz diferenças em distintas escalas ou níveis de interação com outros modos de produção.

No processo de acumulação do capital e sua correspondente desigualdade entre diferentes dimensões sociais, regiões, territórios ou mercados define as possíveis formas de coexistência ou combinação, entre antigas e novas formas de produção, de organização cultural e política, o **desenvolvimento combinado** consiste, então, em entender a dinâmica de integração (vertical e horizontal) ou subordinação (direta e indireta) entre formas de produção não capitalistas e o desenvolvimento do capital em sua expansão, concentração e acumulação. Mas que contrastar antagonismos, pode-se analisar a relação entre as formas diferentes de vida em sociedade como efeitos de integração e luta frente ao desenvolvimento do capital,

These differing combinations of ‘native’ and ‘foreign’, ‘advanced’ and ‘backward’, ‘new’ and ‘old’, ‘modern’ and ‘traditional’ relate to economics, politics and culture, and make development interactively multi-linear and geographically differentiated. Methodologically, therefore, U&CD theorizes not just general mechanisms governing social life (necessity) but also the necessity of multiple outcomes (contingency) and the openness of processes of development (DUNFORD; LIU, 2016, p. 4)

O U&CD apresenta-se como vetor de *divergência* e *convergência* no processo de **diferenciação** e **igualização** (SMITH, 1988). É dizer, o desenvolvimento das contradições do capital pode medir-se de forma interna e externa no U&CD ao permitir pensar as particularidades no movimento de trajetórias globais de formação e organização laboral e social. No neoliberalismo, ao momento que se diferenciam as condições de produção nos mercados locais também gera homogeneidade sua procura pela autenticidade (HAN, 2017), e vice-versa, ao momento em que se apresenta a igualização da produção nas indústrias de fabricação e serviços, se utiliza o discurso da diversidade cultural para obter uma supervivência no mercado. Tanto as condições de organização coletiva local como o processo de institucionalização do trabalho artesanal pode ser pensado nesta dualidade, dinâmica e contraditória.

O papel do Estado é fundamental na direção política das forças produtivas que permitem o controle e regulação do movimento do capital, em especial a condição de inferir na construção de

mecanismos de desenvolvimento de instituições econômicas e culturais para o bem-estar social, pois não é possível pensar o desenvolvimento do capital sem a intervenção política e o poder dos estados na configuração geopolítica da globalização (ROLF, 2015). Também a conformação e luta de classes permite definir as direções e projetos político-sociais que definem a situação do U&CD, pois é parte do movimento social e coletivo que permite definir dialeticamente a constituição das condições materiais e formais da relação econômica e política de um país<sup>18</sup>.

É importante reconhecer que a teoria de U&CD não intenta definir uma variedade de capitalismos nos diferentes países como formas nacionais de produção e do mercado. Existe uma tendência conceitual de gerar estudos de capitalismo comparado, diante uma ideia de variedades do capitalismo (VoC) que se produziria desde cada país ou num território determinado (HALL; SOSKICE, 2001). O problema que se expõe na VoC é que a dependência do modo de produção capitalista ao Estado produz uma variedade de “capitalismos nacionais”. Ao contrário, o que se define como variedades de capitalismo, deve entender-se como diferentes **sistemas de valor** (HARVEY, 2013, p. 480) que se determinam na relação capital e trabalho num espaço específico, o qual se nutre das características econômicas, políticas e culturais de uma sociedade específica. O erro da teoria da VoC é que não compreende a lei do valor como totalidade concreta, pois o capital constrói-se na expansão ao mercado mundial na base do valor e o trabalho humano abstrato (TAYLOR, 2014).

Desta forma, atualmente o desenvolvimento desigual e combinado (U&CD) não depende da filosofia da história como teoria transcendental e metafísica, senão que é uma ferramenta conceitual de utilidade para pensar as formas atuais de globalização do capital. Por um lado, o conceito de U&CD pode ser útil para a compreensão da multiplicidade geopolítica em seu movimento de diferenciação e interatividade entre organizações, instituições, e Estados. Por outro lado, deve ser entendido que o processo desigual e combinado é uma forma de abstração teórica do movimento do capital dentro de uma totalidade histórica concreta, e não uma forma essencialista do processo social humano (ROSENBERG, 2010).

---

<sup>18</sup> “Class structures, systems of capital accumulation, institutional forms and cultural particularities all play determinate roles in the dynamics of development. Indeed, conceptualizing shifting catch up strategies is impossible without exploring how deepening economic integration employed by technology and industrial development implies novel developmental trajectories and national peculiarities, and alternative approaches to interstate relations. This approach necessitates treatment of the world system as a differentiated and mediated totality in which state forms play active roles in directing the course of accumulation” (ROLF, 2015, p. 142)

O uso da categoria U&CD deve consistir na análise de dois níveis como propõe Sam Ashman (2009): o primer nível consiste na análise das formas do desenvolvimento abstrato do capital para analisar formas sociais concretas, onde se consideram as organizações políticas, econômicas e a divisão social do trabalho num período determinado. O segundo, como uma ferramenta para analisar sociedades particulares em momentos específicos no tempo e como são influenciados pelo desenvolvimento das tensões entre formas capitalistas e não capitalistas, tendo em conta que não aprofunda diretamente nas singularidades das sociedades, senão que permite a compreensão de formações sociais particulares sem perder de vista as tendências abstratas do modo de produção capitalista ou do capitalismo como uma “totalidade dinâmica e mutável”.<sup>19</sup>

O desenvolvimento desigual e combinado é expressão da dinâmica do valor de uso, o valor de troca e o valor, pois sua ligação permanece nas diversas formas de relação entre modos de produção capitalistas e não capitalistas, e inclui a condição de coordenação e controle por médio da organização social, institucional ou estatal. Com a finalidade de especificar o debate do desenvolvimento desigual e combinado, pode concluir-se a análise teórica com a proposta do desenvolvimento geográfico desigual, o qual alcançou maior força nos anos setenta e oitenta, mas que é pertinente na pesquisa e no debate atual.

#### 1.4.2. DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL

Para Edward Soja (1993), o desenvolvimento geográfico desigual foi uma questão importante para o debate sobre o imperialismo e se consolidou como uma problemática sobre o desenvolvimento do capital nas relações contraditórias entre diferenciação e igualização (DUNFORD, 1979; MASSEY, 1984). Embora este debate nos anos setenta fosse dominado pelas propostas teóricas de centro-periferia, na formação de ideias como “primeiro” e “terceiro mundo”, o que só reproduzia parte de uma análise do sistema mundial e não permitia compreender as complexidades que se produzem em outras dimensões. “A divisão internacional

---

<sup>19</sup> “An alternative approach is suggested which sees UCD as operating at two levels. First, as a mediating level of analysis in the journey from the abstract concept of the capitalist mode of production to a concrete social formation or society—a concept that presupposes the existence of the state system, world economy and division of labor as distinct levels of determination. Second, as a tool for looking at particular societies at particular points in time and how the ‘amalgam of the archaic and the contemporary’ shapes them. It does not give us a fine-grained analysis of the relations and state forms that comprise those societies nor does it give full explication of the mechanism through which those societies might change. Nevertheless, the importance of the development of these intermediary concepts is that they aid the understanding of particular social formations without losing sight of the abstract tendencies of the capitalist mode of production or of capitalism as a dynamic and changing totality.” (ASHMAN, 2009, p. 43)

do trabalho, a divisão inter-regional do trabalho limitada pelo Estado, a divisão urbanizada do trabalho nas áreas metropolitanas e a divisão do trabalho na menor das localidades, fabricas ou casas, estas não são captadas em toda sua complexidade pela estrutura centro periferia” (SOJA, 1993, p. 137) O problema do uso do conceito centro-periferia é articular as formas de poder e controle dinâmico do capital que se realiza em diferentes dimensões da vida social e não unicamente em uma paisagem global de divisão imposta, isto se pode entender melhor com a análise da transferência geográfica do valor.

Assim, entendendo que existam desigualdades produzidas no movimento do capital, não unicamente entre setores produtivos, senão também entre territórios geográficos, pode entender-se a **transferência geográfica do valor** como “o mecanismo ou processo através do qual uma parte do valor produzido em dada localidade, área ou região é realizado em outra, somando-se à base de acumulação localizada da região receptora” (SOJA, 1993, p 140) Este processo de transferência ocorre em dois níveis: num nível primário entre setores e empresas, o que não é visível empiricamente e depende das relações de troca capitalistas. Um segundo momento se pode medir no diferencial que alcança uma região pela transferência de valor, este valor diferencial pode ser negativo, positivo ou neutro. Diante uma análise da centralidade e concentração do capital dado pela transferência, pode falar-se de centralização positiva quando o centro obtém um ganho sem afetar a periferia. Centralização negativa quando o ganho de capital do centro afeta negativamente a periferia em sua transformação e diminuição frente a sua posição anterior. Como centralização neutra quando a transferência mantém o valor total anterior.

Desta forma a criação de espaços de reserva de mão de obra que permitiriam desenvolver uma reserva de mão de obra produtiva e que se integra em diferentes trabalhos na circulação simples como o trabalho artesanal adquire uma forma de análise multidimensional em diferentes tipos de estruturas hierárquicas de exploração e subordinação do trabalho. Assim, para E. Soja existem três canais de exploração e de análise da relação: “Um se define pelas relações locais entre o capital e o trabalho no processo de produção, o segundo pelas relações inter-regionais dentro de uma divisão espacial do trabalho, numa dada escala, e o terceiro, pela inserção numa hierarquia multiestratificada de relações exploratórias, que se estende do global ao local, do sistema mundial a cada fabrica e cada habitação isolada” (SOJA, 1993, p. 144).

Outro aporte importante para a conceptualização do desenvolvimento geográfico desigual é a proposta de David Harvey (2005c), na interpretação da mobilidade do capital e do trabalho. A condição de transferência e mobilidade pode entender-se dentro da circulação do capital exposta por Marx, nesse sentido o capital, além de se mover como *mercadoria*, também pode mover-se como *dinheiro* e como *processo de trabalho*, é dizer, nas diferentes formas que adquire o capital em seus diferentes estados (HARVEY, 2013, p. 481). É importante reconhecer que cada um desses componentes do capital adquire características diferentes de mobilidade, como a aplicação de meios de transporte e comunicação que permitem maior mobilidade do dinheiro que das mercadorias, entre elas do trabalho como mercadoria especial. O acréscimo do lucro pela localização e inversão tecnológica territorialmente concentrada permite um movimento dinâmico do capital e uma reconfiguração das relações locais e inter-regionais.

Para o caso da infraestrutura social, é dizer as condições sociais que permitem a reprodução do capital pela população, na divisão do trabalho produtivo e improdutivo representado no exercito ativo de trabalhadores e no exercito de reserva - latente, flutuante e estagnado-, a importância de analisar o desenvolvimento geográfico desigual é visível para entender como “o capital produz e reproduz, embora através de todos os tipos de mediações e transformações sutis, o seu ambiente social e também o seu ambiente físico. No fim, até mesmo os elementos pré-capitalistas que persistem devem ser reproduzidos pela produção de mais-valor [...] Novas geografias sociais têm de ser produzidas, com frequência a um alto custo para o capital e acompanhadas por um sofrimento humano considerável” (HARVEY, 2013, p. 512)

Este movimento do capital reproduz as contradições e conflitos em cada etapa de desenvolvimento e se encontra visivelmente nas crises, momento que permite aproveitar a reestruturação das formas sociais, territoriais e econômicas. Na compreensão dialética materialista, o estado geográfico de **dispersão e concentração** não é um fato externo do modo de produção dominante; ao contrário, é parte de um resultado histórico da reprodução ampliada ou acumulação do capital. Um fato importante no desenvolvimento geográfico desigual estaria na condição do capital ter que permanecer um período específico localizado num território para sua produção, é dizer não pode considerar-se a mobilidade como uma constante em cada etapa, mais como uma condição que permite sua acumulação. Determinado pelas condições temporais e de localização, para que o mais-valor seja produzido dentro de uma região ou território

politicamente e socialmente delimitado ou fechado, “cada região tenderia a desenvolver uma lei de valor para si mesma, associada a padrões de vida materiais particulares, formas de processo do trabalho, arranjos institucionais e infraestruturas, etc.” (HARVEY, 2013, p. 527) Isto é relevante para entender que não existiria uma função do capital que permita uma homogeneização total num processo global. A lei do valor pode ser “regionalizada” e suas contradições permitiriam análises multiestruturais, onde o significado do trabalho artesanal e de outras formas de produção não-capitalista entraria como resultado de um processo geral de configuração e reestruturação do capital, dependendo da lei do valor dada em diferentes dimensões que configurem sua estrutura.

A acumulação do capital, interpretada desde o movimento exposto por Marx pode ser atualizado, já não como uma condição “primitiva”, e se desde uma acumulação desde o desenvolvimento geográfico desigual como uma **acumulação por espoliação** que faz parte de um novo imperialismo (HARVEY, 2005b). Existiria um amplo número de processos que se reproduzem em diferentes territórios e com diferentes dimensões espaciais, o que permite uma maior complexidade nas condições como o capital recria e modifica tanto as estruturas capitalistas como as não-capitalistas. Podem mencionar-se como processos analisados por Marx a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçosa das populações camponesas, a conversão de diferentes formas de propriedade, seja coletiva ou comunitária, em propriedade com direitos exclusivos, a subordinação da força de trabalho em mercadoria e a subordinação de formas de produção e consumo alternativas, os processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos financeiros, monetários e naturais; o tráfico de escravos; o sistema de crédito entre outros (HARVEY, 2005b, p. 113). O Estado apresenta uma função significativa na reprodução destes processos, o que define uma forma de análise abrangente.

É importante também reconhecer a importância no desenvolvimento geográfico desigual das lutas de classe, que se desenvolvem em relação ao processo de acumulação do capital. Existe uma relação dos conflitos sociais desde diferentes dimensões no processo de acumulação por espoliação, isso não quer dizer que todo conflito social depende do desenvolvimento do capital, senão que é possível entender como os conflitos sociais agudizam-se pela desigualdade e exclusão gerada no capitalismo. *“One cannot, I conclude, probe very far into conflicts of this kind without encountering the theme of dispossession or exclusion. Increasingly this dispossession goes far beyond the amassing power in relation to and through the accumulation of capital. The*

*latter, after all, is now the prime means by which power is amassed and circulated”* (HARVEY, 2005c; p. 85).

Não obstante na teoria de David Harvey não existe desenvolvimento da ideia das diferenças na forma de luta social fora do desenvolvimento do capital, principalmente pela relação direta do trabalho ao capital, não define o que num princípio expõe na dinâmica do valor de uso, valor de troca e o valor, e das diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital, e as formas de resistência. Para Raju Das (2017) Harvey tem uma forma inadequada de relacionar a luta de classes sociais e o desenvolvimento do capital, além de outras falhas na teoria de desenvolvimento geográfico desigual, assim, ele expõe que,

Capitalism is fundamentally a class relationship which progresses through primitive accumulation and subsequently through formal and real subsumption of labour. What is uneven is not just the development of the physical properties of capital (e.g. built environments, etc.) but also the non-linear transition from one stage to another. Harvey’s under-emphasis on class relation between capital and labour is expressed in another form, i.e. in the way in which Harvey thinks about spatial unevenness in relation to economic crisis. (DAS, 2017, p. 9)

Nesse sentido, a relação do conflito social e luta de classes deve ter uma compreensão tanto das lutas de classes como das ações coletivas de diferentes antagonismos sociais, num conceito mais aberto do que é conflito e movimento social (TOURAINÉ, 2006), sem esquecer que é o desenvolvimento do capital aquele movimento que permite a desigualdade e recria ou apropria as problemáticas sociais e as lutas para o crescimento e acumulação de riqueza.

Desta forma se consegue perceber porque a análise do trabalho artesanal pode ser problematizado como um processo dado dentro da acumulação do capital no desenvolvimento geográfico desigual que o constitui. A problemática definida pelas condições desiguais de organização de sistemas de valor, e de sistemas de representação em diferentes países e entre regiões não é dada como um dado natural e cultural de cada população, e si, em parte significativa, como um sistema produtor e produzido nas dinâmicas econômicas do sistema dominante de produção. O que corresponde em seguida é definir como esse estudo pode realizar-se tendo em conta a problemática exposta.

Num primeiro sentido, todo processo de produção artesanal se encontraria dado em condições territoriais, redes de relações econômicas, políticas e sociais que permitem desenvolver uma “lei do valor” particular ao território, o que dificulta o movimento próprio de capital ao ser

as mesmas redes tradicionais que num determinado momento pode funcionar como barreiras geográficas para sua expansão e concentração de capital. Em geral as condições de concentração de capital variável produzem na acumulação de capital o exercito laboral de reserva, especialmente nas regiões densamente habitadas. As contradições e oposições que se produzem diretamente do movimento do capital reproduzem como constante a desigualdade, só dessa forma se configuram mecanismos de cooptação de subordinação ao trabalho. O tipo de produção artesanal dada no “sistema de valor particular” apresenta uma forte dependência da forma como se estrutura em geral a região econômica e politicamente. O desenvolvimento econômico que propõe uma linearidade do crescimento empresarial torna-se um movimento de oposição e de contradição, o que permite reconhecer pouco a pouco como o trabalho artesanal não se realiza em um espaço liso de empreendedorismo individual, senão se confronta a problemáticas dadas por relações externas a ele, e pelas condições de particularidade histórica e geográfica que pode apresentar.

As características do movimento de contradição que impõe o desenvolvimento desigual pela acumulação do capital permitem que se reconheçam as particularidades da forma de luta pelos recursos e condições entre classes e entre regiões, dependendo da forma em que se reproduz o capital no sistema de valor particular ou regional. Uma das estratégias de supervivência se encontra na formação de alianças com os demais setores de produção, o que torna dependente de poderes políticos locais aos produtores, tornando um confronto entre as diferentes frações de trabalhadores artesanais pelo fortalecimento de relações políticas e econômicas para a continuidade no mercado. O desenvolvimento do conflito dado de forma local produz correspondentemente um fracionamento dos trabalhadores apropriando as diferenças culturais e históricas que podem chegar de forma externa ao capital, mas que se apresentam como uma base material onde se objetivam as lutas e contradições entre a mesma classe trabalhadora.

A problemática da territorialização da produção artesanal contribui a entender porque existe uma tensão entre a regionalização da produção diante processos de financeirização e rentismo do local, frente à mobilidade de capital, trabalhadores e mercadorias nos espaços de venda cada vez mais internacionais e desterritorializados. As frequentes feiras de exposição para o artesanato são uma amostra da mobilidade que podem obter os objetos e sua configuração no mercado, o que pode provocar uma necessária desvalorização dada por aquelas atividades e obras



que não se integrem ao movimento espacial. Igualmente, a diferenciação e estruturação do trabalho artesanal neste movimento geográfico desigual devem ser entendidas também pelas condições políticas que se contrapõem ao caráter econômico e podem definir de forma mais clara a posição e configuração do trabalho artesanal atendendo as formas sociais de regulação e controle da atividade.

# 1. 5. ESTADO, FORMAS POLÍTICAS E INSTITUCIONALIZAÇÃO.

A teoria da derivacionista do Estado (*the state deivation theory*) intenta explicar desde a teoria marxista a relação lógica e histórica entre o Estado e o Capital (BONNET; PIVA, 2017). Baseados nas categorias e relações sociais que Marx expõe no capital, se entendem que a separação entre político e econômico é parte de um mesmo processo histórico de desenvolvimento do modo dominante de produção e socialização, o que explica que o Estado não se encontre fora da dinâmica capitalista e a definição do político e econômico como formas separadas seja uma diferenciação “fetichizada” das formas sociais. A teoria derivacionista do Estado expõe que,

El estado es capitalista por su forma, no por lo que hace, no por las funciones que cumple. Es simplemente por ser una instancia separada del proceso de producción y explotación que el estado es capitalista. Su separación o particularización significa que depende del proceso de explotación para obtener sus ingresos y, por lo tanto, para su existencia material. Su propia existencia depende de que haga todo lo posible para asegurar las condiciones necesarias para la reproducción del capital. Su función se deriva de su forma. Entre otras cosas, esto significa que cualquier gobierno de un estado, sea de izquierda o de derecha, tiene que promover la acumulación del capital. Puede haber diferentes estrategias para hacerlo, pero finalmente todos los estados tienen que perseguir la acumulación del capital (es decir la expansión del poder del capital y del dinero). (HOLLOWAY, 2017, p. 42)

Os primeiros autores na Alemanha ao expor a teoria derivacionista se limitaram a uma visão funcionalista, onde não se apresenta historicamente como se desenvolve a separação entre o político e econômico, além de não apresentar como se resolvem diante os Estados aspetos sociais que não se limitam ao desenvolvimento das lutas de classe no capitalismo. Para autores como Blanke, Jürgens e Kastendiek apresentam o Estado como uma instituição legal que intervêm e

medeia nas relações econômicas diante leis, mais não desenvolvem historicamente as implicações da intervenção do estado.<sup>20</sup>

Dentro desse grupo se encontra também Joachim Hirsch (1980), que entre seus primeiros trabalhos intenta resolver a contradição entre as formulações da relação Estado e Capital desde os aportes da Escola de Frankfurt e a teoria derivacionista, na sua interpretação Hirsch reconhece que o Estado não pressupõe a continuidade da separação entre o econômico e o político, senão que é na reprodução mesma do Estado que se apresenta a separação, pois a autonomia e os limites da autonomia se apresentam pela expansão da reprodução mesma do capital, e principalmente pelo movimento contraditório que produz suas crises. Assim se explica a necessidade do Estado capitalista como intervencionista, pois depende de sua estrutura e autonomia para poder reestruturar-se conforme as crises do modo de produção dominante. O problema principal é que em seus primeiros trabalhos não explicava a necessidade da separação entre Estado e Sociedade civil de forma histórica, da mesma forma que os derivacionistas desses anos, e também se limita a prática política desde uma projeção da sociedade civil limitada à luta de classes. Não obstante, Hirsch reestrutura seu trabalho na teoria materialista do Estado e assegura uma superação das críticas do debate de fins do século passado.

Para Holloway e Picciotto (1977, 1978) expõem que o eixo central é a luta de classes e não a questão econômica ou política, mais a diferença de Poulantzas, a problemática não se apresentava no ajuste do estudo das três estruturas, do econômico, o político e o ideológico, e se propõe a questão sobre quais são as relações de produção que sob o capitalismo permitem que exista a separação entre as formas econômicas e políticas, em outras palavras, por que existe uma mistificação das formas sociais no processo de exploração de classes na sociedade capitalista. Este é o problema principal que se estava trabalhando no debate alemão, e permite uma articulação da problemática na Inglaterra. Não obstante, Holloway e Picciotto não só conceituam

---

<sup>20</sup> “Blanke, Jurgens and Kastendiek’s analysis was rigorous and sophisticated, although it was by no means fully developed, being confined to the logical derivation of the state, with little historical reference. However it came under harsh attack for deriving the form of the capitalist state from the form of commodity exchange, and not from the relations of capitalist production. Blanke, Jurgens and Kastendiek defended their argument vigorously against this charge, insisting that it is only under capitalism that the exchange of commodities is fully developed. Moreover, although the development of capitalism makes no difference to the form of exchange, it is only in the exchange of capital for wage labour that the form comes into contradiction with the content of the relation, so that the state assumes an unequivocal class character” (CLARKE, 1991, p. 11).

a luta de classes como uma forma de luta interna, senão contra o mesmo Estado, o que permite reconhecer a transformação e transição das formas políticas pela luta de classes.

Embora existam outros aportes ao debate, para o presente trabalho, a importância da teoria materialista do Estado é fundamental para entender a articulação do desenvolvimento das formas sociais em relação ao processo de acumulação e como essas mesmas formas sociais podem ser pensadas histórica e logicamente como uma relação da regulação e controle social. Nesse debate, a teoria da regulação teve significância em resolver as formas de articulação do econômico, o político e o ideológico que se apresentavam na teoria tradicional marxista como eixos mais abstratos, permitindo gerar categorias que definiam formas concretas de organização e luta entre diferentes sujeitos. Para Alain Lipietz, por exemplo, um modelo de desenvolvimento tinha três componentes básicos, um modelo de organização do trabalho, um regime de acumulação, e um modo de regulação, este último modo consiste tanto nas disposições e conflitos individuais (empresários, trabalhadores, etc.) como em formas institucionalizadas “as regras do mercado, a legislação social, a moeda, as redes financeiras. Essas formas institucionalizadas podem vir do Estado (leis, circulares, ou orçamento público), ser privadas (as convenções coletivas) ou semipúblicas”. (LIPIETZ, 1991, p. 28)

O regime de acumulação não seria uma dinâmica autônoma e se um resultado macroeconômico do funcionamento do modo de regulação com base num modelo de organização do trabalho. Essa diferença entre os modos de análise que não identificam a totalidade da relação entre economia e política e si de estados concretos das contradições e as lutas é o que permite que o debate marxista adquira uma maior amplitude no entendimento do político. Não obstante, a teoria da regulação em seu caráter de explicação materialista do processo de equilíbrio e crise, termina por deixar a um lado a crítica ao Estado dentro do debate, com relação a dar maior importância a formas intermediárias de dominação desde as práticas institucionalizadas. Nesse sentido, o Estado não aparece como uma agente chave senão subordinado, frente a outros processos de controle social.

Assim, tendo como foco principal o Estado dentro da crítica marxista, o que pode reconhecer-se aqui como teoria materialista, o Estado é descrito por Hirsch da seguinte forma:

O Estado não é simplesmente definido como ligação organizativa dada e funcional, mas como a expressão de uma relação antagônica e contraditória. A abordagem materialista-

histórica leva em conta não apenas o fato de que as relações de dominação política têm bases e condições materiais, fundadas na estrutura da produção social. Isso é o que deveria fazer qualquer teoria social e do Estado. O seu ponto decisivo é mais o fato de que elas não são diretamente observáveis pelos homens – na terminologia de Marx, elas são “fetichizadas”. Trata-se por tanto de entender as instituições e os processos políticos como expressão de relações de domínio e de exploração, bem como os conflitos e as lutas delas resultantes, e que lhe são opacas. Esse é o entendimento marxiano sobre a ciência como crítica. Por isso, não se trata apenas de explicar apenas como o Estado funciona ou deve funcionar, mas que relação social ele apresenta e como ela pode ser superada. (HIRSCH, 2010, p. 20)

Desde a compreensão e desenvolvimento da teoria materialista do Estado propõe-se desenvolver teoricamente a relação entre o trabalho artesanal e as formas sociais, econômicas e políticas com a institucionalização da atividade e os conflitos, contradições e antagonismos que alimentam as formações e transformações do artesanal desde diferentes sistemas de valor ou regimes de acumulação, e os modos de regulação que definem, classificam e reproduzem o trabalho artesanal. A continuação se apresenta a análise conceitual da relação como uma política econômica do trabalho artesanal.

#### 1.5.1. MODO DE SOCIALIZAÇÃO E FORMAS SOCIAIS

Para entender o desenvolvimento da teoria política marxista é preciso ter em conta a base dos limites da relação do capital como modo de produção e de socialização, nesse sentido nem todo o movimento da teoria do valor-trabalho pode considerar-se como a totalidade das formas sociais e relações de produção, pois a totalidade social corresponde a atividades e formas de organização que se vivem e realizam com sentidos diferentes à valorização do valor. Nesse sentido nem toda a produção e o saber-fazer que um indivíduo tem relaciona-se com o movimento do valor, e pode considerar-se como riqueza produzida por um grupo social para uma satisfação de necessidades materiais e simbólicas. Não obstante, estas formas sociais não se apresentam como parte consciente e volitiva da ação humana, o que levaria à crença do controle total por parte dos indivíduos do que fazem, ao contrário, frente às ações que os indivíduos fazem individualmente, as formas sociais se reconhecem diante uma análise da realidade e se realizam relativamente fora da compreensão dos indivíduos.

Formas sociais são configurações coisificadas e fetichizadas, apenas reveladas através da crítica teórica, que assume a relação recíproca entre os indivíduos na sociedade, e se manifestam como independentes de sua vontade e de sua ação consciente, impregnando

suas percepções imediatas e suas orientações de conduta: mercadoria, dinheiro, capital, direito, Estado. (HIRSCH, 2007a, p. 14)

O problema não consiste em reconhecer somente o sentido individual da ação como um fato dado pela conduta do indivíduo, o que pode ser considerado como parte de uma vontade consciente e comunicável, senão além, como uma relação social que medeia entre a condição espaço-temporal com os outros, e que são historicamente derivadas das condições dadas entre os indivíduos num momento determinado, o que exige a mudança das formas sociais conforme mudam os indivíduos e suas ações, a necessidade de ser conscientes das formas sociais não impede que se reproduzam certo tipo de ações. O que quer dizer que as formas sociais são constituídas de ações individuais, pero que ao objetivar-se podem ser mantidas fora da vontade individual e tornar-se interdependente entre os grupos ou indivíduos<sup>21</sup>.

Frente ao modo de socialização capitalista, este processo de interdependência só pode pensar-se como um movimento histórico construído pelas condições sociais e culturais de cada território, o que impede ser reconhecido o movimento de acumulação do capital como um movimento linear sobre um plano abstrato e vazio. As condições sociais historicamente surgem por sentidos e motivações culturais, religiosas e políticas e não se reduzem ao movimento econômico, e em alguns casos constituem barreiras ao livre movimento econômico capitalista, pois não todo pode ser mercantilizado na análise crítica. A problemática principal de análise se encontraria em definir qual é a relação entre o modo de socialização capitalista e as diferentes formas sociais que não dependem diretamente do sentido da acumulação, embora constituíssem uma unidade como análise da totalidade social. Assim, as demais formas de produção não-capitalistas e os antagonismos sociais que não se constituem da luta de classes de forma direta, não podem ser excluídos do modo de socialização capitalista como base dominante de relações, mas tampouco pode limitar-se sua produção e antagonismo ao sentido da valorização do capital.

No caso das atividades artesanais, como já se falou na parte da antropologia econômica, as relações de produção e socialização não se determinam necessariamente como parte do mercado, embora os processos de subordinação e de realização do capital possam constituir as mudanças e reestruturações do sistema de produção não capitalista. Por outro lado, os

---

<sup>21</sup> “Cada grupo y cada individuo deviene funcionalmente dependiente, en razón de la peculiaridad de sus propias funciones, de un número cada vez mayor de otros grupos o personas. Las cadenas de interdependencia se diferencian y se prolongan, lo que hace que resulten, por consiguiente, menos transparentes y susceptibles de control por cada individuo y para cada grupo en particular”. (ELIAS, 2008 [1970], p. 81)

antagonismos sociais que constituem a vida cotidiana das sociedades podem definir as formas de relação entre os indivíduos, seja de forma familiar, comunitária ou religiosa. As diferentes formas de sociabilidade não limitam a produção do artesanal à compra e venda, e se pode configurar-se como parte de um conjunto de atividades coordenadas para um evento social significativo, e que defina os sentidos das ações individuais em um conjunto singular de expressões: como os rituais, férias, eventos artísticos e tradicionais de uma comunidade. Eventos performativos entre o sacro e o profano onde a subjetivação dos agentes define o processo social (ALEXANDER, 2005)

As formas sociais que se configuram como direitos se realizam na concepção da cidadania como eixo do antagonismo principal entre o modo de socialização capitalista e as estruturas institucionais políticas e o Estado. As formas políticas se constituiriam como as relações de regulação e controle dentro e fora das diferentes formas de organização social, o que permitiria reconhecer ao Estado como uma forma política especial e histórica. As relações que se geram nesse sentido dentro das formas políticas atingem tanto aos antagonismos sociais derivados do capital e fora de ele. Embora se reconheça a historicidade do movimento de valorização do valor, que constitui o modo de socialização do capital na articulação das formas de produção e do trabalho, é importante reconhecer, além disso, que as formas políticas também se encontram nas sociedades capitalistas historicamente dependentes da relação de classe e das lutas de classe (HOLLOWAY, 1980). O que se explica pela separação das formas econômicas e das formas políticas como movimento derivado das relações de produção capitalista.

Nesse sentido o debate sobre as formas sociais e políticas dentro da luta de classe, e os antagonismos sociais (gênero, etnia), que geram a separação acadêmica entre “modernos” e “pós-modernos” pode medir-se não na validade e pertinência de cada ação social e ideológica, senão em seus limites. Como fala Slavoj Žižek no debate entre luta de classes e pós-modernismo,

La política posmoderna definitivamente tiene el gran mérito de que “repolitiza” una serie de ámbitos antes considerados “apolíticos” o “privados”; lo cierto es, sin embargo, que de hecho *no* repolitiza el capitalismo, porque *la misma noción y forma de “lo político” dentro de la cual opera está fundada en la “despolitización” de la economía*. Si jugamos el juego posmoderno de la pluralidad de subjetivaciones políticas, es formalmente necesario que no hagamos ciertas preguntas (sobre cómo subvertir el capitalismo como tal, sobre los límites consecutivos de la democracia política y/o el Estado democrático en tanto tales...). De modo que, [...] la emergencia posmoderna de nuevas subjetividades políticas múltiples *no* alcanza por cierto este nivel radical del acto político propiamente dicho. (ŽIŽEK, 2011, p. 105-106)

Para Žižek, então, é preciso reconhecer a importância e escopos da crítica política em relação a dimensões econômicas e culturais numa “universalidade concreta” que atenda tanto a dialética da totalidade e do concreto. O modo de socialização capitalista que se produz no antagonismo do capital e o trabalho, e nas relações de propriedade privada e na circulação da mercadoria, permite que se definam em relação de unidade e contradição, no movimento dialético de *divergência* e *convergência*, entre as diferentes formas sociais que se realizam dentro de uma totalidade social. A questão principal desta relação não é sua abstração nos conceitos de produção por um lado, e sociabilidade econômica e política por outro, e si da condição histórica que permite que se possam pensar as formas sociais políticas e econômicas como derivadas e contraditórias ao próprio modo de socialização capitalista. Neste ponto se resume a importância da análise a expor nas formas sociais institucionalizadas, o Estado e o conflito social e hegemônico que traz consigo a determinação política em relação ao capital.

Assim, nas sociedades capitalistas, por um lado se encontra o modo de socialização dominante capitalista, e por outro a contradição de classe nas formas de relação econômica e as formas de relação política. A base da contradição e separação entre classe e cidadania não é um produto independente de categorias abstratas de representação social, senão um produto do desenvolvimento do processo histórico de valorização do valor que faz que um mesmo indivíduo possa reconhecer-se como pertencente a uma classe, definido na condição de proprietário ou trabalhador, e por outra, que se reconheça como sujeito jurídico e civil formalmente livre e igual ante os demais cidadãos. “É por isso que a subjetividade dos direitos, a liberdade e igualdade entre cidadãos não são mera aparência ideológica, mas têm sua base material no modo de socialização capitalista, que permanece, no entanto, envolvida por relações de classe que estabelece os seus limites” (HIRSCH, 2007a, p. 22).

Por outro lado, para finalizar a compreensão das formas sociais no espaço de análise marxista, assim como o movimento dialético do valor de uso, valor de troca e valor se desenvolve em diferentes formas econômicas, é possível reconhecer um procedimento dialético nas formas sociais como mediação entre as ações dos indivíduos ou dos coletivos, as estruturas sociais (modo de socialização) e as instituições, como o grau respectivo de individualidade, totalidade e particularidade. Para Alain Touraine (2006), existiriam diferentes níveis de compreensão da ação política: nível organizacional, nível institucional e nível de historicidade. Neste sentido, a análise

das formas sociais, que compreendem a relação em sua totalidade pode levar a entender que depende das ações individuais e coletivas, de seus sentidos e interesses, e da mesma forma estas ações podem objetivar-se da situação singular e adquirir a forma de totalidade. Neste sentido os direitos dos indivíduos (sociais ou da pessoa) podem entender-se como formas sociais que compreendem a totalidade de relações políticas que se desenvolvem numa sociedade ou território,<sup>22</sup> é a objetivação produzida sobre os antagonismos sociais e as lutas de classe que constituem uma sociedade em um tempo determinado. Assim, embora sejam as ações de grupos e indivíduos os que terminam por manter e reproduzir na prática a totalidade de relações, o processo de abstração é fundamental para entender a universalidade das categorias políticas.

O processo de institucionalização torna-se a movimento de materialização política das formas sociais, é dizer tanto na relação da singularidade das ações dos indivíduos como na relação da totalidade da forma social em que se objetivam as relações sociais, definindo assim uma dinâmica de estruturação do movimento dialético nas relações políticas de uma sociedade.<sup>23</sup> As instituições não podem reduzir-se às formas sociais, pois elas abrangem ações e formas de regulação singulares que escapam da institucionalização. Nesse sentido, a condição da instituição como forma política específica que materializa o espaço de luta e antagonismos num território específico, transcende a singularidade dos indivíduos, mas se limita a uma coerção das formas sociais e políticas existentes, é dizer sobre as práticas sociais em geral.

Lembrando aqui, pertinentemente, que o processo dialético – ação, estrutura e instituição – não se desenvolvem em um plano ideal e vazio, senão que historicamente se encontra definido na base material do modo de socialização capitalista. Nesse sentido o caráter da regulação tem sentido em sua continuidade, definido pela presença de instituições que se reproduzem características históricas formadas, tanto no âmbito econômico com a regularidade do modo de

---

<sup>22</sup> “O sujeito como portador e destinatário de todas as pretensões possíveis, o universo de sujeitos ligados uma aos outros por pretensões recíprocas, é que formam a estrutura jurídica fundamental que corresponde à estrutura econômica, isto é, às relações de produção de uma sociedade alicerçada na divisão do trabalho e na troca.” (PACHUKANIS, 1988, p. 60)

<sup>23</sup> “Toda actividad humana está sujeta a la habituación. Todo acto que se repite con frecuencia, crea una pauta que luego puede reproducirse con economía de esfuerzos y que ipso facto es aprehendida como pauta por el que la ejecuta [...] La institucionalización aparece cada vez que se da una tipificación recíproca de acciones habitualizadas por tipos de actores. Dicho en otra forma, toda tipificación de esa clase es una institución. Lo que hay que destacar es la reciprocidad de las tipificaciones institucionales y la tipicalidad no solo de las acciones sino también de los actores en las instituciones. Las tipificaciones de las acciones habitualizadas que constituyen las instituciones, siempre se comparten, son accesibles a todos los integrantes de un determinado grupo social, y la institución misma tipifica tanto a los actores individuales como a las acciones individuales.” (BERGER; LUCKMANN, 2003 [1968], pp 72,74)



produção dominante, como nos antagonismos sociais das estruturas da vida ou formas políticas definidas em direitos do indivíduo na sociedade.

Em geral, depois de entender as relações entre o modo de socialização capitalista e das formas sociais dentro de uma dialética do movimento das relações econômicas de acumulação e políticas de regulação, como um movimento convergente e divergente, de unidade e separação, se pode entender que o processo de institucionalização e de realização das formas políticas adquire um espaço de luta com situações que dependem tanto da regulação como da acumulação do capital, e sua estruturação é parte de um processo histórico que se baseia nos antagonismos sociais e expressa as diferentes formas econômicas e políticas, que no caso do trabalho artesanal vai a permitir entender seu caráter político desigual e contraditório nas instituições políticas onde se materializa. A continuação se aprofunda no processo de institucionalização do trabalho artesanal, e sua relação com as formas políticas.

#### 1.5.2. FORMAS POLÍTICAS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO TRABALHO ARTESANAL

A forma política como mediação conflitiva e contraditória das ações individuais e coletivas, e das estruturas dadas pelo modo de socialização, tem para o caso do processo de institucionalização do trabalho artesanal a base para a compreensão da diversidade institucional e política que se gera ao longo de seu desenvolvimento histórico. Um dos problemas principais no processo de reconhecimento do trabalho artesanal como forma de produção particular é a diversidade conceitual e organizacional no sistema de instituições políticas que definem a participação desde as federações, associações ou cooperativas que conformam os encontros e desencontros, as lutas e conflitos pela posição de classe e pela posição social definida por outra categoria social. Por agora, o objetivo não é definir de forma concreta a relação (Ver subcapítulo 4.2), senão descrever de forma geral a relação que se produz entre a forma política e sua institucionalização com o trabalho artesanal, baseados na dialética do valor de uso, valor de troca e valor. Isto pode ser descrito em diferentes momentos da relação.

No **primeiro momento** é necessário ter em conta que nem todos os processos de organização social historicamente são fundamentados nos modos de socialização capitalista. Este momento da relação de atividades não-capitalistas, tem como conteúdo lutas sociais pela defesa

do território e as formas de vida dentro do sentido da complexidade interna das relações, e não pode conceber-se totalmente a separação ou divisão social e técnica do trabalho num sentido capitalista. As atividades artesanais dentro das economias de subsistência ou economias de autogestão integram o conflito político como um todo das relações da organização, e o processo de luta são coletivos na forma como se produz essa forma social.

**Segundo momento,** a institucionalização do trabalho artesanal como expressão patrimonial, simbólica e cultural. Neste sentido, as identidades e identificações dos artesãos e do artesanato tem relevância significativa no espaço de luta institucional, a questão do valor de uso dos significados e da propriedade patrimonial sobre a produção desse valor de uso específico, seja uma atividade de serviço ou objeto artesanal, corresponde a um confronto entre as outras formas de organização política institucional, que estejam ou não destinadas ao processo de valorização do valor. É dizer, a institucionalização do artesanato como base no valor patrimonial, cultural ou simbólico, é uma entre as demais formas de institucionalização do trabalho artesanal. Embora não se designe este processo como totalmente separado das outras formas políticas, si pode conceber-se um processo de institucionalização diferente que termina por materializar os objetivos e regulações da atividade dos artesãos e da produção de artesanato. Entendido assim, a condição de ser artesão, é parte da prática política gestada por ações que se institucionalizam e logo se objetivam para ser reproduzidas em condições de regulação e controle definidas por instituições específicas.

**Terceiro momento** é a forma política que procura a institucionalização do trabalho artesanal como uma parte integral da divisão do trabalho no modo de socialização capitalista. A ação individual e coletiva do pequeno capitalista -ou do empreendedor- é uma figura principal nas condições de institucionalização do trabalho artesanal, pois permite entender de uma forma mais clara a condição de institucionalização que sobre o Estado pode adquirir a atividade de produção artesanal. As contradições entre as características econômicas e políticas dos indivíduos, seus interesses e suas atividades, permitem olhar o que num primer momento de aparência se resume a confrontos volitivos e singulares (locais), pero que na medida em que se desenvolvem como formas sociais em relação ao movimento do capital como modo dominante de socialização, recebem uma claridade expositiva dada pela condição e posição frente a uma totalidade de relações políticas e econômicas. O pequeno capitalista ou o proprietário tradicional consegue ter

uma relação diferente em seus objetivos, frente aos dois momentos anteriores de institucionalização, o que manifesta coerentemente que o Estado permite e regula a luta direta e indireta das diferentes formas de institucionalização.

Assim, ainda que não seja possível definir uma trajetória única de institucionalização de forma abstrata e geral em cada país, é possível entender as formas concretas históricas dos movimentos coletivos e individuais que promovem a institucionalização do trabalho artesanal em relação aos anteriores momentos. A situação particular do processo de institucionalização e as condições de cada país ou região requerem de uma análise intermédia das formas de controle e regulação sobre o desenvolvimento de acumulação do capital, para obter uma crítica específica da historicidade do processo.

### 1.5.3. REGIMES DE ACUMULAÇÃO E MODOS DE REGULAÇÃO

Retomando, existe um movimento dialético de produção e socialização dominante nas sociedades capitalistas, a dialética de valor de uso, valor de troca e valor que permite um movimento produtivo de acumulação e concentração, acumulação que se desenvolve desigualmente nos territórios e aproveita às desigualdades dadas na configuração territorial como também as produz, seja por subordinação direta ou indireta. Esse modo de produção e acumulação apresentaria diferenças significativas nos “sistemas de valor” gerados pelas condições materiais que os constituem de forma desigual, e isto é o que significa que cada território contém seu próprio regime de acumulação.

Em outras palavras, existe um regime de acumulação concreto dentro de uma lógica de acumulação, de valorização do valor, que se desenvolve de forma geral. Assim, cada regime de acumulação de forma particular concentra tipos diferentes de confronto e luta na divisão de classes nacional ou local, onde se produzem regularidades que permitem sua reprodução tendo em conta as condições particulares ou o contexto. O caráter do desenvolvimento geográfico desigual dentro do que Harvey denominava como “sistemas de valor” (HARVEY, 2013, p. 480), podem ser entendidos como as formas concretas que definem o movimento do capital de forma territorializada. Nesse sentido, a teoria da regulação define essas particularidades como “regimes de acumulação”, os quais descrevem “modalidades históricas específicas que assumem a ‘coerência formal’ de fluxos de valor, sob as condições de valorização do capital em conexão

com o mercado mundial, e a sua real efetivação é determinada pela eficácia ‘objetiva’ da lei do valor no contexto de enfrentamentos sociais e relações de força” (HIRSCH, 2007b, p. 60).

Tendo em conta o exposto aqui, pode interpretar-se que a crítica do movimento do capital pode convergir de forma que teoricamente se faz necessário dar relatividade concreta ao movimento geral do capital. Assim, não é questão de “igualar” teorias de autores individuais e se de configurar correspondências dentro da crítica da economia política (ALMEIDA e PAULANI, 2011). Pode conceber-se que como raiz do debate se encontra o exposto por Marx no movimento mundial e abstrato da riqueza e do valor, frente às formas concretas de relação social definidas no trabalho concreto pela divisão do trabalho, tendo assim a possibilidade de exploração tanto dentro das diferenças regionais de um país, como de sua posição no mercado mundial. O movimento geográfico desigual do capital se materializa em regimes de acumulação particulares sobre trajetórias históricas que definem sua continuidade e forma. A relação regime de acumulação e modo de socialização capitalista é uma questão entre o concreto e o abstrato do valor em seu fluxo pelo mercado mundial.

Desta forma “todas as sociedades capitalistas são caracterizadas, independentemente de sua particular formação espaço-temporal, por um processo de acumulação que obedece a regularidades próprias e que se encontra incrustado em um sistema de regulação institucional. Eles são constituídos e remetem-se um ao outro, no modo aqui desenvolvido, sobre a base das determinações sociais formais.” (HIRSCH, 2007b, p. 59). Da mesma forma que se obtêm uma particularidade no processo de acumulação, sua correspondência política de controle e regulação deve ser divulgada em um modo particular definido pelas instituições estatais que governam num território. O modo de regulação se desenvolveria de forma histórica e específica pelas condições dadas tanto no modo de socialização como do desenvolvimento de instituições de controle resultado do conflito de classe e o antagonismo social.

Não é possível pensar o processo de desenvolvimento do capital só de forma econômica, e se como forma concreta da relação entre as regularidades e crises que se juntam na dialética dos regimes de acumulação e dos modos de regulação. O espaço de análise que não totaliza as explicações ao movimento do valor e seu fluxo na produção e circulação para sua valorização permite, neste sentido, compreender as formas concretas que se realizam num determinado território em especial nas condições onde o marxismo tradicional ajustava e limitava ao

movimento do valor toda a explicação, sem pensar nas formas sociais que junto a este configuram uma realidade mais complexa, e que pela mesma situação de não depender do movimento do valor unicamente, a avaliação das continuidades e das transformações (estrutura e reestruturação) do modo de socialização dominante podem devir imprevisíveis, e abertas a novas formas de valorização e regulação.

Tendo em conta a relação entre regime de acumulação e modo de regulação, é possível entender nas formas que o trabalho concreto se desenvolve e se institucionaliza de forma diferente nos países num desenvolvimento desigual, mas que obtêm suas características concretas nas próprias formas que os sistemas de valor e os regimes de acumulação manifestam, com a finalidade de reproduzir o sistema capitalista e, além disso, com a capacidade institucional para regular a atividade artesanal. Aqui os estudos comparados entre formas do trabalho artesanal dentro da análise marxista são pertinentes, pois só nesse sentido se compreende as condições de reprodução e expansão do modo de produção capitalista e do trabalho artesanal como parte direta do movimento, seja de forma produtiva ou não ao capital. Assim, ainda que exista um regime de acumulação e uma regulação específica e concreta num tempo determinado, este só pode efetuar-se como parte de um movimento temporal do modo de produção dominante, ou de forma espacial, com a relação de outros processos de institucionalização do trabalho.

## **CAPITULO 2 -**

### **O TRABALHO ARTESANAL NAS TRANSIÇÕES E SUBORDINAÇÕES AO CAPITAL**

Neste capítulo se desenvolve de forma histórica a análise das trajetórias da produção artesanal nos países de estudo, tendo em conta as diferentes características que podem apresentar numa relação com o desenvolvimento desigual que produz o capital. Na primeira parte se faz referencia às trajetórias no século XX da formação e organização do trabalho artesanal, especificando as características de diferenciação que permitem uma segmentação do trabalho seja pela condição de classe ou pela dependência territorial e cultural, o que se define principalmente na constituição de diferentes formas de representação ao longo do século passado.

Na segunda parte se estabelece como cada trajetória permite gerar diferentes formas de classificação e percepção do que é artesanal, principalmente na forma de definição do que significa *ser* artesanato, e o que é trabalho artesanal em geral. As formas de classificação se expõem como resultado e não como condição das trajetórias econômicas e políticas de formação do setor artesanal. Nessa medida se compreende a condição histórica e representativa como parte do desenvolvimento conjunto de processos grupais como estruturais - subjetivos e objetivos -, que definem e institucionalizam formas de perceber a produção material e cultural.

Por último, em base às trajetórias e classificações se apresenta uma análise geral das formas de transição e subordinação direta e indireta ao capital do trabalho artesanal; a primeira, de forma direta da divisão técnica e social do trabalho em cada país. A segunda, como forma de diferenciação indireta e cultural na produção de artesanato, e que tem como característica uma relação com a produção artística e especializada no desenvolvimento de técnicas tradicionais. Cada processo de relação direta ou indireta complementa a relação do trabalho artesanal com o desenvolvimento desigual do capital.

## 2. 1. DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO TRABALHO ARTESANAL

Para começar, a atividade artesanal no sentido da sociedade moderna ocidental, não compete propriamente a um estudo das atividades de modos de produção da idade antiga, entendendo as diferentes formas de civilização. As formas de fazer e produzir como técnicas feitas nos contextos históricos no desenvolvimento da humanidade podem ser pensadas dentro da categoria artesanal si se define essa categoria como uma produção em geral e abstrata, um “fazer bem feito” (SENNET, 2011). Não obstante, como nossa pesquisa não procura uma definição desse tipo, naturalizando em certa medida formas de fazer manual ao longo da história, é preciso aqui reconhecer como trabalho artesanal na sociedade moderna algo diferente das antigas civilizações. Nesse sentido, pode entender-se que em diferentes momentos e lugares existissem “trabalhadores artesanais” como uma categoria social ou técnica, por exemplo, na Antiga Grécia ou na Roma, mas que só uma compreensão de sua posição na estrutura social e hierárquica daria conta de seu significado e desenvolvimento da atividade em seu próprio contexto. Da mesma forma, uma redução à linguagem ou etimologia da palavra tampouco resolveria a questão, nem ofereceria resposta substancial sobre a situação atual.

A questão que aqui concerne é diferente, é preciso reconhecer a importância das formas de organização social em suas trajetórias modernas, na situação de construção social, econômica e política desde caminhos de institucionalização recente, e que permitam responder desde o presente à situação da organização do trabalho artesanal. Para isso, pode entender-se que o desenvolvimento do trabalho artesanal é parte de transformações políticas, econômicas, técnicas e sociais em diferentes territórios, e que convergem na regularidade da produção artesanal como setor em diferentes países. É dizer, que no processo de expansão do modo de produção capitalista, a organização política de estados, a definição de novas relações de participação cultural e cidadã, e a transformação industrial das forças produtivas permitem que, o que hoje se conhece como artesanal, tivesse uma transformação particular que não é aplicável a toda a história da humanidade.

No presente capítulo se expõe brevemente as trajetórias do trabalho artesanal moderno, tendo em conta as diversas condições dos países de estudo, França e Brasil. Como uma forma de relatar as condições gerais das particularidades do processo de construção do setor artesanal

desde o século XX, entendendo que se encontram determinados pelas formas de sociabilidade e organização dos artesãos no século XIX (CASTEL, 1998). Com as transformações técnicas, o crescimento da grande indústria e a imposição do modo de produção capitalista se destrói e transformam formas pretéritas de organização artesanal seja na subordinação de mão de obra assalariada nas metrópoles industriais, ou pela imposição de tratados comerciais nas colônias, permitindo gerar um crescimento nas importações de bens de luxo (MARCONDES, 2012) e exportação de bens básicos (GUIMARÃES, 2015), o que define uma conjuntura e fortalecimento da identidade dos artesãos em formas de sociabilidade política dentro dos Estados, o que constituiu uma transformação na organização dos artesãos com objetivos protecionistas.

No século XX, as transformações sociais e políticas permitiram uma construção do setor artesanal de forma diferente das condições do século anterior. Com a finalidade de compreender as características de cada país, se apresentam de forma geral as trajetórias de organização do setor artesanal, os conflitos entre grupos e classes sociais, as mudanças significativas de cada trajetória, e as continuidades frente à estrutura geral. Entendendo que o objetivo é definir o processo de transição e subordinação direta e indireta ao capital, se apresenta uma descrição geral que possa definir as condições de diferenciação do processo de institucionalização do trabalho artesanal.

## 2. 1. 1. CLASSE MEDIA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO TRABALHO ARTESANAL NA FRANÇA.

Embora a constituição de pequenos produtores artesanais date de séculos atrás, onde os artesãos organizavam-se em guildas e grêmios nas sociedades feudais, é notável que existisse uma transformação no século XIX, em especial pela industrialização e o crescimento das cidades nas diferentes partes da Europa. A questão principal, que consolida um processo moderno de institucionalização se encontra logo da primeira guerra 1914-1918, pois marca uma forma de estruturação do trabalho em função de novas formas de sociabilidade dos pequenos produtores. Nesse sentido, as características sociais, políticas e econômicas permitiram consolidar projetos de organização de forma nacional, o que pode encontrar-se como rasgos diferenciados entre os vários grupos que definiram as lutas de classe no século XIX.

A importância da mudança no reconhecimento do artesanal na França ocorre pela anexação de *Alsace-Lorraine* logo da primeira guerra diante o tratado de Versalhes no ano de



1919. Esse território fez parte do Império Alemão desde o ano 1871, pela sessão do tratado de Frankfurt, do mesmo ano (METZLER, 2007). As características de uma população cultural e territorialmente constituída na Alemanha considera-se uma ponte entre as diferentes formas de sociedade e economia na região. O território tem muita relevância na configuração de um projeto artesanal baseado no modelo Alemão, onde os artesãos como classe media tinham maior organização e maior poder político e económico que em outras regiões de maior industrialização. É dizer, a população ainda mantinha uma forma de organização social que considerava aos artesãos dentro de uma forte participação na organização económica do país. Essa diferença é significativa sim se tem em conta que países como Inglaterra desenvolviam um maior processo de industrialização e desenvolvimento do modo de produção capitalista, o que definia uma maior classe operaria e assalariada frente a uma classe media produtora na Alemanha no século XIX (ENGELS, 1980 [1852], p. 207-209).

A compreensão do Artesão (*Handwerk*), como produtor de objetos numa organização de pequena produção, considera-se culturalmente diferente à compreensão política do artesanal nas guildas e grêmios das pequenas cidades do mediterrâneo, entendendo que é uma classe média o que faz sua diferenciação e não sua condição propriamente técnica, diferenciada ética e politicamente dos operários e dos camponeses. Nesse sentido, existe uma produção do grupo artesanal como um agente autónomo e com características diferenciadas das classes operarias e assalariadas, principalmente como política de uma projeção de luta entre classes. É precisamente pensar o projeto de trabalho artesanal como formação política de uma classe média o que identifica o processo de institucionalização do artesanal na França (ZARCA, 1993)

- As duas representações do artesanal.

No processo de construção política do artesanal a princípios do século XX formaram-se duas correntes principais de conceptualização e representação. A primeira, a formação de uma *visão sindicalista* dos artesãos, derivada da criação centralista da Confederação Geral do Artesanato Francês (CGAF), que procurava a hegemonia em todo o território diante um poder que integrava o governo parlamentar; ao contrário, existiam projetos regionalistas que tinham uma *visão corporativista* dos artesãos, liderados principalmente pela Câmara de artesãos Alsaciana e seus aliados (PERRIN, 2007). A relação entre as duas formas de representação do artesanal como visão das condições materiais e simbólicas dos grupos em disputa geraram uma

fragmentação importante dos trabalhadores e empregadores artesanais na primeira metade do século passado.

Para começar, é no ano de 1922 com a criação da *Confédération générale de l'artisanat français* (CGAF), onde se consegue juntar as propostas sócio-políticas para obter uma instituição representativa no governo. O que se quer desde aquela representação é marcar a identidade dos artesãos como força política diferenciada. Etienne Clémentel, quem é parte principal do projeto de representação política, já falava da importância da CGAF na reunificação da classe media:

En plaçant, disait-il, une grande partie de nos espoirs dans l'action des classes moyennes, dans l'action de cette phalange de travailleurs intelligents et ardente entre toutes de cette fleur de la démocratie française, je ne faisais qu'écouter les leçons du passé, je ne faisais que méditer les durs enseignements de la guerre. (ZACAR, 1993, p. 56)

O discurso de uma unidade necessária da classe media logo da guerra como uma consolidação da forma de luta frente à organização do trabalho no país, em especial dos trabalhadores “inteligentes”. Junto a valores nacionais e da família como eixo moral, a classe artesanal se junta a um processo de articulação das diferentes faixas e setores que não se encontram diretamente na luta entre operários e burgueses, o que permite que exista uma relação externa antagónica com esses grupos. Ao contrário, internamente ao campo, a lógica da organização dos trabalhadores artesanais podem concretar-se na classificação de ofícios diante representações especializadas nos conselhos ou câmaras de ofícios.

Os artesãos apresentavam-se numa identidade que tinha que ter as características da burguesia e dos proletários, proteção do mercado e diferenciação de classe pelo consumo e as costumes. Não obstante, para a CGAF os artesãos tiveram alguma pretensão diferente dos operários, continuavam sendo “*la plus populaire des classes moyennes*”, pois a diferença de outros grupos intermédios como os pequenos comerciantes e os profissionais liberais, o artesão mantinha uma forma de organização de produção mais perto das classes operárias, pois sua qualificação e modo de vida não tinha de princípio muita relação com a pequena burguesia, por exemplo. O que precisava tal articulação dentro da classe media foi uma ideologia que instaurasse uma nova representação social do artesanal, dos artesãos como agentes que merecem pertencer a uma classe especial. Assim, E. Clémentel fala que frente aos outros grupos da classe média « *la situation de artisan ceci de particulier elle représente en même temps toutes les*

*caractéristiques et que artisan doit avoir toutes les vertus que on demande ouvrier et au patron ».* (ZARCA, 1993, p. 59)

Não obstante, para obter a organização das diferentes ocupações, era necessário ter em conta quais atividades poderiam constituir um setor ou “classe” social correspondente com os ideais da classe media. A estrutura privilegiou pequenas indústrias em couro, madeira, metal, entre outros, que poderiam ter uma maior importância para as organizações regionais e representantes principais, assim atividades como os artesãos em alimentação ou na construção, que hoje são de grande relevância, nos princípios de sua institucionalização nas câmaras de artesãos não foram incluídos. Procurava-se por manter as condições do pequeno artesão, tradicionalmente identificado como uma “classe” que oferecia certa virtude na produção, e sua significância na sociedade futura como eixo de uma produção mais humana.

De outro lado, desde a região alsaciana, com um tipo de organização corporativa de artesãos, tinha maior preocupação pela integração de um “modelo alemão”, o qual promovia uma transformação da ética laboral do artesão e sua correspondente imagem na nação. Com a criação das *Chambres de Métiers* no ano de 1929 organiza-se uma forma de classificação territorial e política especial destinada a institucionalizar e regulamentar a atividade em função da grande empresa, com poder de um só mestre artesão. A ética laboral que se promoveu foi a de um novo projeto de trabalhador, já não como uma reflexão interna, senão como uma projeção à ideia de trabalhador em geral. Em 1939, Hubert Levy quem foi secretário geral da *Chambre des métiers d'Alsace*, expressava um novo discurso para justificar a forma de vida artesã dos aprendizes,

En âme et conscience nous voulons aimer notre métier, respecter ceux qui nous ont appris et travailler loyalement avec notre patron ... En âme et conscience nous voulons faire honneur à notre métier en remplissant consciencieusement nos devoirs envers la famille envers nos camarades de travail envers la cité et la patrie ... En âme et conscience, nous voulons nous efforcer de devenir maître dans notre métier et collaborer à la dignité et à la prospérité de notre corporation. (ZARCA, 1993, p. 61)

Valores como a “Família” permitem definir objetivos morais e procurar um escape à luta de classes, que anteriormente fragmentava aos artesãos, obtendo uma maior credibilidade dos integrantes em função da utilidade e superioridade deles em relação à luta de classe no capitalismo. Desta forma se promoviam as relações entre operários e pequenos patrões como uma forma análoga (familiar) entre pais e filhos, o que identificava como efêmero a luta dentro da

produção, e proporcionava uma base fora da luta trabalhista. As questões econômicas foram negadas nesta forma ideológica de representação e se conseguiu fazer do trabalho artesanal como um trabalho mais humano, entendendo seus princípios morais para a sociedade.

As diferenças podem ser concretadas, não só como uma intenção de integrar uma classe média, senão que se queria propor uma resposta à luta de classes desde os mecanismos sociais e culturais que tinha a produção “mais humana” do trabalho artesanal. Assim, a diferenciação encontra-se na distinção de um grupo que procurava uma estruturação internacional, porém pode encontrar-se em seu discurso a justificação de que « *les classes moyennes artisanales commerciales intellectuelles agricoles et libérales opposent à Internationale d’or et à Internationale rouge, l’Internationale blanche* » (ZARCA, 1993, p. 61) Pensava-se que a Internacional branca dos trabalhadores artesanais, junto a às demais profissões da classe média, poderia ser um novo movimento social e produtivo que pode em suas condições particulares confrontar a luta entre operários e burgueses. Especialmente é contra o socialismo onde se concebe uma forma reacionária, pois é sua principal forma organizativa econômica concorrente, o que impulsiona uma proteção conservadora com valores católicos contra a violência dos “estrangeiros” e socialistas.

A política de proteção do Estado permitia limitar a atividade dos “não-franceses” aos ofícios e atividades laborais, dependendo de um controle e autorização das prefeituras, como se evidencia na lei de 8 de Agosto de 1935, onde se materializa este tipo de discriminação (FOURNIER, 2006, p. 107); o que permitia evidenciar que tanto como classe, como por sua condição política corporativista, os artesãos constituíam um grupo de organização forte e hierarquicamente fechado às condições de proteção econômica do Estado, devido em parte ao clima de guerra. Pode observar-se sua posição reacionária e conservadora na expressão de Henri Levy, que para o ano 1932 escrevia,

Nous sommes partisans de la collaboration des classes et adversaires de la lutte des classes. Nous aurions donc mauvaise grâce d’élever des barrières entre le petit et le moyen et grand patronat entre l’artisan, l’industriel le commerçant. Notre doctrine sociale réunit au contraire toutes les classes moyennes en une communauté d’idée et d’intérêt basée sur la valeur et le travail de l’homme sur la liberté individuelle l’ordre social et le respect de la propriété. (ZARCA, 1993, p. 62)

Nesse sentido, os artesãos desde o discurso corporativista tinham como ideologia uma “superação” das contradições sociais e políticas pela via da “integração” dos contrários, não como um processo dado em importância econômica, senão como um eufemismo da relação. O artesão adquire uma forma de representação que responde ao momento político e de mudança econômica estrutural com a formação das capacidades pressupostas pela forma do trabalho na sociedade que procura nas tradições conservadoras uma resposta justificada de sua existência como organização política nacional. Parte da forma ideológica de seu reconhecimento permite que se diferenciem os artesãos do século XIX com os artesãos do século XX, em sua transformação como projeção de classe média.

Não obstante, o discurso não só se mantém na representação e identidade dos artesãos, senão também em seus objetivos econômicos como grupo social. A centralidade na luta pelos direitos fiscais e econômicos dos artesãos permite uma maior relevância nas ações da CGAF, que nas regiões e federações por separado. Por exemplo, frente a impostos pode encontrar-se a unidade dos diferentes artesãos politicamente no exemplo apresentado no documento *journal de vienne et de l'isere*, onde os representantes da CGAF, Tailedet e Grandadam, procuram ir em contra de novos impostos para os artesãos e uma melhora das condições de compra de matéria prima e energia, devido a uma reforma fiscal do ano 1935.

#### OFÍCIOS (*L'Artisanat*) E VOLUME DE NEGÓCIOS

O Grupo Parlamentar de Defesa da Casa da Câmara está reunido sob a presidência do Sr. Albert Paulin, deputado de Puy-de-Dôme.

Srs. Tailedet e Grandadam, presidente e secretário geral do Artesanato Francês, expostos aos numerosos parlamentares apresentam as sérias dificuldades que os artesãos encontram no campo da tributação como resultado da aplicação da reforma tributária e em particular da circular ministerial da República do dia 30 de janeiro passado, tendendo a impor as compras de imposto sobre o volume de negócios feitos por artesãos.

O grupo aprovou os pedidos de interpelação com debate imediato, apresentados por MM. Paulin e Lérolle, a fim de obter do Ministro das Finanças, a retirada da circular ministerial de 30 de janeiro, e a próxima discussão de uma emenda que recolheu mais de 358 assinaturas tendendo a resolver a situação dos artesãos em relação ao imposto sobre o volume de negócios.

O grupo também decidiu se concentrar na questão do preço da corrente elétrica usada pelos artesãos. Pedem também que a gasolina lhes seja fornecida nas mesmas condições que os agricultores.

A Federação de Artesãos dos Alpes, a União dos Sindicatos de Artesãos de Isère, a União dos Sindicatos de Artesãos do Drôme, a União de Artesanato de Viena e a União Artesanal de Tour-du-Pin, avisa aos artesãos da região contra o projeto da administração das contribuições indiretas para propor-lhes por dois anos uma força do volume de negócios sobre as faturas das matérias-primas, aumentou 20 por cento.

Sendo esta proposta contrária às instruções contidas na circular de 30 de janeiro de 1935, do Diretor Geral de Impostos Indiretos, por prudência, instamos os artesãos a não responder as cartas desta administração, nem a assinar nada antes que os decretos-leis venham em discussão, no Parlamento emendas assinadas por 325 deputados serão apresentadas para restabelecer a verdadeira situação dos artesãos.

Antes de se comprometer, consulte a União Artesanal de Viena 27, rue Victor-Hugo, ou a Federação dos Artesãos dos Alpes, 3, rue de Strasbourg, em Grenoble, que se encarregou de seus interesses ameaçados, em comum acordo com todas as organizações de artesanato na França.

*Journal de Viennes et de L'Isere, Samedi, 9 Mars 1935, p. 5.* (Tradução livre do autor)

Pode reconhecer-se que no texto se faz referência a várias coisas importantes para o entendimento da institucionalização, como o grau de formalidade, de espacialidade, de relação política externa. O primeiro, o grau de *formalidade*, o que permite que exista um controle específico da atividade em função de unificar os diferentes agentes que conformam o campo artesanal. A importância de manter o controle se encontra na solicitude de definir um fluxo de comunicação entre a base e os representantes, gerando coerência entre o que exigem os representantes no governo, e delegando o poder para não debilitar a estrutura em interesses individuais. Nesse sentido ainda que existissem outros canais de representação, a tendência a um grau de formalidade pode ser visível na continuidade do projeto nas diferentes regiões.

A *espacialidade*, como forma de territorialização que podem entender-se aqui na extensão da organização, que neste caso se mencionam lugares como *Alpes, l'Isere, Drôme, Vienne e Tour-du-Pin*. O que implica que a organização podia funcionar conjuntamente em varias regiões e conseguir uma relativa homogeneidade nas propostas políticas. Por ultimo a *relação política externa*, que permite obter uma imagem da inclusão de parlamentares no governo. Pois de aproximadamente 608 parlamentares que conformavam o governo, entre 325 e 358, mais da metade, tinham apoio e representação dos interesses dos artesãos; isso é significativo tendo em conta a distribuição do poder no ano 1935, antes da chegada do Frente Popular. Assim, a integração e institucionalidade dos artesãos como classe media teve um grande apoio político e se

encontrava desde um princípio como um claro avanço das condições de sustentabilidade da atividade econômica diante sua organização federativa.

Desde a CGAF, a problemática principal em relação aos impostos é a luta pela igualdade nas taxas sobre o valor da renda entre trabalhadores independentes e assalariados. Não obstante, é precisamente a questão da proteção sobre uma igualdade na tributação com o assalariado o que permite que sua condição de artesão constituísse uma desvantagem na produtividade, pois deixa um status limitado ao pequeno grupo. Ao mesmo tempo da questão sobre as condições de tributação se encontra a questão sobre o crédito, baseado principalmente nos bancos populares. Organismos econômicos que foram criados desde o ano 1917. É no ano 1923, diante lei de 27 de dezembro, que o crédito artesanal é institucionalizado, com características como: tempo menor 15 meses, e maior 7 anos, limitado a empresas com menos de 10 empregados e aprendizes, a curto prazo o valor emprestado foi 7500 francos e o maior de 25000 francos, a juros entre 6% e 10%. A solicitude de crédito se encontra principalmente nas medianas empresas, e seu valor creditício tinha uma média de 23.416 francos para 1936 (PERRIN, 2007, part.1 -22).

Por outro lado, a problemática sobre a definição do artesanal como atividade diferenciada de outras atividades industriais ou comerciais, tem na definição do número de pessoas que podem empregar-se para ser uma atividade econômica artesanal, tratando de manter a quantidade como parte fundamental da definição do artesanal. Para o ano 1936, o número máximo de empregados artesanais de 5 artesãos aprendizes, ou artesão contribuinte (*Artisan fiscal*) que pode considerar-se como uma figura de trabalhador assalariado, na medida que para o Estado tinha uma contribuição salarial, embora se mantivesse a estrutura patriarcal do mestre artesão no taller. A problemática da definição se transforma em um problema de importância devido à necessidade de ter um controle específico hierarquizado desde o Estado sobre o artesanal e sua produtividade.

A questão pela quantidade também confronta os setores corporativista e sindicalista, pois por um lado, a CGAF lutava pelo apoio ao pequeno produtor, tendo em conta as condições dos artesãos como pequenos empregadores com a finalidade de manter uma diferenciação com a indústria, o que limitava a forma de classificação do artesanal frente ao crescimento da produção industrial e a integração de maquinaria e tecnologia na produção. Ao contrário, o modelo alsaciano procurava integrar a produção artesanal à indústria e o comercio em forma mais direta, o que acontece pelas condições de maior tamanho nas empresas, tendo em conta que existiam

empresas com mais de cem empregados (ZARCA, 1985, p. 11), o que gerava uma exigência técnica e profissional com maior especialização, tendo uma continuidade do taylorismo como base interna da produção empresarial.

Nesse sentido, existiria uma integração horizontal pelo modelo Centralista da CFGA, pois se define aos artesãos como uma classe, como um grupo com distinção na produção técnica e social que não pode juntar-se a uma classe trabalhadora de operários, e tampouco a uma classe média de comerciantes e profissões liberais, obtendo uma faixa de classe média na estrutura social. Ao contrário, no modelo alsaciano, a integração seria vertical, na medida em que o trabalhador artesanal faz parte de um conjunto regional de produção industrial, e define ao ofício como base principal de identidade, “*Hommes de métier, ils sont le métier fait homme*” (ZARCA, 1985, p. 11).

De forma geral, pode resumir-se a divisão política e representativa da produção artesanal da França na primeira metade do século XX assim:

**QUADRO 2.1.** MODELO POLÍTICO DAS CONFEDERAÇÕES ARTESANAIS NA FRANÇA, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.

| <b>Modelo Político</b>            | Centralista  | Regionalista                 |
|-----------------------------------|--------------|------------------------------|
| <b>Principal Organização</b>      | CGAF         | Chambre des métiers d’Alsace |
| <b>Tamanho de empresas</b>        | Pequena      | Media-Grande                 |
| <b>Representação dos artesãos</b> | Sindicalista | Corporativista               |
| <b>Forma de integração</b>        | Horizontal   | Vertical                     |
| <b>Projeção econômica</b>         | Tradicional  | Produtiva                    |

Fonte: Elaborado pelo autor.

- Transição e fragmentação

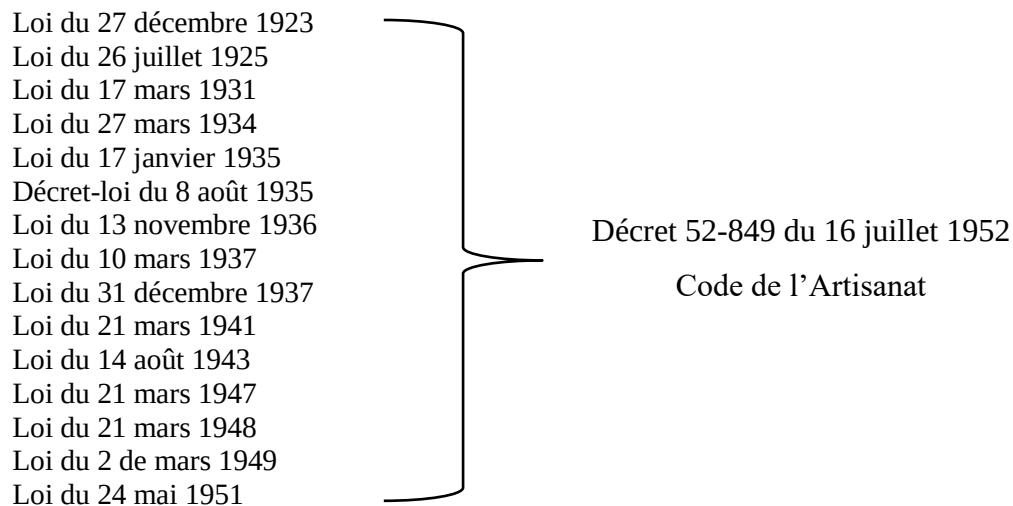
Frente às difíceis condições de produção no período da segunda guerra, e com os governos transitórios logo da ocupação alemã e da instauração do governo de Vichy, o período dos anos entre 1941 e 1945 pode ser entendido como uma forma de organização regional do trabalho artesanal, numa espécie de política do “Estado dirigista”, que se esforça por manter a produção desde as regiões delegando a administração e a institucionalidade no território regional (FOURNIER, 2006). A capacidade que tinha uma classe organizada de produção deste tipo foi



utilizada dentro do governo autoritário como uma forma de cimentar as possibilidades de criar uma nação destinada aos fins fascistas e conservadores, o que gerou inconformismo em diferentes setores dentro da organização geral dos artesãos. Assim, os grupos ou setores que não tinham maior representação na Federação se separaram das *Chambres des Metiers*, e conformaram um sindicalismo mais autônomo como foi o caso da *Confédération Générale de alimentation de détail* (CGAD), o mesmo que os grupos de artesãos de construção, produzindo uma ruptura entre as câmaras centrais de direção no governo, e os grupos autônomos de produção pelos setores, tendo maior controle nas federações particulares.

Com a ruptura das formas de organização centralizada na política do Estado protecionista, a segunda metade do século XX vai consistir num processo de transformação produtiva e associativa com tendência a uma descentralização frente à heterogeneidade das atividades e interesses políticos dos mesmos trabalhadores e empregadores. Não obstante, e frente ao problema da diversificação das organizações dos artesãos, é na década dos anos setenta onde se consegue organizar políticas destinadas à reprodução dos artesãos gerando institutos de aprendizagem. Desde a institucionalização da figura do mestre artesão (*Maître-artisan*) em 1937, diante a lei Walter Paulin - sobre a forma de organização do aprendiz do artesão -, a relação mestre e aprendiz no estabelecimento de produção tinha uma forma de reprodução do saber-fazer de forma tradicional. Logo, em relação inversa à formação técnica tradicional, no ano 1971 criam-se os centros de formação de aprendizes (CFA - *centres de formation des apprentis*), junto com leis de sustento à produção artesanal como a lei Royer sobre o comércio e o artesanato no ano 1973, e no ano 1982 sobre a formação profissional dos artesãos (FOURNIER, 2006, p. 108).

Não obstante é no ano de 1952, onde se faz uma síntese do entendimento, prática, proteção e promoção pelo Estado ao campo artesanal Frances, tendo como resultado: o *Code de l'Artisanat*, diante *Décret 52-849 du 16 juillet 1952 portant codification des textes législatifs concernant l'artisanat*. Este decreto gera uma unidade na legislação e representação política do artesanal como uma possibilidade de unificar o trabalho artesanal em suas diferentes características.

**FIGURA 2.1.** RESUMO DAS LEIS QUE CONSTITUEM O CÓDIGO DO ARTESANATO, FRANÇA, 1952.

Fonte : *Journal Officiel de la République Française*, 20 Juillet 1952, pp. 7333-7334.

Neste documento, se faz um esforço de unificar a legislação feita para o setor, onde aparece a descrição principal da classificação legal do setor artesanal. No primeiro artigo, em referencia ao significado do artesão:

**Sobre o Artesão - art. 1.** - Por mestres artesãos, queremos dizer trabalhadores autônomos de ambos os sexos, sem estar sob a direção de um chefe, uma ocupação manual, trabalhando no lar ou fora, usando a força motriz, se tendo ou não ensinado e fazer compras, principalmente envolvidos na venda do produto do seu próprio trabalho, justificando suas capacidades profissionais por prévia aprendizagem, têm um exercício prolongado desta profissão, cumprindo seu trabalho sozinho ou com a ajuda de seus cônjuges, membros da família ou artífices aprendizes. O número desses artífices ou aprendizes não pode exceder cinco indivíduos, uma vez que o artesão sozinho deve estar encarregado de seu trabalho. O emprego ocasional de aprendizes acima do número previsto acima não causa a perda do status de artesão conforme definido nesta seção, desde que tal emprego não seja natureza periódica e que o número total de dias úteis trabalhados por todos esses artífices e aprendizes não excede noventa por ano. (*Code de l'artisan*, 1952, p. 7327. Tradução livre do autor)

Pode examinar-se parte por parte o que o artesão pode significar. A primeira característica é a de um *mestre artesão*, é dizer, aquela pessoa sobre a que se baseia a produção, e quem deve ter as seguintes características: ser um trabalhador autônomo, também pode ser de qualquer sexo, deve ser chefe de sua própria unidade de produção, e desenvolver uma atividade de produção manual com o sem força motriz. O mestre artesão deve depender principalmente da atividade econômica diante a venda dos produtos feitos ou dirigidos por ele ou ela. A figura do mestre artesão vai ser significativa no debate sobre a atualidade da política do trabalho artesanal e da

forma como ele representa uma ruptura entre a institucionalização do trabalho na primeira e na segunda metade do século XX.

Não obstante, a continuidade da atividade não se define pela legislação como um poder de arriba para baixo, senão que os interesses de classe também poderiam permitir uma relativa unificação, embora este processo conseguiu-se décadas depois. Tendo em conta a importância política que as organizações de artesãos como classe média tinham na sociedade francesa, requeria de certa capacidade de mobilização desde um projeto político unificador para aproveitar a tendência de centro esquerda ou direita que possuía sua situação social. Assim, foi no ano de 1982 que o projeto de integração das principais federações de artesãos, é dizer a Confederação de artesãos e pequenos produtores da construção (CAPEB – *Confédération des artisans des petites entreprises du bâtiment*); a Confederação general de alimentação (CGAD); e a Confederação do artesanato e dos ofícios (CNAM- *Confédération de artisanat et des métiers*) –o qual se encontrava conformado por ofícios que não faziam parte da construção e de alimentos- juntam-se para conformar a União profissional artesanal, (UPA- *Union professionnelle artisanale*) (ver Capítulo 4).

O processo de mobilidade política de uma classe média que se mantém como parte de um status entre a produção manual e do status de produção autônoma, além da heterogeneidade de sua produção material e consumo, adquire uma instabilidade notável como grupo organizado em referencia ao Estado. Da mesma forma, a divisão do poder entre mulheres e homens na constituição das federações, que mantinham uma maior representação destes últimos, o que diferenciava sua posição frente aos movimentos feministas em luta pelos direitos sociais e laborais na década dos setenta. Nesse sentido, os processos de institucionalização não se encontravam definidos nem pela formação da atividade econômica, nem politicamente pelos interesses de cada grupo de artesãos. A atividade considerava-se uma relação de complexidade para sua unidade e homogeneidade como classe logo das fortes fraturas num projeto nacional comum.

Por isso, para Bernard Zarka, o grupo artesanal como “classe” não é historicamente dado, e se considera mais como uma construção simbólica, é uma construção de uma identidade desde uma identificação discursiva e não de uma relação econômica definida: “*Ces acteurs historiques se sont posés en représentants d'un groupe avant même que le groupe n'existe en tant que tel. Ils ont pu le faire exister grâce à un travail symbolique qui seul pouvait permettre à ses membres*

*potentiels de se reconnaître en tant qu'artisans.*” (ZARCA, 1985, p. 9) Frente à compreensão histórica que os mesmos artesãos fazem de sua posição e representação social, é importante visualizar o que, por exemplo, desde a CGAF defendiam como artesanato da França, no ano de 1962:

“Qu’on le veuille ou non, la France est traditionaliste et l’artisan conserve la sympathie, la Faveur d’un public qui voit en lui l’un des derniers représentants d’une tradition dont il est fier. Généreux, il donne la préférence au ‘petit’ contre le ‘gros’, surtout quand l’artisan respecte son métier [...] C’est pour sortir d’une situation dont l’issue paraît douteuse que la Confédération générale de l’Artisanat Français, sans renier pour autant des efforts qui s’étalent sur trente années, s’efforce d’atteindre un objectif précis : aider l’artisan à adapter la forme de son activité aux nécessités de l’Economie et à faire entendre sa voix dans ce qui touche cette activité, au même titre que les autres catégories professionnelles” (STEFANELLY, 1962, p. 41).

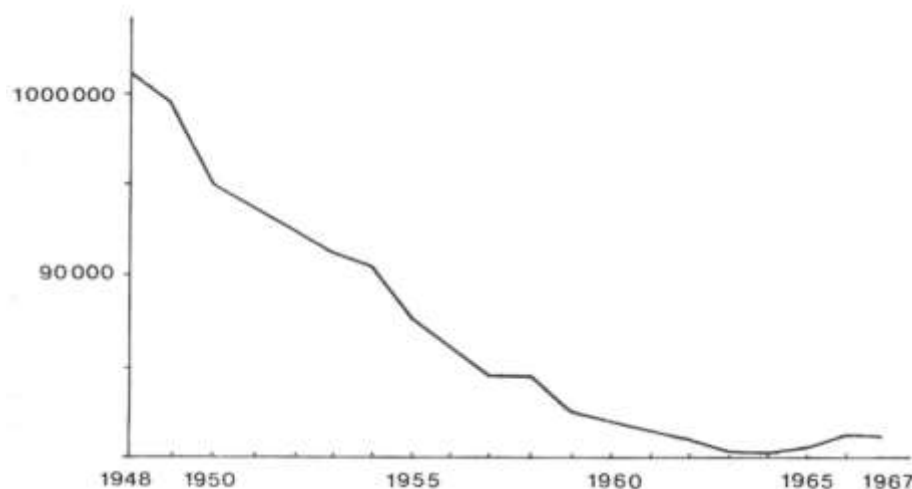
Existe uma continuidade no projeto da CGAF sobre o que deve ser o artesanato, e as questões sobre sua importância na economia do país, como agente ativo na produtividade social. A questão do artesão como patrimônio cultural pode ser mais aproximada à expressão de um papel do trabalhador que conserva um tipo especial de produção e que não se subordina diretamente às transformações técnicas da industrialização e das novas formas de organização laboral. Isso, se se tem em conta o crescimento da subcontratação para os anos setenta, que atingia principalmente os subsectores de fabricação e construção; o que permite relacionar tanto uma mudança nas condições de contratação laboral (ZARCA, 1979, p. 6), como uma mudança na posição dos artesãos na produção geral, o que define um declive da classe média tradicional.

A transformação também atravessa a condição, não só da produção senão a forma de consumo dos clientes, que passam de uma relação direta a uma relação mediada pelo mercado, o que dificulta a continuidade de uma relação comercial direta para as necessidades de clientes específicos, o que pode pensar-se como uma relação simples de troca por valores de uso, na circulação simples, ao contrário da relação indiferenciada de produtores artesãos e consumidores diante o mercado, o que gera uma subordinação real ao Capital. Frente ao crescimento da concorrência das grandes empresas manufatureiras, é notável que a situação de classe tradicional e seu status frente a outros grupos não tivessem a mesma força que nas décadas passadas.

Pelas condições de transição a um crescimento da produção industrial no fordismo, e a um aumento no setor de serviços nas décadas sessenta e setenta, como forma de reorganização do

mercado laboral, o número de artesãos na França foi diminuindo consecutivamente desde a década dos anos quarenta aos anos setenta, como apresenta Paul Bachelard:

**FIGURA 2.2.** NÚMERO TOTAL DE ARTESÃOS EM FRANÇA DE 1948 A 1967.



Fonte: BACHELARD (1971, p. 316)

Embora os dados sejam de grande complexidade para sua precisão, devido à própria forma de classificação dos artesãos pela *Chambre de Métiers*, é fundamental visualizar a diminuição do grupo na França. As diferenças entre o leve crescimento dos últimos anos do estudo (1963-1967) deu-se principalmente pela participação de artesãos de construção e produção no sul do país, ao contrário da região norte que apresenta uma leve diminuição. Por exemplo, a região centro de França (*Val de Loire*), tem características particulares na produção artesanal para os anos sessenta, como uma idade média elevada para os artesãos, tanto de 48 anos para homens e 52 anos para mulheres. Para o ano de 1962, existiu um aumento na atividade de produção na construção, eletricidade e alimentação, frente a trabalhos artesanais em couro e madeira. Junto ao aumento destes trabalhos, se considera uma relação direta com o número de assalariados em cada atividade, assim, sendo uma região maioritariamente rural, se apresenta maior número de assalariados em atividades de construção e ofícios de padaria, ao contrário dos ofícios do couro e de cabelereiros (BACHELARD, 1971).

Não obstante, de forma geral, a diferenciação dos ofícios entre os operários e os artesãos, juntos na classificação de ocupações em 1962, e diferenciados principalmente pelo número de indivíduos que constituem a empresa, se é maior de 6 empregados pode considerar-se uma atividade industrial. Assim, para conhecer diretamente a mudança entre a quantidade de patronos

e ajudantes de família frente ao número de assalariados em 1954 e 1962 pode observar-se a tabela 2.1.

**TABELA 2.1.** TENDÊNCIAS NOS EMPREGADORES, CUIDADORES E FUNCIONÁRIOS ENTRE OS DOIS CENSOS 1954 E 1962, FRANÇA. (NÚMEROS EM MILHARES).

| Ano                   | Patronos e Auxiliares |       |       | Assalariados |        |        | Total  |        |        |
|-----------------------|-----------------------|-------|-------|--------------|--------|--------|--------|--------|--------|
|                       | H                     | M     | T     | H            | M      | T      | H      | M      | T      |
| <b>1954</b>           | 710,0                 | 133,3 | 843,3 | 4876,0       | 1283,7 | 6159,7 | 5586,0 | 1417,0 | 7003,0 |
| <b>%</b>              | 84,0                  | 16,0  | 100,0 | 79,0         | 21,0   | 100,0  | 80,0   | 20,0   | 100,0  |
| <b>1962</b>           | 666,3                 | 97,0  | 763,3 | 5403,5       | 1296,5 | 6700,0 | 6069,8 | 1393,5 | 7463,3 |
| <b>%</b>              | 87,0                  | 13,0  | 100,0 | 80,5         | 19,5   | 100,0  | 81,5   | 18,5   | 100,0  |
| <b>Variação</b>       |                       |       |       |              |        |        |        |        |        |
| <b>Valor Absoluto</b> | -43,7                 | -36,3 | -80,0 | +527,5       | +12,8  | +540,3 | +483,8 | -23,5  | +460,3 |
| <b>%</b>              | -6,2                  | -27,0 | -9,5  | +10,9        | +1,0   | +8,8   | +8,7   | -1,7   | +6,6   |

Fonte: D'HUGUES e PESLIER (1969, p. 44) Homens (H), Mulheres (M) e Total (T)

A reflexão sobre a diminuição de patronos e familiares auxiliares e o crescimento dos assalariados constitui uma parte significativa da transformação do mundo do trabalho na segunda metade do século XX, na medida em que se pode transformar o tipo de participação nas empresas ao ter em conta a relativa continuidade da proporção dos trabalhadores operários e artesanais nos diferentes setores econômicos (D'HUGUES e PESLIER, 1969, p. 50). Nesse sentido, o movimento principal desses anos não é a distribuição dentro da estrutura econômica do país, e sim principalmente sua posição de classe frente à transformação técnica. Igualmente a saída das mulheres na condição de operárias e artesãs, e sua inclusão no setor de serviços são significativas para confirmar o movimento de contração da classe média tradicional, e um crescimento do assalariamento na economia francesa.

Não obstante, na medida em que se transforma a forma de produção artesanal, de uma organização tradicional, baseada em uma reprodução local, familiar e de baixa produtividade devido a sua clientela reduzida e direta, aparecem às transformações de uma nova expressão de trabalhadores com capital econômico e cultural maior, o que significa que sua forma de reprodução se desenvolve em centros de aprendizagem formais e institucionalizados e sua capacidade de produção cresce na medida em que se expande o mercado e se mobiliza maior

número de mercadorias e serviços em geral. É o que precisamente B. Zarca (1979) menciona como uma diferenciação entre capital econômico e capital cultural na transição dos artesãos a uma forma moderna e capitalista do trabalho artesanal francês: Um *artesanato tradicional de origem popular*, com valores positivos em promoção social e negativos em aprendizagem; um *artesanato tradicional de pai para filho*, com valores negativos em herança e positivos em aprendizagem; um *artesanato de “instalação”*, onde os sujeitos são jovens que vivem por conta própria de uma aprendizagem técnica, e tem como valores negativos a herança e a aprendizagem; por último, um *artesanato de promoção de risco*, com valores positivos de promoção social e negativos em aprendizagem, pois são jovens que mantem altas expectativas na produção com uma inversão corta em capital cultural (ZARCA, 1979, p. 9).

Desta forma, o que se tinha como diminuição no número de artesãos, se apresenta como uma transição a um tipo de artesanato diferenciado em sua produção e seu status. Assim, para a década dos setenta, o número de artesãos foi aumentado em função das condições de integração ao mercado de serviços e a transformação na educação, além do fortalecimento da economia interna que permitia maior consumo de objetos artesanais por parte dos assalariados. Já para o ano de 1978, encontram-se aproximadamente 660.000 empresas artesanais. Embora sua definição esteja fora em alguns casos da descrição que se tem para essa data que considerava a empresa artesanal com um número máximo de 10 assalariados ou trabalhadores. A atividade artesanal empregava a um 10% da população ativa, ou 2 milhões de pessoas distribuídos em: 33% de patronos ou chefes de empresa, 9,2% de casais (*Conjoint*) ou família, 2,55% associados ou trabalhadores não assalariados, 5,6% pessoas em cursos de formação, e um 49% de trabalhadores assalariados (BARTHÉLÉMY, 1980, p. 4).

Existe nesta medida nas empresas artesanais um processo de desdobramento das relações pré-capitalistas, onde existia um centro de produção nas pequenas organizações com forte relação familiar, a um processo capitalista de maior assalariamento, onde pequenos patronos e autônomos são um número maior que os grupos familiares de produção. Isso confirma uma tendência de transformação ao artesanato como atividade engajada ao capitalismo, como resposta das transformações na estrutura econômica francesa na segunda metade do século XX.

Uma relação importante de mudança geracional entre jovens e adultos é a condição de sua formação técnica e acadêmica, por exemplo, 78% dos chefes de empresas jovens, nascidos depois

de 1950, se encontravam com título de formação profissional, frente a 58% dos chefes de empresas nascidos depois de 1918 (BARTHÉLÉMY, 1980, p. 5). A situação da aprendizagem nos diferentes ofícios é de grande importância para visualizar as condições de cada atividade por separado. Assim, os ofícios de alimentação e trabalho com metais apresentavam maior número de trabalhadores com ensino técnico, embora no total da porcentagem dos artesãos aproximadamente a metade é de ensino básico.

**TABELA 2.2.** A FORMAÇÃO DOS ARTESÃOS NA FRANÇA, 1979 (DADOS EM PORCENTAGEM)

| Atividade                         | Artesãos com formação profissional |                         | Artesãos com formação complementar |
|-----------------------------------|------------------------------------|-------------------------|------------------------------------|
|                                   | Aprendizagem ou ensino técnico     | Aprendizagem unicamente |                                    |
| Alimentação                       | 73                                 | 69                      | 4                                  |
| Trabalho com metais               | 73                                 | 47                      | 14                                 |
| Têxteis                           | 62                                 | 51                      | 4                                  |
| Couro                             | 65                                 | 51                      | 7                                  |
| Outras fabricações                | 54                                 | 37                      | 9                                  |
| Construção                        | 70                                 | 50                      | 8                                  |
| <i>Incluindo:</i>                 |                                    |                         |                                    |
| Alvenaria                         | 52                                 | 40                      | 4                                  |
| Encanamento                       | 74                                 | 54                      | 14                                 |
| Carpintaria                       | 80                                 | 62                      | 7                                  |
| Instalação elétrica               | 83                                 | 51                      | 16                                 |
| Mobiliário, acabamentos           | 76                                 | 56                      | 7                                  |
| Transportes, reparação, serviços. | 71                                 | 48                      | 15                                 |
| <i>Incluindo:</i>                 |                                    |                         |                                    |
| Reparação                         | 76                                 | 54                      | 16                                 |
| Outras atividades                 | 47                                 | 31                      | 7                                  |
| Todas as atividades combinadas    | 69                                 | 52                      | 10                                 |

Fonte: BARTHÉLÉMY (1980, p. 6) Tradução livre, Elaborado pelo autor.

O número de empresas e artesãos pelo caráter de financiamento é fundamental para entender as características do setor de classe média, entendendo que, o grau de autofinanciamento é maior no total dos ofícios artesanais, com aproximadamente 52%, frente ao número de empresas com prestamos bancários públicos e privados. Quanto menor a quantidade de dinheiro em inversão tem maior presença o autofinanciamento, e vice-versa. Por outro lado, entre maior o número de habitantes é maior o autofinanciamento, e quanto são menores o número de habitantes, existe um número maior de dinheiro solicitado a fundos públicos de inversão como o Crédito Agrícola (BARTHÉLÉMY, 1980, p. 9) Em geral, os trabalhadores artesanais tem uma inversão que procura uma relativa independência para sua reprodução e continuidade laboral, embora se mantenha em graus de menor risco.



A aprendizagem e a condição econômica determinam, em parte, a mobilidade socioeconômica dos artesãos, tanto em sua posição social como em sua forma de investimento para a continuidade da atividade laboral. Com a transformação e crescimento econômico e do mercado laboral, se produz o aumento do número de artesãos por conta própria, o que identifica a tendência dos antigos artesãos assalariados à produção econômica independente. Em especial o empreendedorismo como base da relação de uma classe média em transformação. Isso se tem em conta que do total de pequenos patronos artesanais, o 74% eram antigos assalariados, e 54% provenientes de empresas artesanais. A diminuição ocorre nos grupos de organização familiar, permitindo reduzir assim as formas de produção tradicional para inverter em novas formas de produção (BARTHÉLÉMY, 1980, p. 6). O investimento nas empresas de alimentação e construção vai ser o mais alto do setor de produção artesanal, o que define a continuidade de ofícios que podem integrar-se de maior forma no mercado industrial.

Além da situação da aprendizagem como forma de diferenciação, é notável a separação entre a situação da classe de trabalhadores independentes e da situação dos trabalhadores assalariados ou dependentes. Para o ano 1981, a tendência do crescimento dos assalariados era notável, com um número aproximado de milhão duzentos trabalhadores. Não obstante em referencia ao conjunto do setor artesanal, as empresas artesanais em sua maioria consistiam em empresas sem trabalhadores assalariados, aproximadamente o 56 % (460.000), as empresas com um único assalariado representava o 18,6%, com dois ou três assalariados 13,6%, com quatro ou cinco assalariados 5,3%, e com seis ou dez assalariados 4,8%. A participação principal dos assalariados se encontrava na área de alimentação (190.000) e nos trabalho de metais (117.000). Existia uma maior participação de homens nas empresas artesanais na forma de assalariados, com 77,8%, frente a 22% das mulheres. Além, o ganho em dinheiro de obreiros, empregados,<sup>24</sup> técnicos e trabalhadores administrativos dos homens são maiores que das mulheres (COMBAULT e GIBOU, 1982).

A outra parte de trabalhadores, independentes ou por conta própria, é notável que sua situação fosse diferente da relação de subordinação dos trabalhadores assalariados. A situação e projeção de aqueles se desenvolvem como artesãos que preferem um grau de autonomia maior, baseado na ideia de uma maior liberdade e mobilidade no mercado e socialmente, sua aspiração

---

<sup>24</sup> Obreiros (*Ouvriers*) são trabalhadores manuais (produção de objetos materiais) e os empregados (*Employés*) são trabalhadores de serviço.

de ascender na classe social é mais aprofundada frente aos demais trabalhadores. Para os independentes, a condição de trabalhadores por renda que obtiveram é um tipo de prestígio dado pelo esforço pessoal e os privilégios que eles possuem pela condição de seu trabalho e suas tradições. A categoria de independente pode definir-se como “*vivre en lisière de la société et de ses valeurs*” (GRESLE, 1981, p. 487). Em geral pode definir-se, para essa estrutura laboral, juridicamente como uma atividade profissional isolada que tem como característica sua determinação relativamente autônoma do tempo e da remuneração do trabalho. A independência também pressupõe o apoio de uma família, o de grupo de apoio que permita a realização do projeto como um assunto de realização da família. A posição de independente consistiria na forma de transição do pequeno capitalista com aspirações a uma acumulação e concentração de valor (MARX, 2011, p. 253).

Não obstante, como expõe François Gresle, sua situação de autonomia é instável e desaparece na relação de contradição entre um tipo de mercado com maior produção industrial e concorrência que muda os tipos de consumo, e por outro lado, o sistema de seguridade social de um trabalhador independente na França dos anos setenta e oitenta tinha uma tendência à racionalização do sistema, que já não depende de uma relação direta com o trabalho e se com uma burocratização e separação da seguridade do trabalho à cidadania, o que implica uma contínua redução ou eliminação da autonomia dos trabalhadores artesanais independentes (GRESLE, 1979). Assim, em relação à diferenciação com as diferentes categorias sociais de trabalhadores independentes (Tabela 2.3.), os artesãos fazem parte de uma classe que reduz sua população junto aos camponeses, e trabalhadores de profissões liberais.

**TABELA 2.3.** TRABALHADORES NÃO ASSALARIADOS POR CATEGORIA PROFISSIONAL NOS ANOS 1968 E 1975.

|                                            | 1968 | 1975 |
|--------------------------------------------|------|------|
| Quantidade de não assalariados             | 4787 | 3771 |
|                                            | %    | %    |
| Camponeses (Agricultores)                  | 51,4 | 43,8 |
| Pequenos patrões industriais e do comércio | 41,0 | 45,3 |
| <i>Entre eles: Artesãos e comerciantes</i> | 34,9 | 38,8 |
| Profissões liberais e outros               | 7,6  | 10,9 |

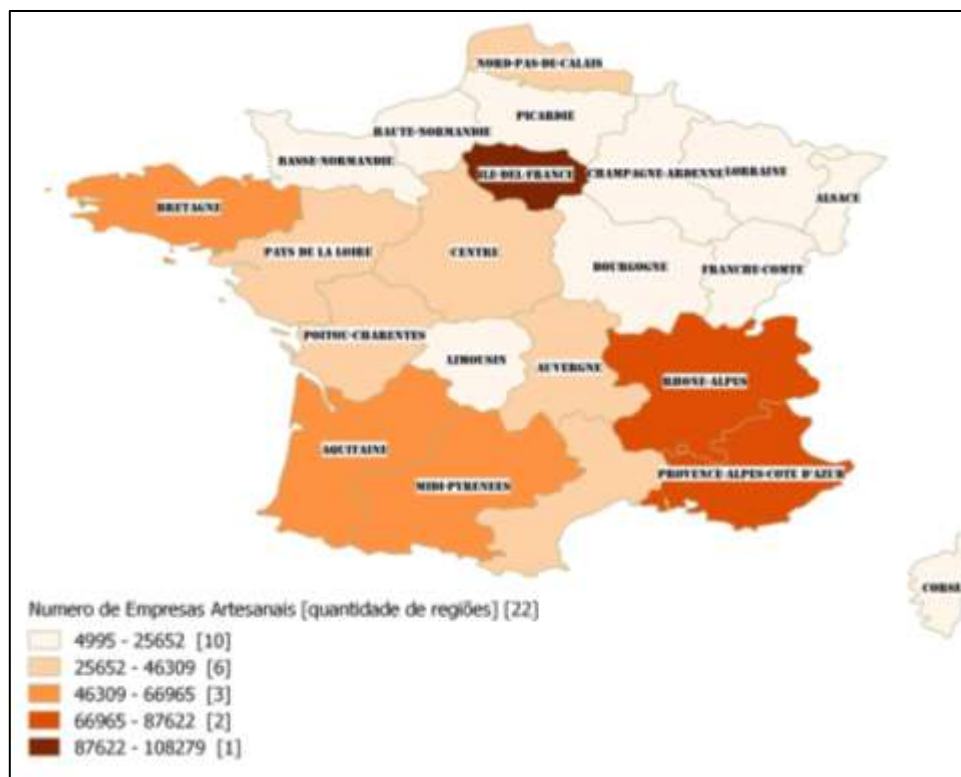
Fonte: GRESLE (1981, p. 491)

**TABELA 2.4. NÚMERO DE EMPRESAS ARTESANAIS POR REGIÃO E ATIVIDADE ARTESANAL NA FRANÇA NO ANO 1981.**

| REGIÃO                | ATIVIDADE ARTESANAL |              |              |              |              |               |               |              | Total         |
|-----------------------|---------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
|                       | AL                  | TM           | TX           | MD           | OF           | BT            | RT            | AU           |               |
| Ilha de França        | 13607               | 7401         | 7645         | 3849         | 5768         | 32263         | 36254         | 1412         | 108279        |
| Champanha-Ardenas     | 2741                | 1450         | 555          | 622          | 612          | 6710          | 3994          | 69           | 16753         |
| Picardia              | 3447                | 1728         | 598          | 640          | 677          | 7949          | 5110          | 117          | 20266         |
| Alta Normandia        | 3805                | 1305         | 538          | 637          | 585          | 7175          | 5355          | 144          | 19544         |
| Centro                | 5468                | 2792         | 1120         | 1279         | 1228         | 14106         | 7856          | 313          | 34162         |
| Baixa Normandia       | 3968                | 1553         | 749          | 839          | 748          | 8305          | 5146          | 164          | 21472         |
| Borgonha              | 3900                | 2009         | 704          | 1110         | 960          | 10312         | 5838          | 301          | 25134         |
| Norte-Passo de Calais | 6955                | 2854         | 1676         | 919          | 1348         | 11207         | 11389         | 865          | 37213         |
| Lorena                | 3852                | 1566         | 681          | 989          | 819          | 9532          | 7053          | 253          | 24745         |
| Alsácia               | 2422                | 1156         | 548          | 935          | 745          | 6590          | 4363          | 687          | 17446         |
| Franco-Condado        | 2211                | 1419         | 334          | 1161         | 846          | 6621          | 4025          | 511          | 17128         |
| País do Loire         | 6663                | 3679         | 1301         | 1423         | 1361         | 18458         | 10667         | 418          | 44050         |
| Bretanha              | 7997                | 3867         | 1679         | 1497         | 1631         | 20080         | 9599          | 247          | 46597         |
| Poitou-Charentes      | 4060                | 2527         | 880          | 1015         | 862          | 12962         | 6335          | 429          | 29070         |
| Aquitânia             | 5653                | 3918         | 1560         | 2023         | 1724         | 22703         | 12089         | 565          | 50235         |
| Midi-Pirénéus         | 6007                | 3700         | 1951         | 1964         | 1978         | 21100         | 11035         | 1138         | 48873         |
| Limusino              | 2023                | 1237         | 563          | 786          | 589          | 6123          | 3239          | 241          | 14801         |
| Ródano-Alpes          | 11007               | 7987         | 3575         | 3884         | 3969         | 32893         | 20984         | 989          | 85290         |
| Auvérnia              | 3924                | 2144         | 848          | 1137         | 990          | 10315         | 5922          | 404          | 25684         |
| Languedoque-Rossilhão | 4478                | 2210         | 863          | 1005         | 1510         | 16687         | 8585          | 547          | 35885         |
| PACA                  | 8135                | 3557         | 2339         | 2344         | 3402         | 27474         | 20166         | 1254         | 68671         |
| Córsega               | 604                 | 240          | 66           | 122          | 177          | 2484          | 1260          | 42           | 4995          |
| <b>Total</b>          | <b>112927</b>       | <b>60379</b> | <b>30853</b> | <b>30180</b> | <b>32529</b> | <b>312051</b> | <b>206264</b> | <b>11110</b> | <b>796293</b> |

Fonte: PEYROUX e NEEL (1982, pp. 71-75) AL: Alimentação, TM: Trabalho com metais, TX: Têxteis; MD: Madeira e móveis, OF: Outras fabricações, BT: Edificação, RT: Reparação, transporte e serviços, AU: Outras atividades.

A distribuição regional das empresas artesanais também apresenta grandes diferenças para a década dos oitenta, em relação aos dados do estudo do *Institute National de la Statistique et des Études Économiques* INSEE (1981), com o registro de 796.293 empresas artesanais, entre as categorias de alimentação, trabalho com metais, têxteis, couro, outras fabricações, construção, reparação, transportes e serviço, entre outras, se estabelece uma imagem geral das regiões com maior presença do artesanal em função de sua participação por atividade e de forma geral (Tabela 2.4).

**MAPA 2.1.** EMPRESAS ARTESANAIS POR REGIÕES NA FRANÇA, NO ANO 1981.

Fonte: PEYROUX e NEEL (1982, pp. 71-75)

Elaborado pelo autor. Software: QGIS 2.8.2. Wien.

Pode observar-se que em forma geral as regiões de maior concentração de empresas artesanais eram as de Ilha de França com 13,6 %, Ródano Alpes 10,7%, e Provença-Alpes-Costa Azul 8,62 %. Principalmente na região sudeste (Mapa 2.1), seguido da região sudoeste, o que coincide com o número maior da população frente às demais regiões. Das atividades profissionais e empresariais, tinha maior número as atividades de edificação 39,19 %, serviços - como transporte e reparação - 25,9 %, e logo alimentação com uma porcentagem de 14,18 %. Isso quer dizer que ocupam aproximadamente 80% da produção do setor artesanal. Tendo em conta que os valores de Córsega, Limusino e Champanha-Ardenas são menores tanto em empresas como em densidade populacional, pode especificar-se que o trabalho artesanal na França nesse tempo, existe uma relação direta entre a população e a produção artesanal, tendo em conta a urbanização e industrialização do país.

A condição do setor artesanal, em relação a sua estruturação no período da segunda metade do século permite uma relativa queda pela condição geral de crescimento da

industrialização nos chamados “trinta gloriosos” (1946-1976), um período de pós-guerra que definiu uma fase de ampliação do capitalismo e dos direitos sociais e laborais diante o Estado de bem-estar (FARGE, 2007). A questão das mudanças estruturais do capitalismo na liberação dos mercados e o processo de transformação da forma de acumulação do fordismo ao pós-fordismo permitiu que a situação dos artesãos muda-se de forma importante nos anos noventa, onde se produz na França mudanças significativas na legislação que é produto da forma de integrar as atividades dos pequenos empresários num processo de mudança no mercado laboral e da produtividade dos trabalhadores no neoliberalismo (HARVEY, 2007).

De forma geral a estruturação do setor artesanal no século XX configura uma serie de mudanças e conflitos dentro de grupos pela definição e participação nos recursos e direitos laborais. Os esforços pelas mudanças e as novas configurações do mercado nacional permitiram a construção de um projeto político e econômico conforme se situam as mudanças na divisão do trabalho, com um crescimento no setor de serviços e com um processo de industrialização baseado na produtividade da ciência e tecnologia. Em especial se consolida um novo processo com a lei 96-603, 5 de julho de 1996, com a lei Raffarin, onde se reforma a lei sobre artesanato de 1973, vigente para esse período, e pode sustentar a mudança dando prioridade ao mercado para obter uma melhora social, e não ao contrário. É dizer, só diante a competitividade do setor com maior produtividade pode obter-se uma melhora social, e não desde a procura pela melhoria da qualidade de vida para obter uma competitividade laboral (FOURNIER, 2006, p. 111).

O processo de especialização das qualificações de ofícios para o comercio de serviços e produtos, o que permitiu uma racionalização da classificação das ocupações em vários setores, e sua ênfase na promoção das pequenas e medianas empresas, para o ano de 2003 e 2005, com leis de formalização da atividade em função do desenvolvimento empresarial o que conduz a problemática de identificação do artesanal como atividade propriamente dada ao processo diferencial frente a outras atividades e ofícios, e a necessidade de um processo de comercialização rentável para a economia do país. *“Il y a une tension forte entre la défense d’une singularité et d’intérêts spécifiques à ses membres (des professionnels qualifiés, maîtrisant l’ensemble du procès de fabrication et travaillant au sein de petites unités) et une inscription dans une politique économique globale en faveur de l’entreprise et, aujourd’hui, plus particulièrement des PME et de l’emploi qu’elles sont susceptibles de générer”* (MAZAUD,

2009, p. 37). A contradição entre o processo de desenvolvimento econômico microempresarial e a necessidade de manter certa independência do ofício artesanal permite que exista uma distribuição de inclusão de ofícios de uma magnitude maior que em outros países europeus.

## 2. 1. 2. CULTURA, TRADIÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ARTESANAL NO BRASIL.

O trabalho artesanal no século XX deriva da compreensão histórica de duas formas de produção no século anterior: A primeira, com os ofícios e atividades produtivas nas grandes metrópoles, com guildas e outras organizações corporativas até os princípios do Império quando foram extintas pela interrupção do liberalismo econômico, sendo estas as formas de sociabilidade mais reconhecidas no ocidente com a formação de mão de obra na colônia, que tinham status reconhecido e poder social (MARTINS M., 2007). A segunda, na economia de subsistência ou trabalho doméstico com a produção dentro das grandes fazendas e demais populações rurais, onde os ofícios reproduzem formas de vida cotidiana, a relação entre o trabalho e subsistência materializa a reprodução de técnicas laborais, mais não obtêm status específico à diferença dos trabalhadores nas metrópoles (FURTADO, 1963). Para finais do século XIX a transformação do trabalhador escravizado para trabalho livre mudou a relação contratual logo da abolição da escravidão, o que significou outra forma de exploração no mercado liberal (HUNOLD, 1998). Com a consolidação do trabalho assalariado nas fazendas no século XIX, a força laboral rural constituía o setor principal da nascente República, formaram-se mercados regionais com a inclusão de mão de obra do imigrante europeu e a exclusão de mão de obra da população afrodescendente.

Para finais do século XIX, Brasil tinha uma maioria de trabalhadores artesanais nas cidades, principalmente os trabalhadores eram imigrantes (FREITAS, 2008). A maior parte da população residia em zonas rurais, o que deixava aos trabalhadores assalariados como uma parte mínima da população livre trabalhadora. Embora a escravidão *de jure* fosse eliminada, *de fato* as estruturas ideológicas classificavam e reproduziam as diferenças religiosas, raciais e corporais. Assim, a colonialidade sobre a classificação da população permanecia numa “distinção naturalizada” que não se baseava na condição de classe social e econômica, senão na condição humanidade e raça. As diferenças constituem não só a quantidade de população dedicada aos

trabalhos de produção agrícola e pecuária, senão na baixa população assalariada nas cidades, sobretudo de estrangeiros. Assim, a relação de indivíduos livres e escravos nas 21 províncias - os livres representavam aproximadamente 84% dos 10 milhões de habitantes – tinha uma condição social decisiva para entender a organização do trabalho artesanal.

A falta da integração entre libertos e imigrantes, pela ausência de capital pra inversão no mercado interno fortaleceu a desigualdade social e o crescimento de uma economia de subsistência, afastada dos processos de modernização (COSTA, 2005, p. 182). O surgimento de uma instabilidade laboral e a falta do reconhecimento das populações libertas, de suas oportunidades e seus interesses, surge um novo panorama de trabalho no passado século. Assim, as concepções do trabalho ficavam mais na segmentação das regiões e o fraco desenvolvimento do Estado na regulamentação nacional.

A população assalariada se encontrava principalmente na cidade de São Paulo, pois ainda que no Distrito Federal existisse maior número de trabalhadores assalariados, sua relação frente aos outros trabalhadores de serviço era menor. Em São Paulo se organizou uma população operaria industrial com maior força e crescimento (FREITAS, 2008, p. 93). Não obstante, o mercado capitalista nas cidades não era o suficientemente significativo para ser representativo de uma ideologia de classes sociais e políticas, e se a questão social derivava mais em uma condição de subordinação indireta ao capital, em função da não integração da população a um projeto comum de país (CHAUÍ, 2000). A produção artesanal, maioritariamente de autossubsistência, e a pouca formação de classe média nas cidades vai permitir que não pudesse consolidar-se uma sociabilidade estável da profissão do trabalhador artesanal.

Considerando a situação do reconhecimento das indústrias no Brasil, para o ano 1920 do total de empresas industriais, 13.336 aproximadamente, sua maior produção concentrava-se nas serrarias (999), olarias (1.421) e calçado (1.306), embora o capital empregado e o número de operários na indústria sejam mais representativos na tecelagem (Recenseamento, 1927, pp. 16-23). As ocupações não se consideravam como produção artesanal ou “artesanato”, ou indústria artesanal, pois se identificava a atividade em referencia do conjunto econômico e técnico como fabricação de um tipo de produto ou uso de um tipo de material. A designação das indústrias não compete a uma formação profissional específica ou forma de diferenciação de fato da atividade

laboral. O principal mecanismo de diferenciação era ser operário, como formação de classe em processo. Além de uma simples classificação nominal, a condição do artesão e do trabalho artesanal não pode ser delimitada num mercado laboral indiferenciado onde a maior parte dos trabalhadores não tinha uma profissão especializada na segunda década do século XX.

**TABELA 2.5.** NUMERO DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE INDÚSTRIAS A QUE PERTENCEM, BRASIL, 1920.

| GRUPOS DE INDUSTRIAS                                                      | NUMERO DE EMPRESAS |                                      |                    |                              |                                  |        |                                |                     |                                     |        |
|---------------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------------------------|--------------------|------------------------------|----------------------------------|--------|--------------------------------|---------------------|-------------------------------------|--------|
|                                                                           | Total geral        | PARTICULARES E SOCIEDADES DE PESSOAS |                    |                              |                                  |        | SOCIEDADES DE CAPITAL E MISTAS |                     |                                     |        |
|                                                                           |                    | Total                                | Firmas individuais | Sociedades em nome colectivo | Sociedades em commandita simples | Outras | Total                          | Sociedades anónimas | Sociedades em commandita por acções | Outras |
|                                                                           |                    |                                      |                    |                              |                                  |        |                                |                     |                                     |        |
| Textis.....                                                               | 1.211              | 1.022                                | 770                | 200                          | 52                               | —      | 159                            | 134                 | 53                                  | 2      |
| Couros, pelles e outras matérias duras do reino animal.....               | 424                | 415                                  | 297                | 95                           | 23                               | —      | 9                              | 7                   | 2                                   | —      |
| Madeiras.....                                                             | 1.207              | 1.182                                | 810                | 302                          | 69                               | 1      | 25                             | 16                  | 6                                   | 3      |
| Metallurgia.....                                                          | 509                | 479                                  | 309                | 139                          | 28                               | 3      | 30                             | 22                  | 4                                   | 4      |
| Cerâmica.....                                                             | 1.590              | 1.561                                | 1.360              | 166                          | 34                               | 1      | 29                             | 22                  | 5                                   | 2      |
| Productos chimicos propriamente ditos e productos analogos.....           | 950                | 883                                  | 523                | 297                          | 62                               | 1      | 67                             | 46                  | 9                                   | 12     |
| Alimentação.....                                                          | 3.969              | 3.836                                | 2.562              | 1.059                        | 214                              | 1      | 133                            | 81                  | 20                                  | 32     |
| Vestuario e toucador.....                                                 | 1.988              | 1.965                                | 1.453              | 440                          | 72                               | —      | 23                             | 14                  | 6                                   | 3      |
| Mobiliario.....                                                           | 548                | 541                                  | 395                | 125                          | 21                               | —      | 7                              | 4                   | 1                                   | 2      |
| Edificação.....                                                           | 331                | 326                                  | 253                | 63                           | 10                               | —      | 5                              | 3                   | 2                                   | —      |
| Construção deapparehos de transporte.....                                 | 533                | 528                                  | 420                | 96                           | 12                               | —      | 5                              | 3                   | 2                                   | —      |
| Produção e transmissão de forças physicas....                             | 29                 | 24                                   | 13                 | 10                           | 1                                | —      | 5                              | 4                   | —                                   | 1      |
| Industrias relativas ás sciencias, letras e artes. Industrias de luxo.... | 47                 | 46                                   | 25                 | 18                           | 3                                | —      | 1                              | 1                   | —                                   | —      |
| TOTAL.....                                                                | 13.336             | 12.803                               | 9.190              | 3.010                        | 601                              | 7      | 528                            | 357                 | 110                                 | 61     |
| Porcentagem.....                                                          | 100,0              | 96,0                                 | 68,9               | 22,6                         | 4,5                              | 0,1    | 4,0                            | 2,7                 | 0,8                                 | 0,4    |

Fonte: Brasil (Recenseamento, 1927, p. 56).

Não obstante, as organizações das empresas se concentravam em maior medida em firmas individuais ou de particulares, é dizer, não consistiam de grandes agrupações ou sociedades de capitais onde se presumiria um maior desenvolvimento capitalista no país. As maiores empresas de particulares e sociedades de pessoas concentravam-se nas indústrias de madeiras, cerâmicas, alimentação e vestuário (Tabela 2.5). Aquela situação organizativa não poderia diferenciar da condição dos pequenos patrões de empresas com caráter artesanal que na Europa conseguiu organizar a produção nacional na região. Nesse sentido a organização laboral das indústrias no



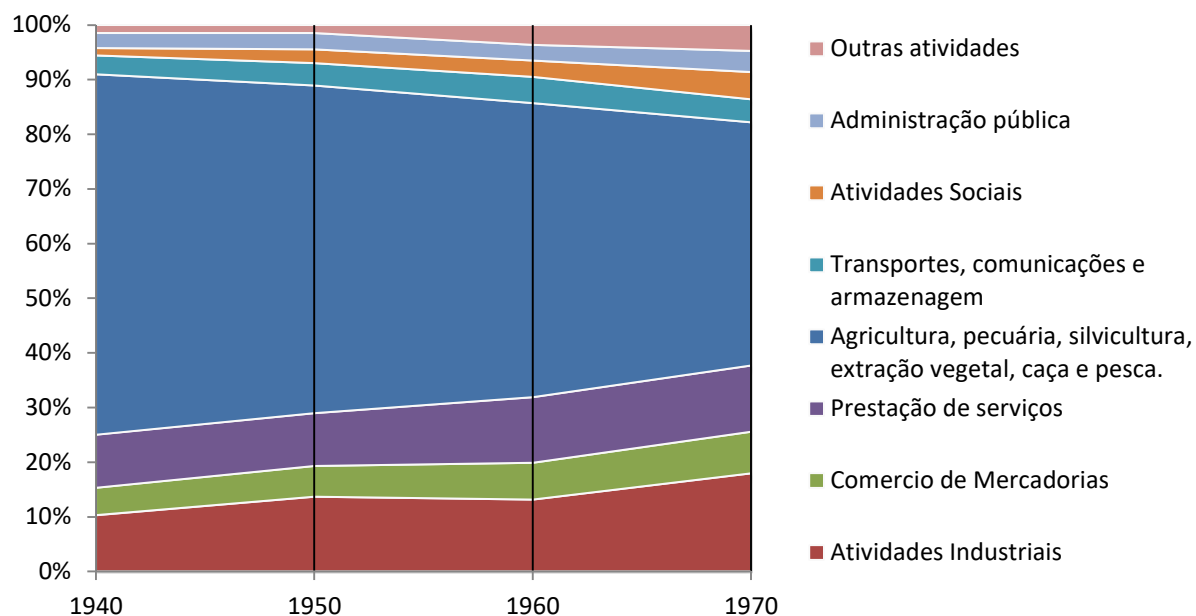
Brasil tinham uma condição social e política que enfatizava outras formas de participação política baseada nas estruturas de diferenciação racial, e em menor medida, de classe nas cidades.

Desta forma, embora as indústrias de alimentação, edificação e metais possam ter algum valor significativo na produção do país a princípios do século XX, não existia uma condição política e social que fundamentara a necessidade de manter a classe média tradicional de artesãos do século passado, pois o crescimento do número dos operários e as lutas laborais se realizaram entre operários e empresários na formação de sindicatos. Nessa medida, a simples condição de pequenas empresas com assalariados e com relações não capitalistas, seja familiar ou de cooperação, não gera a fundamentação do campo do trabalho artesanal como um todo orgânico.

É com a legislação trabalhista dos anos 30 que a formação laboral do Brasil tem uma tendência de estruturação do mercado laboral e regulação significativa de direitos individuais pela via do trabalho e do assalariamento, principalmente, o que conduz ao processo de formação de sindicatos. Embora a situação do movimento operário nessa época pode definir-se assim: “no plano profissional, a fraqueza do sindicalismo e sua dependência dos poderes públicos; no plano político partidário, a inexistência de partidos operários de massa; e, no plano ideológico, a predominância do populismo sobre as ideologias socialistas” (RODRIGUES, 2009, p. 88). Isto conflui na situação de uma legislação sem instituições públicas independentes e que pudessem chegar a uma melhora das condições laborais dos operários e trabalhadores.

Os artesãos não constituiriam uma referência de grupo que permitisse maior poder político, o que acontece é uma projeção ao capitalismo industrial desde os anos 30, onde o Estado gera controle sobre os trabalhadores com a finalidade de encontrar um avanço na construção de discursos nacionalistas, e uma forma de proteção frente ao comunismo. É até o governo de Getúlio Vargas onde a intervenção política transcende os interesses regionais, promovendo um processo forte de industrialização pela substituição de importações, onde o assalariamento estendeu-se nas metrópoles, integrando maior quantidade de mão de obra rural, especialmente no sudeste e sul do país. A formação corporativista do trabalho permitiu programar políticas sociais urbanas que frenaram as problemáticas e desigualdades na contratação laboral até os anos trinta, além do reconhecimento de direitos trabalhistas (LESSA, 2012, p. 189).

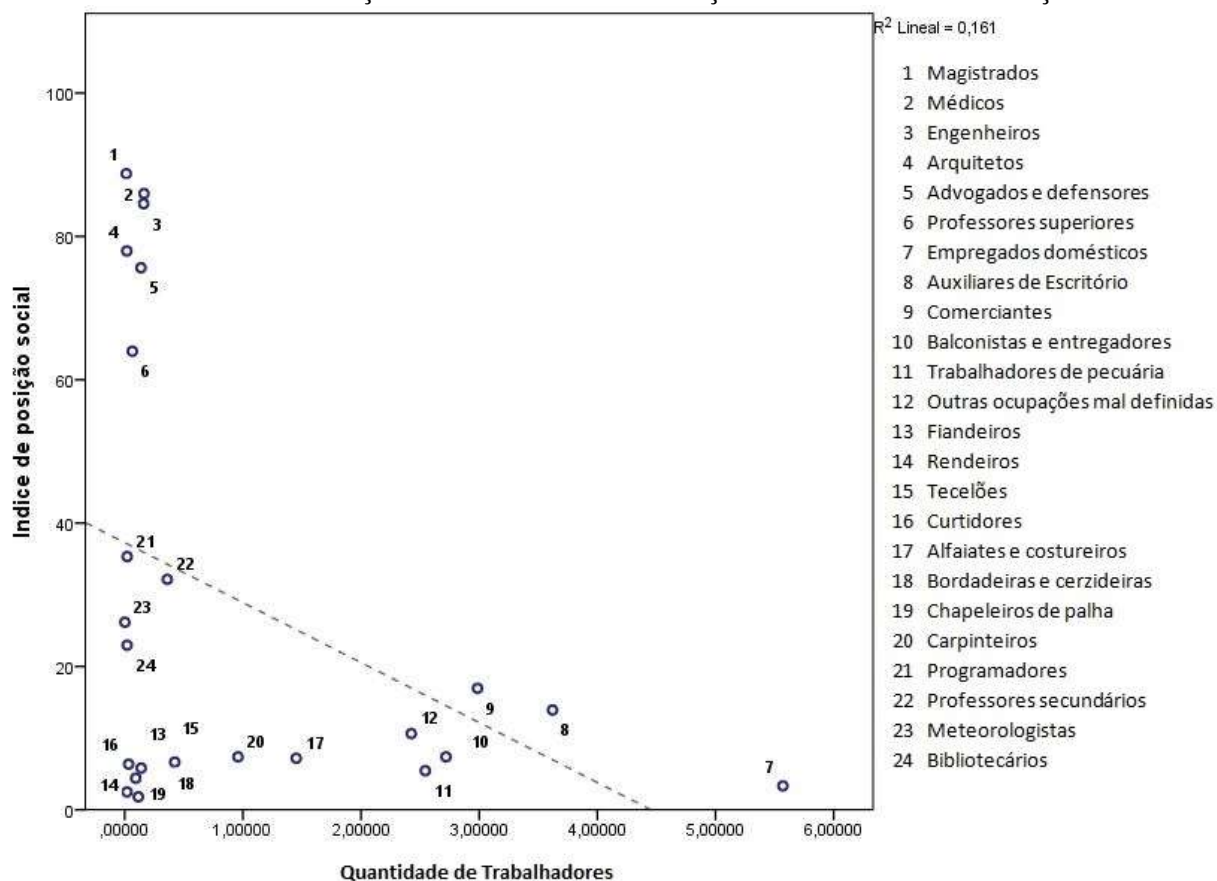
**GRÁFICO 2.1. ESTRUTURA DA POPULAÇÃO OCUPADA POR SECTOR DA ATIVIDADE ECONÔMICA, 1940 – 1970.**



Fonte: IBGE, 1976.  
Elaborado pelo Autor.

Chegada a metade do século XX, os problemas principais foram o crescimento da informalidade laboral e um crescimento urbano não planejado. As mudanças do governo de Vargas foram significativas para o fortalecimento da industrialização do país, o que permitiu a formação de mão de obra qualificada com programas de aprendizagem laboral no chamado sistema “S” (POCHMANN 2006, p. 33). Os chamados trabalhadores de “colarinho azul” (*blue collar*), trabalhadores manuais, técnicos e de serviços dentro e fora das fábricas que foram reconhecidos em oposição aos trabalhadores de “colarinho branco” (*white collar*), ou trabalhadores não manuais de oficinas e administração, na divisão do trabalho industrial. Assim, o problema da industrialização foi a formalização da distinção social e técnica, o que define não só a exclusão dos direitos, mas a distinção das formas de produção não industriais, aquilo que não é parte da modernização. A importância da integração técnica do trabalho artesanal pode entender-se num aspecto macroestrutural como resposta à tendência de diminuição da população rural e sua correspondente diminuição da atividade agrícola, e o aumento do setor industrial e serviços (Gráfico 2.1), permitindo ao Estado formar trabalho adequado às capacidades tecnológicas e econômicas da população.

**GRÁFICO 2.2. POPULAÇÃO OCUPADA POR POSIÇÃO SOCIAL DA OCUPAÇÃO 1974.**



Fonte: SILVA (1974).

Elaborado pelo autor.

Desta forma, aparecem desigualdades na estrutura ocupacional, ao ter em conta o indicador da posição social<sup>25</sup> pelas características de escolaridade e renda (SILVA, 1974) se encontram que existe de forma piramidal uma menor quantidade de ocupações com alta posição social e uma maior quantidade de trabalhadores em ocupações de baixa posição social, e que as ocupações de trabalho artesanal apresentam baixa posição social e baixa quantidade de trabalhadores nessas atividades (Gráfico 2.2). Assim, a probabilidade de reprodução na sociedade

<sup>25</sup> Para Nelson do Valle Silva, sua forma de definir a posição social baseado na categoria weberiana de *status* é a seguinte: “A construção de uma escala de diferenciação social seguindo o sistema de Bogue desenvolve-se em dois passos distintos: primeiramente elaboram-se as escalas de mensuração das posições educacionais e econômicas dos indivíduos; em seguida, combinam-se as posições de cada indivíduo, gerando-se o “status individual”, e se for o caso, agrega-se convenientemente ao nível desejado.” (SILVA, 1974, p. 10), e logo define sua análise assim: “Postulou então para os principais determinantes de status, educação e renda, a lei de Stevens  $\psi = c\phi^n$ ; onde “ $\psi$ ” é a magnitude da resposta sensorial, “ $\phi$ ” a magnitude do correspondente estímulo físico e “ $c$ ” e “ $n$ ” parâmetros empíricos. Resultam daí as postulações  $S_e = cE^n$ ;  $S_I = kI^m$ ; onde “ $S_e$ ” significa status devido à educação, “ $S_I$ ” status devido à renda, “ $E$ ” significa educação, “ $I$ ” renda e “ $c$ ”, “ $k$ ”, “ $n$ ”, “ $m$ ” são parâmetros empíricos” (SILVA, 1974, p. 12).

industrial do trabalho artesanal tem uma tendência às ocupações de baixa posição social e baixa quantidade de trabalhadores, ao ser atividades de fácil substituição.

As profissões de melhor posição social, pela situação econômica e educativa, são o grupo de profissões liberais, médicos, magistrados, engenheiros, arquitetos e advogados. A condição de classe média com atividades de melhor status a pesar de sua densidade ou quantidade é mínima tanto pela limitada estrutura educativa pública, como pela mesma condição de possibilidade de ingresso da profissão na situação do mercado laboral do país. O segundo grupo conformado por empregados domésticos, balconistas, comerciantes, auxiliares de escritório, são parte de um grupo de trabalhadores de serviço que apresentam uma maior quantidade de trabalhadores, sem uma preparação educativa maior.

O terceiro grupo, de serviços mais especializados na indústria como programadores, meteorologistas, e profissões de serviço educativo como professores secundários e bibliotecários, apresentam uma maior necessidade de tempo de estudo, mas para esse tempo sua demanda laboral e a condição de trabalho não conseguem absorver uma grande quantidade de trabalhadores. Por último, os trabalhos artesanais, como fiandeiros, tecelões, rendeiros, curtidores, entre outros, que se encontram numa situação de pouca quantidade de trabalhadores, e uma posição social baixa, o que define a situação sobre as possíveis particularidades do que o trabalho artesanal poderia apresentar, principalmente pela condição de desigualdade na aprendizagem e na situação de desigualdade e fragmentação dos mesmos trabalhadores artesanais.

Por outro lado, as condições de produção de riqueza diante organização do trabalho exigiu do Estado a consolidação ideológica de uma nação para definir um processo de maior integração e controle da subjetividade dos indivíduos. Presenta-se assim a intervenção do Estado na “invenção da tradição” e a expansão da ideia de nação brasileira (CHAUÍ, 2000). As ações de reconhecimento e integração de práticas e costumes locais fazem da vida cotidiana particular um conteúdo do nacional, esse é o caso dos estudos de folclore como construção acadêmica das dinâmicas cotidianas da população. O intento de definição do folclore e a arte popular como uma expressão nacional aparecem nos anos trinta, em especial com a nova representação do cultural no Brasil (CAVALCANTI, L. 1999). Desde os estudos do folclore e a arte popular, como oposto

à “alta” cultura urbana, se constrói academicamente a representação de artesão e artesanato no contexto rural, periférico e “oculto” da vida cotidiana (CHRISTENSEN, 1965).

Os estudos sobre *artesanato*, como construção simbólica e política do produto do trabalho artesanal, surgem logo de uma nova configuração do mercado laboral, permitindo definir e conhecer a situação dos trabalhadores à margem da regulamentação urbana industrial. É notável que no Brasil se classificasse o trabalho artesanal desde o material que se utiliza ou trabalha, e não diretamente pela organização geral dos trabalhadores artesanais. Os relatos sobre o artesanato em madeira (BRANDÃO, 1956), a cerâmica (BORBA e RODRIGUES, 1969; RIBEIRO, 1972), a tecelagem (LIMA, 1975), rendas (GIRÃO, 1963), etc. se encontram definidos e localizados em personagens representativos de cada atividade; por isso, mais que de organizações, se fala de indivíduos com condições especiais de produção. Por exemplo, o caso da história do Mestre Vitalino:

O MENINO VITALINO. Na feira de Caruaru, um dia, apareceu um menino - Vitalino Pereira dos Santos - cuja obra ingênua, no massapé pernambucano, tornou-se uma significativa mensagem de brasilidade, que tem alcançado os mais distantes centros culturais do mundo. As figuras de Vitalino são peças de museus e coleções particulares, de estudiosos do folclore, de todos que amam a arte popular. A FAMÍLIA DE VITALINO. Vitalino Pereira dos Santos, ou apenas Mestre Vitalino, consagrou-se com a sua arte de fazer bonecos em Caruaru, onde nasceu perto do rio Ipojuca, em 1909. Seu pai, humilde lavrador, preparou o forno para queimar as peças de cerâmica que sua mãe fazia, para melhorar o orçamento familiar. Sua mãe artesã preparava o barro que ia buscar nas margens do rio Ipojuca. Depois, sem usar o torno, ia fazendo peças de cerâmica utilitária, que vendia na feira. Levava a cerâmica nos caçuás (cestos grandes) colocados nas cangalhas do jegue (burrico). AS FIGURINHAS DO MENINO VITALINO. Ainda pequeno, Vitalino ia modelando boizinhos, jegues, bonecos, pratinhos com as sobras do barro que sua mãe lhe dava, para que não a atrapalhasse e ao mesmo tempo se divertisse. Quando a mãe colocava as peças utilitárias para "queimar" no forno, ele colocava no meio as suas figurinhas, suas miniaturas. Os seus pais iam à feira semanal, o pai carregava os frutos do trabalho agrícola, a mãe carregava o jegue, com os caçuás, para levar a terra trabalhada - a cerâmica utilitária. E o menino Vitalino levava o produto da sua "reinação", da sua brincadeira e vendia. O MESTRE VITALINO. Por volta de 1930, com 20 anos de idade, Vitalino fez os seus primeiros grupos humanos, com soldados e cangaceiros, representando o mundo em que vivia. Sua capacidade criadora se desenvolveu de tal maneira que acabou se tornando o maior ceramista popular do Brasil. Fazia peças de "novidade" - retirantes, casa da farinha, terno de zabumba, batizado, casamento, vaquejada, pastoril, padre, Lampião, Maria Bonita, representando seu povo, o seu trabalho, as suas tristezas, as suas alegrias. Retratava em suas peças o seu mundo rural. A ESCOLA DO MESTRE VITALINO. Esta foi a grande fase do Mestre Vitalino, que imprimia no massapé a sua vivência. Mais tarde começou a fazer obras sob encomendas; dentistas, médicos operando... Passou também a pintar as figuras para agradar aos compradores, da cidade, que tentavam "inspirar" o Mestre. Carimbava as suas peças, mas, a partir de 1950, analfabeto que era, aprendeu a autenticar a sua obra, com o seu nome. Mestre Vitalino Pereira dos Santos faleceu em 1963 deixando escola e continuadores. Seus filhos, Severino e Amaro,

continuam a sua obra, recriando no barro os personagens do mundo nordestino. (ARAÚJO, 1987, p. 182)

O primeiro que pode entender-se é que a história se expressa nas capacidades de um artesão e seu reconhecimento pela atividade ceramista ou barrista. A base de sua educação se encontra na família, como referencia da atividade de trabalho doméstico da mãe. Seu desenvolvimento como artesão num mercado nacional o converte numa figura representativa do nordeste e da produção ceramista brasileira. A resumida história também define a transcendência do trabalho nas condições familiares, uma reprodução desde relações próximas. O caráter de sua posição como produtor rural também representa o que vai entender-se como uma figura típica do artesão no Brasil, pois não se considera a narração de uma classe, de um grupo homogêneo, senão de indivíduos em zonas rurais, que com habilidades diferenciadas conseguem reconhecimento no mercado tanto pela qualidade estética como pelo grau de originalidade.

Os estudos sobre o artesanato e os artesãos vão concretar a imagem do artesão como um tipo de artista popular, e não como o indivíduo dentro de uma estrutura econômica e política mais complexa, é uma narração local e singular da vida e obra de cada representante. É notável que esta afirmação não possa desconhecer que pudessem existir casos de organização autônoma de defesa dos trabalhadores artesanais (Ver capítulo 4.1). O que se quer dizer é que de forma geral as formas de narração permitiram conseguir uma separação da forma dos estudos do artesanal diferente de outras ocupações laborais. Não obstante, só assim é que pode entender-se a relação direta com a formação artística dos produtores artesanais.

Desde as regiões, principalmente do nordeste, intenta-se reconhecer a importância da inclusão da mão de obra para eliminar a economia de subsistência. Já em 1956, Carlos Pereira propõe a partir do SENAI um programa de desenvolvimento do artesanato em Bahia (PEREIRA, 1956), junto a isto a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada pela lei 3692 de 1959 na presidência de Juscelino Kubitschek, instaura uma política de desenvolvimento econômico, incentivando o reconhecimento da situação laboral e artesanal na região. Em 1975 em São Paulo, cria-se a Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades -SUTACO- (SDECTI 1975), uma autarquia que procurava a geração de emprego e renda dos artesãos e o resgate de expressões tradicionais do estado paulista, promovendo mecanismos de delegação estatal para o acompanhamento social e econômico.

A literatura etnográfica aumenta nas academias diante os anos sessenta e setenta, no contexto de revolução cultural em Europa e América, o que consolida a formação e classificação de um tipo de trabalho não industrial (MENDONÇA, 1967; RIOS, 1970). É dizer, uma definição da expressão social do cotidiano, da desigualdade econômica regional do mercado e de sua exclusão política pelos direitos cidadãos, torna-se nesses anos praticas culturais de produção artesanal; além disso, torna-se o campo de luta pelo reconhecimento do trabalho artesanal para o desenvolvimento regional. Desta forma, ao reconhecer a falta de integração e controle da população, tendo em conta as limitações econômicas, técnicas e organizacionais da maior parte do território, consolidou-se a política governamental nacional do artesanato, instituindo o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA) dependente do Ministério do Trabalho, diante Decreto-lei 80098 de 1977, o qual tinha como objeto a “promoção do artesão e a produção e comercialização do artesanato brasileiro” (BRASIL 1977, Art. 1). É importante reconhecer aqui que a base da definição estava no objeto, não no produtor, o que permite histórica e politicamente identificar ao artesão como a pessoa que produz artesanato (bem cultural).

Assim, para Clarival do Prado Vallardes, a situação do ser artesão e do artesanato poderia relacionar-se com a condição de um tipo especial de artista e arte.

Artesanato do ponto de vista brasileiro difere do sentido internacional como condição de trabalho *feito-a-mão*, de domínio do labor, sem implica-lo em situação criativa. Nós empregamos o termo *artesanato* dentro de um apego de simpatia, visando a qualificar o trabalho que é feito, às vezes, em nível primário, mas dotado de uma situação cultural na base do seu conhecimento tradicional. Dos seus modelos e roteiros repetidos, alguma coisa que seja do interesse estético será observada pelas camadas mais altas da sociedade, pouso e base da simpatia. (PRADO apud FUNARTE, 1980, p. 14)

Será o artesão, causalmente, um artista ou ele já traz consigo um potencial que o leva a essa aproximação, a esse liame dentro de uma oportunidade? Há no artesão um potencial de criatividade. Cada artesão que se dê ao labor por um princípio quase amoroso do seu trabalho, do seu modelo, das coisas que faz, atinge uma vizinhança de ele vir a ser, de ele eclodir como artista. E só assim é que podemos entender essa coincidência que há entre artistas populares, ou que poderíamos chamar de genuínos artesãos. (PRADO apud FUNARTE, 1980, p. 19)

Pode entender-se, que para esse autor, a situação do trabalho artesanal se encontra relacionado diretamente com uma questão estética, artística e cultural. É o ponto de diferenciação com outras formas de fazer e produzir com materiais como a madeira, a cerâmica, e técnicas como a tecelagem e a fiação, entre outras. Assim, os relatos reproduzem as características culturais de referencia como a etnia e a religião, baseando a produção artesanal às formas e costumes

locais. O que define a condição de produtor artesanal faz referencia a uma situação de produção local, que encontra nas atividades de grupos e comunidades, seja rural ou urbana, a possibilidade de organizar de forma patrimonial a produção.

Não é precisamente a razão de entender se uma atividade ou trabalho artesanal exista dentro da conceptualização cultural, pois a atividade de produção estética, de uma economia de supervivência ou de qualquer outro tipo de ocupação relacionado com o artesanato, pode entender-se como uma produção que permeia toda a constituição das comunidades dos grupos, e que seus significados variam pelo contexto de produção. O que pode dar-se como significativo nas narrações e discursos, e a capacidade de definir limites e classificações do artesanal, suas condições que terminaram por definir uma especialização do artesanato no cultural.

- A consolidação política do trabalho artesanal

Tendo em conta as características do Brasil dentro da divisão internacional do trabalho, no governo de Ernesto Geisel (1974-1978) propõe-se uma definição do artesão e artesanato para delimitar o espaço da ação política, tendo em conta que a classificação faz parte de uma estratégia governamental para ajustar o trabalho à estrutura econômica capitalista no território nacional. As políticas sobre o trabalho artesanal se encontravam inseridas na Política Nacional de Cultura, desde o ano 1975. Nesta política se propõe uma forma de promoção e regulação da cultura brasileira no país, tendo como objetivo “o conhecimento do homem brasileiro”, a “preservação dos bens de valor cultural” e a “difusão das criações e manifestações culturais”, entre outras (REIS, 2009, p. 10). Além disso, se organizavam órgãos federados e regionais públicos, com a finalidade de obter apoio na caracterização, proteção e valorização das atividades culturais. O termo “cultura brasileira”, ainda com dificuldades e ambiguidades em sua definição, se apresentava assim:

Compreende-se como cultura brasileira aquela criada, ou resultante da aculturação, partilhada e difundida pela comunidade nacional. O que chamamos de cultura brasileira é produto do relacionamento entre os grupos humanos que se encontraram no Brasil provenientes de diversas origens. Decorre do sincretismo verificado e do surgimento, como criatividade cultural, de diferentes manifestações que hoje podemos identificar como caracteristicamente brasileiras, traduzindo-se num sentido que, embora nacional, tem peculiaridades regionais. (Plano Nacional de Cultura apud REIS, 2009, p. 13)



A promoção de uma cultura voltada à apropriação simbólica da diversidade cultural como eixo patrimonial da nação nos governos de ditadura militar identificam de forma clara as políticas conservacionistas que promovem os governos desse período. Também a situação do crescimento das indústrias culturais e da promoção do consumo de bens simbólicos para obter um impacto ideológico na promoção da brasilidade, um tipo de nacionalismo fundamentado nas tradições regionais. “Ou seja, a atuação do Estado militar na cultura ficou quase que limitada às áreas de mercado restrito e dependentes de uma produção artesanal (música erudita, artes plásticas, teatro etc.). Motivado por uma tendência “conservacionista” ou “patrimonialista”, o Estado assumiu o papel de protetor do acervo histórico e artístico nacional e dos gêneros que só conseguiam sobreviver com o apoio governamental” (BARBALHO, 2000, p. 78).

O Decreto 83290 de 1979 regulamenta a atividade artesanal diante a codificação dos produtos artesanais dentro do PNDA, e o cadastramento dos artesãos como um processo de produção de identidade diante identificação legal dos agentes e suas atividades (BRASIL 1979). Neste caso existe a produção de subjetividades do trabalho artesanal (*ser* artesão e artesanato) como uma construção no século XX para sua integração no mercado laboral, pela via da homologação do valor cultural das regiões, tendo em conta a histórica desigualdade social do Brasil e sua extensão geográfica. O compromisso político da promoção do trabalho artesanal se encontrava na salvaguarda das práticas culturais e locais, diferenciadas da produção de massa, produto da industrialização do país.

Os lineamentos que apresentava o PNDA procuravam a formulação do artesão dentro dos direitos laborais alcançados pelos operários industriais anos atrás, materializando isto na Carteira de Trabalho e Previdência Social, um esforço de integração corporativa da mão de obra informal. Os artesãos tinham que ser reconhecidos pelo PNDA pra receber os apoios governamentais, como proposta unicamente os identificados com carteira, reproduzindo os problemas do Estado pra a universalização de direitos sociais da população em geral. Isto si se tem em conta a dificuldade de definir e identificar o artesão num contexto de diversidade cultural e exclusão regional num país de proporções continentais. Assim, a identificação foi o requisito pra o cumprimento de direitos sociais e laborais, permitindo uma forma de nova exclusão dentro dos trabalhadores, pois só as metrópoles e os trabalhadores informais urbanos tinham maior

oportunidade de participar da inclusão, o que reproduz um patamar de exclusão social como contradição das políticas do Estado.

O artesão se considerava como um trabalhador autônomo, o que definia suas características de tributação de forma especial, para o ano 1978, diante Ordem de serviço N° INPS/SB-055.1, de 6 de novembro, se especificam certas características sobre a inclusão dos artesãos aos serviços da previdência social, especificando as seguintes características:

**TABELA 2.6. SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS, BRASIL, 1973.**

| Artesão (Em couros, Madeiras, Metais, Plástico, Fibras, etc.) |                     |                                  |         |
|---------------------------------------------------------------|---------------------|----------------------------------|---------|
| Salário – Base                                                | a) 10/60 a 01/68    | .....                            | 1 SMR   |
|                                                               | b) 02/68 a 08/73    | Até 5 anos de atividade.....     | 1SMR    |
|                                                               |                     | De 5 a 15 anos de atividade..... | 1,5 SMR |
|                                                               |                     | + de 15 anos de atividade.....   | 2 SMR   |
|                                                               | c) 09/73 em adiante | Vide letra “c” do Código 01..... |         |
| Taxa:                                                         | 1º/10/60 a 10/06/73 | .....                            | 8%      |
|                                                               | 11/06/73 em diante  | .....                            | 16%     |

Fonte: Lei No 5.890, de 8 de junho de 1973.

Os aportes à previdência social pretendiam formalizar o trabalho artesanal nas condições que se produzia no país. A dispersão e a falta de uma homogeneidade no processo permitem reproduzir uma maior dificuldade em consolidar para esses anos os processos políticos que para os trabalhadores tinham maior importância como o apoio no controle do mercado e a melhora nas condições de acesso e qualificação no trabalho. A condição de antiguidade na atividade laboral se ajustava ao processo geral do sistema de previdência social para os trabalhadores autônomos; não obstante, o que se foi formalizando como trabalho artesanal absorveu atividades de produção restringidas à zonas rurais, onde mais que a condição de profissão num ofício, se compreende uma forma de sociabilidade centrada no conjunto das atividades cotidianas e culturais que definem a integração dos indivíduos.

A consolidação do trabalho artesanal no Brasil deu-se na forma horizontal de integração cultural e étnica como requisito de identificação do artesão como sujeito produtor de artesanato, pensado dessa forma como “artesanato indígena”, “artesanato tradicional”, etc. A promoção do artesanal concentrou-se no mapeamento de atividades culturais na população rural, permitindo reproduzir a narrativa das identidades culturais. Mas os problemas da crise econômica dos anos oitenta inviabilizaram a proposta pela falta de um sistema público de emprego por parte do

Estado, permitindo articular e integrar ao universo da população tanto formal como informal no mercado do trabalho (POCHMANN, 2006, p. 34). As iniciativas particulares de incentivo e promoção no trabalho artesanal diminuiriam na década dos oitenta pela reestruturação do trabalho logo das mudanças tecnológicas e as novas formas de organização laboral.

Assim, a institucionalização do trabalho artesanal no Brasil definiu sua posição do reconhecimento cultural como base das políticas governamentais, as identidades culturais reproduzem uma narrativa que permitirão uma forma de olhar o artesanal como trabalho cultural e como campo de significações definido pela importância de sua produção local na economia regional. Assim, a integração vertical, ou subordinação direta ao capital, do trabalho artesanal mantém identidade com o ofício e ocupação, diante titulação ou experiência reconhecida no mercado local ou regional. Embora a consolidação da política do artesanal no Brasil, seja imposta ou participativa, integrou horizontalmente - ou subordinação indireta ao capital - o trabalho artesanal à estrutura laboral pelo valor cultural dos objetos que definem a identidade do produtor, construindo-se uma narrativa do território e as tradições em função do desenvolvimento da produção de artesanato. Instituem-se “identidades de classe exclusivas” pelos próprios trabalhadores, junto às restrições do mercado dispostas pelo capital (SILVER, 2005, p. 38).

Nas últimas décadas do século passado, o desenvolvimento da integração vertical e horizontal do trabalho artesanal é diferente. A primeira forma tem a pressão do desenvolvimento de meios de produção com maior tecnologia o que permite mudanças nas necessidades da população, o crescimento da população urbana, mudanças tecnológicas que convertem em obsoleta a habilidade laboral manual de fabricação e reparação, mudanças no crescimento de escolarização e profissionalização na estrutura de posições das ocupações, o desajuste entre níveis de escolarização e categorias da ocupação. Pode explicar-se isto pela dinâmica do capital na especialização de produção de maquinaria e meios tecnológicos que permitem a diminuição de trabalhadores necessários em relação inversa ao crescimento da população capacitada para trabalho, gerando desajustes das necessidades do capital frente às possibilidades de ocupação laboral dos trabalhadores (MARX, 2011, p. 645; MARX, 2017). A contradição trabalho e capital permite maiores deslocamentos após os anos oitenta, virando obsoletas habilidades e meios (ferramentas e maquinaria) nos setores produtivos de cada país frente às novas tecnologias de produção, organização e comunicação.

Por outro lado, a integração horizontal nas condições de produção em regiões periféricas ao capital industrial puderam manter formas de produção com reconhecimento cultural (artesão e artesanato), desta forma se consolida o artesanal como trabalho cultural. Ao final do século passado, o trabalho artesanal se apresenta como uma atividade em crescimento, na medida em que a informalidade e o desemprego estrutural crescem (MARTINS, A. 2009). Com as mudanças nas condições laborais desde os anos oitenta, logo da queda econômica no Brasil, e as reformas políticas na época, o contexto social e econômico obriga a um crescimento na participação da população em atividades vulneráveis e de baixa sindicalização e alta dispersão. O crescimento da individualização, a multiplicação das formas de identificação social, a flexibilidade dos tempos do trabalho, o rápido deslocamento das populações dentro e fora do país, o crescimento das tecnologias da comunicação e informação, o deslocamento do mercado laboral na globalização, e com ele os direitos coletivos, o crescimento da terceirização laboral, entre outros fenômenos (ANTUNES, 2002) constituem um novo panorama de reconhecimento e integração do trabalho artesanal.

### 2. 1. 3. SOBRE TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS E DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL.

A problemática sobre como uma forma de produção que se constitui de ofícios, saberes, formas de produção, uso, apropriação e organização social converge para ser identificada, reconhecida e valorada como produção artesanal apresenta diferenças significativas sobre o que pode entender-se como o trabalho artesanal. Várias são as características que diferenciam as trajetórias de institucionalização do trabalho artesanal entre os países de estudo:

- a) *Classe*: O desenvolvimento do capitalismo permite que se defina uma situação específica de diferenciação em classes, derivada do modo de produção dominante, diferenciando a luta antagônica de burgueses e trabalhadores assalariados, e permitindo posicionar uma faixa populacional em atividades em transição relacionadas como classe média, de comerciantes, artesãos e profissões liberais. Nesta forma, na França, o trabalhador artesanal considera-se parte da classe média e não um operário. Por outro lado, o escasso desenvolvimento do capital nas regiões do Brasil vai permitir uma transição da população de artesãos ao assalariamento e não à constituição de uma classe media, nem com suficiente participação

política e social frente a outras categorias profissionais, derivando isto principalmente numa classificação cultural e artística da produção.

- b) *Identificação*: Os artesãos se identificam de forma diferente pela forma de representar-se no contexto social de produção. No Brasil, a identificação é individualizada, ou seu objetivo é apresentar produção local e individual, pois sua medida é a produção folclórica e artística popular que concebe as capacidades individuais e os recursos utilizados como valores culturais distinguíveis e que sejam significativos para representar uma cultura ou tradição local. Ao contrário, na França, a constituição de uma classe média onde os artesãos tinham certa participação econômica e política significativa nas regiões, vai permitir que sua identificação fosse definida pelos valores de produção “mais humana”, ou diferenciada do desenvolvimento industrial; o que define seus objetivos como artesãos que partem de uma tradição social do fazer artesanal em seu conjunto: nos talheres, na aprendizagem, na técnica e na posição diferenciada dos operários industriais.
- c) *Produção*: A capacidade de organização da classe média de artesãos na França permite que exista uma produção de mercadorias de bens de consumo e serviços para um mercado interno, com participação política dos artesãos no controle da economia. Os diferentes ofícios e federações de importantes agentes econômicos como alimentação e edificação, vai permitir que os produtos e serviços se concentrassem nos setores de produção de bens de consumo necessário para a população. Não obstante, o artesanato de arte (*artisanat d'art*) existisse como produção de bens de luxo, sua condição no século XX vai ser menor na participação do total da organização artesanal produtiva do país.

Ao contrário, no Brasil a produção vai se focar em transformar a produção de subsistência e produção tradicional das zonas rurais em produção de valor artístico, onde se promova os mercados locais e suas mercadorias como bens de luxo. O artesanato é referência artística e cultural, não se define e caracteriza como parte do mercado de bens de consumo necessários, o que permite entender que os diferentes ofícios de produção semi-industrializada nas cidades pudesse incluir-se como artesanal, pois se reconhecia desde as primeiras décadas do século como indústrias, e suas especificidades se encontravam em diferenciar a condição de inversão do capital e a quantidade de operários. A restante população flutuante e estagnada, derivada da desigualdade étnica, não se encontrava incluída na produtividade nacional, ou se

encontrava de forma secundária. Assim, a significação e prestígio do trabalho artesanal diminuí nas cidades e se concentra nas zonas rurais.

- d) *Cultura e civilização*: As diferentes acepções ou significados do trabalho artesanal produzem-se pela construção ideológica da diferenciação do projeto moderno entre civilização e cultura. Por um lado o processo de civilização que constitui uma forma que acompanha o processo de transformação social do modo de produção colonial a um processo de constituição de Estados-nação, que definem uma forma civilizatória do ser diante o comportamento e sua representação como parte de uma sociedade com valores morais. O artesão que se encontra como base do trabalho num projeto de sociedade civilizada encontra seu exemplo, neste caso, na construção do campo artesanal francês, pois para esse tempo se pensava que o trabalho artesanal era a superação da ambição dos burgueses e da precariedade dos trabalhadores industriais assalariados.

Como uma questão cultural, não se pretendia uma projeção ao futuro, senão uma forma de supervivência da tradição, de uma salvaguarda do patrimônio. A formação do artesanato, como uma questão ideológica no Brasil, permite a organização de trabalhos técnicos pretéritos, seja na forma de economia de subsistência ou de produção artística popular e local, para uma descrição do que de distintivo e cultural tem cada forma de produção nas regiões. O processo civilizatório no Brasil baseia-se na industrialização e a forma do crescimento da produtividade nos setores secundário e terciário, o artesanal concebeu-se como forma alternativa de representação do nacional, do discurso do valor folclórico e tradicional que faz parte da “brasilidade”.<sup>26</sup>

É preciso especificar que os processos descritos são tendências sociais, econômicas e políticas de diferentes atores na constituição de uma representação geral e ideológica do que significa trabalho artesanal e os processos de sua institucionalização no século XX. As condições de abstração dos trabalhos, como a distribuição de ofícios, os setores de produção e as condições de industrialização dos setores num processo de formação e subordinação capitalista podem ser avaliados de forma particular no decorrer dos processos locais, e na condição de criação do mercado nacional e sua integração total ou parcial ao capitalismo.

---

<sup>26</sup> “Manipulando os símbolos populares, o Estado os transformava em nacionais e, depois, em elementos típicos da nova “brasilidade”. A transformação do popular em nacional e deste em típico corresponde a um movimento ideológico, denominado por Marilena Chauí (1986) de “Mitologia Verde-Amarela”, elaborada e aplicada ao longo da história brasileira” (BARBALHO, 2000, p. 73).

Desta forma, a divisão social do trabalho possa ser diferenciada por ofícios, como aspecto material e econômico da produção de cada país, e notável que a demarcação, delimitação e institucionalização do setor ou campo artesanal dependem mais de sua formação política e social, dependendo dos interesses das organizações, governos e trabalhadores, na constituição de um espaço de produção específico. Isto pode entender-se melhor si se caracteriza as formas de classificação do trabalho artesanal em cada país de estudo, reconhecendo assim que as definições e classificações são parte das trajetórias históricas de cada sistema econômico e político.

## 2. 2. CLASSIFICAÇÃO E DISTINÇÃO: DIVISÕES DO TRABALHO ARTESANAL.

Como ponto principal no estudo do trabalho artesanal é poder encontrar suas definições e formas de classificação derivadas dos processos de formação histórica e não como uma derivação abstrata e formal. **Assim, a questão aqui não é o que é ser artesão? e o que é artesanato? Senão, como se constrói o campo artesanal e suas formas de classificação derivadas de uma trajetória histórica específica?** A possibilidade de gerar uma classificação antecipadamente mistifica o processo de formação e sua trajetória. Desta forma pode entender-se que os processos de definição e classificação são contingentes, derivados de um período específico. Em outras palavras, o que se intenta apresentar nesta parte do texto é que as classificações são produtos dos processos e não são essências, ou formulas pretéritas da atividade social e histórica.

A continuação se apresenta uma reflexão sobre o estudo das formas de classificação do trabalho artesanal, tendo em conta a formação histórica de cada país, e como se apresenta a identificação e distinção das atividades frente a outras formas de produção. Analisa-se a classificação por setor e sua relação com as formas de classificação nacional, seu período de institucionalização e suas mudanças no processo de estruturação do trabalho artesanal em cada país de estudo. Esta análise faz parte da reflexão histórica e ajuda a compreender ao leitor a identificação do que pode ser artesanal em cada contexto ou país de estudo.

Para 1973 o *Institut National de la Statistique et des études économiques* – INSEE, define o significado de uma empresa artesanal como “*une entreprise qui n'emploie pas plus de 10 salariés et qui exerce une activité de production, de transformation, de réparation ou de prestations de services*” (PEYROUX; NEEL, 1982, p. 6), e o ser artesão derivava da condição de pertencer a aquela empresa em condição de independente ou assalariado. Aquele documento apresentava uma forma de classificação do setor artesanal tendo em conta as atividades de produção no NAR (*Nomenclature des activités du répertoire des métiers*): Alimentação; Metalurgia; Têxtil, couro e roupas; Madeira e móveis; Outras fabricações; Edificação; Reparação, transportes e outros serviços. De forma geral, das 796.263 (100%) empresas ativas, os ofícios podem descrever-se, tendo em conta seu peso no total de atividades artesanais, da seguinte forma:



**QUADRO 2.2. CLASSIFICAÇÃO POR ATIVIDADE DOS OFÍCIOS ARTESANAIS NA FRANÇA E PORCENTAGEM NO TOTAL, ANO 1981.**

|                               |            |                                |             |                             |             |
|-------------------------------|------------|--------------------------------|-------------|-----------------------------|-------------|
| <b>ALIMENTAÇÃO</b>            | <b>7,0</b> | Outras atividades              | 0,3         | Outras atividades           | 0,2         |
| Padaria                       | 1,2        | <b>MADEIRA e MOBILIÁRIO</b>    | <b>3,8</b>  | <b>INSTALAÇÃO ELÉTRICA</b>  | <b>3,6</b>  |
| Padaria-Pastelaria            | 3,5        | Serraria                       | 0,6         | Instalação Elétrica         | 3,6         |
| Pastelaria                    | 1,3        | Fabricação de móveis           | 0,6         | <b>ACABAMENTOS</b>          | <b>9,3</b>  |
| Outras atividades             | 1,0        | Assentos                       | 0,2         | Estucamento                 | 1,4         |
| <b>CARNES</b>                 | <b>7,2</b> | Fabricação de móveis cozinhas  | 0,3         | Pintura decoração           | 3,9         |
| Açougues                      | 4,4        | Fabricação de camas            | 0,3         | Pintura estucamento         | 1,7         |
| Carne de cavalo               | 0,3        | Fabricações móveis diversos    | 1,4         | Instalação vidros           | 1,8         |
| Charcutaria                   | 1,4        | Outras atividades              | 0,4         | Outras atividades           | 0,4         |
| Refeições preparadas          | 0,5        | <b>MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO</b> | <b>1,3</b>  | <b>TERRAPLENAGEM</b>        | <b>1,0</b>  |
| Outras atividades             | 0,6        | Pedras de construção           | 0,3         | Trabalhos em terra          | 0,6         |
| <b>METALURGIA</b>             | <b>7,6</b> | Mármore funerário              | 0,2         | Sondagem, exploração.       | 0,2         |
| Decolletage (bijuteria)       | 0,2        | Cerâmica artística             | 0,2         | Outras atividades           | 0,2         |
| Mecânica rural                | 0,6        | Outras atividades              | 0,6         | <b>TRANSPORTE</b>           | <b>3,8</b>  |
| Ferreiro (cavalos)            | 0,6        | <b>ARTES GRÁFICAS, PAPEL.</b>  | 1,1         | Taxis                       | 3,3         |
| Outras atividades mecânicas   | 0,7        | Trabalhos de impressão         | 0,7         | Outras atividades           | 0,5         |
| Reparação material agrícola   | 1,3        | Outras (impressão)             | 0,2         | <b>REPARAÇÃO</b>            | <b>11,4</b> |
| Fabricação material agrícola  | 0,4        | Outras atividades              | 0,2         | Reparação moto, bicicletas  | 1,1         |
| Caldeiras                     | 0,3        | <b>FABRIC.-ART.-DIVERSOS</b>   | <b>1,6</b>  | Reparação veículos          | 6,1         |
| Reparação material elétrico   | 0,2        | Jóias, Metais, Ourivesarias    | 0,3         | Reparação artigos de couro  | 1,1         |
| Prótese dentária              | 0,5        | Cestaria                       | 0,1         | Reparação artigos elétricos | 1,6         |
| Outras atividades             | 2,8        | Outras atividades              | 1,2         | Reparação bijuteria         | 1,0         |
| <b>TÊXTIL e VESTUÁRIO</b>     | <b>3,3</b> | <b>ALVENARIA</b>               | <b>10,7</b> | Outras atividades           | 0,5         |
| Fabricação de suéter, blusas. | 0,3        | Alvenaria em geral             | 10,7        | <b>SERVIÇOS</b>             | <b>10,7</b> |
| Fabricação roupa masculina    | 0,3        | <b>ENCANAMENTO e outros</b>    | <b>7,1</b>  | Lavanderia                  | 1,1         |
| Fabricação roupa feminina     | 0,4        | Aquecimento                    | 1,3         | Cabeleireiro                | 6,5         |
| Costureiras                   | 0,9        | Coberturas                     | 0,8         | Salão de Beleza             | 0,8         |
| Alfaiates                     | 0,4        | Coberturas, encanamento        | 2,3         | Estúdios de fotografia      | 1,0         |
| Fabricação com peles          | 0,2        | Encanamento sanitário          | 2,4         | Serviço de limpeza          | 0,7         |
| Outras atividades             | 0,8        | Outras atividades              | 0,3         | Outras atividades           | 0,6         |
| <b>COURO</b>                  | <b>0,6</b> | <b>CARPINTARIA</b>             | <b>7,5</b>  | <b>ESPETÁCULOS</b>          | <b>0,1</b>  |
| Fabricação artigos de couro   | 0,1        | Armação em madeira             | 5,9         | <b>OUTRAS ATIVIDADES</b>    | <b>1,3</b>  |
| Selaria                       | 0,2        | Armação em metal               | 0,2         | <b>TOTAL ATIVIDADES</b>     | <b>100</b>  |

Fonte: PEYROUX; NEEL (1982, pp. 14- 16) Tradução livre. Elaborado pelo autor.

Para o ano 1981, as atividades de maior representação são as de reparação, alvenaria, serviços e alimentos, o que se identifica com a forma de participação política e o debate na construção histórica do setor. É notável que a adequação entre a proporção dos ofícios e as condições de institucionalização como pequenos produtores urbanos e rurais seja significativa para definir os tipos de classificação. Da mesma forma, o debate sobre uma questão da definição do artesanato se decide pela condição da empresa artesanal. O artesanato e os objetos artesanais não

dependem unicamente de sua localização, senão que participam de um conjunto institucional e político que aglomera a uma quantidade de produtores de diversos ofícios, mas que se consideram dentro de uma classe média, com condições específicas de produção.

A classificação dos produtores artesanais é aberta a diferentes ofícios, e se inclui tanto na cidade como nas zonas rurais. A questão aqui se centra na medida como diferentes pequenos produtores - sejam patronos, assalariados ou independentes -, conseguem fortalecer um conjunto da produção das pequenas empresas sob o significado de artesanal. A resposta se encontra principalmente na posição social que uma atividade independente ou de maior proximidade pode ter com a “desumanização” da produção em massa, pois seu objetivo foi desde um princípio manter uma posição distintiva frente aos operários (ZARCA, 1979).

Na França, então, é a condição da empresa artesanal a que define o artesão, e não ao contrário, pois as classificações podem concentrar-se na condição técnica do trabalho artesanal, uma classificação dada desde as condições da empresa ou do talher mesmo como atividade econômica. Não obstante, os processos de definição do artesanal no Brasil apresentam uma forma diferente de classificação, principalmente pela via cultural, o que representa uma dificuldade si se procura observar um processo geral que compreenda as diferenças entre os países de estudo. De que forma poderia obter-se uma análise da classificação que compreenda tanto as diferenças na definição, como na forma de observar objetivamente os processos de estruturação do trabalho artesanal? Nesse sentido deve fazer-se uma análise tanto das condições particulares como da existência de trabalhos artesanais que possam ser comparados entre os países (DAVIDOV et. al, 2014).

Num primeiro momento, a classificação do trabalho artesanal no século XX pode definir-se como parte do estudo etnográfico e folclórico das tradições locais e regionais. Por exemplo, para o ano 1980, uma forma de classificação se realizava pela técnica ou o material de trabalho dos produtores artesanais. Cerâmica, Madeira, Trançados em fibra, Tecelagem, Rendas, Metalurgia, entre outros materiais (FUNARTE, 1980). Devido à falta de um estudo geral da produção artesanal, se reconheciam as atividades de maior relevância nas diferentes regiões, como por exemplo, a cerâmica utilitária, nas zonas de Pará (Belém, Ilha das Onças, Barcarena, Guarapiranga, Cametá), Ceará (Juazeiro do norte), Pernambuco (Caruaru, Goiana, Tracunhaém), Alagoas (Penedo), Sergipe (Itabaianinha, Lagarto, Própria e Carrapicho), Bahia (Maragogipinho,

Amargosa, Parapiranga, Rio das Contas, Serrinha), Espírito Santo (Vitória), São Paulo (Vale do Paraíba) e Santa Catarina (São José). (FUNARTE, 1980, p. 31)

A divisão cultural do trabalho artesanal se agrupava no espaço local e nas formas de produção de atividades manuais, com um grau de “valor estético” importante para sua distinção. Não obstante, e tendo em conta as atividades tradicionais que se organizavam desde décadas ou séculos atrás, é possível encontrar uma dificuldade na representação geral dos trabalhadores artesanais como classificação geral. Comparado com a estrutura francesa, a cerâmica artística (*Ceramiqué d’art*) pode ser correspondente com a cerâmica no Brasil, tendo em conta as diferenças locais e técnicas, mas é a possibilidade de comparar-se pelo uso da matéria prima similar nos dois países. O mesmo pode falar-se dos trabalhos em madeira, e os trabalhos com metais. Como diferença específica se encontra para os anos oitenta a possibilidade dos artesanatos no Brasil ser objetos de luxo ou artísticos.

A outra forma de avaliação do trabalho artesanal é repensar o trabalho artesanal, não pela divisão simbólica e cultural do trabalho, mas em sua condição técnica, pelos ofícios com características de produção predominantemente manual e de pequena escala. Desta forma se procura reconhecer que, embora sua identificação como artesanato ou artesão não seja completa ou não tenha valor cultural, pode ser parte de uma estrutura geral do que significa o trabalho artesanal na estrutura econômica do país americano. Tendo em conta o estudo de Nelson Valle da Silva em 1970 sobre as ocupações no Brasil,<sup>27</sup> podem obter-se uma forma de classificação diferente em função da base técnica, ou a divisão técnica do trabalho artesanal.

---

<sup>27</sup> Estudo feito em base ao Censo de 1970 “Compreende um total de 259 títulos ocupacionais correspondendo às respostas dadas ao requisito 23 do Censo, explicitamente a “ocupação, profissão, cargo, função, etc., que exerceu durante mais tempo” (SILVA, 1974, p. 15)

**QUADRO 2.3. OCUPAÇÕES E NÚMERO DE TRABALHADORES ARTESANAIS NO BRASIL, ANO DE 1970.**

| Ocupação                          | Número | Ocupação                     | Número |
|-----------------------------------|--------|------------------------------|--------|
| Modeladores e formistas de metais | 8186   | Marceneiros                  | 140085 |
| Fundidores de metais              | 19197  | Carpinteiros                 | 260318 |
| Laminadores e Trefiladores        | 7810   | Tanoeiros                    | 559    |
| Afiadores e amoladores            | 2678   | Serradores                   | 55506  |
| Estampadores mecânicos            | 3045   | Estofadores e capoteiros     | 16495  |
| Fresadores e furadores            | 5455   | Colchoeiros                  | 3336   |
| Torneiros mecânicos               | 78799  | Lustradores de madeira       | 14867  |
| Mecânicos de motor a explosão     | 221413 | Eletricistas                 | 157687 |
| Mecânicos                         | 232767 | Mestres de obras             | 40449  |
| Galvanizadores e niqueladores     | 5314   | Armadores de Concreto        | 17732  |
| Soldadores                        | 62416  | Pedreiros                    | 590616 |
| Caldeireiros                      | 9709   | Serventes de Pedreiros       | 447045 |
| Ferreiros e Serralheiros          | 66196  | Pintores e caiadores         | 131682 |
| Lanterneiros de Veículos          | 17836  | Estucadores                  | 5662   |
| Rebitadores de Metais             | 1814   | Ladrilheiros e taqueiros     | 11142  |
| Funileiros de metais              | 22744  | Encanadores                  | 70748  |
| Ferradores                        | 592    | Vidraceiros                  | 4295   |
| Cardadores e penteadores          | 3332   | Calceteiros e asfaltadores   | 9521   |
| Maçaroqueiras, bobinadores, etc.  | 15180  | Calafates                    | 5560   |
| Fiandeiros                        | 37851  | Linguiceiros e salchicheiros | 1857   |
| Rendeiros                         | 5360   | Magarefes                    | 18910  |
| Urdidores e remetedores           | 5216   | Mantegueiros e quejeiros     | 3373   |
| Cordoeiros                        | 1715   | Doceiros e confeteiros       | 15988  |
| Tecelões                          | 114873 | Macarroneiros e pasteiros    | 1880   |
| Tapeceiros                        | 9609   | Padeiros                     | 74866  |
| Redeiros                          | 5608   | Encanadores e cartonadores   | 10484  |
| Alvejadores e Tintureiros         | 5846   | Vidreiros e ampoleiros       | 7702   |
| Estampadores têxteis              | 6062   | Ceramistas e louceiros       | 21706  |
| Acabadores de pano                | 9503   | Pintores cerâmicos           | 2081   |
| Correiros e seleiros              | 8167   | Oleiros                      | 90707  |
| Curtidores                        | 9180   | Mestres e Contramestres      | 50193  |
| Alfaiates e costureiros           | 393899 | Ourives e relojeiros         | 15370  |
| Bordadeiras e cerzadeiras         | 25368  | Lapidadores                  | 3120   |
| Chapeleiros de palha              | 31308  | Cesteiros e esteiros         | 5996   |
| Chapeleiros, exclusive de palha   | 1104   | Vassoureiros                 | 1719   |
| Sapateiros                        | 130437 | Marmoristas                  | 6467   |
| Bolseiros e cinteiros             | 3226   | Artífices sem especificação  | 6311   |
| <b>Total</b>                      |        | <b>3.910.850</b>             |        |

Fonte: SILVA (1970, Tabela 3). Os dados utilizados foram selecionados pelo autor, tendo em conta as características similares com o exemplo da classificação francesa.

Os dados da classificação dos trabalhos artesanais podem definir-se principalmente pela classificação que desde a Organização Internacional do Trabalho (OIT) iniciou a aplicar desde o ano 1958, e se atualizou no ano 1968, e no ano 1970 de forma nacional no Brasil.<sup>28</sup> A classificação estava dividida em 6 grandes grupos, dentro dos quais se encontrava o Grande grupo “operários não agrícolas, condutores de máquinas e veículos de transporte e trabalhadores assimilados”.<sup>29</sup> O problema aqui é reconhecer o trabalho artesanal como uma forma de trabalho técnico na divisão social e técnica, e reconhecer suas possibilidades de entendimento ao partir de uma definição não local e cultural, e se pela ocupação dos trabalhadores.

Assim, o que acontece quando se realiza este tipo de classificação a umas ocupações que se reconhecem como artesanais, pode especificar-se o limite da subjetividade no conceito de trabalho artesanal, e também do limite na representação do artesão e artesanato, é dizer, que se delimita um campo específico de produção ou setor. Ao contrário, é uma forma derivada da relação internacional e conceitual do estudo comparado com a formação do trabalho artesanal francês. O que se apresenta aqui é que os ofícios e atividades do setor artesanal do país europeu tinham certa correspondência com as ocupações do Brasil, é dizer, que não é uma falta de estrutura econômica e um mercado laboral assalariado ou independente da realização do trabalho o que o faz artesanal, senão a complexidade dos projetos políticos que delimitam o fazer artesanal, seja pela forma do reconhecimento por classe, etnia ou pela técnica, a situação da classificação do trabalho artesanal é contingente ao processo de constituição da estrutura econômica e política de um país.

Nesse sentido, a divisão *técnica* do trabalho, inclui no trabalho artesanal diferentes atividades no mercado laboral brasileiro em maior quantidade como pedreiros, alfaiates e costureiros, carpinteiros, mecânicos, marceneiros, sapateiros, pintores e caiadores, tecelões, entre

---

<sup>28</sup> “A partir de 1971, iniciou-se o Projeto OIT/BRA/68/006, assinado entre o Governo do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho para planejar e elaborar a Classificação Uniforme de Ocupações (CBUO), tendo em vista, principalmente, o planejamento da mão-de-obra e da formação profissional. Durante a execução desse Projeto, o título utilizado foi Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), tendo em vista que nas carteiras de trabalho, previu-se um lugar para o código da ocupação com esta sigla. Entretanto, está sendo recomendada a substituição desta sigla, por já ter sido ela adotada para designar a Coleção Básica Ocupacional (CBO), estando assim comprometida a terminologia na América Latina. Além disso, a adoção do título Classificação Brasileira Uniforme de Ocupações (CBUO) corresponderia mais exatamente ao espírito do documento de base utilizado neste trabalho. Por esta razão, daqui por diante, será utilizada a sigla corrente, isto é, CBUO, a não ser quando se tratar do Grupo-Tarefa, que foi criado sob o título GT/CBO” (OGUISSO e SCHMIDT, 1976, p. 8).

<sup>29</sup> Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones (CIUO - 1968), Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/spanish/bureau/stat/isco/isco68/major.htm>>

outros. Não obstante, por que ideologicamente não se encontram este tipo de atividades reunidas e classificadas num processo de divisão técnica no Brasil? Ao projetar-se esta classificação no presente não existiria uma correspondência entre o número e o tipo de trabalho, e se uma ambiguidade técnica e cultural, entre cifras de produção manual e produção semi-industrializada. As razões do desajuste entre o trabalho artesanal como questão técnica e cultural pode entender-se num outro processo.

Para finais dos anos setenta se apresentou a chamada “revolução cultural”, onde as bases das mudanças se fundamentam no movimento de jovens da época, tanto na Europa como na Latino-américa. O movimento cultural *hippie*, e as formas de produção manuais da época, transformam a situação do artesanato e da produção artesanal nos mercados locais das cidades. Assim, tanto pelo estudo etnográfico, como pelas formas de participação e produção artística e cultural da juventude, o artesanal adquire uma nova significação de base cultural. As formas de classificação técnica se confrontam com as produções artísticas locais, que permitem que também na França se acrescente o número de produtores de artesanato de arte.<sup>30</sup>

Para Sollberger (1988) varias são as motivações da introdução da população urbana ao trabalho artesanal e sua configuração como trabalho artístico ou estético. Como opção de trabalho para pessoas sem profissão específica e que contam com habilidade para algum trabalho manual que não requer grande capital inicial; opção de trabalho para pessoas com alguma profissão, mas que com o artesanato recebem melhor renda; suplemento de renda familiar ou de aposentadoria; opção de renda para jovens sem profissão ou sem experiência na profissão; entre outras. Não obstante, o movimento de transformação cultural das cidades foi de importância para gerar o grau de ambiguidade na definição da produção artesanal,

O artesanato como forma pré-industrial de produção e como prática voltada para o sentido utilitário (e também estético) com origem rural foi recuperado pelo movimento *hippie* como maneira de produzir e subsistir –filosofia de vida- contrário à produção em série da sociedade capitalista, se expandiu nas feiras urbanas, foi incorporado por um novo mercado, pelo turismo e vem adquirindo vários significados” (SOLLBERGER, 1988, p. 169)

---

<sup>30</sup> “Todo hace pensar que la categoría de los artesanos ha experimentado unas transformaciones internas más o menos parecidas a las experimentadas por los comerciantes, al compensar la decadencia de las capas más desfavorecidas del artesanado tradicional el impulso experimentado por el artesanado de lujo y el artesanado artístico, que exigen la posesión de un patrimonio económico pero también la de un capital cultural. Se comprende que la disminución del volumen de estas categorías medias se vea acompañada de una elevación del capital cultural medido por el nivel de instrucción” (BOURDIEU, 1988, p. 138).

A dificuldade da classificação vai além desse processo, pois devido à forte influência dos movimentos culturais, tanto de forma ativa na organização dos mercados rurais e urbanos, como nas políticas governamentais, o processo de definição do artesanato concentrava sua base na situação isolada do produtor artístico, do produtor com habilidades especiais, diferenciando-se especificamente da indústria. O movimento de incorporação das atividades artesanais rurais nas cidades permitiu o crescimento de formas de produção e classificação cultural do artesanato artístico, a incorporação dos jovens ao mercado local artesanal e do crescimento e especialização das técnicas devido à concorrência nas feiras e outros mercados nas cidades, processo que iniciou desde os anos sessenta e se consolidou nos anos oitenta.

#### 2.2.1. DEFINIÇÕES: O ARTESANAL ENTRE QUANTIDADE E QUALIDADE.

Este tipo de classificação, produto de razões de política econômica, permitiu consolidar o que por artesanato ou trabalho artesanal pode definir-se para esse tempo. Para o caso Francês, a base do trabalho artesanal é a empresa, e desde a empresa se compreende o artesão e seu produto artesanal. Assim, a partir do ponto de vista jurídico, a empresa artesanal se define assim:

Du point de vue juridique, une entreprise est considérée comme une entreprise artisanale dès lors qu'elle est inscrite au répertoire des métiers, géré par les chambres de métiers. L'inscription au répertoire des métiers est subordonnée à un critère de taille et à un critère d'activité:

1. Une entreprise artisanale ne doit pas employer plus de dix salariés : néanmoins certains règles assouplissent ce seuil. Pour les entreprises individuelles et les sociétés de personnes, le conjoint du chef d'entreprise, ses ascendants, descendants, ou collatéraux et alliés jusqu'au troisième degré n'interviennent pas dans le calcul. Pour les autres sociétés, les associés participant à la gestion et prenant part à l'exécution du travail (dans limite de trois) ne sont pas comptés parmi les salariés pour l'évaluation de l'effectif. [...]
2. L'entreprise doit exercer une activité de production, de transformation, de réparation ou de prestation de services [...] En pratique, l'artisanat regroupe les entreprises de petite taille, qui exercent une activité économique se rattachant à un métier manuel [...] Ces activités sont principalement des activités du secteur secondaire, mais certaines sont classées, à tort, par le langage commun dans les commerces (alimentation) ou les services (soins corporels). (COMBAULT e GIBOU, 1982, p. 93)

Várias são as características da definição do artesanal nesse período na França. A primeira: existia uma forma de controle da organização dos ofícios (*métiers*) desde um órgão administrativo (*Chambres des métiers*) que permitia definir sua inscrição como integrado ou não ao setor artesanal. A definição da empresa artesanal deu-se pela condição quantitativa, é dizer,

pela possibilidade de ter um máximo de dez assalariados. O número corresponde a assalariados, e não ao grupo familiar que pode ser parte da empresa. Como empresa familiar corresponde ao indivíduo artesão ou produtor principal da empresa identificar e representar como chefe da atividade produtiva. O número se refere a trabalhadores assalariados (*ouvriers*) e não de pessoal de gestão. A empresa deve realizar uma atividade de produção, transformação, reparação ou prestação de serviços, e em geral reagrupa as pequenas empresas que realizam uma atividade econômica manual.

O problema aqui não é se um produto ou serviço pode considerar-se como artesanato, senão que a quantidade não exceda a pequena produção de um trabalhador manual ou com técnicas que utilizam de forma maior a habilidade humana. Embora a ambiguidade também seja parte do processo de definir a quantidade como um método de classificação, é preciso reconhecer que o processo de definição é parte da atividade da organização da classe média apresentado anteriormente, o que fortalece a condição dos artesãos numa situação política e de controle de seus direitos e privilégios no mercado nacional. Entendendo que são várias as categorias que procuram uma consolidação de um projeto político de classe, é notável que os pequenos patrões e trabalhadores autônomos ajustassem a seus interesses a condição de ser artesanal, e não propor uma definição fora da prática política que constitui as organizações de artesãos.

Desta forma, tanto as mudanças técnicas e industriais não “concorrem” em contra das empresas artesanais, pois significa que existe uma correspondência política sobre como uma parte de trabalhadores e pequenos patrões mantem as condições de produção e sua continuidade no mercado laboral. O debate é técnico e econômico, permitindo deixar a situação ambígua da escolha pelo número num plano secundário, e a integração e fortalecimento das empresas artesanais no campo político como o eixo das definições jurídicas. Assim, uma definição baseada no valor quantitativo apresenta seus limites como construção histórica de um contexto econômico e político.

No caso de Brasil a situação é diferente, pois a definição do trabalho artesanal pode consistir numa relação direta com a classificação artística ou estética, e não com uma revisão técnica e de classe social específica. O primeiro que deve ter-se em conta é que a base do trabalho artesanal na construção política do campo no Brasil é o objeto como representação cultural ou



artística, por esse motivo as políticas são sobre o artesanato e não sobre o artesão ou a empresa artesanal. É o objeto a base da definição, e seu ponto de partida para uma análise.

Para um estudo da definição do artesanato, pode utilizar-se a síntese realizada por Sollberger (1988) da relação entre artesanato, industrianato e indústria, como graus de formação técnica, social e cultural, o que pode ajudar a entender as características do setor artesanal brasileiro (Quadro 2.4).

**QUADRO 2.4. DEFINIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DE ARTESANATO, INDUSTRIANATO E INDÚSTRIA NO BRASIL.**

|                                  | A                                                    | B                                                                       | C                                                                                | D                                                    |
|----------------------------------|------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|
| ARTE -<br>ARTESANATO             | Transformações da matéria prima em um produto final. | Sem máquinas                                                            | Produtores diretos sem cooperação no trabalho.                                   | Sem divisão de trabalho.                             |
| MONTAGEM -<br>INDUSTRIANATO      | Algumas peças do produto final são industrializadas  | Introdução de algumas máquinas (Para lixar, polir, furar, cortar, etc.) | Cooperação de mão de obra familiar.                                              | Introdução de 1 ou 2 auxiliares para tarefas finais. |
| INDÚSTRIA<br>(pequenas empresas) | Todas as partes do produto são industrializadas      | Introdução de várias máquinas.                                          | Cooperação de mão de obra mista (a)<br>Cooperação de mão de obra assalariada (b) | Divisão de trabalho.                                 |

Fonte: SOLLBERGER (1988, p. 172)

A definição qualitativa do artesanato compreende uma descrição da seguinte forma: (A) primeiro da diferenciação com a forma de produção de um grau sem industrialização a um grau totalmente industrializado, (B) num segundo momento o uso da maquinaria, de um grau menor ao maior, (C) terceiro, do grau de cooperação, inexistente, familiar e mista ou assalariada, (D) por ultimo, o grau da divisão do trabalho. Este é um processo de tipificação do trabalhador artesanal, que poderia ser encontrado nas feiras ou nas pequenas indústrias. A questão aqui reafirma a dificuldade de encontrar uma situação estável na definição do artesão que faz artesanato, pois para a autora, o “tipo ideal” de artesão deveria cumprir com as quatro características, o que identificaria um “artesanato verdadeiro”. Não obstante ela mesma reconhece que as diferentes condições se misturam na realidade e podem explicar as atividades que se encontram no mercado artesanal ou nas feiras de artesanato.

O problema é o mesmo que se repete nas formulas de definição do que é artesanato, artesanal, industrianato, etc. A questão mesma de industrianato pode ser relativamente um eufemismo da procura pelo tipo ideal de artesanato, ou da obra artística, estética ou cultural

válida para que seja permitida na classificação das obras. A mesma condição de “industrianato” (indústria-artesanato), como uma mistura qualitativa de características de produção pode ser criticada só desde um sistema de valores de classificação onde o desenvolvimento histórico da organização do trabalho artesanal foi disperso e concentrado principalmente no modo de produção não capitalista, baseado em condições étnicas, locais e comunitárias.

A política da segunda metade do século vinte sobre o artesanato foi da proteção e salvaguarda do cultural, a tendência não foi construir um mecanismo homogêneo de produção de bens básicos e necessários de concorrência frente à mediana e grande indústria, senão certos padrões de identificação do artesanato, e derivado dele o artesão, para um mercado de bens culturais ou de luxo. A questão aqui não é encontrar nas series de narrações de diferentes “autores” ou “produtores” a credibilidade sobre a definição do que *deve ser* artesanato,<sup>31</sup> pois se encontraria uma diversidade de términos que qualitativamente intentam identificar o artesanato em uma construção de identidade cultural definida na produção local, o que se quer identificar é porque surge aquele debate? E sua importância histórica para entender o trabalho artesanal hoje.

Até este ponto, a situação da classificação do trabalho artesanal tem uma diferenciação importante na ênfase quantitativa e qualitativa. A definição, então, não pode partir de uma relação local de subjetividades, nem de uma tipologia lógica e abstrata que intente diante certas características reconstituir uma realidade mudável e contraditória. Isso pode partir da descrição desde os produtores do processo, embora as trajetórias gerais da constituição e institucionalização do setor artesanal dependem de uma base conjunta de processos objetivos e subjetivos que classificam e limitam de forma planejada, ou não planejada, o processo social de produção e organização<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> “Quais são os limites para a definição do que é industrial ou artesanal? Há, ainda, espaço para neologismos como forma de tentar esclarecer os tipos de produção que congregam características híbridas de produção artesanal e produção industrial, como o “industrianato”, apontado por PEREIRA (1979) ou ‘pré-design’, como em MAGALHÃES (1997). No entanto, estas tentativas de se delimitar o campo de atuação, ou traçar uma linha divisória entre as atividades humanas parecem cada vez mais difíceis, movediças e variáveis”. (OLIVEIRA, 2006, p. 55)

<sup>32</sup> É precisamente isto ao que se refere Norbert Elias ao falar sobre o *distanciamento* que deve produzir-se no estudo social. “[...] a saber, que del entramado de las acciones de muchas personas pueden derivarse desarrollos no planeados por ninguna de ellas. [...] el hecho de que un proceso de juego que existe sólo por el entramado de las jugadas individuales de muchos jugadores llegue a adquirir una dinámica que *no ha sido planeada, determinada o prevista por ninguno de los jugadores individuales*, sino que por el contrario suceda que la marcha no planeada del proceso de juego sea la que asuma recurrentemente la dirección de las jugadas de cada uno de ellos” (ELIAS, 2008 [1970], p. 111).

Nesse sentido, tanto no processo de formação da classe media de artesãos, com capital e poder para institucionalizar-se nas regiões industriais, como se apresenta o caso Francês, e a população rural e urbana de mercados locais identificados principalmente pelo artesanato cultural ou artístico, dependendo das habilidades individuais e de tradições da produção, como no Brasil, a constituição de uma representação ou ideologia do que é o artesanal define os caminhos de estruturação do trabalho artesanal atualmente. Tanto na classificação como na definição o trabalho artesanal se institui de forma diversa, tanto na trajetória de uma integração ou subordinação direta ao capital, na consolidação de um trabalho técnico na classe media, como de uma integração ou subordinação indireta numa prática artística e cultural dos grupos étnicos e culturais da população rural e urbana.

Não obstante, antes de descrever o processo atual de transformação em seu conjunto, é possível gerar uma análise das correspondências das classificações das ocupações artesanais atuais nos países de estudo e entender sua continuidade e transformação. Este processo é pensado desde a reestruturação produtiva do capital na globalização.

### 2.2.2. REESTRUTURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DO ARTESANAL.

As anteriores classificações e definições faziam parte de um processo de transformação econômica e política no controle sob o modo de produção fordista; mas com a instauração de um modelo neoliberal<sup>33</sup> se produzem mudanças significativas na constituição do mercado e das classificações e definições do artesanal. A forte influencia do discurso ideológico de liberdade empresarial permite uma importante revitalização das pequenas empresas, articuladas agora a mecanismos tecnológicos de comunicação e fluxo de capitais mais complexos, integrando os discursos de inovação e empreendedorismo como forma de crescimento da capacidade laboral dos indivíduos. Esta parte do texto apresenta uma análise das classificações em cada país desde

---

<sup>33</sup> “El neoliberalismo es, ante todo, una teoría de prácticas político-económicas que afirma que la mejor manera de promover el bienestar del ser humano, consiste en no restringir el libre desarrollo de las capacidades y de las libertades empresariales de los individuos, dentro de un marco institucional caracterizado por derechos de propiedad privada, fuertes mercados libres y libertad de comercio. El papel del Estado es crear y preservar el marco institucional apropiado para el desarrollo de estas prácticas [...] Por otro lado, en aquellas áreas en las que no existe mercado (como la tierra, el agua, la educación, la atención sanitaria, la seguridad social o la contaminación medioambiental), éste debe ser creado, cuando sea necesario, mediante la acción estatal”. (HARVEY, 2007, p. 8)

sua reestruturação, que será detalhada na seguinte parte deste capítulo. O objetivo é poder identificar as mudanças e continuidades das classificações e definições do artesanal em cada país de estudo.

A atividade artesanal na França adquiriu uma renovação em sua conceptualização e classificação desde os anos noventa. Com a lei de 5 de julho de 1996, e regulamentado pelo decreto 98-247 do 2 de abril de 1998, sobre qualificação artesanal e o repertório de ofícios, correspondentemente se realiza uma nova descrição das classificações dos trabalhos artesanais que integram para o ano 2008, com o decreto 2008-565 do 17 de junho, e que consiste em especificar a classificação dos trabalhos artesanais em quatro grandes grupos, Atividades no setor artesanal de alimentação, edificação (*bâtiment*), fabricação e serviços. Assim, na *Nomenclature d'Activités Française de l'Artisanat* (NAFA) se encontram definidos os ofícios que se integram na estrutura geral das ocupações de comércio, indústria, serviço e profissões liberais, como grandes setores profissionais da economia do país Francês.

A descrição de mais de novecentas atividades, reagrupadas em aproximadamente 500 atividades ou ofícios (NAFA, 2016), o que permite observar o crescimento na descrição das atividades dos quatro grupos com maior participação política e numérica no setor. A integração dos trabalhos artesanais se realiza dentro da estrutura geral de produção no país, e não são atividades isoladas, senão que sua mesma nomenclatura indica a posição dentro da estrutura geral é dizer a Nomenclatura Francesa de Atividades (NAF), que compreende as seções de: Agricultura, Indústrias extrativas, Indústria manufatureira, Produção e distribuição de água, Construção, Comércio e reparação de automóveis e motocicletas, Transporte e armazenagem, Alojamento e restauração, Atividades especializadas e científicas, Atividades de serviço, entre outras. Tendo assim uma integração vertical do trabalho artesanal à estrutura geral econômica do país.

A definição do trabalho artesanal mantém sua continuidade, especificando que as empresas artesanais que: sejam registradas no repertório de ofícios, onde se reconhece como atividade legal artesanal, que sejam pessoas naturais ou jurídicas com um máximo de dez trabalhadores assalariados, e que exerçam uma atividade independente de produção,

transformação, reparação ou de serviços.<sup>34</sup> Não obstante, a situação de sua estrutura tem maior importância no estudo comparado, pelo crescimento e fortalecimento da produção do artesanato de arte (*artisanat d'art*) e sua forma de integração ao mercado pela via indireta, ou que devem como uma parte da produção paralela às tradicionais agrupações de alimentação, edificação, fabricação e serviços.

Na lei de 1996 se especifica a promoção do artesanato de arte, como resultado do crescimento do setor, criando dentro de repertório dos ofícios uma seção específica para esta atividade (ART. 20) e no decreto do ano 1998, se realiza uma separação das qualidades do ser artesão, do ser artesão de arte, e ser mestre artesão. A divisão é fundamental para entender as transformações da classificação e o entendimento do trabalho artesanal para o século XXI. No artigo dois, do decreto 98-247 de 1998 se especifica como artesão de arte o seguinte:

Art. 2. Sur demande de l'intéressé, la qualité d'artisan d'art est reconnue de droit par le président de la chambre de métiers et de l'artisanat compétente du département aux personnes physiques, y compris les dirigeants sociaux des personnes morales, qui exercent les métiers de l'artisanat d'art dont la liste est fixée par arrêté du ministre chargé de l'artisanat et sont titulaires d'un certificat d'aptitude professionnelle ou d'un diplôme ou d'un titre de niveau équivalent ou supérieur délivré pour le métier considéré. La qualité d'artisan d'art peut également être reconnue dans les mêmes conditions aux personnes physiques, y compris les dirigeants sociaux de personnes morales, qui justifient d'une durée d'immatriculation au répertoire des métiers de six ans dans le métier d'artisanat d'art considéré. (NAFA, 2016, p. 248)

A condição de artesão de arte se institucionaliza dentro das outras atividades e compreende uma mudança nas condições de reconhecimento no setor como parte de atividades que não se encontravam definidas claramente como grupo. O artesão de arte deve integrar-se às câmaras de ofícios regionais que oficializem sua identificação, e por isso deve realizar-se uma classificação específica de aquilo que é considerado como a mistura de atividades artesanais e artísticas. Para o ano 2003, diante aprovação ministerial cria-se uma lista de atividades classificadas como artesanato de arte, (*Nomenclature Nationale des Metiers d'Art*), com aproximadamente 217 atividades, A lista foi modificada no ano 2016, diante “*Arrêté du 24*

---

<sup>34</sup> « Pour la période actuelle, nous retiendront la définition émanant de la loi du 5 juillet 1996 (art. 19-1), relative au développement et à la promotion de l'artisanat, sont considérées comme entreprises artisanales, les entités inscrites au répertoire des métiers, c'est-à-dire les personnes physiques et morales qui n'emploient pas plus de dix salariés et qui exercent, à titre principal ou secondaire, une activité professionnelle indépendante de production, de transformation, de réparation ou de prestation de services relevant de l'artisanat et figurant sur une liste établie par décret en Conseil d'Etat » (BOUTELLIER, 2010, p. 9).

*décembre 2015*” do ministério de economia e indústria, que reconhece aproximadamente 281 ofícios repartidos em 16 áreas ou subgrupos que são:

Área de arquitetura e jardinagem (23 atividades), Área de mobiliário e decoração (32 atividades), Área de luminária (1 atividade), Área de joias, joalheria, ourivesaria e relojoaria (19 atividades), Área do metal (15 atividades), Área da cerâmica (3 atividades), Área de vidro e cristal (4 atividades), Área da *Tabletterie* (8 atividades), Área de moda e acessórios (14 atividades), Área têxtil (9 atividades) Área do couro (13 atividades), Área do espetáculo (4 atividades), Área do papel, grafismo e impressão (17 atividades), Área de jogos, brinquedos e obras mecânicas (10 atividades), Área da manufatura instrumental (13 atividades) e Área da restauração (13 atividades) (*Institut National d'Métiers d'Art*, 2016).

A atividade de *artisanat d'art* ou *métiers d'art* é possível pensa-la como de integração contemporânea ao setor, a diferença dos ofícios constitutivos e tradicionais do artesanato francês, isso não significa que não se desenvolveram anteriormente atividades de este tipo, senão que não constituíam uma atividade de participação política equiparável com as organizações de artesanato como alimentação e edificação. Isto é de importância na forma como estas formas de artesanato podem participar de um mercado de produtores autônomos no mercado nacional e internacional, especializados principalmente na produção de bens de luxo e bens culturais.

Embora seu reconhecimento como parte do setor de artesanato, é de especial relevância a situação de sua independência frente aos outros grupos de artesanato, é dizer, sua integração não se realiza diretamente em relação ao conjunto de profissões econômicas, senão que é considerada como parte relativamente autônoma de um conjunto de atividades, definidas em sua maioria pelo tipo de material de produção. O setor artesanal, então, estaria integrado de forma direta e indireta, vertical ou horizontal, à estrutura econômica capitalista do país, levando consideração da situação e trajetórias diferentes de cada ocupação que pode ser denominada de artesanal. Nesse sentido obtemos nessa classificação uma forma particular de encontro com a situação brasileira das ocupações artesanais.

No Brasil, diante documento de Programa do Artesanato Brasileiro (PAB, 2012), se consolidou uma forma de entender o trabalho artesanal tanto em sua classificação como em sua definição. As transformações das políticas governamentais desde os anos noventa ofereceram

uma representação mais consolidada dos trabalhadores artesanais como setor econômico. Não obstante, o objetivo aqui é reconhecer essas mudanças, tendo em conta sua relação com o país europeu. Desta forma, o artesanato se encontra numa trajetória desde a segunda metade do século XX, como parte de uma prática cultural material e imaterial que oferece oportunidade de renda para população urbana e rural.

De forma geral, o artesão e o artesanato se definem da seguinte forma:

**QUADRO 2.5. DEFINIÇÕES DE ARTESÃO E ARTESANATO PELO PROGRAMA DE ARTESANATO BRASILEIRO.**

|                   | <b>Significado</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <b>Não é ou não pertence</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>ARTESÃO</b>    | É o trabalhador que de forma individual exerce um ofício manual, transformando a matéria-prima bruta ou manufaturada em produto acabado. Tem o domínio técnico sobre materiais, ferramentas e processos de produção artesanal na sua especialidade, criando ou produzindo trabalhos que tenham dimensão cultural, utilizando técnica predominantemente manual, podendo contar com o auxílio de equipamentos, desde que não sejam automáticos ou duplicadores de peças. | I – Trabalha de forma industrial, com o predomínio da máquina e da divisão do trabalho, do trabalho assalariado e da produção em série industrial;<br>II – Somente realiza um trabalho manual, sem transformação da matéria-prima e fundamentalmente sem desenho próprio, sem qualidade na produção e no acabamento;<br>III – Realiza somente uma parte do processo da produção, desconhecendo o restante.                                     |
| <b>ARTESANATO</b> | Compreende toda a produção resultante da transformação de matérias-primas, com predominância manual, por indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural (possui valor simbólico e identidade cultural), podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios.                                                                         | - Trabalho realizado a partir de simples montagem, com peças industrializadas e/ou produzidas por outras pessoas;<br>- Lapidação de pedras preciosas;<br>- Fabricação de sabonetes, perfumarias e sais de banho, com exceção daqueles produzidos com essências extraídas de folhas, flores, raízes, frutos e flora nacional.<br>- Habilidades aprendidas através de revistas, livros, programas de TV, dentre outros, sem identidade cultural. |

Fonte: Base Conceitual do Artesanato Brasileiro (2012, p. 11-12).

É notável a continuidade da trajetória de definições que se realizava desde o século passado, também se encontram as definições de trabalhos manuais, e arte popular, o que determina as condições qualitativas e simbólicas do que é um objeto artesanal reconhecido como artesanato. A condição industrial como forma antagônica se pode entender de características além da técnica, pois se aceita o uso de ferramentas e maquinaria limitadamente, tratando de manter uma produção especializada e não em massa, como a produção industrial. Nesse sentido, o campo

de produção do artesanato é mais restrito a pessoas com habilidades monopolizáveis<sup>35</sup>, e patrimônio cultural local que também tem tendência a ser monopolizável.

Não obstante, as outras situações que podem participar diretamente com a indústria, comércio e serviços, não tem referência direta com o artesanato e o artesão, sua referência é puramente negativa em função de manter as capacidades estéticas e habilidades individuais como parte principal de distinção da atividade. Por exemplo, as habilidades aprendidas fora de um sistema comunal ou tradicional que permita reconhecer a produção a um território para gerar a identidade cultural. Isto pode corresponder com a tendência do surgimento da concepção do artesanato que faz referência à questão étnica, ao proceder da compreensão colonial da população (QUIJANO, 2014), fazendo referências às identidades e tradições como se fosse parte da condição humana dos grupos sociais do país (ver Subcapítulo 3.3).

Nessas classificações de atividades surge uma problemática na definição entre o trabalho artesanal de forma geral, e o artesanato e ser artesão, de forma particular. A possibilidade de reconhecer uma atividade dentro das condições culturais não se encontra definido senão pela tradição da produção nos estudos acadêmicos, mas a forma de produção que surge como possibilidade de renda familiar principal ou indireta, na classe média e nos mesmos assalariados, não apresenta uma referência clara. Como é o caso do “mestre artesão”, que é reconhecido assim: “Indivíduo que se notabilizou em seu ofício, legitimado pela comunidade que representa e/ou reconhecido pela academia, destacando-se através do repasse de conhecimentos fundamentais da sua atividade para novas gerações” (PAB, 2012, p. 11).

A constituição do artesanato depende mais de uma característica própria de indivíduos, que de uma categorização setorial definida por ocupações, o que dificulta a situação política dos artesãos e trabalhadores artesanais em geral, pois a luta pelo reconhecimento se delimita e fragmenta de forma clara, não conseguindo eliminar a ambiguidade da pertinência ao setor. E o problema se encontra, além disso, quando se requer da identificação e formalização da atividade laboral. O indicador mais claro é a forma como a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) delimita as atividades de trabalho artesanal e artesanato para sua medição e reconhecimento.

---

<sup>35</sup> “As habilidades que são monopolizáveis são anátemas ao capital. Na medida em que se tornam uma barreira à acumulação, elas devem ser subjugadas ou eliminadas pela transformação do processo de trabalho. As habilidades monopolizáveis tornam-se irrelevantes porque o capitalismo as torna assim.” (HARVEY, 2013, p. 113)



**TABELA 2.7.** CLASSIFICAÇÃO DE OCUPAÇÕES DOS TRABALHADORES DO ARTESANATO NO BRASIL.

| <b>Código</b> | <b>Ocupação</b>                                           | <b>Código</b> | <b>Ocupação</b>                      |
|---------------|-----------------------------------------------------------|---------------|--------------------------------------|
| 7             | Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais. | 7911-25       | Artesão do couro                     |
| 79            | Trabalhadores do Artesanato                               | 7911-30       | Artesão escultor                     |
| 791           | Trabalhadores do Artesanato Urbano e Rural                | 7911-35       | Artesão moveleiro (exceto reciclado) |
| 7911          | Artesãos                                                  | 7911-40       | Artesão tecelão                      |
| 7911-05       | Artesão bordador                                          | 7911-45       | Artesão trançador                    |
| 7911-10       | Artesão ceramista                                         | 7911-50       | Artesão crocheteiro                  |
| 7911-15       | Artesão com material reciclável                           | 7911-55       | Artesão tricoteiro                   |
| 7911-20       | Artesão confeccionador de bijóias.                        | 7911-60       | Artesão rendeiro                     |

Fonte: CBO, 2002. Elaborado pelo autor.

As diferenças são significativas, pois na relação de “Trabalhos do Artesanato” (Tabela 2.7), existe uma referencia direta com uma identidade de “artesão”, e nos “Trabalhos artesanais” existe uma referencia ao ofício ou ocupação (Tabela 2.8), isso tem a ver principalmente com a realidade de que não é reconhecível uma sociabilidade artesanal e identidade de artesãos, ou trabalhadores artesanais, nas categorias de classificação técnica. No Brasil, a construção de uma representação hegemônica do artesanal é mais complexa na definição e medição que na compreensão de narrativas cotidianas. A questão de classificação entre, por exemplo, um artesão de couro, um artífice de couro ou um sapateiro, entre um tecelão e um artesão tecelão, se responde mais desde uma compreensão cultural e ideológica (divisão simbólica) que propriamente das condições técnicas e relativas a uma divisão social do trabalho.

A consolidação do processo ou trajetória de institucionalização do artesanato no século XX acontece no Brasil de uma forma igualmente paralela que na França, pero que não se consolida desde o projeto de classe, senão como um processo de constituição artística e cultural, seja isto produzido pelas práticas individuais e associativas, como pelos programas governamentais regionais e locais. As considerações alienadas e distanciadas do processo que se manifestam em discursos e formas de classificação reproduzem uma prevalência do “artesanato” como significante de todo o trabalho artesanal. Historicamente ao não existir um projeto dos artesãos como pertencentes a uma classe específica, gera a ambiguidade do que *deve* ou não considerar-se como artesanal desde as organizações e tradições locais, e procurar-se ainda explicações derivadas de manifestações qualitativas próprias (essenciais) da atividade dentro de um eixo individual-artístico.

**TABELA 2.8. CLASSIFICAÇÃO DE OCUPAÇÕES DOS TRABALHADORES ARTESANAIS NO BRASIL.**

| Código                                                              | Ocupação                                                                                 | Código      | Ocupação                                                               |
|---------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|------------------------------------------------------------------------|
| <b>7. TRABALHADORES DA PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS INDUSTRIAIS.</b> |                                                                                          |             |                                                                        |
| <b>768</b>                                                          | Trabalhadores nas indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas.  | 7686-05     | Tipógrafo                                                              |
| <b>7681</b>                                                         | Trabalhadores de tecelagem manual tricô, crochê, rendas e afins.                         | 7686-10     | Linotipista                                                            |
| 7681-05                                                             | Tecelão (tear manual)                                                                    | 7686-15     | Monotipista                                                            |
| 7681-10                                                             | Tecelão de tapetes, a mão.                                                               | 7686-20     | Paginador                                                              |
| 7681-15                                                             | Tricoteiro, à mão.                                                                       | 7686-25     | Pintor de letreiros                                                    |
| 7681-20                                                             | Redeiro                                                                                  | 7686-30     | Confeccionador de carimbos de borracha                                 |
| 7681-25                                                             | Chapeleiro (chapeús de palha)                                                            | <b>7687</b> | Encadernadores e recuperadores de livros (pequenos lotes ou a unidade) |
| 7681-30                                                             | Crocheteiro, a mão.                                                                      | 7687-05     | Gravador, a mão (encadernação)                                         |
| <b>7682</b>                                                         | Trabalhadores artesanais de peças e tecidos                                              | 7687-10     | Restaurador de livros                                                  |
| 7682-05                                                             | Bordador, a mão.                                                                         | <b>776</b>  | Trabalhadores artesanais da madeira e do mobiliário                    |
| 7682-10                                                             | Cerzidor                                                                                 | <b>7764</b> | Confeccionadores de artefatos de madeira, móveis de vime e afins       |
| <b>7683</b>                                                         | Trabalhadores artesanais da confecção de calçados e artefatos de couros e peles          | 7764-05     | Cesteiro                                                               |
| 7683-05                                                             | Artífice do couro                                                                        | 7764-10     | Confeccionador de escovas, pincéis e produtos similares (a mão)        |
| 7683-15                                                             | Costurador de artefatos de couro, a mão (exceto roupas e calçados)                       | 7764-15     | Confeccionador de escovas, pincéis e produtos similares (a máquina)    |
| 7683-20                                                             | Sapateiro (calçados sob medida.)                                                         | 7764-20     | Confeccionador de móveis vime, junco e bambu                           |
| 7683-25                                                             | Seleiro                                                                                  | 7764-25     | Esteireiro                                                             |
| <b>7686</b>                                                         | Trabalhadores tipográficos linotipistas e afins                                          | 7764-30     | Vassoureiro                                                            |
| <b>8. TRABALHADORES DA PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS INDUSTRIAIS</b>  |                                                                                          |             |                                                                        |
| <b>82</b>                                                           | Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção                   | 8483-15     | Masseiro (massas alimentícias)                                         |
| 828                                                                 | Trabalhadores artesanais da siderurgia e de materiais de construção                      | 8483-25     | Trabalhador de fabricação de sorvete                                   |
| 8281                                                                | Trabalhadores de cerâmica estrutural para construção                                     | <b>8484</b> | Trabalhadores na degustação e classificação de grãos e afins           |
| <b>84</b>                                                           | Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo.                                | 8484-05     | Degustador de café                                                     |
| 848                                                                 | Trabalhadores artesanais na agroindústria                                                | 8484-10     | Degustador de chá                                                      |
| <b>8481</b>                                                         | Trabalhadores artesanais na conservação de alimentos                                     | 8484-15     | Degustador de derivados de cacau                                       |
| 8481-05                                                             | Defumador de carnes e pescados                                                           | 8484-20     | Degustador de vinhos ou licores                                        |
| 8481-10                                                             | Salgador de alimentos                                                                    | 8484-25     | Classificador de grãos                                                 |
| 8481-15                                                             | Salsicheiro                                                                              | <b>8485</b> | Magarefes e afins                                                      |
| <b>8482</b>                                                         | Trabalhadores artesanais na pasteurização do leite e na fabricação de laticínios e afins | 8485-05     | Abatedor                                                               |
| 8482-05                                                             | Pasteurizador                                                                            | 8485-10     | Açougueiro                                                             |
| 8482-10                                                             | Queijeiro na fabricação de laticínio                                                     | 8485-15     | Desossador                                                             |
| 8482-15                                                             | Manteigueiro na fabricação de laticínio                                                  | 8485-20     | Magarefe                                                               |
| <b>8483</b>                                                         | Padeiros, confeitores e afins.                                                           | 8485-25     | Retalhador de carne                                                    |
| 8483-05                                                             | Padeiro                                                                                  | <b>8486</b> | Trabalhadores artesanais na indústria do fumo                          |
| 8483-10                                                             | Confeiteiro                                                                              | 8486-05     | Trabalhador do beneficiamento de fumo                                  |

Fonte: CBO, 2002. Elaborado pelo autor

Nesse sentido, tanto as diferenças internas entre o mesmo país e as semelhanças entre países podem ser pensadas como processos de transformação recentes, e que constituem um fenômeno que pode responder-se de forma conjunta, não como uma tipologia, senão como parte

de um processo geral de diferenciação do trabalho no movimento do capital. Assim, a questão de análise se encontraria numa reflexão sobre a divisão do trabalho nas diferentes formas que possam compreender as desigualdades internas e externas a cada trajetória em cada país.

### 2.2.3 DIVISÕES DO ARTESANAL: ENCONTROS E DESENCONTROS.

Até este ponto, uma revisão sobre como poder pensar o artesanal **não pode limitar-se a concepções e definições de cada país, senão a uma compreensão que identifique as características que dentro de modos de produção permitem o desenvolvimento de diferenças e similitudes na consolidação de uma forma de fragmentação do trabalho como categoria geral.** A dificuldade radica não na categorização, senão na correlação dentro de processos econômicos e políticos que acontecem na estruturação do desenvolvimento capitalista. Desta forma, o estudo não parte de uma questão de definição do que é artesanal ou não, senão das possibilidades que se constituía o setor artesanal nas diferentes formas que a divisão do trabalho permite em relação ao desenvolvimento do capital. A continuação se apresentam algumas conclusões das formas de classificação:

- Pode reconhecer-se que não toda produção do trabalho artesanal é artesanato ou *artisanat d'art*. Existem diferenças nos dos países de estudo dos limites da produção artística artesanal, e que se concentra em definições de caráter estético e cultural, o que permite que se desenvolva uma parte da produção especializada em produtos de luxo.
- A relevância institucional e o poder político das organizações em cada país são diferentes historicamente, e apresenta uma diferenciação entre as políticas de proteção e promoção do artesanal em cada país, pois na França a organização principal de trabalhadores encontra-se nos diferentes setores de produção, no Brasil a organização dos artesãos se encontra como um setor relativamente autônomo de outras atividades econômicas.
- Nos dois países a diferenciação entre trabalho artesanal e trabalhador de artesanato é visível na forma como cada país classifica de uma forma integrada verticalmente, é dizer que pode integrar-se a diversas atividades econômicas e que se concentram na promoção de microempresas ou atividades articuladas à indústria. Como forma integrada horizontalmente, ao dizer que é parte de um segmento da produção de bens culturais. O desdobramento da

forma de produção artesanal é resultado das diferentes formas de institucionalização, e sua caracterização deve contemplar as diferentes formas de relação tanto das condições particulares da produção local, como do desenvolvimento econômico e estrutural de cada país.

- Existe uma maior preocupação no processo de institucionalização brasileira do artesanato em definir as condições culturais da produção e delimitar aos grupos e indivíduos especializados o trabalho artesanal, ao contrário do país europeu onde a preocupação se centra no desenvolvimento empresarial e as capacidades das pequenas empresas (menos de 10 empregados) em manter uma produção de maior concorrência e diversidade na produção.
- As trajetórias históricas que num momento pareciam diferenciadas pelas problemáticas de etnia e classe, no século XXI se misturam pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas internas, como resultado das mudanças tecnológicas e os deslocamentos da produção e dos trabalhadores. O que se obtêm, então, é a possibilidade de reconhecer diferentes caminhos institucionais que podem ser avaliados em função da heterogeneidade das condições particulares e simbólicas, como da homogeneidade do processo econômico e das estruturas de produção que permitem a coexistência de trabalho artesanal e de trabalho de artesanato.

Tendo em conta o anterior, a existência do trabalho artesanal pode ser estudada nas condições de desenvolvimento desigual, entendendo que as definições e significados do que pode ser artesanal se encontra numa relação direta e indireta ao capital, e que em cada país representa uma situação com características particulares, mas que podem ser estudadas comparativamente logo de expressar sua trajetória histórica e política. Na seguinte parte do capítulo se apresenta a relação das formas de transição e subordinação ao capital em função da trajetória institucional de cada país.

Por outro lado, é notável que definir e classificar países de características diversas em sua organização laboral pode trazer dúvidas sobre a pertinência do estudo comparado, não obstante é preciso lembrar que o objetivo não é reproduzir as características de identificação nacional do trabalho artesanal, ou do sistema do valor particular de cada país; senão que, pelo contrario, o que se pretende dimensionar na pesquisa é a possibilidade de pensar o artesanal desde diferentes

formas de organização, definição e classificação, com a ideia de tornar o setor um campo de debate para a análise política e social internacional.

Assim, quando se questiona ao artesão desde as formas simbólicas de representação no Brasil, e sua “impossibilidade” da tradução cultural e hermenêutica na realidade europeia, é possível responder que os processos de constituição do campo artesanal em cada país não devem necessariamente coincidir nas singularidades das formas de vida cotidianas dos produtores e agentes sociais. A tendência à apresentação e reflexão do local é uma entre várias formas de análises da realidade social, e se não existisse uma possível relação das formas de organização do trabalho, neste caso do trabalho artesanal, a complexidade de sistemas sociais supranacionais ficaria na reprodução de valores hegemônicos de dominação cultural. **Assim, aqui a problemática não é se o número de artesãos(os) se encontra representado nos dados estatísticos (entendendo que existe aproximação simples pela amostra utilizada), senão por que o tipo de medição e classificação existe e se desenvolve em determinado país, e que relação têm com o desenvolvimento desigual do capital.**

A reflexão aqui é diferente, pois na medida em que se procura uma representação do que deve ser artesanal ou artesanato, dependendo das formas sociais e políticas de cada país, é possível entender que as pesquisas que reproduzem no sistema de valores nacionais dificultam o entendimento da relação capital e trabalho como um processo internacional. Na medida em que o desenvolvimento do capital define sua mobilidade entre países, a relação acadêmica crítica pode mudar a forma de questionar a diferencia como um fato dado, e realizar uma reflexão dialética entre diferentes trajetórias que possivelmente gerem encontros e desencontros.

Por exemplo, se no caso do artesanato brasileiro não aparecem diretamente os artesãos em sua totalidade, é possível entender que de forma objetiva e técnica o artesanal pode coincidir com o desenvolvimento da sociedade industrial em ofícios e ocupações integradas ao mercado urbano, por isso a importância de abrir a possibilidade de análise do trabalho artesanal integrado diretamente ao capital, e também em diferentes momentos de relação que não implicam propriamente sua subordinação formal e real. O encontro, neste caso, é que ao analisar as ocupações e ofícios manuais e de pequena empresa, é possível entender a capacidade latente de organização dos trabalhadores. Ao contrario, o desencontro se realiza pelas características de diferenciação social em costumes e práticas culturais que definem as agrupações ou associações.

### 2. 3. TRANSIÇÃO E SUBORDINAÇÃO DIRETA

Depois de uma compreensão geral das diferenciações históricas das trajetórias da institucionalização do trabalho artesanal, se requer de uma compreensão sistemática do que aparece como um conjunto de movimentos definidos pelas condições singulares de cada país ou região. Nesse sentido, a análise do processo em relação ao desenvolvimento do capital tem maior relevância entendendo que sua intervenção na organização da sociedade como modo de produção dominante atinge o significado e o movimento dessas trajetórias seja de uma forma *direta* ou *indireta*. Poderia pensar-se que como forma “pré-capitalista” não atinge a uma formação direta do trabalho artesanal e que este permanece alheio ao conjunto do mercado. Não obstante, é precisamente sua posição móvel e transicional o que permite reconhecer as entradas e saídas do modo dominante de produção e que pode permanecer como atividade de subordinação ou resistência dependendo da posição e situação no conjunto da produção.

Nesta parte do capítulo se analisa a relação de subordinação e transição direta ao capital, produto de um conjunto de relações que integram o modo de produção capitalista. Existe uma subordinação direta na medida em que o trabalho faz parte da relação capital e trabalho assalariado, é dizer, onde se realiza uma transformação das condições pretéritas de produção para chegar a uma situação e posição direta desse processo. Nesse sentido, se analisa a relação que ocorre nas mudanças institucionais. As mudanças neste processo concentram-se principalmente nos territórios de maior industrialização nos diferentes países, o que é significativo se se entende que este processo pode levar a uma compreensão do trabalho artesanal de forma geral (ver capítulo 3).

É notável que a forma de medição seja diferente nos países pelas trajetórias históricas já apresentadas, o que dificulta as possibilidades de gerar estudos comparativos diretos em suas partes; por isso, se apresenta uma primeira situação no Brasil, e logo se explica a estrutura do trabalho artesanal na França. Nas sínteses da seção se realiza uma análise conjunta dos países.

### 2. 3. 1. RESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO ARTESANAL NO BRASIL

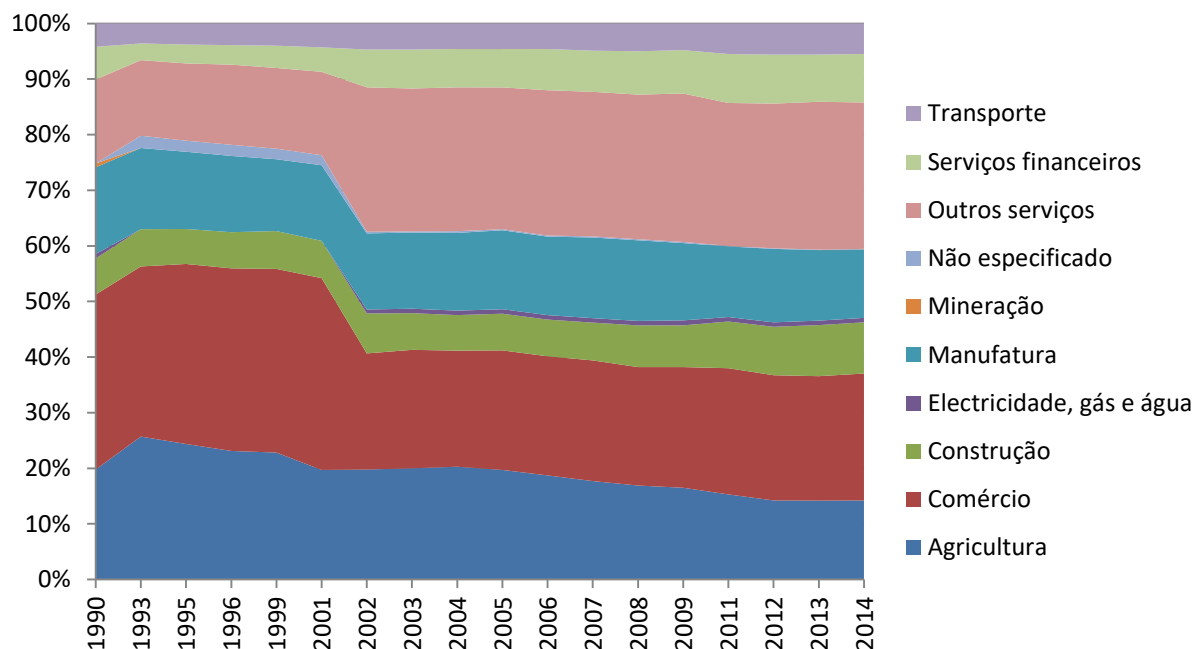
A compreensão do trabalho artesanal no Brasil pode apresentar-se na possibilidade de sua transformação como parte do mercado laboral em geral, o que faz repensar a ideia de que o campo artesanal deva ser medido e reconhecido só pela condição de artesãos, como produção cultural e artística. Nesse sentido, se apresentam dados descritivos do setor, sua relação com os demais setores, a correspondência com aspectos socioeconômicos e as condições do mercado. A finalidade é obter uma explicação da forma como se realiza uma integração ou subordinação direta do trabalho artesanal ao capital tendo em conta as condições político econômicas do país.

Para finais do século passado, o desenvolvimento da integração vertical ou subordinação do trabalho artesanal ao capital tem a pressão do desenvolvimento de meios de produção com maior tecnologia o que permite mudanças nas necessidades da população, o crescimento da população urbana, mudanças tecnológicas que convertem em obsoleta a habilidade laboral manual de fabricação e reparação, mudanças no crescimento de escolarização e profissionalização na estrutura de posições das ocupações, o desajuste entre níveis de escolarização e categorias da ocupação. Pode explicar-se isto pela dinâmica do capital na especialização de produção de maquinaria e meios tecnológicos que permitem a diminuição de trabalhadores necessários em relação inversa ao crescimento da população capacitada para trabalho, gerando desajustes das necessidades do capital frente às possibilidades de ocupação laboral dos trabalhadores (MARX, 2011, p. 645). A contradição trabalho e capital permite maiores deslocamentos após os anos oitenta, virando obsoletas habilidades e meios (ferramentas e maquinaria) nos setores produtivos de cada país frente às novas tecnologias de produção, organização e comunicação.

Assim, com a reestruturação do trabalho após os anos noventa (SOTELO, 2003), com o crescimento do setor serviços e à diminuição da indústria e o comércio (Gráfico 2.3), a situação econômica do país muda em função de novos padrões de produtividade que permitem a especialização do conhecimento e às habilidades requeridas para a integração no mercado laboral. A nova configuração do trabalho permite que exista uma maior preocupação pela integração de população vulnerável, o que produz a intervenção de políticas públicas culturais especialmente na atividade artesanal. Existe uma problemática na medição da atividade desde sua significação para organismos laborais e organismos culturais. Para as classificações das organizações laborais o

trabalho artesanal pode-se medir em função da integração vertical, pela ocupação de transformação.

**GRÁFICO 2.3. ESTRUTURA DA POPULAÇÃO OCUPADA POR SECTOR DA ATIVIDADE ECONÔMICA, BRASIL, 1990 – 2014.**



Dados: CEPAL, 1990 – 2014.

Elaborado pelo autor.

Para analisar as condições e mudanças que isto tem no trabalho artesanal, podem estudar-se as relações da posição ou situação dos trabalhadores na estrutura de ocupação da população. Para Brasil, em base aos dados da CEPAL, no transcurso dos últimos quinze anos apresenta-se pouca variação entre as categorias de ocupação; assim, entre os anos 1990 a 2014 existe uma maior quantidade de assalariados com uma meia de 57%, 26% para conta própria, 4% para empregadores, uma diminuição de familiares não remunerados com uma meia de 5%, e 7% para serviços domésticos.

Existe um crescimento no país do trabalhador autônomo ou conta própria pela condição de desestruturação do mercado laboral após os anos setenta (POCHMANN, 2012), o que obriga a uma mudança nas alternativas de integração ao mercado pela via individual. Nesse sentido o trabalho por conta própria ainda não supera em número a situação do trabalho assalariado no país, mas permite identificar que os movimentos da estrutura populacional no trabalho de



autoemprego com base no empreendedorismo adquirisse maior representatividade nos setores rurais frente aos urbanos, permitindo identificar como causa as mudanças políticas desde os anos noventa, principalmente na forte intervenção de geração de empregos de relativamente fácil integração ao mercado como é o trabalho artesanal.

Para o ano 2010, diante último censo demográfico pode analisar-se as características do trabalho artesanal como ocupação. Existe uma classificação das ocupações artesanais e de transformação agrupadas no grande grupo de “trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e de outros ofícios”. Esta classificação foi modificada, embora sua relação com a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO) da OIT (2008) esteja diretamente relacionada. Este grupo de ocupação tem um peso significativo na quantidade total de trabalhadores no país com 11,36 %, do total dos trabalhadores, é dizer aproximadamente mais de nove milhões de pessoas (Tabela 2.9).

**TABELA 2.9.** PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO (ANTIGA CLASSIFICAÇÃO) NO TRABALHO PRINCIPAL, BRASIL – 2010.

| <b>Grandes grupos de ocupação</b>                                                                     | <b>Valor</b>       | <b>%</b>   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|------------|
| Diretores e gerentes                                                                                  | 3380638,40         | 3,91       |
| Profissionais das ciências e intelectuais                                                             | 8494780,08         | 9,84       |
| Técnicos e profissionais de nível médio                                                               | 5528045,12         | 6,40       |
| Trabalhadores de apoio administrativo                                                                 | 6004563,48         | 6,95       |
| Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados.                                      | 14379353,73        | 16,65      |
| Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca.                           | 7390489,13         | 8,56       |
| Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios. | 9812945,23         | 11,36      |
| Operadores de instalações e máquinas e montadores                                                     | 6989494,53         | 8,09       |
| Ocupações elementares                                                                                 | 17377753,34        | 20,12      |
| Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares.                                          | 489111,54          | 0,57       |
| Ocupações mal definidas.                                                                              | 6506664,70         | 7,53       |
| <b>Total</b>                                                                                          | <b>86353839,30</b> | <b>100</b> |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2011). Elaborado pelo autor.

As mudanças na estrutura das atividades econômicas aumentam as ocupações de serviço, embora não diretamente as ocupações dos trabalhos qualificados, de operários e artesãos, o que mantém de forma hierárquica as posições e quantidade de trabalhadores inversamente proporcional aos recursos materiais, renda e formação profissional. Por exemplo, o nível de instrução na maior parte dos trabalhadores nesta posição é de 50,88% sem instrução e

fundamental incompleto e 22, 80% de fundamental completo e médio incompleto, o que representa uma quantidade significativa de trabalhadores com mínima instrução para o desenvolvimento das atividades de este grupo de ocupações (Tabela 2.10).

**TABELA 2.10.** TRABALHADORES QUALIFICADOS, OPERÁRIOS E ARTESÃOS DA CONSTRUÇÃO, DAS ARTES MECÂNICAS E OUTROS OFÍCIOS, POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO E POR GRUPOS DE HORAS HABITUALMENTE TRABALHADAS POR SEMANA NO TRABALHO PRINCIPAL, BRASIL - 2010.

| <b>Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios.</b> | <b>Total</b>       | <b>%</b>            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|---------------------|
| Total                                                                                                        | 9812945,23         | 100                 |
| <i>Nível de instrução</i>                                                                                    |                    |                     |
| Sem instrução e fundamental incompleto                                                                       | 4992568,90         | 50,88               |
| Fundamental completo e médio incompleto                                                                      | 2237321,33         | 22,80               |
| Médio completo e superior incompleto                                                                         | 2381562,73         | 24,27               |
| Superior completo                                                                                            | 164901,46          | 1,68                |
| Não determinado                                                                                              | 36590,81           | 0,37                |
| <i>Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal</i>                            |                    |                     |
| Até 14 horas                                                                                                 | 604955,48          | 6,16                |
| 15 a 29 horas                                                                                                | 368353,61          | 3,75                |
| 30 a 39 horas                                                                                                | 429698,84          | 4,38                |
| 40 a 44 horas                                                                                                | 5089556,47         | 51,87               |
| 45 a 48 horas                                                                                                | 1640403,77         | 16,72               |
| 49 horas ou mais                                                                                             | 1679977,06         | 17,12               |
|                                                                                                              | <b>Total Grupo</b> | <b>Total Brasil</b> |
| Valor do rendimento nominal médio mensal (R\$)                                                               | 972,08             | 1291,67             |
| Valor do rendimento nominal mediano mensal (R\$)                                                             | 800,00             | 700,00              |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010; trabalho e rendimento (2011, Tabelas: 1.1.16, 1.1.17 e 1.2.19). Elaborado pelo autor.

Junto com as ocupações elementares se trabalha mais no tempo de 40 a 48 horas, e 49 horas ou mais por semana. O que compartilha também com o grupo de serviços. Embora 51,87% dos trabalhadores não excedam 44 horas de trabalho semanais, 33,84% trabalham 45 horas ou mais, o que conforma uma situação de grande domínio sobre o tempo de trabalho. Comparado com o rendimento nominal médio no Brasil, é mais baixa a quantidade, e frente à mediana é mais alto. Quando se estabelece a média do conjunto se utilizam os dados no mesmo peso na divisão,

mas esta medida pode desvirtuar-se no grau desigual que o conjunto de trabalhadores recebe, poderia acontecer que seja menor o valor dos rendimentos da maioria de trabalhadores frente a um número pequeno de trabalhadores com alto rendimento, por isso a mediana permite que se observe uma maior frequência de trabalhadores que recebe rendimentos em maior valor que da mediana do país.

Tendo em conta os dados do número de trabalhadores, o nível de estudos de cada grande grupo de ocupação e o nível de rendimento médio mensal, é possível reconhecer o Indicador de Posição Social (IPS) em função do nível educativo e da renda (HAUSER; WARREN, 1996). Os dados do nível educativo ou Indicador Educativo (E) se encontram divididos em 5 intervalos de instrução os quais recebem um peso diferente (Sem instrução e fundamental incompleto - 1; fundamental completo e médio incompleto - 2; Médio completo e superior incompleto - 3; Superior completo - 4; e Não determinado - 0.) Com a finalidade de obter um valor posicional das ocupações em educação se realiza o seguinte cálculo:

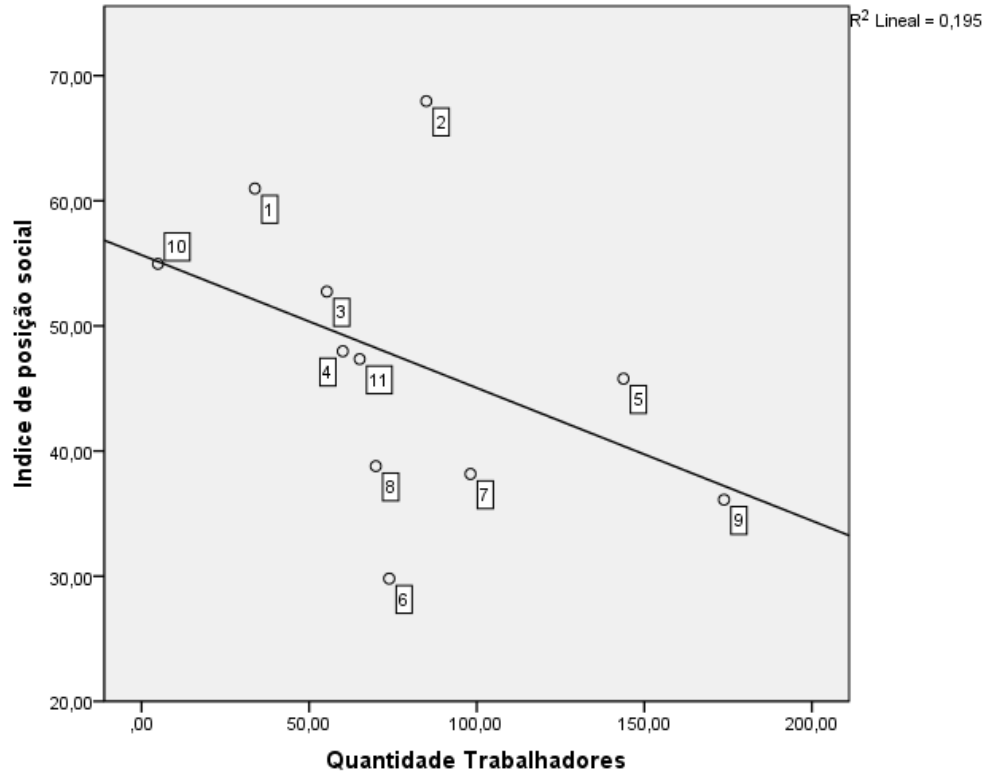
$$\gamma_1 = (\alpha * \tau) + \delta \quad (1)$$

$$E = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^{n=5} \gamma_1 \quad (2)$$

Na equação (1),  $\gamma_1$  faz referencia ao valor por grande grupo de ocupação resultado de  $(\alpha)$  que é a porcentagem do número de trabalhadores por nível educativo, multiplicado por  $(\tau)$  que é o peso dado a cada intervalo de instrução, de 0 a 5; e seu resultado é somado à porcentagem do número de trabalhadores por grande grupo ocupacional. Nessa medida se intenta obter o valor do Indicador Educativo (E) na equação (2) para indicar a posição do grande grupo com a média da somatória de cada valor do grande grupo ocupacional obtido em cada intervalo de instrução. Este indicador não se refere ao prestígio ou distinção social pelos valores culturais, senão ao grau objetivo de escolaridade unicamente. Utiliza-se o valor da *raiz quadrada* do rendimento médio mensal (R), na medida em que se intenta manter as diferenças proporcionais entre os grupos, e ao mesmo tempo gerar um peso numérico equivalente entre renda e educação. Assim, o valor IPS é a média da somatória de (E) e (R) de cada grande grupo ocupacional (n), representada na equação (3).

$$IPS_n = \frac{1}{2} \sum_{i=1} (E_n + R_n) \quad (3)$$

**GRÁFICO 2.4. POSIÇÃO SOCIAL E QUANTIDADE DE TRABALHADORES POR GRANDE GRUPO DE OCUPAÇÃO, BRASIL, 2010.<sup>36</sup>**



- |                                                    |                                                                                                                |                                                                        |
|----------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|
| <b>1</b> Diretores e gerentes                      | <b>5</b> Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados.                                      | <b>9</b> Ocupações elementares                                         |
| <b>2</b> Profissionais das ciências e intelectuais | <b>6</b> Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca.                           | <b>10</b> Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares. |
| <b>3</b> Técnicos e profissionais de nível médio   | <b>7</b> Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios. | <b>11</b> Ocupações mal definidas                                      |
| <b>4</b> Trabalhadores de apoio administrativo     | <b>8</b> Operadores de instalações e máquinas e montadores                                                     |                                                                        |

Fonte: Censo Demográfico, 2010.  
Elaborado pelo autor.

Nos resultados da posição social (Gráfico 2.4) se encontra uma tendência de melhor posição social dos grupos como um todo, como resultado principalmente do crescimento da educação no país, e como parte do desenvolvimento econômico desde o ano 2002, o que permitiu que os trabalhadores das diferentes ocupações tivessem melhor renda. Não obstante, a pendente negativa indica que os trabalhadores com menos IPS se encontram em maior número. Os

<sup>36</sup> Os valores da quantidade de trabalhadores se encontram em escala 1 : 100.000.

principais grupos de maior posição social se encontram os diretores e gerentes, os professores de ciência e intelectuais e os membros das forças armadas. Estes apresentam uma condição de maior renda e escolaridade, caracterizando-se principalmente o crescimento das profissões liberais ao realizar um ajuste equitativo de escolaridade e renda. Embora sem o ajuste, os níveis de renda do primeiro grupo som maiores quase 20 % no valor médio de renda.

O conjunto de técnicos profissionais de nível médio, trabalhadores de apoio administrativo e os trabalhadores dos serviços e comércio se encontra posicionado num índice relativamente médio, tendo eles uma relativa escolaridade homogênea, porém tem a diferença no nível de renda inferior, e a maior quantidade de trabalhadores no grande grupo dos comerciantes e trabalhadores de serviço. O grupo de “ocupações mal definidas” aparece associado a este conjunto. Não obstante, deve ter-se em conta sua heterogeneidade, que pode explicar-se pelo uso na análise da *média* de rendimento mensal (1673 reais) e não pela *mediana* (800 reais), o que expõe o alto grau de desigualdade, tendo maior semelhança assim na renda com os trabalhadores operários e de ocupações elementares.

O último grupo de “ocupações de trabalhadores qualificados, operários e artesãos” encontra-se associado aos operadores de maquinaria e aos trabalhadores de ocupações elementares, apresentando uma relativa homogeneidade no estudo básico, e diferenciando-se pela menor renda das ocupações elementares. Os operários de ocupações elementares encontram-se com um maior número de trabalhadores frente ao total das ocupações, o que permite identificar o grau de desigualdade entre trabalhadores entre poucos que possuem um alto grau de escolaridade e renda, e uma grande quantidade de pessoas com baixa escolaridade e renda. Ocupações com valor do rendimento nominal mediano mensal dos grupos 1 (2000 reais) e 2 (1500 reais), frente ao grupo 8 (550 reais), como referência de um salário mínimo mensal para o ano 2010 de 510 reais.

O trabalho de menor renda e escolaridade é constituído pelas ocupações agrícolas, e apresenta a dificuldade da relação entre a cidade e o campo como diferenças significativas no Brasil. Seu grau de escolaridade (32,43 %) é quase 20 pontos percentuais menores que a média de todas as ocupações (56,30 %), e seu rendimento nominal médio mensal similar ao grupo de ocupações elementares. Nesse sentido, embora sua diminuição seja progressiva desde os anos cinquenta, mantém a precariedade do trabalho agrícola e suas problemáticas territoriais.

Nessa medida se identifica que o trabalho artesanal pensado desde as ocupações do grupo 7, afirma sua condição de desigualdade escolar e econômica frente à estrutura geral de ocupações. É pertinente mencionar que este tipo de desigualdade social é um tipo de **desigualdade relativa** e estrutural entre grupos, o que pode diferenciar-se da **desigualdade absoluta**, medida pelo grau da satisfação das necessidades básicas. Nesse sentido a desigualdade relativa mede as características do poder, da propriedade e das capacidades sociais, a diferença da medida da desigualdade absoluta que se concentra no grau empírico e o grau melhor possível<sup>37</sup>. Não obstante, sua condição permanece ainda numa situação média, que pode considerar-se como trajetórias em transição da população, é dizer que pode conseguir transitar entre o trabalho independente e o assalariamento. Para uma melhor análise deve analisar-se também de forma interna o grupo.

Uma representação do grupo de ocupações de forma interna, na constituição de atividades laborais específicas pode contribuir ao melhor entendimento das características do trabalho artesanal. Tendo em conta que a informação mais detalhada sobre os dados do setor se encontra no Censo demográfico do ano 2010, neste documento se desagrega o grande grupo “trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e de outros ofícios” em cinco grupos: Trabalhadores qualificados e operários da construção exclusive eletricitistas (45,88 %); Trabalhadores qualificados e operários da metalurgia, da construção mecânica e afins (23,58 %); Artesãos e operários das artes gráficas (4,70 %); Trabalhadores especializados em eletricidade e eletrônica (7,22 %); Operários e oficiais de processamento de alimentos, da madeira, da confecção e afins (18,62 %). Estes grandes grupos se dividem em subgrupos principais, subgrupos e grupos de base (Tabela 2.11).

---

<sup>37</sup> “Conviene distinguir entre las desigualdades relativas a que han hecho referencia la mayoría de los sociólogos y la noción de las desigualdades absolutas que ha dado lugar al concepto de desarrollo humano. Las primeras hacen referencia a los recursos de poder, en términos de Wright: al capital, el conocimiento experto, la autoridad organizativa y el trabajo. Las segundas aluden a la satisfacción de las necesidades humanas básicas de supervivencia (esperanza de vida) y de autonomía”. (RAMBLA, 2003, p. 670)

**TABELA 2.11. TRABALHADORES QUALIFICADOS, OPERÁRIOS E ARTESÃOS DA CONSTRUÇÃO, DAS ARTES MECÂNICAS E OUTROS OFÍCIOS, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO OS GRANDES GRUPOS, OS SUBGRUPOS PRINCIPAIS, OS SUBGRUPOS E OS GRUPOS DE BASE DE OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL - BRASIL – 2010.**

| Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios. | Total            | Situação do domicílio |                |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|-----------------------|----------------|
|                                                                                                       |                  | Urbana                | Rural          |
|                                                                                                       |                  | Total                 | Total          |
| <b>Grande Grupo TOTAL</b>                                                                             | <b>9 812 945</b> | <b>9 180 132</b>      | <b>632 813</b> |
| Trabalhadores qualificados e operários da construção exclusive eletricitistas                         | 4 502 303        | 4 177 713             | 324 590        |
| <i>Trabalhadores da construção civil em obras estruturais</i>                                         | 3 459 761        | 3 176 079             | 283 682        |
| Construtores de casas                                                                                 | 106 255          | 99 790                | 6 465          |
| Pedreiros                                                                                             | 3 010 379        | 2 774 635             | 235 744        |
| Canteiros, cortadores e gravadores de pedras.                                                         | 39 114           | 32 823                | 6 291          |
| Trabalhadores em cimento e concreto armado                                                            | 14 880           | 13 684                | 1 196          |
| Carpinteiros                                                                                          | 270 627          | 238 149               | 32 478         |
| Outros trabalhadores qualificados da construção não classificados anteriormente                       | 18 506           | 16 997                | 1 508          |
| <i>Trabalhadores qualificados da construção (acabamento)</i>                                          | 357 368          | 339 154               | 18 215         |
| Telhadores                                                                                            | 7 968            | 7 789                 | 180            |
| Aplicadores de revestimentos cerâmicos, pastilhas, pedras e madeiras.                                 | 38 485           | 37 146                | 1 339          |
| Gesseiros                                                                                             | 81 581           | 76 421                | 5 159          |
| Instaladores de material isolante térmico e acústico                                                  | 9 655            | 8 975                 | 679            |
| Vidraceiros                                                                                           | 39 254           | 38 315                | 939            |
| Bombeiros e encanadores                                                                               | 151 967          | 142 621               | 9 346          |
| Mecânicos-instaladores de sistemas de refrigeração e climatização                                     | 28 459           | 27 887                | 572            |
| <i>Pintores, limpadores de fachadas e afins.</i>                                                      | 685 174          | 662 481               | 22 693         |
| Pintores e empapeladores                                                                              | 521 316          | 503 718               | 17 598         |
| Lustradores                                                                                           | 163 696          | 158 601               | 5 096          |
| Limpadores de fachadas                                                                                | 162              | 162                   | -              |
| Trabalhadores qualificados e operários da metalurgia, da construção mecânica e afins.                 | 2 313 748        | 2 209 368             | 104 380        |
| <i>Moldadores, soldadores, chapistas, caldeiros, montadores de estruturas metálicas e afins.</i>      | 788 605          | 755 224               | 33 381         |
| Moldadores de metal e macheiros                                                                       | 11 754           | 10 796                | 958            |
| Soldadores e oxicortadores                                                                            | 294 373          | 280 711               | 13 662         |
| Chapistas e caldeiros                                                                                 | 395 384          | 383 421               | 11 964         |
| Montadores de estruturas metálicas                                                                    | 85 673           | 78 926                | 6 747          |
| Aparelhadores e emendadores de cabos                                                                  | 1 420            | 1 371                 | 50             |
| <i>Ferreiros, ferramenteiros e afins.</i>                                                             | 270 467          | 261 694               | 8 773          |
| Ferreiros e forjadores                                                                                | 26 417           | 24 448                | 1 969          |
| Ferramenteiros e afins                                                                                | 39 315           | 38 440                | 875            |
| Reguladores e operadores de máquinas-ferramentas                                                      | 183 638          | 179 013               | 4 625          |
| Polidores de metais e afiadores de ferramentas                                                        | 21 096           | 19 793                | 1 304          |
| <i>Mecânicos e reparadores de máquinas</i>                                                            | 1 254 676        | 1 192 450             | 62 226         |
| Mecânicos e reparadores de veículos a motor                                                           | 871 291          | 829 584               | 41 707         |
| Mecânicos e reparadores de motores de avião                                                           | 11 385           | 11 256                | 129            |
| Mecânicos e reparadores de máquinas agrícolas e industriais                                           | 333 783          | 315 190               | 18 593         |
| Reparadores de bicicletas e afins                                                                     | 38 217           | 36 420                | 1 797          |
| Artesãos e operários das artes gráficas                                                               | 461 163          | 413 936               | 47 228         |
| <i>Artesãos</i>                                                                                       | 310 012          | 264 666               | 45 346         |
| Mecânicos e reparadores de instrumentos de precisão                                                   | 16 994           | 16 590                | 404            |
| Confeccionadores e afinadores de instrumentos musicais                                                | 2 035            | 2 007                 | 27             |
| Joalheiros e lapidadores de gemas, artesãos de metais preciosos e semipreciosos.                      | 31 330           | 30 316                | 1 015          |
| Ceramistas e afins (preparação e fabricação)                                                          | 86 218           | 60 716                | 25 501         |
| Cortadores, polidores, jateadores e gravadores de vidros e afins.                                     | 2 630            | 2 485                 | 145            |

Continua

## Conclusão

|                                                                                             | Total            | Urbana           | Rural          |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|----------------|
| Redatores de cartazes, pintores decorativos e gravadores.                                   | 13 034           | 12 665           | 369            |
| Artesãos de pedra, madeira, vime e materiais semelhantes.                                   | 89 778           | 80 655           | 9 122          |
| Artesãos de tecidos, couros e materiais semelhantes.                                        | 57 774           | 49 085           | 8 690          |
| Artesãos não classificados anteriormente                                                    | 10 219           | 10 146           | 74             |
| <i>Trabalhadores qualificados e operários das artes gráficas</i>                            | 151 151          | 149 270          | 1 881          |
| Trabalhadores da pré-impressão gráfica                                                      | 17 180           | 16 967           | 213            |
| Impressores                                                                                 | 108 290          | 106 965          | 1 325          |
| Encadernadores e afins                                                                      | 25 681           | 25 338           | 343            |
| <b>Trabalhadores especializados em eletricidade e eletrônica</b>                            | <b>708 303</b>   | <b>679 723</b>   | <b>28 580</b>  |
| <i>Instaladores e reparadores de equipamentos elétricos</i>                                 | 646 149          | 619 523          | 26 626         |
| Eletricistas de obras e afins                                                               | 242 052          | 230 887          | 11 165         |
| Mecânicos e ajustadores eletricistas                                                        | 364 314          | 350 996          | 13 318         |
| Instaladores e reparadores de linhas elétricas                                              | 39 782           | 37 640           | 2 142          |
| <i>Instaladores e reparadores de equipamentos eletrônicos e de telecomunicações</i>         | 62 155           | 60 201           | 1 954          |
| Mecânicos e reparadores em eletrônica                                                       | 26 510           | 25 507           | 1 003          |
| Instaladores e reparadores em tecnologias da informação e comunicações                      | 35 645           | 34 694           | 951            |
| <b>Operários e oficiais de processamento de alimentos, da madeira, da confecção e afins</b> | <b>1 827 427</b> | <b>1 699 392</b> | <b>128 035</b> |
| <i>Trabalhadores qualificados do processamento de alimentos e afins</i>                     | 940 309          | 864 465          | 75 843         |
| Magarefes e afins                                                                           | 362 923          | 336 299          | 26 624         |
| Padeiros, confeitadores e afins.                                                            | 499 751          | 473 462          | 26 289         |
| Trabalhadores da pasteurização do leite e fabricação de laticínios e afins                  | 29 970           | 15 950           | 14 020         |
| Trabalhadores da conservação de frutas, legumes e similares.                                | 32 502           | 25 730           | 6 772          |
| Trabalhadores da degustação e classificação de alimentos e bebidas                          | 7 892            | 7 164            | 728            |
| Trabalhadores qualificados da preparação do fumo e seus produtos                            | 7 271            | 5 860            | 1 411          |
| <i>Trabalhadores qualificados do tratamento da madeira, marceneiros e afins.</i>            | 413 959          | 390 087          | 23 872         |
| Trabalhadores de tratamento e preparação da madeira                                         | 1 302            | 1 085            | 218            |
| Marceneiros e afins                                                                         | 356 444          | 337 995          | 18 450         |
| Operadores de máquinas de lavar madeira                                                     | 56 212           | 51 008           | 5 205          |
| <i>Trabalhadores qualificados e operários da confecção de roupas, calçados e acessórios</i> | 305 180          | 286 753          | 18 426         |
| Alfaiates, modistas, chapeleiros e peleteiros.                                              | 17 799           | 17 247           | 552            |
| Trabalhadores qualificados da preparação da confecção de roupas                             | 39 227           | 38 027           | 1 200          |
| Costureiros, bordadeiros e afins.                                                           | 41 478           | 36 267           | 5 211          |
| Tapeceiros, colchoeiros e afins.                                                            | 59 274           | 57 335           | 1 939          |
| Trabalhadores qualificados do tratamento de couros e peles                                  | 11 329           | 10 458           | 870            |
| Sapateiros e afins                                                                          | 136 073          | 127 419          | 8 654          |
| <i>Outros trabalhadores qualificados e operários da indústria e do artesanato</i>           | 167 980          | 158 086          | 9 894          |
| Trabalhadores subaquáticos                                                                  | 2 308            | 2 152            | 156            |
| Dinamitadores e detonadores                                                                 | 3 004            | 2 244            | 760            |
| Classificadores e provadores de produtos (exceto de bebidas e alimentos)                    | 142 882          | 137 550          | 5 332          |
| Fumigadores e outros controladores de pragas e ervas daninhas.                              | 14 067           | 10 499           | 3 567          |
| Outros trabalhadores qualificados da indústria e do artesanato não classificados anterior.  | 5 720            | 5 642            | 78             |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaboração do autor.

A primeira referencia é que **a medição se contempla numa classificação das categorias internacionais de trabalho artesanal e de operários, que pode integrar trabalhadores que não precisamente são reconhecidos como artesãos dentro do país (divisão simbólica), embora sua atividade possa ser considerada como artesanal desde uma divisão social e técnica do trabalho.** A categoria de artesãos é incluída dentro do grande grupo, e se especificarão suas características mais na frente. Por enquanto pode observar-se que o peso dos



artesãos (4,70%) é o menor dos demais subgrupos principais, tendo que reconhecer que os dados se encontram limitados pela condição técnica e não são avaliadas suas características culturais e locais de produção.

Os trabalhadores do primeiro subgrupo principal, de construção, possuem a maior quantidade de trabalhadores (45,88 %), em especial os trabalhadores de construção civil como os pedreiros, carpinteiros e construtores de casas. O maior número de trabalhadores se encontra na construção civil, logo no subgrupo de pintores e limpadores e, por ultimo, trabalhadores da construção especializados em acabamento. A participação na estrutura econômica do país é importante, pois se encontra articulada aos processos de crescimento populacional e constitui uma atividade de grande necessidade na área de habitação e qualidade de vida. Por isso, se apresenta como parte de um setor de necessidades básicas para o crescimento do mercado.

Da mesma forma, os trabalhadores qualificados e operários da metalurgia, podem considerar-se com peso significativo no total das atividades, pois se encontram articulados diretamente à indústria, e sua posição permite uma maior integração e subordinação direta com as atividades de produção de bens de produção. Nesse sentido, as atividades participam dos setores de maior produtividade, em especial no subgrupo de Mecânicos e reparadores de máquinas, onde se integram a setores de produção industrial como o setor automobilístico e de aviação, permitindo concentrar mais da metade deste subgrupo principal.

Os trabalhadores em alimentos, da madeira, da confecção, constitui outro subgrupo principal com peso significativo, Embora não se possam identificar diretamente as atividades como pertencentes a um núcleo ou eixo comum, e preciso reconhecer seu peso individualmente. Os trabalhadores de alimentos, que compõem mais da metade deste subgrupo, são constituídos pelos trabalhos de magarefes, padeiros, confeitários, entre outros com peso significativo na produção de bens de consumo, identificando assim uma faixa da população que, embora não se reconheça diretamente como “artesão” ou “artesã”, possa integrar o conjunto de trabalhadores artesanais ou que requerem de habilidade técnica e manual para sua produção.

Os trabalhadores de madeira e de confecção de roupa ainda mantem um peso significativo, tendo em conta que as ocupações de base como marceneiros e sapateiros constituem o peso mais importante dentro desses subgrupos, respectivamente. É importante

reconhecer, por exemplo, que a atividade de confecção de roupas não aparece aqui como uma atividade representativa, o que pode contrastar com a reflexão sobre o artesanato. Esta problemática vai permitir entender as mudanças que na classificação atual das ocupações de trabalhadores do artesanato no Brasil vai encontrar-se, mudando significativamente os pesos de representação.

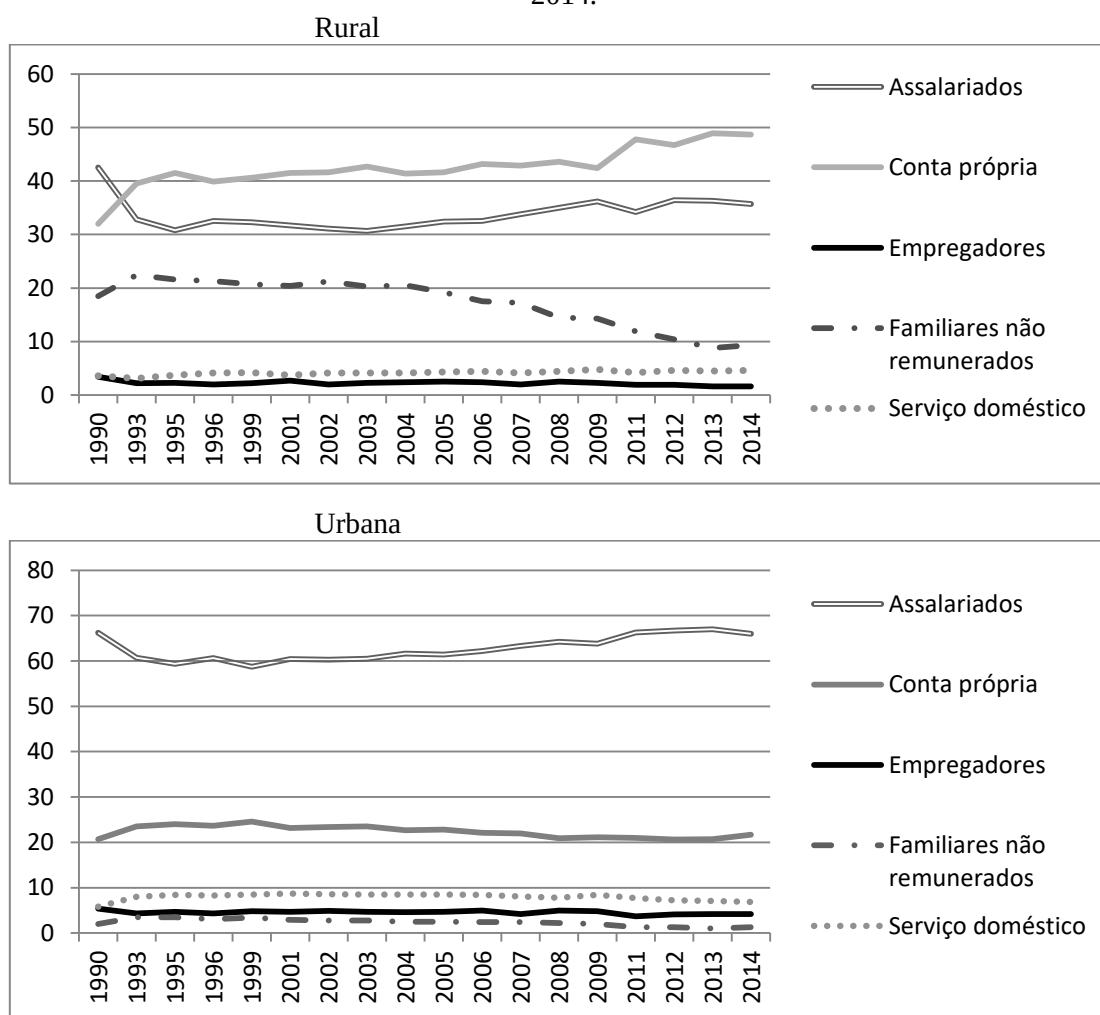
Por último, os trabalhadores em eletricidade e eletrônica. Seu peso é menor que o subgrupo de alimentos, e se concentra seu número nos trabalhos de instalação e reparação elétrica. Integrados igualmente às indústrias de produção de bens de produção, é dizer, atividades do setor que permite a produção de capital fixo. Nesse sentido sua diferença com outras atividades artesanais é clara, pois ao existir uma produção de objetos ou realização de serviços que terminam por reproduzir ou ampliar os meios de produção elétrica e eletrônica, na medida em que aumenta o tempo de uso do capital fixo, como os aparelhos elétricos, e trabalha na expansão de aparelhos eletrônicos para os serviços de telecomunicações.

Assim, de forma geral, o trabalho artesanal encontra-se relacionado diretamente com os diferentes setores capitalistas de produção, o setor de produção de bens de consumo e produção de bens de produção. Considerado desde uma forma puramente técnica no Brasil, o trabalho artesanal não se encontra unicamente na realização de obras artísticas ou de valor de uso cultural, senão que se apresenta uma série de atividades que permanecem cotidianamente reconhecidas em função de seu ofício e atividade, e não como uma pertinência a um grupo específico ou subclasse social, como poderia ser o que se entende por trabalho artesanal no sentido amplo da classificação.

Também, é notável que não se exponha um peso significativo do número de trabalhadores em zonas rurais, pois só 6,45 % das pessoas nestas ocupações se encontram em condições de domicílio rural. **Nesta situação de análise da divisão técnica, o trabalho artesanal não é propriamente rural**, ou não dependeria diretamente dos trabalhadores rurais, como atividade de autoconsumo ou de subsistência, senão que se encontra integrado ao trabalho das cidades, onde reside a maior parte da população do país, mais de 80% (Ver Subcapítulo 3.1.2). Aqui, deve ser clara a especificidade como tendência da **amostra** do censo para os artesãos no Brasil, pois não se quer dizer que o artesanato seja concentrado principalmente nas cidades, mas que na medida em que as atividades técnicas dependentes da industrialização se desenvolvem, apresentam-se

principalmente o trabalho artesanal nas regiões urbanas. Embora a quantidade seja mínima frente ao total das atividades, a situação das mudanças das posições dentro das ocupações na região rural é diferente. Os assalariados constituem a maior parte da condição dos trabalhadores nas regiões urbanas, embora nas regiões rurais, os trabalhadores por conta própria se encontrem em crescimento desde a década passada, o que diferencia as condições do trabalho pela posição espacial. O número de empregadores e trabalhadores domésticos permanece estável, sendo menor das outras categorias. Também é notável que os familiares não remunerados diminuam conforme aumentam os trabalhadores de conta própria nas zonas rurais, o que identifica mudanças na composição da economia familiar e sua inclusão no mercado como independentes ou assalariados (Figura 2.3).

**FIGURA 2.3. ESTRUTURA DA POPULAÇÃO OCUPADA RURAL E URBANA, BRASIL, 1990 - 2014.**



Dados: CEPAL, 1990 – 2014. (CEPALSTAT)

Elaborado pelo autor.

As condições econômicas de reestruturação das ocupações do trabalho artesanal se articulam a transformações do setor e das necessidades de transformação da população, como o forte crescimento da população urbana e das condições de transição das ocupações na posição de independentes e assalariados, formando um conjunto de trabalhadores que se ajusta às mudanças econômicas e cíclicas do capitalismo. Em especial ao ter em conta que os trabalhadores independentes ou conta própria aparecem principalmente no exercício de atividades de comércio e reparação, indicando a importância das transformações no trabalho artesanal na população rural e urbana.

A condição de subordinação da produção artesanal ao capital é constantemente renovada pelas transformações tecnológicas e da divisão do trabalho internacional, assegurando que uma parte da população permaneça em condições de trabalho artesanal, que não precisam de um trabalho técnico especializado e maquinarias complexas, senão que sua função se realiza em relação às condições da estrutura econômica geral do país, o que se pode entender na situação das mudanças da atividade industrial e da produção baseada em serviços e comércio (PAULI, NAKABASHI; SAMPAIO, 2012), a quantidade cada vez mais desigual de escolaridade nas profissões (FERNANDES; 2001), a possibilidade de pequenos empreendimentos de manufatura com pouca inversão, a mobilidade de trabalhadores assalariados a trabalhadores independentes ou conta própria (SANTOS; KREIN; CALIXTRE, 2012).

De forma geral, o trabalho artesanal conserva sua condição de produção de bens e serviços de baixa tecnologia e de atividade realizada de forma individual ou por pequenos grupos. A problemática sobre se a classificação possa, ou não, derivar das identidades de artesãos ou empresas artesanais pode considerar-se como uma problemática pelas subjetividades que conformam cada ocupação e atividade de forma local ou individual, é fundamentalmente a problemática sobre a relação entre a divisão simbólica, social e técnica do trabalho artesanal, por enquanto o que interessa nesta apresentação é demonstrar que as condições do trabalho artesanal como atividade técnica e social se reproduz no desenvolvimento próprio do capitalismo, e faz parte das condições de produção atual no Brasil.

### 2. 3. 2. EMPRESAS ARTESANAIS E PRODUÇÃO NA FRANÇA.

As mudanças históricas do setor artesanal na França são parte de vários ciclos de transformações que oferecem uma imagem dinâmica do trabalho artesanal, e que se articula à estrutura geral da economia do país, em especial nos ciclos de crise do capitalismo. É notável que uma tendência atual ao crescimento das empresas artesanais tenha que ver com a possibilidade que oferece o mercado para pequenas inversões em empreendimentos tanto para assalariados como para empregadores, o que constitui um cenário de mobilidade estrutural importante e de fortalecimento atual do setor como trajetória histórica econômica da população de produtores independentes ou pequenos associados e empregadores (BOUTELLIER, FOURNIER e PERRIN, 2015).

As microempresas constituem a maior parte das empresas na França, e atualmente possuem a capacidade de organização do conjunto das atividades econômicas, especialmente após a crise de 2008, está possibilidade vai contra a ideia de uma tendência à projeção de grandes empresas assalariadas de multinacionais no conjunto da população, passando da produção industrial fordista, a uma condição de produção toyotista,<sup>38</sup> onde a condição de produção se encontra, já não na relação de assalariado e empregador, senão que na função de uma “produção enxuta” o trabalhador se encontre na posição de ser seu próprio empregador, na possibilidade de produzir dentro de novas ferramentas e acessibilidade a tecnologias e técnicas de gerenciamento, tanto como produtor individual como para o pequeno empregador. Parte da problemática da produção desde uma escala pequena reproduz as problemáticas que afronta o trabalho artesanal no capitalismo.

Nesse sentido, a situação do trabalho artesanal na França pode pensar-se como parte de uma continuidade das mutações que o setor sofre na medida em que se integra ao desenvolvimento do capital, pois é precisamente em função de sua subordinação direta como se entende as capacidades e condições que os pequenos produtores conseguem para reformar sua

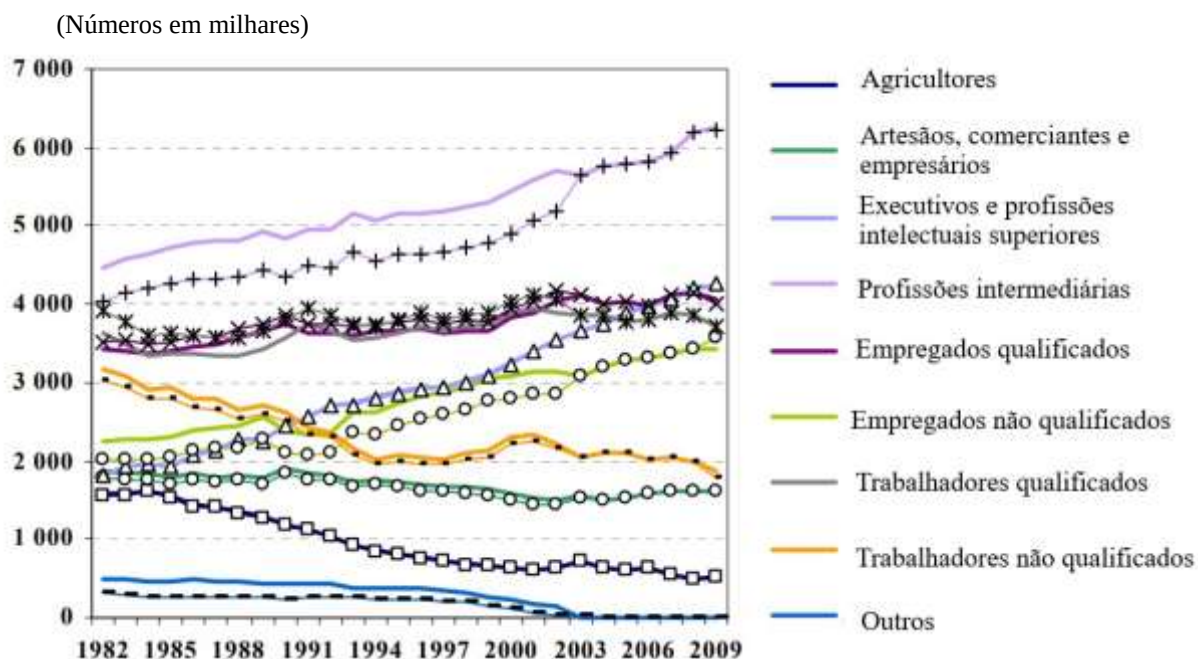
---

<sup>38</sup> “Portanto, como exemplo de *toyotismo* podemos salientar os mais diversos tipos de Programas de Gerenciamento pela Qualidade Total, a busca da produção *just-in-time*, a utilização do *kan-ban*, as novas formas de pagamento e de remuneração flexível, a *terceirização* capaz de instaurar uma “produção enxuta” e constituir em torno da firma central (e empresa em rede), uma complexa rede de empreendimentos subcontratados; a organização da produção em grupos de trabalho (*team work*), as novas *técnicas de manipulação gerencial* que cobiçam os valores dos colaboradores, suas crenças, sua interioridade e sua personalidade, etc.” (ALVES, 2007, p. 159)

situação no mercado nacional e internacional. Nessa medida, se procura descrever as particularidades do setor artesanal francês, tanto em sua relação externa com a estrutura econômica como com sua constituição interna, obtendo características de comparação com o país sul-americano. A finalidade é obter uma explicação da forma como se realiza uma integração ou subordinação direta do trabalho artesanal ao capital tendo em conta as condições político econômicas do país.

A medida e projeção das mudanças da estrutura econômica pela atividade e o emprego vem acompanhada dos ajustes das classificações tanto nos anos 2003 e 2009 ao nível nacional (LE RU, 2011), o que dificulta uma perspectiva na avaliação dos dados do emprego do INSEE por ofício e atividade econômica. Nicolas Le Ru (2011, p. 9) apresenta um ajuste das cifras de emprego por ofício que pode ser de utilidade para perceber as mudanças estruturais das ocupações dos trabalhadores franceses. Em especial, as ocupações desde sua trajetória nos últimos 30 anos para poder dimensionar as características de sua transformação.

**GRÁFICO 2.5. COMPARAÇÃO DE SÉRIE LONGA E SÉRIE DE PESQUISA DE EMPREGO. EMPREGO PELO GRUPO SÓCIO PROFISSIONAL.**



Fonte: LE RU (2011, p. 9) As séries em linhas sólidas são de séries longas publicadas pelo INSEE, as que foram marcadas por símbolos foram obtidas diretamente das pesquisas de Emprego.

As ocupações apresentadas fazem parte da *Nomenclature des Professions et Catégories Socioprofessionnelles – PCS*, do ano 2003, que classifica em 7 grupos principais. As ocupações de maior crescimento e número são as profissões intermédias ou intermediárias. É uma categoria bastante ampla que define trabalhadores executivos, funcionários, e profissões de saúde, educação e trabalho social entre outras. O sólido crescimento dos serviços e dos mandos administrativos é evidente na economia do país. Junto a este grupo maioritário se encontram os operários e empregados ou funcionários qualificados - operários (*Ouvriers*) são trabalhadores manuais (produção de objetos materiais) e os empregados (*Employés*) são trabalhadores de serviço -. Os primeiros, operários ou trabalhadores qualificados, incluem apenas assalariados, divididos em trabalhadores especializados de tipo industrial, trabalhadores especializados de tipo artesanal, motoristas e trabalhadores qualificados na reparação, armazenamento e transporte.

Os funcionários ou empregados qualificados, também possuem uma difícil classificação, pois são ocupações heterogêneas que se diferenciam mais pela atividade de serviço e apoio administrativo, como secretarias, trabalhadores de oficina, agentes hospitalares, entre outros. A dificuldade da medição radica na disparidade dos ofícios, mas sua posição na estrutura por escolaridade renda e reconhecimento caracteriza uma diferencia entre eles e os empregados superiores e operários. Operários e funcionários qualificados mantiveram uma relativa estabilidade em sua quantidade frente aos demais empregos, o que pode contar-se como ocupações e trabalhos sem limites definidos claramente, o que também permite uma relativa estabilidade no número e uma mudança interna de trabalhadores.

O conjunto de executivos e profissões intelectuais superiores tem um aumento significativo desde os anos oitenta, superando em número a empregados e trabalhadores qualificados. Este grupo contempla professores assalariados e profissões científicas que aplicam diretamente conhecimentos muito detalhados nos campos das ciências exatas ou humanas para atividades de interesse geral em pesquisa, ensino ou saúde; também profissionais de artes, executivos administrativos e comerciais, engenheiros e executivos técnicos, entre outros. O aumento nas condições de formação superior e das mudanças geracionais pode permitir um aumento significativo da população neste grupo.

A diferença dos trabalhadores qualificados existe uma divergência entre operários e empregados não qualificados. Os trabalhadores ou operários não qualificados são aquelas pessoas

que não precisam de formação especializada na profissão ou ocupação seja de tipo industrial ou artesanal, e também sua renda é menor comparada com as demais ocupações. Embora o aumento de funcionários e empregados aumente, seu crescimento pode definir-se em função da atividade de comércio e serviços, o que identifica sua divergência fundamental com os trabalhadores manuais ou operários não qualificados. O grupo de trabalhadores na agricultura vai diminuindo nos últimos anos, o que pode tomar-se como uma tendência generalizada.

O grupo de artesãos, comerciantes e empresários independentes, apresenta uma relativa estabilidade no número de trabalhadores desde os anos oitenta. Este grupo é categorizado por ser conformado por trabalhadores por conta própria ou que empregam a um grupo pequeno de trabalhadores, e que possuem capital econômico independente, e onde o trabalho manual é importante para a realização da atividade produtiva. Para os artesãos, o número máximo de empregados é de 9 pessoas, o mesmo para os pequenos empresários, que podem contratar máximo 9 trabalhadores nas áreas de saúde, educação, administração, etc. Como conjunto de trabalhadores com características de autônomos, a situação não apresenta uma mudança frente aos demais grupos que compõem as atividades da estrutura econômica do país. Não obstante, é necessário reconhecer as condições próprias de cada setor econômico (Tabela 2.12).

Com uma média de 25.727.000 trabalhadores nos diferentes setores de atividade econômica entre os anos 2009 e 2014, onde o maior número de trabalhadores se encontra no setor terciário, com 75,3% em média, em diferentes atividades que se encontram como comércio, transporte, atividades financeiras e imobiliárias, entre outras. Não obstante o maior número dentro da atividade de serviços é o de administração pública, educação, saúde humana e trabalho social (30,35 %), o que se corresponde com as características do crescimento das ocupações nos últimos 30 anos. Os dados apresentam maior aumento entre o primeiro e último ano (31,88 milhões de trabalhos) e um desvio padrão relativamente maior que os demais setores (0,6377). É notável que esse setor econômico esteja em crescimento por causa do grupo de serviços de administração pública e educação, ao contrário da relativa queda em comércio, atividades financeiras, entre outras.



**TABELA 2.12.** SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA POR MÉDIA, DESVIO PADRÃO E DIFERENÇA, FRANÇA, ANOS 2009 A 2014.

| SETOR DE ATIVIDADE                                                   | $\bar{X}$   | $\sigma$      | $\Delta$ |
|----------------------------------------------------------------------|-------------|---------------|----------|
| <b>Agricultura, silvicultura e pesca.</b>                            | <b>2,85</b> | <b>0,0632</b> | -2,15    |
| <b>Indústria</b>                                                     | <b>14,3</b> | <b>0,3502</b> | -18,44   |
| Ind. Extrativa, energia, água, gestão de resíduos e descontaminação. | 1,55        | 0,1095        | 2,81     |
| Fabricação de alimentos, bebidas e produtos a base de tabaco.        | 2,4         | 0,0837        | -4,79    |
| Coque e refinado                                                     | 0,05        | 0,0548        | -2,57    |
| Fabricação de equipamento elétrico, eletrônico e informático.        | 1,95        | 0,1169        | -7,43    |
| Fabricação de equipamentos de transporte                             | 1,7         | 0,0816        | -4,89    |
| Fabricação de outros produtos industriais                            | 6,65        | 0,1366        | -6,72    |
| <b>Construção</b>                                                    | <b>6,8</b>  | <b>0,1722</b> | -9,27    |
| <b>Setor terciário</b>                                               | <b>75,3</b> | <b>0,6377</b> | 31,88    |
| Comercio, reparação de veículos motorizados e motocicletas.          | 13          | 0,2733        | -3,20    |
| Transporte e armazenagem                                             | 5,35        | 0,2098        | 8,52     |
| Alojamento e restauração                                             | 3,5         | 0,1366        | 0,53     |
| Informação e comunicação                                             | 2,8         | 0,0816        | 0,42     |
| Atividades financeiras e de seguros                                  | 3,35        | 0,0408        | -2,07    |
| Atividades imobiliárias                                              | 1,4         | 0,1673        | 10,50    |
| Atividades científicas e técnicas; serviços adm. e suporte           | 9,65        | 0,6892        | -6,27    |
| Administração pública, educação, saúde humana e trabalho social      | 30,35       | 0,5193        | 38,00    |
| Outras atividades de serviço                                         | 5,95        | 0,3847        | -17,12   |
| <b>Atividade indeterminada</b>                                       | <b>0,7</b>  | <b>0,2563</b> | 15,54    |

Fonte: INSEE, enquêtes Emploi, Tableaux de l'Économie Française, 2010, 2012, 2014. ( $\bar{X}$ ): é a média do valor dos anos 2009 a 2014. ( $\sigma$ ): é o desvio padrão. ( $\Delta$ ): é a diferença do valor (em milhares) entre o ano 2009 e 2014. Elaborado pelo autor.

O segundo grupo em importância numérica é a indústria, embora sua projeção em geral seja de decréscimo nas diferentes atividades econômicas que o compõem, como a fabricação de alimentos, a fabricação de produtos eletrônicos e a fabricação de equipamento para transporte. Não obstante, conhecendo que esta tendência é relativamente mínima no período de 6 anos, o importante é que permite evidenciar a estrutura econômica de forma geral para poder entender a significativa diferença entre o setor industrial e de serviços, e que neste caso não existe um grupo industrial de relativo peso maior que permita identificar um grau de especialização da produção ao contrário do setor de serviços.

Os setores de agricultura e construção apresentam uma pequena presença numérica, não alcançando 10 % do total de trabalhadores nas diferentes atividades econômicas do país. Frente às tendências das ocupações, a quantidade permanece nesses anos com pouca variação. Essa

estrutura permite definir o espaço sobre o qual o trabalho artesanal se relaciona com as demais atividades e logra definir o tamanho frente a sua composição geral. Nessa medida pode compreender-se a posição externa e entender sua configuração interna tendo em conta que as empresas artesanais na França se encontram localizadas em diferentes setores econômicos.

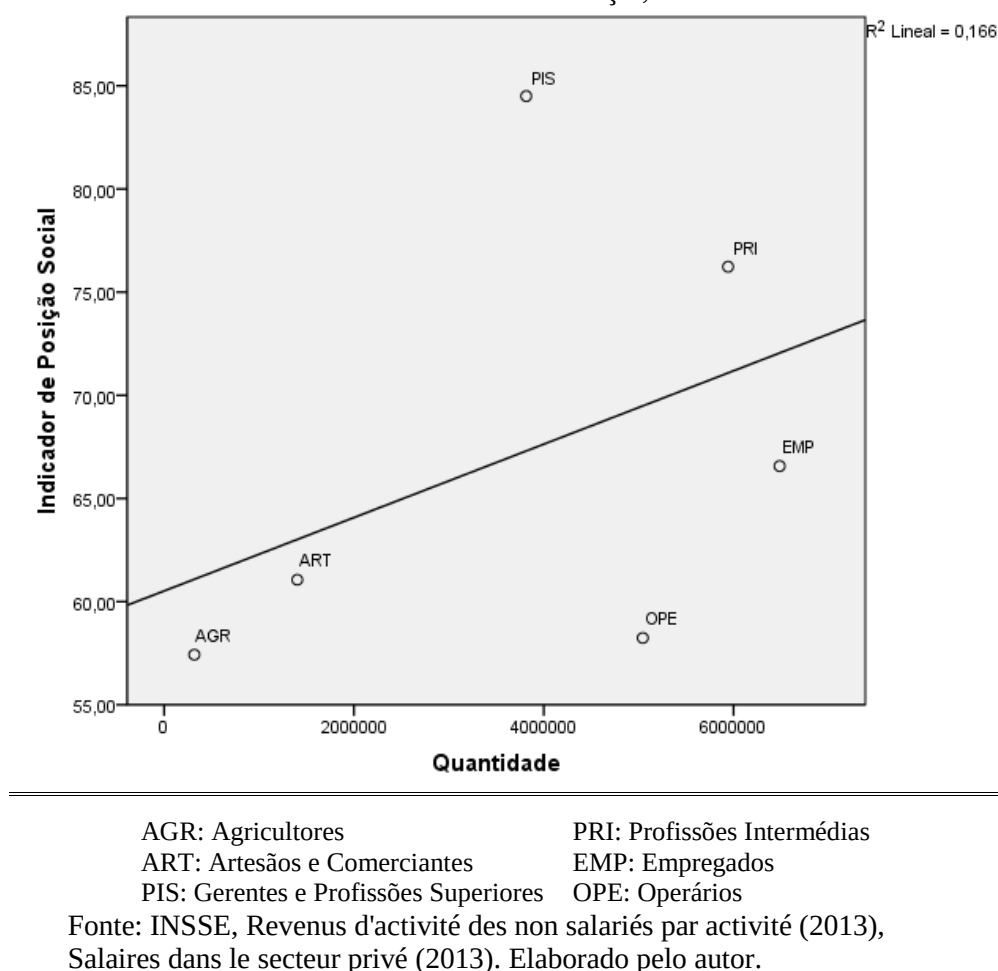
Tendo em conta as condições de cada atividade econômica, o número de trabalhadores, o nível de estudos e de renda ou salário médio mensal por atividade, é possível reconhecer o Indicador de Posição Social (IPS), em função do nível educativo e da renda (HAUSER e WARREN, 1996). Da mesma forma que no caso de Brasil, para avaliar o Indicador Educativo (E) se encontram divididos em 4 intervalos de escolaridade, os quais recebem um peso diferente. (Nível 1, *Diplôme national du brevet* - DNB ou ensino básico e fundamental; Nível 2, *Certificat d'aptitude professionnelle* - CAP ou ensino ocupacional; Nível 3, *Diplôme de niveau Baccalauréat*, bacharelado técnico ou em geral; Nível 4, *Diplôme d'études supérieures* ou educação superior) As equações (1) e (2) utilizadas anteriormente se ajustam ao número de intervalos.

Utiliza-se o valor da *raiz quadrada* do rendimento e salário médio mensal (R), na medida em que se intenta manter as diferenças proporcionais entre os grupos, e ao mesmo tempo gerar um peso numérico equivalente entre renda e educação. Os dados de renda se especificam para não-assalariados nos grupos de agricultores, e também do grupo de artesãos e comerciantes, é são dados que se encontram diferenciados nas bases de dados do INSSE, *Revenus d'activité des non salariés par activité* (2013), onde a renda mensal se define pelo conjunto de atividades de trabalhadores independentes ou por conta própria. Os dados das atividades assalariadas (Gerentes ou Profissões superiores, Profissões intermedias, Empregados e Operários) se encontram em INSSE, *Salaires dans le secteur privé* (2013) Assim, o valor IPS é a média da somatória de (E) e (R) de cada atividade econômica ( $n$ ), representada na equação (3).

A primeira característica é que a pendente da línea de tendência tem inclinação positiva (Gráfico 2.6), o que significa que existe maior número de trabalhadores em atividades com maior posição social, é dizer indicadores educativos e de renda, o que apresenta uma diferença com Brasil, embora a quantidade dos trabalhadores seja menor no país europeu. Nesse sentido, se encontra que os agricultores e o grupo de artesãos compartilham uma posição de baixa quantidade e baixa posição social, medida pelo valor em anos de escolaridade e renda, o que pode ser diferente

com valores de prestígio subjetivo e de reconhecimento representativo por diferentes regiões. Como são medidas da média é preciso aclarar que se especificam valores que podem ser medidos no conjunto da população.

**GRÁFICO 2.6. POSIÇÃO SOCIAL E QUANTIDADE DE TRABALHADORES POR ATIVIDADE ECONÔMICA NA FRANÇA, 2013.**



O grupo de operários e empregados, que consiste na quantidade de trabalhadores manuais e de serviços, respectivamente, se encontra em maior quantidade, mas que se distanciam pouco da posição social do grupo de agricultores e artesãos, em especial os operários. É notável que exista uma maior parte de atividades em serviço, correspondendo com a quantidade observada anteriormente, o que identifica também uma condição maior de produção na indústria dos serviços sobre a indústria manufatureira.

De forma contrária aos outros grupos se apresentam o grupo de profissões superiores e intermédias, que se constituem com uma grande separação das demais atividades, especialmente

de profissões superiores e gerencia que apresenta uma alta posição social pela renda e pelo grau de escolaridade, significativamente maior que os outros. Embora o grupo com uma relativa melhor posição social e com uma relativa alta quantidade de trabalhadores assalariados principalmente é o de profissões intermédias, sendo mais significativo o número, compartilhando o grau de representatividade econômica com os empregados ou assalariados de serviços.

Não obstante, para compreender melhor a condição da produção artesanal no país, é preciso reconhecer a classificação das atividades diversificadas em diferentes atividades de produção de bens e serviços. Assim, a situação das empresas artesanais no período dos anos 2009 a 2014 responde de forma distinta a cada setor de atividade e pela ocupação, isso se constata no crescimento que tem nas distintas atividades que conformam o grupo, como o representa a Tabela 2.13, onde se apresentam os dados das empresas e sua forma particular de variação.

Tendo em conta as diferentes mudanças estruturais é possível fazer uma relação da condição interna das empresas artesanais. Pode analisar-se que nas empresas artesanais, no setor da indústria, existe aumento progressivo nos anos da amostra, o que identifica sua relação com o setor industrial em geral, além de apresentar a maior variação medida pelo desvio padrão, que é o mais alto dos diferentes setores. A maior variação negativa se apresenta na fabricação de máquinas e equipamentos. O relativo crescimento de 17 mil empresas entre os anos 2009 e 2014 pode contrastar-se com a diminuição progressiva de sua proporção frente ao total das empresas artesanais cada ano.

O setor da construção apresenta uma relativa estabilidade na proporção frente ao total de empresas cada ano com média de 39,35 % e desvio padrão de 0,297, embora seu aumento real supere as 90 mil empresas, sendo o setor com maior crescimento frente aos outros, confirmando o maior poder econômico do setor artesanal. Outro setor de maior crescimento é o de atividades de serviços administrativos com mais de 26 mil empresas, além de ter um aumento na proporção do total por ano, relacionando-se isto com o conjunto de atividades do setor administrativo na estrutura econômica do país.

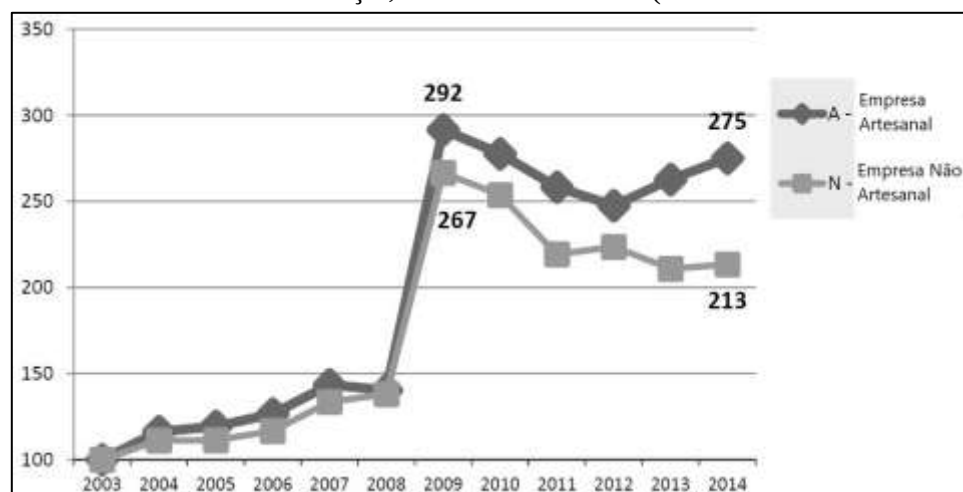
**TABELA 2.13. EMPRESAS ARTESANAIS NA FRANÇA POR MÉDIA, DESVIO PADRÃO E DIFERENÇA NOS ANOS 2009 A 2014.**

| EMPRESAS ARTESANAIS                                                                  | 2009           | 2010             | 2011             | 2012             | 2013             | 2014             | $\bar{X}$        | $\sigma$ | $\Delta$       |
|--------------------------------------------------------------------------------------|----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|----------|----------------|
| Indústria                                                                            | 17,48          | 16,67            | 16,03            | 15,84            | 15,71            | 15,23            | 16,16            | 0,798    | 17,08          |
| <i>incluindo:</i>                                                                    |                |                  |                  |                  |                  |                  |                  |          |                |
| <i>Fabricação de alimentos, bebidas e produtos de tabaco.</i>                        | 5,16           | 4,80             | 4,54             | 4,43             | 4,39             | 4,13             | 4,58             | 0,358    | 0,62           |
| <i>Fabricação de têxteis, indústrias de vestuário, indústria de couro e calçados</i> | 1,23           | 1,27             | 1,28             | 1,30             | 1,31             | 1,37             | 1,30             | 0,046    | 4,82           |
| <i>Indústria de madeira, papel e impressão.</i>                                      | 1,98           | 1,88             | 1,78             | 1,76             | 1,73             | 1,69             | 1,80             | 0,108    | 1,48           |
| <i>Fabricação de produtos de borracha e plástico</i>                                 | 1,00           | 0,95             | 0,90             | 0,88             | 0,87             | 0,83             | 0,91             | 0,062    | 0,43           |
| <i>Metalurgia e fabricação de produtos metálicos</i>                                 | 1,59           | 1,50             | 1,45             | 1,46             | 1,47             | 1,42             | 1,48             | 0,060    | 1,93           |
| <i>Fabricação de máquinas e equipamentos.</i>                                        | 0,54           | 0,47             | 0,42             | 0,39             | 0,37             | 0,32             | 0,42             | 0,078    | -1,30          |
| <i>Outras fabricações, reparação e instalação de máquinas e equipamentos.</i>        | 4,77           | 4,65             | 4,54             | 4,50             | 4,46             | 4,38             | 4,55             | 0,139    | 7,48           |
| Construção                                                                           | 39,90          | 39,46            | 39,18            | 39,23            | 39,21            | 39,10            | 39,35            | 0,297    | 91,97          |
| Comércio, reparação de veículos automóveis e motos.                                  | 14,66          | 14,15            | 13,82            | 13,63            | 13,57            | 13,19            | 13,84            | 0,511    | 19,45          |
| Transporte e armazenagem                                                             | 3,64           | 3,48             | 3,38             | 3,42             | 3,42             | 3,38             | 3,45             | 0,097    | 6,21           |
| Alojamento e restauração                                                             | 3,41           | 3,61             | 3,80             | 3,96             | 4,12             | 4,43             | 3,89             | 0,365    | 21,17          |
| Informação e comunicação                                                             | 0,48           | 0,59             | 0,66             | 0,64             | 0,59             | 0,66             | 0,60             | 0,069    | 3,49           |
| Atividades financeiras e de seguros                                                  | 0,14           | 0,13             | 0,14             | 0,13             | 0,13             | 0,13             | 0,13             | 0,003    | 0,32           |
| Atividades imobiliárias                                                              | 0,62           | 0,60             | 0,58             | 0,52             | 0,50             | 0,50             | 0,55             | 0,052    | 0,16           |
| Atividades especializadas, científicas e técnicas.                                   | 1,97           | 2,25             | 2,42             | 2,50             | 2,55             | 2,76             | 2,41             | 0,275    | 14,76          |
| Atividades de serviços administrativos e de apoio                                    | 4,01           | 4,42             | 4,74             | 4,89             | 4,99             | 5,32             | 4,73             | 0,460    | 26,26          |
| Ensino                                                                               | 0,11           | 0,14             | 0,17             | 0,18             | 0,18             | 0,20             | 0,16             | 0,033    | 1,40           |
| Saúde humana e trabalho social                                                       | 0,60           | 0,61             | 0,61             | 0,64             | 0,68             | 0,71             | 0,64             | 0,045    | 2,91           |
| Artes, entretenimento e recreação.                                                   | 0,40           | 0,50             | 0,60             | 0,59             | 0,59             | 0,64             | 0,55             | 0,088    | 3,99           |
| Outras atividades de serviço                                                         | 12,59          | 13,40            | 13,88            | 13,82            | 13,76            | 13,73            | 13,53            | 0,490    | 46,07          |
| <b>Total</b>                                                                         | <b>968.377</b> | <b>1.038.287</b> | <b>1.092.566</b> | <b>1.115.221</b> | <b>1.098.994</b> | <b>1.223.615</b> | <b>1.089.510</b> | <b>-</b> | <b>255.238</b> |

Fonte: INSEE, Sirène, Répertoire des Entreprises et des Établissements. ( $\bar{X}$ ): é a média da porcentagem do valor dos anos 2009 a 2014. ( $\sigma$ ): é o desvio padrão. ( $\Delta$ ): é a diferença em valor (em milhares) entre o ano 2009 e 2014. Elaborado pelo autor.

O setor de alojamento e restauração também tem cifras significativas na criação de empresas, com 21 mil novas empresas, e um crescimento proporcional anual ao total de empresas artesanais. As atividades de serviço não classificadas também apresentam um número em geral de atividades que não se encontram na fabricação, o que se corresponde com o aumento geral do setor de serviços no país. No comércio e reparação de veículos, embora sua criação de empresas seja de 19 mil, sua proporção frente ao crescimento do total de empresas diminuiu anualmente, o que apresenta de forma geral a similitude com a estrutura geral da atividade comercial no país. As atividades de ensino, financeiras e imobiliárias apresentam pouco crescimento e pouco peso em proporção ao total das empresas artesanais.

**FIGURA 2.4. TRAJETÓRIAS DA CRIAÇÃO DE EMPRESAS ARTESANAIS E DAS EMPRESAS NÃO ARTESANAIS NA FRANÇA, ANOS 2003 A 2014 (NÚMEROS EM MILHARES).**

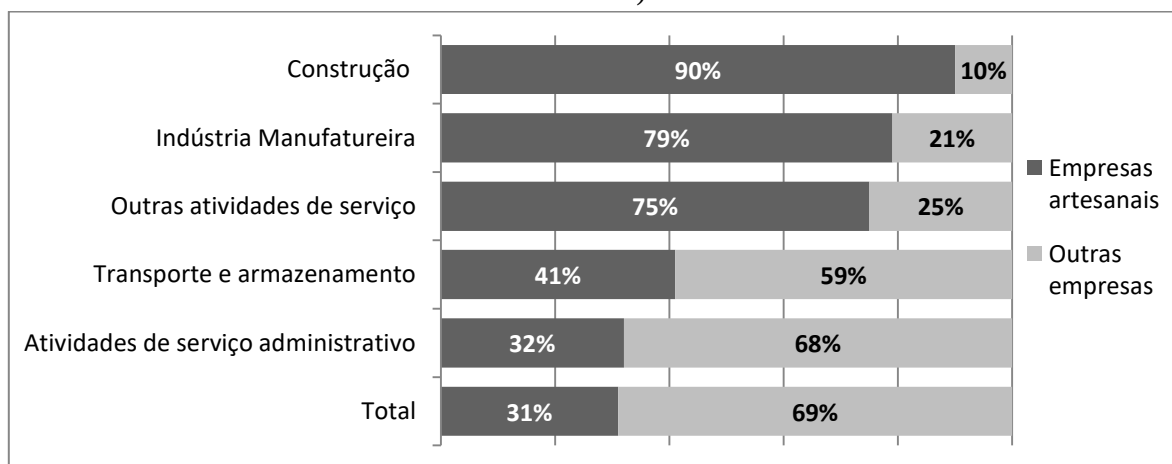


Fonte: INSEE, Base démographie des entreprises, traitement ISM.

De forma geral aumentou em 255 mil as empresas artesanais, variando a proporção entre cada atividade econômica das empresas, e que no conjunto pode pensar-se como parte de uma estabilidade no crescimento maior na criação das empresas artesanais frente ao crescimento dos setores em geral, embora como tendências, existe maior similitude na trajetória de criação e fechamento de empresas e trabalhos dos diferentes setores entre os dados dos anos 2009 a 2014, e pode ser calculado comparando as linhas de tendência de cada setor, particular e geral (Figura 2.4), o que indica um comportamento correspondente e proporcional na atividade econômica.

O mais significativo é a ruptura no número de empresas artesanais antes do ano 2009 e o número de empresas no comportamento de produção logo do ano da crise. Pode entender-se que a situação histórica da criação de empresas artesanais se integra a um fluxo e refluxo do comportamento das atividades artesanais, e das pequenas empresas ao longo da história do país (PERRIN, 2015). Da mesma forma que nos processos de reestruturação produtiva na crise dos anos vinte, e do surgimento do período de entre guerras, logo dos anos noventa começa um crescimento da criação de empresas artesanais que se potencializa com a crise financeira do ano 2008, e que permite uma resposta da formalização dos pequenos produtores na inversão individual de empreendimentos econômicos nas diferentes atividades, principalmente representados no total das empresas por atividade econômica na construção, a indústria manufatureira e diversas atividades de serviço (Figura 2.5).

**FIGURA 2.5.** PROPORÇÃO DE NÚMERO DE EMPRESAS ARTESANAIS NO TOTAL DE CADA ATIVIDADE ECONÔMICA NA FRANÇA, ANO 2013 (DADOS DE ATIVIDADES ACIMA DO TOTAL).



Fonte: Institut Supérieur des Métiers, Tableau économique de l'artisanat, 2014, p. 7.  
Elaborado pelo autor.

De forma principal, as empresas artesanais de construção são as atividades de maior representação em sua proporção frente à atividade econômica do país, a indústria manufatureira também apresenta uma grande proporção no total da atividade econômica. Ao contrário, atividades como educação (2%), atividades imobiliárias (3%), Saúde humana e trabalho social (2%), e Artes, entretenimento e recreação (9%), e comercio (21%), não representam um peso significativo em cada segmento econômico, o que define as características e limites da produção

do trabalho artesanal em sua condição de importância no total das atividades, e o poder que pode ter na organização em cada segmento econômico. Embora, esta condição deva analisar-se também na situação como organização empresarial por número de trabalhadores e o tipo jurídico ou de associação das empresas para compreender de forma melhor o setor.

O tipo de empresas pela condição de assalariados também permite reconhecer a forma como o setor artesanal pode integrar-se diretamente ao capital, tendo em conta que na França a empresa artesanal pode ter trabalhadores assalariados diferentes ao núcleo familiar, o que permite definir que se encontre como uma atividade capitalista de pequenos empregadores. Embora, a quantidade de empresas artesanais sem assalariados é em média maior de 50 % entre os anos 2007 e 2014 (Tabela 2.14.).

**TABELA 2.14.** EMPRESAS ARTESANAIS POR NÚMERO DE ASSALARIADOS NA FRANÇA, 2007 - 2014.

| Número de Assalariados | 2007           | 2008           | 2009           | 2010             | 2011             | 2012             | 2013             | 2014             |
|------------------------|----------------|----------------|----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| 0                      | 433.468        | 458.184        | 486.818        | 563.727          | 619.716          | 646.148          | 646.109          | 756.206          |
| 1                      | 127.449        | 120.971        | 123.783        | 123.518          | 122.574          | 122.917          | 119.277          | 125.418          |
| 2 ou 3                 | 149.921        | 153.646        | 154.463        | 153.379          | 152.026          | 150.853          | 145.624          | 149.926          |
| 4 ou 5                 | 74.301         | 76.668         | 76.696         | 74.983           | 74.823           | 73.259           | 70.532           | 72.242           |
| Entre 6 e 10           | 76.351         | 78.874         | 77.820         | 75.530           | 75.439           | 74.260           | 71.238           | 72.646           |
| Entre 11 e 15          | 23.131         | 24.241         | 23.813         | 23.029           | 23.147           | 22.917           | 22.114           | 22.356           |
| Entre 16 e 19          | 8.594          | 8.874          | 9.014          | 8.551            | 8.738            | 8.591            | 8.306            | 8.414            |
| 20 ou mais             | 14.744         | 16.092         | 15.970         | 15.570           | 16.103           | 16.276           | 15.794           | 16.407           |
| <b>Total</b>           | <b>907.959</b> | <b>937.550</b> | <b>968.377</b> | <b>1.038.287</b> | <b>1.092.566</b> | <b>1.115.221</b> | <b>1.098.994</b> | <b>1.223.615</b> |

Fonte: INSEE, Sirène, REE (Répertoire des Entreprises et des Établissements), 2014. Elaborado pelo autor.

O número de empresas que não têm assalariados teve um crescimento de 322.738 empresas entre esses anos, correspondendo com mais de 90% do total do crescimento do setor artesanal, sendo significativa a proporção das empresas que podem apresentar maior relevância na organização dos trabalhadores artesanais como trabalhadores por conta própria, diversificando sua relação com a produção capitalista. O número de empresas artesanais entre 1 e 3 assalariados, corresponde aproximadamente ao 26 % em média entre esses anos, o que representa uma parte de empregados com número menor para todo o setor. Assim, a dificuldade da subsunção geral do trabalho artesanal ao capital adquire uma perspectiva de maior problemática em sua definição, porque ainda se mantem o setor num processo de transição que não contempla à empresa como



um setor assalariado diretamente, senão que gera uma gradação de atividades que se encontram relacionadas direta e indiretamente a uma atividade capitalista.

Da mesma forma, o número de assalariados pode corresponder-se com o tipo de status jurídico das empresas artesanais, isto com a finalidade de obter uma imagem geral da complexidade do setor.<sup>39</sup> Dentro das categorias de representação jurídica, se encontram duas categorias principais que ocupam mais de 90% do total das empresas. A primeira categoria, que em média, entre os anos 2007 e 2014, ocupa mais de 50%, é da pessoa física (*personne physique*), que consiste nas pessoas naturais com representação jurídica dada pela idade, e que se baseia no indivíduo com capacidades individuais de representação. Seu peso no total corresponde com o tipo de empresas individuais, ou que não têm assalariados, trazendo uma condição política e econômica de caráter individual na organização da atividade artesanal.

A segunda categoria jurídica com mais de 40 % do total das empresas, e que agrupa desde o ano 2003, é a de Sociedade de Responsabilidade Limitada (SARL - *Société à responsabilité limitée*), é o tipo de sociedade jurídica mais simples, e consiste em grupos organizados com um gerente e uma assembleia geral anual que se encarrega de tomar as decisões administrativas. Este tipo de sociedades pode ter um número mínimo de duas pessoas e máximo de 100 associados, a responsabilidade e participação de cada associado é medida pelo valor da inversão ou contribuição. O número de empresas com mais de um assalariado distribui-se a condição jurídica deste tipo de sociedade, sendo uma característica de organização simples que identifica a condição da atividade e sua representação frente a outros setores.

Os tipos de organização jurídica individual correspondem com a condição do trabalho artesanal e sua reprodução de formas econômicas e sociais com tendência a sua continuidade, conforme se identifique na resposta dos trabalhadores em outros setores; e jovens e mulheres, que procuram pelo incentivo pessoal de independência. Nessa medida, na correspondente crise do capitalismo e da crise da grande indústria pelas dificuldades de adaptação às mudanças sociais, consumo, preferencias, necessidades, etc., e mudanças tecnológicas na forma de produção e comunicação; se encontram as sociedades de pequena escala de produção como resposta para o

---

<sup>39</sup> Os dados do status jurídico se encontram em: INSEE, Artisanat, Tableaux de l'Économie Française, 2014. Disponível em : <<https://www.insee.fr/fr/statistiques/1288404>>. Sobre definições: INSEE, Définitions, Disponível em : <<https://www.insee.fr/fr/metadonnees/definitions>>.

fortalecimento do setor empresarial, devido às seguintes características: facilidade de adaptação ao consumidor, possibilidade de uma rápida aprendizagem e integração, e baixos custos de transação (BOUTELLIER, 2006, p. 24).

### 2. 3. 3. EMPRESA, TRABALHO ARTESANAL E SUBORDINAÇÃO DIRETA.

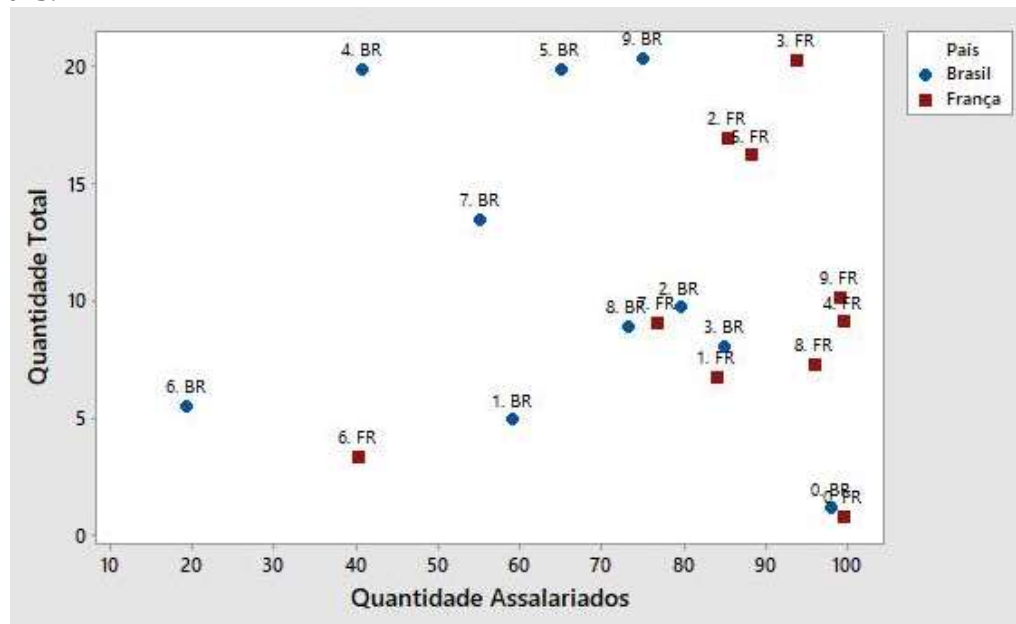
O desenvolvimento do trabalho artesanal no capitalismo pode pensar-se de forma direta em diferentes condições de integração, especialmente pelas formas de produção a pequena escala, e pelos produtos e serviços que constituem o conjunto em cada país em particular. Como referencia da produção artesanal no Brasil e na França, é possível considerar a quantidade de assalariados como indicador da integração ou subordinação direta ao capital, em correspondência a cada grupo de ocupações para entender a magnitude e a posição das ocupações com trabalho artesanal no conjunto dos dois países (Gráfico 2.7). O grupo de trabalhadores artesanais se encontra numa posição diferenciada frente à quantidade de assalariados, sendo menor no Brasil com aproximadamente a metade de trabalhadores, embora nas atividades artesanais se concentrem na França mais de 70 % para o ano 2013.

A condição de assalariados é predominante no país europeu, tanto na produção de serviços como na indústria, especialmente no grupo técnico, embora seja precisamente o grupo de operários e trabalhadores artesanais onde se apresenta a menor quantidade de assalariados frente às demais ocupações, representando ao grupo como parte de uma situação particular frente ao assalariamento. A situação do Brasil é mais dispersa na condição de integração ao trabalho assalariado nos diferentes grupos de ocupações, encontrando-se numa maior quantidade de assalariados as ocupações de técnicos profissionais de nível intermédio, profissionais científicos e profissões elementares. É o grupo de operários e trabalhadores artesanais que se encontra em posição intermedia, num espaço de transição que corresponde com as características próprias da atividade artesanal.

O que se representa ao confrontar o número de assalariados é a condição de integração ao capital como atividade produtiva, como capacidade de organização direta ao processo de produção dominante desde a valorização do capital. De forma geral, as condições de classificação do trabalho artesanal de forma direta não correspondem propriamente a atividades equiparáveis

em cada país de estudo, embora se apresente em diferentes setores da economia, tanto na indústria como nos serviços, a pertinência e classificação de forma direta ao capital que pode fazer-se são condicionadas pelas qualidades estruturais da economia nacional, do mercado laboral do país. A problemática sobre a condição cultural, as subjetividades e formas de coletividade ou representação não são subsumidas na condição estrutural, mas de forma técnica e social, a posição socioeconômica da produção se corresponde com as dificuldades de classificação frente à subordinação direta ao capital, neste caso via assalariamento.

**GRÁFICO 2.7.** QUANTIDADE TOTAL DE ASSALARIADOS POR QUANTIDADE TOTAL DE TRABALHADORES NOS GRUPOS OCUPACIONAIS DA CLASSIFICAÇÃO DA OIT (2008), PARA O ANO 2013.



- |                                             |                                                              |
|---------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|
| 1 Diretores e Gerentes                      | 6 Agricultores e Trabalhadores de agropecuária               |
| 2 Profissionais Científicos e Intelectuais. | 7 Trabalhadores Artesanais, Operários e Ofícios relacionados |
| 3 Técnicos e Profissionais Nível Intermédio | 8 Operadores de Plantas e Máquinas e Montadoras              |
| 4 Trabalhadores de apoio administrativo     | 9 Profissões elementares                                     |
| 5 Trabalhadores de Serviço e Comercio       | 0 Profissões das Forças Armadas                              |

Fonte: Ocupações por grupo ocupacional, 2013, ILOSTAT.

Elaborado pelo autor. Software: Minitab 17.

A situação do trabalho artesanal, neste caso, apresenta a dialética contraditória entre a grande empresa de projeção empresarial que se procura desenvolver economicamente via concorrência dos pequenos produtores, sendo a tendência ao monopólio, como da relação dos assalariados ou trabalhadores por conta própria que procuram via concorrência maior independência na produção na função de pequenos capitalistas. Existe então uma **tendência** à

concentração e uma **contratendência** à concorrência e competição.<sup>40</sup> O que se pode reconhecer é que existe nesta tendência de posicionamento de transição como forma média geral da atividade artesanal em sua condição técnica.

Como se apresenta nas diferentes classificações do trabalho artesanal, em sua condição de integração direta ou vertical ao capital, existe um número maior nas atividades do setor de bens de consumo privado ou individual (MARX, 2014) que encontra uma forma particular de integração dos trabalhadores no assalariamento ou como pequenos capitalistas, desdobrando-se de forma particular nos ofícios na classificação de cada país de estudo. Essa formação particular se encontra descrita como parte principal da reprodução do capital na forma sempre dinâmica das atividades de produção em pequena escala, onde se produz maior diversidade de organização e mercadorias especificamente de bens de consumo individual. A participação na indústria ou de meios de produção de bens de produção como na França com a fabricação de máquinas e equipamentos (0,42%) em queda nos últimos anos, o que não gera peso significativo no total. No Brasil, a atividade se concentra na reparação de capital fixo, como maquinaria e de veículos e maquinaria agrícola e industrial, com uma participação de 12 %, mas é na reparação de maquinaria, e não precisamente na produção.

A estrutura das empresas artesanais e dos trabalhadores artesanais não é fixa, e se constitui de uma dinâmica de integração de ocupações que mudam ao longo dos anos, tanto em sua composição interna como na forma de relacionar-se com as demais atividades econômicas. A crítica sobre a tendência de uma relação dominante capitalista de grande indústria e monopolística se antepõe à diversidade de tendências particulares de produção de mercadorias nas ocupações e profissões intermédias que configuram constantemente a classe média ou “em transição”.

Não obstante, a crítica sobre essa tendência na subordinação direta de todas as formas de produção ao capital, que se constitui no trabalho artesanal um exemplo contrário, não deve

---

<sup>40</sup> “Dada a natureza imanente do capital, caracterizada por Marx como a ‘contradição viva’, cada tendência principal desse sistema de produção e distribuição só faz inteligível se levamos plenamente em conta a *contratendência* específica à qual aquela está objetivamente ligada. Isso acontece mesmo quando, no relacionamento entre elas, um dos lados das indeterminações contraditórias necessariamente predomina, de acordo com as circunstâncias sócio históricas prevalentes. Assim, a tendência do capital ao *monopólio* é contrabalanceada pela *concorrência*; igualmente, a *centralização* pela *fragmentação*, a *internacionalização* pelos *particularismos nacionais* e regionais, o equilíbrio pela quebra do equilíbrio, etc.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 653)

tergiversar a análise marxista (ver. BOUTELLIER, 2006), mas pode compreender-se que ao existir uma subordinação direta ao capital de forma cada vez mais centrada no processo de reestruturação produtiva nos pequenos empreendimentos de trabalhadores artesanais por conta própria, se relaciona mais com a dinâmica histórica das mutações do capital nas condições geográficas e históricas, mantendo as contradições e tendências diferenciadas da compreensão sistemática e teórica do capital. É dizer, o movimento sistemático no livro *O Capital*, não traduz o movimento histórico desde as diversas condições sociais dos diferentes países, mas se encarrega de expor sistematicamente a tendência geral do tempo e do trabalho na relação de produção dominada pela valorização do valor, para entender a totalidade concreta que pode formar-se.

A luta de classes não se especifica diretamente pela mesma falta de diferenciação dada pela forma de assalariamento, e da forma em que a produção a pequena escala não constitui uma grande formação da classe operária consciente de sua posição, mas tem a possibilidade de ser parte da classe operária assalariada, como da classe de pequenos empregadores, definindo rumos divergentes entre trabalhadores. A participação nas diferentes ocupações como nas diferentes posições dentro das ocupações, como assalariado, empregador e independente, obriga a relacionar de forma cada vez mais concreta e singular a posição e situação de classe dos trabalhadores artesanais, e das posições de trabalhadores na classe média de forma geral (MILIOS e ECONOMAKIS, 2011). Entendendo que as formas de mobilização não se limitam a condições de classe, senão que contemplam outros antagonismos e subjetividades sociais (HIRSCH, 2010).

O trabalho artesanal, assim, não se considera como uma forma externa e contraditória com a dinâmica do capital. Ao contrário, constitui uma forma de mutação das tendências que sobre um modo de produção dominante pode historicamente realizar-se e reproduzir-se. Não se apresenta uma subordinação total do trabalho artesanal ao capital, e muito menos a desapareição da produção no caso dos países de estudo, a particularidade do trabalho artesanal no capital permite observar que as transformações das atividades se realizam de forma concreta sobre **tendências e contratendências**, e que é precisamente essa forma de transição que constitui um mecanismo de domínio entre resistências e integração na luta de diferentes agentes. Assim, da mesma forma que não pode subsumir-se totalmente o trabalho artesanal na produção capitalista

de forma direta, é possível reconhecer a relação indireta e seus limites na relação com o trabalho artesanal ou de artesanato.

## 2. 4. TRANSIÇÃO E SUBORDINAÇÃO INDIRETA

O trabalho artesanal de arte, artesanato, ou o trabalho de ocupações principalmente de artesãos e artesãs com capacidades de produção cultural, artística e estética em referencia a valores de uso simbólicos e tradicionais, de inovação individual ou coletiva, onde a obra concentra e materializa uma serie de caraterísticas distintivas, locais ou pessoais, possui trajetórias diferentes ao que se reconhece como trabalho artesanal de relação direta ao capital ou à produção industrializada. Nesse sentido, o panorama da relação das diferentes formas de produção artesanal não se limita ao trabalho técnico, senão que permite integrar diferentes manifestações que podem transitar ou resistir aos processos de globalização do capital, tendo em conta que não é simplesmente a condição de classe ou de produção estrutural em relação às demais atividades, senão a aquela condição que reafirma umas caraterísticas de independência na produção, seja como objetos culturais, de luxo, objetos sacros e profanos, tradicionais ou inovadores, etc.; os antagonismos não se concentram simplesmente na dinâmica do capital.

Nesta ultima parte do capitulo II se definem as condições de relação, integração ou subordinação indireta do trabalho artesanal ao capital, tendo em conta as caraterísticas do trabalho em função de seu valor cultural, patrimonial ou simbólico. Procura-se apresentar de forma geral como o desenvolvimento das trajetórias sobre o artesanato de arte ou simplesmente o artesanato, correspondem com os movimentos de estruturação dos artesãos nas diferentes categorias que o trabalho artesanal pode integrar, e que explica particularmente os antagonismos internos das definições e classificações e os interesses de trabalhadores fragmentados e centralizados, tendo em conta a relação de produção dominante e as capacidades de sua integração parcial ao capitalismo, pois não pode pensar-se unicamente ao artesanal dentro do sistema capitalista como “sistema totalitário abstrato”.<sup>41</sup> Na continuação se analisa a constituição

---

<sup>41</sup> “[...] el modo de producción no es un "sistema total" en ese sentido ominoso, e incluye dentro de sí una variedad de contrafuerzas y nuevas tendencias, fuerzas tanto "residuales" como "emergentes" que debe intentar manejar o controlar (la concepción de la hegemonía de Gramsci); si esas fuerzas heterogéneas no estuvieran dotadas de una eficacia propia, el proyecto hegemónico sería innecesario. Así, el modelo presupone las diferencias: algo que debería

do trabalho do artesanato ou artesanato de arte em cada país, tendo em conta as trajetórias históricas antes consideradas.

#### 2. 4. 1. MOVIMENTO CULTURAL E CONTRACULTURAL.

Pode-se afirmar que o trabalho artesanal de arte ou artesanato na França, não radica num processo de consolidação de uma classe média tradicional, que como no caso das organizações de pequenos produtores artesanais de principio do século XX, se representavam como uma alternativa às classes operária e burguesa, senão que é parte de um movimento cultural de produção acompanhado das transformações sociais, econômicas e culturais da segunda metade do século, especialmente nos anos sessenta (PONGE, 2009). As transformações culturais de jovens e mulheres no desenvolvimento do Estado de Bem-estar, e do crescimento da economia capitalista na ampliação democrática permitiu a formação de processos de produção cultural que alternavam na condição de novas subjetividades. A diferenciação foi clara, da produção dos artesãos em relação a atividades e ocupações integradas à sociedade industrial, como por outro lado a industrialização da cultura e a capacidade de permitir um consumo mais aberto de bens de qualidade artística numa classe média em crescimento.

O movimento cultural dos jovens na França, como o movimento *hippie* em geral, permitiu que muitos deles pudessem migrar das cidades para pequenas aldeias como pequenos produtores e organizações comunitárias, com ideais ecologistas ou ambientalistas, e contra o modelo de vida dominante ou conservador; o que permitiu o uso e produção de objetos de decoração e auto-abastecimento na base de materiais vegetais, como madeira, pedra, barro, entre outros. A contracultura se desenvolve tanto contra o poder do conflito social geracional, e não como base principal de um conflito econômico ou de classe<sup>42</sup>. O desenvolvimento destas formas de contracultura não podem resumir todo o desenvolvimento técnico e artístico que se logrou consolidar também em formas institucionais como o “*Syndicat des céramistes et ateliers d'Art de France*”, que constitui outra forma de processo de consolidação de organizações de trabalhadores

---

distinguirse marcadamente de otro rasgo que lo complica, a saber, que el capitalismo también produce diferencias o diferenciaciones como una función de su propia lógica interna.” (JAMESON, 2002, p. 67)

<sup>42</sup> « Ce conflit social était étroitement lié à un conflit parental. Le malaise de ces jeunes s’inscrivait dans un conflit des générations des plus classiques : renier et réfuter toute autorité, aussi bien parentale que sociale, car d’une certaine manière, l’État jouait, au niveau symbolique, le rôle du père. La vie familiale trop rigide, sclérosée, et qui laissait peu de place à l’affectivité, en raison du climat que faisait régner l’ordre établi, se voyait donc irrémédiablement rejetée » (ROBERT, 2011, p. 14)

nos ofícios artísticos na segunda metade do século XX, e o correspondente crescimento de salões de exposição de obras deste tipo.

No Brasil, o movimento cultural nas cidades dos anos sessenta permitiu a consolidação e abertura da produção de artesanato de arte, pois a questão particular foi o resgate da cultura nacional-popular, “A interpretação daquilo que seria nacional-popular, de uma cultura nacionalista pela esquerda, fundamentava-se na luta anti-imperialista. A revolução traria o fim da cadeia de exploração capitalista, fazendo emergir a ditadura do proletariado e também a cultura do povo brasileiro. E para que emergisse essa cultura nacional-popular era necessário levar arte ao povo” (SANTOS, 2009, p. 489). A produção do cultural deveria ser parte do povo brasileiro, é dizer, um movimento de autonomia que não só reforça-se a independência econômica senão também ideológica.

Então, se por um lado se intentava gerar um resgate da produção nacional popular, nas diferentes formas artística como o teatro, a música, e a cinema, entre outras, como forma de contracultura anti-imperialista, na medida em que podia gerar um crescimento da integração popular às artes, e que no caso da produção artesanal se identificava com o resgate da produção material e autônoma de técnicas e saberes dos movimentos da migração rural à cidade. Por outro lado, a produção do artesanato como objeto artístico ligado à cultura hippie nas cidades foi cada vez mais focalizada nos jovens de classe media, onde de forma rápida seu consumo foi mercantilizado como parte da política governamental da ditadura militar, que tinha como fins alcançar padrões de consumo cultural de países capitalistas industrializados, sobre a base do crescimento econômico (BRANDÃO; DUARTE, 1990).

É, então, no movimento dentro da sociedade onde o consumo pode ser mais diferenciado, as gerações familiares geram ruptura com a tradicional forma de vida industrial, e as condições globais de formação de uma consciência de ação juvenil e feminina o que caracteriza uma ruptura com o artesanal na concepção das classes tradicionais. É nesse sentido como pode explicar-se de forma diferente a trajetória, pois o artesanato de arte na França só consegue formalizar-se nos anos noventa. No Brasil, ainda que o processo de constituição do artesanato como objeto de produção cultural e popular identificado como patrimônio e possibilidade de geração de renda para a população rural, se definira de forma mais clara o apoio político e institucional na organização regional e nacional dos artesãos desde projetos locais e municipais, é pertinente



reconhecer que o maior crescimento de organização política se formaliza nos anos noventa, tanto pela criação do Programa de Artesanato Brasileiro (PAB), e as formas de organização sindical e federal como a Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil - CNARTS<sup>43</sup>.

Embora o movimento seja constituído como parte do trabalho artesanal, com características de produção técnica, sem maquinaria ou que utiliza ferramentas e maquinaria simples para sua produção, o artesanato ou *artisanat d'art* tem particularidades na produção que se afastam da compreensão propriamente técnica, e que é resultado de processos sociais de transformação geracional e simbólica do que pode ser produzido e das formas políticas e sociais que começam a transformar as participações das mulheres e jovens como sujeitos de direitos sociais e culturais. Na chegada do século XXI, as transformações se potencializam na relação frente à organização devido às condições tecnológicas e comunicativas cada vez mais globalizadas. E é precisamente o processo de transformação da comunicação e significação globalizada da produção local o que vai permitir uma clara tendência à homogeneização do processo local do artesanato, ou trabalho artesanal de arte (UNCTAD, 2008)

Neste sentido, pode entender-se que todo movimento cultural e de contracultura pode traduzir-se na dualidade hegemônica e contrahegemônica, entendendo à hegemonia como “um sistema central de práticas dominante e eficaz” (WILLIAMS, 2011, p, 53) onde o que é reconhecido como cultural só faz parte de aquilo que pode integrar o sistema dominante, e são reproduzidos em modos de incorporação dessa cultura, organizada numa memória ou tradição seletiva que é a que permite a configuração da nação. O artesanato como atividade tradicional, cultural e patrimonial faz parte do processo seletivo de incorporação ao discurso dominante. Embora, também possam apresentar-se praticas sociais alternativas, como no caso do movimento *hippie*, é dizer, que não apresentam uma contradição direta, ou movimentos opositores do trabalho artesanal que unicamente não se subordinam ao capital, senão que se opõem diretamente (WILLIAMS, 2011, p. 55).

Pode entender-se assim que as transformações nos processos de mobilidade social internacional de capital e trabalhadores, o crescimento do turismo, a ampliação dos sistemas de comunicação e aprendizagem, a integração regional das localidades a mercados nacionais e internacionais e o crescimento e especialização da produção artística popular fazem parte de uma

---

<sup>43</sup> Ver capítulo 4. 1. 2.

nova trajetória de formação de trabalhos artesanais, especialmente focalizados à produção de luxo, ou mercadorias de qualidade com valor de uso cultural. Além das características das transformações culturais, é pertinente especificar que o trabalho artesanal ainda é considerado de forma cultural como parte dos movimentos de contra-globalização, o que torna sua especificidade tanto como um movimento de integração ao mercado capitalista, como de ação de resistência e contracultura, que se nutre também das condições locais, e da produção comunal; são as diferenciações que se definem na oscilação frente ao modo dominante capitalista, “trabalhar para viver” ou “viver para trabalhar” (SANTOS, 2011).

Não obstante, tanto em sua forma de integração horizontal, entendendo isto como a capacidade de subordinação indireta do capital das formas não-capitalistas de produção, tanto como às formas de organização de produção com objetivos claros de resistência ao capital e sua globalização, é preciso reconhecer que o trabalho artesanal na forma artística e de produção de artesanato pode transitar tanto numa como na outra expressão, e depende de sua condição como ação coletiva mercantil, política e cultural, o que dificulta de forma clara o grau de participação direta ou indireta em relação ao capital, nutrindo-se de vários antagonismos sociais. Cabe aqui entender as características que este tipo de produção cultural pode ter em relação às outras formas de produção artesanais integradas técnica e socialmente na sociedade industrial.

#### 2. 4. 2. OBJETOS: MODELOS, SERIES E ESTILOS.

Varias são as características da produção artesanal de arte na França. A primeira característica é a produção de uma mercadoria com valor “cultural”, patrimonial ou simbólico. Isto permite que seja uma produção definida pela qualidade dos produtos, seja em sua condição estética ou cultural. Desta forma, se gera uma importância principal ao material de trabalho, que pode variar desde os materiais vegetais ou industriais (sintéticos), diferenciando-se das ocupações do trabalho artesanal técnico, definidas por sua atividade e função em relação ao conjunto da atividade econômica, pois aqui se faz relação ao material e o objeto como bem artístico ou estético que deve ter certas condições de qualidade e produção.

As condições de reconhecimento do que pode, ou não, ser artesanal e sua transformação foram debatidos em grande medida para fixar parâmetros de pertinência, qualidade, uso, consumo, apropriação, etc. Não obstante, a condição de análise aqui se relaciona mais com as mudanças nos sistemas culturais de reconhecimento de um objeto artesanal que podem definir os significados e códigos que se assumem num espaço social determinado para produção, distribuição e consumo<sup>44</sup>. O problema aqui é identificar como a funcionalidade de um objeto, como simples mercadoria para uso específico pode estabelecer um valor cultural que possa diferenciar e transformar a forma de apropriação e consumo por parte dos indivíduos. É possível que o objeto possa ter de base uma funcionalidade específica, como uma cadeira, um copo, ou uma mesa; não obstante as formas de classificação e diferenciação técnica, material, mas ante todo cultural (códigos, símbolos, qualidades significantes entre o profano e o sacro) podem permitir sua diferenciação.

O artesanato, popular ou artístico, apresenta de principio um “modelo” que se encontra num sistema de significações e possibilidades, que se desenvolvem na relação do produtor (indivíduo ou grupo) com a finalidade, funcionalidade ou luxo, do objeto. As possibilidades de produção dentro do sistema de relações de produção e consumo permitem que esse modelo possa desenvolver-se em quantidades, na massificação, ou qualidades especializadas na individualidade, e como variável adicional se diferencia da individualidade artística ou da tradição grupal – popular devido a convenções da forma como se constrói o consumo num regime de observação e interpretação. Isto pode dar como resultado diferentes sistemas de mercados de objetos diferenciados (SORIANO, 2001), e que podem classificar-se em diferentes características representadas no Gráfico 2.8.

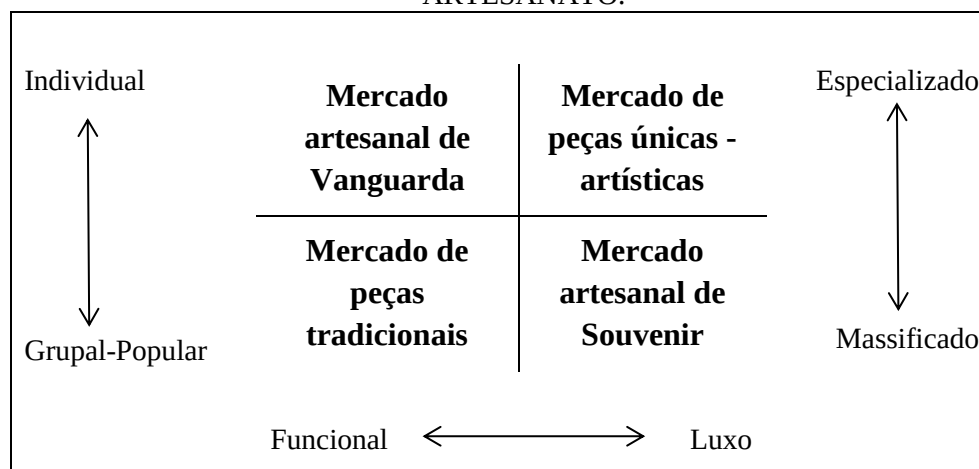
Este tipo de objetos pode entender-se também dentro do processo de circulação das mercadorias artesanais nas dimensões locais e globais, permitindo uma maior mobilidade frente ao tipo de relações comerciais que possam ser estruturadas. Este tipo de mercados é produto do desenvolvimento das técnicas, produtos e a ampliação do consumo das diferentes classes sociais

---

<sup>44</sup> “Hoy en día, las mesas campesinas tienen valor cultural; hace 30 años apenas, no valían sino por los servicios que podían proporcionar. No hay relación en el siglo XVIII entre la mesa ‘Luis XV’ y la mesa campesina: un abismo separa los dos órdenes de objetos, tal como separa a las dos clases sociales a las que corresponden. Ningún sistema cultural las integra. (Sin embargo, la diferencia entre layas de objetos nunca es tan clara, sin duda, como entre las clases sociales. La distinción jerárquica absoluta, al nivel de los órdenes de la sociedad, se ve moderada, al nivel del objeto, por el uso: una mesa tiene la misma función primaria a todo lo largo de la escala social).” (BAUDRILLARD, 2004, p. 155)

que podem aceder a eles na forma distintiva que a mesma posição pode oferecer-lhes. O consumo do artesanato não pode resumir-se a uma única forma de produção, senão a tendências que a relação do mercado permite e as capacidades e desenvolvimentos de cada grupo ou indivíduo produtor.

**GRÁFICO 2.8. TIPOS DE MERCADO PELAS CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO DO ARTESANATO.**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesse sentido pode pensar-se a forma como o objeto artesanal ou artesanato constitui mais que uma mercadoria na análise de produção, e pode concentrar de forma geral a técnica, os sujeitos, os recursos culturais e materiais, espaços e mercados; tendo assim uma representação maior tanto nas definições como na política, voltada ao valor patrimonial, ao saber por manter, ao lugar por identificar e à constituição do mercado. Apresenta-se a continuação uma descrição das atividades de produção dos objetos artesanais de arte que compreendem as condições de produção dos países de estudo.

No Brasil, de forma geral, existe uma maior tendência de produção de produtos com técnicas de bordado (Tabela 2.15), especialmente 28,32 % dos municípios tem como atividade representativa o bordado.<sup>45</sup> A técnica do bordado se encontra igualmente numa quantidade significativa de municípios, aproximadamente 73% do total de municípios brasileiros. É de

<sup>45</sup> Na pesquisa de informações básicas de municípios no ano 2009, aparece como questão aos representantes dos municípios “Assinale com um X, até três alternativas, os artesanatos desenvolvidos no município, levando em consideração os de maior quantidade produzida”, isso quer dizer que podem existir mais atividades, mas se assinalam as representativas. O cálculo pode ser maior, embora como tendência geral é suficiente para identificar a produção de artesanato no país.

importância reconhecer ao bordado como uma técnica que historicamente se concentra na produção feminina tem uma representatividade importante nos diferentes municípios do Brasil (BRITO, 2010), sendo um dado significativo das condições atuais de produção do artesanato.

**TABELA 2.15.** ATIVIDADES DE ARTESANATO NO BRASIL, EM PORCENTAGEM, ANO 2009.

|                     |       |                   |      |
|---------------------|-------|-------------------|------|
| Bordado             | 28,32 | Frutas e sementes | 3,44 |
| Madeira             | 13,19 | Outros            | 3,03 |
| Culinária típica    | 9,85  | Renda             | 2,60 |
| Barro               | 7,93  | Tecelagem         | 2,57 |
| Material reciclável | 6,62  | Pedras            | 1,24 |
| Fibras vegetais     | 5,63  | Conchas           | 1,20 |
| Tapeçaria           | 4,71  | Vidro             | 0,73 |
| Couro               | 4,14  | Metal             | 0,58 |
| Fios e fibras       | 3,91  | Pedras preciosas  | 0,32 |

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações básicas de municípios, 2009. Elaborado pelo autor.

A produção de madeira e culinária típica também apresentam um valor importante no total, e um correspondente valor no total dos municípios do país, 34,4% no primeiro, e 25,5% no segundo, reconhecendo a condição de regularidade deste tipo de técnicas nos diferentes municípios. São os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, onde se distribuem a maior quantidade de municípios com atividades de bordado, trabalho de madeira e culinária. O barro e o material reciclável também se apresentam numa quantidade menor, mas que de reconhecimento da atividade de produção de artesanato, sendo Bahia o estado com maior número de municípios com atividade de artesanato no Barro e São Paulo com produção de artesanato de material reciclável. Isto não avalia a qualidade artística da produção senão a distribuição e o grau em geral da presença de atividades artesanais.

O principal material trabalhado no artesanato de arte na França, em proporção<sup>46</sup>, é a cerâmica ou materiais do barro (*terre*) com 35, 1% da amostra para o ano 2014, seguido de metal (29,5 %), madeira (21,1 %) e vidro (16,6 %) (*Ateliers d'Art*, 2014, p. 15). É notável que o grau de produção se concentre em materiais tradicionais, correspondente com a atividade econômica

<sup>46</sup> Existe uma dificuldade de organização da informação das condições de produção de artesanato, pelas características de transição que caracteriza o trabalho artesanal. Para uma análise da situação da produção se utilizam dados das mesmas organizações ou de informações locais de produção. Para França, se utiliza o estudo do *Observatoire des Métiers d'Art*, realizado desde o ano 2005 por *Ateliers d'art de France*, que é uma federação de artesãos de artesanato ou de arte, que associa a mais de 6000 artesãos.

(Tabela 2.16), sua produção se concentra em ocupações de produção de luxo, cerâmica artística, joalheria e relojoaria, vidro e metal, o que se distribui nas diferentes classificações e técnicas.

**TABELA 2.16.** ATIVIDADES DE ARTESANATO NA FRANÇA, EM PORCENTAGEM, ANO 2014.

|                        |      |                                           |      |
|------------------------|------|-------------------------------------------|------|
| Barro ( <i>Terre</i> ) | 35,1 | Couro                                     | 2,5  |
| Joalheria, relojoaria  | 14,4 | Ocupação relacionada à arquitetura        | 2,2  |
| Vidro                  | 12,6 | Artes mecânicas                           | 1,2  |
| Metal                  | 10,3 | Artes e tradição                          | 0,9  |
| Madeira                | 9,5  | Pedra                                     | 0,8  |
| Têxtil                 | 8    | <i>Tabletterie</i> (Fabricante de xadrez) | 0,8  |
| Decoração de materiais | 7,9  | Arte floral                               | 0,3  |
| Luminária              | 5,9  | Espetáculo                                | 0,2  |
| Artes gráficas         | 5,2  | Fabricação de instrumentos                | 0,1  |
| Moda                   | 5    | Outros                                    | 10,6 |

Fonte: *Ateliers d'Art* (2014, p. 14). Elaborado pelo autor.

A fabricação de têxteis, indústrias de vestuário, é menor significativamente a diferença da produção brasileira. O trabalho com barro ou materiais cerâmicos e de grande relevância comparado com Brasil, pois representa o tipo de técnica-material tradicional que identifica um tipo de produção utilitária antiga, fora da produção e desenvolvimento dos polímeros e metais. A concentração de poucas atividades, em especial para o consumo individual de luxo frente aos bens massificados pode consistir mais na especialização dos recursos e materiais de trabalho, tanto pela forma de uso, como a acessibilidade do mercado, por exemplo, da indústria de fios e da mercantilização de materiais cerâmicos no mercado (SOUZA et. al., 2012).

O objeto artesanal como produto de luxo tem um peso significativo na mudança das características do trabalho artesanal diretamente relacionado ao setor capitalista de produção de bens de consumo privado. Embora não toda a produção possa articular-se ao setor de produção de luxo, é notável que na maioria dos produtos se realizem para um mercado diferenciado, e especializado em objetos estéticos. Mas o tipo de mercado de estes objetos é fundamentalmente dado para a diferenciação, à distinção dos produtos frente à estandardização industrial.<sup>47</sup>

<sup>47</sup> « [...] Bien sûr que le modèle des métiers d'art, singulier par essence est fragile. De surcroit le contexte actuel de mondialisation des échanges, favorisant la standardisation et l'uniformisation, a eu un impact sur notre secteur. Mais force est de constater que dans cet environnement de crise généralisée, des opportunités nouvelles font jour. Notre communauté se caractérise par un fort optimisme dans l'avenir de nos professions, car le public est présent aux rendez-vous que nous lui fixons.

Assim, desde o mesmo setor se propõe uma produção voltada a uma forma de vida que possa contrastar os produtos uniformizados na globalização, é um projeto político que volta a pensar uma produção fora da massificação, e se intenta fundamentar nas condições estéticas. O artesanato é parte desta dinâmica na contradição da produção material. Não obstante, é preciso compreender que o que se intenta mencionar na necessidade de voltar a um objeto não estandardizado é uma relação do **modelo** e da **serie** (BAUDRILLARD, 2004), onde se consolidaria a ideologia de consumo e eleição dos indivíduos. Um objeto pode ser produzido na dinâmica dialética do modelo e da serie na produção industrial, o que não acontecia antes com objetos pré-industriais que se baseavam especificamente na produção manual, o “estilo”. O estilo é absoluto no sistema de valores na sociedade de classes pré-industrial, o que limita a mobilidade da produção e consumo à mesma classe.

Atualmente, a produção industrial se concentra numa abertura da eleição da produção com objetos que, na mesma forma que entram a serem produzidos e massificados os modelos dos objetos em serie, obtenham uma capacidade dinâmica entre o que pode ser um “modelo” de produção, e sua capacidade de devir “serie”, de reproduzir-se. Não se pode definir um modelo ou serie “pura” no processo de produção industrial, e se, melhor, uma continuidade de posicionamentos dos objetos em função das produções que podem ser eleitas ou não para o consumo. A abertura ao consumo libera a relação da serie-modelo, e os códigos cada vez fluem rapidamente na espacialidade do capitalismo<sup>48</sup>.

O objeto artesanal se insere nesse processo de transformação da relação do modelo-serie, e também no processo de produção da obra de arte, da singularidade da produção-produto-produtor. Não obstante, a ideia de uma única forma de produção de “estilo” dado no sistema de

---

La dynamique que nous insufflons, le modèle économique plus vertueux que nous proposons, et les valeurs humaines qui sous-tendent le projet politique que nous portons correspondent à un besoin ressenti par chacun de nous dans la société civile, de donner plus de sens à nos actions ». Entretien avec SERGE NICOLE, président d’Ateliers d’Art de France. Innovation, valorisation et préservation : le patrimoine culturel et les métiers d’art entre de bonnes mains. Por : **Patrimoine Environnement**, 05 Nov. 2013. Disponível em: <<http://www.patrimoine-environnement.fr/entretien-avec-serge-nicole-president-dateliers-dart-de-france-organisateur-du-salon-international-du-patrimoine-culturel/>>

<sup>48</sup> “Cada vez hay menos modelos o series puras. Las transiciones del uno a la otra se van diferenciando hasta el infinito. A imagen y semejanza de la producción, el objeto pasa por todos los colores del prisma social. Y estas transiciones son vividas cotidianamente, conforme al modo de lo posible o de la frustración: el modelo es interiorizado por el que participa de la serie; la serie es indicada, negada, superada, vivida contradictoriamente por quien participa del modelo. Esta corriente que atraviesa toda la sociedad, que lleva la serie hacia el modelo y que hace, continuamente, que se difunda el modelo en la serie, esa dinámica ininterrumpida es la ideología misma de nuestra sociedad” (BAUDRILLARD, 2004, p. 157-158)

classes pré-industrial pode ser atualizada, pois o consumo da singularidade, do estilo, pode devir modelo ou serie, pode mudar e transitar nas diferentes relações de consumo privado que exerce sua circulação. A condição de pensar o produto, o objeto no sistema de relações de valores culturais que dispõem o consumo e a capacidade de aquisição dos indivíduos pode gerar o grau de diferenciação e mobilidade no mercado de bens artesanais.

Assim, tanto como pela forma de diferenciação do artesanato nas diferentes técnicas e materiais, como pela forma de mercados que pode constituir, um mesmo objeto de uso pode mobilizar diferentes posições que definem em si a condição principal do artesanal. Para exemplificar se considera a seguinte relação da produção de objetos cerâmicos (Gráfico 2.9), onde se apresenta uma relação dos objetos cerâmicos do Brasil e França, e as condições de sua posição pela capacidade de legibilidade e percepção adequada.

Pode definir-se, então, que a complexidade das posições dos objetos nos diferentes tipos de mercado, diferenciados pelo uso, qualidade, técnica e classe social, pode encontrar-se fora da definição essencialista do que é o objeto. Alguma parte da teoria cultural do artesanal se especializa no consumo; “Ou seja, elas estão preocupadas com a compreensão de um objeto de tal forma que ele possa ser consumido correta ou proveitosamente” (WILLIAMS, 2011, p. 63) Essa forma de consumo do que deve ser artesanal ou não, tendo em conta as dificuldades que o mercado oferece nas condições de produção, possibilita reconhecer que a atividade dos produtores e consumidores deve coincidir em códigos específicos que permitam uma percepção adequada do objeto e uma legibilidade do que é artesanal; legibilidade definida entre o que se pode compreender e o que se quer transmitir com o artesanato<sup>49</sup>.

---

<sup>49</sup> “La legibilidad de una obra de arte para un individuo particular es función de la distancia entre el nivel de emisión definido como el grado de complejidad y de fineza intrínsecos del código exigido por la obra, y el nivel de recepción, definido como el grado en que ese individuo domina el código social, que puede ser más o menos adecuado al código exigido por la obra. (BOURDIEU, 1971, p. 57)



**GRÁFICO 2.9. REPRESENTAÇÕES DE ARTESANATO DE CERÂMICA NO BRASIL E NA FRANÇA, PELO TIPO DE MERCADO.**<sup>50</sup>



<sup>50</sup> (1). Poterie traditionnelle dans un marché local en Provence, France (2) Demi-Lune, small editions, MORBU. (3) Coloré poterie à traditionnel provençal motifs à marcher, France. (4) "VEILED LADIES" pièce emblématique de RÉVÉLATIONS 3 par Daphné Corregan® (5) VASO RAKÚ TRADICIONAL. Ateliê Margareth Linhares, Itatiba - SP. Disponível em : <https://www.ateliemargarethlinhares.com/product-page/vaso-rak%C3%BA-tradicional> (6) Artesanato Cuiabá. Cultura tradicional e riquezas de Cuiabá são retratadas em artesanatos. (7) Artesanato indígena do Vale do Jequitinhonha, Belo Horizonte, MG. (8) Pratinhos em cerâmica: Dircéia Braga. O Sol é lindeiro, Artesanato e Identidade dos Municípios ao Lago de Itaipu. Editora: Parque de Itaipu. 2011, p. 34. (Ver notas para fontes das ilustrações, página 409)

A institucionalização de um tipo de conhecimento dominante e hegemônico é aquele que permite que o código que produz a obra constituía-se como eixo da classificação do conhecimento sobre os objetos artesanais. É assim como a classificação do artesanato seja de tanta importância para as formas de comercialização para construir uma **imagem pública**<sup>51</sup> do objeto artesanal. Por exemplo, no Gráfico 2.9., a percepção dos elementos utilitários e funcionais como objetos tradicionais e objetos artesanais de vanguarda pode ser identificada na medida em que apresentam ainda melhor sua utilidade específica de recipientes. Mas essa percepção pode ser modificada na situação de mobilidade do espaço de localização, seja feira popular, feira artística ou museu; em especial o mercado artesanal de vanguarda, por exemplo, com estes objetos utilitários, pode transitar entre a funcionalidade e o luxo facilmente.

Não obstante, o objeto de expressão artística se define fora da série e massificação, como no caso dos objetos 3 e 4, que correspondem a uma capacidade de maior tendência à série. Os objetos 7 e 8, consideram-se de maior relação com o luxo, pois o tipo de funcionalidade não corresponde a objetos de uso doméstico, nem tem a capacidade de especialização que o objeto artístico, seu uso é restringido à imagem pública que se legitima como pertencente a um lugar específico. Também a identificação do artesão-artista com a obra faz da relação entre os tipos de objeto uma classificação e diferenciação notável, ao contrário de outros produtos que tem mais relação com a localização ou pertinência a um território específico. Os objetos cerâmicos, que de base apresentam uma posição específica nos mercados constituem uma relação de mediação entre o produtor e a configuração do mercado social e espacialmente, os mercados de artesanato são resultado e não condição de classificação.

O significado geral da descrição e posicionamento pelas características de cada objeto pode mudar historicamente nas condições hegemônicas de percepção do que é artesanal ou não. Não obstante, este tipo de posições não se deriva da condição autônoma do objeto, num isolamento para sua análise, senão que deve ser parte da explicação das **práticas** que permitem entender as **intenções** dos indivíduos e as formas de modificação que eles possam projetar ao longo do tempo (WILLIAMS, 2011). São as práticas e as intencionalidades na produção do artesanato o que define a condição da legibilidade na produção e consumo e podem situar-se de forma alternativa,

---

<sup>51</sup> “La *imagen pública* que los individuos de una época determinada tienen de una obra es, hablando con propiedad, el producto de los instrumentos de percepción, históricamente constituidos, por lo tanto históricamente cambiantes, que les suministra la sociedad de la que forman parte” (BOURDIEU, 1971, p. 56)

dominada ou oposta à imagem pública e hegemônica que mantem o artesanato como objeto cultural e histórico numa determinada sociedade. Desta forma tanto a prática dos sujeitos em suas posições como a localização da produção tem um peso significativo que integra todo o processo de construção do artesanato como campo.

#### 2. 4. 3. SUJEITOS, POSIÇÕES E DISPOSIÇÕES DE CLASSE.

- O sujeito: Posição de classe

A posição de classe<sup>52</sup> se refere à condição social e objetiva que podem ter os indivíduos num espaço social específico. A posição de classe neste caso pode apresentar-se em indicadores das características de cada indivíduo e sua relação com a atividade econômica. Encontrando na França uma população com maior crescimento de mulheres na integração da atividade artesanal, com faixa etária de maior concentração entre os 40 e 60 anos, maior a 60%, o que apresenta uma maior atividade desenvolvida por adultos que por jovens. O que não significa que toda a atividade de produção se encontre numa antiguidade conforme à idade dos produtores, pois a maioria das empresas deste subsetor artesanal se encontra, em média, menos de 10 anos, o que contrasta com a idade dos produtores, e da ideia da relativa recente integração dos produtores a estas atividades. É dizer, a idade dos produtores é inversamente proporcional à antiguidade das atividades de produção (Tabela 2. 17.).

Ao fazer uma descrição de homens e mulheres por faixa etária no ano 2014, se encontra que existe uma maior proporção de mulheres entre os 35 e 55 anos que os homens, e só existe uma relativa equivalência entre os dois na faixa etária com mais de 55 anos. A projeção do aumento da atividade por parte de mulheres também identifica a trajetória do subsetor dentro da produção em geral. Outro aspecto de relevância, tanto na condição de idade, como no tempo na atividade é sua relação com a qualificação ou escolaridade das pessoas que aproximadamente a metade da população integrada a este grupo possui título de educação superior, outra parte conjunta possui título técnico ou tecnológico (25% aprox.), mas é menor a quantidade de

---

<sup>52</sup> Existe a diferenciação de Pierre Bourdieu de **posição** de classe e **disposição** de classe. A primeira como condição objetiva dentro do campo, ou relações de força; e a segunda, a disposição, como condição subjetiva que tem em conta as potencialidades dos agentes em sua prática social para mudar e reproduzir as estruturas (BOURDIEU, 1996).

indivíduos que se encontra como autodidata (13 %), o que indica uma correspondência com a posição e estrutura econômica em geral.

**TABELA 2.17.** PERFIL DOS ARTESÃOS DE OFÍCIOS DE ARTE NA FRANÇA 2008 – 2014.

|                          | 2008 | 2010 | 2014 |                                   | 2008 | 2010 | 2014 |
|--------------------------|------|------|------|-----------------------------------|------|------|------|
| <b>Sexo</b>              |      |      |      | <b>Antiguidade nas atividades</b> |      |      |      |
| <i>Mulheres</i>          | 50,4 | 45,3 | 65,6 | <i>Menos de 10 anos</i>           | 49,3 | 48,7 | 44,5 |
| <i>Homens</i>            | 49,6 | 54,7 | 34,4 | <i>De 10 a 20 anos</i>            | 23,9 | 27,2 | 28,1 |
|                          |      |      |      | <i>De 21 a 30 anos</i>            | 17,9 | 15,1 | 14   |
| <b>Idade de artesãos</b> |      |      |      | <i>De 31 a 40 anos</i>            | 6,2  | 6,5  | 10,4 |
| <i>20 a 30</i>           | 5,9  | 3,8  | 3,5  | <i>Mais de 41 anos</i>            | 2,7  | 2,4  | 3    |
| <i>31 a 40</i>           | 20,3 | 19   | 20,7 | <b>Nível de Formação*</b>         |      |      |      |
| <i>41 a 50</i>           | 31,7 | 36,6 | 32,9 | <i>CAP, BEP, etc.</i>             | -    | 12,7 | 12   |
| <i>51 a 60</i>           | 32,4 | 32,5 | 29,8 | <i>BAC</i>                        | -    | 14,5 | 24   |
| <i>Mais de 60</i>        | 9,8  | 8,1  | 13,2 | <i>BAC +</i>                      | -    | 54,2 | 50   |
|                          |      |      |      | <i>Autodidata</i>                 | -    | 14,3 | 13   |
|                          |      |      |      | <i>Outro</i>                      | -    | 4,2  | 1    |

\* Existem 6 níveis de Formação : VI - Ensino secundário; V- CAP, BEP qualificação profissional técnico; IV- BAC Qualificação tecnológica e profissional; III – BAC+2 Educação superior; II e I. BAC+(3-4-5) Pós-graduação. Fonte: *Ateliers d'Art* (2014). Elaborado pelo autor.

Com relação ao posicionamento do trabalho artesanal integrado diretamente ao capital, é possível que a situação dos produtores de artesanato de arte seja correspondente a produtores artesanais do setor em geral. Pode tomar-se como exemplo a situação da região Alsaciana, onde o emprego de assalariados é proporcional ao conjunto de empresas artesanais, é dizer, a metade das empresas são individuais, e 40 % aproximado contratam entre 1 e 9 assalariados. A atividade com maior número de assalariados se encontra nos ofícios de joelheiras e joias em geral; logo na talha em pedra e os de fabricação em cerâmica (INSSE ALSACE, 2009a). Mas, ao existir uma relação com o setor industrial, sua relação como parte dos trabalhadores assalariados e não assalariados, também deve apresentar uma relação distinta em sua condição cultural. O problema, então, é pensar o trabalhador de artesanato dentro do setor não só de produção industrial e de ocupação artesanal, senão no setor propriamente cultural, onde se apresente como uma parte da dinâmica entre uma **profissão** cultural e sua participação no **setor** cultural.

Em relação ao setor cultural, pode entender-se, no caso da região Alsaciana, que a posição dos ofícios de arte, em relação a sua integração ao assalariamento se encontra perto à média do

conjunto de atividades do setor (66 %), que comparado no conjunto se aproxima a atividades como artistas de espetáculos ou professores de arte no nível de assalariamento, e se encontra oposto aos não assalariados como artistas plásticos e arquitetos (INSEE ALSACE, 2009b, p. 14). O que é problemático nesta medida é que uma profissão cultural não sempre se encontra no setor cultural. Por exemplo, no trabalho de artesanato, um trabalhador se posiciona como **profissional cultural** si realiza uma atividade artística, ou tem habilidades específicas de produção de um bem cultural. Não obstante um trabalhador pode fazer parte do setor cultural ao desenvolver uma atividade de apoio ao setor, como secretarias ou técnicos de administração que pertencem ao setor, mas não são profissionais culturais porque não produzem diretamente o objeto cultural.

No Brasil, a condição de medida do setor artesanal permanece numa tensão entre a condição da integração vertical a uma divisão do trabalho técnica e social, e uma relação horizontal entre os artesãos como identificação e identidade cultural. Embora as cifras do IBGE falem de aproximadamente de 8,5 milhões de artesãos e artesãs, é possível que as cifras possam ser maiores si se considera o trabalho artesanal como uma atividade auxiliar ou de renda familiar, ou que possa ser menor si se delimita à identidade e identificação do artesão desde os programas governamentais. Nessa dificuldade, de gerar uma clara posição diferenciada, é onde as medidas não conseguem especificar totalmente a quantidade aproximada dos artesãos e artesãs.

**TABELA 2.18.** NÚMERO DE ARTESÃOS POR SEXO E LOCALIZAÇÃO NO BRASIL, ANO 2010.

|                                                                   | Total   | Homens  | Mulheres | Urbano (%) | Rural (%) |
|-------------------------------------------------------------------|---------|---------|----------|------------|-----------|
| <b>ARTESÃOS</b>                                                   | 310 012 | 185 831 | 124 181  | 85,37      | 14,63     |
| Mecânicos e reparadores de instrumentos de precisão               | 16 994  | 14 166  | 2 828    | 5,35       | 0,13      |
| Confeccionadores e afinadores de instrumentos musicais            | 2 035   | 1 708   | 327      | 0,65       | 0,01      |
| Joalheiros e lapidadores de gemas, artesãos de metais preciosos.  | 31 330  | 18 870  | 12 461   | 9,78       | 0,33      |
| Ceramistas e afins (preparação e fabricação)                      | 86 218  | 77 026  | 9 192    | 19,59      | 8,23      |
| Cortadores, polidores, jateadores e gravadores de vidros e afins. | 2 630   | 2 469   | 161      | 0,80       | 0,05      |
| Redatores de cartazes, pintores decorativos e gravadores.         | 13 034  | 11 899  | 1 135    | 4,09       | 0,12      |
| Artesãos de pedra, madeira, vime e materiais semelhantes.         | 89 778  | 25 858  | 63 919   | 26,02      | 2,94      |
| Artesãos de tecidos, couros e materiais semelhantes.              | 57 774  | 24 485  | 33 289   | 15,83      | 2,80      |
| Artesãos não classificados anteriormente                          | 10 219  | 9 350   | 869      | 3,27       | 0,02      |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, Tabela 1.1.36.

Uma primeira aproximação no Brasil já se tinha com os dados dos artesãos como análise do censo demográfico do ano 2010 (Tabela 2.18), onde por ocupação aparecem 310.012 artesãos, aproximadamente 60 % de homens e 40% mulheres, e sua distribuição espacial é principalmente urbana (85%) frente aos 15% de zonas rurais. Não obstante, a divisão que apresenta estes dados não corresponde diretamente com o número dado ao total de artesãos senão ao grupo ocupacional que é aproximadamente de 9 milhões, um dado diferente ao falar de “artesãos” e de “trabalhadores artesanais”, o que permite reconhecer a posição dos que são reconhecidos como artesãos na identidade cultural e simbólica, e aquelas pessoas que são reconhecidas como trabalhadoras num ofício técnico específico.

Não obstante, a problemática sobre a posição de classe não se define só na condição da quantidade real ou aproximada senão na condição do que pode ser o artesão ou artesã em referencia a outras ocupações, suas qualidades que podem ser reconhecíveis. A pesar da dificuldade da medição, o estudo da SEBRAE (2013) sobre o setor do artesanato pode ser significativo no entendimento do setor, com uma amostra de 1.301 artesãos e artesãs. O perfil dos artesãos dentro da amostra pode apresentar-se na Tabela 2.19. A distribuição do número de mulheres e de homens varia na proporção da amostra com o censo de 2010, pois existe 77% de mulheres, o que identifica uma projeção do setor com maior peso do trabalho feminino, também se identifica a uma população em relação civil casado (60%), concentrando-se numa população de mais de 40 anos de idade. Possuem os artesãos e artesãs da amostra uma renda média de R\$ 1742 e uma renda familiar média de R\$ 3362.

O nível de escolaridade em sua maioria é de nível médio, mas é significativo que 22% das pessoas da amostra apresentem nível superior completo, em especial tendo em conta a relação do trabalho artesanal técnico em geral. O grau de identificação dos artesãos pode medir-se nesta amostra com uma quantidade maioritária de pessoas que trabalham nas atividades de artesanato há mais de dez anos (72%), e tem esta atividade como principal renda 60%. Não obstante aquelas pessoas que trabalham o artesanato como rendas auxiliares são principalmente pessoas aposentadas (15%), também autônomos e profissionais liberais (9%), e funcionários públicos (6%) (SEBRAE, 2013, p. 62 - 63).

**TABELA 2.19.** PERFIL DOS ARTESÃOS E ARTESÃS NO BRASIL, ANO 2013.

| <b>Sexo</b>         | <b>%</b> | <b>Escolaridade</b>            | <b>%</b> |
|---------------------|----------|--------------------------------|----------|
| Homens              | 23       | Nível médio                    | 41       |
| Mulheres            | 77       | Nível superior incompleto      | 9        |
| <b>Idade</b>        | <b>%</b> | Nível superior completo        | 22       |
| 18 - 29 anos        | 3        | Pós-graduação                  | 6        |
| 30 - 39 anos        | 16       | Sem escolaridade               | 1        |
| 40 - 49 anos        | 27       | <b>Renda mensal Artesanato</b> | <b>%</b> |
| 50 - 64 anos        | 41       | R\$ 678                        | 31       |
| Mais de 65 anos     | 12       | de R\$ 679 a R\$ 2034          | 36       |
| <b>Estado civil</b> | <b>%</b> | de R\$ 2035 a R\$ 3390         | 11       |
| Solteiro            | 21       | de R\$ 3391 a R\$ 4746         | 5        |
| Casado              | 60       | acima de R\$ 4747              | 8        |
| Outro               | 19       | N. s. - N. r.                  | 9        |

Fonte: SEBRAE, 2013. Elaborado pelo autor.

Sua localização principal de produção é a própria casa (77%), e o local próprio (11%), e em menor tamanho quem trabalha em local alugado ou em alguma associação. Sobre sua posição na ocupação, existe uma forma de remuneração principalmente dada por produção (59%), e não por salário fixo (8%) ou comissão (5%), sendo característico assim um trabalho de maior informalidade. A matéria prima é principalmente adquirida em lojas do município (51 %) e compras no atacado da fábrica (24%), e é muito menor o uso de recursos naturais (12%), o que identifica o grau de participação dos artesãos como dependentes do mercado, seja na forma de consumo produtivo das materiais primas, como consumo indireto no resíduo industrial (5%) (SEBRAE, 2013, p. 68). A situação de sua posição de forma geral não se encontra, nesta amostra, na antiga identificação do produtor e sua relação com a matéria prima local e natural, senão que na produção de recursos industrializados se encontra como produtor dependente das indústrias de produção de bens de produção.

Os principais materiais são tecidos (43%), madeira (21%), fio (11%), entre outros produtos vegetais e minerais. Isto corresponde aos produtos principais de produção como roupa de cama, mesa e banho (17%), bijuteria e acessórios (12%), jogo de cozinha (11%), bonecos (11%), entre outros. Os produtos dos artesãos identificam, mas também definem a posição do que pode chegar a ser uma produção classificada como funcional ou luxo. Não obstante, a relação que aqui importa com os objetos artesanais é sua inferência na posição dos sujeitos, pois em relação a sua condição de informalidade, e os poucos artesãos que se encontram como assalariados na

amostra, sua renda se define em venda de produtos, apresentando uma venda de mais de 50 produtos mensais (37%), e entre 21 e 50 (17%) como os mais representativos.

A venda se desenvolve principalmente de forma pessoal, e no local do trabalho, com difusão principal nas feiras. Uma porcentagem importante de artesãos utiliza a internet (24%), não obstante, sua clientela é principalmente residente no mesmo município (53%), outra parte importante são turistas de outros estados (37%), lojas do estado (23%), lojas em outros estados (16%) e turistas estrangeiros (12%) (SEBRAE, 2013, p. 85). Isto também corresponde com a baixa tendência à exportação, só 7 % da amostra exporta os produtos.

Em geral, a posição de classe, neste sentido, é parte do processo de transição de diferentes características que possuem os produtores de bens artesanais de arte, ou artesanato, não todas podem ser avaliadas e quantificadas de forma direta, pois a condição de ser artesão (de produção de artesanato ou arte) não se limita a uma condição formal, senão a uma produção alternativa, principalmente, do sistema de bens de luxo. Assim, a importância da mulher neste tipo de produção nos dois países é representativa, também a situação de uma escolaridade relativamente média, com idade principal de mais de 40 anos, e uma baixa condição de assalariados frente à característica principal de independência e autonomia na produção. As características podem variar quantitativamente tendo em conta as amostras relativamente pequenas frente ao número real que pode existir em cada país, não obstante a identificação das qualidades da posição dos artesãos e artesãs pode ser uma tendência média a avaliar.

- O sujeito: Disposições de classe

Outra característica é a representação subjetiva do artesão, como produtor artesanal e também como artista, sua condição de transição não se encontra precisamente na relação salarial ou capitalista como centro do debate, senão na condição representativa da individualidade do produtor artístico, no discurso de produção de valor diferenciado, de criação de uma obra (*oeuvre*), o que permite que exista uma condição de produção especificamente definida sobre condições de identidade e identificação, subjetividades, que dispõem e predispoem as atividades e formas de organização. Isso não quer dizer que se apresentem fora da condição de produtores numa estrutura econômica, senão que o trabalhador artesanal se apresenta numa relação de



produção com práticas e códigos que exercem relativa autonomia das demais atividades de produção artesanal.

Principalmente, os produtores de artesanato podem apresentar-se como parte de alguma categoria de trabalhadores artística ou artesanal, dependendo da disposição em que se represente no setor socioeconômico e cultural. Assim, é como uma maioria de produtores na França se encontra afiliado às *Chambre des Métiers*, aproximadamente 54,5 %, o que significa que seu reconhecimento é propriamente como **artesão** ou **artesanã**, na medida que se integra ao sistema de institucionalidade das empresas artesanais. A identificação do sujeito o inclui diretamente com a capacidade de relacionar-se no mercado com os mesmos consumidores e a concorrência. A outra parte se encontra identificada como **artista**, seja em sua condição de afiliação à *Maison des Artistes*, com um número aproximado de 27,3 % ou como artista livre sem afiliação alguma (14,7%). O que também permite reconhecer que o grau de afiliação é alto para este tipo de trabalhadores, 74,3 % (*Atelier d' Art*, 2014, p. 18). A identidade de artista se encontra em maior proporção em mulheres (30,6 %) que homens (21 %), embora a proporção de identificação de artesãos e artesanãs seja maior nos dois casos à metade da população.

A transição do artista e do artesão, de uma afiliação a outra, requer de um olhar específico na realidade da produção, tendo em conta que o movimento e dinâmica da identidade e subjetividade exercem nos autores um grau de fragmentação importante com os demais trabalhadores artesanais. Se na representação do artesão no século XX, em relação direta com o desenvolvimento do capitalismo industrial, a integração se realizava de forma que o “ofício era feito homem”, aqui, no artesanato de arte, existe uma pretendida liberdade do autor na produção artística como fabricante individual, como uma capacidade que possui uma tendência contraditória ao industrial, e afirma a produção na obra, é a relação artesão-artesanato o que configura a identidade do sujeito e do objeto.

A tendência ao trabalho artístico se corresponde com a tendência à produção individual, ao modo de produção de capacidades e habilidades do sujeito produtor. Como forma jurídica, os produtores de artesanato de arte na França se encontram distribuídos assim: 63,3% em empresa individual, 15,7 % como auto-empresendedor; e 11 % como Sociedade limitada (SARL). Não obstante, isto contrasta com a **disposição** dos trabalhadores de artesanato a cooperar, com disposição de 65 %, em especial nas atividades de compartilhar informação, recomendações entre

colegas, realizar produção em comum, compartilhar ferramentas, e compartilhar espaços de produção (*Ateliers d' Art*, 2014, p. 22). As atividades de propensão à cooperação não se traduzem na condição de trabalhador na fábrica, senão na associação em rede, na cooperação mediada na prática de comunicação em redes, o uso da internet é importante, pois aproximadamente 90% dos indivíduos possui um site na internet. Isso permite reconhecer as mudanças nas formas de posição dos produtores.

A situação no Brasil pode considerar-se principalmente como posições dadas na referencia ao objeto artesanal como artesanato dentro das condições específicas que a classificação determina, como convenção e imagem pública; o objeto artesanato define notavelmente a relação entre o produtor e o produto. O problema é, então, como outras formas de produção que no sistema de reconhecimentos não são artesanato podem ser integrados como trabalho artesanal, isso quer dizer os produtos típicos ou trabalhos manuais; não obstante a definição principal subjetiva e objetiva deste processo pode identificar-se no título de “mestre artesão”. O mestre artesão tem características de identificação que especializam sua atividade e produto pela trajetória de vida.

A questão sobre se é ou não artesão ou artista ou independente, etc., tem a dificuldade no Brasil na imagem pública cultural que o artesão já representa em sua trajetória histórica, o artesão é parte de uma referencia ao território, o que não só delimita senão que restringe a possibilidade de fazer parte do setor legitimamente. Nessa medida o problema aqui é que a percepção adequada do artesão é de por si a percepção do produtor de artesanato, o que pode ser uma condição que não permite gerar a pergunta sobre se a pessoa é ou não artista, ou trabalhador manual. Não é então uma situação sobre a identificação senão sua disposição à organização, em especial tendo em conta que mais da metade (60% na amostra do SEBRAE) apresenta um status jurídico de independente ou pessoa natural, o que dificulta o grau de formalidade (SEBRAE, 2013, p. 108).

A subjetividade do ser artesão e o contraste com a classificação artesanal pode significar que as trajetórias na mobilidade e transição sejam parte da condição de cada individuo na produção e sua eleição e intencionalidade no momento de reconhecimento, pois a identidade de artesão, artista e produtor pode modificar-se nas estratégias singulares frente ao campo, por exemplo, para a mobilidade econômica, social ou cultural. A disposição de classe é mais uma

estratégia dentro das possibilidades que tem o produtor no conjunto de relações, e a continuidade ou descontinuidade é parte das ações que cada agente possa ter ao longo da vida.

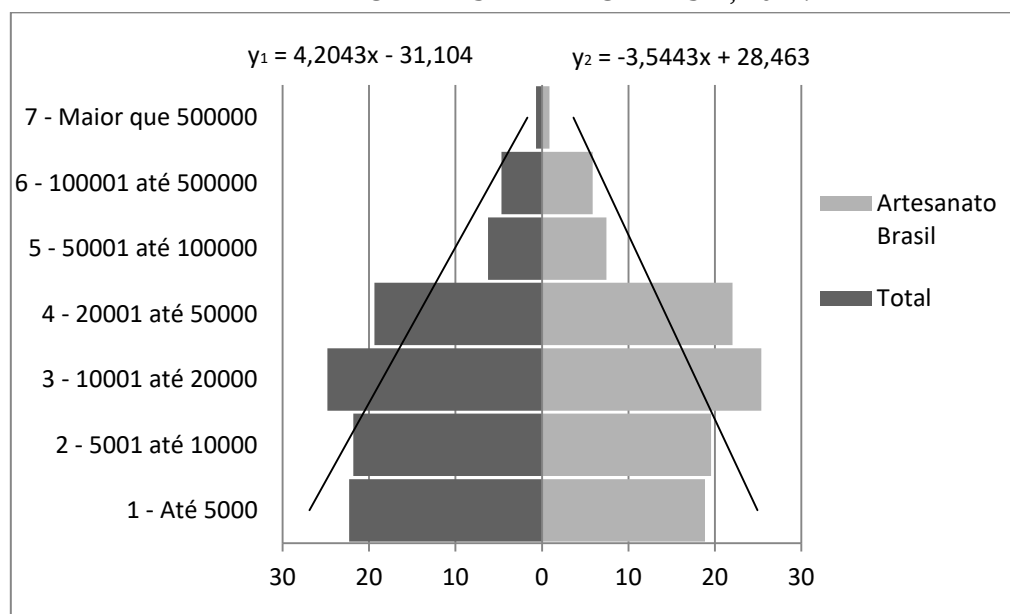
- O lugar: localização da produção.

Um caraterística importante a analisar na atividade artesanal de arte é a sua tendência à produção em pequenas localidades ou comunidades. Não obstante, é possível reconhecer que a produção do trabalho artesanal se desenvolva de forma diversa nas diferentes regiões como atividade informal ou com capacidade para desenvolver-se tanto nos espaços urbanos como rurais, mas para obter uma relação da tendência sobre o lugar da produção é pertinente também analisar sua situação frente à densidade populacional, onde se poderia obter uma imagem das caraterísticas específicas da produção artesanal de artes ou de artesanato em cada país.

Tendo em conta as caraterísticas dos países de estudo, é possível obter uma imagem de correspondência do total do tamanho dos municípios e o total de atividades de artesanato que se desenvolvem, diferenciando tanto entre os mesmos municípios como frente ao total, definindo uma representação geral. Assim, tanto no Brasil (Gráfico 2.10), como na França (Gráfico 2.11) a situação da produção artesanal de arte ou artesanato não se pode definir como diretamente correspondente às regiões de baixa densidade populacional. No Brasil se apresenta um caso particular de relativa proporcionalidade direta entre o tamanho dos municípios e os municípios que apresentam atividade de produção de artesanato. Apresenta-se uma distribuição de municípios entre 10.000 e 50.000 habitantes com maior produção de artesanato, em proporção semelhante ao total de municípios com a mesma quantidade de habitantes.

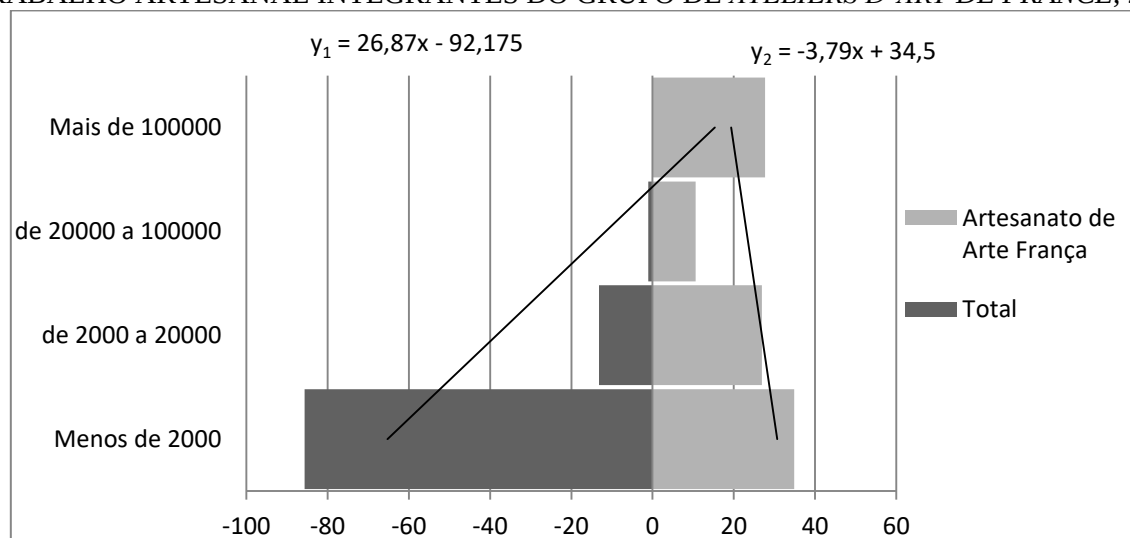
No Brasil, a tendência do total e dos municípios da produção de artesanato pode medir-se na equivalência das linhas de tendência ( $y_1 = 4,2043x - 31,104$ ;  $y_2 = 3,5443x + 28,463$ ) o que permite avaliar a condição de relativa homogeneidade da presença do artesanato no território nacional. É claro que este tipo de medição não se concentra em medir diretamente o número ou tipo de produção, senão que permite estabelecer que se lograsse dar uma proporcionalidade direta, pois pode apresentar-se que o número maior de artesãos se concentre nas cidades de mais de 50.000 habitantes, ou em outro tipo de tamanho.

**GRÁFICO 2.10. PIRÂMIDE DE MUNICÍPIOS TOTAL E MUNICÍPIOS QUE APRESENTAM TRABALHO ARTESANAL NO BRASIL, 2014.**



Fonte: IBGE, Perfil dos municípios, 2014.  
Elaborado pelo autor.

**GRÁFICO 2.11. PIRÂMIDE DE COMUNIDADES TOTAL E COMUNIDADES QUE APRESENTAM TRABALHO ARTESANAL INTEGRANTES DO GRUPO DE *ATELIERS D'ART DE FRANCE*, 2014.**



Fonte: *Ateliers d'Art*, 2014.  
Elaborado pelo autor.

A situação na França pode analisar-se dentro de uma forma de organização diferente, pois nas divisões administrativas comunitárias, pode observar-se uma grande quantidade de comunidades com menos de 2000 habitantes, ocupando um 85,65 %, de 2000 a 20000 habitantes 13,15 %, e o

restante em mais de 20000 habitantes. Deve ressaltar-se que a diferença do Brasil, a medição aqui se toma de uma amostra de artesãos de arte pertencentes a *Ateliers d'art de France*, o que pode considerar-se como uma limitante na comparação, pois no caso do Brasil a medida se dá pelo indicador de presença de atividade artesanal, e na França pela presença dos integrantes nas comunidades tendo em conta o tamanho. Não obstante, é pertinente considerar a situação do trabalho artesanal em proporção da amostra ao total do país.

Pode observar-se que não existe uma correspondência entre as condições do tamanho das comunidades e a localização dos artesãos, com linhas de tendência diferentes em sua inclinação ( $y_1 = 26,87x - 92,175$ ;  $y_2 = 3,79x + 34,5$ ), o que significa que não existe uma presença diretamente proporcional entre o tamanho do município total e de produção de artesanato nessa amostra. Ao contrário, existe um alto número de artesãos de arte nas comunidades com mais de 20.000 habitantes (38 %). Não obstante em relação ao mesmo grupo, é maior a quantidade de integrantes nas comunidades com menos de 2.000 habitantes, o que é um dado significativo da amostra, mas que em proporção da mesma quantidade de municípios com esse tamanho se apresenta como menor quase em 50 pontos percentuais.

Nesta medida, a produção não se concentra unicamente nas populações de menor tamanho, senão que se encontra proporcionalmente dada nas diferentes regiões dos países. As características da produção de artesanato tanto nas posições dos produtores como do tipo de objetos não se resume a uma condição de ruralidade, senão que se espalha pelos diferentes mercados gerando uma maior diferenciação dentro do grupo, devido ao tipo de especialização técnica e produtiva que o trabalho artístico traz consigo. Embora o tamanho da população onde se desenvolva a atividade artesanal não determine diretamente a quantidade de artesãos e o tipo de organização, pode indicar a condição de sua posição frente às formas administrativas locais urbanas e rurais onde se produz e localizam-se os diferentes artesãos de arte. Para ter uma maior precisão da condição espacial devem especificar-se as relações geográficas e territoriais de cada país frente aos dois tipos de relação do trabalho artesanal no desenvolvimento do capital. Este análise se desenvolve no seguinte capítulo.

### **CAPITULO 3 -**

#### **DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL DO TRABALHO ARTESANAL**

O presente capítulo tem como objetivo compreender a forma de desenvolvimento desigual do trabalho artesanal em regiões geográficas centrais e periféricas ao modo de produção dominante. Tendo em conta as características do desenvolvimento histórico do capítulo anterior, a análise do trabalho artesanal define-se principalmente no período dos anos 2008 a 2015. Na primeira e segunda parte realiza-se uma descrição da localização e posicionamento do trabalho artesanal no Brasil e na França, tendo em conta as classificações de cada país. Nesse sentido estuda-se a condição interna do setor artesanal em relação a sua posição na economia de cada país, e no peso relativo de cada região. Depois, realiza-se uma análise da relação do trabalho artesanal com variáveis socioeconômicas para reconhecer sua correspondência e definir o espaço social onde se desenvolve a atividade artesanal.

Na terceira parte realiza-se um estudo da relação do trabalho artesanal no território fronteiriço entre Brasil e França, nos territórios periféricos de ultramar do país europeu. Assim, procura-se definir as condições em que o debate sobre colonialidade e etnicidade permite gerar a integração vertical e horizontal do trabalho artesanal de forma diferenciada nas metrópoles e nas periferias políticas e econômicas dos países. Na quarta parte analisa-se a relação entre o rentismo e o desenvolvimento do trabalho artesanal na acumulação do capital na forma de direitos sobre o território de forma individual ou comunal. Analisam-se os signos distintivos e as indicações geográficas como parte da inserção da produção local de artesanato na globalização.

Por último, na quinta parte, considera-se a reflexão do desenvolvimento geográfico desigual nas tendências à diferenciação e igualização. O objetivo é entender como se configuram movimentos de convergência e divergência no desenvolvimento da relação do capital e o trabalho artesanal nos dois países de estudo, isto mediante os resultados de análise dos dados econômicos, geográficos e sociais utilizados no capítulo.

### 3. 1. TRABALHO ARTESANAL NO BRASIL

#### 3. 1. 1. LOCALIZAÇÃO E POSICIONAMENTO

Numa primeira aproximação o trabalho artesanal pode representar-se a partir das condições autônomas de produção nos países de estudo. Sua localização pode variar dependendo da classificação, significado e formas de organização, o que dificulta saber especificamente a quantidade para uns grupos frente a outros, no mesmo país e entre países. Assim, pode ajustar-se a análise aos dados existentes da mesma forma de conceptualização do artesanal em cada país, tendo em conta que a forma de integração horizontal pode apresentar uma dificuldade no momento da quantificação pelas características de sua produção e das subjetividades territoriais que eles constituem.

Para reconhecer a situação e características da produção do trabalho artesanal é pertinente apresentar sua localização de forma independente, com a finalidade de analisar num segundo momento sua relação particular com as formas de produção e setores econômicos. A unidade de análise principal são os estados ou regiões administrativas, pois a quantidade de municípios ou comunidades administrativas excede a capacidade de análise e o objetivo da tese. É visível essa situação quando se apresenta, por exemplo, a presença do artesanato em todo o Brasil (Mapa 3.1). Os dados das referências para este capítulo se baseiam nas informações e classificações argumentadas no capítulo anterior, os limites e problemáticas da escolha podem ser integrados à análise.

A produção do trabalho artesanal no Brasil pode apresentar uma dificuldade na forma de quantificação pela própria característica de produção que varia entre a formalidade e informalidade, entre a economia de mercado e a economia doméstica. Nos dados do censo realizado, ou melhor, publicado no ano 2010, existem 4.376 municípios (78,57%) que possuem ou tem presença de artesanato, o que significa que de cada dez (10) municípios, oito (8) tem presença de artesanato. Embora esse dado deve-se contextualizar na proporção do que quer medir, é dizer atividade de produção de artesanato, e não da produção do trabalho artesanal no sentido total, é dizer pensado na relação do trabalho artesanal técnico e cultural nas diferentes formas de classificação.

**MAPA 3.1.** MUNICÍPIOS COM PRESENÇA DE ARTESANATO NO BRASIL, ANO 2014.



Fonte: IBGE, Perfil dos municípios, 2014. Elaborado pelo autor. Software: QGIS 2.8.2. Wien. (Cor branca, com presença de artesanato; Cor preta, sem presença de artesanato)

A concepção do trabalho artesanal que se apresenta não só como uma atividade limitada ao artesanato, senão a uma série de atividades e ofícios técnicos que se realizam dentro de diferentes setores econômicos permite que suas características não se concentrem numa classificação específica do que é trabalho artesanal. Nesse sentido, é preciso ter em conta que a informação sobre os dados do trabalho artesanal, e dos artesãos se encontram limitados às definições e classificações por país, especialmente pelo tipo de medição que se realiza de forma censitária. As formas de medição do artesanato são condicionadas por seu desenvolvimento histórico como produção dependente do sistema geral, assim cada forma de análise deve depender das fontes e os escopos de cada medição para obter uma dimensão dos limites de cada explicação (ver capítulo 2).

Por parte de cada Unidade Federativa (UF), a presença da produção de artesanato se encontraria no total do território, da mesma forma que a quantidade de artesãos identificados dentro do censo, só que a porcentagem ou o peso entre eles se consideraria como medida diferente, pois uma questão é reconhecer que aproximadamente 78% do território nacional têm



presença de artesanato e outro que existe um número de 310.012 artesãos, tendo em conta a cifra do último censo, e que são quantidades diferentes em função de classificações diferentes. Os dados são construídos tendo em conta as duas formas de representação do artesanal tanto em sua na divisão simbólica e técnica.

Tendo em conta as condições do trabalho artesanal na distribuição de artesãos pelo censo do ano 2010, as UF com maior quantidade de trabalhadores se encontram nas regiões sul e sudeste, e também na região do nordeste, principalmente no estado de Ceará (Mapa 3.2). A dificuldade nas medições se encontra na possibilidade de manter as características de medição da presença do artesanato e do trabalho artesanal como condição propriamente técnica, e intentar relacionar a situação entre as duas características de forma interna na condição do setor ou campo artesanal, e de forma externa com diferentes variáveis socioeconômicas.

**MAPA 3.2. DISTRIBUIÇÃO DOS ARTESÃOS NO BRASIL POR UF, CENSO 2010.**



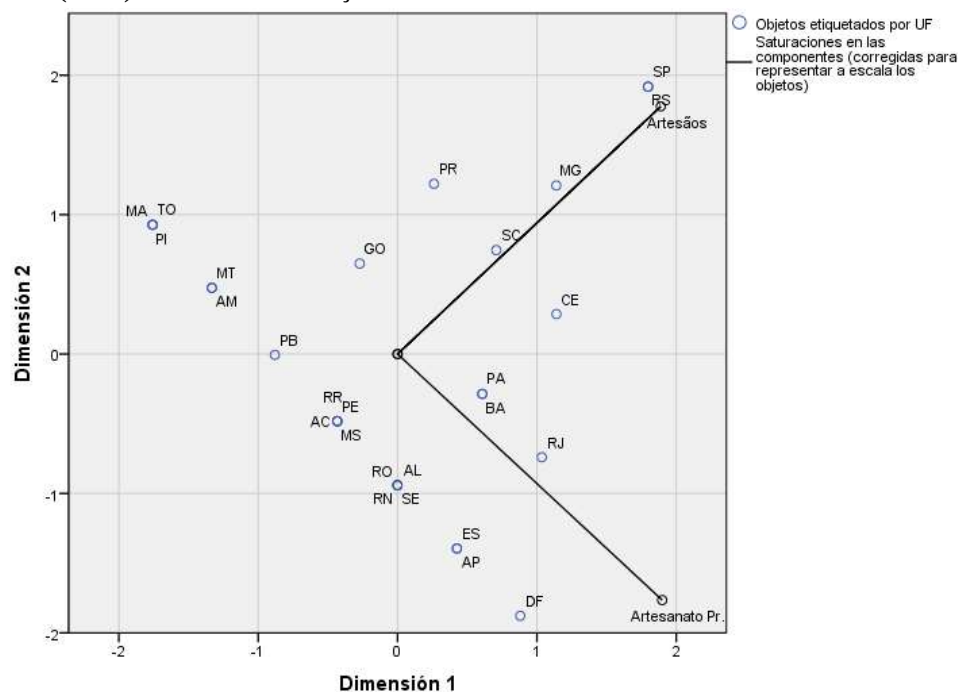
Fonte dados: IBGE, Censo 2010.

Elaborado pelo autor. Software: QGIS 2.8.2. Wien.

De forma geral, não existe nos dados do censo e do perfil dos municípios uma relação de dependência direta ou indireta, não obstante, pode iniciar-se uma análise da dimensão e posicionamento do trabalho artesanal no Brasil tendo em conta as características do peso em cada

indicador. Ao redimensionar a relação das duas categorias (GREENACRE, 2008, cap. 7),<sup>53</sup> de artesãos e de presença de artesanato, a primeira como a porcentagem do valor frente ao grupo ocupacional, e o segundo como porcentagem dos municípios com presença de artesanato frente ao total de municípios por UF, o resultado diante uma Análise de Componentes Principais (ACP)<sup>54</sup>, é a seguinte descrição espacial bidimensional (Gráfico 3.1.):

**GRÁFICO 3.1.** DIAGRAMA DE DISPERSÃO ESPACIAL POR ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS (ACP) DA DISTRIBUIÇÃO DE ARTESÃOS E ARTESANATO NO BRASIL, 2010.



Fonte: IBGE, Censo 2010, Perfil dos municípios 2012.  
Elaborado pelo autor. Software SPSS 19.

A relação entre os componentes principais apresenta uma correlação média alta entre as variáveis, onde o índice de correlação de Pearson é  $r = 0,67$  (Apêndice B), desta forma se encontra que as variâncias são semelhantes, mas não indica que seja causa uma da outra. O dado permite, melhor, identificar a forma de relação que cada UF tem frente aos valores de cada

<sup>53</sup> Para entender o processo de re-dimensão das variáveis diante Análise de Componentes Principais (ACP) observar Apêndice A.

<sup>54</sup> “Análisis de componentes principales (ACP): El objetivo de los análisis de componentes principales es la reducción de un conjunto original de variables en un conjunto más pequeño de componentes no correlacionados que representen la mayor parte de la información encontrada en las variables originales. Al reducir la dimensionalidad, se interpreta un pequeño número de componentes en lugar de un extenso número de variables”. Disponível em: <[https://www.ibm.com/support/knowledgecenter/es/SSLVMB\\_22.0.0/com.ibm.spss.statistics.help/spss/categories/id\\_h\\_cpca.htm](https://www.ibm.com/support/knowledgecenter/es/SSLVMB_22.0.0/com.ibm.spss.statistics.help/spss/categories/id_h_cpca.htm)>

indicador. Como é uma forma de redimensionamento resultado de duas variáveis, se encontra uma primeira dimensão com valores positivos (0,728 Artesãos; 0,732 Artesanato) e na segunda dimensão um valor positivo e um negativo (0,685 Artesãos; - 0,681 Artesanato) com similar peso nas saturações que permitem avaliar uma forma de posição dos estados de forma mais visível.

Assim, os estados de SP e RS apresentam os valores de maior peso referentes ao número de artesãos, tendo em conta os indivíduos identificados no censo, seguido por MG, SC e PR. A situação da proporção de estados com maior presença de artesanato é mais dispersa, e compreende os estados de ES, AP, DF e RJ, tendo em conta que os dados do DF são especiais devido a sua constituição política e espacial. Aqui se encontra uma divisão na forma como as UF ou estados constituem na primeira dimensão um conjunto que apresenta maiores valores nos dois componentes, mas que se diferenciam na dimensão 2, pela referência a trabalhadores artesãos nas ocupações integradas principalmente aos estados de maior industrialização.

O grupo de UF que não apresentam alto valor frente às duas dimensões é MA, TO, MT, AM e PI, pois concentram menor número de trabalhadores artesãos e menor número de municípios com presença de artesanato frente ao total de municípios de cada UF. Os dados não medem a capacidade e qualidade da produção, mas avaliam a presença e número de artesãos que o censo apresenta. A situação destes Estados pode entender-se pelas características de menor população e menor urbanização do território. Nesse sentido, os estados do Norte de forma quantitativa podem apresentar menor peso nas características medidas com os indicadores.

Por outro lado, tendo em conta a limitação dos dados sobre artesãos, é possível definir sua condição espacial de desigualdade na medida em que possa reconhecer-se seu peso ou valor em relação ao total do grupo ocupacional e à população geral em cada UF. Nesse sentido podem-se utilizar os indicadores de **prevalência**, **dissemelhança** e **segregação** (DUNCAN; DUNCAN, 1955; MASSEY; DENTON, 1988; MARTORI; HOBERG, 2004) para obter uma medida da desigualdade nos pesos do trabalho artesanal por UF:

- O índice de prevalência (P) mede a proporção ou razão numérica que existe entre artesãos e o grupo ocupacional por cada UF. O resultado mede-se entre 0 e 1; assim, quando tende a 0 significa uma menor proporção de artesãos frente ao grupo, e quando tende a 1 apresenta uma maior proporção de artesãos frente ao grupo ocupacional.

- O índice de dissemelhança (D) compara as proporções ou razões de dois grupos, o primeiro a proporção entre artesãos e grupo ocupacional e o segundo entre grupo ocupacional e o total da População Economicamente Ativa (PEA) por UF. Nessa forma se reconhece a semelhança ou diferença nas proporções de cada grupo. Se a medida acerca-se a zero (0), indica que o peso entre o grupo de artesãos e grupo ocupacional é maior. Ao contrário, se a medida se acerca a um (1) indica que o peso entre o grupo ocupacional e a PEA da UF é maior.
- O índice de segregação (IS) mede a diferencia que existe entre a prevalência do grupo minoritário, neste caso artesãos, frente ao grupo ocupacional, e a proporção ou razão numérica que existe entre trabalhadores do grupo ocupacional e o total da população economicamente ativa no país, isto com a finalidade de obter um valor do peso em função do total de trabalhadores ativos. Se a medida acerca-se a zero (0), indica que o peso entre o grupo de artesãos e grupo ocupacional é maior. Ao contrário, se a medida se acerca a um (1) indica que o peso entre o grupo ocupacional e a PEA do país é maior.

Os índices de prevalência, dissemelhança e segregação podem ser calculados nas equações seguintes:<sup>55</sup>

$$P = \frac{x_i}{X} \quad (a)$$

$$D = \sum_{i=1}^n \sqrt{\left| \frac{x_i}{X} - \frac{y_i}{Y} \right|} \quad (b)$$

$$IS = \sum_{i=1}^n \sqrt{\left| \frac{x_i}{X} - \frac{t_i - x_i}{T - X} \right|} \quad (c)$$

Onde,

**X** = número de “Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios” por UF.

**x<sub>i</sub>** = número total de artesãos no censo 2010 por UF.

**y<sub>i</sub>** = número de Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios por UF.

**Y** = número de Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios no Brasil.

**T** = número total da população economicamente ativa (PEA) no Brasil.

<sup>55</sup> Realiza-se um ajuste nas equações diante o uso da raiz quadrada dos resultados das proporções, com a finalidade de obter resultados que possam expressar melhor as distancias entre os estados.

$t_i$  = número de Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios no Brasil.

Assim, ao aplicar as equações ou *índices de igualdade* nos dados do censo do ano 2010, como medida próxima da atividade artesanal na totalidade do território nacional do Brasil, é possível reconhecer uma diversidade nos pesos por UF em condições de relação entre proporções entre grupos e entre o total da população de forma diferente. A Tabela 3.1. e a Tabela 3.2. apresentam os resultados particulares por UF, e gerais no país, respectivamente:

**TABELA 3.1.** ÍNDICES DE IGUALDADE PARA OS DADOS DE ARTESÃOS NO BRASIL, ANO 2010.

| Região       | UF | Artesãos | %     | Grupo      | %     | PEA         | %     | P     | D     | IS    |
|--------------|----|----------|-------|------------|-------|-------------|-------|-------|-------|-------|
| Norte        | RO | 1219,02  | 0,39  | 76316,84   | 0,78  | 732224,06   | 0,85  | 0,016 | 0,297 | 0,087 |
|              | AC | 661,16   | 0,21  | 26684,58   | 0,27  | 279287,38   | 0,32  | 0,025 | 0,266 | 0,147 |
|              | AM | 2823,49  | 0,91  | 128744,22  | 1,31  | 1323337,29  | 1,53  | 0,022 | 0,275 | 0,081 |
|              | RR | 463,76   | 0,15  | 16762,34   | 0,17  | 181292,13   | 0,21  | 0,028 | 0,255 | 0,160 |
|              | PA | 9054,08  | 2,92  | 300119,07  | 3,06  | 2901864,37  | 3,36  | 0,030 | 0,271 | 0,059 |
|              | AP | 552,28   | 0,18  | 29589,94   | 0,30  | 260701,08   | 0,30  | 0,019 | 0,308 | 0,125 |
|              | TO | 1192,25  | 0,38  | 61452,08   | 0,63  | 583634,89   | 0,68  | 0,019 | 0,293 | 0,112 |
| Nordeste     | MA | 5293,02  | 1,71  | 230121,63  | 2,35  | 2361388,78  | 2,73  | 0,023 | 0,273 | 0,066 |
|              | PI | 3310,39  | 1,07  | 113800,90  | 1,16  | 1215274,65  | 1,41  | 0,029 | 0,254 | 0,123 |
|              | CE | 20451,47 | 6,60  | 314034,25  | 3,20  | 3361735,17  | 3,89  | 0,065 | 0,168 | 0,162 |
|              | RN | 4232,82  | 1,37  | 121692,44  | 1,24  | 1238313,84  | 1,43  | 0,035 | 0,252 | 0,143 |
|              | PB | 5025,55  | 1,62  | 130653,20  | 1,33  | 1478168,28  | 1,71  | 0,038 | 0,223 | 0,146 |
|              | PE | 5638,42  | 1,82  | 304219,53  | 3,10  | 3403873,26  | 3,94  | 0,019 | 0,266 | 0,145 |
|              | AL | 1595,47  | 0,51  | 100673,45  | 1,03  | 1122013,61  | 1,30  | 0,016 | 0,272 | 0,053 |
|              | SE | 4049,70  | 1,31  | 79249,36   | 0,81  | 832455,42   | 0,96  | 0,051 | 0,210 | 0,204 |
|              | BA | 13606,32 | 4,39  | 561205,27  | 5,72  | 5841078,00  | 6,76  | 0,024 | 0,268 | 0,209 |
| Sudeste      | MG | 28802,47 | 9,29  | 1101663,74 | 11,23 | 9264526,66  | 10,73 | 0,026 | 0,305 | 0,287 |
|              | ES | 2801,23  | 0,90  | 197870,64  | 2,02  | 1694383,99  | 1,96  | 0,014 | 0,320 | 0,074 |
|              | RJ | 9381,89  | 3,03  | 847484,65  | 8,64  | 7151619,21  | 8,28  | 0,011 | 0,328 | 0,269 |
|              | SP | 69894,92 | 22,55 | 2432614,45 | 24,79 | 20001270,33 | 23,16 | 0,029 | 0,305 | 0,457 |
| Sul          | PR | 24005,82 | 7,74  | 643514,51  | 6,56  | 5307823,08  | 6,15  | 0,037 | 0,290 | 0,156 |
|              | SC | 18604,44 | 6,00  | 470133,37  | 4,79  | 3408832,56  | 3,95  | 0,040 | 0,314 | 0,010 |
|              | RS | 43306,37 | 13,97 | 725182,60  | 7,39  | 5533116,22  | 6,41  | 0,060 | 0,267 | 0,066 |
| Centro-Oeste | MS | 6772,21  | 2,18  | 144807,69  | 1,48  | 1180476,98  | 1,37  | 0,047 | 0,276 | 0,182 |
|              | MT | 6448,65  | 2,08  | 172509,34  | 1,76  | 1448274,47  | 1,68  | 0,037 | 0,286 | 0,144 |
|              | GO | 15477,34 | 4,99  | 375544,80  | 3,83  | 2959329,39  | 3,43  | 0,041 | 0,293 | 0,084 |
|              | DF | 5347,52  | 1,72  | 106300,35  | 1,08  | 1287544,21  | 1,49  | 0,050 | 0,180 | 0,188 |

Fonte dados: IBGE, censo 2010. Elaborado pelo autor.

**TABELA 3.2.** MEDIDAS DE DISPERSÃO E TENDÊNCIA CENTRAL DOS ÍNDICES DE IGUALDADE DE ARTESÃOS.

| Índices de igualdade | Media  | Desvio padrão | Min.   | Max.   |
|----------------------|--------|---------------|--------|--------|
| <b>Prevalência</b>   | 0,0315 | 0,013863      | 0,0111 | 0,0651 |
| <b>Dissemelhança</b> | 0,2708 | 0,038129      | 0,1682 | 0,3278 |
| <b>Segregação</b>    | 0,1459 | 0,087971      | 0,0099 | 0,4569 |

Fonte dados: IBGE, censo 2010. Elaborado pelo autor.

De forma geral os dados apresentam para as UF posições diferentes que os valores absolutos. Assim, existe uma prevalência (P) mínima dos artesãos sobre o grupo ocupacional (0,0315), isso indica que sua condição dentro dos trabalhos técnicos valorados nas categorias de trabalho técnico e operacional é mínima, não obstante este valor deve ser medido em função da classificação das ocupações e identidades do artesão como produtor. O desvio padrão apresenta um valor mínimo que se acerca a zero (0) o que significa uma maior homogeneidade dos dados por cada UF. O valor mínimo no RJ e máximo no CE permite observar duas formas de proporção extremas no conjunto das UF. No estado de RJ, a prevalência menor se produz porque frente ao grupo ocupacional os artesãos só representam 1,1 %, ao contrário no estado de Ceará é de 6,5 %.

Deve reconhecer-se que existe pouca prevalência dos artesãos frente a outras ocupações técnicas, o que indica que por cada UF a razão dos grupos indica uma posição diferente na proporcionalidade de artesãos. Por exemplo, a região Sul (PR = 0,037; SC = 0,040; RS = 0,060) e a região Centro Oeste (MS = 0,047; MT = 0,037; GO = 0,041) apresentam uma porcentagem alta de prevalência frente ao conjunto de UF, sua condição dentro da relação entre artesãos e grupo ocupacional indica uma maior existência proporcional de artesãos, o que se corresponde na região sul no número absoluto de artesãos (PR = 7,7 %; SC = 6 %; RS = 13,9 %), mas que na região Centro Oeste acontece o contrário (MS = 2,18%; MT = 2%; GO = 5%), com menor proporção de artesãos no valor total de artesãos do país (Mapa 3. 3.). Os dados de prevalência apresentam relações diferentes da posição dos trabalhadores artesanais, o que indica que seu peso é relacional e não absoluto.

**MAPA 3. 3. DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE DE PREVALÊNCIA NO BRASIL, 2010.**

Fonte: Dados IBGE.

Elaboração pelo autor. Software: QGIS 2.8.2.

O valor médio da dissimilaridade entre os grupos é maior que o dado da prevalência (0,27 ou 27%), pois compara indivíduos particulares dentro do grupo e da PEA de cada UF, embora o que quer dizer isto é que a razão entre os grupos é de aproximadamente 3/10, ou melhor, que a proporção dos artesãos no grupo ocupacional por UF tem 27% do valor da proporção entre o grupo ocupacional e a população economicamente ativa por UF. Se o valor do grupo de artesãos fosse maior, o valor tenderia a zero. O desvio padrão é 0,038, o que significa que os dados são relativamente homogêneos nas diferentes UF. Existe uma relação importante entre o valor máximo e mínimo que se encontra localizado em RJ (0,3278) e CE (0,1682). De forma contrária ao resultado da prevalência, o dado dos dois estados apresenta-se em relação de maior semelhança no número no caso de CE, é dizer a proporção entre artesãos e o grupo ocupacional tem um peso similar à proporção entre o grupo ocupacional por UF e o número total do grupo ocupacional no Brasil; e de forma inversa, menor semelhança no caso de RJ.

Nesse sentido, é notável que o peso dos artesãos no Ceará seja significativo, pois na região nordestina aparece como o maior peso de artesãos (6,6% do total no país), da mesma forma que sua produção em artesanato posiciona-se na relação ao mercado, especialmente na forma de organização com afiliação de mais de 42 mil artesãs e artesãos à Central de Artesanato de Ceará (CEART), e tendo em conta também a diversidade na produção de artigos em diferentes materiais e técnicas como argila, madeira, rendas, fios e tecidos, etc. (SEBRAE, 2014). “Mais de 30 municípios cearenses fornecedores de artesanato são destacados pela CEART, onde se percebe como uma determinada tipologia pode ser encontrada em municípios localizados em regiões diferentes e até distantes e principalmente, como o município de Fortaleza, como centro aglutinador das migrações populacionais fugitivas das secas, se tornou o município concentrador de uma maior variedade de artesanatos” (LÓCIO; POMPEU, 2006, p. 8).

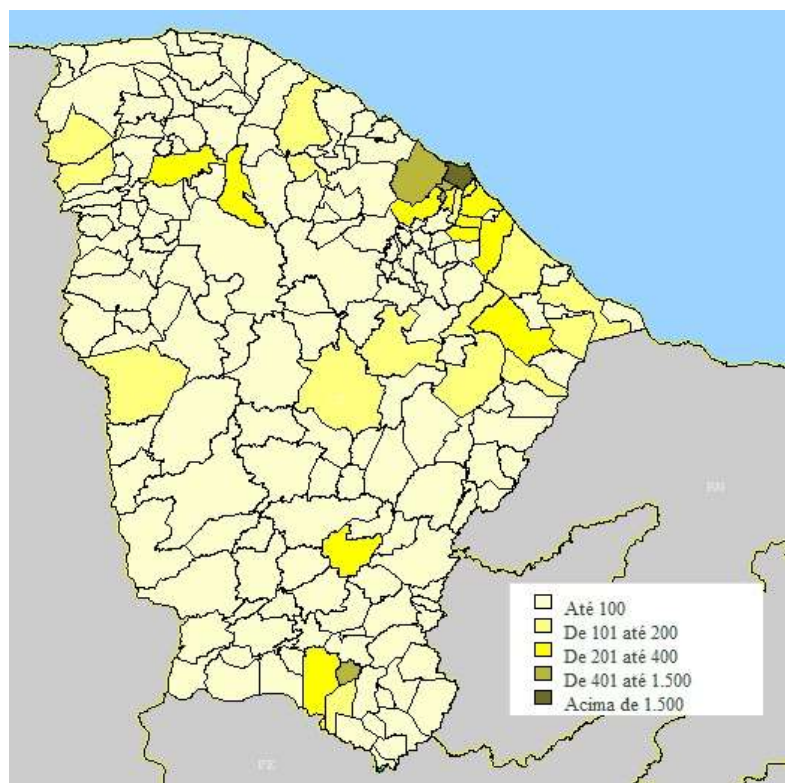
O Estado de Ceará, tanto na proporção da prevalência como dissemelhança se posiciona como o Estado de maior peso proporcional frente aos demais, não especificando uma distinção de qualidade, senão de seu peso proporcional frente às características econômicas e territoriais. Assim, dos 184 municípios, 30 (16,3%) podem ser identificados com maior ênfase na produção de artesanato (LÓCIO; POMPEU, 2006), embora 154 municípios apresentem existência de artesanato (IPECE, 2014). Sua posição no trabalho dentro do grupo ocupacional se encontra concentrada em poucos municípios como Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Maranguape, Juazeiro do Norte, entre outros. A relação aproximada desta produção pode evidenciar-se na localização das indústrias de transformação no Estado e sua forma de centralização da produção (Mapa 3.4.).

Pode observar-se que aproximadamente 36,78% das indústrias de transformação para o ano 2014 se apresentavam no grupo de “Vestuário, calçados, artefatos de tecidos, couros e peles”, área de produção que inclui produtos artesanais, e dentro desse grupo, os principais municípios que concentram a produção são: Fortaleza (7.141), Caucaia (606), Maracanaú (554), Maranguape (467), Juazeiro do Norte (407) (IPECE, 2014). Encontra-se uma grande relação entre o tipo de produção dentro do grupo ocupacional e o trabalho artesanal, como característica significativa, mas que também se apresenta uma relação de produção concentrada principalmente na capital, Fortaleza, como centro de recepção de produtores e do comércio. Esta situação identifica ao estado de Ceará entre a maior prevalência e menor dissemelhança do trabalho artesanal em relação ao grupo ocupacional, embora a concentração e centralização da produção e



comercialização encontrem-se distribuída de forma geograficamente desigual, tanto pelas características históricas de ocupação do território, como pela importância de Fortaleza como eixo turístico e comercial do estado.

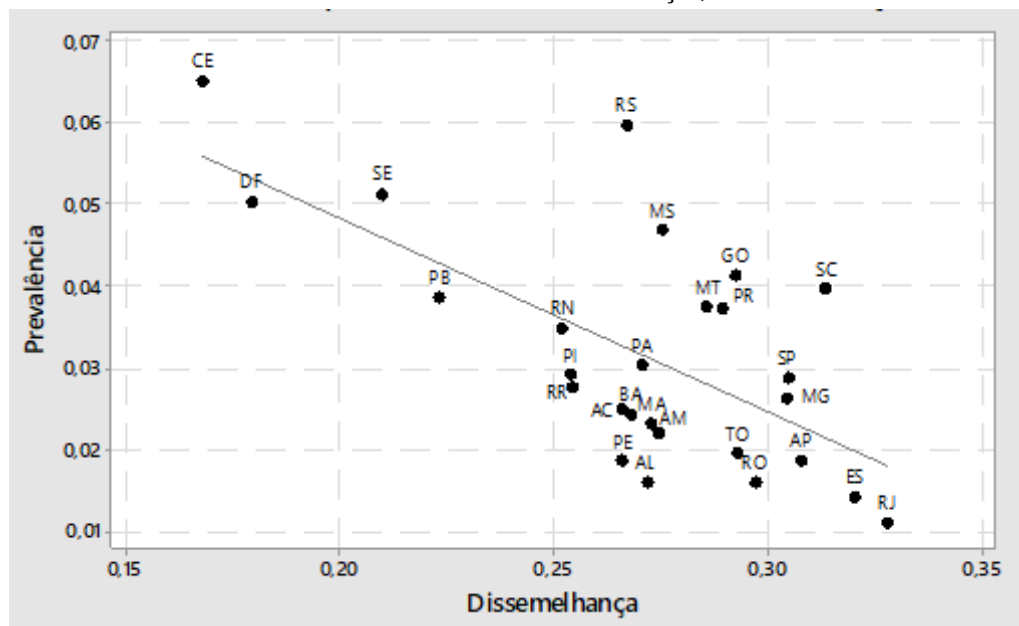
**MAPA 3.4.** NÚMERO DE EMPRESAS DE TRANSFORMAÇÃO NO CEARÁ, ANO 2012.



Fonte: IPECE, 2012. Governo do Estado de Ceará.

De forma particular a situação dos Estados pode apresentar características diferentes em sua configuração e distribuição de artesãos e do trabalho artesanal. Não obstante, de forma geral a relação entre as regiões, em função do valor da dissemelhança, não apresenta diferenças significativas entre elas, embora a medida tenha referencia a valores dados entre a quantidade de artesãos e o número de trabalhadores no grupo ocupacional, o que pode variar entre setor econômico. Assim, os pesos e importância variam na prevalência e dissemelhança de forma inversa, entre maior a prevalência de cada UF menor sua dissemelhança nos grupos comparados (sua correlação é  $r = -0,650$ ;  $p = 0,000$ ) (Figura 3.1.).

**FIGURA 3.1.** DISPERSÃO DOS DADOS ENTRE OS INDICADORES DE IGUALDADE: PREVALÊNCIA E DISSEMELHANÇA, BRASIL.



Fonte dados: IBGE, Censo 2010.

Elaborado pelo autor. Software: Minitab 17.

O comportamento das UF frente ao número de artesãos concentra-se numa escala aproximada à media, dado que é aproximado a 27%. De forma contraria, e com maior variação nos dados, encontra-se o resultado do índice de segregação (IS), que procura comparar os dados da proporção entre número de artesãos e grupo ocupacional, e o grupo ocupacional com o valor da população economicamente ativa. A variação medida pelo valor do desvio padrão (0,0879), como valor mínimo 0,009 encontra-se no estado de SC, e o valor máximo 0,456 o estado de SP. Desta forma, os estados se apresentam com maior heterogeneidade, o que explica uma situação de proporções diferentes em relação aos indicadores dos artesãos frente à população ativa.

O índice de segregação indica, então, de forma distintiva a situação do peso dos artesãos frente ao total da população, definindo diferenças importantes que no principio não podiam observar-se com os dados do total do número de artesãos, pois em três estados de grande industrialização e maior número de artesãos frente ao total de artesãos no país, como são SP (22,55%), RS (13,97%) e SC (6%), sua diferença no peso do índice de segregação é diferente na medida em que a proporção comparada é menor em RS e CS e maior no SP.

Assim, no estado de SP pode encontrar-se maior população de pessoas no grupo ocupacional na população ativa (aprox. 23,2 %), ao contrário que o estado de SC que apresenta um número de trabalhadores no grupo ocupacional de técnicos, artesãos e trabalhadores qualificados de 3,9% em relação à PEA. Este número comparado com a prevalência de artesãos (SP=2,9%; SC=4%) explica a situação de proporcionalidade dos pesos para cada UF, dependendo do total de trabalhadores, No caso de SC é similar o número, o que da como resultado um valor com tendência a zero (0), ao contrário de SP que o número é diferente, representando uma proporcionalidade diferente. Isso indica que a posição de cada UF pode variar na medida em que a situação social dos trabalhadores não depende unicamente de seu valor frente ao grupo de artesãos dos demais estados, senão que se relaciona com diferentes grupos que constituem a população trabalhadora do país.

Não obstante, nestes valores se realiza uma representação da situação dos artesãos frente a posições proporcionais entre eles e o grupo que constituem o que gera um resultado limitado nos pesos relacionais dos dados para uma forma de localização específica. Para obter uma melhor observação da posição dos artesãos é preciso fazer análises entre características sociais e econômicas de cada UF, com a finalidade de entender melhor a situação de desigualdade geográfica do trabalho artesanal no país.

### 3. 1. 2. TRABALHO ARTESANAL E CORRELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS POR UF NO BRASIL.

Para analisar a relação do trabalho artesanal com indicadores socioeconômicos, é preciso reconhecer que os dados para sua análise se identificam por um lado no número de artesãos e de trabalhadores no grupo ocupacional, como forma de representar o trabalho artesanal técnico, e por outro lado, para representar o trabalho de artesanato utiliza-se a proporção dos municípios que tem presença de artesanato e que possuem por município centros de artesanato, devido a que a atividade de produção de artesanato apresenta uma medida menos precisa atualmente. Desta forma podem integrar-se tanto a tendência de integração horizontal e vertical do trabalho artesanal ao sistema de produção dominante.

Tendo em conta as condições socioeconômicas de cada UF, e com a finalidade de obter uma melhor correspondência da situação de cada estado pode gerar-se uma análise relacional com características externas ao setor ou campo artesanal. Para o caso da escolha das variáveis pertinentes para avaliação realizou-se uma seleção de diferentes indicadores socioeconômicos na base de dados da IBGE, especificamente na base de dados Atlas Brasil ([www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br)) onde se resumem dados do ano 2010, e onde se utilizaram as seguintes dimensões ou categorias principais: 1) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), 2) Educação, 3) Renda, 4) Trabalho e 5) Vulnerabilidade (Apêndice C), com o objetivo de reconhecer as correlações significativas entre os dados dessas dimensões e as variáveis do trabalho artesanal, tanto pela forma de integração vertical ao capital, é dizer o grupo ocupacional e o número de artesãos, como de forma indireta ao capital ou de integração horizontal, é dizer a presença de artesanato e a presença de centros artesanais nos municípios.

Desta forma a situação das variáveis é indicada, não em sua relação de causalidade, senão em sua relação de inter-relação. A dificuldade da análise dos dados neste caso é que estes constituem um estudo transversal e não longitudinal no tempo, o que impossibilita uma forma de explicação causal. Não obstante, o estudo transversal não só permitem estender a análise a diferentes dimensões geográficas, senão que dentro dos limites da explicação possibilita uma representação sócio-espacial num tempo específico.

A análise se desenvolve em relação às duas formas de classificação do trabalho artesanal e do trabalho de artesanato, intentando assim utilizar informação que na medida em que mantem a

diferença também possibilita ampliar o contexto de análise. Nesse sentido, os dados de artesãos e artesanato ainda que apresentem diferenças significativas, podem relacionar de forma geral sua relação com as condições socioeconômicas de cada UF. Como se apresenta na Tabela 3.3., os valores de Trabalho artesanal (número de artesãos e número de trabalhadores do grupo ocupacional) e Trabalho de artesanato (número de municípios por UF e número de centros de artesanato por UF) se apresentam com o tratamento de correlação ( $r$ ) que avalia o grau ou força da relação e a direção da relação.

Se a força da relação se encontra entre 0 e 0,4 apresenta uma força de relação menor entre as duas variáveis, uma relação entre 0,4 e 0,6 apresenta uma força de relação média, e se apresenta um valor entre 0,7 e 1 pode considerar-se como uma força de relação maior. A direção da relação, direta ou indireta, é identificada pelo signo, positivo e negativo respectivamente. O valor de ( $p$ ) é aquele que se define em relação a um valor de significância estatística ( $\alpha$ ) neste caso 0,05, e se expressa como o risco que se entenda que existe uma relação entre as variáveis na medida em que não é certa ou não é concluinte, é dizer 5% de probabilidade de risco; entre menor o número ou sua tendência seja 0, é menor o risco de aceitar a relação (FERREIRA e PATINO, 2015).

De forma geral os dados das correlações indicam a possibilidade que existe que os dados das condições do trabalho de artesanato e do trabalho artesanal possam coincidir linearmente ou de forma proporcional com os dados dos diferentes indicadores socioeconômicos das UF que compõem o país. Por exemplo, dada a proporção de maior número de artesãos nas UF de SP, RS, MG, e menor número em MA, TO e PI, o número correspondente dos diferentes indicadores socioeconômicos na correlação unicamente identificaram si existe maior ou menor força em relação a esses valores em seu conjunto, como país, mas que não falam da condição de cada UF em suas características internas, dentro de seus municípios. Entre maior proporcionalidade e linearidade de cada UF nos valores, maior é a possibilidade de visualizar se existe uma relação entre seus componentes de forma geral como país.

**TABELA 3.3. DADOS DE CORRELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS DE TRABALHO ARTESANAL E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS POR UF, 2010.**

| ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL                            | Trabalho Artesanal |       |          |       | Trabalho de Artesanato   |       |                  |       |
|-----------------------------------------------------------------------|--------------------|-------|----------|-------|--------------------------|-------|------------------|-------|
|                                                                       | Grupo Ocupacional  |       | Artesãos |       | Existencia por Municipio |       | Centro Artesanal |       |
|                                                                       | r                  | p*    | r        | p*    | r                        | p*    | r                | p*    |
| IDHM (2010)                                                           | -0,215             | 0,282 | -0,244   | 0,221 | -0,296                   | 0,133 | -0,310           | 0,115 |
| <b>EDUCAÇÃO</b>                                                       |                    |       |          |       |                          |       |                  |       |
| <b>Analfabetismo</b>                                                  |                    |       |          |       |                          |       |                  |       |
| Taxa de analfabetismo - 25 anos ou mais (2010)                        | 0,255              | 0,199 | 0,253    | 0,203 | 0,281                    | 0,155 | 0,320            | 0,103 |
| <b>Escolaridade</b>                                                   |                    |       |          |       |                          |       |                  |       |
| % dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais (2010)      | -0,201             | 0,314 | -0,189   | 0,346 | -0,180                   | 0,368 | -0,219           | 0,273 |
| % dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais (2010)            | -0,159             | 0,430 | -0,141   | 0,484 | -0,138                   | 0,491 | -0,165           | 0,411 |
| % dos ocupados com superior completo - 18 anos ou mais (2010)         | -0,145             | 0,470 | -0,204   | 0,307 | -0,242                   | 0,225 | -0,230           | 0,248 |
| <b>RENDIMENTO</b>                                                     |                    |       |          |       |                          |       |                  |       |
| <b>Composição</b>                                                     |                    |       |          |       |                          |       |                  |       |
| % dos ocupados sem rendimento - 18 anos ou mais (2010)                | 0,217              | 0,277 | 0,269    | 0,176 | 0,363                    | 0,063 | 0,406            | 0,035 |
| % dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais (2010)  | 0,288              | 0,145 | 0,312    | 0,113 | 0,367                    | 0,059 | 0,398            | 0,040 |
| % dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais (2010)  | 0,234              | 0,241 | 0,265    | 0,182 | 0,278                    | 0,160 | 0,305            | 0,122 |
| % dos ocupados com rendimento de até 3 s.m. - 18 anos ou mais (2010)  | 0,186              | 0,354 | 0,210    | 0,293 | 0,218                    | 0,275 | 0,234            | 0,240 |
| % dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais (2010)  | 0,139              | 0,490 | 0,161    | 0,422 | 0,169                    | 0,400 | 0,169            | 0,401 |
| Rendimento médio dos ocupados - 18 anos ou mais (2010)                | -0,208             | 0,298 | -0,244   | 0,220 | -0,262                   | 0,187 | -0,270           | 0,173 |
| Renda per capita (2010)                                               | 0,372              | 0,056 | 0,383    | 0,049 | 0,150                    | 0,456 | 0,281            | 0,155 |
| Renda per capita , exceto renda nula (2010)                           | -0,204             | 0,308 | -0,250   | 0,209 | -0,293                   | 0,138 | -0,294           | 0,137 |
| <b>Pobreza</b>                                                        |                    |       |          |       |                          |       |                  |       |
| % de pobres (2010)                                                    | -0,467             | 0,014 | -0,494   | 0,009 | -0,338                   | 0,084 | -0,466           | 0,014 |
| % de extremamente pobres (2010)                                       | 0,218              | 0,275 | 0,290    | 0,143 | 0,410                    | 0,033 | 0,432            | 0,024 |
| % de vulneráveis à pobreza (2010)                                     | 0,233              | 0,241 | 0,279    | 0,158 | 0,356                    | 0,068 | 0,370            | 0,057 |
| <b>Desigualdade</b>                                                   |                    |       |          |       |                          |       |                  |       |
| Índice de Theil - L (2010)                                            | -0,391             | 0,044 | -0,473   | 0,013 | -0,434                   | 0,024 | -0,489           | 0,010 |
| Índice de Gini (2010)                                                 | -0,384             | 0,048 | -0,483   | 0,011 | -0,442                   | 0,021 | -0,492           | 0,009 |
| <b>TRABALHO</b>                                                       |                    |       |          |       |                          |       |                  |       |
| <b>Posição na ocupação</b>                                            |                    |       |          |       |                          |       |                  |       |
| % de empregados com carteira - 18 anos ou mais (2010)                 | 0,612              | 0,001 | 0,593    | 0,001 | 0,416                    | 0,031 | 0,548            | 0,003 |
| % de empregados sem carteira - 18 anos ou mais (2010)                 | -0,460             | 0,016 | -0,496   | 0,009 | -0,308                   | 0,119 | -0,450           | 0,019 |
| % de trabalhadores do setor público - 18 anos ou mais (2010)          | -0,438             | 0,022 | -0,440   | 0,022 | -0,466                   | 0,014 | -0,432           | 0,024 |
| % de trabalhadores por conta própria - 18 anos ou mais (2010)         | -0,273             | 0,168 | -0,193   | 0,336 | -0,139                   | 0,491 | -0,207           | 0,301 |
| % de empregadores - 18 anos ou mais (2010)                            | 0,409              | 0,034 | 0,503    | 0,007 | 0,401                    | 0,038 | 0,498            | 0,008 |
| Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais (2010)            | 0,519              | 0,006 | 0,530    | 0,005 | 0,352                    | 0,072 | 0,497            | 0,008 |
| <b>Setor</b>                                                          |                    |       |          |       |                          |       |                  |       |
| % dos ocupados no setor agropecuário - 18 anos ou mais (2010)         | -0,438             | 0,022 | -0,374   | 0,055 | -0,103                   | 0,611 | -0,259           | 0,192 |
| % dos ocupados no setor extrativo mineral - 18 anos ou mais (2010)    | -0,062             | 0,759 | -0,196   | 0,327 | -0,009                   | 0,965 | -0,064           | 0,751 |
| % dos ocupados na indústria de transformação - 18 anos ou mais (2010) | 0,572              | 0,002 | 0,699    | 0,000 | 0,589                    | 0,001 | 0,652            | 0,000 |
| % dos ocupados no setor de construção - 18 anos ou mais (2010)        | -0,128             | 0,525 | -0,253   | 0,204 | -0,056                   | 0,781 | -0,153           | 0,447 |
| % dos ocupados no setor comércio - 18 anos ou mais (2010)             | 0,015              | 0,943 | -0,034   | 0,866 | -0,129                   | 0,521 | -0,115           | 0,568 |
| % dos ocupados no setor serviços - 18 anos ou mais (2010)             | 0,113              | 0,574 | 0,000    | 0,998 | -0,211                   | 0,292 | -0,083           | 0,680 |

Continua

## Conclusão

| VULNERABILIDADE                                                                                                 | Grupo Ocupacional |            | Artesãos |            | Existencia por Municipio |            | Centro Artesanal |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------|----------|------------|--------------------------|------------|------------------|------------|
|                                                                                                                 | <i>r</i>          | <i>p</i> * | <i>r</i> | <i>p</i> * | <i>r</i>                 | <i>p</i> * | <i>r</i>         | <i>p</i> * |
| <b>Mulheres</b>                                                                                                 |                   |            |          |            |                          |            |                  |            |
| % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos (2010)                                                         | -0,524            | 0,005      | -0,558   | 0,003      | -0,557                   | 0,003      | -0,587           | 0,001      |
| % de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família (2010)        | -0,488            | 0,010      | -0,490   | 0,009      | -0,431                   | 0,025      | -0,496           | 0,008      |
| <b>Educação, Trabalho e Renda</b>                                                                               |                   |            |          |            |                          |            |                  |            |
| % de pessoas em domicílios em que ninguém tem fundamental completo (2010)                                       | -0,398            | 0,040      | -0,392   | 0,043      | -0,118                   | 0,557      | -0,259           | 0,192      |
| % de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa (2010)  | -0,443            | 0,021      | -0,489   | 0,010      | -0,317                   | 0,107      | -0,440           | 0,022      |
| % de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal (2010)                          | -0,403            | 0,037      | -0,405   | 0,036      | -0,149                   | 0,458      | -0,305           | 0,122      |
| % de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e em que ninguém tem fundamental completo. (2010)              | -0,471            | 0,013      | -0,503   | 0,008      | -0,289                   | 0,143      | -0,426           | 0,027      |
| % de vulneráveis e dependentes de idosos (2010)                                                                 | -0,355            | 0,069      | -0,387   | 0,046      | -0,168                   | 0,403      | -0,321           | 0,103      |
| % de vulneráveis que gastam mais de uma hora até o trabalho na população ocupada (2010)                         | -0,142            | 0,480      | -0,264   | 0,183      | -0,201                   | 0,314      | -0,279           | 0,159      |
| <b>POPULAÇÃO</b>                                                                                                |                   |            |          |            |                          |            |                  |            |
| População de 10 anos ou mais de idade - Amostra (2010)                                                          | 0,988             | 0,000      | 0,883    | 0,000      | 0,779                    | 0,000      | 0,828            | 0,000      |
| População de 10 a 14 anos de idade - Amostra (2010)                                                             | 0,968             | 0,000      | 0,860    | 0,000      | 0,783                    | 0,000      | 0,813            | 0,000      |
| População de 15 a 17 anos de idade - Amostra (2010)                                                             | 0,969             | 0,000      | 0,866    | 0,000      | 0,797                    | 0,000      | 0,825            | 0,000      |
| População de 18 anos ou mais de idade - Amostra (2010)                                                          | 0,990             | 0,000      | 0,885    | 0,000      | 0,776                    | 0,000      | 0,829            | 0,000      |
| PEA - 10 anos ou mais (2010)                                                                                    | 0,995             | 0,000      | 0,899    | 0,000      | 0,782                    | 0,000      | 0,838            | 0,000      |
| PEA - 10 a 14 anos (2010)                                                                                       | 0,825             | 0,000      | 0,767    | 0,000      | 0,824                    | 0,000      | 0,777            | 0,000      |
| PEA - 15 a 17 anos (2010)                                                                                       | 0,978             | 0,000      | 0,921    | 0,000      | 0,848                    | 0,000      | 0,879            | 0,000      |
| PEA - 18 anos ou mais (2010)                                                                                    | 0,995             | 0,000      | 0,897    | 0,000      | 0,778                    | 0,000      | 0,836            | 0,000      |
| % de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população vulnerável dessa faixa (2010)  | 0,316             | 0,109      | 0,211    | 0,291      | -0,009                   | 0,964      | 0,104            | 0,605      |
| % de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes e com filho menor (2010) | -0,239            | 0,230      | -0,237   | 0,235      | 0,017                    | 0,932      | -0,116           | 0,565      |
| % de vulneráveis e dependentes de idosos, no total de vulneráveis que coabitam com idosos. (2010)               | 0,038             | 0,851      | 0,111    | 0,580      | 0,279                    | 0,158      | 0,203            | 0,309      |
| % de vulneráveis que gastam mais de uma hora até o trabalho na população ocupada vulnerável. (2010)             | 0,495             | 0,009      | 0,338    | 0,084      | 0,094                    | 0,641      | 0,190            | 0,343      |
| Mulheres chefes de família e com filhos menores de 15 anos (2010)                                               | 0,979             | 0,000      | 0,875    | 0,000      | 0,741                    | 0,000      | 0,796            | 0,000      |
| População em domicílios vulneráveis e com idoso (2010)                                                          | 0,542             | 0,004      | 0,438    | 0,022      | 0,609                    | 0,001      | 0,502            | 0,008      |
| População vulnerável de 15 a 24 anos (2010)                                                                     | 0,570             | 0,002      | 0,466    | 0,014      | 0,616                    | 0,001      | 0,517            | 0,006      |
| População ocupada vulnerável à pobreza que retorna diariamente do trabalho (2010)                               | 0,605             | 0,001      | 0,507    | 0,007      | 0,671                    | 0,000      | 0,575            | 0,002      |

Fonte: IBGE, Censo 2010. Elaborado pelo autor.

\*  $\alpha = 0,050$

De forma geral, o alto grau de correlação positiva entre a população e as variáveis de trabalho artesanal e de artesanato confirma varias características dos dados utilizados na análise. Primeiro, que a correspondência direta na posição dos artesãos nas diferentes UF se explica pela condição das características do censo ao obter maior peso da informação onde se concentra maior população. Segundo, que as atividades de trabalho artesanal e de artesanato consideram-se proporcionais à distribuição populacional e não dependem diretamente de uma forma particular de produtores, senão que constitui um produto social das diferentes formas de agrupação espacial, municipal e metropolitana. Terceiro, que o trabalho artesanal se encontra integrado a uma divisão social das ocupações de forma sistemática, e que não constitui uma diferença posicional de indivíduos particulares. Assim, os dados que se utilizam já pressupõem uma restrição técnica e um reconhecimento de integração populacional dos artesãos e da atividade artesanal.

- **Educação e IDH**

Assim, pode identificar-se que a forma como se apresentam os dados de trabalho artesanal e trabalho do artesanato em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tem uma força de relação baixa e seu valor de  $p$  é maior da significância específica ( $\alpha$ ), o que indica uma baixa possibilidade de veracidade nos dados relacionados. Na mesma situação de baixa força de relação se encontram os indicadores de educação, o que explica que não existe uma correlação entre as variáveis de trabalho artesanal e de artesanato e as condições de escolaridade e analfabetismo, neste caso. Desta forma, pode indicar-se que conforme a situação de redução do analfabetismo nas ultimas décadas no Brasil (NAOE, 2011), e o incremento das pessoas nos níveis de ensino médio e profissionalização existe uma baixa força de relação entre as condições do país em relação ao movimento do trabalho artesanal, tanto nas condições do trabalho artesanal no número de artesãos, e as condições de presença de artesanato nas UF.

O grau do incremento na escolaridade da população não elimina a condição de divisão de classe e regional entre a distribuição de oportunidades da população, o que se entende porque “as políticas educacionais nacionais acabam por referendar uma rígida divisão de classes no que se refere à formação educacional. Às classes mais favorecidas, uma educação voltada à pesquisa aplicada e ao saber científico. Às classes trabalhadoras, uma educação de cunho profissional, atendendo às demandas do mercado de trabalho” (SILVA, LUCENA, FERREIRA, 2011, p. 854) Não obstante, as condições de profissionalização definidas sobre condições e capacidades



ocupacionais mais variadas numa sociedade com maior industrialização e ocupações de serviços, não definem de forma significativa as condições de produção do trabalho artesanal tanto de forma técnica como de forma simbólica ou cultural. Ao contrário, aquilo beneficia a situação de participação em diferentes ocupações ao longo do tempo, como também permite modificar o trabalho artesanal como trabalho profissionalizante em si.

A problemática não se concentraria, então, nas condições da educação, pois o trabalho artesanal depende das mudanças na escolaridade, devido a que não se desenvolve como parte de um trabalho simples, senão que sua complexidade cultural e técnica podem concentrar-se tanto na situação da baixa escolaridade, como em função de uma alta profissionalização em técnicas artísticas e de design (MAZZA, IPIRANGA, FREITAS, 2007). Por outro lado, a condição de produção e presença do trabalho artesanal pode analisar-se na condição da renda da população por UF. A renda da população em sua composição de forma geral não apresenta uma força de relação direta entre as condições do número de artesãos e o número de trabalhadores nas ocupações técnicas ou de nível técnico, da mesma forma que na condição de presença do artesanato no país, embora na condição da pobreza e desigualdade possa considerar-se de maior importância.

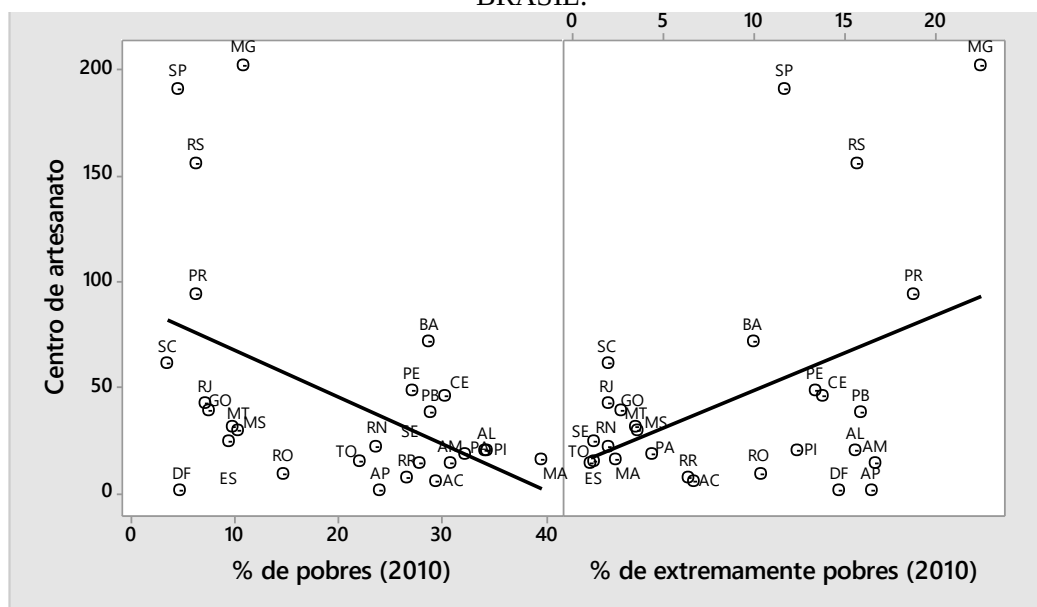
- **Renda**

Em relação à porcentagem da população em situação de pobreza e extremamente pobres, o trabalho de artesanato apresenta uma correlação de caráter médio e significativo, de tendência positiva e negativa, o que pode entender-se pela condição de localidade em que principalmente se desenvolve o trabalho do artesanato, a diferença das ocupações técnicas integradas às regiões urbanas. Não obstante, existe uma relação inversa ou negativa entre os municípios por UF<sup>56</sup> que possuem centro de artesanato e a porcentagem da população pobre por UF. Ao contrário existe uma relação direta e positiva entre os municípios com centros de artesanato por UF e aqueles estados que apresentam uma porcentagem alta de população extremamente pobre (Figura 3.2.).

---

<sup>56</sup> Neste caso, a relação entre a porcentagem de municípios por UF que apresentam centros de artesanato e que realizam atividades de artesanato não permitem medir as diferenças entre os estados ou UF, desta forma se utilizam os dados do peso total por cada UF e não a porcentagem, tentando manter as diferenças, pois a finalidade é entender o país como um todo.

**FIGURA 3.2.** MATRIZ DE DISPERSÃO DE PORCENTAGEM DE POBRES E PORCENTAGEM DE EXTREMAMENTE POBRES NAS UF, POR MUNICÍPIOS COM CENTRO DE ARTESANATO NO BRASIL.



Fonte: IBGE, Censo 2010.

Elaborado pelo autor. Software: Minitab 17.

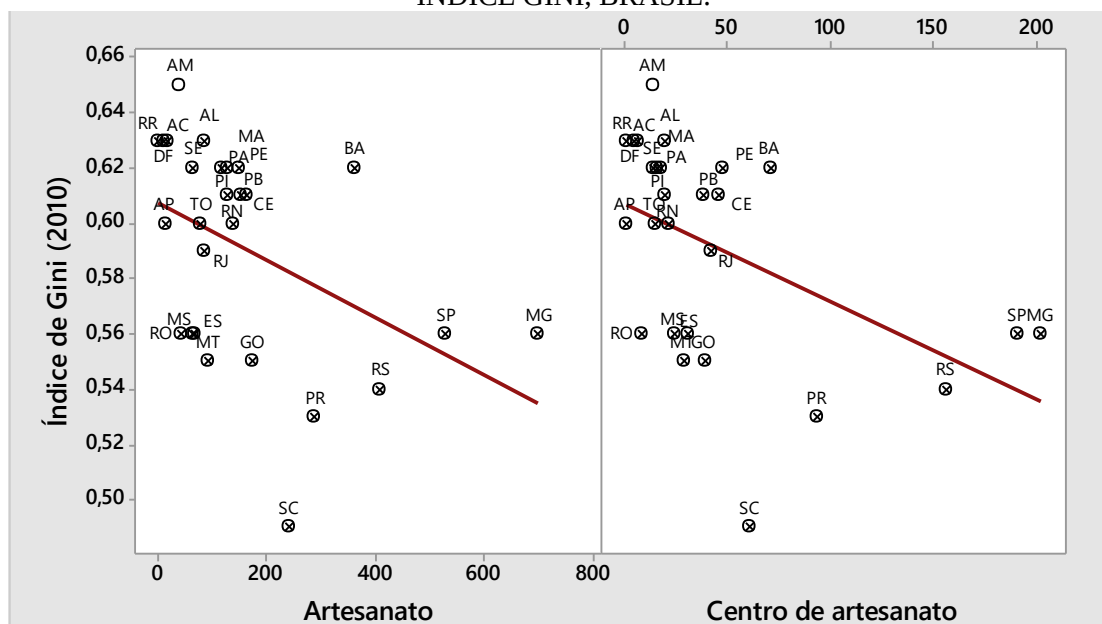
É dizer, que **as UF que expõem maior número de municípios com centros de artesanato se apresenta uma porcentagem menor de população em estado de pobreza**, como no caso de SP, MG, RS, PR e SC. Ao contrário maior número de população pobre apresenta menor número de municípios com centros artesanais, como MA, PI, AL, AM e AC. Não obstante, é necessário determinar aqui que o número de municípios com centros artesanais se encontra delimitado pela mesma divisão administrativa e política de cada UF, é dizer, que os dados não definem diretamente a capacidade e qualidade da produção artesanal de cada estado, senão que relacionam as condições administrativas do trabalho artesanal em cada UF e define sua relação entre eles e a porcentagem da população pobre.

Por outro lado, **as UF com maior população extremamente pobre apresentam maior número de municípios com centros de artesanato**, essas UF são MG, SP, PR e RS. O estado de SC pode evidenciar que tendo o quinto lugar no número de municípios com centros de artesanato, não aumenta a porcentagem da população extremamente pobre. A situação de AM significa o caso contrário, onde mantém um maior número de população em condição de pobreza e extrema pobreza. Nesse sentido, ainda que a tendência seja de uma correlação média entre o grupo de UF

que conformam Brasil, sua posição frente aos centros de artesanato e presença de artesanato varia particularmente.

A desigualdade de renda, medido aqui especificamente nos índices de GINI e índice de Theil-L, como dado de referencia para complementar a análise de relação do trabalho artesanal e renda por UF, apresenta uma correlação média, significativa e indireta das variáveis, isto ultimo se explica pela forma de medição dos indicadores de desigualdade, pois uma tendência a zero (0) explica uma igualdade de renda entre o conjunto da população, e uma tendência a 1 uma extrema desigualdade. Assim, uma relação da desigualdade neste caso não significa que seja totalmente direta na população, senão na forma de distribuição entre as UF, e se apresenta uma forma relacional que traduz a seguinte tendência: entre maior o número de centros de artesanato e municípios com presença de artesanato por UF, menor a desigualdade de renda -como media por UF- nos índices de desigualdade, e vice-versa (Figura 3.3.).

**FIGURA 3.3. MATRIZ DE DISPERSÃO ENTRE VARIÁVEIS DE TRABALHO ARTESANAL E ÍNDICE GINI, BRASIL.**



Fonte dados: IBGE, Censo 2010.

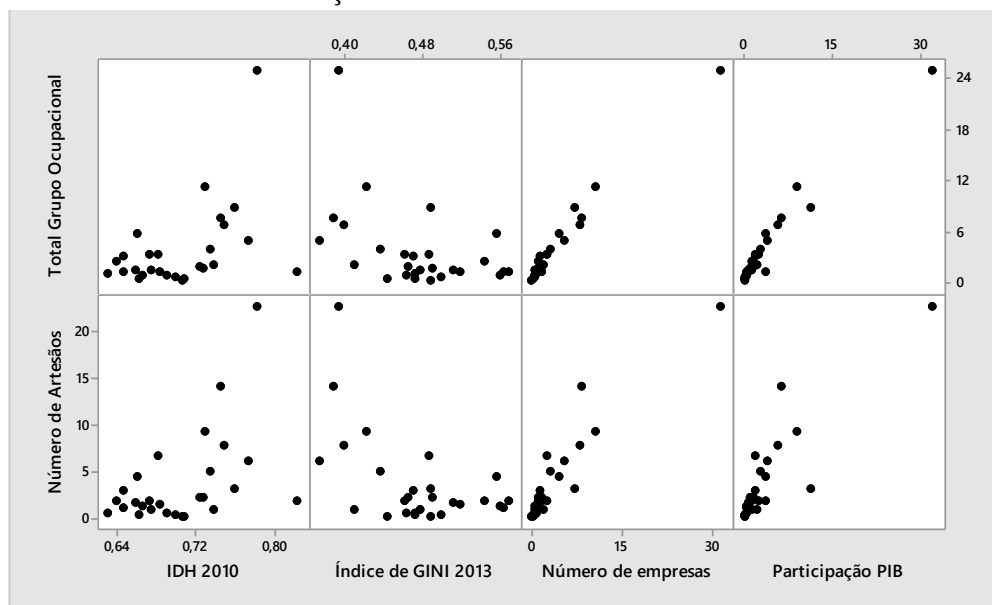
Elaborado pelo autor. Software: Minitab 17.

Nesse sentido, se pode identificar que o grau de desigualdade e o número de municípios com presença de artesanato não tem uma relação positiva, definindo assim que a atividade artesanal se apresenta em regiões ou estados que pode ter menor desigualdade, o que não implica causalidade senão condição das características do país de forma histórica em sua constituição.

Embora não possa derivar-se disto que a desigualdade não seja um fator fundamental na produção de artesanato, senão que **a presença de artesanato por município no implica que necessariamente exista alta desigualdade de renda entre as unidades federativas, dadas as condições históricas e sociais do Brasil no ano de estudo**. Não obstante, o valor da desigualdade no Brasil como país é significativamente alto frente a outros países da região e de países com maior desenvolvimento econômico (CEPAL, 2016, p. 72).

Por outro lado, a descrição da relação entre o trabalho artesanal e o grupo ocupacional, pode contextualizar-se redimensionando o número de artesãos e trabalhadores artesanais com dados econômicos e sociais para entender o posicionamento e sua relação com o comportamento econômico e social. Assim, pode considerar-se além dos dados das características sociais a desigualdade com o índice de GINI e o Índice de Desenvolvimento Humano, e por outro lado os dados econômicos a porcentagem de empresas por UF e a porcentagem de participação da UF no PIB nacional, com a finalidade de posicionar os estados ou UF nas características contextuais, desta forma não se analisa unicamente a relação de posicionamento individual, senão num conjunto de variáveis que identificam correspondências diversas entre elas, representadas nas seguintes gráficas de dispersão (Figura 3.4.).

**FIGURA 3.4. MATRIZ DE DISPERSÃO ENTRE VALORES DO GRUPO OCUPACIONAL, ARTESÃOS EM RELAÇÃO A INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS.**



Fonte dados: IBGE, Censo 2010.

Elaborado pelo autor. Software: Minitab 17.



Pode observar-se que as linhas que representam o grau de correspondência e saturação dos valores, identificam o expressado anteriormente, relações diretas e positivas entre as variáveis econômicas, relação mais dispersa e positiva com os dados do IDH por estado ou unidade federativa, e o índice de desigualdade como relação mais dispersa e negativa. Os estados de SP, MG, RS RJ e PR, como estados que diretamente concentram os trabalhadores nas ocupações técnicas e artesãos, notavelmente o estado de SP apresenta um peso significativo de diferencia entre o grupo. Não obstante, SC aparece com maior peso com relação ao desenvolvimento humano, além de considerar sua presença significativa de artesãos, o que representa uma situação de distinção entre as demais UF.

As UF de maior desigualdade e com menor participação econômica se encontram nas regiões norte e nordeste, o que pode considerar-se como parte da descrição da situação de baixa correspondência entre estas variáveis, terminando por definir uma situação que de forma geral se soma às desigualdades do país. Embora, diferenças significativas como a de ES e BA, são de importância no peso da relação tanto pela saturação as quais se encontram distanciadas tanto das demais UF como das saturações das variáveis.

Não obstante, a medição das empresas e da participação no PIB relaciona uma parte da situação da atividade artesanal frente ao trabalho, para especificar melhor as condições da relação entre o trabalho artesanal nos diferentes estados que compõem Brasil, pode utilizar-se a relação entre a posição nas ocupações e os setores econômicos. Na Tabela 3.3 os dados de correlação apresentam uma forte relação entre a dimensão do trabalho nas características da posição na ocupação dos trabalhadores em cada UF, de forma positiva nos empregados com carteira, empregadores e com o grau de formalização, o que indica uma relação positiva entre a forma de trabalho formal. De forma contrária, com relação negativa se apresentam os empregados sem carteira, o setor público e os trabalhadores por conta própria, o que identifica de forma geral que **existe uma maior relação de presença do trabalho artesanal e de artesanato em condições onde existe maior formalidade de trabalho nas UF para o ano de estudo.**

Esta forma de relação pode ser analisada tendo as condições dos dados que se concentram no trabalho artesanal principalmente pela quantidade de população que integra cada UF. Assim, o que pode interpretar-se não é que a formalidade do trabalho represente uma causa para o trabalho artesanal, senão que nas condições de formalidade de trabalho também podem existir de forma

relacional o trabalho artesanal e de artesanato, entendendo que as transformações do trabalho artesanal e de artesanato não se resumem a uma condição só de produção local, senão que se realiza de forma direta na constituição de mercados mais estáveis com maior densidade populacional, o que representa uma condição salarial e de renda nas diferentes classes para que se desenvolvam e realizem atividades artesanais.

- **Trabalho**

As formas de relação do trabalho artesanal com as condições das diferentes formas de posicionamento das ocupações são mais dispersas, o que permite gerar uma distribuição das UF nestes valores de diferente forma no trabalho artesanal, no número de artesãos, e na presença de artesanato no número de municípios por UF. A primeira, o trabalho artesanal (Apêndice E), na agrupação principal onde se concentra os estados das regiões sul e sudeste entre formalidade do trabalho e quantidade de trabalho artesanal, o grupo de estados da região norte e nordeste expõem maior quantidade de trabalhadores por conta própria, e uma relação de baixa força entre estes e o trabalho artesanal. O que acontece nesta relação é de grande importância para a análise, pois é parte da condição entre o artesanal e a independência do trabalhador.

As UF de maior porcentagem de trabalhadores por conta própria frente aos valores de posição na ocupação e trabalho artesanal são PA, MA, CE e BA, embora esta posição possa modificar-se em função das demais variáveis relacionadas, é importante reconhecer o grau de separação entre estas UF e as outras, em função de características do trabalho artesanal. A problemática de interpretar ao pequeno empreendedor como agente principal do artesanal pode repensar-se aqui si se tem em conta que o peso do valor dos trabalhadores artesanais nesta medida descreve ocupações integradas às atividades de manufatura e o setor de indústria e serviços, o que apresenta uma relação de maior importância aos trabalhadores assalariados, e não específica e diretamente ao trabalhador autônomo.

Por outro lado, a situação do trabalho de artesanato mantém uma relação de menor peso e saturação frente às diferentes posições de ocupação, o que não permite gerar uma forma mais concluinte da medição da presença de artesanato nas diferentes UF, e sua relação com o estado do trabalho. Ao redimensionar as diferentes variáveis (Apêndice F), a correspondência entre a presença de artesanato expõe maior relação com os dados de trabalhadores por conta própria e

empregadores (Quadro 3.1.), especificando os valores correspondentes às atividades de produção de artesanato, tendo diferença significativa do trabalho artesanal, o qual se integra aos setores de transformação e serviços. Assim, a possibilidade de que exista o artesanato na população com maior porcentagem de trabalhadores por conta própria é identificável pela situação do trabalho das UF.

**QUADRO 3. 1. CORRELAÇÃO DE VARIÁVEIS TRANSFORMADAS PARA DADOS DE TRABALHO DE ARTESANATO E DADOS DE POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO POR UF.**

|               | Com Carteira | Sem Carteira | Set. Público | Conta Própria | Empregadores | Formalidade | Artesanato | Centro Artesanal |
|---------------|--------------|--------------|--------------|---------------|--------------|-------------|------------|------------------|
| Com Carteira  | 1            |              |              |               |              |             |            |                  |
| Sem Carteira  | -0,918       | 1            |              |               |              |             |            |                  |
| Set. Público  | -0,17        | 0,14         | 1            |               |              |             |            |                  |
| Conta Própria | -0,485       | 0,406        | -0,425       | 1             |              |             |            |                  |
| Empregadores  | 0,857        | -0,86        | -0,179       | -0,143        | 1            |             |            |                  |
| Formalidade   | 0,974        | -0,957       | -0,09        | -0,503        | 0,875        | 1           |            |                  |
| Artesanato    | 0,105        | -0,109       | -0,729       | 0,552         | 0,341        | 0,093       | 1          |                  |
| Centro Art.   | 0,217        | -0,211       | -0,694       | 0,444         | 0,416        | 0,209       | 0,952      | 1                |
| Dimensão      | 1            | 2            | 3            | 4             | 5            | 6           | 7          | 8                |
| Autovalores   | 4,084        | 2,914        | 0,485        | 0,338         | 0,086        | 0,049       | 0,033      | 0,01             |

Fonte: IBGE, Censo, 2010; Perfil dos municípios 2012. Elaborado pelo autor.

Ainda que com estes dados não se apresente uma condição de dependência para definir uma relação direta entre trabalhadores por conta própria e artesanato, é notável que as condições do artesanato dependam de situações de organização de trabalhadores e trabalhadoras numa relação de relativa autonomia na produção, o que é difícil medir nas condições da presença sem ter um número específico aproximado dos trabalhadores de artesanato. Não obstante a possibilidade de encontrar uma estabilidade no número de artesãos e artesãs nos dados de identificação por médio de reconhecimento formal institucional pode apresentar uma problemática maior na contextualização dos produtores em seu ambiente local. Assim, a questão é: si existe uma maior relação entre a informalidade e o trabalho autônomo com o artesanato, em quê forma sua medição na informalidade vai permitir uma capacidade de representação em aspectos estáveis e recorrentes como categoria geral de trabalhadores artesanais?

Nessa medida, a situação de classificação e identidade do artesão se desenvolve além da forma de identidade local, o que reduz a possibilidade do estudo ao entendimento particular de cada produtor em seu próprio contexto. Não obstante, é precisamente esta característica do trabalho artesanal o que especifica a situação de particularidade e localidade, pois a representação e análise do objeto e dos sujeitos produtores conforma uma situação de maior complexidade que



se relaciona com a situação da dificuldade de definição da produção artística, pois como atividade de produção com habilidades monopolizáveis e diferenciadas por cada indivíduo não permitem uma fácil abstração, e sua identidade varia entre regiões de tal forma que sempre debate-se sua pertinência e legibilidade.

Em especial a condição de artesão no censo não especifica totalmente a representação cultural, senão sua posição no tempo numa ocupação relacionada com o artesanato,<sup>57</sup> mas si se entende que a situação dos artesãos não depende das condições de formalidade propriamente institucionalizada é possível que exista uma maior quantidade de pessoas que possam integrar este setor. Nessa medida, não é possível uma medição tomada desde uma relação com o tempo laboral do indivíduo num período específico, senão também de sua disposição formal como identificação institucional, o que representa uma situação que requer de maior desenvolvimento em sua institucionalização no país.

Assim, a situação no debate pela classificação e institucionalização, como processo continuo na reprodução do campo artesanal, é como se verifica que a medição não se delimita unicamente como atividade formal, senão que esta pode ser medida de forma aproximada no território, muitas vezes porque é o objeto (artesanato) o principal meio de identificação, e é sua localização aquilo que mais identifica a atividade de artesanato. A complexidade do artesanato no nível de abstração é que seu reconhecimento radica na singularidade da produção e sua relação com outras características territoriais de produção, tendo assim uma visível contradição entre a **diferenciação e igualização** (SMITH, 1988, p. 149) diferenciação que aprofunda a forma de produção local no contexto cultural, e a igualização na extensão do território onde se apresentam as atividades de produção de artesanato, é dizer, quanto maior é o espaço de presença do artesanato maior sua diferença, e mais complexa sua delimitação.

A situação de contradição entre a diferenciação e igualização do artesanato como forma de produção não busca definir uma impossibilidade de medição, pois entre maior seja a formalidade dos trabalhadores artesanais em sua identificação, maior possibilidade de abstração e

---

<sup>57</sup> No questionário do censo do ano 2010, sobre trabalho e rendimento aparece a seguinte condição de preenchimento: “Os quesitos de 6.46 a 6.49 devem referir-se ao trabalho único ou principal que a pessoa tinha na semana de referência ATENÇÃO - Critérios para definir o trabalho principal na semana de referência: 1 - Maior número de horas normalmente trabalhadas por semana; 2 - Maior rendimento mensal habitual; 3 - Trabalho que possui há mais tempo”. Em: CD 2010, Questionário da amostra. <[https://censo2010.ibge.gov.br/images/pdf/censo2010/questionarios/questionario\\_amostra\\_cd2010.pdf](https://censo2010.ibge.gov.br/images/pdf/censo2010/questionarios/questionario_amostra_cd2010.pdf)>

integração nos diferentes setores de produção no mercado nacional e mundial. Não obstante, o problema não é unicamente o grau de formalidade, senão o grau de consenso sobre o que se mede, é dizer a regulação política da classificação dos trabalhadores de artesanato como setor ou categoria laboral específica, tendo em conta as condições históricas de diferenciação e produção de sociabilidades na forma de atividades culturais distribuídas ao longo do território nacional. Embora se mantenha uma classificação sobre a identidade do artesão e o artesanato, é previsível que o debate não seja totalmente fechado e possa ser considerado como um campo em disputa pelo reconhecimento social e sua melhor posição no mercado, o que leva aos integrantes do campo a manter uma notável luta pelas qualidades do que é ou deve ser o artesão, e as formas de reprodução do campo como forma autônoma de produção de valor e sentido.

Por outro lado, a relação do trabalho artesanal e de artesanato com os setores econômicos não aparece com uma força de correlação significativa, o principal setor de correlação com alto valor de significância é o industrial. Pode entender-se esta relação pela forma de estruturação dos dados do trabalho artesanal, que se encontra integrada às atividades de transformação, não obstante, tanto no trabalho técnico artesanal como no trabalho de artesanato a atividade industrial é mais relevante na semelhança dos pesos por cada UF. Desta forma, a questão sobre os outros setores em sua composição dentro dos valores que apresenta cada UF não é concluinte ou possui alguma distribuição significativa, como os setores de serviços ou comércio.

A situação da pouca força de correlação não pode entender-se como determinante, embora sua diferença significativa com os dados do número de empresas por cada UF possua maior correspondência, o qual pode descrever uma distinção entre o número total das atividades empresariais e o tipo de atividade econômica frente ao trabalho artesanal. Neste sentido, embora a atividade empresarial seja significativa, só a atividade de indústria de transformação vai permitir especificar a relação de forma geral. A situação da indústria se apresenta de forma desigual nas regiões sul e sudeste frente às demais regiões do país. Especialmente se apresenta maior peso nos estados de SP, RS e PR.

O que significa que a maior correlação da indústria com o trabalho artesanal é derivada da condição da produção populacional e maior participação de empresas nos estados sul e sudeste, dado que vai integrado à situação de desigualdade do país entre suas regiões. Não obstante, o principal aqui não é que o trabalho artesanal se encontre unicamente nas regiões de menor

atividade industrial, senão que se apresenta nos estados de maior industrialização (Apêndice G), o que define a importância de contextos de produção econômica com maior divisão do trabalho no setor industrial e com a possibilidade de integrar maior número de municípios e pessoas com ocupações de produção de artesanato e trabalho artesanal, no conjunto técnico e cultural.

Existe assim, uma diferença significativa na forma como pode reconhecer-se a relação entre as condições culturais e territoriais da produção de artesanato, que evidencia uma maior importância a centros de produção rural e de produção tradicional nos pequenos municípios, onde não se precisa de uma relação direta entre o industrial e o artesanal, em especial o artesanato, não obstante de forma geral, como possibilidade de produção ao longo do território, tanto a densidade populacional como a integração a regiões mais industrializadas e urbanizadas vai permitir uma existência do artesanal em maior medida, o que vai contra a ideia de uma exclusão da produção artesanal nas sociedades economicamente desenvolvidas. O problema é definir até que ponto fazem parte das formas de classificação do trabalho artesanal em sua forma direta ou indireta tendo em conta sua singularidade em cada expressão local.

- **Vulnerabilidade**

A relação com a população vulnerável tem maior significado neste sentido, pois a diferença da variável “condição de pobreza” que não apresenta uma relação direta com as condições de produção do trabalho artesanal e de presença de artesanato nas UF, a condição de vulnerabilidade tem uma maior relação direta e positiva nas duas formas de integração do trabalho artesanal. A relação pode analisar-se de forma contextual frente às condições de educação, renda e trabalho, as quais não são contraditórias na presença de artesanato tanto em regiões com maior desigualdade escolar, de renda e de produção, senão que é a condição de vulnerabilidade da população a que permite reconhecer de forma mais direta a condição de produção do trabalho artesanal.

O que pode entender-se como vulnerabilidade tem maior relação com a possibilidade de ter ou a capacidade de manter recursos culturais, econômicos e sociais que permitam aos indivíduos num momento determinado ocupar tempo e habilidades na produção do artesanato e do trabalho artesanal como agentes relativamente autônomos. A vulnerabilidade de não conseguir manter a situação econômica e social estável permite que uma faixa da população assalariada ou

mesma empregadora mude de posição tendo recursos suficientes para conseguir chegar a uma produção por conta própria ou mesma empregada a uma ocupação técnica. Assim, a condição de pobreza não é determinante para o artesanal, senão na condição de vulnerabilidade como possibilidade de perder as posições sociais, econômicas e culturais que tem num momento determinado um indivíduo ou grupo.

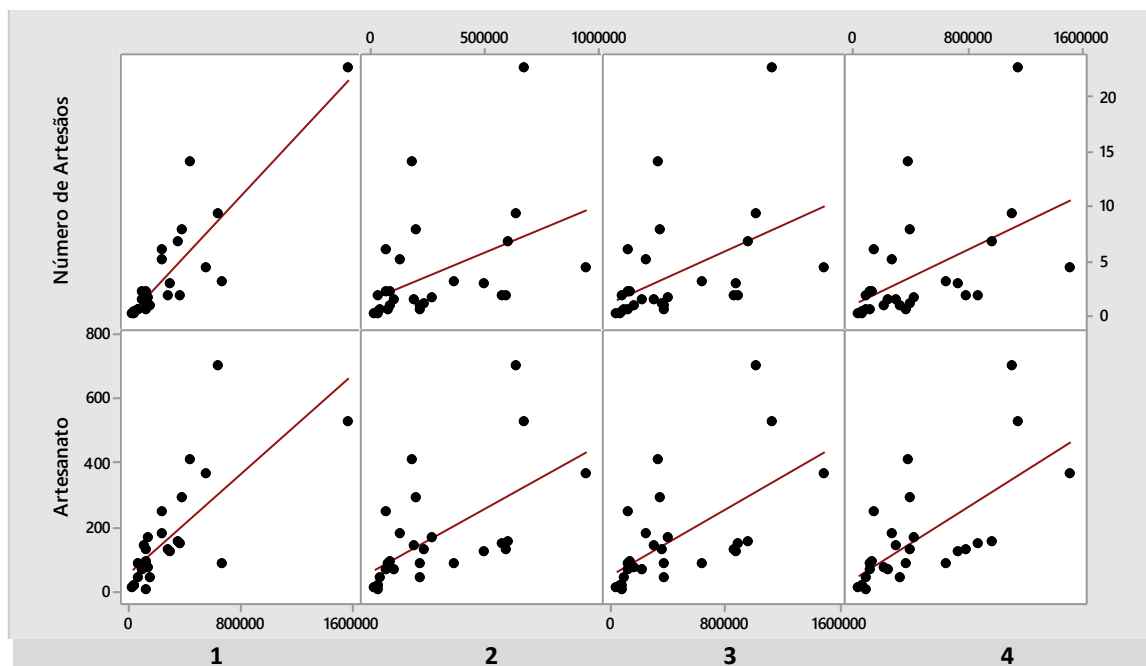
Estudos sobre vulnerabilidade são medidos de forma principal na população de mulheres (PINTO et al, 2011), idosos (SANTOS-ORLANDI et al, 2017) e jovens (FERNANDES, 2006; GADEA et al, 2017). Mas o que se entende por vulnerabilidade, especificamente tem a ver com uma situação de risco em perder capacidades e oportunidades entre um momento da vida e outro, “a vulnerabilidade é entendida como o desajuste entre ativos e a estrutura de oportunidades, provenientes da capacidade dos atores sociais de aproveitar oportunidades em outros âmbitos socioeconômicos e melhorar sua situação, impedindo a deterioração em três principais campos: os recursos pessoais, os recursos de direitos e os recursos em relações sociais” (KATZMAN apud ROCHA, 2011, p. 33).

A questão sobre a vulnerabilidade social radica nas situações internas e externas do grupo ou o indivíduo que permitem que se reduzam as possibilidades de satisfazer suas necessidades físicas, sociais e simbólicas. O que se avalia não é propriamente a condição de pobreza, senão a forma como pode existir uma precarização da situação que leva a uma perda de oportunidades, e isto não permanece como uma qualidade das pessoas senão de uma situação que permite que exista uma mobilidade social a situações de menor bem estar. Não obstante, nos dados apresentados sobre vulnerabilidade existem duas formas de avaliação que conduzem a resultados diferentes, o primeiro na porcentagem do grupo dentro do total de domicílios vulneráveis, e o total da população vulnerável.

É notável que a avaliação de vulnerabilidade sobre os dados de porcentagem da população que se utilizam na parte de correlações é medida pela razão da situação de vulnerabilidade particular pelo número total de domicílios vulneráveis, o que se diferencia da porcentagem a uma proporção diferente da situação da população total frente à população vulnerável. Desta forma aparece uma correlação de força média e negativa entre a porcentagem de pessoas vulneráveis e o trabalho artesanal e de artesanato, o que se pode entender como uma relação onde entre maior é a presença de trabalhadores artesanais, menor é a presença da situação de pessoas em domicílios

vulneráveis, tendo em conta a razão ou proporção dentro do total de domicílios vulneráveis (Tabela 3.3.). Assim, num primer momento os dados não apresentam uma relação positiva ao medir só uma parte da população, mas ao medir o total da população nos dados de domicílios e pessoas vulneráveis se apresenta uma relação direta e positiva tanto no trabalho artesanal como de artesanato (Figura 3.5.).

**FIGURA 3.5. MATRIZ DE DISPERSÃO DAS VARIÁVEIS DE VULNERABILIDADE POR ARTESÃOS E ARTESANATO NO BRASIL.**



- 1: % de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos.
- 2: % de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos.
- 3: % de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza.
- 4: % de pessoas vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho.

Fonte dados: IBGE, Censo 2010. Perfil dos municípios 2012.

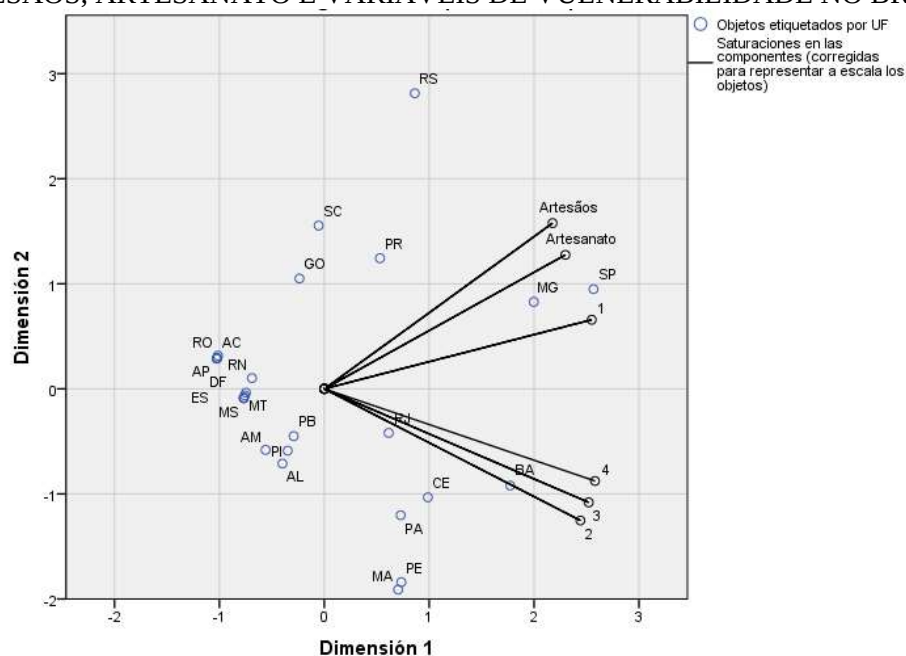
Elaborado pelo autor. Software: Minitab 17.

A avaliação de vulnerabilidade é medida aqui nas seguintes variáveis: “Mulheres chefes de família e com filhos menores de 15 anos”, “População em domicílios vulneráveis e com idoso”, “População vulnerável de 15 a 24 anos”, “População ocupada vulnerável à pobreza que retorna diariamente do trabalho”. A figura matriz de dispersão permite identificar o alto grau de correlação entre as variáveis, o que indica uma forma de compreensão de maior correspondência, o que não significa uma dependência da vulnerabilidade, senão que **se pode inferir que nas condições dadas, se observa que existe uma alta possibilidade de encontrar trabalho artesanal e de artesanato em população vulnerável, tanto de mulheres chefes de família, de idosos e de jovens**, o que termina por diferenciar que embora a situação econômica não seja

diretamente a principal situação de correlação, a posição social das pessoas vulneráveis si permite definir a situação do trabalho artesanal no Brasil.

Nesta medida, embora exista a dificuldade da problemática de medição e identificação dos artesãos no total do território nacional, é possível identificar uma força de correlação positiva entre a vulnerabilidade social e o trabalho artesanal e de artesanato. O que pode oferecer uma maior relação com os estudos locais sobre o artesanato, os quais definem uma situação de precarização do trabalho e sua correspondente saída nos empreendimentos locais de trabalhos artesanais. Embora isto possa ter uma relação como tendência no total das UF, é possível também que nas UF de maior industrialização, melhor educação e baixos níveis de analfabetismo e desigualdade de renda, possa coexistir os empreendimentos de produção artesanal, pois nesta análise os dados dependem da população no total e sua distribuição por UF.

**GRÁFICO 3.3. DIAGRAMA DE DISPERSÃO ESPACIAL POR ACP, DA DISTRIBUIÇÃO DE ARTESÃOS, ARTESANATO E VARIÁVEIS DE VULNERABILIDADE NO BRASIL.**



- 1: % de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos.
- 2: % de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos.
- 3: % de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza.
- 4: % de pessoas vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho.

Fonte: IBGE, Censo 2010, Perfil dos municípios 2012.

Elaborado pelo autor. Software SPSS 19.

Para observar melhor a situação de cada UF podem redimensionar-se os dados para obter uma melhor representação com os valores definidos nas correlações num espaço bidimensional,

nesse sentido diante uma análise de componentes pode obter-se a seguinte posição das UF tendo em conta os valores do trabalho artesanal e as diferentes variáveis de vulnerabilidade (Apêndice H). Na análise de duas dimensões (Gráfico 3.3) aparece uma tendência de correlação positiva na primeira dimensão, o que se corresponde com os dados de dispersão que se realizaram anteriormente, mas na segunda dimensão se apresenta uma distinção entre a presença de trabalho artesanal por um lado, e as variáveis de vulnerabilidade por outro, exceto o valor da variável de vulnerabilidade das mulheres chefes de família, que apresentam uma maior correlação com as variáveis de trabalho artesanal, o que permite validar especialmente uma tendência da correspondência entre trabalho feminino e artesanato.

As UF de maior posicionamento em relação com a posição do trabalho artesanal são MG e SP, e também posiciona o número de mulheres chefes de família em estado de vulnerabilidade, o que é considerado principalmente como um fenômeno urbano onde a maior parte das famílias, por exemplo, no estado de São Paulo verificam um aumento no número de família monoparentais chefiadas por mulheres:

Neste cenário têm-se verificado o aumento de famílias monoparentais, em especial aquelas onde a mulher assume a chefia do domicílio. De fato, notadamente no que se refere à estrutura da família, as unidades domésticas nesse segmento social apresentaram um crescimento significativo. No documento *Síntese dos indicadores sociais*, os dados sobre a distribuição por sexo da pessoa de referência entre 1998 e 2008 mostra que houve um significativo aumento de mulheres nessa condição: de 25,9% para 34,9%. Conforme dados do IBGE (Censo 2000), no estado de São Paulo, 24,1 % das famílias têm a mulher como responsável e, destas, os maiores percentuais em relação à idade das responsáveis pelos domicílios estão na faixa 35 a 54 anos, em um total de 43,7%. Os domicílios com responsáveis do sexo feminino podem ser considerados um fenômeno tipicamente urbano, visto que 91,4% dos mesmos estão localizados em cidades. (PINTO et al, 2011, p. 168-169)

A situação de vulnerabilidade social neste sentido é identificável no cenário das grandes metrópoles, e consequentemente pode ter uma relação forte, direta e positiva com a situação do trabalho artesanal. A situação do trabalho artesanal nesta relação não pode definir-se como causa principal da vulnerabilidade do trabalho feminino, mas se pode mencionar-se sua forte relação como indicador na medida em que se apresenta uma maior oscilação das ocupações das mulheres e uma baixa remuneração o que impulsiona a integrar atividades artesanais como forma de renda principal ou auxiliar. Nessa medida é um fator que se inter-relaciona de forma direta com o trabalho artesanal no Brasil, tendo dificuldades na produção desde sua condição local dentro do mercado e da cadeia produtiva, onde sua condição de precarização é maior (KELLER, 2011).

As UF da região sul junto ao estado de Goiás aparecem com um peso maior na relação com o trabalho artesanal e menor nas condições de vulnerabilidade, o que permite reconhecer uma distinção significativa frente aos outros Estados, definindo uma situação da relação que pode identificar-se na medida dos estados em sua totalidade, e não compreende a situação particular dos municípios que compõem cada UF. Por outro lado, os estados de BA, CE, PA, PE, MA e RJ, se encontram numa situação de maior presença de artesãos e municípios com presença de artesanato, embora possua maior população jovem e idosa na situação de vulnerabilidade, o que permite identificar uma diferença significativa frente às outras UF.

A vulnerabilidade da população jovem não indica uma causalidade frente ao trabalho artesanal, senão que indica que é mais provável que exista trabalho artesanal na situação de vulnerabilidade juvenil, o que pode associar-se a problemas sociais e estruturais como a violência. Desta forma, os estados como BA, PA, RJ e PE concentram os municípios onde se apresenta altos índices de violência juvenil, o que indica “que há uma forte correlação entre vulnerabilidade juvenil à violência e território, na medida em que há diferenças regionais determinando melhores ou piores condições de vida para a população de adolescentes e jovens brasileiros” (Brasil - Índice de vulnerabilidade, 2015, p. 45). Assim, não é o mesmo considerar um empreendimento de produção artesanal nas regiões de maior vulnerabilidade, com empreendimentos de jovens em regiões de melhor condição de vida, o que implica uma profunda desigualdade na situação e projeção de integração ao mercado e a direitos sociais.

As demais UF compartilham uma situação de menor peso no valor das correlações, dentro das variáveis de trabalho artesanal e vulnerabilidade. Assim, sua posição não compartilha uma distinção forte nestas características, embora deva ter-se em conta que estas posições podem mudar frente às variáveis utilizadas para a análise, o que indica sempre um grau de inter-relação em constante mudança. De forma geral, a situação da vulnerabilidade como dimensão que expressa uma situação de desigualdade que só pode ser medida de forma nacional, e não unicamente desde cada UF, pois se apresenta uma relação mais desigual na forma em que no conjunto de estados, que compõem administrativamente o país, o trabalho artesanal aparece integrado às problemáticas sociais de risco social e econômico nas diferentes populações de maior vulnerabilidade como mulheres, jovens e idosos.



### 3. 2. TRABALHO ARTESANAL NA FRANÇA

#### 3. 2. 1. LOCALIZAÇÃO E POSICIONAMENTO.

A descrição do trabalho artesanal na França tem como característica distintiva a forma de classificação principalmente definida nas atividades empresariais, as condições da classificação das atividades artesanais se encontram delimitadas pelos setores de alimentos, edificação, fabricação e serviços. Para o ano 2015 existem mais de 1 milhão de empresas artesanais no país, resultado do alto crescimento na última década, o que indica uma posição de importância na economia no país europeu (*Institut Supérieur des Métiers*, 2014). A análise espacial aqui intenta considerar a posição autônoma do setor, e sua relação com as condições socioeconômicas das regiões para poder obter uma percepção da localização e situação relacional da atividade de forma geral. A situação administrativa e geográfica da França apresenta uma circunstância particular em sua organização que requer de várias considerações.

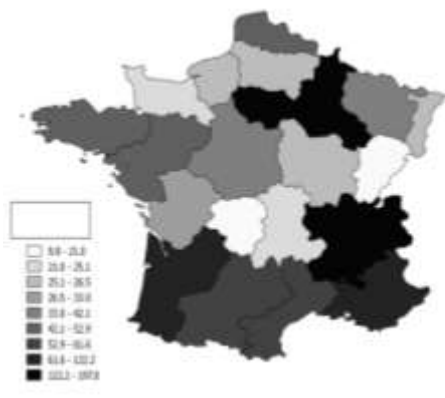
Primeiro, seu território se encontra dividido entre a área metropolitana localizada no continente europeu e os departamentos e regiões em outros continentes, ou *département et région d'outre-mer* (DROM), que constitui no continente americano as ilhas de *Guadeloupe*, *Martinique* e o território de *Guyane*, e no sul da África as ilhas de *La Réunion* e *Mayotte*, esta última de recente “departamentalização” no ano 2011, a diferença das anteriores regiões no ano 1946. A diferenciação constitui, além do tamanho e cultura, uma diferenciação do território, o que permite que exista uma dificuldade na análise de dados nas categorias do trabalho artesanal, no que pode ser entendido como trabalho artesanal na metrópole e nos outros departamentos. Por exemplo, a condição de diferenciação étnica e representação da cultura material que pode ter um peso desigual nas regiões ultramarinas (DAVY, 2007)

A segunda particularidade é sua mudança na administração política das regiões administrativas de 22 a 13 no ano 2015. Nesse sentido a análise entre as diferentes regiões pode mudar frente ao tempo. Não obstante, a situação e número dos departamentos que integram as regiões não mudaram e mantivesse o número de 101, sendo 96 metropolitanos e 5 ultramarinos. Por outro lado, as unidades políticas de organização que compõem os departamentos são as comunas, que são coletividades territoriais que compartilham condições culturais, políticas, tradições, etc. de forma comum, tendo como características sua constante mudança na organização

interna, e sua disparidade no número de indivíduos que conformam as comunas. Para o ano 2014 o número de comunas era de 36.681, e teve uma redução para o ano 2017 de aproximadamente 1256 comunas, ficando na quantidade de 35.416, o que indica neste caso uma dificuldade para uma análise do país de forma geral nas unidades de estudo das comunas, entendendo as dificuldades do grande número e suas mudanças administrativas.

Desta forma, as unidades de estudo para a pesquisa do trabalho artesanal na França são principalmente as regiões administrativas. Também pode considerar-se que a análise dos dados principalmente se relaciona com as áreas metropolitanas, o que pode considerar-se como um ajuste na possibilidade de ter dados compatíveis entre diversas variáveis socioeconômicas. Em relação ao trabalho artesanal é notável que a distribuição entre regiões antes e depois da reforma gera uma mudança significativa na localização das empresas artesanais e da atividade em geral. No Mapa 3.5 e Mapa 3.6 se apresenta uma comparação entre a distribuição das empresas artesanais das 22 às 13 regiões administrativas.

**MAPA 3.5. DISTRIBUIÇÃO DE EMPRESAS ARTESANAIS NA FRANÇA 2014.**



Fonte: Institut Supérieur des Métiers (2014).  
Elaborado pelo autor. Software: QGIS 2.8.2. Wien.

**MAPA 3.6. DISTRIBUIÇÃO DE EMPRESAS ARTESANAIS NA FRANÇA 2016.**



Fonte: INSEE, Région (2016).  
Elaborado pelo autor. Software: QGIS 2.8.2. Wien.

Os mapas apresentam diferenças na proporção, embora deva ter-se em conta que o mapa do ano 2014 tenha 9 intervalos, e 5 intervalos o mapa do ano 2016, com a finalidade de representar as diferenças dentro de cada nova região. Existem regiões de relativa homogeneidade como *Occitanie*, conformada por *Midi-Pyrénées* e *Languedoc-Roussillon*, mas de forma heterogênea também como *Nouvelle Aquitaine*, (anteriormente *Aquitaine*, *Limousine* e *Poitou-Charentes*). Desta forma deve ter-se em conta, por exemplo, que as mudanças na forma de

distribuição das empresas artesanais variam em sua proporção e razão frente ao total de cada região. Assim, os dados do setor artesanal podem ser estudados tanto com a descrição anterior ao ano 2015 e a descrição atual, como por a proporcionalidade no tamanho da população atendendo assim a uma exposição do setor de forma administrativa e geográfica. Em geral, esta parte do estudo se baseia na documentação de *l'Institut Supérieur des Métiers* (2014), em sua publicação de pesquisa sobre o setor artesanal *Tableau économique de l'artisanat*, onde se indica detalhadamente a situação do setor em sua condição econômica e distribuição geográfica.

**TABELA 3.4.** PORCENTAGEM DAS EMPRESAS ARTESANAIS POR SETOR E REGIÃO, ANO 2012.

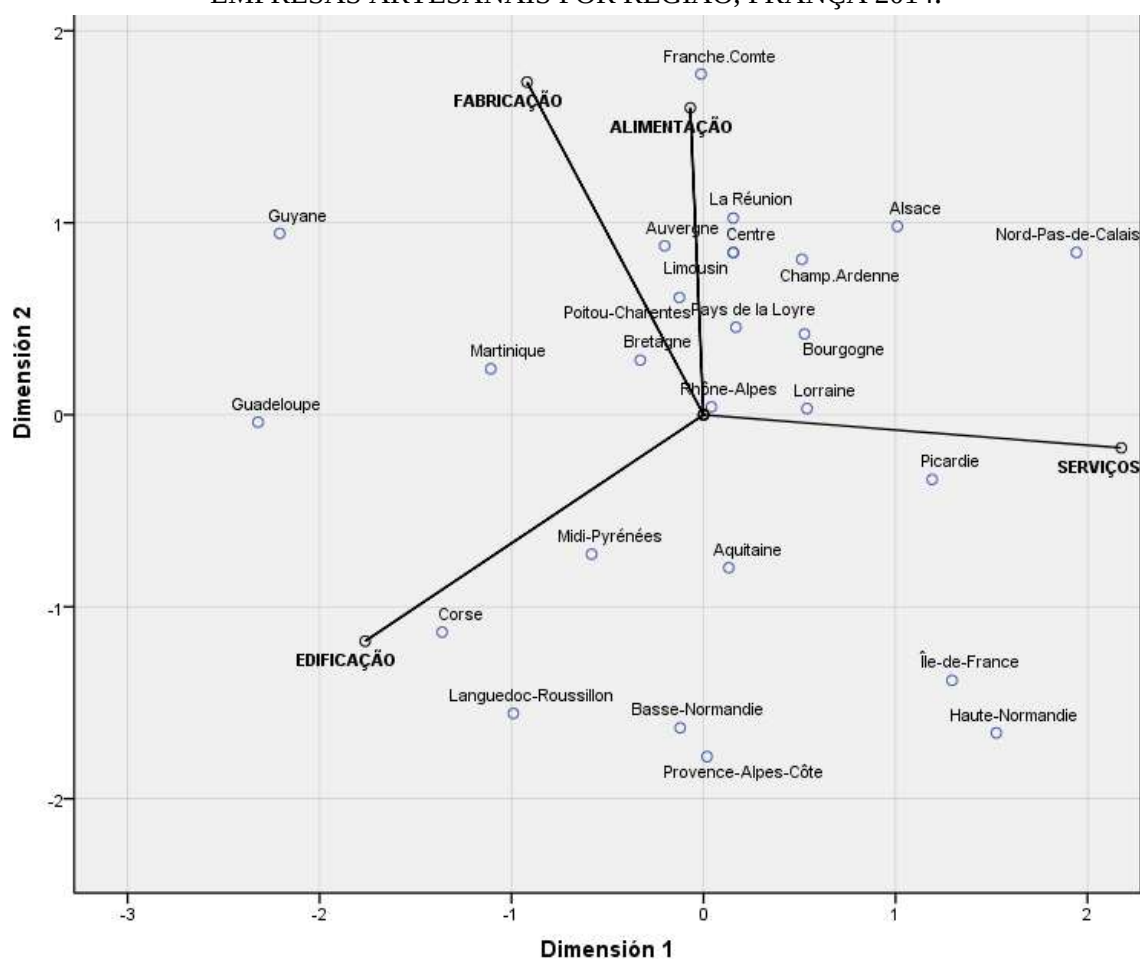
| Regiões                    | Alimentação | Edificação e trabalhos públicos | Fabricação | Serviços |
|----------------------------|-------------|---------------------------------|------------|----------|
| Alsace                     | 8           | 45                              | 16         | 32       |
| Aquitaine                  | 7           | 50                              | 13         | 30       |
| Auvergne                   | 9           | 48                              | 15         | 28       |
| Basse-Normandie            | 11          | 49                              | 12         | 28       |
| Bourgogne                  | 8           | 48                              | 15         | 30       |
| Bretagne                   | 9           | 49                              | 13         | 28       |
| Centre                     | 9           | 48                              | 14         | 29       |
| Champagne-Ardenne          | 9           | 47                              | 15         | 30       |
| Corse                      | 8           | 59                              | 11         | 23       |
| Franche-Comté              | 8           | 45                              | 19         | 29       |
| Guadeloupe                 | 7           | 54                              | 17         | 22       |
| Guyane                     | 8           | 53                              | 20         | 19       |
| Haute-Normandie            | 10          | 46                              | 12         | 31       |
| Île-de-France              | 6           | 49                              | 12         | 33       |
| La Réunion                 | 7           | 46                              | 17         | 29       |
| Languedoc-Roussillon       | 7           | 54                              | 11         | 28       |
| Limousin                   | 9           | 47                              | 15         | 29       |
| Lorraine                   | 7           | 48                              | 15         | 30       |
| Martinique                 | 6           | 49                              | 18         | 27       |
| Midi-Pyrénées              | 7           | 51                              | 13         | 28       |
| Nord-Pas-de-Calais         | 9           | 43                              | 13         | 35       |
| Pays de la Loire           | 8           | 48                              | 15         | 29       |
| Picardie                   | 8           | 48                              | 12         | 31       |
| Poitou-Charentes           | 9           | 49                              | 14         | 29       |
| Provence-Alpes-Côte d'Azur | 6           | 52                              | 12         | 30       |
| Rhône-Alpes                | 6           | 48                              | 16         | 29       |
| <b>Total</b>               | 7           | 49                              | 14         | 30       |

Fonte: *Tableau économique de l'artisanat* (2014, p. 11).

Para poder analisar a localização das empresas artesanais dentro das regiões pode observar-se a Tabela 3.4., onde se relacionam as regiões administrativas (33), frente às diferentes atividades artesanais. As atividades de serviços se encontram em relação indiretamente

proporcional aos trabalhos de fabricação e edificação e trabalhos públicos; assim, quando aumentam os serviços de empresas artesanais existe uma tendência a diminuir a proporção de empresas artesanais de edificação. Não obstante, no total das empresas artesanais aproximadamente a metade constitui empresas do setor de edificação, seguido dos serviços. O caso característico desta situação é *Île de France* com maior número de empresas artesanais de edificação (aproximadamente 70 mil), e uma maior porcentagem de atividades do setor artesanal de serviços.

**GRÁFICO 3.4.** DIAGRAMA DE DISPERSÃO ESPACIAL POR ACP DA DISTRIBUIÇÃO DE EMPRESAS ARTESANAIS POR REGIÃO, FRANÇA 2014.



Fonte: Tableau économique, Artisanat, 2014.

Elaborado pelo autor. Software SPSS 19.

Para entender melhor as posições de cada região em sua relação com as empresas artesanais, pode gerar-se um espaço bidimensional para uma melhor apresentação dos valores de cada unidade (Gráfico 3.4). Existe uma diferenciação na quantidade de empresas artesanais no

setor serviços e edificação, e aquelas que compartilham maior quantidade de empresas entre os setores de edificação e fabricação. No primeiro grupo aparecem regiões metropolitanas *Île de France*, *Normandie*, *Provence-Alpes-Côte*, e no segundo grupo regiões de ultramar como *Guyane*, *Guadeloupe* e *Martinique*. É notável que exista uma distinção, além do número de empresas artesanais, que se concentra na forma como pode ser definida a situação da produção artesanal em atividades diversas entre este tipo de extremos regionais (Apêndice I).

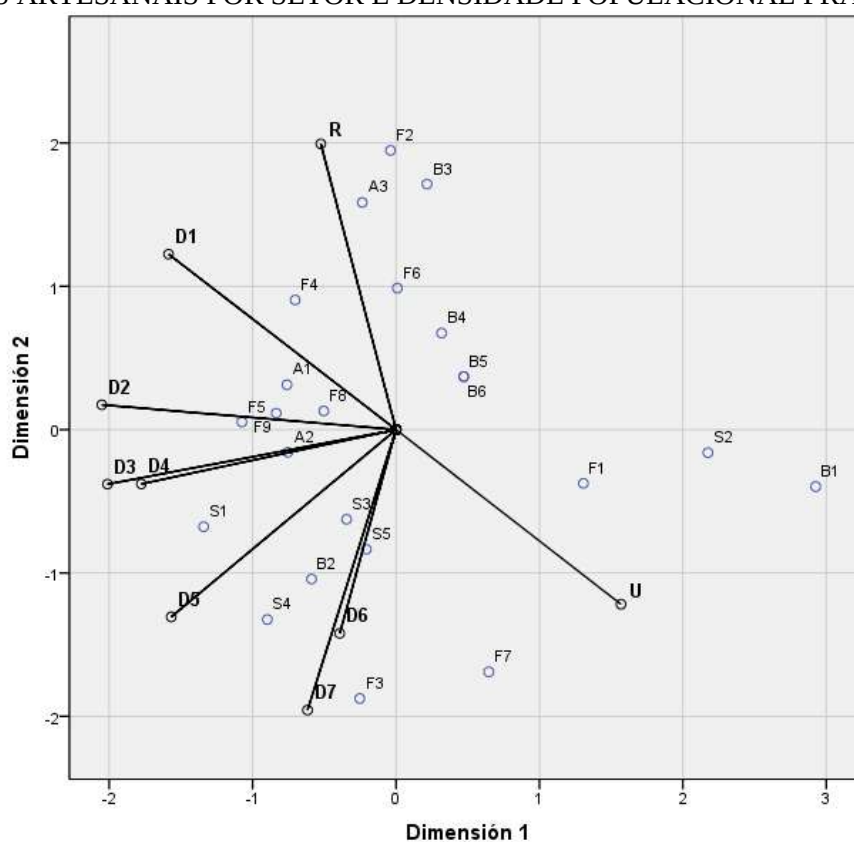
Nas regiões ultramarinas apresentam-se atividades de maior relação com objetos culturais e de luxo, nesse sentido articulados principalmente ao setor turístico, como a produção de bijuteria e joalheria, o trabalho com couro, móveis, e empresas de vestuário, sejam fabricantes, costureiras ou retocadores. Nesse sentido a relação do trabalho artesanal pode mudar tanto na atividade como na densidade da população que integra as empresas artesanais. Nesse sentido a questões sobre o trabalho de artesanato tem maior pertinência, pois no contexto de produção se encontra a diferença étnica e cultural como valor predominante na produção, tanto nas regiões localizadas na América e África.

Por outro lado, as regiões metropolitanas, como a cidade de Paris e a região de Normandie, encontram-se atividades de serviço e edificação, estruturada melhor em atividades como transporte e automóveis, trabalho de construção em geral, entre outros. Assim, nos dois setores de empresas artesanais de maior peso percentual, edificação e serviços com aproximadamente 80% do total, se encontram nas regiões metropolitanas. Não obstante, a diferenciação entre as regiões metropolitanas pode variar dentro de sua situação populacional frente ao setor, por exemplo, a densidade populacional (número de habitantes por km<sup>2</sup>) de *Île de France* (1001,3) e *Normandie* (111,5) é dez vezes menor, e aproximadamente quatro vezes menor o tamanho da população da última região frente à primeira.

Outra região característica é Rhône-Alpes, que tendo uma grande quantidade de empresas artesanais (aprox.. 123,4 mil) apresenta um peso semelhante nos valores frente à média do total das empresas artesanais no país. Isso quer dizer que conforma uma situação média que exemplifica a proporção de trabalhadores nas empresas artesanais, embora sua situação neste caso dependa da proporcionalidade dos demais setores nas diversas regiões no tempo de estudo. O setor de empresas artesanais de alimentação apresenta uma menor heterogeneidade na maior parte das regiões, o que indica seu valor relativamente menor, aproximado a sua média (7%).

Embora este tipo de distribuição e posicionamento esteja definido pelas características das regiões administrativas, é possível aprofundar nas diferenças da localização e posição da produção do trabalho artesanal tendo em conta o tamanho da população, e também como indicador da produção urbana e rural do trabalho artesanal e sua concentração territorial. Nesse sentido a situação do trabalho dentro dos setores pode também encontrar-se diferenciada em pesos distintos. Utilizando os dados das variáveis de densidade da população e a porcentagem das empresas artesanais pode obter-se uma relação complementar da posição das regiões (Apêndice J) (*Tableau économique*, 2014, p. 23).

**GRÁFICO 3.5.** DIAGRAMA DE DISPERSÃO ESPACIAL POR ACP DA DISTRIBUIÇÃO DE EMPRESAS ARTESANAIS POR SETOR E DENSIDADE POPULACIONAL FRANÇA 2014.



Fonte: *Tableau économique*, Artisanat, 2014.

Elaborado pelo autor. Software SPSS 19. (Dados: **Apêndice J**)

A localização das atividades artesanais pode representar-se de forma geral em função da densidade da população (Gráfico 3.5.), correspondendo a um dado que na gráfica das regiões administrativas não podem visualizar-se, e é que a maior parte das empresas artesanais se encontra localizada nos extremos da densidade populacional, entre populações ou comunas com

menos de 5.000 habitantes (R e D1), e nas comunas com mais de 200.000 habitantes (D7 e U). O mais importante deste dado é que essa população representa aproximadamente 70% do total das empresas artesanais do País, e corresponde a uma densidade populacional significativa, pois populações menores de 5.000 habitantes constituem aproximadamente 39% da população, e maior de 200.000, 9% da população do país.

Da mesma forma que na explicação da relação das regiões com os setores das empresas artesanais, existe uma tendência de relação inversa entre fabricação e serviços, pois conforme cresce a densidade populacional, diminui a porcentagem de empresas artesanais de fabricação e aumenta a porcentagem de empresas artesanais de serviços. Assim, nos territórios rurais existe uma presença maior de empresas de fabricação em couro, cerâmica, móveis, alvenaria, e atividades de alimentação variadas. A condição da produção destas atividades relaciona-se no conjunto do território metropolitano e ultramarino. Desta forma a descrição tanto das regiões como da densidade populacional pode permitir realizar uma posição clara da tendência rural da fabricação de objetos artesanais com materiais como couro, metal e barro, nesse sentido pode olhar-se de forma geral uma expressão do local em relação ao que poderia entender-se como artesanato.

Por outro lado, em comunas com maior população, a presença de fabricação diminui e aumenta a quantidade de empresas de serviços. Como caso especial da fabricação encontra-se as empresas de têxteis nas cidades de maior população, da mesma forma que as empresas de transporte ou de serviços relacionados ao setor automobilístico. Embora os dados sobre a localização tenham como limite a informação de sua posição, e não sua trajetória comercial e de circulação das mercadorias e de mobilidade de trabalhadores, o dado sobre a tendência na posição de cada setor ou empresa artesanal pode representar a magnitude e importância da integração do trabalho artesanal ao desenvolvimento industrial e capitalista.

Assim, na localização de forma administrativa das regiões como da densidade da população, observa-se diferenças significativas da situação das empresas artesanais, tendo em sua condição características que contextualizam as necessidades de cada população, mas também que se encontra uma variedade significativa de empresas que ao ser classificadas como artesanais integram ocupações articuladas diretamente à indústria e aos serviços. Não obstante, com a

finalidade de aprofundar na localização, seu significado e peso relativo ao setor mesmo, é possível analisar a posição diante os índices de igualdade: **prevalência** e **dissemelhança**.<sup>58</sup>

Para a análise do trabalho artesanal na França, os **índices de igualdade** correspondem às seguintes medidas:

- O índice de prevalência (P) mede a proporção ou razão numérica que existe entre as empresas artesanais e o número total de estabelecimentos empresariais por cada região administrativa. Se mede entre 0 e 1, assim, quando tende a 0 significa uma menor proporção de empresas artesanais frente ao total de empresas, e quando tende a 1 apresenta uma maior proporção de empresas artesanais frente ao total de empresas.
- O índice de dissemelhança (D) compara as proporções ou razões de dois grupos, o primeiro a proporção entre empresas artesanais e o número total de empresas por região, e o segundo entre a quantidade de indivíduos na categoria profissional de artesãos e comerciantes, e o total da população maior de 15 anos por região administrativa. Nessa forma se reconhece a semelhança ou diferença nas proporções de cada grupo. Se a medida acerca-se a zero (0), indica que o peso entre o grupo de empresas artesanais e o total de empresas é maior. Ao contrário, se a medida se acerca a um (1) indica que o peso entre o número de indivíduos na categoria profissional e a população maior de 15 anos da região administrativa é maior.

Os índices de prevalência e dissemelhança podem ser calculados nas equações seguintes:

$$P = \frac{x_i}{X} \quad (a)$$

$$D = \sum_{i=1}^n \sqrt{\left| \frac{x_i}{X} - \frac{y_i}{Y} \right|} \quad (b)$$

Onde,

**X** = número de Estabelecimentos ativos por região administrativa.

**x<sub>i</sub>** = número de empresas artesanais por região administrativa.

**y<sub>i</sub>** = número de trabalhadores por categoria profissional “artesãos, comerciantes e chefes de empresa” por região administrativa.

**Y** = População maior de 15 anos por região administrativa.

<sup>58</sup> O índice de segregação não é utilizado aqui, pois com os dados utilizados de empresas por um lado e trabalhadores na categoria profissional por outro, a relação sobre o total de trabalhadores não é específica aqui, e corresponde mais a uma relação da categoria profissional junto a comerciantes e pequenos empresários, e não corresponde diretamente a analisar a situação específica dos artesãos.



Assim, ao aplicar as equações ou índices de igualdade dos dados do INSEE, como medida próxima da atividade artesanal na totalidade do território nacional da França, é possível reconhecer uma diversidade nos pesos das regiões administrativas em condições de relação entre proporções entre grupos e entre o total da população de forma diferente às analisadas anteriormente com valores absolutos. A seguinte Tabela 3.5 apresenta os resultados particulares:

**TABELA 3.5. ÍNDICES DE IGUALDADE PARA OS DADOS DE EMPRESAS ARTESANAIS NA FRANÇA, ANO 2014.**

| <b>Região</b>              | <b>X</b> | <b>xi</b> | <b>yi</b> | <b>Y</b> | <b>P</b> | <b>D</b> |
|----------------------------|----------|-----------|-----------|----------|----------|----------|
| Auvergne-Rhône-Alpes       | 811966   | 174735    | 248427,9  | 6369946  | 0,2152   | 0,4198   |
| Bourgogne-Franche-Comté    | 250682   | 52480     | 76804,8   | 2327419  | 0,2093   | 0,4199   |
| Bretagne                   | 301180   | 59760     | 94042,0   | 2686913  | 0,1984   | 0,4043   |
| Centre-Val de Loire        | 215903   | 45970     | 67530,7   | 2110334  | 0,2129   | 0,4253   |
| Corse                      | 46635    | 12430     | 15075,8   | 274106   | 0,2665   | 0,4599   |
| Grand Est                  | 467699   | 96300     | 132654,7  | 4574299  | 0,2059   | 0,4206   |
| Hauts-de-France            | 416513   | 83230     | 125132,1  | 4812772  | 0,1998   | 0,4169   |
| Île-de-France              | 1395594  | 221420    | 299544,3  | 9662718  | 0,1587   | 0,3573   |
| Normandie                  | 269672   | 57600     | 89734,9   | 2719238  | 0,2136   | 0,4250   |
| Nouvelle-Aquitaine         | 616513   | 129340    | 196281,2  | 4907029  | 0,2098   | 0,4121   |
| Occitanie                  | 643145   | 141910    | 204518,7  | 4756249  | 0,2207   | 0,4215   |
| Pays de la Loire           | 322148   | 61380     | 98315,5   | 2979258  | 0,1905   | 0,3969   |
| Provence-Alpes-Côte d'Azur | 613010   | 143285    | 182171,4  | 4140260  | 0,2337   | 0,4356   |
| <b>Média</b>               |          |           |           |          | 0,2104   | 0,4165   |
| <b>Desvio Padrão</b>       |          |           |           |          | 0,0235   | 0,0224   |
| <b>Min.</b>                |          |           |           |          | 0,1587   | 0,3573   |
| <b>Máx.</b>                |          |           |           |          | 0,2665   | 0,4599   |

Fonte: INSEE, *Région*, (2014). Elaborado pelo autor.

Os dados utilizados concentram-se na região metropolitana para permitir a análise com o conjunto de dados uniformemente, pois os dados das regiões periféricas de ultramar não apresentam uma regularidade em todas as variáveis utilizadas. Tendo em conta o valor médio da prevalência, é possível identificar uma quantidade menor das empresas artesanais frente ao total

de empresas nos diferentes setores por região administrativa, o que indica uma posição em geral de menor tamanho frente a profissões liberais e demais setores da indústria e serviços. A proporção do trabalho artesanal ou de empresas artesanais apresenta uma homogeneidade no território metropolitano, representado num baixo desvio padrão (0,0235), resumindo assim uma proporção menor e estável das empresas artesanais no conjunto dos setores produtivos do país. Embora esta proporção seja mantida no ano 2014, e não avalie o crescimento ou variação das empresas artesanais em cada região.

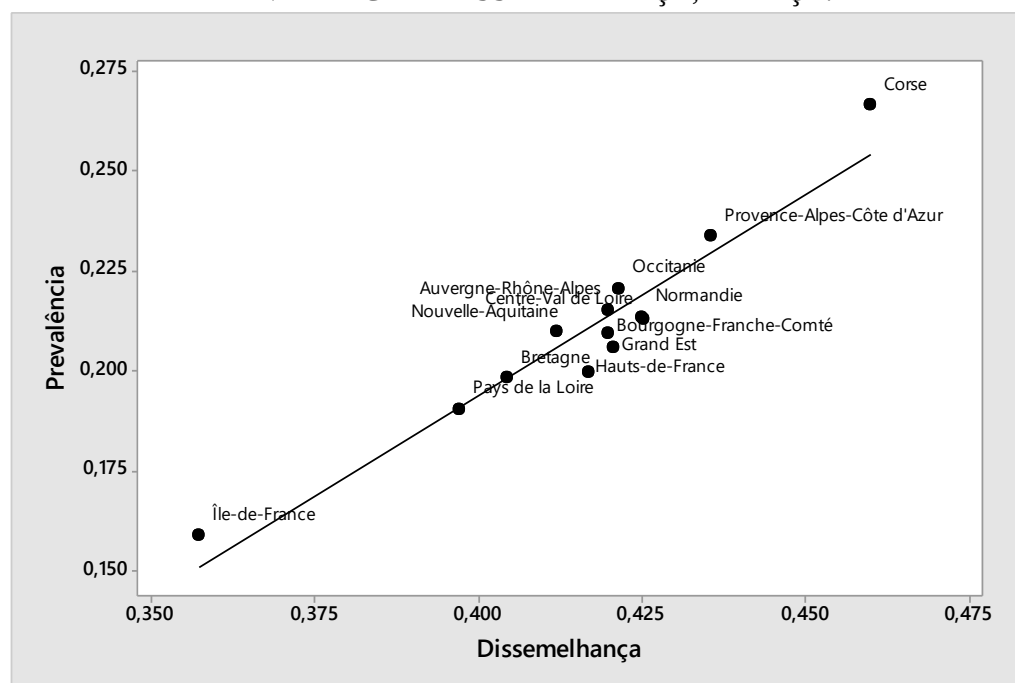
O valor mínimo de prevalência é na região de *Île de France* (0,1587), e o valor máximo na região de *Corse* (0,2665), como dados extremos do conjunto de regiões administrativas, indicando uma menor proporção de trabalhadores artesanais na região principalmente urbana e com maior densidade populacional como a que integra a cidade de Paris. Ao contrário, com menor população em *Corse*, existe uma prevalência maior das empresas artesanais frente ao total de estabelecimentos ativos e produtivos. O resultado da prevalência amostra a estas duas regiões como extremas em sua posição, e com valor perto da média às demais regiões.

Na mesma proporção se encontram os resultados da disseminhança, onde os dados da média se encontram no valor de 0,4165, ou que existe uma disseminhança aproximada de 40% entre a prevalência entre o número de empresas artesanais e total, frente ao número de população dentro da categoria de artesãos e comerciantes e o total da população maior de 15 anos. Isso indica que a proporção de empresas artesanais apresenta uma relação média proporcional maior das empresas artesanais, que o número de indivíduos na categoria profissional de artesãos frente ao total. Assim, embora o número seja menor da prevalência nos dos grupos, de forma relativa a condição de empresa, como unidade autônoma, tem maior peso relativo que o número de trabalhadores artesanais ou artesãos no peso relativo da população, o que justifica a importância que se tem da caracterização da empresa artesanal a diferença da problemática sobre a identificação de artesão como indivíduo e trabalhador.

Existe nos resultados da disseminhança uma relativa homogeneidade dos valores (Desvio padrão 0,0224), o que indica que sua variação nas regiões não apresenta forte diferença entre elas, não obstante embora os dados entre regiões sejam menores, se apresentam os valores extremos de *Île de France* (0,3573) como valor mínimo, e *Corse* (0,4599) como valor máximo, o que indica uma relação diferente à prevalência entre elas. Assim, o valor de prevalência entre as

empresas artesanais é maior que o número de prevalência de artesãos e comerciantes na região de *Corse*, é dizer existe maior desigualdade entre os grupos. Ao contrário, o número de prevalência entre empresas artesanais e o grupo de categoria profissional é mais similar ou apresenta maior igualdade relativa. As regiões com valores extremos de desigualdade e igualdade entre os grupos são correspondentes ao valor da prevalência de empresas artesanais.

**FIGURA 3.6.** DISPERSÃO DOS DADOS ENTRE OS INDICADORES DE IGUALDADE: PREVALÊNCIA E DISSEMELHANÇA, FRANÇA.



Fonte: INSEE, Regiões Administrativas 2014.

Elaborado pelo autor. Software: Minitab 17.

A Figura 3.6 apresenta os dados de dispersão de cada região administrativa em relação a sua prevalência e dissemelhança, obtendo uma imagem de correspondência positiva entre os dados, pois a maior prevalência das empresas artesanais, maior o número de desigualdade entre as proporções dos grupos de prevalência de empresa e prevalência de indivíduos na categoria profissional de artesãos e comerciantes por regiões. Desta forma se indicam pesos relativos e não absolutos da posição de cada região frente ao setor artesanal do país. A tendência é, então, que na medida em que aumenta o peso relativo de empresas artesanais é mais desigual este valor frente ao peso relativo dos indivíduos na categoria de artesãos e comerciantes no total da população maior de 15 anos. Em outras palavras, quando existe maior população de pessoas no setor de

artesãos e comerciantes é mais significativo o valor relativo que a quantidade de empresas artesanais.

O resultado desta observação implica reconhecer uma questão importante na produção do trabalho artesanal, pois a posição das empresas artesanais conforme tem maior prevalência, menor é o número de trabalhadores relativo ao setor, o que implica que o grau de visibilidade do setor seja maior nos lugares de empreendimentos artesanais, embora o número em geral da categoria profissional não seja significativo. Isto tem a ver com a tendência dos trabalhadores artesanais a manter atividades econômicas independentes ou por conta própria. Pode entender-se, assim, que o caso de *Provence-Alpes-Côte d'Azur* (PACA) esteja em condições de peso relativo maior nas empresas artesanais, pero seu peso da porcentagem de trabalhadores na categoria profissional seja menor, reconhecendo a semelhança do valor relativo com *Corse*, não obstante seu peso absoluto seja desigual, e as atividades artesanais sejam diferentes entre regiões.

As diferentes formas de localizar e posicionar o trabalho artesanal, seja de forma absoluta ou relativa, pode permitir uma melhor análise das condições do setor artesanal no país e uma observação das características que identificam a produção desde condições próprias do campo artesanal. Não obstante, a localização pelo tamanho, densidade e atividade deve compreender-se de forma relacional com as condições externas ao campo, com a finalidade de contextualizar a atividade artesanal e entender a forma como social e economicamente podem analisar-se as problemáticas e desigualdades no território francês.

### 3. 2. 2. TRABALHO ARTESANAL E CORRELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS POR REGIÃO NA FRANÇA.

Para uma análise da relação do setor artesanal com as condições socioeconômicas das diferentes regiões, é preciso definir os limites das análises de correlações, pois a finalidade é identificar o grau de correspondência e não de causalidade, permitindo visualizar se uma relação é positiva ou negativa entre as variáveis, e não se uma variável é causa ou efeito da outra. A simples relação “interna” da análise do campo não permite reconhecer mais que a forma como se distribui e apresenta nas regiões a atividade artesanal, o objetivo de contextualizar o setor artesanal com outras características socioeconômicas da região é obter uma representação mais detalhada da situação geográfica do artesanal no país.

As dimensões ou categorias utilizadas para a análise são: a) População, b) Trabalho e Renda, c) Setor laboral, d) IDH e Educação, f) Pobreza e desigualdade (Apêndice K). Os dados são recopilados da informação do INSEE, especialmente do ano 2014. Estabelece-se uma medição de correlação tanto do setor artesanal como das empresas artesanais por região administrativa, tendo em conta que, tanto o número de indivíduos no setor como o número de empresas artesanais pode ser importante para avaliar as duas formas de medição e classificação.

Os dados constituem a informação da região metropolitana, pois existe informação das regiões de ultramar que não é completa e não permite a avaliação das regiões uniformemente nos pesos de cada indicador. Desta forma a problemática sobre a forma de integração horizontal, onde poderiam reconhecer-se as condições de diferenciação das posições e correlações não se definem nesta parte do documento. Não obstante, é notável que a maior parte da forma de classificação e institucionalidade do setor artesanal na França se encontram integrado a diferentes atividades derivadas da industrialização do país. A questão da forma de integração horizontal do trabalho artesanal na França será estudada em outra parte deste capítulo (Ver subcapítulo 3. 3.).

Assim, na Tabela 3. 6 se apresentam os valores das correlações ( $r$ ) que avalia o grau ou força da relação e a direção da relação. Se a força da relação se encontra entre 0 e 0,4 apresenta uma força de relação menor entre as duas variáveis, uma relação entre 0,4 e 0,6 apresenta uma força de relação média, e se apresenta um valor entre 0,7 e 1 pode considerar-se como uma força de relação maior. A direção da relação, direta ou indireta, é identificada pelo signo, positivo e negativo respetivamente. O valor de ( $p$ ) é aquele que se define em relação a um valor de

significância estatística ( $\alpha$ ) neste caso 0,05, e se expressa como o risco que se entenda que existe uma relação entre as variáveis na medida em que não é certa ou não é concluinte, é dizer 5% de probabilidade de risco; entre menor o número ou sua tendência seja 0, é menor o risco de aceitar a relação (FERREIRA e PATINO, 2015).

**TABELA 3.6.** DADOS DE CORRELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS DE SETOR ARTESANAL E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA NA FRANÇA, 2014.

|                                                                                | Setor empresa artesanal, comercio e pequenos empregadores (2014) |            | Empresas artesanais (2014) |            |
|--------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|------------|----------------------------|------------|
| População de 15 anos ou mais                                                   | <i>r</i>                                                         | <i>p</i> * | <i>r</i>                   | <i>p</i> * |
| Part des agriculteurs exploitants (%)                                          | 0,348                                                            | 0,243      | 0,265                      | 0,381      |
| Part des cadres, professions intellectuelles supérieures (%)                   | 0,813                                                            | 0,001      | 0,829                      | 0,000      |
| Part des professions intermédiaires (%)                                        | 0,926                                                            | 0,000      | 0,926                      | 0,000      |
| Part des employés (%)                                                          | 0,937                                                            | 0,000      | 0,936                      | 0,000      |
| Part des ouvriers (%)                                                          | 0,817                                                            | 0,001      | 0,789                      | 0,001      |
| Part des retraités (%)                                                         | 0,964                                                            | 0,000      | 0,941                      | 0,000      |
| Part des autres personnes sans activité professionnelle (%)                    | 0,909                                                            | 0,000      | 0,914                      | 0,000      |
| Population en 2014                                                             | 0,940                                                            | 0,000      | 0,935                      | 0,000      |
| <b>Trabalho e Renda</b>                                                        |                                                                  |            |                            |            |
| Médiane du revenu disponible par unité de consommation en 2014, en euros       | 0,622                                                            | 0,023      | 0,632                      | 0,021      |
| Emploi total (salarié et non salarié) au lieu de travail en 2014               | 0,916                                                            | 0,000      | 0,916                      | 0,000      |
| Taux de chômage des 15 à 64 ans en 2014                                        | 0,050                                                            | 0,871      | 0,068                      | 0,825      |
| <b>Setor Laboral</b>                                                           |                                                                  |            |                            |            |
| Nombre d'établissements actifs au 31 décembre 2015                             | 0,961                                                            | 0,000      | 0,968                      | 0,000      |
| Part de l'agriculture, en %                                                    | 0,296                                                            | 0,326      | 0,220                      | 0,470      |
| Part de l'industrie, en %                                                      | 0,971                                                            | 0,000      | 0,953                      | 0,000      |
| Part de la construction, en %                                                  | 0,989                                                            | 0,000      | 0,997                      | 0,000      |
| Part du commerce, transports et services divers, en %                          | 0,916                                                            | 0,000      | 0,930                      | 0,000      |
| dont commerce et réparation automobile, en %                                   | 0,973                                                            | 0,000      | 0,982                      | 0,000      |
| Part de l'administration publique, enseignement, santé et action sociale, en % | 0,992                                                            | 0,000      | 0,992                      | 0,000      |
| Part des établissements de 1 à 9 salariés, en %                                | 0,959                                                            | 0,000      | 0,964                      | 0,000      |
| Part des établissements de 10 salariés ou plus, en %                           | 0,932                                                            | 0,000      | 0,931                      | 0,000      |
| <b>IDH e Educação</b>                                                          |                                                                  |            |                            |            |
| Population non scolarisée de 15 ans ou plus                                    | 0,951                                                            | 0,000      | 0,945                      | 0,000      |
| Indice revenus                                                                 | 0,607                                                            | 0,028      | 0,637                      | 0,019      |
| Indice éducation                                                               | 0,394                                                            | 0,182      | 0,348                      | 0,244      |
| Indice santé                                                                   | 0,412                                                            | 0,162      | 0,442                      | 0,130      |
| IDH2 en 2009                                                                   | 0,590                                                            | 0,034      | 0,588                      | 0,034      |
| <b>Pobreza e Desigualdade</b>                                                  |                                                                  |            |                            |            |
| Taux de pauvreté en 2014, en %                                                 | 0,004                                                            | 0,990      | 0,058                      | 0,850      |
| Taux de pauvreté au seuil de 40%                                               | -0,287                                                           | 0,342      | -0,225                     | 0,460      |
| Taux de pauvreté au seuil de 50%                                               | 0,081                                                            | 0,792      | 0,142                      | 0,643      |
| Taux de pauvreté au seuil de 60%                                               | 0,006                                                            | 0,985      | 0,060                      | 0,846      |
| Taux de bas revenus déclarés au seuil de 40%                                   | 0,083                                                            | 0,787      | 0,134                      | 0,664      |
| Taux de bas revenus déclarés au seuil de 50%                                   | 0,041                                                            | 0,895      | 0,089                      | 0,773      |
| Taux de bas revenus déclarés au seuil de 60%                                   | -0,022                                                           | 0,942      | 0,021                      | 0,947      |
| Índice de Gini                                                                 | 0,507                                                            | 0,077      | 0,569                      | 0,042      |

Fonte: INSEE, *Région* (2014). \* $\alpha = 0,050$ . Elaborado pelo autor.

## • População

Os indicadores de população se encontram definidos principalmente pela quantidade de indivíduos na região e sua distribuição nas áreas de trabalho ou posição nas categorias laborais. De forma geral, existe uma alta força de correlação entre as variáveis de setor artesanal e das variáveis de população em sua distribuição laboral. Assim, pode observar-se que o grau de correlação  $r = 0,935$  e seu valor de significância é  $p = 0,000$ ; é dizer, que a correlação da quantidade da população em cada região apresenta uma forma de distribuição diretamente proporcional ao número de empresas artesanais, permitindo assim reconhecer que a atividade artesanal não pertence unicamente a regiões de menor população.

Por outro lado, o setor artesanal apresenta uma baixa força de correlação com a quantidade de população nos trabalhos e ocupações agrícolas, o que pode entender-se porque as atividades artesanais integram-se no país em atividades industriais e de serviços principalmente, o que sua medição não implica uma relação direta com as labores agrícolas, em especial tendo em conta a baixa população que se encontra nessas ocupações. Não obstante a relação das mudanças nas formas de classificação do trabalho artesanal na França também acontece nas atividades agrícolas, no processo de transformação da atividade cultural de subsistência, na economia familiar, aos processos de empreendimentos capitalistas de produção e industrialização da atividade, reestruturação realizada nos anos sessenta e setenta do século passado que define a correlação da integração vertical e horizontal ao capital.<sup>59</sup>

Não obstante, ao descrever as mudanças da atividade agrícola, esta apresenta uma relação de diminuição na taxa de participação da população, embora sua produtividade aumente e a quantidade de pessoas que moram nas áreas de menor densidade ou territórios rurais se mantenha

---

<sup>59</sup> « Au début des années soixante la politique agricole française est réformée en profondeur (lois d'orientation de 1960 et 1962). L'appareil réglementaire qui se développe autour de la production agricole et une série de mesures d'accompagnement (crédit, vulgarisation technique, réglementation pour l'usage des terres agricoles...) favorisent l'exploitation agricole familiale dite « à deux UTH » (deux travailleurs à temps complet), consacrant ainsi l'alliance entre l'État et les agriculteurs familiaux modernistes qui investissent alors les appareils syndicaux. Ce *modèle* à la fois idéologique et économique, l'*exploitation familiale* spécialisée (dont la production laitière intensive constitue en quelque sorte le type idéal), connaît un grand succès et contribue largement à une augmentation sans précédent de la production. [...] D'autre part, l'accroissement du capital d'exploitation (augmentation de la taille moyenne des exploitations, recours accru à la mécanisation), la diversification des activités du ménage, invitent à distinguer plus nettement le patrimoine familial du capital de l'exploitation. De longue date, certains prônaient un autre *modèle*, celui de l'*entreprise*. L'activité agricole y aurait le statut de n'importe quelle autre activité professionnelle, tant pour ce qui concerne son fonctionnement économique (rémunération du travail et du capital, transmission des moyens de travail) que ses rapports avec la sphère familiale ». (LAURENT; RÉMY, 2000, p. 8)

estável. Assim, por um lado, a produtividade da atividade agrícola permanece em crescimento desde a década dos anos sessenta nas mudanças tecnológicas e organizativas empresariais, o que permite observar uma tendência oposta à diminuição da população ativa neste setor.<sup>60</sup> Por outro lado, a diminuição da população nas atividades agrícolas não implica uma redução da população rural, pois a situação da densidade populacional no depende diretamente da atividade senão da condição social e cultural da distribuição populacional do país (AGRESTE, 2009, p. 33).

Assim, a relação com o trabalho artesanal não é direta, pois a participação da população nas atividades agrícolas é progressivamente menor, e sua tendência se confronta com o crescimento da atividade das empresas artesanais. Além disso, a atividade artesanal se encontra diretamente relacionada com a quantidade de indivíduos distribuídos no território, o que gera uma notável diferenciação. Da mesma forma, existe uma correlação menor dentro da posição laboral dos operários (*ouvriers*), é dizer de trabalhadores nas áreas técnicas, ao contrário dos trabalhadores das áreas de serviços e administração como os empregados (*employés*). Esta condição deve-se à menor proporção de trabalhadores assalariados nas empresas artesanais, pois atividade artesanal na França mantém o trabalho independente ou autônomo com maior percentagem no total.

Para o ano 2013, as empresas artesanais tinham uma quantidade de empresas individuais com maior peso nos diferentes setores que compõem o campo. O setor de serviços apresenta uma maior quantidade de percentagem de empresas individuais (62%), e empresas com até 2 trabalhadores assalariados (20%). O setor de edificação apresenta 60% de empresas individuais e 15% de empresas com até 2 assalariados, seguem as empresas de fabricação com 58% de empresas individuais e por ultimo o as empresas artesanais de alimentação com 34% de empresas individuais, embora sua proporção de 6 a 9 trabalhadores assalariados por empresa seja maior (11%) (ISM, *Tableaux économique* 2, 2014, p. 12). Desta forma a presença de atividades individuais é frequente na produção artesanal do país, e pode explicar a baixa correspondência

---

<sup>60</sup> « L'agriculture a connu depuis 1960 une croissance de sa production tout à fait remarquable, malgré la baisse du nombre d'exploitations et du nombre de personnes employées. Entre "1960" et "2004", le volume de la production agricole totale a doublé. Il en est de même de celui de la valeur ajoutée brute. La valeur de la production hors subventions a été multipliée par plus de 7 en valeur courante et par 8 si on la mesure au prix de base, c'est-à-dire y compris subventions liées à la production. » (DESRIERS, 2007, p.22)

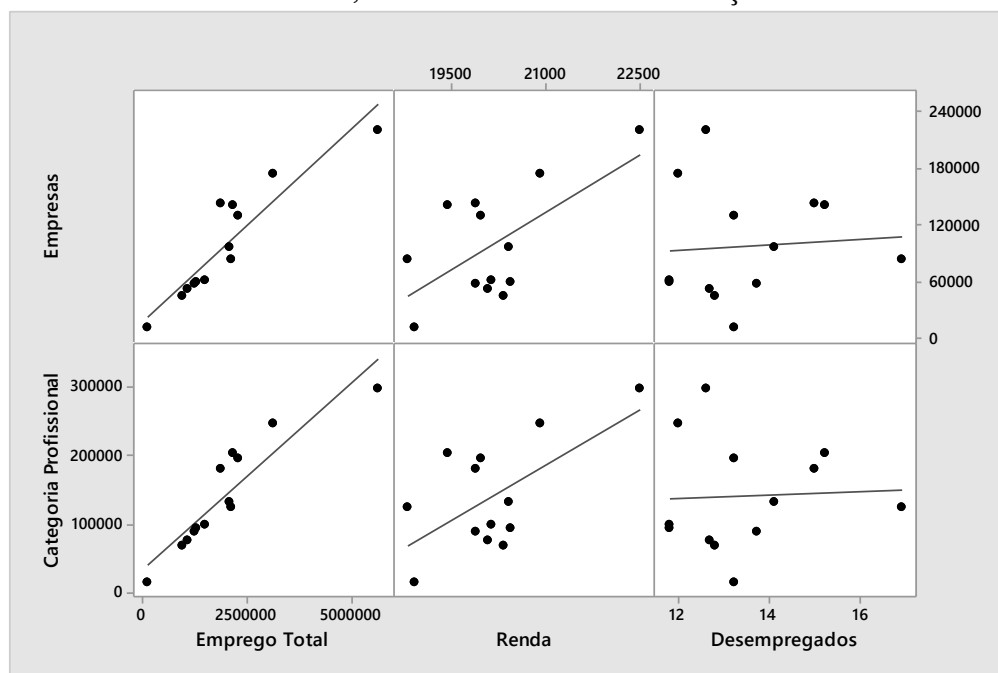


entre a porcentagem de trabalhadores operários e a quantidade de empresas artesanais nas regiões.

- Trabalho e renda

A forma de relação com os indicadores de trabalho e renda escolhidos para o estudo não apresentam uma situação homogênea, e pode considerar-se uma relação de diferente intensidade entre a renda, a quantidade de emprego e a quantidade de desemprego. Na Figura 3.7 se apresenta de forma geral a condição de cada uma das variáveis que se encontra entre a que apresenta maior força de relação, que é precisamente a quantidade de trabalhadores assalariados e não assalariados que tem cada região. Esta situação complementa a condição anterior de correlação positiva forte com a população, considerando a atividade artesanal como parte de um processo que acompanha as diferentes atividades laborais e necessidades da população.

**FIGURA 3.7.** MATRIZ DE DISPERSÃO EMPRESAS ARTESANAIS POR EMPREGO TOTAL, RENDA, E DESEMPREGO NA FRANÇA.



Fonte: INSSE, *Région* 2014.

Elaborado pelo autor. Software: Minitab 17.

Embora as empresas artesanais e a categoria profissional de artesãos, comerciantes e pequenos empregadores constitui uma força de correlação média (0,632) e uma maior dispersão

da forma de distribuição da renda nas regiões administrativas. Tendo em conta que o indicador se relaciona com a média da renda por unidade de consumo, é possível perceber não seu poder de compra, senão a desigualdade da distribuição da renda em geral, o que corresponde a uma situação de um dado parcial da situação de desigualdade entre regiões, pois nesse sentido pode observar-se que uma alta renda com baixo poder de compra, e vice-versa, não é um indicador total de desigualdade, mas pode entender-se que a distribuição, de forma absoluta e não relativa, pode definir uma maior dispersão entre as regiões e de forma geral se apresenta uma tendência à baixa, frente a *Île de France* como região com população de maior renda no país.

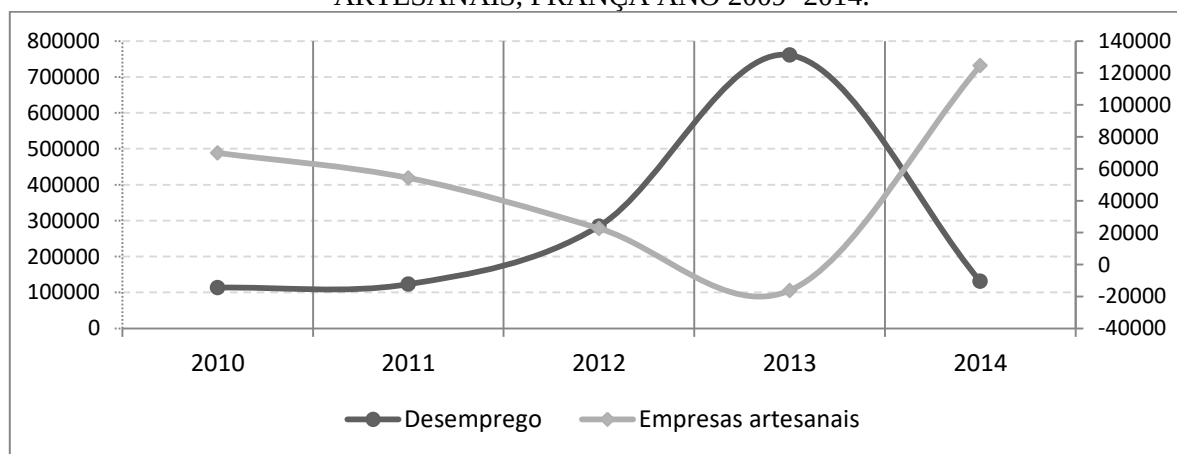
Ao falar da renda média, principalmente tendo em conta a maior parte de trabalhadores independentes nas empresas artesanais, é possível reconhecer que aprofundar nesta forma de distribuição é notável que as diferenças possam ser maiores tendo em conta que, por exemplo, para o ano 2009 a situação das pessoas que tem a maior renda distancia-se notavelmente das pessoas que tem menor renda. Assim, o grupo de pessoas melhor pagado, 0,01% da população, recebe 83.410 euros mensalmente, 10% do grupo de pessoas melhor pago recebe 4.477 euros, e 90% do grupo com menor pago recebem 1.254 euros; e de forma geral 20% da população tem uma renda menor de 1.300 euros, e a metade da população uma renda aproximada de 2.263 euros (MONTEL-DUMMONT, 2009, p. 33). Assim, a diferença na forma de renda é desigual na população, o que obriga a uma distinção na apresentação desde as regiões e sua condição particular.

Além disso, tendo em conta a disposição das empresas artesanais como categoria profissional de classe média, a forma como esta classe na França participa da distribuição da renda pode diferenciar-se pela participação derivada de atividades do trabalho e do capital. A posição que permite a reconhecer seu tipo de renda depende principalmente das atividades de renda por trabalho, é dizer, salários e prestações sociais, o que indica o 90% do valor da renda. Conforme aumenta a renda das pessoas com maior riqueza acumulada, aparece uma diminuição da renda pelo trabalho e aumenta a renda por capital (renda financeira por ações, e renda da terra e propriedade de imóveis) e atividades mistas (benefícios agrícolas, comerciais e não comerciais) aproximadamente 60% por renda de capital e 20% em renda mista à porcentagem de famílias com maior riqueza acumulada (PIKETTY, 2001, p. 15-16).

Nesse sentido, a condição da renda na distribuição regional pela média confronta-se a condições diferentes de renda pela classe e pela localização da população. A problemática pode variar por região, embora sua situação de forma geral mantem uma correlação positiva com as atividades de produção artesanal, o que significa que as condições de renda apresentam nas regiões formas proporcionais de distribuição e participação por região, não obstante não indica diretamente que uma região com maior renda seja a causa que se apresente maior número empresas artesanais, senão que nas regiões com renda maior existe maior quantidade destas empresas.

Por último, a porcentagem da população desempregada não corresponde diretamente à proporção ou distribuição que existe de empresas artesanais por região. O desemprego na França apresenta-se como problema de longa duração no país frente ao conjunto dos países europeus, especialmente com taxa media de 9% da população, com uma maior presença de homens em procura do trabalho desde a crise de 2008, e uma maior taxa de jovens entre 15 e 24 anos, o que permite visualizar uma situação clara de um problema estrutural da economia francesa.<sup>61</sup> Não obstante, a situação da distribuição por regiões é um dado diferente da relação da variação no tempo de como o setor artesanal muda frente ao número de desempregados no país.

**FIGURA 3.8. VARIAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE DESEMPREGO E NÚMERO DE EMPRESAS ARTESANAIS, FRANÇA ANO 2009- 2014.**



Fonte: INSEE, Population active, emploi et chômage, Artisanat 2009-2014.  
Elaborado pelo autor.

<sup>61</sup> « Les trois problèmes structurels français que sont le niveau structurellement élevé du chômage, la compétitivité déclinante et les déséquilibres budgétaires, sont aujourd’hui assez largement imbriqués les uns aux autres. Mais le chômage est le plus ancien, le plus enraciné des trois. Le taux de chômage est aussi un indicateur phare de la santé d’une économie, mauvaise en l’occurrence concernant la France » (BAUDCHON, 2015, p. 3).

Na Figura 3.8 se apresenta a relação entre o número de empresas artesanais e o número de desempregados no país nos anos 2009 a 2014, representando as tendências inversas, ao longo do tempo, do conjunto da população, o que permite complementar a relação entre estas variáveis, entendendo que a localização dos desempregados nas regiões não define especificamente a situação de empresas artesanais, mas que a diminuição do desemprego é proporcional ao aumento das empresas artesanais, assim, como forma estrutural é parte do desenvolvimento das empresas artesanais a integração, direta ou indireta, da população ativa em procura de emprego.

Existe uma forma diversa de relação da atividade artesanal com as características de trabalho e renda, o que indica que sua condição de produção pode contextualizar-se tendo em conta que a atividade artesanal encontra-se integrada à estrutura econômica na França metropolitana, e que sua presença não é exclusiva de um território em particular, senão que se encontra distribuída em relação à população ativa. A forma de posição e localização não é absoluta, e depende principalmente dos dados do ano 2014, mas que na transição e crescimento das atividades artesanais sua variação e peso podem ser diferentes. Esta forma de relação entre trabalho e renda pode também ser analisada na proporção dos estabelecimentos em cada setor produtivo.

- **Setor Laboral**

Ao descrever o setor laboral utiliza-se como indicador o número de estabelecimentos ou empresas em cada setor, já não a quantidade de indivíduos ou trabalhadores. Neste caso o número de estabelecimentos nos diferentes setores como conjunto apresenta uma alta força de relação ( $r = 0,968$ ;  $p = 0,000$ ) com o número de empresas artesanais distribuídas nas diferentes regiões administrativas. Da mesma forma que na quantidade de trabalhadores na área de exploração agrícola, neste caso existe uma menor relação ( $r = 0,220$ ;  $p = 0,470$ ), entendendo as condições de produção diferenciadas dos setores das empresas artesanais e a atividade primária agrícola. Assim, a classificação do artesanal nos setores de produção técnica e tecnológica assalariada como um setor autônomo pode manter a diferenciação frente ao setor primário, evidenciando assim que é o processo histórico de classificação e institucionalização do trabalho artesanal

permite gerar um conjunto de ocupações e ofícios que constantemente podem reestruturar a divisão nacional do trabalho.

A condição do trabalho artesanal dentro da estrutura institucional se encontra fortemente integrada aos processos de produção nos diferentes setores econômicos e sociais, a análise desta relação confirma a situação de classificação e definição do trabalho artesanal como condição histórica particular da institucionalidade nesse país, nesse sentido não é uma relação substancial da relação técnica (o artesanal oposto ao industrial) senão uma consequência da escolha na organização das ocupações como parte do conjunto do setor econômico artesanal. Nesse sentido é compreensível que a tendência da forte relação entre setores laborais atende o desenvolvimento histórico de relação de classes no processo de industrialização desde o século anterior.

- **IDH e Educação**

A relação entre o trabalho artesanal e o número de pessoas sem escolaridade é significativo, o que corresponde não a uma relação direta do trabalho artesanal como uma situação de menor habilidade técnica ou escolar, senão que nas regiões onde se apresenta uma maior quantidade de pessoa sem escolaridade se encontra uma relação de presença onde se encontra maior produção de empresas artesanais, o que analisado em conjunto com a forte relação entre setores laborais pode entender-se como uma situação derivada da situação direta de maior população nas cidades, maior produção e maior problemática no controle da escolaridade dos indivíduos.

Não obstante é preciso reconhecer que a relação é oportuna para entender o contexto e não diz propriamente da quantidade proporcional no país. Nesse sentido podem contrastar-se os dados de correlação de não escolaridade (0,951) com o IDH em educação (0,394), tendo em conta que não existe uma relação significativa entre as condições de desenvolvimento educativo e o trabalho artesanal. Da mesma forma, o IDH em geral não apresenta uma relação significativa com a condição e número das empresas artesanais na França, entendendo isso como uma diferença entre as características regionais onde não é direta a relação entre quantidade de empresas artesanais e condições de desenvolvimento na educação, saúde e renda. É precisamente o IDH por renda que apresenta uma maior força de relação (0,607) derivada esta da condição dos

setores de produção, confirmando a relação entre trabalho, renda e setor de produção artesanal no país.

- **Pobreza e Desigualdade**

Por último, a taxa de população em condição de pobreza não tem relação significativa com o trabalho artesanal no país europeu, o que desmitifica a condição de inferioridade socioeconômica do trabalho artesanal frente a outros tipos de trabalho. O sentido da relação das atividades artesanais pode apresentar-se em condições de diversidade de mercados locais, ou de formas alternativas de organização da produção, não obstante não se condicionam diretamente nos espaços de condição de pobreza ou de baixa renda.

Por outro lado, a condição de desigualdade da população nas regiões medida pelo índice de GINI, tem uma força média de correlação (0,507), diferenciando a condição de pobreza, objetiva ou subjetiva, e baixa renda com as diferenças sociais entre diferentes grupos e classes sociais. Que exista uma desigualdade nas regiões não quer dizer que exista pobreza de forma geral senão que as condições de distribuição de renda e de oportunidades se encontram desigualmente distribuída, o que tem forte relação nas condições e número de empresas artesanais nas diferentes regiões como parte da organização produtiva do país.

Dois problemas principais sobre a desigualdade e educação, por exemplo, são as diferenças do território da metrópole e os territórios de ultramar, e por outro lado as problemáticas de desigualdade dentro das regiões urbanas que apresentam maior população desprotegida nas periferias.<sup>62</sup> A situação das formas de desigualdade territorial na escola primaria contrasta com a concentração da educação profissional e o investimento de programas de pesquisa e desenvolvimento que para o ano 2013 encontrava-se concentrada principalmente nas regiões de *Île-de-France* (41 %), *Rhône-Alpes* (12 %), e em relação às empresas artesanais esta desigualdade pode representar-se no caso da densidade de empresas artesanais por região assim:

---

<sup>62</sup> « Une véritable fracture existe entre l’Outre-mer et la métropole tant en termes de besoins que de résultats. Certaines collectivités ultramarines ont une population particulièrement jeune, les conditions d’enseignement y sont difficiles (en particulier en Guyane) et les résultats des élèves aux évaluations de fin de scolarité primaire dramatiquement bas. Pour la France continentale, les difficultés principales concernent avant tout des territoires urbains. Elles sont alimentées par la concentration de populations défavorisées dans certaines périphéries des grandes agglomérations. Ce processus va de pair avec des phénomènes de ségrégation scolaire qui déstabilisent les écoles et les collèges de secteurs urbains entiers, parfois même, à l’échelle de tout un département ». (NAU, 2011, p. 11 – 12)

« [...] la densité d'entreprises artisanales (nombre pour 10 000 habitants), entre nord et sud de la France : cette densité, de 130 en Île-de-France, 140 en Alsace et 105 en Nord-Pas-de-Calais, monte à 255 dans le Vaucluse et en Savoie, 270 dans le Lot et 280 dans le Var. Quant à «l'économie de la connaissance», à titre d'exemple, la part des diplômés de l'enseignement supérieur chez les 25-34 ans atteint 53,1 % en Île-de-France, 45,7 % en Midi-Pyrénées, 44,6 % en Rhône-Alpes, mais 34 % en Picardie, 33,9 % en Basse-Normandie, 30,9 % en Corse, 31 % en Martinique et 18 % en Guyane » (VIGUERIE, 2013, p. 21)

Existe uma clara diferença entre a situação da concentração do norte e do sul em referencia às concentrações de trabalho e presença de empresas artesanais no país europeu, o que permite reconhecer que, embora seu índice de desigualdade seja menor que outros países, a atividade artesanal entre regiões pode manter uma correlação média com a distribuição de escolaridade e economia entre regiões nos centros de produção metropolitana e no sul como aspecto periférico na metrópole e ultramar. É precisamente a situação de desigualdade o que corresponde para entender sua semelhança no caso da *Guyane* (Guiana francesa) o que poderia sintetizar a forma de entender a relação entre a desigualdade de desenvolvimento territorial e a produção e institucionalização do artesanal, pois constitui um caso específico de território de fronteira entre Brasil e França, além de explicitar a relação da organização e classificação do artesanal nos dois países.

### 3. 3. COLONIALIDADE, FRONTEIRA E ARTESANATO.

#### 3. 3. 1. GUIANA FRANCESA E AMAPÁ: ETNIA, ARTESANATO E FRONTEIRA.

A posição e situação do trabalho artesanal em relação aos países de estudo, Brasil e França, tendo em conta que a situação de desigualdade territorial pode ser analisada de forma geral na relação do trabalho artesanal como parte do desenvolvimento desigual em cada país, e também que na situação de fronteira, além da compreensão cultural e política, se encontra a forma de concretar a análise sobre o trabalho artesanal desde uma perspectiva geral na constituição do setor artesanal entre suas diferentes formas de institucionalização. Não obstante, de forma histórica a situação de cercania geográfica de duas regiões dos países de estudo não abarca o total do processo, mas se identifica o fundamental das transformações políticas e econômicas que no movimento de análise que diferenciam as condições de produção e classificação ao mesmo tempo em que permitem entrever um movimento homogêneo e geral.

O objetivo principal desta parte da pesquisa é apresentar as condições de diferenciação dentro da institucionalização do trabalho artesanal na França ao mesmo tempo em que se considera o processo homogêneo (igualização) de organização da produção artesanal em relação ao Brasil. Nesse sentido pode entender-se que as problemáticas e características de fronteira entre a região francesa e o estado ou unidade federativa brasileira não serão tratadas a profundidade. Assim, a formação, institucionalização e classificação como forma de integração vertical ou horizontal do trabalho artesanal ao desenvolvimento desigual do capital pode reconhecer a dimensão geográfica e territorial do que pode ser pensado como trabalho artesanal e artesanato desde diferentes posições espaço-temporais.

**MAPA 3. 7. DEPARTAMENTO DE GUIANA FRANCESA - ESTADO DE AMAPÁ (BRASIL).**



Fonte: SANTOS (2013, p. 19)

O estado de Amapá conta com aproximadamente 766.979 habitantes para o ano 2015, e se encontra localizada a população principalmente nas cidades de Macapá e Laranjal do Jarí. Sua densidade populacional é das menores no país (4,9 hab/Km<sup>2</sup>). O estado é parte da região norte do Brasil, e sua participação econômica e social se encontra dentro das menores, dependendo principalmente do centro regional que é Pará. As atividades econômicas principais se encontram no setor de agricultura, construção e reparação. Existe uma população de indígenas aproximada de 7.411 pessoas, a maior parte desta população ativa (2.831 pessoas aprox.) trabalha em atividades para o próprio consumo (49%), seguido de pessoas que trabalham por conta própria



(20%), e seu salário não supera na maioria a médio salário mínimo (IBGE, 2010), entre eles é representativa a família ou grupo indígena Galibi-Marworno neste caso por sua localização transfronteiriça entre Guiana e Amapá (VIDAL, 2000). Aproximadamente o 75% do território do estado de Amapá é floresta amazônica, característica que comparte com a maior parte da região norte de Brasil.

A região de Guiana Francesa ou *Guyane* é departamento de ultramar da França, e constitui-se por extensão territorial (83.534 km<sup>2</sup>) a segunda região com maior tamanho de França depois de *Nouvelle-Aquitaine* (84,061 km<sup>2</sup>). Nesse sentido a diferença das outras regiões de ultramar, sua importância principal se encontra no tamanho e também ter fronteira territorial. Tem aproximadamente 252.338 habitantes para o ano 2014, é dizer uma densidade populacional de 2 pessoas por Km<sup>2</sup>, e 94% do território como reserva amazônica. A atividade econômica principal se encontra no setor serviços e comércio (33,7% da população ativa) e na administração pública, saúde, ensino (47,6% da população ativa). Existe uma taxa alta de trabalhadores inativos, aproximadamente 34% para o ano 2014, muito superior à média da região metropolitana (aprox. 10%). “A organização do território guianense, ao longo dos anos, gerou um profundo desequilíbrio espaço-temporal, fazendo a Guiana Francesa aparentar duas temporalidades, uma faixa costeira em plena mutação (tempo rápido) e um interior que está lutando para sair de seu isolamento (tempo lento)” (SANTOS, 2013, p. 30).

As condições geográficas, históricas e econômicas das regiões permite reconhecer formas homogêneas do território. Tanto Amapá como a Guiana Francesa corresponde a territórios de periferia econômica em relação às condições produtivas de cada país, uma baixa população, uma condição cultural de maior mistura de etnias e alta migração, uma baixa infraestrutura em transporte y redes de comunicação terrestre, não obstante considera-se também uma região estratégica que pode ser aproveitada tanto pelo turismo, a reserva natural e o apoio conjunto de políticas públicas a futuro. Nesse sentido, a ideia de uma reflexão destas regiões economicamente periféricas dos países de estudo na pesquisa pode contribuir a entender a importância da atividade artesanal correspondente a características étnicas e culturais, com referência ao local como base da identidade e identificação do trabalho artesanal.

Não obstante, é preciso reconhecer que o trabalho artesanal nestas duas regiões, departamentos ou estados, podem visibilizar-se tanto a integração vertical como horizontal do

trabalho artesanal ao capital. Assim, como uma reflexão desde a integração vertical do trabalho artesanal pode observar-se na Tabela 3.7 e Tabela 3.8. Os dados apresentam as características tanto do número de trabalhadores no estado de Amapá como de o número de empresas no departamento de Guiana. A característica principal é que se concentra tanto os trabalhadores como as empresas nas atividades de edificação ou construção, 50 % para o número de trabalhadores no estado brasileiro e 53% das empresas na região francesa. Não obstante, é preciso entender que a situação do número de trabalhadores na classificação das ocupações delimita o que se reconhece como “artesãos” a uma quantidade de 274 pessoas na amostra do censo do ano 2010 para o estado brasileiro de Amapá, ao contrário da classificação de empresa artesanal que conforma o conjunto aproximado de 2571 unidades empresariais na Guiana, o que não significa neste último caso que se contabilize as ocupações de produção de artesanato ou *metiers d'art*; encontrando assim uma primeira diferenciação entre as formas de representação e medição do artesanal nos dois países.

**TABELA 3.7. PORCENTAGEM DE TRABALHADORES QUALIFICADOS, OPERÁRIOS E ARTESÃOS DA CONSTRUÇÃO, DAS ARTES MECÂNICAS E OUTROS OFÍCIOS AMAPÁ.**

|                                                                                       |              |
|---------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| Trabalhadores qualificados e operários da construção exclusive eletricitistas         | 49,8         |
| Trabalhadores qualificados e operários da metalurgia, da construção mecânica e afins. | 20,0         |
| Artesãos e operários das artes gráficas                                               | 2,4          |
| Trabalhadores especializados em eletricidade e eletrônica                             | 7,2          |
| Operários e oficiais de processamento de alimentos, da madeira, da confecção e afins. | 20,5         |
| <b>Total</b>                                                                          | <b>29590</b> |

Fonte: IBGE, censo 2010. Elaborado pelo autor.

**TABELA 3.8. NÚMERO E PORCENTAGEM DE EMPRESAS ARTESANAIS NA GUIANA FRANCESA 2012**

|                                                    | Peso        | %          |
|----------------------------------------------------|-------------|------------|
| Les entreprises de l'alimentation                  | 159         | 6,18       |
| Les entreprises du bâtiment et des travaux publics | 1385        | 53,87      |
| Les entreprises de services                        | 445         | 17,31      |
| Les entreprises de fabrication                     | 582         | 22,64      |
| <b>Total</b>                                       | <b>2571</b> | <b>100</b> |

Fonte: Tableau économique, 2014 Elaborado pelo autor.

A classificação das ocupações do trabalho artesanal ou do setor artesanal não é equivalente no sentido técnico e institucional, o que deriva das trajetórias de institucionalização histórica do setor em cada país. Assim, a reflexão sobre o artesanal deve constituir neste caso uma reflexão sobre o artesanato ou o trabalho artesanal desde uma condição cultural de produção.

O que se apresenta claramente aqui é que a etnicidade e a referencia à diversidade cultural como base do reconhecimento da população permite classificar ao trabalho artesanal e principalmente ao artesanato como eixo de uma economia de baixa indústria e maior potencial nos serviços e no turismo.

É precisamente na situação da problemática cultural e o recurso do debate territorial étnico e nacional como podem entender-se as diferenças entre as formas de classificação da metrópole francesa e suas colônias, e como realmente podem existir pontos em comum da forma como se interpreta e reproduzem características culturais de produção artesanal tanto na França como Brasil. Por um lado, a problemática da miscigenação e diversidade cultural da Guiana francesa, representado em confrontos entre diferentes grupos e momentos da história da região, principalmente nas últimas décadas do século passado, onde diferentes comunidades como Kalim'nas, Wayampi, Wayana e Palikours procuraram reivindicações políticas, econômicas e culturais na organização territorial (GRENAND, 1985). Nesse sentido a reivindicação das tradições materiais e imateriais dos povos nativos constitui o que foi chamado a “questão ameríndia” para as políticas de departamentalização das colônias francesas de ultramar.

Não obstante a problemática sobre a reivindicação dos povos ameríndios não foi única, entendendo que essa população representa uma minoria (1,6 % aprox.), a diferença de outros grupos étnicos como os mestiços ou pardos (39,4 %), haitianos (8,1 %), Franceses metropolitanos (8,1 %), brancos (7%), entre outros. Diferença acontecida pela grande migração de população africana e caribe, processo conhecido como “creolização” (*créolisation*) (COLLOMB, 1999). A divisão étnica-política representa-se também na divisão de privilégios entre os grupos étnicos, o que se concreta especificamente na forma de população do território que se encontra principalmente localizada no litoral. O que se iniciou como um processo de reivindicação ameríndia termina nas formas de reivindicação política conjunta de diferentes grupos na construção da “Guianidade” (*Guyanité*).

Associant prioritairement les trois populations « natives » – Créoles, Amérindiens et Noirs marrons – et progressivement ouverte aux groupes d'arrivée plus récente (par exemple Chinois, Hmong...), la guyanité se formerait désormais sous le régime de la coexistence de divers ensembles ethniques dans un même espace politique. Ce nouveau modèle marque une rupture avec les représentations antérieures de la créolisation, qui mobilisaient les images de la synthèse et de la fusion. Il investit un autre espace, qui serait celui de la relation et de l'échange entre des groupes humains porteurs d'identités particulières, espace volontiers désigné aujourd'hui en Guyane par un terme emprunté à

la psychosociologie, la notion d'« interculturel », devenue en Guyane un maître-mot du langage politique ou médiatique. (COLLOMB, 1999, p. 7)

A questão de nacionalidade da região confronta a forma de reconhecimento de nação desde a metrópole e a forma como diferentes grupos se constroem a si mesmos de forma fragmentaria dependendo de valores e costumes locais, situação em que a preservação das praticas tradicionais podem ser identificadas no folclore material especialmente na produção de artesanato, tanto da população indígena, preta ou caribe. É o artesanato a condição do debate integrado a um processo de construção de nacionalidade Guiana, a prática artesanal como forma cultural material e imaterial que precisa de proteção e promoção diante políticas específicas, e que não constitui necessariamente o recurso de organização laboral das empresas artesanais na forma como se institucionaliza na metrópole.

Da mesma forma a problemática da diversidade cultural do Brasil nas últimas décadas do século passado foi de importância na própria organização política do território, especialmente na constituição de 1988 que integra a questão da etnicidade como problemática de diferenciação e desigualdade e não como um processo homogêneo de miscigenação (BOYER, 2008). Na região norte amazônica de Brasil e no estado de Amapá apresenta-se a produção de artesanato tradicional como atividade cultural presente nos mercados locais de turismo. Não obstante, a condição de nacionalidade brasileira não constitui uma problemática principal na organização do território como no caso francês; ao contrário, é precisamente sua condição de cultura brasileira amazônica a que permite reconhecer o valor cultural da produção como o conjunto do território e região. As condições da população ameríndia ou indígena são de minoria frente aos pardos e brancos, especialmente se se tem em conta que sua classificação política-étnica expressa a desigualdade nas formas de posição nas ocupações laborais no Estado (Tabela 3.9).

Nesse sentido evidencia-se que existe uma relativa similitude na proporção de participação dos trabalhadores nas posições de empregados, empregadores e conta própria, com diferença significativa com as comunidades indígenas que se encontram em sua maioria na produção de autossustentância ou para consumo próprio. No censo do ano 2010 pode observar-se que no estado de Amapá, tendo em conta os dados de amostra de 552 artesãos, onde 73 % são homens nas ocupações de artesanato em metal, cerâmica e pedra; e por outro lado, o trabalho artesanal das mulheres concentra-se nos tecidos e no metal. A questão da salvaguarda cultural das

tradições e o uso das práticas culturais como eixo de políticas na região é parte da situação sociocultural que é transversal na situação na Amazônia, onde os conflitos étnicos e territoriais expandem-se nos diferentes países que conformam a região amazônica, e entre eles os diferentes estados do Brasil (Comissão Pastoral da Terra, 2017).

**TABELA 3.9.** POSIÇÃO DOS TRABALHADORES NAS OCUPAÇÕES, POR GRUPO ÉTNICO OU COR, ANO 2014.

|                                                             | <b>Branca</b> | <b>Preta</b> | <b>Amarela</b> | <b>Parda</b> | <b>Indígena</b> |
|-------------------------------------------------------------|---------------|--------------|----------------|--------------|-----------------|
| Empregados - com carteira de trabalho assinada              | 35,97         | 31,28        | 25,97          | 32,05        | 16,07           |
| Empregados - militares e funcionários públicos estatutários | 12,96         | 12,00        | 8,11           | 11,36        | 5,48            |
| Empregados - sem carteira de trabalho assinada              | 22,52         | 25,41        | 27,97          | 24,79        | 8,12            |
| Conta própria                                               | 22,47         | 24,58        | 29,54          | 24,67        | 19,15           |
| Empregadores                                                | 1,85          | 0,79         | 1,56           | 0,98         | 0,32            |
| Não remunerados                                             | 2,08          | 1,62         | 4,04           | 2,10         | 1,24            |
| Trabalhadores na produção para o próprio consumo            | 2,15          | 4,32         | 2,80           | 4,05         | 49,63           |
| Porcentagem frente à população total                        | 24,74         | 9,90         | 1,05           | 63,22        | 1,09            |
| Total da população                                          | 64507         | 25805        | 2749           | 164810       | 2831            |

Fonte. IBGE, Estados (2014). Elaborado pelo autor.

Nesse sentido, pode entender-se como a institucionalidade e as práticas culturais podem convergir e divergir no processo de domínio territorial em cada país, pois o artesanato como conjunto de saberes e práticas que se materializam em objetos com mercados locais, principalmente, adquirem representatividade e significado no contexto do debate sobre a etnicidade e identidade de grupos com reivindicações socioculturais e políticas que não competem propriamente ao mundo do trabalho industrial e tecnológico, senão ao processo de reivindicação do território, do espaço de construção social sobre direitos de propriedade uso e acessibilidade das comunidades. O artesanato como valor cultural material e imaterial, pode pensar-se assim tanto na condição de classe como de etnia, pois é parte do saber-fazer de comunidades que não reivindicam a produção artesanal unicamente como produção de mercadoria, senão como atividade integrada fortemente aos sentidos de produção de valor cultural e de identidade.

*Artisanat* ou artesanato podem entender-se como expressões em sua condição de produção homogênea não por sua tradução linguística como código abstrato (fonema e sintaxes), senão como uma representação integrada ao complexo do social, e que contribui aos processos de diferenciação cultural, que como no caso da França, apresenta-se na complexidade de seu território metropolitano e ultramarino nas classificações de sistemas integrados nos processos de

modernização e sistemas de valores fora do desenvolvimento interno do campo de produção artesanal, especificamente no folclore das antigas colônias que carregam de significados a condição do trabalho artesanal, e do ser artesão no presente século.

A identidade do “ser” artesão dentro das condições de territórios de ultramar francês é possível representar-se na narrativa dos próprios indivíduos, pois é dentro de sua própria imagem como se materializa a diferenciação e seu contexto étnico e cultural. Assim é narrado no seguinte poema de Babiche, artesão da ilha de *La Guadeloupe* na região caribe, que compreende outra região de ultramar francesa,

### **L’art métissé caraïbe**

Trop souvent oublié  
Trop longtemps cache  
Le métissage caraïbe est né  
Et ce, depuis toujours  
Toutes les races y sont passées  
Karukera si belle  
Les attireraient toutes

Aujourd’hui  
L’artiste le fait ressurgir  
Le sculpteur lui  
Le mémorise dans ses œuvres inédites

Afin de tout immortaliser  
Babiche restera toujours le maillon maître.  
De cette chaîne infinie à jamais.<sup>63</sup>

A identificação cultural, sua relação com as condições de diversidade na ilha e sua expressão como artesão no sentido territorial é chave na interpretação da atividade artesanal. A relação entre o território, a etnicidade e a prática cultural permite identificar processos de construção de políticas da diferença onde o que se encontra como forma geral é a consolidação do artesanato, a prática de recursos artísticos e culturais que se concentra em atividade de transformação de materiais vegetais e minerais primários, e mercados ou feiras locais como

---

<sup>63</sup> BABICHE, **L’art métissé caraïbe**, Disponível em: <<http://babiche.weebly.com/poeacutesies.html>> (El arte mestizo caribe ; Demasiado a menudo olvidado ; por mucho tiempo oculto ; El mestizaje caribe nació ; y así después todas las razas pasaron ; por la bella Karukera (*Guadeloupe*) ; atrayendo a todos. Hoy ; el artista la hace resurgir ; el escultor ; la rememora en sus obras inéditas. Para inmortalizar todo ; Babiche será siempre el enlace principal ; de esta cadena infinita. Tradução ao espanhol do autor).

principal forma de distribuição e comercialização. Assim, as atividades de produção de artesanato dependem fortemente do contexto territorial (crenças, códigos, tradições, rituais, materiais e recursos ambientais, etc.) o que conduz necessariamente a processos de proteção e promoção pública e privada do patrimonial no território. Isso pode ser reconhecido na relação do território e o rentismo, por em quanto, no seguinte item, especifica-se a análise da relação entre etnicidade e artesanato.

### 3. 3. 2. COLONIALIDADE DE PODER, ETNICIDADE E ARTESANATO.<sup>64</sup>

Para Anibal Quijano (2000), a colonialidade de poder se exerce no território americano tanto pela forma de dominação sobre a ideia da raça e a diferenciação biológica como mecanismo de subordinação discursiva entre superiores e inferiores, e da forma de dominação sobre o trabalho e dos recursos na subordinação (direta ou indireta) ao capital. As referências às *raças* como definição do que é “naturalmente” um indivíduo e suas capacidades limitadas frente a sua própria posição na classificação social da população. O processo de colonialidade tanto na forma de subjetivação como na forma de organização material da vida em sociedade define as características e problemáticas sobre o entendimento nas regiões colonizadas e as metrópoles.

A situação da compreensão do artesanato e das formas alternativas de produção ao capital precisa da análise da etnicidade como base da produção de símbolos e representações nas diferentes regiões. Não obstante, as características históricas da diferenciação étnica são resultado de processos de colonialidade onde tanto como imposição como por resistência as formas de representação permitem manter classificações e divisões materializadas na forma de viver. A transformação do trabalho artesanal como categoria pode ser entendida também como uma transição da posição de classe em função das hierarquias no trabalho, pois a participação nos grêmios e guildas de artesãos nos séculos XVII a XIX concernia principalmente a colonizadores brancos ou população “branqueada”,<sup>65</sup> ao contrário que a produção não paga foi deixada a

<sup>64</sup> Parte deste subcapítulo encontra-se publicado no artigo: “Ethnicity and Craftwork: A Comparative Cross-national Study of the Definition and Classification of Craft”. International journal of humanities and social science . v.6 fasc. 8 pp.288 - 298, 2016.

<sup>65</sup> “La clasificación racial de la población y la temprana asociación de las nuevas identidades raciales de los colonizados con las formas de control no pagado, no asalariado, del trabajo, desarrolló entre los europeos o blancos la específica percepción de que el trabajo pagado era privilegio de los blancos. La inferioridad racial de los colonizados implicaba que no eran dignos del pago de salario.” (QUIJANO, 2000, p. 207)

outras raças ou grupos inferiores, não obstante no século XX a mudança no reconhecimento de “valores culturais” oferece ao trabalho artesanal o caráter de identidade patrimonial ou positiva (VEGA, 2013).

A reflexão sobre a “raça” muda em função das lutas pelos direitos humanos e o estabelecimento político de novas formas de participação e reconhecimento, embora as problemáticas sobre a etnicidade e o controle do trabalho hegemonicamente no capital permite incidir na análise sobre a forma de colonialidade que o artesanato expressa em função dos valores culturais de diferenciação étnica. Em outras palavras, pretende-se expor que o artesanato se encontra fortemente relacionado com as condições de diferenciação étnica da população, e que isto só pode acontecer num processo histórico de colonialidade entre metrópole e suas colônias.

A *eticidade* é uma construção social de diferenciação cultural, onde se reconhecem características de comportamento individuais e práticas sociais (modos de fazer, saber e conhecer) que correspondem à produção de identidades e alteridades dentro e fora dos territórios políticos (Estados, regiões, etc.) em períodos determinados (GIDDENS, 1991; SMITH, 1997). A etnicidade é um conceito que debate a categoria raça, pois não produz discursos estáticos e hierárquicos, ou da naturalização da população, senão que responde às problemáticas da representação de mitos de origem, de linguajes, religião, etc. A etnicidade também integra a categoria de nacionalidade, mas não atende só a uma identidade política como o Estado moderno, senão que compreende diferentes organizações políticas que se encontram dentro dos Estados e são trans-fronteiriços a eles (VAN der MEER, TOLSMA, 2014).

Não obstante, historicamente a etnicidade não se apresenta necessariamente na realidade como uma características de diferenciação na igualdade de oportunidades e numa estendida democracia participativa, ao contrário, a diferenciação cultural foi e são exercidas como forma de dominação hegemônica e contrahegemônica dependendo da capacidade de resistência ou poder que possua o grupo social, comunidade ou nação. O poder pode exercer-se de forma interna nos Estados no caráter de micro-poderes, ou de forma externa no processo de colonialidade entre estados ou territórios políticos. Conforme CASTELLS (1999), esse tipo de posicionamentos definem a característica das identidades em três formas: *legitimadora*, *de resistência* e *de projeto*, dependendo isto da forma como se pense seu alcance como sociedade civil, comunidade ou movimento social.



Assim, a etnicidade é parte da colonialidade de poder dentro do sistema mundial de dominação. A colonialidade “es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder, y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia cotidiana y a escala social” (QUIJANO, 2014, p. 285).

Pode pensar-se que a relação histórica entre etnicidade e forma de dominação do trabalho no capital apresente forte relação (WALLERSTEIN, 2010), o que também permite formular a ideia que as condições culturais de produção de artesanato no mercado podem ter diferenciações principais na forma de entender o trabalho artesanal. Assim, para realizar uma análise geral da forma como a produção de artesanato se encontra principalmente relacionada nos territórios com maior diversidade ou representação étnica, para o caso de Brasil e França (metropolitana), pode analisar-se diante o grau de diversidade medido pelo índice de Herfindahl e Hirschman (IHH), onde se apresenta maior diversidade na medida em que se encontra maior fracionamento da população o número IHH é menor, e quando se encontra menor fracionamento o número IHH é maior (VAN der MEER, TOLSMA, 2014, p. 462). Na Tabela 3.10 se apresentam os dados de diversidade étnica por país de estudo.

**TABELA 3.10.** REPRESENTAÇÕES E DIVERSIDADE ÉTNICA (IHH) POR PAÍS DE ESTUDO.

| Brasil   |                   | França         |                  |
|----------|-------------------|----------------|------------------|
| Branco   | 47,73             | Branco-Europeu | 85               |
| Pardo    | 43,13             | Norte Africano | 10               |
| Negro    | 7,61              | Negro          | 3,5              |
| Asiático | 1,09              | Asiático       | 1,5              |
| Indígena | 0,43              |                |                  |
|          | <b>H= 4197,63</b> |                | <b>H= 7339,5</b> |

Fonte: Elaboração do autor, Brasil UNSTATS (2010), e para França SABEG; MÉHAIGNERIE, 2004.

Os dados representam de forma geral o significado da relação entre identidade étnicas da forma nacional, sendo maior o H: 7339,5 na França e menor H: 4197,63 no Brasil. No país europeu a predominância de identidades “brancas” é evidente, não obstante neste caso a pergunta é formulada desde rasgos fenotípicos, o que pode não encontrar-se no debate ou ter pouca relevância para a população dos países nas metrópoles, o que pode ser mais significativo nas diferenciações religiosas ou de cidadania (SIMON, 2012). É necessário reconhecer que os dados

apresentados no país europeu tem relação desde a metrópole, pois tendo em conta a diferenciação nas colônias de ultramar, a situação muda totalmente, pois existe uma diversidade maior nas diferentes comunidades na formação geral de regiões como Guiana Francesa.

Para Brasil, a representação étnica tem maior grau de importância no reconhecimento social da população, pois apresenta uma formação histórica de forte migração (COSTA, 2005). A representação de pardo e negro é de grande peso no conjunto da população, além de ser parte do debate no grau de representatividade e participação política dos diferentes grupos étnicos do país (AZEVEDO, 2004). Tendo em conta esta situação, a problemática sobre a etnicidade e artesanato gera uma alta correspondência, principalmente como forma cultural de reconhecimento social das comunidades autodeterminadas de forma “positiva” nas diferenças culturais.

A colonialidade do poder que se manifesta na forma como se reproduz o discurso do artesanato como objetos culturais derivados dos territórios de afirmação étnica é resultado da situação de diferenciação nos territórios colonizados historicamente. O problema se encontra, então, em reconhecer em que sentido o discurso sobre o artesanato pode ser legitimador do sistema hegemônico ou colonialidade, se pode ser uma política cultural de resistência no sentido de manter uma tradição local ou regional, ou se se pensa como projeto e ação de determinados grupos para mudar a posição do discurso da produção cultural material.

Os escopos da atividade de produção de artesanato na região transfronteiriça entre Guiana Francesa e Amapá, como regiões que tem características similares na relação Sul – Sul, onde os processos de resistência são comuns e produzem semelhanças nas formas de organização do trabalho artesanal. Não obstante, a problemática da etnicidade e da política da diferença não constitui de por se projeto algum de transformação, e pode derivar-se só como recurso de mercantilização das formas de identidade cultural, especialmente no turismo (GOMES, 2013).

Em geral, a etnicidade, os processos de dominação histórica na colonialidade, e o desenvolvimento do capitalismo de forma global, oferecem diferenças de grau e forma em que se desenvolve o trabalho artesanal como recurso e identidade cultural, na prática de artesãos que fazer artesanato, assim, da mesma forma que se precisou de uma série de condições históricas para o desenvolvimento da integração vertical da classe média no regime de produção industrial no século XX para obter as condições de associação política empresarial artesanal na França,

precisa-se de características culturais e de identificação étnica e local para obter uma compreensão do artesanato como forma de integração horizontal ao capital, e de seu uso como possível forma de resistência ao capitalismo, definido pelos interesses de agrupações de artesãos e artesãs desde sua prática social, cultural e econômica.

### 3. 4. RENTISMO, SIGNOS DISTINTIVOS E TRABALHO ARTESANAL.

#### 3. 4. 1. SIGNOS DISTINTIVOS DO TRABALHO ARTESANAL E ARTESANATO NA FRANÇA E BRASIL.

Como pode observar-se, o desenvolvimento das formas de produção técnica artesanal não é homogênea, e representa diferentes trajetórias históricas, econômicas e sociais, e seu processo de institucionalização não pode limitar-se à explicação do fenômeno desde um processo propriamente técnico. Partindo desta ideia, pode estudar-se o trabalho artesanal em sua relação com as condições de produção e sua proteção por direitos de propriedade na produção, isto como dupla intencionalidade de proteção da produção entre concorrentes no mercado e proteção dos direitos do consumidor, tendo em conta o desenvolvimento atual do capital e a forma de valorização gerado além da produção industrial, é dizer o rentismo como capacidade de geração de lucro e a luta pela administração de direitos de produção (PAULANI, 2016).

A função sobre os direitos de produção são fundamentais para entender o mecanismo de lucro gerado pelo capital, que não se define principalmente na produção de bens tangíveis (materiais) senão na utilidade gerada pelos bens de “capital intangível” (HASKEL, WESTLAKE, 2017), pela propriedade sobre o serviço ou bens ao futuro. Nesse sentido o trabalho artesanal considera-se além do processo de produção material, nas condições técnicas, e integra-se a ele a condição atual de seu valor cultural como bem imaterial ou intangível. Assim, a forma de participação do trabalho artesanal, principalmente do trabalho cultural e tradicional, concentra-se na capacidade de obter direitos do produto de forma individual como grupal.

Para entender de melhor forma a condição do rentismo e o trabalho artesanal pode representar-se a forma coo a renda funciona nas dimensões de **quantidade e qualidade** do processo de produção, por qualidade na renda pode entender-se sua relação material o imaterial

de produção, é dizer que o produto artesanal é matéria e signo ou representação, qualidade que determina o valor da atividade, preço do bem e serviço, tanto como o preço de mercado. Por outro lado, a quantidade no processo de produção pode avaliar-se na condição de produtores de **propriedade individual**, definido nas empresas de pessoas naturais ou jurídicas, e produtores de **propriedade territorial**, onde os proprietários se encontram reconhecidos por sua pertinência a um espaço político-geográfico.

No mercado, o produto artesanal tanto em sua materialidade como imaterialidade pode ser representado no mercado como **signo distintivo**, por um lado existe a **marca** como identificação ou signo de uma empresa em particular, é dizer a diferenciação do produto (preço, qualidade) que o consumidor pode ter como referencia. Por outro lado uma **Indicação Geográfica** existe como signo distintivo da produção de um produto num lugar particular, consiste na diferenciação gerada pelas características técnicas, culturais e ambientais que permitem a qualidade específica do produto, o que oferece uma dificuldade na fixação da propriedade a um único indivíduo, e se define uma propriedade grupal, como proprietários da produção pela legitimidade construída ou herdada.

A situação das empresas artesanais e de sua integração horizontal ou vertical ao capital depende da forma de rentismo como expressão principal da concorrência nos mercados nacionais e internacionais, pois com o crescimento da comercialização de produtos artesanais, a condição de qualidade e origem apresenta maior importância para o consumidor, além da forma como os direitos individuais e territoriais podem manter uma proteção a conhecimentos e tradições culturais. O rentismo, o patrimônio e o processo de abertura comercial dos bens culturais internacionalmente definem características do trabalho artesanal como estratégia empresarial no mercado, o que pode ser entendido tanto nas condições do trabalho artesanal integrado diretamente ao sistema de produção industrial, como de forma horizontal de atividades culturais locais e não capitalistas (VEGA, CUNHA, 2015).

Para entender o processo de propriedade sobre o trabalho artesanal, do saber-fazer e dos objetos, pode identificar-se as forma de promoção e proteção utilizadas nos países de estudo Brasil e França. É notável que as trajetórias históricas determinem fortemente os usos da propriedade intelectual no processo de produção do artesanal, permitindo diferenciar as estratégias tanto na geração de signos distintivos como nos processos territoriais de proteção do

saber-fazer como patrimônio cultural. Apresentam-se de forma geral as condições como o rentismo e a proteção de direitos sobre a o trabalho artesanal e o artesanato se desenvolve nas formas de institucionalidade de cada país, tendo como exemplo as Indicação Geográfica (IG) no Brasil e França, e o signo distintivo *Entreprise du Patrimoine Vivant* (EPV) na França.

No Brasil, a produção de artesanato apresenta formas de integração dos direitos de propriedade territorial, pois é principalmente a referencia ao lugar a forma de manter a tradição e prática artesanal como caraterística cultural das comunidades. A prática da proteção dos direitos comunitários diante Indicação Geográfica refere-se a o nome do lugar que se usa para designar um produto que é originário desse lugar, e que suas caraterísticas e qualidades devem-se em parte ou totalmente ao meio geográfico onde é produzido (GRANADOS, 2004). Normativamente, a Indicação Geográfica apresenta-se de duas formas: como Denominação de Origem e Indicação de Procedência. A primeira corresponde a uma referencia concedida ao processo de produção total realizado no lugar, a indicação de procedência permite que só uma parte do processo de produção seja realizada no lugar de referencia.

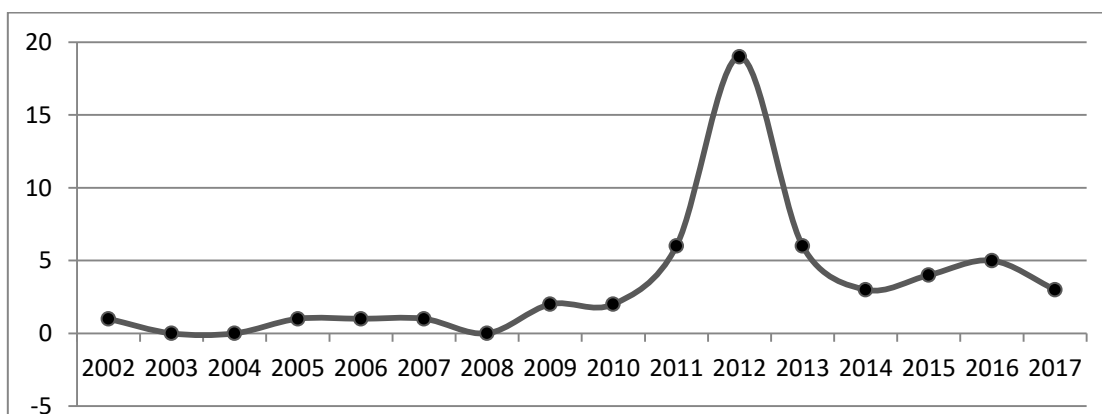
Para a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO), cada país ou região determina as formas de avaliação e classificação das Indicações Geográficas tendo em conta os sistemas jurídicos particulares de cada lugar, não obstante existem três modalidades principais para obter uma Indicação Geográfica: A) sistemas *sui generis* de proteção, que consistem em formas de proteção jurídica ou direitos especiais independentes de qualquer outra forma de proteção de direitos de marcas ou de propriedade intelectual. Os sistemas de proteção *sui generis* são especialmente utilizados para sua referencia ao território de forma cultural, ao saber-fazer particular de comunidades locais. Nesse sentido, o artesanato ou o trabalho artesanal de valor cultural pode encontrar-se como sistema particular e diferenciado.

B) As *marcas coletivas* ou marcas de certificação, que podem ser utilizados por diferentes indivíduos associados a um grupo que possui a propriedade ou diferentes grupos que podem seguir as normas para a produção do objeto ou serviço, não dependendo diretamente da pertencia ao território. Seu uso é mais frequente nos países de Estados Unidos, Austrália, e China. C) *Leis centradas nas práticas comerciais* as quais, dependendo de cada país, podem utilizar-se leis de propriedade comercial ou de proteção ao consumidor que terminam por resguardar indiretamente ao bem ou serviço (RANGNEKAR, 2004). Assim, o processo de proteção e direito de

propriedade vai da particularidade ou exclusividade do objeto, como objeto único no mercado, reconhecido por uma quantidade importante de determinações particulares, até o processo de marca coletiva que mantem sua importância precisamente pelo caráter associativo, mas que não depende propriamente do lugar e das particularidades culturais.

No Brasil, diante lei de propriedade intelectual n. 9.279 de 1996, nos artigos 172 a 178 se faz referencia às indicações geográficas. Para o ano 2017, no Brasil reconhecem-se 52 Indicações Geográficas, onde o 75 % corresponde a alimentos e 24 % a produtos de artesanato. Desde o ano 2002 até o ano 2017 a quantidade de Indicações Geográficas aprovadas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) apresenta uma forte variação, tendo seu ano principal de crescimento nos anos 2011 e 2013 como se expõe na Figura 3.9, apresentando no ano 2012 o total de 19 indicações geográficas reconhecidas.

**FIGURA 3.9.** INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO BRASIL, ANOS 2002 ATÉ 2017.



Fonte: INPI, 2017. Elaborado pelo autor.

Por outro lado, das 52 Indicações Geográficas, 84 % correspondem a Indicações de Procedência, e o restante a Denominações de Origem, tendo em conta a dificuldade de obter uma Denominação de Origem pelas características que deve possuir ao longo de todo o processo de produção até sua comercialização, elas representam valor simbólico significativo no mercado, isso pode explicar a situação do vinho de “Vale dos vinhedos” no Rio Grande do Sul e café da “Região do Cerrado Mineiro” de Minas Gerais, que receberam o selo de Indicação de Procedência pelo INPI, no ano 2002 e 2005 respectivamente, e que mudaram seu selo como Denominação de Origem no ano 2012 e 2013 permitindo maior abrangência da propriedade nas

diferentes etapas de produção, além de obter melhor reconhecimento e maior valorização dos produtos, maior qualidade e maior preço.

Por exemplo, no caso do vinho, este “para obter um IP, deve ter 85% de suas uvas procedentes da região geográfica delimitada. Para uma DO, este percentual deve ser 100%. Além disso, no caso da DO, deve conter 85% da casta principal acima da permitida pela legislação brasileira, que é 60% da uva varietal” (SATO, 2013, p. 4) Não obstante, a renda percebida pela propriedade monopolística do produtor já não depende unicamente da produção do território, senão que amplia seu domínio sobre qualquer produção relacionada direta ou indiretamente com a cadeia de produção da indicação geográfica. É notável que dentro da produção capitalista a patente ou propriedade sobre renda futura do produto que o capitalista possui como estratégia para controle dos preços, num determinado momento no ciclo de vida do produto, seja uma prática antiga no desenvolvimento do capital (SCHUMPETER, 1988); não obstante, é possível reconhecer que o signo distintivo como propriedade especial do território gera uma renda monopolística no uso, acessibilidade e poder no lugar, e sobre as práticas socioeconômicas que se desenvolvem.

O processo de obtenção de renda monopolística via obtenção de signo distintivo no mercado, agencia como mecanismo de valorização, o que pode gerar-se como tendência. Por exemplo, no Vale dos Vinhedos, a construção de condomínios vitivinícolas gera problemáticas no uso do solo, pois para o arquiteto Pedro de Alcântara Bittencourt César, professor da UCS e doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP),

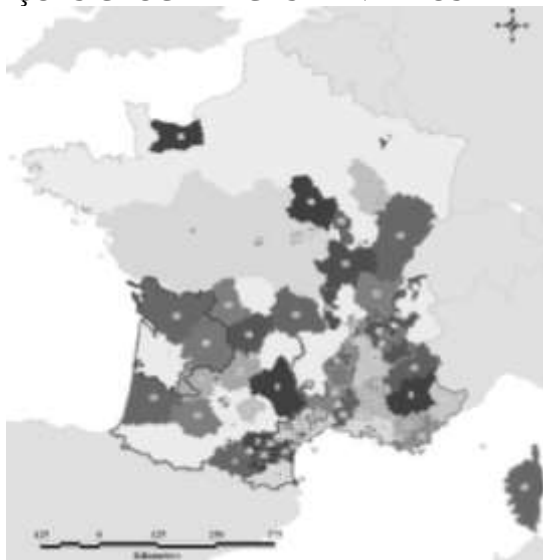
Com as brechas na lei, os condomínios começaram a transformar a uva em valor condominial. A pessoa divide em lotes, mantém um parreiral do condomínio e faz o parcelamento do solo. Via de regra, o antigo morador continua com a propriedade, mas o parreiral é vendido para um incorporador. Não é a paisagem mais constante, mas é uma tendência.<sup>66</sup>

O “valor condominial” é precisamente o processo onde se realiza uma transformação articulada de atividades econômicas e de vivenda no território valorizado pela indicação geográfica. De forma geral, o processo de valorização da terra pode em casos específicos funcionar no caso de transferência de valor ao produto, o que seria parte da proteção ou políticas

<sup>66</sup> GAUCHAZH, Campo E Lavoura, Condomínios vitivinícolas começam a despontar no Vale dos Vinhedos, 03 Novembro 2017. Disponível em : <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2017/11/condominios-vitivincolas-comecam-a-despontar-no-vale-dos-vinhedos-cj9k3m0ss05dx01ogqgwv19hy.html>>

protecionistas dos produtos, aproveitando a patente ou o signo distintivo num tempo determinado; tanto como o uso da valorização como estratégia de exploração da **renda potencial do solo**. Nesse sentido a lógica da renda diferencial que pode ser aproveitada diretamente diante o que é denominado como **gentrificação rural**,<sup>67</sup> é dizer, como estratégia de desvalorização para o aproveitamento do solo numa futura renda com novos compradores de classe media urbana ou grupos de alta renda; e indiretamente como aproveitamento da renda diferencial do solo nos limites que oferece a terra valorizada com a Indicação Geográfica, e o solo circundante (SMITH, 2012).

**MAPA 3.8.** INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS DE VINHOS NA FRANÇA, ANO 2013.



Fonte: INAO, 2013.

Por outro lado, é o vinho o produto principal que define também a história das denominações de origem na França, que desde o ano 1935 define as características do território da produção vinícola como signo distintivo denominações de origem de controle (*Appellation d'origine contrôlée* – AOC) para supervisão dos produtos nacionais e proteção do consumidor ante a fraude, o signo distintivo foi estendido a outros produtos agrícolas como queijos, azeitonas, mel, entre outros (CELERIER; SCHIRMER, 2012). Não obstante, é até a década dos anos noventa que a referencia distintiva passa de ser uma supervisão do comercio de forma nacional,

<sup>67</sup> “Rural gentrification is intrinsically associated with the increasing migration to the countryside of urban middle-classes or wealthier classes. It has also driven out certain social groups, including youth and economically, socially or culturally disadvantaged populations [...] This behavior is often fed by the dominant representations of the countryside, namely, a bucolic and idyllic living space, a “refuge from all the urban evils”. In a sense, rural space has been commodified, especially by the media; this of course exerts an influence on the imaginations of urban populations seeking a certain exoticism” (GUIMOND, SIMARD, 2010, p. 451)



ao processo de proteção específico de valorização do saber-fazer num território específico, é dizer uma denominação de origem para a proteção (*Appellation d'origine protégée* - AOP) do produto com características distintivas do território.

Além das denominações de origem, também se encontram as Indicações Geográficas (*Indication géographique protégée* - IGP) que fazem referencia do produto a um território específico, e outros selos principalmente na área agrícola administrado pelo Instituto Nacional da Origem e da Qualidade (*Institut National de L'Origine et de la Qualité* - INAO). Para o ano 2013, França tinha aproximadamente 74 Indicações Geográficas em vinhos (Mapa 3.8), 6 em produtos lácteos, 32 em produtos cárneos derivados da carne, 34 avícolas, e outras 42 Indicações Geográficas de produtos vários como frutas mel, etc. Como denominações de origem (AOC) apresenta para o mesmo ano 329 denominações reconhecidas em produtos vinícolas e outras bebidas alcoólicas, 52 denominações de origem em produtos lácteos, e 45 denominações de outros produtos (INAO, 2013).

Não obstante, o movimento de diferenciação do desenvolvimento desigual que procura obter na particularidade dos territórios o processo de valorização dos produtos, também afronta para o caso do trabalho artesanal características de homogeneidade na resposta como as instituições geram formas de proteção territorial tendo em conta que o trabalho de produção artesanal, especialmente no trabalho de artesanato define as características territoriais como forma de salvaguardar tradições e costumes em comum de uma população no território específico, além da proteção patrimonial funciona como meio de valorização dos produtos e da renda de cada produtor.

Tendo em conta que na medida em que os produtos alimentares constituem parte dos sistemas de classificação do trabalho artesanal, especialmente as bebidas, a exposição das denominações de origem da agricultura corresponde de formas geral e expositiva ao objeto de estudo. Não obstante, para aprofundar na temática do trabalho artesanal cultural ou artesanato, existe tanto para Brasil como para França a tendência de produção de signos distintivos de produtos de artesanato, definidos pela indicação ao território - embora para o país europeu esteja ainda no processo de formação-. Assim, no Brasil existem 14 produtos de artesanato entre eles 3 que são identificados por denominação de origem (Tabela 3.11).

**TABELA 3.11.** INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS DOS PRODUTOS DE ARTESANATO NO BRASIL, ANO 2009 - 2016.

| <b>Indicação Geográfica</b>         | <b>Produto</b>                                | <b>Ano</b> | <b>UF</b> | <b>Tipo</b> |
|-------------------------------------|-----------------------------------------------|------------|-----------|-------------|
| Vale dos Sinos                      | Couro Acabado                                 | 2009       | RS        | IP          |
| Região do Jalapão do Estado do TO   | Artesanato em Capim Dourado                   | 2011       | TO        | IP          |
| Goiabeiras                          | Panelas de barro                              | 2011       | ES        | IP          |
| São João do Rei                     | Peças artesanais em estanho                   | 2012       | MG        | IP          |
| Franca                              | Calçados                                      | 2012       | SP        | IP          |
| Pedro II                            | Opalas preciosas e joias artesanais de opalas | 2012       | PI        | IP          |
| Região Pedra Carijó Rio de Janeiro  | Pedra Lajinha                                 | 2012       | RJ        | DO          |
| Região Pedra Madeira Rio de Janeiro | Pedra Lajinha                                 | 2012       | RJ        | DO          |
| Região Pedra Cinza Rio de Janeiro   | Pedra Lajinha                                 | 2012       | RJ        | DO          |
| Cachoeiro de Itapemirim             | Marmoeiro                                     | 2012       | RJ        | IP          |
| Paraíba                             | Têxteis em algodão colorido                   | 2012       | PB        | IP          |
| Divina Pastora                      | Renda de agulha em lacê                       | 2012       | SE        | IP          |
| Cariri Paraibano                    | Renda renascença                              | 2013       | PB        | IP          |
| Região das Lagoas Mundaú-Manguaba   | Bordado filé                                  | 2016       | AL        | IP          |

Fonte: INPI - BR, 2016. Indicação de Procedência (IP), Denominação de Origem (DO). Elaborado pelo autor.

O artesanato como forma de produção territorial no Brasil com as condições de classificação de maior exclusividade de identidade e tradição frente a outros produtos manufaturados gera uma dupla forma de exclusividade, pois especializa o conceito e especializa seu poder e uso no lugar de produção, seja na forma de protecionismo econômico ou cultural, o artesanato com denominação de origem gera dentro das possibilidades do mercado o monopólio de produção. “Apropriar-se da cultura não apenas através das relações identitárias, mas também monetárias faz com que os grupos sociais, que outrora estavam à margem da macroeconomia, se “empoderem” de seus próprios destinos, como sujeitos de suas trajetórias. Assim, a articulação cultura/comércio não é uma novidade, mas é recente seu enquadramento na ‘Economia da Cultura’” (MELO, 2015, p. 270)

Tendo em conta que o espaço da comercialização de artesanato define espaços e tempos de comercialização tanto nas grandes cidades, como nos pequenos municípios turísticos do país, é possível entender que a concorrência aumenta para os mesmos artesãos no crescimento de municípios que geram espaços de comercialização e centros de artesanato, aproximadamente 1.234 municípios com centro de artesanato no Brasil (IBGE, 2014). Nesse sentido a produção de espaços para o mercado do artesanato pode apresentar demanda crescente e obriga a modificar estratégias no produto e na forma de criação de demanda, neste caso a procura por mercados externos. O perigo da produção fetichizada pela expressão carregada do “identitario” também

apresenta para o turismo um grave problema de generalização estereotipada do que é “artesanato”,

Em contrapartida, essa “criação” de espaços a essas demandas precisa ser realizada com cautela, visto que há uma tendência do poder público brasileiro em “priorizar” o desenvolvimento de espaços voltados à demanda turística. Os locais são construídos como uma espécie de cenário, com características estereotipadas e que não atraem a população local. Os espaços são modificados com o propósito de “deixar mais atrativo ao turismo”, porém modifica tanto o local que propicia uma sensação de falsidade do mesmo, diminuindo o interesse do próprio turista em permanecer mais tempo no local, logo, enfraquecendo mais ainda a vida no espaço, até chegar à fase do declínio total. (RIBEIRO, 2013, p. 134)

Nesse sentido, a saturação do mercado turístico de artesanato completa o ciclo de produção sobre processos tradicionais de mercadorização dos *souvenirs* ou artesanato em massa. A resposta dos processos de criação de renda diante proteção de direitos sobre os artesanatos nos territórios é outra forma de revitalizar o mercado de artesanato em função de produção de melhor qualidade e da possibilidade de obter, além da inovação ou experimentação sobre o produto, a renda pelo território como distinção representativa nos mercados internacionais. Na França, os produtos de trabalho artesanal de arte, ou artesanato também apresenta uma forma de identificação da produção ao território, procurando o signo distintivo como corresponde ao *Indication géographique artisanal*, desde o ano 2013, e que é administrada pelo Instituto de Proteção da Propriedade Industrial (INPI - FR) onde aparecem 6 Indicações Geográficas que fazem referencia principal ao material de produção dependendo diretamente do território (Tabela 3.12).

**TABELA 3.12.** INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS DE ARTESANATO NA FRANÇA, 2015 – 2017.

| Produto                                   | Ano  | Tipo      |
|-------------------------------------------|------|-----------|
| Granit de Bretagne                        | 2017 | Em curso  |
| Pierre de Bourgogne                       | 2017 | Em curso  |
| Porcelaine de Limoges                     | 2017 | Aprovado  |
| Espadrille de Mauléon - Mauleko espartina | 2016 | Rejeitado |
| Siège de Liffol                           | 2016 | Aprovado  |
| Savon de Marseille                        | 2015 | Em curso  |

Fonte: INPI France, *indications géographiques* 2017.

Neste sentido, a procura por uma diferenciação dos produtos, que contemplam uma situação “*sui generis*” para obter proteção territorial do artesanato, e também de alguns produtos agrícolas, atende a uma tendência de produção no estado da globalização que atinge a países com

diferentes trajetórias na institucionalização e classificação do artesanal. A tendência à proteção do objeto como produto único, distinto e de qualidade especial, pode definir uma condição da trajetória rentista para o artesanato, e que aparece de forma importante como processo de homologação do trabalho artesanal no desenvolvimento do capital, tanto na França como no Brasil. O artesanato na produção técnica, cultural e territorial (ambiental) define-se na França na tendência atual de reconhecer e proteger diante indicações geográficas aos produtos manufaturados e artísticos.

Da mesma forma que existe o processo de homologação da proteção e promoção dos produtos de artesanato, também se mantem a diferenciação nas trajetórias históricas de classificação, especificamente nas formas de proteção e signos distintivos criados para as empresas artesanais, que atendem uma variedade ampla de empresas artesanais que não dependem exatamente de sua referencia geográfica senão que se constitui o signo distintivo como empresa ou atividade patrimonial do saber-fazer dos trabalhadores nas empresas. Nesse sentido o selo ou signo distintivo das empresas artesanais depende da proteção do tipo de **marcas coletivas**, pois não se encontra diretamente definido pelo território, como forma de integração horizontal ao mercado capitalista, senão como forma vertical ao sistema de classificação das empresas artesanais como setor.

O signo distintivo *Entreprise du Patrimoine Vivant* (EPV) na França pode observar-se como o recurso de geração de patente para proteção dos produtores nas empresas artesanais. A prática da simbolização (*labellisation*) nas empresas artesanais permite valorizar as empresas francesas que tenham formas de produção de alta qualidade, ou de saber-fazer único, distintivo ou tradicional. O signo distintivo EPV foi institucionalizado no artigo 23 da lei em favor das Pequenas e medianas empresas (PME) no dia 2 de agosto de 2005. O signo distintivo EPV pode ser atribuído a toda empresa que tenha um patrimônio econômico, caracterizado por um particular saber-fazer único, distinguido ou ancestral, com base no domínio das técnicas tradicionais ou de alta tecnologia e limitado a um território.

Assim, são três condições principais que toda empresa artesanal ou industrial deve ter: A) *Possuir um patrimônio econômico*, representado em equipamentos, materiais ou ferramentas distintas ou únicas; ou também direitos de propriedade intelectual ou redes de produção. B) *Possuir um saber-fazer raro, reconhecido e indiscutível*. Pode ser compartilhado por um pequeno

grupo de empresas, o que faz desta uma *marca coletiva*. O saber-fazer não deve ser derivado de formação normal, deve ser técnicas e práticas de trabalhadores altamente capacitados. C) *Ser reconhecido pela dimensão cultural ou localização*. A empresa deve ter tradição e reconhecimento, seja pelas características de produção cultural, ou pela localização, e que contribuía na produção e tecnologia do país (Institut Supérieur des Métiers - ISM, 2012). É possível reconhecer que as empresas com signo distintivo EPV no dependem diretamente da referencia geográfica, mas constitui uma parte significativa de seu reconhecimento.

A quantidade de empresas representadas no signo distintivo EPV para o ano 2017 supera as 1.300, a maior parte destas empresas é de pequenas empresas com menos de 20 trabalhadores, uma parte significativa (aprox. 24 % para o ano 2012) tem antiguidade maior aos 50 anos, e sua localização se encontra principalmente nas regiões de *Île-de-France*, *Rhône-Alpes*, *Provence-Alpes-Côte d'Azur* (PACA) e *Limousin* (Institut Supérieur des Métiers - ISM, 2012). Com a necessidade de ampliar os mercados das empresas artesanais, seja pela via de indicações geográficas, seja pela forma de selos distintivos que permitem melhorar a proteção e promoção dos produtos e serviços no mercado internacional, é fundamental entender que este processo obriga a uma tensão das empresas fortemente localizadas estenderem suas estratégias de produção e comercialização nos cenários mais diversos de concorrência, como o expõe Anne de Blignières-Légeraud, presidente do *Institut Supérieur des Métiers*:

Ces entreprises se trouvent dans une situation paradoxale puisqu'elles sont reconnues pour leur valeur d'excellence et participent à créer des emplois non-délocalisables dans les territoires mais font face à des difficultés en matière de recrutement et de transmission des savoir-faire. (apud LELIEVRE, 2017)

Assim, 74% das empresas com selo EPV tem atividade de exportação, o que identifica a tendência do mercado das empresas artesanais na França. Existe, então, uma tensão entre o local e o global, a situação dos produtos para o mercado reconhecido dentro do país e sua relação com a comercialização de produtos que concorrem pela alta qualidade que podem oferecer. Tanto para as empresas artesanais na França como para as empresas de artesanato no Brasil, o movimento que identificou nas passadas décadas de formação de mercados locais dependentes do mercado local seja pelas indústrias de outros setores ou pelo turismo, a procura pelo crescimento da concorrência internacional de produtos que além do preço e qualidade, concorrem pela distinção do consumidor, acelera o processo de proteção dos produtores e consumidores que se relacionam atualmente de modo assíncrono.

### 3. 4. 2. RENTISMO E TRABALHO ARTESANAL.

De forma geral, os mecanismos de proteção da propriedade do saber e dos produtos diante diretos de produtores individuais ou grupais constitui uma projeção do mercado de bens culturais no século XXI, o que pode ser explicado na forma de integração horizontal e vertical ao capital, tanto pela resistência ao mercado massificado na forma de tratar de manter costumes e tradições locais com maior importância em sua proteção, e também como estratégia de rentismo da produção artesanal no mercado, e é precisamente o processo de rentismo o que identifica o movimento das empresas artesanais na procura de melhores condições dos produtos no mercado internacional para integrar-se de forma direta ao capital. Nesse sentido pode diferenciar-se a renda percebida pelos proprietários dos direitos de produção no processo de reconhecimento das regiões de procedência agenciam como “capital fictício”.

A propriedade da terra é uma variável fundamental no estado de distribuição e localização da população, permitindo gerar uma posição geográfica e histórica dos trabalhadores que realizam atividades artesanais. É pertinente lembrar que a simples disposição dos produtores e mercadorias no mercado não produza em si capital na forma rentista, é dizer a propriedade privada tem um peso significativo na distribuição social e histórica da posse de terra mais não é diretamente movimento de valorização do valor. Por exemplo, a renda recebida pelo dono por objeto de arrendamento não define um processo de valorização e se de troca pelo uso do espaço como fator de produção. A importância na valorização da terra se produz quando a renda se concebe como se fosse um capital fictício “o que é negociado é um direito sobre as receitas futuras, o que significa um direito sobre os lucros futuros do uso da terra ou, mais diretamente, um direito sobre o trabalho futuro. Então, quando o comércio na terra é reduzido a um ramo especial da circulação do capital que rende juros, devo argumentar que a posse da terra atingiu sua verdadeira forma capitalista” (HARVEY, 2013 [1982], p. 448).

Assim, os trabalhadores artesanais, seja na posição de posse de terra como propriedade individual, grupal (corporativa) ou comunal onde possam utilizar suas condições para um tipo de atividade lucrativa, ou como parte do movimento da propriedade da terra como circulação de capital que rende juros é confrontada a esta dinâmica, se gera um processo de transformação da participação dos produtores artesanais sobre aquilo que pode considerar um direito sobre o

patrimônio, sobre a propriedade individual e comunal que compartilham características distintivas, materiais ou simbólicas, e que define uma fragmentação e distinção dentro do mesmo campo de produção artesanal.

A diferença da renda absoluta<sup>68</sup> a qual depende diretamente das condições do movimento do capital no mercado, a renda monopolista produz pela condição de ser privado ou por as qualidades singulares do solo ou território, *cria* a renda. Nesse sentido, a renda monopolista tem diferença da renda diferencial e da renda absoluta na medida em que regula os preços e lucros à competência e concorrência, o monopólio das qualidades dadas pelas propriedades do solo, a localização ou por condições simbólicas ou culturais, permite gerar uma renda relativamente imposta ao mercado, pois são poucos os concorrentes. Nesse sentido, não intervêm diretamente os custos de produção ou os valores produzidos, senão a necessidade e capacidade de pagar dos compradores (PAULANI, 2016, p. 521). Em outras palavras, se desenvolve de forma maior na condição do consumo que na produção.

No caso do trabalho artesanal, a importância da renda monopolística é fundamental para entender o movimento atual de varias formas de lucro e participação da acumulação no capital. As propriedades de diferenciação em que se baseiam os produtos artesanais, em especial o artesanato, permite que possam ser aproveitadas por duas formas principais: 1) uma **forma material**, pela condição própria dos materiais e recursos que se obtêm “gratuitamente” dada sua localização, como é o caso dos materiais como madeira, barro, e outros compostos específicos do solo e da vegetação, ou 2) uma **forma simbólica**, pela produção de essa distinção cultural que radica em propriedades individuais, comuns ou territoriais. Como é o caso do artesanato que contém em si o “valor cultural/diferencial” que é produzido em base a uma memória coletiva ou que pode expressar a singularidade do artesão. Embora, não deve confundir-se o ganho dado na produção do objeto artesanal, com a renda do monopólio que detêm por pertencer a um território específico.

---

<sup>68</sup> A renda absoluta consiste na condição de lucro dado pela posse de terra que é utilizada para produção. “Assim, tudo se passa como se a propriedade fundiária, por sua mera existência, conseguisse capturar e reter sob a forma de renda fundiária ao menos uma parte do excedente do valor dos bens agrícolas sobre seus preços de produção, excedente que sempre existe, tendo em vista que a composição orgânica do capital na agricultura é tradicionalmente inferior aos demais setores. Em outras palavras, a barreira erguida pela propriedade privada da terra impede que seja oferecida à equiparação orquestrada pela concorrência a integridade da parcela do valor produzido na atividade agrícola que excede os preços de produção.” (PAULANI, 2016, p. 521)

Pode apresentar-se que a renda monopolizável no trabalho artesanal possui diferentes manifestações pela condição dos produtores e do território onde se produz; o que se resolve: a) na concentração de capitais no território, o que mantém relações entre diferentes setores na aliança com a indústria, o turismo, a manufatura e até a mineração, nos clusters ou cadeias de produção e comercialização, estruturando redes mais ou menos estáveis dependendo do tipo de produção e da organização territorial econômica de cada lugar como; b) contratualmente, nas patentes dos objetos nos direitos individuais, corporativos e territoriais na produção. Como exemplo se encontra os direitos dados individualmente (pessoa natural ou jurídica), definindo os direitos patrimoniais e morais pela produção do objeto. Esta condição faz do produtor, seja artesão ou não, aquele com poder de ajustar o preço ou valor do produto no mercado.

O caso da **marca** representa a propriedade privada individual ou corporativa, que permite a renda pela produção e utilização futura do objeto, da prática ou serviço. Neste sentido pode-se falar da propriedade privada de uma “parcela” de conhecimento que permite seu uso por sua singularidade, e admite sua mercantilização do que poderia ser antes bem comum (HESS, OSTROM, 2016). O monopólio dessa parcela de conhecimento, ou do mesmo uso como símbolo que se consome para satisfazer uma necessidade. O que se consome principalmente é a marca, e o valor ou diferencial de preço considera-se monopolizável na medida em que é independente e singular no mercado. O espaço de monopólio da marca não depende de condições físicas e se de fluxos de informação como ativo das empresas no mercado de bens intangíveis. “O objetivo da marca, portanto, não é simplesmente ajudar a vender a mercadoria, mas ‘gerar valor’, produzir um *price premium*, ou, em nossos termos aqui, garantir uma renda de monopólio” (PAULANI, 2016, p. 531)

Um caso particular e significativo no trabalho artesanal é quando aquela marca depende do território, e, além disso, de uma habilidade monopolizável desse território. Quando a patente se produz pela singularidade da produção exposta nas condições materiais e simbólicas do território, a marca se territorializa e gera contradições entre o processo de globalização e territorialidade da produção diante *branding* (ALMEIDA, FELIPPI, 2016). Existe uma territorialidade da produção e se considera como uma possível unidade do simbólico representado na memória e cultura local. O valor não precisa de uma competência e concorrência na medida em que o que se vende e a marca desse território, o valor não é transferível ou não pode ser des-



territorializado. Embora como acontece no mercado mundial, a des-territorialização pela globalização pode permitir um fluxo de mercadorias similares que apresentam um preço menor e concorrem pela distinção de consumidores em diferentes níveis e classes sociais. Por outra parte, a condição espacial e temporal da territorialização pode ser variável, pois a apropriação do local pode dar-se em tempos específicos, como a formação de mercados artesanais, legítimos ou legais, que se realizam nas regiões urbanas, o que produz uma continua territorialização e compromete a continuidade aos direitos dos produtores sobre esse espaço, embora seja nesse espaço que o produtor pode ter a possibilidade de gerar uma renda monopolista pela venda do produto ou serviço (RIBEIRO, 2013).

Um caso especial dessa renda da marca territorializada pode considerar-se na relação da **habilidade monopolizável** e da **renda monopolizável**, é dizer, a condição onde as capacidades e o contexto territorial de produção se apresentam como uma unidade que permite a imposição de um alto preço no mercado, dependendo que este possa estar articulado a uma demanda real. A habilidade monopolizável dos artesãos dado pelos direitos de propriedade, somados aos direitos de produção especial sobre esse território pela condição simbólica e material, permite que exista uma restrição maior na forma de produção, o que atualmente se resolve nas Indicações Geográficas e Denominações de Origem. A forma de produção e os materiais de produção devem permitir a produção de objetos únicos. Não pode confundir-se que toda produção deste tipo seja capitalista, a participação de produção fora da valorização do valor pode subordinar-se de forma rentista e não precisamente na transformação técnica de sua produção. Neste aspecto o trabalho artesanal pode participar da acumulação do capital na valorização do valor, pensado em diferentes etapas ou manifestações concretas ao longo da produção e circulação.

A renda de monopólio sobre a terra produz uma contradição importante que é descrita por Harvey (2005a, p. 223), o que pode explicar-se pela concorrência na oferta e demanda, onde a quantidade da produção é inversamente proporcional ao preço, o que quer dizer que as obras produzidas num território ou pela marca específica que tem maior produção, em quantidades que podem ser consumíveis por uma maior população, tendem a diminuir seu preço no mercado, e sua limitada quantidade faz que, como objeto único em suas qualidades, possa ter maior preço. O significativo aqui não é replicar o comportamento da oferta e demanda, e se entender que a renda na produção de objetos artesanais adquire limitações que são interiorizadas nos ciclos de

produção, ainda tendo o monopólio da produção no território,<sup>69</sup> permitindo criar uma prática que fundamenta a centralidade das mudanças dos produtos, seja propriamente processos de inovação ou mobilidade do produto em outros mercados. Em outras palavras, o monopólio depende da luta pela homogeneização da mercadoria e sua possível recriação da desigualdade no mercado pelo **Imperativo de Autenticidade** de todo indivíduo, objeto, técnica ou atividade.

El imperativo de autenticidad fuerza al yo a *producirse a sí mismo*. En último término, la autenticidad es la forma neoliberal de producción del yo. Convierte a cada uno en productor de sí mismo. El yo como empresario de sí mismo *se produce, se representa y se ofrece* como mercancía. La autenticidad es un argumento de venta.

El esfuerzo por ser auténtico y por no asemejarse a nadie más que a sí mismo desencadena una comparación permanente con los demás. La lógica de comparar *igualando* provoca que la alteridad se trueque en igualdad. Así es como la autenticidad de la alteridad consolida la conformidad social. Solo consiente aquellas diferencias que son conformes al sistema, es decir, la diversidad. Como término neoliberal, la diversidad es un recurso que se puede explotar. De esta manera se opone a la *alteridad*, que es reacia a todo aprovechamiento económico (HAN, 2017, pp. 38 – 39).

O problema da “política da diferença” como base do reconhecimento cultural no processo na hegemonia neoliberal permite que a crença na autenticidade como mecanismo de gerar renda pelas diferenças, é o que Byung-Sul Han chama de “diferenças comercializáveis” ou a subordinação direta ao capital do *ser* na forma narcisista. Tanto para produtores como para consumidores a ideia de autenticidade e sua propensão a entender a singularidade como monopólio igualam de forma geral as pretensões desde o local na procura por uma melhor posição no mercado mundial. Parte da problemática pela “questão local”, pela produção de identidade no mercado, pode entender-se na necessidade do valor diferenciado como norma para este tipo de renda.

Se as alegações de singularidade, autenticidade, particularidade e especialidade sustentam a capacidade de conquistar rendas monopolistas, então sobre que melhor terreno é possível fazer tais alegações do que no campo dos artefatos e das práticas culturais historicamente constituídas assim como das características ambientais espaciais (incluído, é claro, os ambientes sociais e culturais construídos)? (HARVEY, 2005<sup>a</sup>, p. 232)

---

<sup>69</sup> Pode entender-se que o uso da palavra *monopólio* no compete ao caso específico de um único ofertante, senão que é uma *tendência* nos ciclos ou desenvolvimentos do capital. “Los nuevos métodos de producción o las nuevas mercancías, especialmente estas últimas, no confieren monopolio *per se*, aun cuando se utilicen o se produzcan por una sola empresa. El producto del método nuevo tiene que competir con los productos de los métodos antiguos y la mercancía nueva tiene que ser introducida, es decir, tiene que establecerse su curva de demanda. Por lo general, ni las patentes ni las prácticas monopolistas pueden prevalecer contra esto, salvo casos de superioridad espectacular del nuevo descubrimiento, especialmente si puede ser arrendado, como la maquinaria para hacer calzado, o, en el caso de mercancías nuevas, para las que ha sido establecida una nueva curva de demanda permanente antes de haber expirado la patente”. (SCHUMPETER, 1988, p. 144)

Isto não quer dizer que no fundo muitas das reivindicações sobre a memória local e o marco histórico biográfico dos indivíduos e territórios estejam subordinadas diretamente ao capital e seja “capital simbólico individual ou coletivo” disposto para a valorização, o que dirige ao pessimismo. Ao contrário, as formas de produção discursiva sobre a memória não impede que exista o direito pelo conhecimento como bem comum, que faz da memória o mecanismo de luta frente a processos hegemônicos de subjugação de classes, etnias, e grupos nos territórios. A diferença entre autenticidade e *alteridade* radica em que esta riqueza material e discursiva possa tornar-se riqueza produtiva ao capital em seu movimento de valorização do valor, ou que possa ser riqueza material e cultural definida em patamares diferentes de organização social e comunitária<sup>70</sup>.

Neste sentido, a diferenciação entre o processo de acumulação do capital não governa totalmente as formas de vida nos espaços de produção e das diversas formas econômicas locais ou regionais que podem manter-se, o que volta a mencionar tanto a necessidade de repensar a relação entre modos de produção capitalistas e não capitalistas, focalizando a análise da transição, subordinação e resistência de indivíduos, grupos e comunidades, que ainda não sejam parte do processo, sofrem as consequências diretas ou indiretas da organização mundial do mercado capitalista.

### 3. 5. DESENVOLVIMENTO DESIGUAL: TRABALHO ARTESANAL, DIFERENCIAÇÃO E IGUALIZAÇÃO.

A relação do desenvolvimento desigual e sua relação com o trabalho artesanal pode pensar-se como parte de uma análise de estudo comparado do processo dialético de **convergência** e **divergência** do movimento da relação trabalho e capital (BUENO, 1992). Nesse sentido, as contradições internas e externas do capital em seu processo de expansão e acumulação podem resolver-se como forma de tendências ao mesmo tempo diferenciadoras e homogeneizantes. Para

---

<sup>70</sup> “O problema para o capital é achar os meios para cooptar, subordinar e mercadorizar e monetizar tais diferenças apenas o suficiente para ser capaz de se apropriar das rendas monopolistas disto. O problema para os movimentos oposicionistas é usar a validação da particularidade, a singularidade, autenticidade e significados culturais e estéticos de maneira a abrir novas possibilidades e alternativas, em vez de permitir que essa validação seja usada para criar um terreno mais fértil do qual possam ser extraídas rendas monopolistas por aqueles que possuem tanto o poder como a inclinação compulsiva para fazer isso.” (HARVEY, 2005a, p. 238)

Neil Smith (1988), o desenvolvimento geográfico desigual é constituído por as tendências de **diferenciação e igualização**, o que quer dizer que não constitui um processo único e lineal senão que é um movimento contraditório que se baseia nos processos históricos particulares de cada sociedade e constitui formas diversas de institucionalização e organização da relação entre o trabalho e capital.

Tanto de forma analítica como de forma concreta, o estudo do desenvolvimento do capital e do trabalho constitui relações de identidade e contradição nos diferentes níveis sociais de organização. De forma geral, o trabalho artesanal no estudo dos países de França e Brasil pode ser explicado na tensão e correspondência das trajetórias de organização e posicionamento do trabalho artesanal, tendo em conta que este processo não pode resumir-se numa explicação geral do que é centro e periferia, senão que são estratos de compreensão espacial da forma como se organiza o trabalho artesanal nas relações econômicas, sociais e culturais nos dois países de estudo.

### 3. 5. 1. TENDÊNCIA PARA A DIFERENCIAÇÃO.

A tendência para a diferenciação do trabalho artesanal consiste no movimento de divergência das trajetórias de institucionalização e localização da atividade artesanal em cada país. A diferenciação pode ser estabelecida pela forma **intra-regional** e **inter-regional**.

Na forma **intra-regional**, relaciona-se com as diferentes divisões do trabalho e o capital, tanto na divisão geral por departamentos, a divisão por setores de produção e a divisão pelo capital individual ou trabalho particular nos territórios de produção.

- a) O desenvolvimento industrial das regiões de cada país permite a diferenciação entre setores particulares de produção, isso concerne ao processo de **divisão social do capital e trabalho nos setores particulares**. Tanto na França como no Brasil existe uma diferenciação regional do trabalho na indústria que se encontra diretamente relacionado com as atividades de produção artesanal, encontrando nesse sentido que a diferenciação do trabalho artesanal é complementar do processo de concentração populacional e densidade industrial nos territórios. O trabalho artesanal não é excluído propriamente do industrial, ou da cidade como

espacialidade do processo de industrialização. Ao contrário, como foi observado, existe uma débil relação entre o desenvolvimento do trabalho artesanal e as práticas de agricultura e mineração, sendo maior a tendência de desenvolvimento de ocupações de trabalho integrado verticalmente ao processo capitalista.

- b) A tendência na diferenciação da localização de trabalhos artesanais com referência a valores culturais e patrimoniais do local, dependendo da autenticidade de cada lugar, aproveitando as condições de diversidade natural e ambiental que é parte do processo histórico de construção material e simbólico de cada município, comuna ou cidade. Se para Marx deveria existir uma **divisão técnica de cada capital individual**, atualmente o trabalho artesanal organizado de forma territorial (práticas culturais territorializadas) pode pensar-se desde a divisão territorial do local como forma de diferenciação subordinada ao processo de produção da localidade que se representa e se oferece como mercancia. Este movimento não é similar ao do século XX, na descrição folclórica da diversidade local “natural”, senão que intenta gerar a tendência ao aproveitamento e transformação da distinção material e simbólica como eixo do trabalho artesanal na relação ao capital.
- c) Existe uma tendência de diferenciação entre os trabalhos artesanais no departamento de produção de bens de consumo individual, especialmente de luxo, entendendo que o setor produtivo do trabalho artesanal no mercado nacional procura concorrer não na superação dos desenvolvimentos científicos e tecnológicos (departamento de produção de bens de produção), senão na produção de bens de qualidade distintivos, o que obriga a uma tendência à concorrência de maior dinamismo, e a um deslocamento espacial dos mercados (trabalhadores e capital) junto a uma ampliação dos canais de comercialização. A **divisão social do trabalho e do capital em diferentes departamentos** define uma constante na especialização do trabalho artesanal nos bens de luxo, já não como uma tendência ao consumo massificado, senão a uma produção de maior qualidade nas distintas classes sociais e formas de agrupação social. A diferenciação especializada nos produtos de luxo define espacialmente a relação do trabalho na inversão política e econômica de territórios de comercialização em cada município, o que é comum encontrar em férias e centros de exibição de artesanato.

De forma **inter-regional**, tem relação com a correspondência e organização do poder, controle e divisão territorial das regiões. A escala de análise pode ser medida na função espacial

internacional, nacional, regional e local, o que não quer dizer propriamente uma relação desigual e dependente do poder centro-periferia como eixo estático, senão definido na complexidade de cada escala<sup>71</sup>.

- a) Existe uma diferenciação na forma como se define o centro-periferia na atividade artesanal, na divisão territorial dos países de estudo. De forma internacional, o trabalho artesanal na forma de classificação social (classe), técnica (ocupações), étnica e cultural (saber e tradições locais), existe uma diferenciação na integração vertical ao capital mais direta no país europeu, e uma relação na integração horizontal mais representativa no país sul-americano. O centro-periferia, na figura “Norte” e “Sul”, neste sentido só tem relação válida se se mede em função ao processo de articulação do trabalho artesanal ao capital, e não como valor em si mesmo, como riqueza produzida diante forma de valor para a satisfação das necessidades humanas e como forma de consumo e distinção social (*status*). A afirmação de um “capitalismo dependente” (RADA, 2014) baseado nas características deste tipo de integração do trabalho artesanal **não** possui relação significativa, pois o trabalho particular e concreto não pode definir a base de uma dependência econômica e política do mercado entre países, isso é uma reflexão diferente de trabalho de pesquisa que requer maior abstração ao falar da relação capital e trabalho.
- b) Existe uma relação nacional de diferenciação entre regiões e Estados frente ao trabalho artesanal, a complexidade do centro e periferia é modificada pela forma de territorialização dos mercados, a posição dos trabalhadores e a organização política de cada Estado ou região. Nesse sentido, nas regiões de maior desenvolvimento econômico fortalece-se a presença de empresas artesanais, por exemplo, nas regiões de *Île-de-France*, *Auvergne-Rhône-Alpes*, *Provence-Alpes-Côte d'Azur* na França e a região Sul e Sudeste de Brasil, as quais mantêm diferenças internas nos países na produção, e especificamente nas empresas artesanais. O potencial de produção, dentro do país e de forma internacional, define características econômicas e políticas de organização que não são definíveis na tradicional forma de dependência centro-periferia entre países num “sistema-mundo” (OSORIO, 2015).<sup>72</sup> As

<sup>71</sup> “A divisão internacional do trabalho, a divisão inter-regional do trabalho limitada pelo Estado, a divisão urbanizada do trabalho nas áreas metropolitanas e a divisão do trabalho na menor das localidades, fabricas ou casas, estas não são captadas em toda sua complexidade pela estrutura centro periferia” (SOJA, 1993, p. 137)

<sup>72</sup> Como crítica à análise do conceito *sistema-mundo* de I. Wallerstein, pode pensar-se que “el estudio del sistema-mundo es necesario, pero insuficiente para responder a interrogantes no menos importantes de la realidad social, que

**cidades globais** como Paris e São Paulo integram maior complexidade no peso político e social ao nível mundial, e para sua definição econômica e mercantil, também na análise da diferenciação dos mercados que estas cidades possuem (SASSEN, 1991).

Pelos dados encontrados na localização geográfica e posicionamento do trabalho artesanal nas regiões de *Île-de-France* e do estado de São Paulo, este apresenta uma correlação positiva no desenvolvimento da concentração de capital e poder político nos mercados das grandes cidades ou metrópoles. Empresas artesanais e trabalhadores de artesanato apresentam maior concentração nas cidades, tanto pela maior probabilidade no número de habitantes, como por as condições do mercado de maior complexidade e articulação entre setores, departamentos dos capitais individuais. Assim as metrópoles dos países de estudo constituem uma relação inter-regional nos territórios sobre o poder dos Estados-nacionais, mas também são interligados economicamente e politicamente por outras metrópoles e países.

- c) Por outro lado, a análise dentro dos estados e regiões, na divisão territorial do trabalho artesanal, apresenta complexidades históricas de diferenças espaciais na concentração do poder econômico e político. O caso principal neste sentido é o estado de Ceará no Brasil, que foi definido anteriormente (Subcapítulo 3. 2. 1.) A concentração de mercados em cidades como Fortaleza na zona do sertão, e Natal ou Recife na zona de mata, definem a produção artesanal e o poder político e econômico diferenciado na região do Nordeste. Não obstante, pelas condições de povoamento histórico, as características ambientais, e a organização política, a situação de concentração na produção artesanal também identifica para o caso de Ceará entre a maior prevalência e menor dissimilaridade do trabalho artesanal em relação ao grupo ocupacional, dando como resultado formas de concentração que não dependem diretamente da organização econômica do país como um todo, senão que é uma forma de diferenciação local e específica do Estado, neste caso de Ceará e sua concentração territorial específica da produção e comercialização artesanal.

A análise das diferenças locais também pode apresentar-se na análise da Guiana Francesa no caso do país europeu, onde muda significativamente a classificação e definição do artesanal, e que não pode considerar-se como uma forma propriamente integrada ao sistema metropolitano, senão que existe uma problemática específica na forma de definição étnica e

---

se definen en otras unidades o niveles. Establecer un único nivel de análisis o de abstracción como premisa para dar cuenta de la realidad social implica suponer que los demás niveles no sólo son faltos de sustancia, sino simples derivaciones del nivel privilegiado.” (OSORIO, 2015, p. 135)

nacional desde o território. A diferenciação do local pode ter maior importância no reconhecimento das resistências, formas de sociabilidade e formas simbólicas diferenciadas nas comunidades e localidades de cada município e cidade. Assim, tanto a etnicidade como o gênero e a classe, podem ter manifestações concretas, situações particulares valoradas atualmente na academia, principalmente no que tem a ver com as ações coletivas na organização política dos trabalhadores e cidadãos.

Em geral, a tendência à diferenciação de forma intra-regional como inter-regional permite analisar o desenvolvimento desigual tanto de forma macro-social como micro-social, correspondente a uma reflexão menos simplista da ideia da relação capital e trabalho, entendendo que a complexidade da análise da reflexão do trabalho artesanal pode constituir diferenças significativas em cada situação ou posição geográfica na globalização. Não obstante, no desenvolvimento desigual do capital, todo processo de diferenciação também chega acompanhado da tendência de igualização.

### 3. 5.2. TENDÊNCIA PARA A IGUALIZAÇÃO.

A tendência à igualização é o resultado do processo de globalização do capitalismo em função de organização do trabalho artesanal como parte de um processo de integração vertical e horizontal. Nesse sentido, parte do processo de acumulação e concentração do capital permite que existam diferentes mecanismos de convergência das formas de produção ao capitalismo conforme se ajustam condições espaciais para sua permanência e mobilidade em função de sua dinâmica de expansão. Nessa medida, o processo de igualização pode ser analisado em diferentes características técnicas, econômicas, políticas e culturais.

- a) As mudanças no modo de produção dominante, na tendência à concentração social e geográfica de ciência e tecnologia, e seu correspondente crescimento de funções intermediárias na maior parte da população economicamente ativa, define as características do trabalho artesanal nos países de estudo. Desta forma pode entender-se que a relação com as taxas de emprego e renda per capita tenha correspondência significativa, pois para obter um desenvolvimento no trabalho artesanal precisa de maior integração técnica e tecnológica no mercado, especialmente no consumo de matéria prima diversificada e ferramentas



especializadas. O trabalho artesanal gera condições para desenvolvimento das capacidades de produção em objetos mais especializados, obtendo uma condição geral de equalização das condições de produção na atividade artesanal.

O resultado de maior capacidade da população ativa na produção de objetos e serviços artesanais é o aumento da concorrência de mercadorias que competem no mercado pela qualidade e a exclusividade, o que obriga a maior inversão no *design* e na gestão microempresarial. Assim, o movimento de integração vertical e horizontal do trabalho artesanal ao capital não se define necessariamente pela condição de trabalho de baixa renda, senão que o mesmo processo de integração ou subordinação permite a “industrialização” do setor artesanal, na medida em que adquire uma racionalidade tecnológica de produção. Essa é precisamente a ideia que governa o conceito de “indústrias criativas”.

- b) Da mesma forma que se gera um processo de industrialização do setor artesanal, gera-se uma faixa de população que participa da atividade artesanal na situação de vulnerabilidade, tanto pela condição socioeconômica como educativa. Assim, tanto no Brasil como na França, existe uma tendência de equalização do desenvolvimento do trabalho artesanal em regiões de maior vulnerabilidade, com menor oportunidade de escolarização, e de jovens com maior dificuldade de obter emprego formal. A situação dos dados nesta pesquisa, como tendência geral, só pode especificar que é no espaço de maior vulnerabilidade onde se apresenta também a maior quantidade de empresas e trabalhadores artesanais. Não obstante, é preciso contextualizar cada situação, pois não é uma correspondência direta, já que nas cidades de maior densidade populacional (por exemplo, *Île-de-France*) pode existir maior população em estado de vulnerabilidade, embora os trabalhadores das empresas artesanais não sejam integrados necessariamente de população vulnerável.

Não obstante, é o crescimento da vulnerabilidade na população o resultado do processo de urbanização, criando desigualdade dentro das cidades nos centros financeiros e mercantis, e das periferias populacionais. Riqueza e miséria concentrada nas cidades como resultado da acumulação, urbanização e sub-urbanização como desenvolvimento da dialética entre igualização e diferenciação no capital (SMITH, 1982). A forma como podem integrar-se as diferentes ocupações artesanais neste cenário depende tanto das características socioeconômicas e geográficas, como das formas de ação coletiva e política que organizem os trabalhadores e a administração pública.

- c) Existem **políticas de promoção** das atividades artesanais tanto na forma de desenvolvimento do mercado na construção de espaços de comercialização, como cenários de exposição em feiras e praças, estratégias utilizadas décadas atrás em cada país, junto a fundos de poupança e crédito. Também **políticas de proteção** diante diferenciação dos territórios para o mercado internacional, especialmente nos signos distintivos e as indicações geográficas. A marca e a indicação geográfica como desenvolvimento da tensão entre o local e o global, práticas locais com projeção de mercados internacionais. O rentismo constitui outro mecanismo de equalização da atividade artesanal como prática local na produção de bens de consumo privado com qualidade diferenciada no mercado. Os direitos sobre a produção futura no mercado define a tendência de acumulação do trabalho artesanal na integração ao capital.
- d) Por último, a utilização da política da diferencia ou o “imperativo da autenticidade” como processo de assimilação das práticas culturais locais ou territoriais ao mercado. A procura por a diferenciação local na globalização equaliza ou iguala a produção artesanal, assim diferenciam-se no que se parecem e igualam-se na tendência a diferenciar-se, é dizer, é produto da contradição como forma de exploração da “diversidade” no sistema capitalista. Nesse sentido pode existir tanto o processo de subordinação direta ou indireta ao capital, como da resistência ao processo e de organização da prática artesanal em função de projetos não capitalistas.

## **CAPITULO 4 -**

### **O TRABALHO ARTESANAL: FORMAS POLÍTICAS E INSTITUCIONALIZAÇÃO.**

Este capítulo tem como objetivo reconhecer as formas de institucionalização política do trabalho artesanal e as características estruturais frente à dinâmica do mercado. Propõe-se enfatizar na relação política e a dinâmica do mercado como posição do trabalho artesanal. Nesse sentido o caráter político e econômico na reestruturação capitalista tem como eixo definir as diferentes posições dos trabalhadores artesanais nos países de estudo desde seu caráter dos sujeitos como trabalhador e cidadão, e de políticas voltadas para a formação econômica e social, onde o caráter de classe e cidadania se amostra como parte principal da problemática da reprodução do trabalho artesanal na acumulação do capital.

Na primeira parte do capítulo, analisam-se as diferentes formas de organização coletiva dos artesãos no Brasil e na França, onde se definem de forma geral as condições das associações, cooperativas, sindicatos, federações e confederações que definem a forma organizacional dos artesãos em cada país, entendendo suas características e definições institucionais definidas pelas trajetórias históricas. Logo, se definem as características dos programas governamentais e políticas públicas que são geradas dentro do tempo de estudo da pesquisa. Por ultimo, define-se uma reflexão do tipo de relações da organização política om o modo de socialização e produção capitalista, tanto o tipo de integração do trabalho artesanal de forma direta ou indireta ao capital.

A segunda parte do capítulo define a institucionalização do trabalho artesanal em relação ao conflito social como base da prática social e econômica. O estudo intenta identificar as formas de organização política dos artesãos nos países de estudo com a análise de movimentos sociais, identificando as lutas sociais que correspondem às atividades e ações coletivas dos artesãos, tendo em conta o relacionado nos diversos capítulos da pesquisa. Define-se desta forma a parte complementar da pesquisa para o desenvolvimento de seus objetivos.

#### 4.1. FORMAS SOCIAIS E POLÍTICAS DO TRABALHO ARTESANAL NO MODO DE SOCIALIZAÇÃO CAPITALISTA.

Pode entender-se que a dificuldade do estudo sobre o artesanal encontra-se tanto nas formas diferentes das trajetórias históricas de cada país, mas também que existe um processo de igualização ou homogeneidade da relação entre as práticas laborais na globalização. A situação do trabalho artesanal como forma social definida nas condições históricas de cada país apresenta necessariamente um processo de organização e formação política das relações dos trabalhadores, existe uma forma integrada na realidade social, política e econômica dos trabalhadores artesanais e de artesanato que, seja pela integração direta, sua resistência ou seu projeto alternativo, definem os limites e transformações da atividade.

No modo de socialização capitalista, como mecanismo dominante das relações de produção, é possível entender que existam diferentes formas de organização política relacionada direta e indiretamente com os conflitos de classe e outros antagonismos sociais de gênero e etnia. Assim, numa primeira parte se expõe o processo de formação das diferentes organizações ou formas políticas nos países de Brasil e França, com a finalidade de obter uma relação concreta da ação coletiva, para logo definir uma classificação das organizações políticas em função do modo de socialização capitalista.

##### 4.1.1. FORMAS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA DO ARTESANAL NO BRASIL.

Dentro da dinâmica da relação direta ou indireta da atividade artesanal ao modo de socialização dominante capitalista, podem encontrar-se diferentes formas de organização que são reconhecidas institucionalmente, principalmente na Base Conceitual do Artesanato Brasileiro (2012). Assim, primeiro, a **ação individual**, ou de empreendedorismo individual, pode ser significativa nos processos de reestruturação do sistema capitalista e a formulação de políticas destinadas ao empreendimento para pessoas individuais. O pequeno capitalista como representante da “nova” pequena burguesia. Dentro do vínculo de sociabilidade primária se encontram as famílias, ou núcleo de produção familiar, que em seu caráter de apoio e proteção social primária podem integrar o sistema de relações de formação institucional, as quais se desenvolvem diante economias com múltiplas atividades ou de renda diversificada, como no caso

das regiões rurais. As **associações** e **coletivos**, como movimentos com fins não lucrativos determinados pela posição dentro da divisão do trabalho local e regional, com uma relação de relativa informalidade.

As **cooperativas** e **federações**, lugar de associação formal e legal, que considera agrupações de maior tamanho, permitindo ter maior influencia e poder sobre as decisões locais e regionais, com trajetórias de controle e regulação sobre os trabalhadores e artesãos, definidos também na capacidade hierárquica que permite uma forma de organização institucional mais estável e definida. Os **sindicatos**, que dependem de uma dinâmica diferente das organizações anteriores, pois o sindicato precisa formar-se da oposição diretamente capitalista com os demais setores industriais ou pelo Estado na defesa de direitos trabalhistas. Este panorama de agentes diferentes compõem de forma geral os conflitos que sobre o Estado se realizam para obter o que A. Gramsci chamava conflitos de **coerção** e **consenso**, pois é na participação de dominantes e dominados como se produz o estado de legitimidade da dominação.

Com a finalidade de especificar cada componente, de organização de artesãos, podem analisar-se de forma geral os agentes coletivos. Tendo em conta que as relações de empreendedorismo individual e das relações de produção familiar procuram da associação para a mobilização política e participativa, a análise destes pode integrar-se nas formas de associação, sindicatos, cooperativas e federações.

- **Sindicatos e artesãos**

A luta pelos direitos trabalhistas tem sua correlação nas formas de organização dos trabalhadores e seus mecanismos de reconhecimento e promoção das atividades laborais no processo de industrialização no Brasil. Nesse sentido, desde os anos trinta com a institucionalização das comissões de conciliação até a institucionalização da CLT na década dos quarenta, o processo de formação das leis trabalhistas tinha como pano de fundo as manifestações e movimentos dos operários como eixo fundamental da relação trabalhista na sociedade industrial (ARAÚJO, 1998). Embora a luta e negociação pelos direitos sociais dependera da posição de ser trabalhador adscrito aos sindicatos, ou formalmente reconhecido, é preciso dimensionar seu impacto na organização legal do trabalho no país com forte influencia no século XX.

Tendo em conta a integração vertical dos trabalhadores artesanais ao mercado nacional, é possível entender que com o desenvolvimento econômico da segunda metade do século XX, o processo de modernização procurado pelos governos e a industrialização dos diferentes setores econômicos e o crescimento urbano como forte mobilidade nas metrópoles, permite identificar que o trabalho artesanal no sentido de trabalhos manuais e técnicos integra-se diretamente ao mercado, e que se integra também este tipo de atividade à forma de regulação das leis trabalhistas e sindicais que compartilham as categorias. As lutas sindicais logo das duas décadas de ditadura formalizam-se em avanços para o trabalhador brasileiro, concretando-se nos direitos trabalhistas na Constituição de 1988.

O coroamento dessas lutas viria com a Constituição de 1988, com a legalização de algumas conquistas centrais, de há muito reivindicadas e mesmo de certa forma já em prática, tanto no âmbito da representação de interesses (como o direito de greve, a liberdade para a criação de sindicatos sem a tutela estatal, a restauração do poder de negociar diretamente com os patrões, a institucionalização dos delegados de base), quanto no âmbito da ampliação de direitos sociais e trabalhistas (como redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas, o seguro desemprego, a licença gestante de 120 dias, a licença paternidade). (COSTA, 2003, p. 4)

Os avanços em relação aos direitos trabalhistas sofreram modificações importantes, especialmente nos anos noventa, onde se modificaram as relações de força entre empregadores e empregados, especialmente no governo Cardoso (1995-2003), onde se realizou uma ampla política de privatização, e a perda de representatividade e poder dos trabalhadores e suas organizações ante o Estado. A diminuição do poder dos sindicatos nas negociações deu-se fundamentalmente nas mudanças da sociedade industrial a novas formas de organização laboral mais individualizada e de maior mobilidade de trabalhadores entre setores, o que dificultava a relação tradicional de convenções coletivas e sometia aos sindicatos a movimentos fragmentários locais e ações reacionárias de negociação, o que se denomina como descentralização coletiva, que oferece maior poder ao patronato (PESSANHA; ARTUR, 2013).

Na primeira década do século XXI, a situação da negociação coletiva e a proteção de direitos laborais apresenta maior complexidade, pois embora existam avanços na proteção dos trabalhadores, o número de demissões e a rotatividade dos trabalhadores na flexibilidade do mercado permitem o crescimento da precarização, terceirização e informalidade (SOUSA, 2014). Isso traz consigo a transformação do papel dos sindicatos como eixo de movimentos trabalhistas e a necessidade de repensar sua posição nos contextos de produção atuais. Em especial quando a

forma tradicional de organização industrial fordista já não é dominante na globalização, “a nova temporalidade histórica do capital, marcada pela precarização do trabalho no Brasil, tende a reconverter a "cultura de greve" para o âmbito das empresas. Consolida-se um defensivismo de novo tipo que irá marcar a cultura sindical sob a era neoliberal. A nova territorialidade das greves, restritas à empresa e não mais à dimensão da categoria de trabalhadores assalariados (ou mesmo da classe social) é expressão da nova morfologia social da precarização do trabalho.” (ALVES, 2009).

Desta forma, o plano da luta pelos direitos trabalhistas no âmbito geral do país tem suas problemáticas nos aspetos de regulação local e municipal, pois para finais do século XX, com a abertura neoliberal, acrescenta-se a problemática da flexibilização do trabalho, as transformações na produção industrial e o maior deslocamento de capital de inversão internacional permitem reconfigurar as relações trabalhistas com o aumento da precariedade (COMIN, 1994). Embora, atualmente a relação dos direitos trabalhistas e as lutas sindicalistas configurem um panorama de conflitos centralizados principalmente nas empresas e nas cidades, e compreendem ocupações e trabalhos de maior produtividade e industrialização que apresentam maior concentração de trabalhadores e maiores redes de comunicação entre eles.

O problema para identificar as relações de poder e conflito no trabalho artesanal pode encontrar-se, tanto nas ocupações que integravam o processo de transformação econômica nas cidades metropolitanas, mas também das problemáticas de organização dos municípios e regiões de menor densidade populacional. É dizer, as problemáticas que se desenvolvem no processo de lutas sindicais do trabalho formal e industrial na década dos anos noventa e a flexibilização laboral não responde diretamente ao trabalho de artesanato, que em sua maioria são ocupações que se conservavam fora do mercado capitalista. Não obstante, é preciso reconhecer que as lutas sindicais das indústrias produtivas no Brasil permitem que se desenvolvam direitos dos trabalhadores em alguns casos particulares a cada categoria, e em outros de forma geral para os trabalhadores.

No Brasil, para o ano 2016, existem aproximadamente 16.491 organizações que representam empregadores (5.251) e trabalhadores (11.240), e em total 10.817 sindicatos de trabalhadores. Os sindicatos de trabalhadores apresentam-se num maior porcentagem nas regiões urbanas (73,8%) e de forma correspondente à distribuição da população, concentram-se nas

regiões Sudeste, Nordeste e Sul. Aproximadamente a metade de sindicatos é de caráter de empregados privados, ou assalariados, 17,4% empregados públicos, e 26% empregados ou trabalhadores rurais. Destaca-se que na abrangência, a metade do total de sindicatos tem finalidade local, 30% intermunicipal, 18,5% estadual, e aproximadamente 120 (1%) tem abrangência nacional ou interestatal (CAMPOS, 2016).

A taxa de sindicalização é de aproximadamente 16% dos quase 110 milhões de trabalhadores ativos no país. A maior filiação sindical encontra-se nos trabalhadores rurais que nos urbanos, e existe maior filiação dos trabalhos urbanos nas categorias de empregados públicos (36,8%) que empregados privados (20,3%) e trabalhadores por conta própria (11,8%) (CAMPOS, 2016, p. 12). O significativo deste dado é a condição dos trabalhadores artesanais como parte de empregados e trabalhadores por conta própria, que nessa situação podem apresentar baixa condição de sindicalização frente ao total. Nesse sentido dos mais de 10 mil sindicatos, só uma pequena proporção deles pertence diretamente ao trabalho de artesãos, ou declara diretamente a funcionalidade neste setor ou categoria profissional.

As organizações que apresentam a sindicalização de artesãos do conjunto de sindicatos do país são: Sindicato dos artesãos autônomos do município do RJ; Sindicato intermunicipal dos artesãos da baixada fluminense do estado do Rio de Janeiro; e o Sindicato dos artesãos dos municípios da região metropolitana de Pernambuco – SINDAREM. Não obstante, é provável que a formação dos sindicatos não se defina a uma referencia à identidade, como artesãos, senão que de forma geral relaciona-se pela atividade setorial ou tipo de produtos, como podem ser os artefatos de borracha, cerâmica, vidro, metal, etc., também referencia a atividade artesanal como a pesca, entre outras formas tangenciais que podem ser parte (nominal ou realmente) das classificações ocupacionais do trabalho artesanal.

A dificuldade aqui radica na situação histórica própria do sindicato como forma de organização na sociedade industrial, nas fábricas e usinas, e não na forma de trabalho dos artesãos, que em sua grande maioria são pequenos patrões ou trabalhadores por conta própria. Nesse sentido inicia o processo de contradição entre as formas de desenvolvimento dos trabalhadores sindicalizados nas formas de sociabilidade operaria, principalmente, e as formas de organização da classe média. Assim, embora na Base conceitual do artesanato brasileiro (2012) se apresente ao sindicato como forma de organização de artesãos, é provável que sua projeção



nas condições de organização não seja completamente satisfatória para o trabalho artesanal nas características da realidade brasileira, ou da forma como os próprios trabalhadores artesanais e artesãos se apresentam autonomamente dentro da atividade social, econômica e cultural.

Não obstante, não existe *a priori* uma contradição entre o desenvolvimento dos sindicatos por um lado, e por outro lado o trabalho artesanal e sua identificação como artesãos, senão que é a mesma forma de estruturação da prática histórica artesanal das condições dos produtores que não permite uma referencia significativa da trajetória de organização operaria com as formas de produção não-industriais como o trabalho artesanal. Aqui o problema da classe, embora não se considere de forma determinista senão histórica, realiza uma significativa explicação da baixa tendência de sindicalização do setor artesanal. Ainda existindo possibilidade legal de organização sindical, a tendência histórica é contrária a este mecanismo. Não obstante, o baixo número não quer dizer que não seja uma representação da categoria de trabalhadores significativa de sindicatos nos estados de RJ e PE, mas na prática é difícil considerar sua abrangência no total nacional. A reflexão sobre a organização e complexidade dos artesãos encontra-se outro espaço: o associativismo e o corporativismo.

- **Associações e cooperativas**

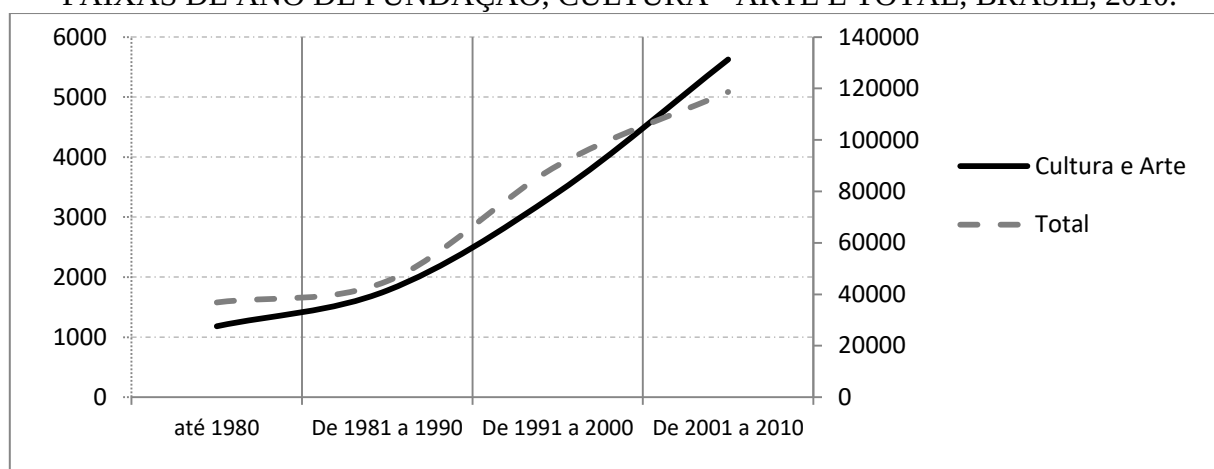
A diferença da relação entre sindicatos e trabalhadores artesanais, as formas de associação de artesãos no Brasil é uma constante na organização, e permite definir que é desde este tipo de sociabilidade de proximidade a que define o setor. Deve ter-se em conta que aqui a classificação e definição do trabalho artesanal como parte da identidade de *ser* artesã(o) e do produto cultural artesanato configura diretamente o panorama de organização social do trabalho artesanal no Brasil. A questão principal é definir como esse tipo de prática social e representação cultural define sua posição política e econômica no país, e suas características como parte das trajetórias nos objetivos internos das organizações e das condições externas no modo de produção e socialização capitalista.

Aqui se apresentam o problema de natureza quantitativa para a exposição e análise, que é derivado das características locais e instáveis da atividade econômica, pois não é fácil concretar o número de associações de artesãos, ao ter estes geralmente uma vida curta, e também pela dependência ao município ou localidade que não é identificável na expressão das cifras podendo

existir diferentes associações num mesmo município. Frente ao governo municipal, as formas de organização podem ser de caráter **externo**, derivadas de programas de governo, e de caráter **interno**, como ação coletiva autônoma que define os objetivos e interesses de seus integrantes. Tendo em conta que aproximadamente a metade dos municípios do país possuem centros de artesanato, é notável que pelo menos cada município deles apresente uma associação de artesãos que defina sua atividade e participação, o que permite calcular hipoteticamente mais de 3.000 associações de artesãs e artesãos. Não obstante é um cálculo aproximado derivado de sua relação municipal, o que pode acrescentar-se em número em relação a associações intermunicipais.

Outra forma de identificar aproximadamente o número de associações de artesãos é pelos dados das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) que existem no Brasil (IBGE, 2010), nessa pesquisa de associações pode encontrar-se uma quantidade aproximada de 290,7 mil associações e fundações sem fins de lucro, onde aproximadamente do Grupo “Cultura e Recreação” (12,7%), existem 11.995 associações que pertencem à categoria de “Cultura e arte”. Também é notável que a maior parte das associações formou-se desde os anos noventa (Figura 4.1), e que é resultado do processo de reestruturação social tanto de políticas de Estado, como de estratégias sociais coletivas de auto-organização nas transformações econômicas na globalização.

**FIGURA 4.1.** FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS, POR FAIXAS DE ANO DE FUNDAÇÃO, CULTURA - ARTE E TOTAL, BRASIL, 2010.



Fonte: IBGE, Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (2010, p 35-36).

As associações de artesãos são formas de sociabilidade civil com baixo grau de institucionalidade,<sup>73</sup> é dizer, constituem-se de formas de relação com processos de proximidade e focalizadas para objetivos de organização e fortalecimento das relações sociais de seus participantes. Não constituem organizações com fins lucrativos. A dificuldade principal no processo das associações é sua baixa tendência à institucionalidade, pois seu caráter se encontra definido pela ação coletiva de seus associados a objetivos singulares. Não obstante, é na forma de cooperativas como o processo de formalidade da organização de artesãos adquire maior peso como função de organizações civil e econômica. Para o programa de artesanato brasileiro (PAB), uma cooperativa de artesãos é,

Entidade e/ou instituição autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, com número variável de pessoas, não inferior a 20 participantes, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida (CLT). O objetivo essencial de uma cooperativa na área do artesanato é a busca de uma maior eficiência na produção com ganho de qualidade e de competitividade em virtude do ganho de escala, pela otimização e redução de custos na aquisição de matéria-prima, no beneficiamento, no transporte, na distribuição e venda dos produtos. (PAB, 2012, p. 17)

A cooperativa como forma de organização diferente à associação permite organização formas econômicas de desenvolvimento local nas relações produtivas do mercado artesanal. Ainda que o processo de formação e incubação de cooperativas esteja limitado ao processo de supervivência da organização ao tempo de trabalho de seus associados e da rentabilidade econômica da atividade, além do grau de proximidade dos participantes; seu desenvolvimento e permanência é resultado de características sociais, econômicas e pessoais (NASCIUTTI et al., 2003). Ao ser formas de organização voluntária o processo de participação pode no início apresentar formas irregulares de atividades até obter uma regularidade suficiente para definir normas e tempos institucionalizados.

O processo de apoio e formação das cooperativas iniciou-se principalmente desde os anos noventa, como processo de apoio à população de baixa renda, embora a situação de incubação e promoção de empresas realizou-se nos diferentes setores econômicos apoiados principalmente desde as universidades com o programa de Incubadoras de Cooperativas Populares (ITCPs)

---

<sup>73</sup> “ASSOCIAÇÃO: Instituição de direito privado, sem fins lucrativos, constituída com o objetivo de defender e zelar pelos interesses de seus associados. Regidas por estatutos sociais, com uma diretoria eleita em assembleia para períodos regulares. A quantidade de sócios é ilimitada” (Base conceitual de artesanato, PAB, 2012, p.16).

(SANTOS; CRUZ, 2008). Não obstante, a forma de cooperativa pode encontrar-se na definição tanto de processos de produção econômica solidaria como de organização capitalista. O problema da incubação de cooperativas não é exclusiva de um tipo de organização, e pode mudar frente às condições e interesses de seus integrantes sejam na forma de micro empresa artesanal ou de cooperativa popular (MASCÊNE, 2010, p. 18).

O processo de intervenção para a formação e fortalecimento de cooperativas e empresas pode resumir-se desde o SEBRAE (MASCÊNE, 2010) como agente principal de intervenção na atividade artesanal no Brasil, nas seguintes ações: Identificação de demanda e oferta, a melhora de processos e produtos, capacitação de produtores e produção de valor agregado aos objetos artesanais, e por ultimo promoção na comercialização e divulgação dos produtos. Nesse sentido todo objetivo de promoção da atividade artesanal define-se principalmente no mercado, tendo em conta a atividade como forma de desenvolvimento econômico especial no apoio de designers, administradores, economistas e demais agentes que permitem gerar um tipo de formalização da atividade.

Tanto pelo **tipo interno** de organização associativa ou cooperativa voluntária como do **tipo externo** de intervenção e promoção por entidades públicas e privadas, desde finais do século passado é possível entender o desenvolvimento da atividade de organização do artesanato no Brasil. A dificuldade ainda de sua quantificação, como dado concreto devido a sua própria característica local, pode ser superada na condição de análise do **tipo** (SÁNCHEZ, 2006) ou forma regular da produção de associações e cooperativas diante experiências locais significativas ou representativas. Desta forma, pode utilizar-se a experiência significativa de um tipo de cooperativa que permita relacionar sua condição particular com a forma de regularidade no país diante aproximações conceituais e processuais.

Assim, utiliza-se uma experiência de relato que permite identificar a forma de classificação e regularidade na inferência e projeção a outras formas de organização cooperativa. É notável que cada experiência em particular deva ter suas formas contextuais singulares, não obstante o objetivo aqui é de gerar uma reflexão tipológica que exemplifique a situação de varias formas de organização, não precisamente dar resposta causal a todas as cooperativas em singular (LÓPEZ, 1996). A continuação apresenta-se a experiência da Cooperativa dos Artesãos da Ilha do Ferro - Art-Ilha:

**Experiência:** “Boa Noite” o bordado que transforma vidas há varias gerações  
Cooperativa dos Artesãos da Ilha do Ferro - Art-Ilha  
Ilha do Ferro, AL, Brasil.  
**A flor das mãos femininas.**

No interior do sertão nordestino, açoitado pela seca e a pobreza, fica a tranquila cidade de ilha do Ferro, sobre margem do rio São Francisco, a 18 quilômetros da cabeceira do município de Pão de Açúcar. No estado de Alagoas. Tradicionalmente seus habitantes ganhavam a vida com a pesca, agricultura de arroz e o artesanato de madeira. Eram estas atividades abundantes até que a construção de uma hidrelétrica torceu a economia regional. Não foi possível cultivar mais arroz, a pesca tornou-se atividade secundária, e a falta de um e outra puseram os habitantes em situação muito difícil nos períodos de seca.

Enquanto os homens dedicavam-se ao trabalho de sua exclusividade, ajudados pelas esposas, principalmente na venda dos produtos agrícolas, estas, de maneira paciente e quase oculta, alternavam os ofícios domésticos com a delicada aplicação a uma prática aprendida de mães, tias e avós, o bordado conhecido como boa noite, um preciosismo único no mundo. Bordavam por prazer, por impulso hereditário, não com ânimo lucrativo. Apesar de confeccionar verdadeiras obras de arte manuais, não tinham a quem vendê-las, ou, se as vendiam, os preços eram tão baratos que não compensavam o trabalho. Assim, as mulheres seguiam sendo donas-de-casa e o bordado era um passatempo. Entre tanto, as famílias habitavam casas de sapé e burlavam a miséria com meios precários.

Ignoravam estas artesãs que não existe, no mundo, outra comunidade que faça este tipo de renda bordada, principalmente se lembrarmos de que sua técnica desapareceu no resto do Brasil. Toma seu nome de uma flor da região de Ilha do Ferro, fonte de inspiração e modelo para as bordadeiras antigas. A técnica, parecida à do labirinto consiste em desfazer um pedaço de tecido para logo recompô-lo, bordando sobre a trama aberta, pequenas flores sempre do mesmo tamanho e que se repetem em linhas geométricas. O acabamento caprichoso da linha sobre uma tela de seda, algodão ou linho, é preenchido com minúcias, e delicadezas que lhe dão a marca diferencial a estas rendas rigorosamente geométricas.

[...] Esta atividade feminina que durante muito tempo havia sido um simples adorno e modo de passar o tempo sob a modorra, começo a mudar de função em 1998, devido a um curso sobre aperfeiçoamento do bordado *boa noite*, ministrado graças ao apoio de órgãos governamentais e não-governamentais. Um grupo de 49 senhoras fundou então a Cooperativa de Artesãos da Ilha do Ferro, que mudou o rosto da comunidade até conseguir que esta atividade, exercida antes por mulheres enquanto seus maridos pescavam, hoje seja a principal fonte de sustento das famílias.

As artesãs agrupadas foram superando os obstáculos encontrados, falta de recursos para aquisição de matéria-prima, comercialização, divulgação, e gerência administrativa e financeira. A perseverança, união, organização, busca constante de capacitação, cumprimento estrito do cronograma de produção, e a participação em feiras e eventos por todo o país, foram elementos-chaves para o aperfeiçoamento, venda e divulgação do produto. As bordadeiras obtiveram recursos para matéria-prima, equipamentos e construção de uma sede própria. Perto da sede, a própria comunidade construiu uma praça e um campo de esportes. Este movimento agiu como polo magnético, pois vários estabelecimentos comerciais começaram a migrar para a ilha.

A vida cotidiana, nesta comunidade de 400 habitantes, modificou-se. Durante o dia, as mulheres dedicam-se aos ofícios domésticos, ajudam os maridos ao trabalho da terra, e uma vez por semana colaboram para comercializar os produtos orgânicos no mercado livre local. De tarde, dedicam-se à sua arte. Reúnem-se junto à sede da Cooperativa, nas margens do rio [...] Talvez estas mulheres, em outro local, como no de uma fábrica, ou em outro entorno, como o de cidade grande, não conseguiriam desenvolver seu trabalho com tanta maestria. [...]

FONTE: Concurso Internacional experiencias en apropiación social del patrimonio cultural y natural para el desarrollo comunitario. **Somos patrimonio V, 361 experiencias de apropiación social del patrimonio cultural y natural.** Bogotá. Convenio Andrés Bello, 2006, pp. 99-100.

A situação da produção do artesanato identificado principalmente nas regiões de grande vulnerabilidade, neste caso a região do setor nordestino, nos municípios rurais, região que é identificada como de tradição histórica na constituição do artesanato no Brasil. Embora a

quantidade de artesãos e práticas artesanais seja correlacionada com a densidade populacional, é dizer, que possa existir artesanato tanto nos pequenos municípios como nas grandes metrópoles, as cooperativas de artesanato de zonas rurais apresenta maior identificação tanto por a relação de tradição cultural, como pela matéria prima utilizada. Nesse sentido a procura por análises rurais das cooperativas é significativa na literatura dos estudos do artesanato (VEGA, 2016b).

Outra característica é a problemática relacionada com a forma de produção desde as zonas rurais, onde se apresenta uma forma de desequilíbrio da economia de subsistência ou de produção familiar, e correspondentemente surge a necessidade de diversificar as atividades para obter outro tipo de renda, especialmente na região do Nordeste (CORDEIRO, 2008), mas que de forma geral no século XXI configura a regularidade da diversificação da produção rural nas diferentes regiões (VAL, 2014). O dado principal sobre a diversificação da economia familiar pode ser fundamental para entender as características do artesanato, especialmente a tendência das mulheres, seja na condição de apoio ao conjunto da renda familiar pela via da vulnerabilidade econômica, ou pela forma de mudança de atividades de forma voluntária ou empreendedora, a situação define maior representação das mulheres no desenvolvimento da atividade de artesanato.

Por um lado, é possível identificar que para o caso de diversificação da economia familiar a situação pode ser diferente em contextos históricos e locais; por exemplo, nas colônias italianas no sul do Brasil, Veranópolis - RS, onde aparece caracterizado um tipo de desenvolvimento das tradições de produção de artesãos no estudo de Ana Valquíria Prudencio (2012),

A artesã A tem 64 anos e, juntamente com o esposo, as duas filhas e um filho, genros e nora, é responsável pela produção de artesanato com palha de milho. O casal mora em um Clube de Tiro, no interior da cidade de Veranópolis. As filhas residem no centro da cidade, onde trabalham na indústria e comércio. O esposo é responsável pelo plantio e colheita do milho, no interior de Cotiporã; lá a família tem uma pequena chácara. No total, são oito pessoas envolvidas na produção artesanal com palha de milho. A renda familiar da artesã, professora municipal aposentada, não depende do artesanato. No entanto, nos últimos 12 anos, houve um incremento na produção, com a participação da artesã na Expointer, o que proporcionou exportação de peças para Itália. Antes disso, a produção era bastante informal, focada na própria localidade. (PRUDENCIO, 2012, p. 78)

O relato da experiência no RS define formas de diversificação da economia familiar que não é dependente diretamente da atividade e que pode ser renda secundária até que se torna rentável o suficiente para ocupar mais tempo de trabalho. O contraste das experiências do nordeste e o sul, embora definam a condição da economia do artesanato, identifica as varias

possibilidades que apresenta a formação da atividade econômica, que não é dependente da pobreza ou vulnerabilidade. É notável a diferença que tem as mulheres do nordeste, que de donas de casa passam a serem trabalhadoras associadas como necessidade de renda primaria, a diferença das condições de produção familiar microempresarial no sul, que embora tenham a atividade secundaria num principio, não dependem do artesanal senão que é conforme a atividade gera renda estável que muda como atividade de renda primaria e do tempo de ocupação das pessoas.

A questão principal do relato de experiências não é aqui a singularidade, senão a regularidade. Assim, é possível entender que desde as experiências locais de produção do artesanato se defina uma tendência ao aumento da participação das mulheres em suas diferentes condições de classe e de antagonismos socioculturais, o que se identifica na amostra no cadastro de artesãos no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB) para o ano 2010, onde 78% (aprox. 13.000) das pessoas cadastradas são mulheres. As atividades podem derivar-se das tradições familiares, mas que economicamente podem ser por empreendimento autônomo ou pela geração de renda complementar.

O dado importante da transformação de associação informal à cooperativa formal foi a intervenção de organizações governamentais e privadas, como é o caso da SEBRAE. A situação formal conseguiu-se na formação da cooperativa de artesãs. No caso de Ilha de Ferro, iniciou com 49 senhoras, é notável que a proximidade que permitia o município (município de 400 habitantes), e as características da organização, a “perseverança, união, organização, busca constante de capacitação, cumprimento estrito do cronograma de produção, e a participação em feiras e eventos por todo o país, foram elementos-chaves para o aperfeiçoamento, venda e divulgação do produto”. Existe, então, necessidade de varias características de gestão para o desenvolvimento da atividade no mercado.

O problema com a forma de relato de experiências é centrar o resultado da pesquisa num caso de sucesso no mercado e definir este como “tipo ideal” ou dever ser de toda organização (SÁNCHEZ, 2006). Em quanto a formas de emancipação, o trabalho artesanal disposto nas estruturas de dominação local não pode ser considerado como atividade autônoma dos grupos de mulheres, menos si se têm em conta as formas de reprodução das atividades domésticas e familiares de dominação feminina Assim, para FIGUEIREDO et al. (2015) pelo estudo social das

artesãs rendeiras dos Morros da Mariana no Piauí, a atividade artesanal nas condições de empreendedorismo não conduzem necessariamente à emancipação social da mulher, pelo limite da atividade econômica de baixa renda e baixo nível de desenvolvimento profissional,

A ideia de que o empreendedorismo no artesanato praticado por mulheres poderia promover a emancipação é uma contradição de termos porque a atividade, tal como é desenvolvida no contexto estudado, serve tão somente para ocupar mulheres em atividades não muito diferentes ou distantes daquelas desenvolvidas na esfera doméstica. A contradição, que buscamos expor por meio de uma análise crítica, é que o artesanato tradicionalmente identificado com a divisão sexual do trabalho, no caso da Associação de Rendeiras dos Morros da Mariana, não chega a ser ressignificada como uma prática de resistência ao poder patriarcal. (FIGUEIREDO et al., 2015, p. 121)

Na realidade os casos de organização cooperativa não podem definir-se necessariamente como de sucesso na gestão empresarial, ao contrário, as problemáticas por serem volitivas, normativas ou estruturais permitem uma grande variabilidade e vulnerabilidade das empresas artesanais. Tendo em conta que o “tipo ideal” das cooperativas seja a forma como se define autogestão, participação dos trabalhadores nas decisões administrativas e econômicas, e a distribuição equitativa das decisões, surge a problemática da teoria e a prática de diferentes cooperativas. Como exemplo o estudo feito por Rocha-Pinto et al. (2011) na cooperativa de artesãs COOPA-ROCA no RJ.

O objetivo principal da pesquisa foi responder à seguinte questão: quais são as dimensões relevantes tanto na estruturação do trabalho quanto no desempenho da COOPA-ROCA? O estudo de caso empreendido revelou que: existe uma forte centralização na mediação da cooperativa com os seus principais parceiros de negócio; o espírito cooperativista não se encontra consagrado; as artesãs desconhecem o desempenho financeiro da cooperativa; não se consubstancia o sentido de propriedade; com exceção das reuniões que discutem o preço de cada unidade produzida, as artesãs não se interessam pelas reuniões de caráter estratégico, contudo valorizam as atividades de cunho social. (ROCHA-PINTO et al., 2011, p. 48)

As formas de organização podem apresentar diversas tendências de institucionalização, mudança ou desintegração, o que se define em cada caso e que não pode considerar-se como dever ser de toda organização o sucesso de um grupo ou cooperativa, senão um caso na forma especial de organização e gestão. Na situação das cooperativas, ainda que se definam como forma cooperada de trabalho e de gestão, é possível que permita o desenvolvimento autônomo das associadas em empreendimentos individuais, onde não se encontrem suficientes formas de continuidade da prática associada com a finalidade empresarial ou econômica de cada participante.



As cooperativas podem também constituir formas de transição das práticas associadas a empreendimentos individuais num município em particular. No estudo de Thais Fernanda Salves de Brito (2010) no município de Caicó – RN, é possível identificar a forma como das cooperativas de artesãs de bordadeiras que institucionalizadas nas associações como o Comitê Regional das Associações e Cooperativas Artesanais de Seridó – CRACAS, e a Cooperativa das Oficinas de Produção artesanal e Industrial do Seridó – COOPAIS podem gerar tanto o espaço de associação de relações civis e cooperativas, como plataformas de projetos individuais das artesãs. Assim como no caso de Iracema e Irene, artesãs que mudaram o processo de associação e cooperativismo pelo processo de empreendedorismo individual,

Iracema é uma das raras bordadeiras que se aventurou a montar sua loja. Há pouquíssimas lojas de bordado, em Caicó, que têm surgido nos últimos anos devido ao alcance maior do bordado nos centros urbanos e, também, em virtude do desenvolvimento turístico da cidade de Natal. São quatro lojas, no centro da cidade, somadas às lojas da Associação das Bordadeiras e da loja da Cooperativa. Para ser empresária ou lojista, é necessário trabalho duro, acompanhado por olhares desconfiados das outras bordadeiras que não são empresárias e que imaginam que as primeiras estão sempre dispostas a explorar. Ao mesmo tempo, aquelas que não são empresárias mostram-se resistentes à percepção dos investimentos e dos riscos corridos pelas que são empresárias. [...]

Irene diz que “tem aprendido com essa nova forma de trabalhar”. Afirma que, apesar das dificuldades, o auxílio do gerente do banco para o financiamento de novas máquinas, os cursos sobre o custo e aprendizado do mercado têm feito com que ela e sua filha se tornem “mais independentes da associação e da boa vontade das pessoas que encomendam as peças” (que são os atravessadores). Disse que é mais fácil “descobrir o mercado do que esperar o mercado descobrir o seu trabalho”. Não se queixa da concorrência, nem tampouco do comportamento voraz de outros empresários, talvez por ambas forem competitivas em relação à produção e às vendas. [...] Com elas, trabalham mais quatro bordadeiras, irmãs de Irene. Formam um núcleo sólido, considerado por algumas como agressivo, na produção e nas vendas, se comparando às formas de negócio de Caicó, em que as relações pessoais se sobrepõem às profissionais. (BRITO, 2010, p. 223)

As estratégias e formas de desenvolvimento das relações nas cooperativas e associações podem transitar dos processos cooperados aos empreendimentos individuais de finalidade capitalista. Existem formas de transição que são frequentes nos processos de organização social e que tendo em conta as formas de acumulação é preciso reconhecer sua relativa importância nos contextos de desenvolvimento local, e as dificuldades que apresentam frente às associações e cooperativas. Neste caso, a experiência de artesãs que procuram a transição da forma cooperada à forma individual de empreendedorismo expõe suas diferenças com as artesãs na associação.

Também se apresenta a experiência entre as pessoas que conseguem inverter diante empréstimo ou poupança para gerar empresa própria, como aquelas artesãs que iniciando na

atividade e a falta de materiais e maquinaria, são empregadas por outros empresários tornando-se assalariadas, “como não têm máquina própria, é comum que o trabalho ser terceirizado por facções ou oficinas de costura que necessitam de aplicações e de bordados. As empresas ou os atravessadores disponibilizam as máquinas de bordar e os respectivos materiais para que as bordadeiras executem o trabalho em suas casas”. (BRITO, 2010, p. 224)

Em geral, é notável que as formas de organização das cooperativas e associações em sua grande quantidade e complexidade não podem ser resumidas nas diferentes experiências, embora se identifique precisamente algumas regularidades que definem a mobilidade entre os processos de integração, vertical e horizontal, e resistência ao capital. Não obstante as formas de cooperação não implicam necessariamente uma resistência ao capital, e os empreendimentos individuais não exercem uma prática capitalista por ser individual. Da mesma forma que as complexidades de classe e de ação coletiva podem mudar pelos interesses e objetivos das organizações num período determinado. Embora a situação de classe não seja definida unicamente pela posição econômica de cada agente ou grupo, e sua ocupação, é notável que dentro das organizações associativas e cooperativistas existam projetos sociais que se correspondem com atividades de resistência e alternativas ao mercado capitalista, tema a tratar logo. Por enquanto, é necessário aprofundar nas formas de associação dentro de diferentes níveis hierárquicos definidos politicamente no país em sua característica federativa.

- **Federações e Confederações.**

Para a década dos anos oitenta, organizações como o Movimento Pró-Artesão de Pernambuco, como organização de artesãos do nordeste e como estado de tradição na organização dos artesãos desde metade do século XX (PEREIRA, 1956), promovem a organização no ano de 1988 da União Nacional dos Artesãos - UNA, formado pelo Sindicato dos Artesãos de Pernambuco, Sindicato dos Artesãos do Pará, Sindicato dos Artesãos de Mato Grosso do Sul, Sindicato dos Artesãos de Minas Gerais, Sindicato dos Artesãos de Rio de Janeiro e o Sindicato dos Artesãos de Rio Grande do Sul. O processo se desenvolve desde a organização no processo de base de artesãos na constituição de um organismo federativo das diferentes associações e grupos de artesãos no país (CNARTS historia).

FIGURA 4.2. FRAGMENTOS DA 1ª CARTILHA DO TRABALHADOR ARTESÃO, 1988.



Fonte: Cartilha do Trabalhador Artesão, UNA, 1988. Elaborado pelo autor.

A 1ª cartilha do Trabalhador Artesão (1988), realizada para sensibilizar os artesãos da necessidade de organização nacional dos produtores artesanais para a luta pelos direitos sociais e políticos, realiza-se junto ao processo político de mudança constitucional e aos movimentos sociais e culturais que desde diferentes categorias e setores sociais configuram o processo de mudança institucional do país. A cartilha constitui um processo de sensibilização e socialização das problemáticas e necessidades de cada organização de forma didática, utiliza as figuras de dois artesãos, um artesão urbano que apresenta ao artesão rural do interior a situação dos artesãos. (Figura 4. 2.)

Para desenvolver a UNA, foi preciso reconhecer as dificuldades das organizações que definem os outros ou contrários que aproveitam a desorganização dos artesãos no mercado, como atravessadores, empresários, a classe técnica e dirigente no Estado, além dos próprios artesãos. Nesse sentido a mobilização e ação coletiva dos sindicatos e grupos de artesãos permitiram promover o desenvolvimento das federações nos diferentes estados. Realizou-se no 1991 o primeiro Congresso Nacional de Artesãos – CONTRARTE e no segundo no ano 1993. O objetivo não estava simplesmente na organização do PAB, como programa de apoio do governo para a produção de artesanato, senão no poder da categoria de produtores artesanais como profissão, e reconhecimento de direitos políticos da categoria. Deste processo se propuseram vários projetos de lei que não foram materializados (PL 5.580/90; PL 1.089/91; PL 1.847/91; PL 3.096/92; e PL 1.311/95)

Os anos noventa foram de menor mobilização, embora pelos problemas estruturais econômicos, como das mudanças dos programas do governo PAB no governo de FHC para o empreendedorismo e a microempresa artesanal. No ano 2000, as ações da Federação das Associações, Cooperativas e Grupos Produtivos de Artesãos de Pernambuco – FACARPE permitiu organizar o tercer CONTRARTE no ano 2006, integrando as federações de: RN, PB, SE, AL, BA, DF, PR, RJ, ES, PA, CE, TO, MS, SC, GO, PE. Como resultado das ações no parlamento conseguiram-se representação no Frente parlamentar mista em defesa dos artesãos do Brasil, como resultado da participação ativa das federações no Forum Nacional dos Artesãos.

Para o ano 2008, no 4º CONTRARTE realizado no Pará, projetou-se a constituição da Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil – CNARTS, que foi fundada e registrada no 15 de abril de 2009 em Brasília, constituindo a reunião das diferentes Federações de Artesãos de

Paraná, Pará, Pernambuco, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio Grande do Norte e do Distrito Federal, com a escolha da primeira presidenta Deonilda Machado, quem tinha como objetivo da direção:

a regulamentação da profissão do artesão (com carimbo na carteira profissional ou carteira nacional de artesão); a conclusão do Cadastro Nacional de Artesãos, “que está sendo feito lentamente e com muita burocracia pelo Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior” (MDIC); incentivar a formalização de federações de artesãos nos estados que ainda não possuem reconhecimento legal; transferir o tema artesanato do MDIC para o Ministério da Cultura (Minc); garantir acesso à Previdência Social para todos os artesãos, inclusive os que são membros de cooperativas e grupos de produção artesanal. (BRITO, 2009)

Para o ano 2010 apresenta-se o projeto de lei 7755/2010, o qual permite definir as necessidades de políticas públicas do setor artesanal no Brasil, conseguindo a formalização da profissão diante Lei nº 13.180, de 22 de Outubro de 2015. A CNARTS constitui assim uma organização que representa a mobilização dos artesãos desde há mais de trinta anos, o que configura o desenvolvimento de ações sociais lideradas pelos artesãos. A confederação tem como finalidade geral o “estudo, coordenação, comercialização, capacitação, reivindicação e representação legal dos artesãos do Brasil”, e como representante legal da categoria absorve a condição e capacidade de diferentes cooperativas e associações de artesãos no país.

O objetivo de eleição e representação dos artesãos, a valorização da profissão, defesa dos direitos individuais dos artesãos, e a celebração de acordos e convenções da categoria (Estatuto, Art. 2). A capacidade da CNARTS representa-se também nos deveres como incrementar a solidariedade entre as organizações de artesãos, prestar orientação, informação e assistência, realizar encontros de artesãos, atividades de promoção e proteção dos artesãos e seus produtos e também dos consumidores, entre outros. Organizam-se hierarquicamente as federações em cumprimento de sua filiação, gerando a representação de delegados nas diferentes regiões do país. As atividades da confederação permitem manter os congressos e espaços de diálogo e formação dos artesãos, para o 2017 se desenvolve o VIII CONTRARTE em Brasília.

O desenvolvimento da atividade de diálogo há permitido reconhecer as necessidades do setor artesanal em especial que desde a confederação se procura pela institucionalidade cultural do artesanato, pois “temos mais afinidade com o Ministério da Cultura (Minc). Somos mais produtores de cultura do que empresários” (BRITO, 2009) se menciona desde as diretivas da confederação. O que permite também reconhecer a posição que os mesmos artesãos têm de

diferença com outras formas de organização internacional, pois para Isabel Gonçalves Bezerra, atual presidenta da CNARTS, “o contexto brasileiro é diferente da Europa. Aqui artesanato é cultura. Lá toda produção manual em série é considerada artesanato” (BRITO, 2009) A geração da própria formação da Confederação Nacional realiza-se no marco da institucionalidade autônoma da atividade de produção de artesanato como eixo cultural no país.

Como resultado as problemáticas da atividade artesanal e dos artesãos como profissão apresentam as seguintes propostas definidas e debatidas no VII CONTRARTE no ano 2015:

1. PREVIDÊNCIA SOCIAL: Propomos que a contribuição do INSS seja de 2,5% sobre o salário mínimo, tendo como precedente o aplicado ao produtor rural.
2. ICMS: A isenção de ICMS nas saídas internas de produtos artesanais regional, nacional e internacional.
3. IDENTIFICAÇÃO: A identificação do artesão será por meio da carteira de trabalho ou da Carteira do Artesão.
4. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL, NACIONAL E INTERNACIONAL DA CATEGORIA: Revisão do atual marco legal que estabelece as terminologias do artesanato e do artesão (Portaria nº 29/2010 – MDIC) com a participação efetiva da representação da categoria e a criação de um Comitê Gestor.
5. A CERTIFICAÇÃO: Criação de um modelo de Certificação que poderá ser emitido por órgão público gestor do artesanato nos estados da federação com reconhecimento a nível nacional em parceria com a CNARTS e sucursais.
6. A COMERCIALIZAÇÃO:
  - a) Definição do calendário de feiras e eventos municipal, estadual, nacional e internacional a ser definido e divulgado no exercício anterior.
  - b) Realização anual de uma feira nacional em cada estado da federação apoiadas com recursos público e/ou privado.
  - c) A definição das feiras será construída com a participação da categoria.
  - d) Quando a feira for realizada por empresa com apoio do governo esta deverá repassar um percentual à representação da categoria, conforme representação, um estadual e federal;
  - e) Publicação de edital para seleção de artesão para participar em feiras;
7. O PROGRAMA DO ARTESANATO BRASILEIRO – PAB: Redefinição do órgão gestor federal do artesanato com a participação da representação nacional da categoria.
8. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: Os governos deverão apoiar o artesão na qualificação profissional, melhoria do produto e resgate de técnicas em desuso e repasse de técnica em vias de desaparecimento, apoiando projetos das organizações dos artesãos que tem a propriedade deste saber.
9. CLASSIFICAÇÃO: Propomos a reformulação da Portaria 29/2010 MDIC com a participação das entidades de classe dos artesãos e a adequação na CBO (Código Brasileiro de Ocupação).
10. PRODUTOS ARTESANAIS: Reformulação da Portaria 29/2010 MDIC, com base conceitual do que é artesanato aprovada pelas entidades de classe e a adequação da CBO- Código Brasileiro de Ocupação.
11. TRANSPORTE: Aquisição de ônibus para o transporte de artesãos para eventos de comercialização e eventos.
12. ESTUDOS E PESQUISAS: Criação de núcleos de estudos e pesquisas dentro das universidades federais para preservação das culturas locais e disseminação do artesanato.
13. REPASSE DOS SABERES: Que o repasse do conhecimento seja feito por mestres artesãos.

As dificuldades da organização do trabalho artesanal identifica-se desde diferentes dimensões, que comprometem o crescimento e melhora das condições de produção dos trabalhadores. Desde os direitos políticos de participação, a reiteração da organização e identificação dos artesãos, a organização e proteção dos artesãos no mercado, a qualificação da atividade, a classificação na divisão social e técnica do trabalho, e a reflexão da atividade desde as experiências dos artesãos como do pessoal acadêmico diante pesquisas da atividade local e nacional. Também é notável que muitas das problemáticas se encontrem na situação da própria atividade como forma econômica flexível às transformações econômicas, políticas e culturais das comunidades ou territórios onde se produzem.

Embora a projeção da institucionalidade de organizações locais, estaduais e nacionais é componente de um fortalecimento na sociabilidade artesanal no país como estratégia de proteção e promoção autônoma diante ações sociais locais e regionais. Não obstante as formas de promoção e proteção também se apresentam desde a organização de programas de governo municipal, estadual e interestadual, que contribui ao processo de institucionalização da atividade artesanal no Brasil. A continuação se apresentam programas que definem interesses e projetos diversos, tanto pelos objetivos como pelos significados do trabalho artesanal.

#### 4.1.2. INSTITUCIONALIDADE E PROGRAMAS DE GOVERNO DA ATIVIDADE ARTESANAL.

Como prática dos conflitos sociais e das diferentes formas de organização social da produção artesanal os programas e projetos políticos não se apresentam em uma linearidade ou estabilidade política, senão que pode falar-se de uma justaposição de programas que propendem pela institucionalização do trabalho artesanal no Brasil. As formas sociais e as formas políticas desenvolvem-se em processos de contradição entre os diferentes interesses das associações e coletividades. A institucionalização e a forma política de uma atividade é resultado e não premissa da atividade de luta entre os diferentes agentes que compreendem o campo ou espaço de luta pelos recursos políticos e econômicos (BOURDIEU, 2007).

Para uma melhor precisão do objetivo desta parte da pesquisa, é possível definir as diferenças entre formas políticas e políticas públicas. Apresenta-se os programas de governo pois não é possível falar de políticas públicas enquanto a legislação sobre o artesanato é

institucionalizada desde o ano 2015. Nesse sentido, não pode equiparar-se forma política e política pública. A forma política se encontra definida como práticas sociais, normas e valores, que não dependem diretamente do Estado, senão que constituem a sociedade política e civil em seu amplo significado. O segundo, que neste sentido existe uma apresentação dos programas e não se aprofunda diretamente em cada um deles, pois a relação de sua institucionalidade constitui uma característica derivada do processo histórico e geográfico estudado nos capítulos anteriores, e seu objetivo é apresentar a diversidade de propostas relacionadas com as trajetórias.

Por outro lado, a apresentação dos programas constitui a visibilidade nas posições gerais sobre o estado do setor nos diferentes países, especificamente no Brasil, e não implica uma relação direta com o processo de constituição particular de cada programa, pois excede os escopos da tese e do capítulo. Não obstante, é possível obter desde a apresentação a ideia de trajetórias que podem diferenciar-se ou equiparar-se nos países de estudo. Tanto a igualização como da diferenciação são processos que em sua forma particular e singular precisam de maior especialização, e procuram responder questões diferentes nas expostas nesta pesquisa. **O debate aqui não é a existência direta dos programas e políticas públicas frente às necessidades históricas particulares de um território, senão a relação que estes programas apresentam na relação com o desenvolvimento desigual do capital.**

Em outras palavras, os diferentes momentos de organização política e econômica que diante a relação direta ou indireta com o mercado pode definir as características e objetivos de cada instituição e organização política. Assim, pode ser de utilidade identificar de forma histórica, geográfica e social o debate da organização dos artesãos e dos trabalhadores em geral, mas não dentro de sua relação local, senão na projeção da diversidade de classificação que é resultado tanto das condições subjetivas como objetivas no desenvolvimento do sistema dominante. É possível que o que se perde na especificação do singular seja determinante nos diferentes contextos de organização dos trabalhadores, embora esse seja uma análise diferente que precisa de outras pesquisas acadêmicas.

Desta forma pode compreende-se a atividade artesanal dentro de uma luta pelo reconhecimento social e laboral para a produção e promoção de políticas públicas desde uma perspectiva de contradição entre as organizações de artesãos, nas quais configuram um campo autónomo de definições, problemáticas e propostas de vários agentes sociais. No campo artesanal



podem definir-se diferentes agentes como: a) os grupos organizados pela profissionalização do trabalho em relação a um objetivo de fortalecimento laboral dos artesãos, b) grupos e organizações sociais que procuram o resgate cultural da atividade como uma forma de identificação local e regional; e pelo último, c) a organização de atividades empresariais em procura do fortalecimento econômico no mercado capitalista. Em geral, podem existir pontos em comum como aspetos divergentes entre os agentes, configuram um espaço de correspondências e contradições.

Após do Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato - PNDA, nos anos noventa produzem-se mudanças significativas deste programa governamental com novos objetivos, gerando-se o Programa de Artesanato Brasileiro (PAB) que se encontra atualmente vigente. Para a exemplificação de outros programas, neste caso não se analisam as formas municipais dos programas do governo, devido a sua complexidade nas redes de gestão e execução administrativa; utilizam-se, pelo contrário, os seguintes programas de caráter mais regional: O primeiro é o Artesanato Solidário (ARTESOL) como programa regional, principalmente nordestino. O segundo é o Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (PROMOART), com uma dependência do Ministério de Cultura; o terceiro é o Programa Trinacional de Artesanato (ÑANDEVA); e pelo último, a atividade artesanal vinculada à Economia Solidaria, desde a Secretaria Nacional de Economia Solidaria (SENAES) do Ministério do Trabalho.

### **Programa de Artesanato Brasileiro (PAB)**

Dentro das mudanças políticas, no governo de Fernando Collor, se cria pra o artesanato um novo projeto de política artesanal, o Programa de Artesanato Brasileiro (PAB), diante decreto de 21 de março de 1991, onde se modifica a concepção do artesanato e os artesãos com formação laboral num patamar da organização industrial e direito laboral, na sociedade industrial ou no modo de desenvolvimento fordista, a uma política de apoio e promoção social onde o PAB fez parte do Ministério de Ação Social. Como programa de governo tinha como objetivo “coordenar e desenvolver atividades que visem valorizar o artesão brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, bem assim desenvolver e promover o artesanato e a empresa artesanal” (BRASIL, 1991, Art. 1).

No contexto de um Estado no modelo econômico neoliberal nos anos noventa o PAB muda sua dependência no governo de F. H. Cardoso, diante decreto 1058 de 1995 e passa a formar parte do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (BRASIL, 1995), embora não muda seu objetivo, mas o orçamento define-se nas políticas do desenvolvimento empresarial, provocando contradições com vários agentes que integram o campo artesanal do Brasil, entre eles o movimento de sindicalistas e cooperativas de artesãos. O PAB planteia-se, então, como um espaço de luta de interesses no contexto de abertura democrática e econômica, as diferenças entre propostas derivadas de um programa governamental são diversas e ainda não define leis específicas pra gerar políticas públicas estatais que procurem a participação igualitária a direitos sociais no mercado do trabalho.

A continuidade do PAB permitiu no início do século XXI fortalecer duas atividades de formalização do artesanato, o apoio à comercialização e capacitação dos artesãos diante o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB) com coordenações em todos os estados da união e que contém dois instrumentos, o primeiro é a Base Conceitual do Artesanato Brasileiro (2012), o qual é um esforço pela organização do discurso artesanal, onde se consegue um consenso em aspectos como delimitação do artesanato, formas de organização, tipologias do artesanato, classificação, funcionalidade, entre outros.

O segundo instrumento do SICAB, é encarregado do cadastramento único dos artesãos com a finalidade de conseguir dados unificados de informação (BRASIL, 2012). A identificação dos artesãos diante Carteira Nacional do Artesão e Carteira Nacional do Trabalhador Manual foi instituída no ano 2012, a ideia de cadastro dos artesãos foi recorrente nos programas anteriores desde os anos setenta, embora o processo de identificação só apresenta continuidade após o ano 2012. Os alcances são ainda poucos, com cifras pra o ano 2014 de 103.823 artesãos e trabalhadores manuais cadastrados, tendo em conta que a quantidade dos artesãos pode passar os 8 milhões.

Para o ano 2013, o governo da presidente Dilma Rousseff, diante Lei nº 12.792 de 28 de março, institui a Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República (SMPE/PR), e transfere do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior pra a SMPE/PR a coordenação de políticas do artesanato. Assim, desde o Núcleo de Apoio ao Artesanato, da Secretaria de Competitividade e Gestão (SECOMP) da SMPE/PR, continua o

PAB diante o decreto nº 8.001 de 10 de maio de 2013, focalizando o trabalho do artesão como empreendedorismo, nesse sentido a atividade articulada com as políticas de desenvolvimento do SEBRAE configuram o panorama de estratégia de promoção do artesanato e o fortalecimento do mercado.

Para o ano 2015, diante Lei nº 13.180, de 22 de outubro, institucionaliza-se a profissão de artesão no Brasil, embora seja aquele mesmo ano o tempo de transformação política do país que realiza estruturalmente mudanças no governo e muda consequentemente a política de apoio ao trabalho artesanal, com volta de reformas políticas neoliberais e da flexibilização do trabalho no país. Os escopos e projetos de políticas públicas para apoio e promoção nos diferentes programas e organizações dependem, então, da vontade política estadual e municipal para sua continuidade.

### **Artesanato Solidário (ARTESOL)**

O Programa ArteSol nasceu como um projeto de combate à pobreza em regiões castigadas pela seca dos anos 1998 e 1999. A situação ambiental é só um fator das condições de pobreza que para a década dos anos noventa a região do nordeste apresentava. Entre outros fatores a grande desigualdade social, econômica e territorial, existindo dependência de atividades agrícolas e da pesca, o que tornava vulnerável à população rural as fortes mudanças do clima na região.<sup>74</sup> Surge em esse contexto o Programa de Apoio de Comunidades Artesanais (PACA), promovido pelo governo de Fernando H. Cardoso. Esse foi um programa que procurava “a valorização da atividade artesanal de referência cultural brasileira, para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial e a inclusão cidadã e produtiva dos artesãos” (ARTESOL, Institucional). Programa de apoio econômico unido a uma serie de medidas econômicas para a região.

A experiência de trabalho sobre três eixos principais de cultura, educação e economia ou renda, permitiu que após de sua execução do PACA a finais dos anos noventa com a direção de

---

<sup>74</sup> “A situação de pobreza em que vive a maioria da população do semiárido encontra explicação, também, nas condições de posse e uso da terra prevalecente naquela sub-região. A distribuição das terras no Nordeste é muito desigual, como revela o Coeficiente de Gini relativo ao ano de 1992, que era de 0,7918, conforme cálculo feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. [...] A pobreza rural no Nordeste, além de resultar de desigualdades na posse da terra, é agravada pela instabilidade representada pelo trabalho assalariado temporário, situação em que se encontravam 2,5 milhões dos 6,6 milhões de trabalhadores rurais existentes na região em 1992.” (DUARTE, 2001, p. 426)

Ruth Corria Leite (Cardoso) se continuara como uma proposta mais autônoma no início do século XXI. Deu-se o trânsito de programa governamental regional, até o ano 2000, para organização autônoma por meio da figura de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), o que a constitui como um agente civil com contrato de atividades em parceria com o Estado diante Lei 9.790, de 23 de março de 1999. Os objetivos são o resgate, promoção e desenvolvimento do artesanato e artesanato tradicional como bem cultural material e imaterial diante o comércio justo e a sustentabilidade, o que permitiu organizar até o ano 2007 mais de 98 projetos e ações em 17 Estados (ARTESOL, 2007, p. 4). Para o ano 2013 criou-se o projeto de Rede ArteSol, “a Rede opera por meio de uma plataforma virtual que tem um mapeamento de mestres, artesãos, associações e cooperativas, classificadas por tipologias artesanais e localidades” (ARTESOL, 2014). Para no ano 2014, esta rede encontra-se mais de 60 grupos e atendendo a mais de 300 pessoas em a cadeia produtiva em vários estados.

No ano 2016, o desenvolvimento de apoio de promoção das associações e empresas artesanais que ascende em número de 120 no ano 2016 (Mapa 4.1), pode definir a forma como as práticas de artesanato que se definiram primeiramente como apoio para geração de renda nos anos noventa, transformam-se na forma de produção para o desenvolvimento econômico de artesãs e artesãos, principalmente na formação e capacitação para o melhoramento do produto.

**MAPA 4. 1. PROJETO REDE ARTESOL NO BRASIL, 2016.**



Fonte: Relatório de Atividades, Rede ArteSol (2016, p. 11)

Além disso, o principal do processo e projeto ArteSol é a identificação do espaço de comunicação e tecnologias de informação para a promoção do trabalho artesanal em plataformas de trabalho como ARTIZ (ArteSol, 2016), que é uma loja virtual que integra mais de 50 associações e mais de 2 mil produtos em exposição. O uso de plataformas de comunicação é trabalho associado é parte da forma como se encontra o desenvolvimento de redes de artesãos e que apresenta maior inovação na forma da prática associativa no país.

### **Programa de Promoção do Artesanato de tradição cultural (PROMOART)**

Outro programa que tem como finalidade a promoção e apoio ao artesanato tradicional é PROMOART, derivado das atividades do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNPFP), organismo dependente ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Cultura. Desde sua criação no ano 2009 articulado ao Programa Mais Cultura, programa que estava funcionando desde o ano 2007 no governo de Luiz Inácio Lula. O PROMOART “visa proporcionar condições dignas de sobrevivência aos artesãos e estímulo a sua arte, bem como a criação de um mercado que reconheça o valor do artesanato no mundo contemporâneo” (PROMOART, site oficial).

Como uma projeção nacional de políticas ao artesanato, o PROMOART procura a imersão do artesanato tradicional no mercado como uma serie de produtos diferenciados de outras formas de artesanato. Atende as populações rurais e zonas urbanas periféricas, também procura ajustar as condições das comunidades culturais, propondo “o estabelecimento de parcerias com diferentes instituições nos âmbitos comunitário, local, regional e nacional, procurando consolidar redes de coparticipação e co-responsabilidade que busquem a sustentabilidade das iniciativas empreendidas” (LIMA, 2011, p. 17).

Para o ano 2010, o programa desenvolveu as três linhas de ação (Apoio à produção, Apoio à comercialização, e apoio à difusão) nos seguintes polos:

**QUADRO 4. 1.** Polos de intervenção PROMOART, ano 2010.

| <b>Região</b>       | <b>UF</b> | <b>Polo PROMOART</b>                                                |
|---------------------|-----------|---------------------------------------------------------------------|
| Região Norte        | AM        | Trançados de fibras e entalhes em madeira de Novo Airão             |
|                     | AP        | Artesanato Wajãpi                                                   |
|                     | PA        | Brinquedos de Miriti de Abaetetuba                                  |
|                     | PA        | Cerâmica de Icoaraci                                                |
|                     | PA        | Figuras de balata de Monte Alegre e Belém                           |
|                     | PA        | Trançados do Arapiuns                                               |
|                     | PA        | Cuias do Aritapera                                                  |
|                     | PA        | Mobiliários dos rios Tapajós e Arapiuns                             |
|                     | PA        | Artesanato Asurini                                                  |
|                     | TO        | Trançados de capim dourado do Jalapão                               |
|                     | AL        | Cerâmica de Lagoa da Canoa                                          |
|                     | AL        | Rendas de Marechal Deodoro                                          |
|                     | AL        | Cerâmica de Muquém                                                  |
|                     | AL        | Bordado Boa-noite de Ilha do Ferro                                  |
| Região Nordeste     | BA        | Trançados e fibras de Araci e Valente                               |
|                     | BA        | Cerâmica de Barra                                                   |
|                     | BA        | Cerâmica, tecelagem de algodão e buriti de Cocos                    |
|                     | BA        | Cerâmica de Rio Real                                                |
|                     | BA        | Cerâmica de Maragogipinho                                           |
|                     | BA        | Cerâmica de Irará                                                   |
|                     | BA        | Tecelagem, bordado richelieu e fios-de-conta de Salvador            |
|                     | CE        | Garrafas de areia de Aracati                                        |
|                     | CE        | Cerâmica de Cascável                                                |
|                     | CE        | Rendas de Icapuí                                                    |
|                     | CE        | Artes de Juazeiro do Norte                                          |
|                     | MA        | Renda em fibra de buriti de Barreirinhas                            |
|                     | MA        | Renda de bilro e filé de Raposa                                     |
|                     | MA        | Bordados do Bumba-meu-boi de São Luís                               |
|                     | PB        | Renda labirinto de Chã dos Pereira                                  |
|                     | PB        | Bonecas de pano de Esperança                                        |
|                     | PE        | Xilogravuras de Bezerras                                            |
|                     | PE        | Mamulengo de Glória do Goitá                                        |
|                     | PE        | Cerâmica de Tracunhaém                                              |
|                     | PE        | Brinquedos de Recife                                                |
|                     | PI        | Renda de bilro de Morro da Mariana                                  |
|                     | PI        | Cerâmica e tecelagem de Pedro II                                    |
|                     | RN        | Renda de bilro de Alcaçuz                                           |
|                     | RN        | Salpico de cana de Campo de Santana                                 |
|                     | RN        | Renda renascença de Timbaúba dos Batistas                           |
|                     | SE        | Renda irlandesa de Divina Pastora                                   |
|                     | SE        | Bordados de ponto de cruz, renda de bilro e redendê de Poço Redondo |
|                     | SE        | Cerâmica de Itabaianinha                                            |
|                     | SE        | Tecelagem de Amargosa e Malhadinha / Poço Verde                     |
| Região Centro-Oeste | GO        | Máscaras e bonecos da Cavalhada de Pirenópolis                      |
|                     | MT        | Viola de cocho de Cuiabá                                            |
|                     | MT        | Cerâmica de São Gonçalo                                             |
|                     | MT        | Tecelagem de Várzea Grande                                          |
|                     | MT        | Artesanato Kuikuro                                                  |
| Região Sudeste      | MS        | Viola de cocho de Corumbá e Ladário                                 |
|                     | ES        | Cerâmica de Goiabeiras                                              |
|                     | MG        | Tecelagem de Berilo                                                 |

Continua

|            |                  |                                                                          |
|------------|------------------|--------------------------------------------------------------------------|
|            | <i>Conclusão</i> |                                                                          |
|            | MG               | Cerâmica de Campo Alegre                                                 |
|            | MG               | Cerâmica de Santana do Araçuaí                                           |
|            | MG               | Mobiliário de palha de milho e instrumentos musicais de Chapada do Norte |
|            | MG               | Objetos de flandres e cestaria de bambu de Januária                      |
|            | MG               | Utilitário em madeira de Pedras de Maria da Cruz                         |
|            | RJ               | Barcos de Mamanguá                                                       |
|            | RJ               | Artesanato Guarani                                                       |
|            | SP               | Cerâmica do Vale do Ribeira                                              |
|            | SP               | Modelagem em barro de Taubaté                                            |
|            | SP               | Instrumentos musicais do fandango caiçara                                |
| Região Sul | SC               | Renda de bilro de Florianópolis                                          |
|            | SC               | Pêssankas e bordados de Iracema                                          |

Fonte: PROMOART, relatório 2010. Elaborado pelo autor.

Pode observar-se no Quadro 4. 1. que dos 63 polos de intervenção, a maior parte foi realizada na região nordeste, aproximadamente a metade de intervenções (46,03 %), a região norte apresenta 22,22 %, a região sudeste 19,05 %, a região centro oeste 9,52 %, e a região sul 3,17 %. Também é representativo o trabalho de artesanato em cerâmica (27%), sendo uma atividade culturalmente relevante na produção de artesanato, da mesma forma a renda (15 %) e o bordado, o que indica uma forma de intervenção nas técnicas e no apoio à comercialização para o resgate e promoção da atividade como forma cultural e patrimônio local. A ação de resgate das tradições culturais das diferentes regiões do país permite a identificação de objetivos claros de diferentes associações, o que define uma projeção e trajetória que classifica as diversas formas de produção focalizando as atividades de maior representatividade da cultura local.

Faz-se ênfase na relação entre o artesão e artesanato como parte das subjetividades, códigos e práticas que interacionam necessariamente como fundamento do contexto sociocultural de produção. Nesse sentido o antropólogo e integrante do PROMOART, o senhor Ricardo Gomes Lima define as características e riqueza cultural da produção de artesanato no Brasil:

A importância do artesanato é a importância da própria vida do homem. E a riqueza do artesanato também é impressionante. São muitas técnicas, muitas matérias primas, como falei, e ao mesmo tempo muitos campos de significado, muitos contextos em que esses objetos estão inseridos. Por que se faz ou para que se faz um objeto artesanal? Vai desde a necessidade mais imediata de sobrevivência, desde o instrumento que é feito para o trabalho ou para o conforto: como um prato, uma colher, uma cama, até objetos de significados muito mais amplos, como a imagem de um sobrenatural, de um santo, um objeto religioso. Tudo isso reflete uma diversidade muito grande e no Brasil esse campo também é extremamente rico. (LIMA apud KELLER, 2010)

E seguidamente ele explica a experiência de PROMOART para reconhecer, apoiar e identificar as diferentes formas de artesanato, como no caso da renda realizada por artesãs em diferentes partes do país.

Só para exemplificar: o Promoart [...] realizou, por esses dias, o Mercado Brasil de Artesanato Tradicional, um evento aqui no Parque do Palácio do Catete [RJ], que constou de exposição e venda dos produtos dos 65 pólos com que viemos trabalhando e trouxemos alguns artesãos. Foi muito bonito ver a rendeira de Florianópolis, ao lado de uma rendeira de Raposa, Maranhão, e outra de Morros da Mariana, no Piauí. E as três sentadas, cada uma com sua almofada de bilro, fazendo sua renda ali no parque. E a moça do Maranhão falou assim: - “Olha, eu já fui para várias feiras, mas essa é a primeira vez que eu vejo assim. Eu sabia que em Santa Catarina fazia renda, mas eu não sabia que era assim, e eu estou gostando muito, que eu estou vendo que ela faz a mesma coisa que eu faço só que ela faz diferente.” Aí eu comecei a conversar com elas e fui percebendo que a de Santa Catarina estava fazendo um tipo de renda que se chama “tramóia”, e ela dizia orgulhosa que estava fazendo tramóia, e a rendeira do Maranhão falava: “Ah, essa eu não conhecia, porque na minha terra não faz assim”. E a do Piauí já falava outra coisa. Então, essa possibilidade que temos de ver no artesanato a mesma coisa e ao mesmo tempo essa coisa ser diferente, isso é que dá riqueza a esse fazer. (LIMA apud KELLER, 2010)

A identificação do artesanato como prática do folclore de uma região ou população, que atende principalmente as atividades rurais como atividade de produção manual, contextualizada numa série de crenças e tradições que significam e resignificam na vida cotidiana dos habitantes o que é ser artesão e fazer artesanato. Embora a atividade artesanal de forma cultural tenha problemáticas nas formas de sucesso, continuidade ou desaparecimento, pois depende precisamente das particularidades de cada território e população local. Nesse sentido as singularidades nas técnicas que se falam no relato anterior só podem continuar na forma de oferecer reconhecimento e reprodução na promoção cultural e econômica para sua subsistência histórica como produto e para os produtores.

Não obstante, a forma de olhar o artesanato como patrimônio cultural não é o único objetivo dos programas de governo ou de desenvolvimento das políticas de organizações privadas, onde se encontram no fazer artesanal práticas de reconhecimento e objetivos econômicos que podem definir-se como de maior ênfase na relação com o mercado, seja pela forma de integração direta ao mercado nos processos de empreendedorismo como nas práticas alternativas ao mercado diante organização social e grupal definida em valores anticapitalistas.



### **Programa Trinacional de Artesanato (ÑANDEVA)**

Instituído no ano 2006, ÑANDEVA é um programa de desenvolvimento do artesanato que se produz na região oeste do Paraná, e atinge aos territórios de fronteira com Argentina e Paraguai. Sua sede principal é o parque tecnológico de Itaipu e como núcleo gestor SEBRAE. É notável que o desenvolvimento do artesanato no Brasil desde o empreendedorismo como fonte de sustentabilidade da atividade no mercado é parte do mecanismo de intervenção e participação técnica e administrativa do SEBRAE desde os anos noventa. É difícil definir os limites e avanços da atividade institucional empresarial dessa instituição para o trabalho artesanal nesta pesquisa, excedendo os objetivos da mesma, não obstante é pertinente lembrar a forma de intervenção nos diferentes municípios do Brasil e sua importância como apoio à formação microempresarial no presente século.

Como caso específico do aporte do SEBRAE, o programa ÑANDEVA tem como objetivos Fortalecer a identidade trinacional através da produção artesanal, contribuir para a melhoria da qualidade do artesanato, transferência de tecnologias aplicadas ao artesanato, e buscar canais de comercialização dos produtos, gerando emprego e renda para os artesãos (ÑANDEVA, quem somos). A diferença dos demais projetos e programas, o caráter trinacional permite uma dimensão política e econômica alternativa e distinguida, o que não a desliga dos fins de empreendedorismo e inovação no mercado como estratégia microempresarial nas características do mercado nacional brasileiro.

Os alcances do programa trinacional são integrados nas 200 oficinas de Desenvolvimento. O trabalho se encontra ligado a um Programa de Desenvolvimento para Empreendedores Criativos (PRÓ-ARTESÃO), realizado entre os anos 2011 e 2012. O PRÓ-ARTESÃO tem como objetivo “desenvolver competências de gestão profissional e de carreira, melhorando unidades produtivas de artesanato e a competitividade do setor” (ÑANDEVA, 2012, p. 5). O Programa Trinacional também focaliza sua produção na identidade cultural e territorial dos artesãos (ÑANDEVA, 2011), o que contribui a uma valoração do aspecto cultural desde uma projeção ao mercado, isso permite uma maior recepção dos aportes do design e artesanato para um trabalho fortemente centrado no mercado capitalista.

Existe no processo a forma de territorialização do trabalho artesanal, que a diferença dos projetos e programas anteriores, gera desde os centros de desenvolvimento ou polos de desenvolvimento a uma intervenção diferente na gestão da produção do artesanato. Nesse sentido a problemática sobre as redes define-se principalmente no espaço e contexto ambiental de fronteira, mas também sua plataforma de trabalho aproveita as condições de comunicação entre o mesmo Estado. A diferença dos processos de comunicação entre diferentes grupos nas plataformas virtuais de informação e comunicação, não existe propriamente uma abstração das condições ambientais, humanas, políticas e culturais que definem a região. Pode falar-se, então, de desenvolvimento regional da produção artesanal.

Pode entender-se como desenvolvimento regional desde o território, entendido este como de maior complexidade que de economia local, “isso, porque, o conceito de território que fundamenta a concepção de desenvolvimento territorial, não é definido apenas a partir de fatores econômicos. Outros aspectos são considerados, como as raízes históricas, configurações políticas, identidades, redes, convenções, ativos relacionais e coordenacionais, capital social, instituições, etc. (CUNHA, 2006, p. 278). A complexidade do projeto ÑANDEVA define sua ação no processo de territorialização tendo em conta a diversidade cultural como as formas de governança e apoio desde a região Oeste do Paraná, e o espaço fronteiriço de inter-relação comercial, política e cultural com outros países.

É possível reconhecer no projeto o desenvolvimento regional na quantidade de municípios que participam como são: Foz do Iguaçu, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Pato Bragado, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, e diversas Comunidades Indígenas, principalmente guaranis. Existe uma diversidade cultural de diferentes comunidades de colonizadores como italianos, alemães e japoneses, além das comunidades indígenas, que apresentam como centro territorial o rio Paraná. O projeto territorial não se limita às técnicas culturais e tradicionais, no sentido tradicional-institucional do termo, senão que compreendendo atividades de trabalho manual em sentido extenso (Técnicas de bordado, confecção, etc.), as atividades de capacitação, produção e comercialização procuram organizar desde diferentes associações o trabalho artesanal como atividade de desenvolvimento econômico em rede.

Por último, é notável a participação principal do *designer* que tinha como função a capacitação, mais que o ensino neste projeto. O processo de melhoramento das condições do produto no mercado foi fundamental para estes profissionais.

A responsabilidade da designer no Programa era de acompanhar o planejamento e a execução do produto junto ao artesão(ã). Em atendimentos com hora marcada os(as) artesãos(ãs) interessados levavam seus produtos até a profissional que dava sugestões de: acabamento, material, formato, utilização de elementos gráficos. A designer propunha alterações até obter um produto artesanal considerado ‘ideal’ para a comercialização de acordo com os critérios do Programa. Ao aprova-lo, o objeto recebia uma certificação e, assim, tornava-se reconhecido como um produto da marca Ñandeva. O papel do design no Programa Ñandeva, seguindo a perspectiva do SEBRAE, está relacionada à capacidade de “adequação-inovação”. Ao aproximar a intervenção do design em oficinas de desenvolvimento do artesanato, o que se busca é uma ideia de qualidade, seguindo a lógica do mercado. (WOLOCHEN, 2016, p. 59)

A dificuldade entre artesanato e design na forma de parcerias pode contribuir tanto para o melhoramento da produção entre os integrantes, como da forma recorrente de conflitos nas formas de subordinação do artesão ao designer e vice-versa.<sup>75</sup> A procura pelo desenvolvimento do produto no mercado permite que se intensifiquem as contradições da concorrência entre produtores, o que dificulta a relação de associação entre artesãos e designers (CABRAL, 2007; JOHANN, 2010), além da dificuldade de obter objetivos comuns de participação e graus de sociabilidade entre os diferentes agentes que continuam na “lógica do mercado”.

### **Economia Solidaria e Artesanato**

Desemprego e informalidade permitem o fortalecimento de sociabilidades laborais diferentes com ênfases na coletivização da renda, nesse contexto surgem formas alternativas de trabalho e renda associada e coletiva, o que se conhece como economia solidaria e social. Nesse sentido o que se busca é a relação da produção artesanal nos contextos de desenvolvimento social das relações comunitárias e de apoio mutuo para a transformação das práticas de produção, distribuição e consumo. Frente aos problemas de trabalho desde a reestruturação econômica nos anos oitenta e o desenvolvimento do neoliberalismo, formas alternativas de organização produziram-se. “Como defesa contra a exclusão social e a queda na indigência, as vítimas da crise buscam sua inserção na produção social através de variadas formas de trabalho autônomo,

---

<sup>75</sup> Como exemplo pode mencionar-se os relatos da pesquisa de Emanuelle Kelly Silva (2015) “Tivemos experiências em que os artesãos não conseguiram confeccionar os artigos projetados por um designer porque este desenvolveu uma coleção baseada em folhas secas e os artesãos não se identificaram com isso, eles buscavam cores e outros elementos, era isso que eles queriam mostrar. As folhas secas faziam parte da vida deles, mas não era isso que eles queriam mostrar. (Técnica da Ceart 1, em 14 de agosto de 2013)” (SILVA, 2015, p. 79)

individuais e coletivas. Quando coletivas, elas optam, quase sempre, pela autogestão, ou seja, pela administração participativa, democrática, dos empreendimentos. São estes os que constituem a economia solidária” (SINGER, 2004)

Com as primeiras entidades como a Agencia de Desenvolvimento Solidário (ADS) e a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag) desenvolve-se nos anos noventa projetos conjuntos de organização de trabalhadores independentes ou não assalariados. Pra 2003, no campo das políticas públicas cria-se a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) através da Lei n. 10.683 e do Decreto n. 4.764. Embora não constitui no Plano Plurianual 2012-2015 um programa autónomo do Plano Brasil Justo e Solidário, é uma atividade transversal a projetos de desenvolvimento regional, micro e pequenas empresas e programas de trabalho, emprego e renda (CENS, 2012).

**MAPA 4.2.** CATEGORIA SOCIAL DOS SÓCIOS ARTESÃOS E SÓCIAS ARTESÃS NOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDARIA NO BRASIL, ANO 2013.



Fonte: SIES (2013), ATLAS.

Elaborado pelo autor. Software: QGIS 2.8.2. Wien.

O artesanato compreende aproximadamente 19 % do total dos Empreendimentos de Economia Solidaria (EES) no país, tendo em conta o mapeamento dos empreendimentos de economias solidaria no ano 2013 feito no projeto da SENAES. Estimasse que na categoria social

de sócios e sócios dos EES no país, existem 3.534 empreendimentos que correspondem com artesãos, aproximadamente 17,9 % do total mapeado. A maior parte, aproximadamente 55% dos empreendimentos tem referencia de trabalho feito na agricultura (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidaria – SIES, 2013). O número de trabalhadores artesãos é significativo dentro do conjunto, embora a atividade não seja definida totalmente como artesanato no sentido cultural e se desde a produção entre artesanato e trabalhos manuais.

No Mapa 4. 2. pode observar-se a distribuição dos empreendimentos de economia solidaria de artesãos nos estados de Brasil, no primeiro lugar encontram-se MG com 492 empreendimentos (41,1 % do total na UF), seguido de RS 375 empreendimentos (22,11%) e SP que apresenta 307 empreendimentos (26%). No outro extremo encontram-se RR, RO e SE, com 8, 14 e 22 respetivamente. Existem igualmente alta heterogeneidade e desigualdade na distribuição (Desvio padrão= 14,16) o que identifica a concentração nos estados de maior população e maior desenvolvimento econômico como principais lugares de empreendimentos de economia solidaria de artesãos.

Para o ano 2013 na região sul -PR, SC e RS- (KUYVEN; KAPPES, 2013), apresenta-se maior quantidade de grupos informais (44%) frente aos grupos organizados em associações (36%) e nas cooperativas (18%). Existe maior presença de homens nas EES de maior tempo de funcionamento, e maior presença de mulheres nas ESS de menos de vinte anos. Nos estados de PR e RS existe maior presença de EES nas zonas urbanas que rurais, ao contrário de SC. Dentro dos principais motivos de criação das EES se encontram os objetivos de renda complementar (54,8%), e obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo (52,1%). A atividade principal realizada é a de comercio varejista de suvenires e artesanatos.

Os 434 EES de comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos estão mais presentes no Rio Grande do Sul do que nos outros Estados (67,3% deles no RS) e na Região Sul representam 13,2% dos empreendimentos. É um tipo de comércio onde mais da metade (62,4%) são empreendimentos informais e pouco menos de 1/3 tem no máximo 5 sócios e 55,9% têm de 6 a 30 sócios. A maioria (74,4%) foi criada no ano 2000 em diante, e mais especificamente 56,3% foi criado após 2004. A grande maioria são EES exclusivamente urbanos (78,1%). (KUYVEN; KAPPES, 2013, p. 19)

De forma geral, a atividade de empreendimentos de economia solidaria realiza-se por parcerias entre universidades e comunidades de produção associada. A atividade de assistencialismo contra a fome nos anos noventa permitiu o desenvolvimentos de mecanismos de

extensão universitária para a formação de redes no país, especialmente desde a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), onde se promovem modelos de gestão alternativos desde 1998 (CALBINO; PAULA, 2012). Para o ano 2015 existam no Brasil sessenta e duas (62) incubadoras universitárias, como apoio à formação de empreendimentos solidários.

No caso do setor artesanal, o que se propõe não é a delimitação pela função cultural que identifique artesão e artesanato nas condições de tradição e narrativas da produção de identidades e subjetividades do patrimonial. Para a economia solidaria considera-se de importância à prática social como eixo de diferentes dimensões na produção, distribuição e consumo. Para França Filho e Laville (2004), precisam-se reconhecer dos empreendimentos de economia solidaria as seguintes características: a) *Pluralidade de princípios econômicos*, onde se diferenciam distintas formas de obtenção de recursos como no mercado, os poderes públicos e a reciprocidade. b) *A autonomia institucional* é dizer, sua forma de independência de outras instituições. c) *Democratização dos processos decisórios*, este princípio opõe-se a toda forma heterônima de decisão. d) *Sociabilidade comunitário-pública*, que é o equilíbrio das relações comunitárias com as relações de ocupações e profissões. Por último, e) *finalidade multidimensional*, isso indica que existem finalidades econômicas, políticas, culturais, sociais e ecológicas. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 167-169)

O condicionamento de princípios, como no caso do artesanato na constituição da classificação e do conceito, pode ter muitas dificuldades em sua formação prática. O desenvolvimento da prática da economia solidaria não só é organização econômica, senão forma de sociabilidade próxima dos integrantes, o que pode reconhecer-se em diferentes experiências, como no estudo de empreendimentos de economia solidaria feito por Ângela Maria Maurer (2011), nas cooperativas e associações de artesãos no RS, em especial descreve-se a importância psicossocial do desenvolvimento da economia solidaria nos empreendimentos como na Cooperativa Lã Pura, onde a presidente fala que,

Além de a gente ganhar um troco [dinheiro], a gente é uma família, a gente sempre se ajuda, quando chega uma triste as outras vão abraçar, dar um carinho, então supera essas coisas, é um suporte psicológico [...] O grupo vai atrás da colega que está com problema [...] hoje eu sou outra pessoa. A minha vida deu uma mudança da água pro vinho, porque através da Lã Pura eu comecei a viajar, eu tenho o grupo, se eu tiver nervosa aqui, eu pego e vou para lá [sede], nem que seja para tomar um chimarrão, se não tem serviço para fazer (presidente da cooperativa Lã Pura apud MAURER, 2011, p. 75).

A situação dos empreendimentos de economia solidaria exigem uma serie de princípios tanto na produção como de comercio justo que diferenciam a atividade de trabalho artesanal dos empreendimentos e programas anteriores. Mas a mesma normativa em função de definição do que é solidário ou não pode limitar as condições de desenvolvimento e continuidade dos projetos, que não correspondem necessariamente a processos de oposição ao capitalismo, senão que no momento em que se definem como processo alternativo de organização interna, esquece-se dos conflitos e tensões que se produzem nas formas de trabalho nos diferentes setores de produção.

Ao ser determinado principalmente por processos de agricultura e artesanato, o empreendimento de economia solidaria destina-se as formas alternativas de ocupação que não afetam os centros de acumulação e concentração de médios de produção de bens de produção, senão que atendem a atividades de produção de bens suntuários ou de consumo individual. Então o objetivo deveria estar centralizado nas mudanças não só na forma de sociabilidade, senão na forma como projeto político. Assim,

Que exigências apresentam-se aos empreendimentos solidários, para que mantenham os seus traços distintivos? Penso serem três: a) assumir a base técnica herdada do capitalismo, dela retirando benefícios para a sua forma social de produção própria ou, ainda, alcançando desenvolver, paulatinamente, forças produtivas específicas e apropriadas à sua consolidação; b) cotejar-se com os empreendimentos capitalistas, dando provas de superioridade do trabalho associado perante as relações assalariadas, à medida que impulsionam, em seu interior, uma dialética positiva entre relações de produção e forças produtivas; c) resistir às pressões do ambiente econômico, por meio de mecanismos de proteção e da externalização da sua lógica cooperativa às relações de intercâmbio e de troca. (GAIGER, 2003, p. 201)

Para Gaiger (2003), a dependência das EES ao modo de produção dominante se gera tanto numa subordinação direta como indireta, pois estas na realidade não configuram mais que uma relação de transformação interna de princípios de sociabilidade laboral autônoma e democrática, e não uma projeção (“projeto revolucionário” ou de “transição”) de luta entre alternativas ao capitalismo das formas de produzir, consumir e distribuir. A relação trabalho artesanal e economia solidaria pode aparecer então como problemática na configuração tanto de sua forma de trabalho como das continuidades temporais, não é uma forma do trabalho de artesanato em si, senão uma forma de sociabilidade produtiva especial na que se realiza produção artesanal. Os objetivos de produção não se encontram na relação com o objeto artesanato, senão como processo de sociabilidade e proximidade entre produtores artesãos.

#### 4.1.3. FORMAS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA DO ARTESANAL NA FRANÇA.

Na França, o processo de organização coletiva pode definir-se como parte da institucionalização das empresas artesanais como parte da classe média desde início do século XX no processo de industrialização (Subcapítulo 2.1.1). A situação das empresas artesanais como parte do processo de transformação e proteção das pequenas e medianas empresas na primeira metade do século, mas que como forma institucionalizada permitiu o desenvolvimento de organização de empresas artesanais nos setores de grande importância econômica no país.

O processo de formação das organizações coletivas da atividade artesanal na França se define na formação de diferentes federações e confederações sobre a ideia de uma transição desde as organizações individuais definidas pelo ofício e as ocupações de produção e serviço, até a forma de organização unificada desde a empresa artesanal. Assim, a explicação das organizações artesanais pode resumir-se a grandes rasgos em três partes: a primeira parte nas formas de coletividade definida pelo ofício (*Metier*), na segunda parte, a organização das grandes confederações no processo de transição a uma unidade representativa, e por último a formação da UPA, como organismo de representação dos pequenos empregadores e sua estabilidade no desenvolvimento das pequenas empresas (MILET, 2008).

De forma geral, a constituição das organizações artesanais é produto de confrontos e escolhas de diferentes grupos em torno à extensa variedade de ocupações e ofícios que definem as características do setor no país. A determinação da ocupação é o característica principal da formação das associações, sindicatos e federações de trabalhos artesanais no país. Assim, para os anos de pós-guerra, encontra-se principalmente a referência de organizações em relação a duas grandes categorias de produção, edificação e alimentação. Estes grupos conformam grande parte da organização econômica de pequenos produtores no país, e conformam ainda parte dos grupos principais das empresas artesanais. As confederações representativas foram a *Fédération nationale unifiée des maîtres-artisans du bâtiment* (FNUMAB) e à *Confédération générale de l'alimentation en détail* (CGAD), que correspondem aos órgãos representativos de as coletividades em função do ofício e da ocupação.

Outra forma de associação significativa foi a *Confédération nationale des artisans ruraux* (CNAR), que permitiu definir as características de associação dos artesãos desde sua condição



geográfica, o que também permitia definir características diferenciadoras dos artesãos das cidades e regiões industriais com regiões de menor industrialização, somando desta forma maior fragmentação ao setor econômico. Outra grande divisão que se exerce depois da ruptura entre os artesãos e a *Confédération générale de l'artisanat français* (CGAF) (Ver capítulo 2) nos anos de entre guerra no governo de Vichy, as associações e produtores dissidentes fundaram a *Confédération nationale artisanale* (CNA) no ano 1947 e mudaram o nome para *Confédération nationale de l'artisanat et des métiers* (CNAM) no ano de 1962.

Embora, se precisando de uma organização colaborativa, “*l'esprit d'indépendance et d'autonomie prévaut*” (MILET, 2008, p. 486), a formação de interesses em relação aos desenvolvimentos autônomos de cada ocupação e ofício permitiu uma longa travessia para configurar relações entre as diferentes federações e confederações de ocupações artesanais. Varias foram às causas: primeiro a notável relação dos movimentos por líderes e vontades pessoais na formação dos movimentos de proteção aos artesãos nessas décadas. O segundo, as transformações no mundo do trabalho da produção industrial à de serviços, com o detrimento da função das ocupações manuais e tecnológicas, e o crescimento da formação de novos empregos nas sociedades “pós-industriais”. Embora definisse a ideia política protecionista das coletividades, fortaleceu os objetivos corporativistas para a supervivência econômica nas regiões.

O terceiro, a filiação política, que podia variar da extrema direita à extrema esquerda, por exemplo, no caso da extrema direita nacionalista dos representantes da *Union de défense des commerçants et artisans* (UDCA) e da *Confédération intersyndicale de défense et union nationale des travailleurs indépendants* (CIDUNATI), que determinavam os rasgos de política protecionista e que apoiavam direta ou indiretamente o desenvolvimento político do Frente Nacional nos anos setenta e oitenta (SECONDY, 2007). Por outro lado, existiam organizações políticas de maior proximidade ao partido comunista no setor de edificação ou construção, como a *Confédération générale unifiée de l'artisanat* (CGUA) que embora não tivessem a unidade declarada, apresentavam as características políticas de apoio sindicalista aos movimentos operários e socialistas de meados do século. Além disso, a maior parte de movimentos “moderados” de organização, que não constituíam diretamente uma extrema diferenciação dos setores de direita ou esquerda política. Não existia, então, uma clara diferenciação política do setor de classe média de comerciantes e artesãos.

Dessa forma, a análise da classe média pode ter varias vertentes políticas e tomas de posição (ideológica) frente ao processo econômico, social e cultural num período determinado. Em outras palavras, a diferenciação dentro da classe média, como forma de posição estrutural determinada pelo modo de produção que permite que os artesãos se localizem como posições intermediárias ou de trânsito entre os capitalistas, operários e formas não capitalistas (alternativas), não define necessariamente sua posição ideológica, que pode ser para o caso da formação dos artesãos na França. Tanto na pequena burguesia tradicional, a média burguesia e a nova burguesia, embora não tenham projetos de transição do modo de produção, se diferenciam das posições ideológicas frente ao Estado e o mercado, o que permite que sua distinção não seja unicamente o tipo de ocupações dentro da divisão do trabalho, senão também as posições ideológicas nos processos de conjuntura e reprodução estrutural.

Assim, para POULANTZAS (apud MILIOS; EKONOMAKIS, 2011) a *pequena burguesia tradicional* tem maior propensão à direita, como o Poujadismo na França, vertente de Pierre Poujade que foi a figura emblemática da UDCA, e mobilizou nos anos sessenta e setenta diante discursos e ações violentas o processo de proteção nacionalista da produção artesanal. Os artesãos tradicionais que conformam ocupações de tendência local apresentam maior reação às mudanças políticas e culturais da nação, permitem lembrar as relações entre o governo de Vichy e a CGAF, ou o fascismo com a política da classe média tradicional. “Ao contrário, portanto, a nova pequena burguesia, no tocante à sua propensão a favorecer a ‘democratização do Estado’ e o crescimento de competências coletivas, é em larga medida orientada para a atividade sindical e partidos políticos reformistas, assim como constitui proporção significativa dos agentes da *revolução socialista*” (POULANTZAS apud MILIOS; EKONOMAKIS, 2011) Como exemplo da nova pequena burguesia encontrasse a CGUA que, embora não tivesse maior representação e continuidade, representa os mecanismos de polarização da organização ideológica e política dos artesãos como setor.

Não obstante, o maior controle das confederações e do movimento artesanal pode descrever-se dentro dos “moderados” ou da burguesia média, no processo de institucionalização do poder e da categoria mantendo a perspectiva de autonomia da classe média, não associada aos grandes capitais, e tampouco ao trabalho proletário. Para os anos noventa, os objetivos políticos principais como categoria geral foi a necessidade de unidade como forma definitiva para a

transformação das condições da sociedade industrial à configuração de uma sociedade pós-fordista onde o processo de diferenciação das grandes fábricas com a pequena produção já não constituía uma limitação clara no mercado, e precisava-se de um fortalecimento da pequena empresa como eixo da economia nacional, no empreendedorismo, mas sobretudo da independência como característica da empresa artesanal, como expressa Henry Jorda (2006) na diferenciação da recomposição artesanal na França,

L'objectif de l'artisan n'est pas de maximiser le profit, mais le revenu tiré de l'exercice indépendant du métier; dit autrement, de «valoriser individuellement un savoir-faire, faute de pouvoir rentabiliser un capital qu'ils ne possèdent pas d'ailleurs». Enfin, l'artisan fabrique et vend des biens ou des services à des clients de manière personnalisée: le cordonnier, le boucher, le boulanger sont des figures connues du quartier ou du village, précisément pour les relations de proximité que les habitants entretiennent avec eux. (JORDA, 2006, p. 48)

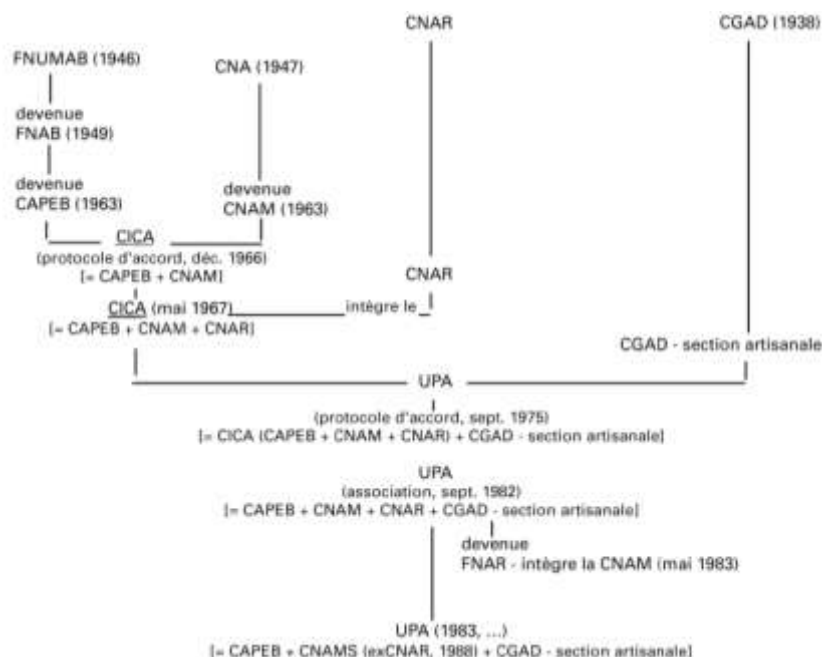
É diante o processo de negociação entre as diferentes confederações como se consegue definir o processo de unificação numa organização a *Union professionnelle artisanale* (UPA) no ano de 1965, e que reúne os diferentes setores que *constituent le secteur artisanal*, por um lado, o *Comité interconfédéral de coordination de l'artisanat* (CICA) que constituía a união de as confederações de artesãos de construção CAPEB, e a CNAM confederação de diversos ofícios artesanais, e a CGAD seção que desde um principio do século não conseguiu uma representatividade importante no setor em geral, mas que para os anos oitenta permitiu a unificação no conjunto de setores. O Gráfico 4. 1. apresenta o processo de unidade das diferentes confederações na UPA.

O processo de organização das diferentes confederações de artesãos vai permitir unificar formas institucionalizadas de mobilização e intervenção políticas nos governos desde os anos oitenta, com a finalidade de obter melhores benefícios para a categoria. O objetivo da unificação é principalmente “*le rang d'interlocuteur unique pour les problèmes généraux de l'artisanat (et l'élévation, à terme, au rang de partenaire social inscrit dans le Code du travail) implique une institutionnalisation des rapports entre confédérations*” (MILET, 2008, p. 503).

Na década dos anos oitenta existem processos de reestruturação da UPA como parte das dificuldades da representação e financeirização da organização, o que define a dificuldade do setor na transição, embora para os anos noventa o crescimento das pequenas e medianas empresas permitira gerar maior participação na economia do setor artesanal no país, permitindo constituir

no setor uma relativa estabilidade nas atividades de organização dos pequenos patrões ou pequenos empresários. A organização da UPA, é parte de uma trajetória histórica de constituir unidade nos processos econômicos e sociais de grande diferenciação profissional, permitindo obter uma imagem da situação problemática entre o setor para sua constituição.

**GRÁFICO 4.1. PROCESSO DE UNIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E PROFISSÕES ARTESANAIS, FRANÇA 1938-1988.**



**Siglas:**

CAPEB : Confédération de l'artisanat et des petites entreprises du bâtiment  
 CDCA : Confédération de défense des commerçants et artisans  
 CGAD : Confédération générale de l'alimentation en détail  
 CNA : Confédération nationale de l'artisanat  
 CNAM : Confédération nationale de l'artisanat et des métiers  
 CNAMS : Confédération nationale de l'artisanat des métiers et des services  
 CNAR : Confédération nationale des artisans ruraux  
 FNAB : Fédération nationale des artisans du bâtiment et des branches annexes  
 FNAR : Fédération nationale des artisans et petites entreprises en milieu rural  
 FNUMAB : Fédération nationale unifiée des maîtres-artisans du bâtiment  
 UPA : Union professionnelle artisanale

FONTE: Marc Milet (2008, p. 485)

O desenvolvimento de setores de extrema direita e esquerda na política dos pequenos empregadores artesanais não vai continuar diretamente na constituição das grandes representações sindicais do setor no país, e ao contrário vai-se debilitar, deixando o grupo “moderado” como o representante político principal. Nesse sentido, a estratégia da representação consiste mais na forma de inferência na política institucional do país como parte formal que

procura estabelecer uma relativa unidade das contradições materiais dos interesses de cada federação e ocupação. É notável que sua relativa estabilidade consista em manter a integração das problemáticas nacionais, tendo em conta a diversidade sindical das necessidades locais, e a diferenciação ocupacional artesanal na França.

Não obstante, para o ano 2016, o projeto de unificação das empresas de proximidade corrobora a necessidade de unificação das profissões intermedias e da classe media como agente geral de produção relevante no país. Assim, para esse ano cria-se a *l'Union des entreprises de proximité* (U2P) que se encontra constituída pela CAPEB (edificação), a CNAMS (fabricação e serviços), a CGAD (Alimentação), de *l'Union nationale des professions libérales* - UNAPL (empresas liberais). A transformação do trabalho artesanal centralizado no ofício ou na ocupação técnica na forma de administração tradicional, para uma forma de gestão da produção nas características de uma empresa de proximidade que permite um tipo de coordenação e gestão direta e com forte territorialização nas necessidades locais, de maior diferenciação nos produtos e serviços, e de maior especialização e flexibilidade (TORRES, 2004). De forma geral a classificação das atividades artesanais permite a mudança espacial, temporal, comunicativa, e hierárquica de relação ou sociabilidade próxima.

Conforme se desenvolve a transformação e crescimento do setor artesanal, as formas de relação do trabalho artesanal podem constituir formas de organização entre os grupos de produção de organização e gestão individual ou de pequenos grupos, que embora não tenham possibilidade de crescimento no número de integrantes, precisamente por ser limitada a definição de artesanal e de proximidade, reproduzem constantemente formas de associação que se ajustam às condições do desenvolvimento do capital. Nesse caso, tanto a UPA como a U2P, são expressão das dissemelhanças entre as diferentes ocupações, por exemplo, do setor de edificação, fabricação, alimentação e serviços.

O setor de construção ou edificação se encontra com aproximadamente médio milhão de empresas (501.787 para o ano 2016), o que representa 40% das empresas artesanais no país, e identifica dentro do setor artesanal como o de maior peso e maior integração no mercado do país. Aproximadamente 64% das empresas artesanais que conformam a CAPEB são de empreendedores autônomos, e o 98% das empresas são tem menos de 10 assalariados, o que permite reconhecer a importância na forma como se ajusta a definição de empresa artesanal. Não

obstante, a formas de classificação como artesanal só consiga compreender-se desde a forma de medir o trabalho de pequena empresa, e não propriamente como atividade de baixa tecnologia.

As empresas de construção podem distribuir-se para o ano 2014 em Alvenaria (27%), Pintura de vidros e revestimentos (21%), Encanamento e aquecimento (17%), Equipamento elétrico e eletrodoméstico (13%), Carpintaria (12%), Técnicas de gesso (6%); e serralheiro e Metalurgia (4%) (CAPEB, 2016, p. 42) A atividade artesanal de construção apresenta o maior grupo de representação das empresas artesanais, e tradicionalmente a confederação de maior tradição no setor artesanal da França indicando diferenças significativas com a institucionalização do setor frente a outros países europeus como Inglaterra, Espanha ou Portugal, e tendo maior relação com Alemanha e Itália.

Na UPA, a diferenciação das características das confederações de empresas artesanais apresenta-se uma maior quantidade de empresas no setor de edificação (*bâtiment*), e uma menor quantidade no setor de alimentação. Essa cifra corresponde também à situação do tributo do setor de edificação como maior contribuinte no setor, seguido dos serviços, a fabricação e alimentação, respectivamente. Assim, na CNAMS (fabricação e serviços), para o ano 2012 (Tabela 4.1.), existe uma distribuição das ocupações em diferentes atividades tanto nos serviços como na fabricação.

**TABELA 4. 1. PORCENTAGEM DE ATIVIDADES ARTESANAIS NA CNAMS (SERVIÇOS E FABRICAÇÃO), 2012.**

| SERVIÇOS              | A   | B   | FABRICAÇÃO                                  | A   | B   |
|-----------------------|-----|-----|---------------------------------------------|-----|-----|
| Cabeleireiro          | 18% | 99% | Automóveis                                  | 13% | 89% |
| Transporte            | 10% | 92% | Equipamento industrial                      | 7%  | 86% |
| Beleza (Salão de)     | 7%  | 91% | Artesanato de arte ( <i>Metiers d'art</i> ) | 7%  | 67% |
| Venda de flores       | 4%  | 22% | Metalurgia                                  | 6%  | 71% |
| Serviços de limpeza   | 7%  | 86% | Mobiliário                                  | 5%  | 92% |
| Reparação de calçados | 4%  | 93% | Tipografia                                  | 3%  | 57% |
| Fotografia            | 2%  | 66% | Fabricação de próteses                      | 2%  | 92% |
| Lavanderia            | 2%  | 70% | Carpintaria                                 | 2%  | 83% |
| Serviços funerários   | 1%  | 59% | Plásticos                                   | 1%  | 57% |
| Outros                | 1%  | -   | Cerâmicos                                   | 1%  | 91% |

**A:** Porcentagem dentro do setor artesanal, CNAMS; **B:** Porcentagem dentro de cada ocupação no país.

**Fonte:** BOUZOU et al. (2014). Elaborado pelo autor.

As atividades de serviços de cabelereiro e na fabricação de automóveis apresentam grande parte dos trabalhadores na CNAMS, e também é a maior parte de empresas de caráter artesanal

nestas ocupações. Isso define o maior peso das organizações neste tipo de atividades a diferença de atividades como cerâmicos ou reparação de calçados, que ainda que não representem uma porcentagem significativa dentro da CNAMS, ocupam de forma geral o ofício ou atividade laboral no país, pois, por exemplo, na cerâmica aparece com 1% na CNAMS, mas no total da ocupação no país apresenta 91%, é dizer existe uma grande quantidade de empresas artesanais nessas ocupações.

De forma geral, para o ano 2012 na CNAMS se encontram 400.865 empresas artesanais, das quais, 99.629 (24,9%) correspondem à moda e beleza, 92.147 (23%) correspondem a confecção, reparação e fabricação (fora dos trabalhos de artesanato), 91.789 (22,9%) correspondem ao subsetor de automóvel e transporte, 89.399 (22,3%) corresponde a serviços e comércio de proximidade, e por último 27.901 (7%) empresas de artesanato ou *metiers d'art*. Nesse sentido a quantidade de empresas nos quatro subsetores em que podem classificar-se as ocupações na CNAMS correspondem a pesos semelhantes, a exceção do artesanato (Aprox. 23% em média) (BOUZOU et al., 2014, p. 27). Não obstante, o trabalho de artesanato apresenta uma maior quantidade de trabalho individual ou autônomo (84% das empresas de artesanato são de trabalhadores individuais, ou não possuem assalariados).

A situação dos ofícios de arte –artesanato- (*Metiers d'art*) é um caso especial dentro das formas de organização da CNAMS, pois para o ano 2016 se encontra representada em 39 mil empresas artesanais com 95 mil funcionários, constituindo a menor parte dos subsetores mencionados na confederação. A *Confédération Française des Métiers d'Art* (C.F.M.A.) é o órgão principal do setor de artesanato na França, e apresenta uma atividade de mais de 70 anos. Não obstante, a diferença da compreensão do trabalho de artesanato nos países latino-americanos e nas colônias francesas de ultramar, a diferença na posição frente a outras formas de organização de maior quantidade e peso político e econômico como as confederações de edificação e de trabalhos de serviços, o trabalho de artesanato é relativamente menor em seu peso político e econômico, ao contrário das formas de organização de países como Brasil.

#### 4.1.4. ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS-ARTISTAS E COOPERATIVAS DE ARTESÃOS NA FRANÇA.

- Dos ofícios de arte e sua organização política

A proporção e organização do trabalho artesanal na França tem sua constituição na integração vertical das empresas artesanais, o que permite reconhecer que em sua maioria, as ocupações e ofícios se classifiquem e constituíam nas atividades de alimentação, serviços, construção e fabricação. O processo de integração vertical (ver capítulo 2) define a maior parte da história e literatura da produção artesanal e sua forma de organização social e política. O assunto sobre o artesanato de arte apresenta uma dimensão menor frente ao poder político e econômico das grandes confederações como a CAPEB na história do setor. Não obstante, a trajetória das ocupações artísticas dentro do setor artesanal apresenta uma forma de organização paralela ao processo de institucionalização e que não corresponde diretamente com os interesses das organizações artesanais dentro da UPA.

Embora a constituição das organizações de artesãos de arte se encontrasse desde finais do século XIX, especialmente com a *Chambre syndicale par des artisans d'art* no ano 1868, é até na década dos anos setenta onde se realiza uma mobilização pela institucionalização dos ofícios de arte no país, tendo como problemática a integração e organização de ofícios tradicionais, com ofícios de produção “criadora” ou artística. Para obter uma definição do ofício de arte (*metier d'art*), em 1976, Pierre Dehaye definiu a atividade na medida em que cumprisse com as seguintes características: a) habilidade técnica e do ofício, b) produção de objetos únicos ou em pequena série, também c) que seja realizado pelo artesão no conhecimento global da produção, evitando a divisão de tarefas (*Ministère de la culture et la communication*, 2016). Esta definição procura a classificação da produção artesanal de arte separada da definição quantitativa da empresa artesanal e as formas de classificação nos diferentes setores econômicos integrados à sociedade industrial.

Outra forma de classificação importante na trajetória de organização do artesanato de arte foi a definição de três tipos de atividades: a) os ofícios de tradição: que constitui a produção de objetos tradicionais, que valorizam o saber fazer ancestral; b) os ofícios de restauração: que constitui a labor de intervenção nos bens patrimoniais mobiliários e imobiliários; e por último, c) os ofícios de criação: que constitui a produção de objetos originais, corresponde à produção dos



artesãos de arte que procuram nas técnicas e saberes tradicionais objetos de produção única. Para seu controle e promoção organizaram-se nos anos noventa no ministério da cultura os ofícios de criação, e os ofícios de restauração e tradição no ministério do trabalho artesanal.

Não obstante, é com a lei nº96-603 de 1996 que se obteve o reconhecimento legal do artesanato de arte, permitindo uma primeira classificação dos ofícios de arte, e é precisada no decreto nº98-247 de 1998, onde se reconhece o artesanato de arte como eixo independente das ocupações artesanais e os setores de fabricação. Para o ano 2003 apresenta-se a lista de ofícios de arte que vai definir a mudança da compreensão entre o setor artesanal nas quatro categorias tradicionais de Edificação, Fabricação, Serviços e Alimentação, para uma quinta ou forma independente do artesanal, é a produção de ofícios de arte, os ofícios se diferenciam em 19 domínios e 217 ofícios (ver capítulo 2).

Por outro lado, a forma de identificar os agentes dentro deste novo campo de produção ou setor econômico gera a diferenciação entre posições sociais, econômicas e culturais tanto no que corresponde à condição de sua produção técnica, como de seu reconhecimento dentro do setor ou “capital social”. Para Anne Jourdain (2014), pode diferenciar-se a tipologia do setor de ofícios de arte em quatro categorias: Fabricantes (de reconhecimento local e produção artesanal), artesãos de elite (de reconhecimento nacional e internacional e produção artesanal), Artistas de renome (reputação nacional e internacional, e produção artística), e por ultimo, as criadoras artísticas ou *créatrices* (de reconhecimento local e produção artística) e que pra o caso francês se conforma principalmente de mulheres. Nessa forma de classificação configura-se o panorama do setor de ofícios de arte.

O processo de institucionalização, classificação e organização das ocupações de arte suprimem o termo “*artisanat d’art*” para uma referencia da ocupação como ofício artístico ao *métiers d’art*. Constitui-se para o ano 2010 o Instituto Nacional de Ofícios de Arte (*Institut national des métiers d’art* – INMA) que define seus objetivos na promoção e proteção das atividades de produção criativa e tradicional. Para o ano 2015 redefine-se a classificação de ofícios de arte com uma projeção de maior amplitude e integração de ocupações, ao mudar de 217 a 281 ofícios ou atividades. O processo de institucionalização há permitido concretamente desde os anos noventa gerarem uma transição de autonomia do setor, o que permite também comparar este tipo de atividade com o desenvolvimento e procura da diferenciação das indústrias

criativas ou de institucionalização do artesanato em diferentes países. A integração vertical e horizontal da atividade artesanal pode ser diferenciada no processo de institucionalização e na política sobre artesanato na França.

**QUADRO 4. 2. FEDERAÇÕES E SINDICATOS ATIVOS E ASSOCIADOS À UNMA, FRANÇA, 2016.**

| <b>Union Nationale des Métiers d'Art (UNMA)</b>                                   |                                                                        |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|
| <b>ATIVOS</b>                                                                     | <b>ASSOCIADOS</b>                                                      |
| <b>ATELIERS D'ART DE FRANCE</b>                                                   | INMA (Institut National des Métiers d'Art)                             |
| GNPP (Groupement National des Photographes Professionnels)                        | VMA (Ville et Métiers d'Art)                                           |
| GIL (Groupement Interprofessionnel du Luminaire)                                  | APCMA (Assemblée Permanente des Chambres de Métiers et de l'Artisanat) |
| AFTAB (Association Française pour le Tournage sur Bois)                           |                                                                        |
| 4F (Fédération Française des Feronniers et Forgerons)                             | Les Grands Ateliers de France                                          |
| Chambre Syndicale de l'Ecaille et de l'Ivoire                                     | Un jour un artisan                                                     |
| IFRAM (Institut de Formation et de Recherche pour les Artisanats des Métaux)      | CFA de l'ameublement – La Bonne Graine                                 |
| ONPMV (Organisation Nationale Professionnelle des Maîtres Verriers)               | Association des Ateliers des Maîtres d'Art & de leurs élèves           |
| FMAC (Fédération des Métiers d'Art et de la Création)                             |                                                                        |
| SPEF (Syndicat Professionnel des Émailleurs Français)                             |                                                                        |
| Union Française des Graveurs Ornemanistes sur Pierres                             |                                                                        |
| CNES (Chambre Nationale des Experts Spécialisés en Objets d'Art et de Collection) |                                                                        |
| Association Feutre Art Textile                                                    |                                                                        |
| Chambre Syndicale des Métiers de la Musique                                       |                                                                        |

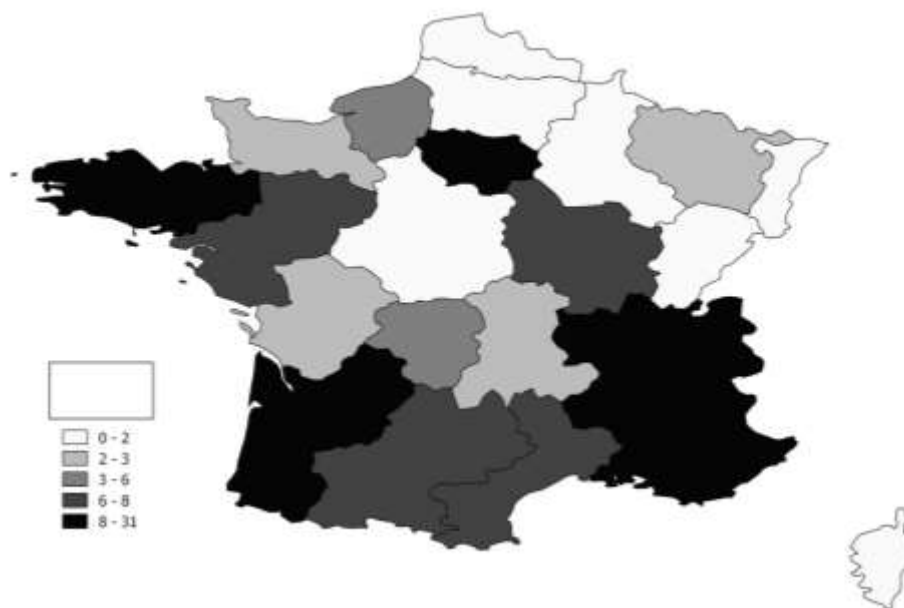
Fonte: UNMA, 2016. Elaborado pelo autor.

O movimento de organização política dos artesãos de arte permitiu a estruturação de uma referencia de artesãos desde a produção patrimonial e artística, principalmente no ano 2012 com a institucionalização da Union Nacional de Ofícios de Arte (*l'Union Nationale des Métiers d'Art*, UNMA), que reúne a diferentes sindicatos e associações no setor de artesãos de arte (Quadro ), entre eles 14 membros ativos e 7 associados. De forma paralela ao processo de formação da UNMA, promove-se diante lei 2016-925 de 7 de julho de 2016 o reconhecimento do setor profissional de ofícios de arte no país, dentro do conjunto de atividades culturais de forma relativamente autônoma do setor artesanal tradicional, onde como artesão-artista se reconhece a qualidade de produtor cultural, com habilidades e capacidades específicas na ocupação.

Dentro da UNMA, pode destacar-se o sindicato de ofícios de arte *Ateliers d'art de France*, que compreende aproximadamente 125 associações, em sua maior parte nos ofícios de

cerâmica e arte têxtil, e se encontra na maior parte de do país. No Mapa 4. 3. se encontra a distribuição das associações deste sindicato na França para o ano 2015.

**MAPA 4. 3.** DISTRIBUIÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DO SINDICATO *ATELIERS D'ART DE FRANCE*, 2015.



Fonte: *Ateliers d'art de France*, 2015.

Elaborado pelo autor. Software: QGIS 2.8.2. Wien.

A maior concentração de associações deste sindicato se encontra na região de Ilhe de France, aproximadamente com 25% das associações, seguido da região de Bretagne com 10% das associações, e compartilham em número Aquitaine, Bourgogne, Provence Alpes (PACA) e Rhone Alpes em 7%. A amostra das associações permite a identificação da forma como se estrutura desde as organizações e associações locais, e sua integração à União de artesãos de arte. Assim, a complexidade da organização política dos ofícios de arte já não tem como referencia a fabricação como setor artesanal tradicional, senão que corresponde a o processo de diferenciação de setores culturais dos laborais, integrados vertical ou horizontalmente ao mercado.

- Cooperativas de artesãos e Economia social na França.

Para entender as formas de associação coletiva dos artesãos, além da organização sindical derivada das formas de integração vertical e horizontal ao trabalho, é dizer, tanto nas formas de

classificação das empresas artesanais e dos ofícios de arte, é possível identificar como diferencia as formas econômicas alternativas ao processo de produção capitalista, especialmente desde a economia social ou solidaria. Embora as formas de organização cooperativa se desenvolvessem desde o século XIX, é especificamente desde a institucionalização e legalização da economia social como parte do processo de transformação das organizações colaborativas nos diferentes setores econômicos no ano 1983 diante lei de 20 de julho, nessa medida constitui-se o *l'Institut de développement de l'économie sociale* (Ides), e *l'union d'économie sociale* (UES), e que definiu em três eixos sua política: no apoio à inovação, a proteção e promoção para o desenvolvimento de economias sociais, e o desenvolvimento local, principalmente nos sistemas de produção local (SOULAGE; HIPSZMAN, 2004).

Não obstante, a organização dos artesãos nesta forma de economia, que se diferencia das formas capitalistas de produção, que tem como finalidade o lucro e a produtividade; a empresa de individual ou de economia privada, que apresenta uma atividade por conta própria e interesses individuais, e da economia pública ou de sociedades públicas que tem como finalidade o bem general da nação, a economia social desenvolve dentro de objetivo comuns dos associados:

L'entreprise d'ESS [Entreprise d'économie sociale et solidaire] est un groupement de personnes associées autour d'un projet. Ces personnes associées acquièrent des moyens économiques et financiers pour réaliser un projet commun. Ce sont essentiellement des coopératives, des mutuelles, des associations. Dans l'entreprise d'économie sociale, la finalité n'est pas de dégager un bénéfice le plus important possible, mais de répondre à des aspirations partagées par plusieurs personnes. L'entreprise doit être rentable, c'est la première condition de sa survie, mais son objet est de produire un bien ou un service pour ses membres. Ces entreprises sont les outils privilégiés du développement social, local et durable. Elles sont dirigées par les personnes associées, c'est-à-dire qui se déclarent en accord avec le projet et l'activité de l'entreprise, dans le cadre d'une assemblée générale. (DRAPERI, 2014, p. 7)

Não obstante, existe uma maior participação de trabalhadores associados nas atividades econômicas nos setores da agricultura e de comércio, uma baixa participação na indústria e no setor artesanal, o que identifica que o escopo principal de desenvolvimento das alternativas em economia social concentra-se nos setores de baixa produtividade ao nível mundial. O número de cooperativas de artesãos na França é de 425 para o ano 2014, e conforma o número de 59.000 associados e trabalhadores, o que representa aproximadamente 7% do total de cooperativas no país (DRAPERI, 2014). Ao mesmo tempo representa um número pouco significativo frente ao total de empresas artesanais nos diferentes setores econômicos, o que não significa que as

empresas e cooperativas não representem formas particulares contextualizadas ao processo de produção e desenvolvimento local.

Precisamente é o processo particular de apropriação de meios de produção socializados em projetos comunitários o que identifica o processo das cooperativas artesanais. As cooperativas artesanais encontram-se integradas ao sistema de classificação e ofícios das empresas artesanais na França, o que implica que as formas de associação cooperativa também constituíam uma divisão entre setores. Assim, as principais cooperativas são: *l'Organisation des Coopératives d'achat des Artisans du Bâtiment* (Orcab), formada desde o ano 1990 como federação, embora sua atividade de agrupação se realizasse desde os anos setenta. Conformada por 7.000 empresas artesanais associadas, 30.000 trabalhadores assalariados, se encontra conformada por 50 cooperativas em 10 departamentos do país. É uma das organizações de economia social artesanal mais representativa, e suas atividades econômicas se encontram: Madeira, Carpintaria, Encanamento, Sanitário, Azulejos, Eletricidade, entre outros.

**TABELA 4. 2. AS COOPERATIVAS ARTESANAIS POR SETOR DE ATIVIDADE NA FRANÇA, ANO 2006.**

|                    |                    | Número de cooperativas | Número de associados, membros. |
|--------------------|--------------------|------------------------|--------------------------------|
| <b>Edificação</b>  | Vendas equipamento | 40                     | 3000                           |
|                    | Construção         | 120                    | 2600                           |
|                    | Outros             | 12                     | NC                             |
| <b>Alimentação</b> | Açougues           | 24                     | 5000                           |
|                    | Padaria e Outros   | 44                     | NC                             |
| <b>Serviços</b>    | Cabelereiro        | 5                      | 30000                          |
|                    | Taxi               | 26                     | NC                             |
|                    | Reparação (autos)  | 15                     | 1500                           |
|                    | Outros             | 24                     | NC                             |
| <b>Fabricação</b>  | Artesãos rurais    | 5                      | 460                            |
|                    | Outros             | 12                     | NC                             |
| Total              |                    | 327                    | 50000                          |

Fonte: AUVOLAT (2008, p. 62)

Outra federação importante na economia social é *Société coopérative des artisans ruraux* (Scar), que embora não seja do mesmo tamanho que a Orcab, apresenta uma tradição de mais de 40 anos, e se encontra constituída por mais de 450 empresas artesanais, que produzem e comercializam equipamentos para o trabalho agrícola. Outra federação de cooperativas artesanais de importância se encontra no setor serviços, como *La Coopérative des artisans coiffeurs* (CAC

Est), a atividade de cabelereiros é de grande relevância nas formas de associação, pois apresenta atividade associativa desde a primeira década do século XX, com aproximadamente 30.000 membros. De forma geral, pode apresentar-se o número de cooperativas artesanais por setor econômico na seguinte Tabela 4. 2.

A situação das cooperativas artesanais ou de artesãos pode ser complexa em referencia às formas de identificação do trabalho artesanal no país, pois afronta problemáticas que não correspondem unicamente ao setor de artesãos senão que reúne diferentes setores e atividades tanto de produção, distribuição e consumo, como na forma de sociabilidade de apoio mutuo o que amplia a perspectiva das empresas ou cooperativas na economia social a cenários mais diversos e que não podem resumir-se numa única atividade. As cooperativas e a economia social e solidaria constitui-se como plataforma de trabalho associado, mas não representa diretamente mudança como projeto político de transição, o que limita as condições e interesses particulares de cada associação.

Nesse sentido, por exemplo, no caso das cooperativas de artesãos nos serviços de transporte podem exemplificar as transições e mobilidades entre as definições e classificações do que é uma cooperativa artesanal e uma pequena e média empresa (PME), dificultando a compreensão e análise das relações tanto dos objetivos econômicos de cada cooperativa, como das possibilidades de crescimento e organização de empresas com maior número, mas que poderiam manter a atividade associada como parte integral das funções dos trabalhadores (JAFFLIN; AUVOLAT, 2008). A definição de cooperativa artesanal ou pequena empresa de trabalho associado pode contribuir a formas de identificação de difícil análise, pois se encontra a tensão entre o que é artesanal o que é pequena empresa e sua relação como economia capitalista ou economia social.

Desta forma, tanto em sua manifestação na produção local com maior ênfase na produção agrícola e de serviço comercial, as empresas artesanais de economia social e solidaria apresentam limites de integração das atividades artesanais, especialmente tendo em conta a grande quantidade de atividades artesanais realizados por trabalhadores independentes, ou autônomos, o que determina o desenvolvimento de atividades agrícolas de base comunal com maior peso na economia social, e identifica às cooperativas artesanais como pequeno grupo de associação alternativa.

#### 4.1.5. FORMAS SOCIAIS E POLÍTICAS DO TRABALHO ARTESANAL NO BRASIL E FRANÇA.

As diferentes formas de organização do trabalho artesanal e das formas de ação coletiva e institucionalização da atividade no Brasil e na França pode gerar no início uma multiplicidade de trajetórias que podem convergir e divergir no espaço e no tempo. Não existe uma linearidade ao descrever de forma geral a relação que se produz entre a forma política e sua institucionalização com o trabalho artesanal. Assim, tanto as **formas sociais**, ações coletivas e práticas interiorizadas de códigos e valores dos agentes sociais, que se reproduzem e consolidam em rotinas para formar instituições que materializam essas práticas, mas não as determina em sua totalidade, o que permite que a contradição e os antagonismos sociais persistam para a formação de novos processos de institucionalização (HIRSCH, 2010, p. 49)

A complexidade da análise do trabalho artesanal pode ser ambígua, tendo em conta que de forma individual, como nos estudos locais, o trabalho artesanal pode manter a identidade e o equilíbrio na conceptualização e classificação desde os agentes em sua prática. Partir dos processos institucionais e programas de governo, também poderia eliminar de fato os antagonismos que o constituem, na medida em que os princípios estruturais ou formas materializadas de classificação e domínio limitam a percepção do conjunto. Nesse sentido, as práticas coletivas -ou formas sociais- e as instituições -ou formas políticas- podem ter base real e material sob o modo de socialização dominante existente.

Assim, todo processo de institucionalização do trabalho artesanal depende das condições e ações sociais que se encontram em oposição e contradição estruturais, e permitem os processos de transformação e reprodução em diferentes contextos e níveis de percepção e objetivação dos agentes. Para obter uma análise deste processo, e identificados com a forma de integração vertical e horizontal ao modo de produção e socialização capitalista, é preciso definir três momentos da relação entre forma política e institucionalização.

- a) No primeiro momento como forma de resistência ao capitalismo, é necessário ter em conta que não todos os processos de organização social historicamente são fundamentados nos modos de socialização capitalista, e que as formas de regulação e institucionalização podem ter relativa autonomia. Assim, tanto as relações de troca de forma material, numa circulação fora do processo de valorização do valor, como os processos de dominação e regulação

podem entender-se de forma diferenciada e conduzem a entender a dinâmica da produção artesanal como parte de uma complexidade de relações simbólicas e materiais que não se reduzem ao modo de socialização capitalista. Este momento da relação de atividades não-capitalistas, tem como conteúdo lutas sociais pela defesa do território e as formas de vida comunitárias dentro do sentido da complexidade interna das relações, e não pode conceber-se a separação ou divisão social e técnica do trabalho num sentido capitalista. As atividades artesanais dentro das econômicas de subsistência ou economias de autogestão integram o conflito político como um todo das relações da organização, e o processo de luta são coletivos na forma como se produz essa forma social.

As formas de institucionalização do trabalho artesanal na relação da forma política das organizações não-capitalistas podem pensar-se em função da capacidade de luta e resistência frente ao modo de socialização capitalista. Além da expressão de uma classe, seja na forma de precariado ou classe trabalhadora, o antagonismo é entre formas de vida, entre as possibilidades dentro e fora do capital, por isso não pode reduzir-se às formas econômicas, mas tampouco se definem como pertencentes totalmente ao Estado, pois a problemática radica que o Estado como forma social especial atinge as contradições dadas pela constituição dessas formas de organização e institucionalização social num período determinado.

Não obstante, pode observar-se que de forma geral tanto na França como no Brasil as atividades de economia social e solidária representam um número pequeno de práticas do total de atividades no setor artesanal em cada país, o que identifica uma existência que em sua condição e características locais pode corresponder a experiências significativas do processo de produção, mas que não é determinada totalmente como parte do setor artesanal e tampouco como parte do setor da economia solidária, onde a produção artesanal se encontra ligada nesta última ao trabalho agrícola rural e está acompanhada das formas de distribuição, comercialização e consumo como eixos de maior desenvolvimento no setor solidário.

Isso permite avaliar a atividade artesanal como parte simbólica e evocativa dos movimentos de produção alternativa ao capital, embora seja precisamente a vulnerabilidade das atividades de baixa tecnologia e especialização o que debilita o processo de crescimento das práticas artesanais para conseguir rentabilidade no curto e médio prazo das empresas. Assim, pode



pensar-se que o problema da resistência ao capitalismo não constitui a base principal das agrupações coletivas e organizações políticas no trabalho artesanal.

- b) Num segundo momento como forma de integração indireta ao capital, pode pensar-se a institucionalização do trabalho artesanal como expressão patrimonial, simbólica e cultural. Neste sentido, as identidades e identificações dos artesãos e do artesanato (ofícios de arte) tem relevância significativa no espaço de luta institucional, a questão do valor de uso dos significados e da propriedade patrimonial sobre a produção desse valor de uso específico, seja uma atividade de serviço ou objeto artesanal, corresponde a um confronto entre as outras formas de organização política institucional, que estejam ou não destinadas ao processo de valorização do valor. É dizer, a institucionalização do artesanato - ou o trabalho de artesanal de arte - como base no valor patrimonial, cultural ou simbólico, é uma entre outras formas de institucionalização do trabalho artesanal. Embora não se designe este processo como totalmente separado das outras formas políticas, si pode conceber-se um processo de institucionalização diferente que termina por materializar os objetivos e regulações da atividade dos artesãos e da produção de artesanato. Entendido assim, a condição de *ser* artesão, é parte da prática política gestada por ações que se institucionalizam e logo se objetivam para ser reproduzidas em condições de regulação e controle definidas por instituições específicas. Não é uma condição natural do ser humano, mas é uma forma específica que se encontra nos processos de institucionalização do trabalho artesanal.

Tanto na França como no Brasil, a forma de institucionalizar o trabalho artesanal baseado na forma cultural e simbólica constitui uma parte significativa do processo de transformação das empresas artesanais na atualidade. Não obstante, existem entre estes países diferenças significativas no peso dos artesãos de produção artística ou de artesanato, frente ao trabalho artesanal em geral ou o setor econômico artesanal. Devido ao processo histórico que define classificações e definições do artesanato no desenvolvimento desigual da industrialização e da divisão do trabalho no mercado nacional no devir do século XX, a situação do trabalho artesanal pode avaliar-se de forma diferente.

Na França o processo da institucionalização do trabalho artesanal é relativamente contemporâneo frente ao processo de organização dos artesãos na integração vertical à

sociedade industrial. Nesse sentido o peso político e de organização é alterno ou é reconhecido como um processo de fragmentação e autonomização dentro do setor artesanal de fabricação. Ao contrário, no Brasil as formas de organização e representação política definem-se principalmente como trabalho de artesanato, e encontram-se como produção patrimonial que procura desde a preservação cultural e a promoção econômica artística uma orientação geral dos processos institucionais no país. Não obstante os trabalhos artesanais de caráter propriamente técnico permanecem fora das organizações representativas e simbólicas do artesanato, e constituem um anexo aos processos industriais e de serviços em geral.

Pode observar-se que nos dos países de estudo a procura por uma identificação cultural e o desenvolvimento do mercado no nível artístico e tradicional permite a construção de agendas de proteção ao patrimônio no saber dos artesãos tradicionais, como na promoção de artistas artesãos que constituem empreendimentos do “novo” artesanato, ou de processos artísticos de maior interdisciplinaridade em gestão e design. Nesse sentido, o trabalho artesanal de produção artística e de artesanato constitui só uma parte das diferentes formas de produção do setor artesanal no país, mas que na literatura acadêmica recebe a maior relevância pela forma de igualização que se produz conforme se amplia as possibilidades de produção artística popular nos diferentes países, e o que corresponde a uma nivelção pelo caráter artístico do que pode entender-se como produção de artesanato no conjunto das economias criativas.

- c) Uma última relação ou momento como forma de integração direta ao capital, é a forma política que procura a institucionalização do trabalho artesanal como uma parte integral da divisão do trabalho no modo de socialização capitalista. A ação individual e coletiva do pequeno capitalista ou do empreendedor é uma figura principal nas condições de institucionalização do trabalho artesanal, pois permite entender de uma melhor forma a condição de institucionalização que sobre o Estado pode adquirir a atividade de produção. As contradições entre as características econômicas e políticas dos indivíduos, seus interesses e suas atividades, permitem olhar o que num primer momento de aparência se resume a confrontos volitivos e singulares, pero que na medida em que se desenvolvem como formas sociais em relação ao movimento do capital como modo dominante de socialização, recebem uma claridade expositiva dada pela condição e posição frente a uma totalidade de relações

políticas e econômicas. O pequeno capitalista ou o microempreendedor individual (MEI) consegue ter uma relação diferente em seus objetivos, frente aos dois momentos anteriores de institucionalização, o que manifesta coerentemente que o Estado permite e regula a luta direta e indireta das diferentes formas de institucionalização.

O desenvolvimento das pequenas empresas e empresas artesanais na França define uma maior quantidade de ocupações dentro de setores integrados ao processo produtivo do país. As formas de organização política apresentam maior ingerência e tradição política no Estado, reconhecendo as possibilidades das confederações em seus interesses econômicos e sociais como setor. A organização sindical nos diferentes ofícios, tendo em conta sua organização de pequenos patrões, empresários e trabalhadores assalariados, constitui uma forma de organização de empresa artesanal que se define principalmente pela quantidade de trabalhadores, embora suas atividades sejam tecnicamente especializadas e o uso de maquinaria a pequena escala não seja contraditório em sua identificação.

Embora as diferenças na classificação das empresas artesanais entre os dois países de estudo neste caso sejam significativas, é possível reconhecer que a atividade de produção de artesanato como pequenas empresas de trabalhadores por conta própria contribuem ao processo de integração direta ao capital, tendo em conta os processos de gestão empresarial, como capitalistas autônomos. A ideia de manter a diferenciação desde a estrutura econômica capitalista como base no reconhecimento dos artesãos, não significa negar as determinações culturais, subjetivas e técnicas na organização do trabalho, ao contrário, é reconhecer a posição dos produtores dentro da base socioeconômica que permite sua produção e reprodução.

A separação dos três momentos como forma de análise de uma integração direta, indireta, ou de resistência ao capital, não implica que as práticas e posições dos artesãos e produtores, tanto como dos consumidores possa ter uma separação claramente definida, as formas de organização das redes de artesãos e as ações coletivas baseiam-se nos interesses grupais e individuais como melhoramento de suas condições de vida, e a satisfação das necessidades. O mecanismo de demarcação de fronteiras entre trabalhadores do mesmo setor de produção e entre setores pode configurar os antagonismos das associações e programas políticos desde as posições na que se localizam os trabalhadores.

Nesse sentido pode pensar-se que não existe propriamente determinismo nos momentos mencionados da relação entre forma social e institucionalização, e se uma serie de mistura de práticas, códigos, interesses, objetivos e formas de reprodução do trabalho que se desenvolvem tanto nos projetos individuais como institucionais, por exemplo, o que expõe Marina Toledo artesã paulistana e integrante da Rede Articulando,

“A Rede Articulando pode e deve fazer parceria com qualquer entidade privada ou pública que queira a valorização do artesão/artesã. Disso não abrimos mão. Vemos o artesanato como um negócio, não como uma relação assistencialista, um hobby ou um “bico”. O artesanato é viável economicamente para quem quer viver de seu ofício, desde que o veja como tal” (Marina Toledo, apud PORTAL ANAPRESS, 2016).

Por outro lado, pode entender-se, por que a frequente referencia ao ser artesão e artesanato, à constante procura pela defesa de direitos sobre uma demarcação específica de atravessadores, comerciantes, produtores em serie, trabalhadores manuais, entre outros; constituem o desenvolvimento de práticas que em sua projeção mais ampla geram diferentes sistemas de institucionalização e promoção do trabalho artesanal. “Parece plausível sugerir que trabalhadores, diante da intensa competição com outros trabalhadores de outros locais, escolham uma estratégia de exclusão, ao passo que é mais provável que classes trabalhadoras emergentes, excluídas de contratos sociais em vigor, tentem contestar e romper fronteiras existentes” (SILVER, 2005, p. 39).

Desta forma, não é propriamente a classificação do trabalho artesanal produto da visão do que é ou dever ser o artesanato na essência de suas características funcionais, senão que são os antagonismos sociais os que definem as condições de grupos, organizações e instituições que reproduzem diante seus interesses a forma como se desenvolve o trabalho artesanal no país. Não obstante, tendo em conta que as condições de produção entre a relação da forma social e forma política num espaço social são definidas pelas características dos integrantes e seus conflitos sociais, é possível definir essa trajetória histórica da relação frente a outras trajetórias que são constituídas em outros contextos e derivam de processos sociais que podem divergir da situação brasileira ou francesa, gerando assim suspeita dos estudos que antepõem a teoria à realidade histórica.

#### 4.2. CONFLITO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS NO TRABALHO ARTESANAL.

O objetivo desta parte do capítulo é realizar uma abertura ao debate sobre a reflexão do trabalho artesanal frente ao conflito social e os movimentos sociais. Pode entender-se mais como uma introdução na forma de ensaio que como resultado definitivo da análise do processo de luta política do movimento dos trabalhadores. Nesse sentido, a reflexão é considerada como uma **provocação teórica** que permita entender o trabalho artesanal em suas possibilidades e limites nas sociedades contemporâneas, as problemáticas sobre a unidade e fragmentação da classe, tanto como pela delimitação dos escopos que nas diferentes formas de organização histórica dos artesãos se encontram possíveis de reflexão ao nível teórico. Da mesma forma, utiliza-se o conceito de conflito social e não precisamente de luta de classes, pois este último é só uma parte da generalidade de conflitos que atravessam a realidade do setor artesanal.

Parte-se da ideia que é o conflito social a base das formas de organização coletiva num tempo determinado, são as relações de força entre diferentes grupos de características econômicas, políticas e culturais diversas. O conflito social pode entender-se como o antagonismo entre grupos ou coletividades que se enfrentam por interesses ou objetivos específicos num espaço comum que permite a relação social. Os conflitos sociais são determinados por suas condições objetivas e subjetivas dos sujeitos, por estar inscritos numa realidade ampla que os envolve, que pode ser formalmente institucionalizada ou ser produto circunstancial e singular (TEJERINA, 1991). Por conflito social entendem-se tanto os antagonismos culturais como a luta de classes dentro de uma determinada sociedade, a situação do surgimento de cada conflito depende do grau das relações de força entre os grupos conflitantes e das características dos objetivos e dos sujeitos.

Não obstante, na relação cultura e conflito, é preciso entender que as “identidades” quando deixam sua condição de relação social e se define como condição “natural” (seja do tipo de raça, etnia, religião, etc.) perde a condição de espaço comum de debate e predomina a ideia de discriminação e rechaço ao *Outro*, porque não constitui elemento de negociação, ao contrário define-se por imposição de formas políticas de exclusão. Nesse sentido a ideia de conflito étnico e racial é contestável frente às condições de conflito social, pois “*en este caso, o por lo menos en el de las democracias, el ‘conflicto’ no es ‘racial’, no se da entre ‘razas’ o ‘etnias’, opone más bien a aquellos que pretenden acabar con el racismo y con las discriminaciones a aquellos que toleran, aceptan o se aprovechan de estas situaciones.*” (WIEVIORKA, 2010, p. 5)

Assim a luta de classes como antagonismo econômico faz parte de uma forma histórica dos conflitos sociais que se desenvolvem nos estados e sociedades. Não existe, então, um movimento mecânico das relações de classe, senão que é a classe o produto do conflito social que permite a atualização nos contextos particulares das *posições, situações e tomas de posição* de cada sujeito numa totalidade ou ordem hegemônica.<sup>76</sup> A categoria de conflito social e luta de classes considera-se como parte fundamental das formas sociais que se constituem e institucionalizam na prática cotidiana dos indivíduos, em suas formas de ser e representar-se. Assim, o tipo de práticas cotidianas em função de soluções a necessidades políticas e sociais corresponde-se também na análise de ações coletivas que mobilizam objetivos comuns.

A **ação coletiva** pode entender-se como a forma de mobilização dos indivíduos ou grupos sociais com interesses comuns, e no caso do conflito social, a ação coletiva realiza-se frente a outros grupos antagônicos a seus interesses ou grupos dominantes numa totalidade ou ordem histórica. Desta forma, o problema aqui não é propriamente a ação individual como objeto teórico de análise; por exemplo, a abstração do processo do artesão no talher e sua condição de produtor racional ou “tradicional” numa finalidade derivada da ocupação. O que se quer analisar é, ao contrário, a forma como a situação do artesão no talher é parte da resposta individual, social, econômica e política (por ação positiva, negativa ou omissão) dos sujeitos frente a uma ordem estrutural (hegemônica), ou frente a outros grupos em interdependência cooperada (Associação) ou contrária (Conflito).

Assim, se a formação do setor artesanal considera-se como resultado do processo histórico de institucionalização em constante mudança pelas formas sociais e políticas que o definem, é possível entender que a análise e definição de uma “tipologia” de artesãos não são dadas como uma forma abstrata e independente do processo de produção dominante e da ideologia política que classifica e define as características do trabalho em cada país, pelo contrário, é uma forma multidimensional que pode ter diferentes posições nas quais os artesãos com os suficientes recursos (culturais, econômicos, sociais, de tempo e espaço) podem mobilizar-se tendo em conta seus interesses e níveis de organização.

---

<sup>76</sup> “La clase no se define por su situación en las relaciones capitalistas de producción, sino que se hace a partir de ellas. No es pues un grupo sociológicamente constituido, ni tampoco es un “reflejo” o una “respuesta automática” ante su posición. Es en buena parte su propia creación: de formas organizativas, de vínculos sociales, de una entera cultura política. [...] Hay lucha de clases viene a decir aquí Castoriadis. *Y es la lucha de clases la que crea las clases, no al revés.*” (FERNÁNDEZ-SAVATER, 2018)

A ação coletiva pode ser parte do processo de produção e reprodução do sistema de relações dominantes por parte de um grupo social, onde se procura obter de forma cooperada a satisfação de necessidades; ou a ação coletiva pode ser uma mobilização organizada frente a outro grupo social pela direção histórica de uma coletividade concreta, nesse sentido se fala de **movimento social** (TOURAINÉ, 2006). Não toda ação coletiva pode ser um movimento social, embora todo movimento social encontra-se constituído de ações coletivas organizadas para uma finalidade histórica comum. De forma geral, as sociedades se autoproduzem de forma conflitiva entre diferentes grupos ou classes sociais, a omissão, supressão ou negação do conflito não define consequentemente a ideia de equilíbrio ou estabilidade, senão que se omite deliberadamente (ao não) a correlação de forças dos diferentes grupos sociais num período histórico.

Assim, é desde a ideia de movimento social que pode definir-se a situação do trabalho artesanal nas formas de relação entre outros grupos ou formas de organização. A posição social dos artesãos só pode ser definida em função do conflito ativo ou latente, do qual constituem ou se definem. Para sistematizar o movimento, Alain Touraine (2006) define que para que exista uma afirmação da ação coletiva e do movimento social se requiere de uma relação com Outro, e relacionado em um contexto ou totalidade social temporal e historicamente determinada. O movimento social funciona então sobre três princípios: Identidade, Oposição e Totalidade (IOT).

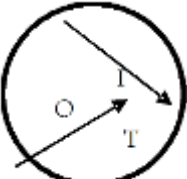
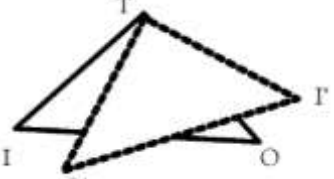
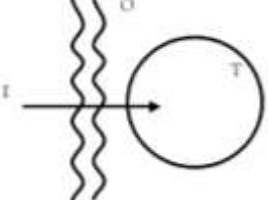
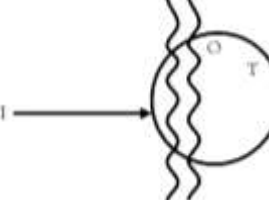
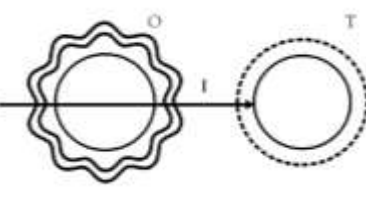
O princípio de identidade, que é o reconhecimento de um “nós”, a procura por uma definição subjetiva da posição num espaço social e político que é o instrumento social fundante da relação coletiva, a sociabilidade como base da relação entre os indivíduos. O princípio de oposição, é a referencia entre os sujeitos e seu oposto, sejam sujeitos (outros grupos com interesses num mesmo objetivo) ou ideias (modo de produção, crenças, práticas culturais, etc.). A oposição é fundamental para entender o sentido e estratégias de mobilidade e ação, pois o movimento social é “*la conducta colectiva organizada de un actor luchando contra su adversario por la dirección social de la historicidad en una colectividad concreta*” (TOURAINÉ, 2006, p. 255). O princípio de totalidade, conforma a universalidade concreta temporal e espacial pela qual existe uma luta, é uma ordem social hegemônica.

Estes três princípios se constituem de um *enjeu* ou objetivo historicamente definido pelos agentes dentro do espaço social. O objetivo pode definir-se historicamente pelas relações de produção ou pelas relações de reprodução. Em outras palavras, quando os objetivos consistem no

desenvolvimento de ações para mudar as condições de classe, pode falar-se de **movimento social** dentro da luta de classes, e quando os objetivos não consistem em mudar as condições de classe senão sua posição e reivindicação - relações de reprodução social -, pode falar-se de **movimento cultural**. A situação dentro do modo de socialização capitalista é fundamental para entender as diferenciações entre lutas de classe e os movimentos modernizantes baseados na cultura. Embora os tipos de movimentos possam ser classificados de forma diferente, tanto pelos objetivos e demandas particulares, sejam de questão urbana, saúde, de direito, sindicais, religiosas, etc. (GOHN, 2011)

O grau da relação dos três princípios (I-O-T) define se possuem capacidade de ação forte, se se encontram integrados; e capacidade de ação débil, se se encontram desunidos. Assim, para obter uma luta social se precisa de uma relação forte e organizada dos grupos sociais, o que define uma característica que requer alto tempo e nível de participação dos integrantes. Frente ao sentido do conflito tendo em conta os três princípios, podem existir **lutas afirmativas**, mantendo a ordem social e procurando mobilidade dentro dela, ou podem ser **lutas críticas**, que procuram como projeto a mudança da totalidade histórica. Estas lutas podem desenvolver-se em diferentes níveis: o nível organizacional, o nível institucional e o nível de historicidade. No seguinte Quadro 4.3. podem resumir-se as possibilidades de lutas definidas por Alain Touraine:

**QUADRO 4. 3. TIPOS DE LUTAS SOCIAIS PELO NÍVEL ORGANIZACIONAL, INSTITUCIONAL E DE HISTORICIDADE.**

|                          | Nível organizacional                                                                                             | Nível institucional                                                                                                 | Nível de historicidade                                                                                               |
|--------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Lutas afirmativas</b> |  <p>Reivindicações (A)</p>    |  <p>Pressões Políticas (B)</p>  |  <p>Movimento social (C)</p>    |
| <b>Lutas críticas</b>    |  <p>Conduas de crises (D)</p> |  <p>Conduas de bloqueio (E)</p> |  <p>Ação revolucionaria (F)</p> |

Fonte: TOURAINE (2006, pp. 262 – 267). Elaborado pelo autor. Siglas = I: grupo de identidade; O: grupo oposto ou contrário; T: organização coletiva ou Totalidade.



Tendo em conta cada tipo de luta social, podem relacionar-se as formas de organização política artesanal com as formas de projeto ou luta que poderiam representar, tendo em conta as condições e características que definem o setor em cada país. A classificação das lutas é uma abstração das posições, e não quer dizer que necessariamente dentro do trabalho artesanal e o setor artesanal em geral exista cada tipo e nível de luta. Não obstante, de forma geral pode reconhecer-se que as formas de organização do trabalho artesanal, constituem principalmente lutas afirmativas dentro do modo de socialização e produção capitalista, assim a análise de lutas críticas se considera de forma exemplar ou pode utilizar-se exemplos históricos.

No âmbito das lutas afirmativas, o nível organizacional (A) consiste na luta pela melhor posição dos agentes numa organização hierarquizada, neste sentido luta-se pelas formas de reivindicação dos artesãos pela posição social e econômica. A figura apresenta o círculo T que define a organização hierárquica, (por exemplo: fábrica, governo municipal), e dentro dele uma posição dominante O, e uma seta que indica o movimento de reivindicação frente ao oposto por parte de I. O processo de reivindicação pode analisar-se nas diferentes associações e coletividades que procuram diante ações coletivas nos municípios o desenvolvimento de ações de proteção ao patrimônio de artesãos reconhecidos frente a comerciantes e atravessadores nos espaços de comercialização.

O espaço de luta principal dos artesãos produtores, que definem sua identidade (I) como forma cultural, política e técnica separada de outras formas de produção manual, permite que seja antagônico a outros grupos de trabalhadores como comerciantes e produtores manuais não-artesãos. Isso implica a reivindicação dos produtores aos espaços e recursos do governo municipal ou estadual, de forma que não se pretende mudar em si a organização política e econômica do município, neste caso, senão a forma como se reivindicam direitos políticos e econômicos por serem artesãos e artesãs. Este nível de luta afirmativa é o mais comum em função das características do trabalho de artesanato como produtores autônomos e associações locais de produtores. Embora as lutas afirmativas deste tipo não sejam diretamente um projeto maior de transformação como movimento social, elas constituem uma base fundamental para o desenvolvimento de mudanças institucionais e históricas, pois todo movimento social deve ter como base lutas reivindicativas.

Também pode representar-se como o tipo de reivindicações dentro das empresas por parte dos trabalhadores, nas mudanças das formas de controle e pelas lutas salariais, entre outras. Nesse sentido deve existir uma forma de reivindicação dos trabalhadores no interior das empresas artesanais numa posição hierárquica dos empregados e empregadores. Por outro lado, as reivindicações dentro da organização ou ordem podem desvirtuar processos de reivindicação de outras identidades e necessidades das que correspondem o trabalho de artesanato. Por exemplo, as formas de organização e reivindicação do trabalho artesanal consegue opacar a luta dos direitos indígenas como formas de identidade mais ampla, pois as reivindicações pelo apoio ao mercado artesanal nestas comunidades não reivindica diretamente os direitos mais necessários da população. Assim, para Fábio Marquesan (2013) no estudo da população indígena Mbyá-Guarani no Rio Grande do Sul - Brasil, encontrando as diferentes contradições entre o desenvolvimento de políticas para a promoção do mercado de artesanato e as necessidades de maior propriedade na terra para sua supervivência.

A renda obtida por médio da venda de artesanato não permite que se vá além da sobrevivência de grupos ou comunidades que vivem nos acampamentos de beira de estrada. É por isso que a solução consensual de incentivo ao artesanato é falha na medida em que, ao contrário de uma política de concessão de terras, não permite a sustentabilidades dos povos ameríndios. Trata-se de um paliativo, uma *tapadera* que encobre o verdadeiro problema indígena: a falta de terras amplas e adequadas à expressão dos seus modos de vida específicos. (MARQUESAN, 2013, p. 121)

Isso não quer dizer que seja oposta a reivindicação de políticas de promoção do mercado de artesanato com as necessidades de propriedade de terra, o que se verifica é as diferentes formas de reivindicação por direitos que não constituem unidade de objetivos e ações, ainda sejam pertencentes ao mesmo grupo social. Nesse sentido o objetivo da mobilização e da luta depende das necessidades contextualizadas de cada grupo ou população, e não podem ser integradas totalmente pela contradição de classe.

No nível institucional das lutas afirmativas (B), onde os atores sociais de um determinado grupo (I) intentam obter influencia na tomada de decisões dentro dos limites histórico culturais e os limites de dominação de classe, ação que não deslegitima a ordem estabelecida senão que intenta influenciar. Na gráfica (B) as setas se projetam fora da organização (T) porque as ações no dependem ou se situam dentro do campo institucional. Existem grupos de pressão (I-O) que intentam modificar as regras da ordem institucional e afetam a outros setores. O melhor exemplo

desta ação coletiva é o realizado pelos sindicatos e confederações de artesãos, que logram modificar as políticas públicas para uma melhor situação e posição econômica e social. Exige-se de uma organização consistente e estável para o desenvolvimento de ações institucionais.

O recurso principal das organizações federadas de artesãos, neste caso, é o *lobbying*. São grupos de interesse ou pressão que tem possibilidade institucional de representar setores civis e privados, com a finalidade de obter benefícios legais e estatais para a organização das políticas do país, sendo uma atividade histórica e tradicional nos Estados (CALDEVILLA; XIFRA, 2013). O desenvolvimento das organizações políticas de artesãos na França permite definir claramente a participação e influência dos pequenos empresários artesanais na tomada de decisões na organização tributária e o mercado nacional em geral. Ao longo do século XX, os pequenos artesãos e comerciantes participaram da influência no Estado para obter uma constante reestruturação legal do mercado artesanal e a possibilidade de participar da luta pelos benefícios tributários no país. É notável, por exemplo, tanto a participação da CGAF nos governos de entre guerras na França, como no governo de Vichy, também o movimento reacionário poujadista (liderado por Pierre Poujade) nos anos cinquenta, como o desenvolvimento de sindicatos de artesãos de arte na formação e separação das ocupações de arte e sua própria legislação nos últimos anos.

O desenvolvimento das pressões políticas institucionais também se apresenta no Brasil, no exemplo da CNARS, onde se procurou pela organização do setor artesanal do país, em função de participar desde os representantes políticos do partido dos trabalhadores (PT) para o desenvolvimento da lei do artesão e a correspondente procura pelas políticas públicas específicas do setor. Precisava-se, então, de uma organização sindical forte para obter influência política no Estado e definir as características do setor de artesanato no país. Essas formas de luta são afirmativas, pois não produzem mudanças estruturais senão que definem dentro da ordem política, mudanças internas na relação de forças, e influência na tomada de decisões. O que constitui propriamente forças dos setores e categorias laborais na definição de sua situação social e política institucional.

Como movimento social, na situação de luta afirmativa no nível de historicidade (C), a situação é muito mais complexa, pois se define pela condição de um ou vários grupos e coletividades (I - I') que lutam com outro grupo ou grupos sociais (O - O') pelo controle geral da

organização (T), a finalidade não é influir ou persuadir na organização senão definir e controlar a totalidade institucional. Este tipo de ação coletiva, como movimento social em geral precisa de diferentes grupos (I) para poder manter uma força suficiente para procurar mudanças no controle do governo ou da instituição política governamental. Assim, as ações dos artesãos, em suas organizações coletivas, participam dentro de diferentes movimentos ou grupos para uma finalidade comum. Na política democrática moderna, este tipo de ações dos artesãos pode observar-se na contribuição política direta ou indireta na eleição partidária do governo. Tanto na política reacionária que pode apoiar o governo conservador ou de direita, como os grupos populares de pressão na política de esquerda, dependendo da posição e integração ideológica e participativa.

Neste sentido o sujeito já não se define pela posição de classe unicamente, senão como participação e identificação de cidadania em democracia como pode observar-se o sujeito dos movimentos sociais, pois *“La democracia no es únicamente un conjunto de garantías institucionales, una libertad negativa. Es la lucha de unos sujetos, en su cultura y su libertad, contra la lógica dominadora de los sistemas”* (TOURAINE, 2001, p. 22) Os movimentos sociais consideram-se assim como parte de uma transformação econômica, social e política da organização dos Estados. O que depende da análise não da identificação dos artesãos como subjetividade principal no processo do desenvolvimento das ações coletivas do tipo histórico, senão que dependem da relação de diversas subjetividades e posições no conjunto da sociedade civil.

O tipo de movimento social histórico dos artesãos de maior representação foi no processo do desenvolvimento da sociedade industrial no século XVIII e XIX, na formação do modo de produção capitalista como modo de produção dominante e as mudanças mundiais na forma de domínio e controle da produção, o que permitiu no ocidente gerar fortes protestas dos artesãos e a grande fabrica e maquinaria. Nesse sentido pode analisar-se o movimento social dos artesãos, porque como categoria social tinham condições históricas dentro da totalidade concreta desse tempo para exercer uma luta econômica e política em sua identidade. Nesse sentido sua participação política como categoria social e política no movimento social dependia da formação da classe, e da configuração da luta contra os grandes capitais. Não obstante este processo não é

definido como de ação revolucionária, pois não é a procura pela mudança das formas de produção senão pelo poder sobre o sistema social de produção e reprodução até o momento.

Dentro das lutas críticas, a forma de luta organizacional nas condutas de crises (D) é a mais relacionada ao processo de produção do setor artesanal. No nível de organização e luta de associações e coletivos, as condutas de crises definem-se como as ações para a defesa da posição dos grupos dentro do campo institucional, e a proteção a ameaça da destruição da ordem ou de as instituições tradicionais. O adversário (O) é um obstáculo, mais que o contrário ou inimigo, e agencia na separação dos agentes ou grupo (I) da organização ou instituição (T). Nesse sentido, pode definir-se no nível de organização a luta entre o artesanato tradicional, o industriário e o artesanato contemporâneo. Pode entender-se como a forma de resistência nas mudanças técnicas e narrativas do que é “artesanato”, que para o caso de Brasil, e pode estender-se à situação de latino américa, na relação de aqueles que dentro do campo dominam o significado e representação do artesanal e os novos produtores que podem mudar as regras do jogo no uso das narrativas no espaço social, econômico e político.

Assim, para o desenvolvimento do trabalho artesanal, as lutas de crise se realizam no processo de mudanças estruturais que mudam as condições e posições dos artesãos como agentes do campo institucional de produção cultural. Estas formas de luta são tanto de produção como de reprodução, a primeira que apresenta o conflito na comercialização dos produtos e serviços artesanais no mercado, obrigando aos artesãos a competir entre produtores pela totalidade do mercado local e regional. No caso da reprodução cultural, apresenta o conflito nas formas de distinção social da categoria, o que permite a mobilização dos artesãos frente ao bloqueio que gera o desenvolvimento da produção industrializada (industriário) e especializada (Design). Isto é o que Pierre Bourdieu (2007) define como luta dentro do campo pela ortodoxia cultural dos dominadores no campo de bens simbólicos,

Todas as relações que os agentes de produção, de reprodução e de difusão, podem estabelecer entre eles ou com as instituições específicas (bem com a relação que mantêm com sua própria obra), são mediadas pela estrutura das relações entre as instâncias com pretensões a exercer uma autoridade propriamente cultural (ainda que em nome de princípios de legitimação diferentes). Destarte, *esta estrutura das relações de força simbólica* exprime-se, em um dado momento do tempo, por intermédio de uma determinada *hierarquia das áreas, das obras e das competências legítimas*. (BOURDIEU, 2007, p. 118)

Neste sentido, as lutas se baseiam no poder que confere aos artesãos sua legitimidade como produtores dentro do campo, mas é uma força de reação contra as mudanças e perda dos valores e costumes que permitem a produção do artesanato. A dificuldade neste sentido é o tipo de lutas contextualizadas no poder que os próprios artesãos permitem em sua ortodoxia como produtores culturais singulares, tentando estabelecer como centro a hierarquia de eles frente a os novos processos de produção, de comercialização e de difusão. Por isso, mas que a legalidade do processo como parte institucional, e sua legitimidade como parte de uma ordem que se pretende transhistórica, nesse sentido pode entender-se que a narrativa utilizada para definir o artesanato como parte fundamental da vida e da produção da humanidade é o fundamento do valor que gera a necessidade da subsistência frente a outras formas de produção.

O bloqueio principal (O) neste caso, o que gera a crise é a transformação do mercado laboral, o crescimento de profissionais nas artes e design, e o fortalecimento do empreendedorismo na produção manual diante difusão de cursos e talheres nos diferentes meios de comunicação. Isto gera uma notável perda do poder econômico da produção artesanal e gera uma ameaça direta ao centro simbólico dos artesãos no campo de produção institucional. O problema, então, mas que a luta na produção pelos diferentes concorrentes, é o centro do poder simbólico da produção que define a importância da produção cultural artesanal. Esse centro de disputa gera a necessidade da propriedade privada do produto e do território, o que define a marca e a indicação geográfica (Ver capítulo 3).

Por ultimo, nas lutas de crises no nível institucional (E) e de historicidade (F), não existe uma referencia direta com o setor artesanal. A ação de bloqueio ou condutas de bloqueio refere-se a situações de controle político de um grupo (O) que utiliza o mecanismo de força para excluir a mudança institucional (T), por parte de um grupo (I). Estas formas de representação das crises e lutas são violentas em sua maioria, existe o uso de mecanismos militares e armamentistas para o bloqueio dos aspirantes ao poder (I). Nesse sentido não é parte de uma relação com a categoria econômica, neste caso do trabalho artesanal, senão que faz parte de movimento mais amplos que excedem a relação e finalidade desta pesquisa.

A ação revolucionaria é outro ponto de controvérsia para seu desenvolvimento neste campo. De forma geral a ação revolucionaria indica que um grupo ou classe específica (I) intenta quebrantar como projeto um sistema de dominação (O) para a realização de um novo sistema de

relações (T), neste sentido fala-se melhor de uma luta de classes, e os artesãos, tanto a classe média em geral, não gera por si mesma um projeto de transformação da totalidade concreta como eixo de sua mobilização. Sobre este assunto não deve ser válida unicamente a teoria marxista de classes, que analiticamente define a impossibilidade da classe média de decidir as transformações na totalidade concreta no sistema de dominação capitalista, senão também o desenvolvimento que dentro do setor artesanal como construto social e econômico hão gerado nos diferentes países e que confirma sua notável inclinação pela luta afirmativa da ordem hegemônica. Por outro lado, o desenvolvimento deste tipo de transformações, de ações revolucionárias, é possível medirem-se só nos diferentes processos de mudanças estruturais nos distintos países e Estados atendendo a complexidades históricas e econômicas (SKOCPOL, 1984).

De forma geral, as lutas afirmativas dos artesãos conduzem aos processos de movimentos modernizantes ou movimentos culturais, que definem os conflitos entre diferentes grupos pela ordem estabelecida, mas não propõem diretamente uma transformação total. Além, as condições dos movimentos não são permanentes, é conduzem a “ciclos” ou ondas que exercem representatividade política pela ação coletiva dos sujeitos constituintes, dependem, então, de sua prática e realização, deixando como resultado duas consequências que define Touraine: *“Cuando las relaciones se institucionalizan, los movimientos sociales se degradan en presión política [...] Cuando las relaciones de reproducción pesan sobre las relaciones de producción, los movimientos sociales son ampliamente recubiertos por los movimientos modernizadores.”* (TOURAINÉ, 2006, p. 277)

A primeira significa que a prática e os códigos institucionalizados gerados por movimentos institucionais terminam por voltar às problemáticas do nível organizacional, à relação de pressão política dentro das instituições, o que no caso do trabalho artesanal é visível na forma como as definições e classificações que correspondam a agentes diversos, institucionalizando-se fecham a categoria e a prática e cristalizam as relações frente a outro tipo de produtores, o que determina o “enjeu” ou objetivo material e simbólico que define as relações dentro do setor artesanal. Como resultado os movimentos sociais que formaram a categoria no século XX, termina por definir problemáticas reivindicativas e de pressão.

A segunda consequência é a clara delimitação das lutas afirmativas que correspondem aos problemas de reprodução, suprimindo os movimentos culturais ou modernizantes aos

movimentos sociais, e limitando sua participação no conjunto de estrutura social e econômica. Existe, assim, uma clara limitação do desenvolvimento das formas políticas do trabalho artesanal como forma de organização dos movimentos sociais. O caso da Economia social e solidária (ESS) é fundamental para exemplificar o assunto. Nos dois países de estudo a participação de artesãos em movimentos e práticas com projetos que podem constituir-se como alternativos ao sistema social dominante não representam a totalidade do setor artesanal em cada país e tampouco representam uma parte representativa do setor das empresas sociais e solidárias. De forma contrária, a institucionalização do setor artesanal corresponde a uma parte de lutas afirmativas modernizantes que valoram a atividade como patrimônio cultural diante o processo de institucionalização realizado nos últimos anos no Brasil, e na estrutura das empresas artesanais no setor produtivo desde o século passado na França.

Por ultimo, o desenvolvimento da utopia da figura do artesão como símbolo em ação, que permite a força do reconhecimento das habilidades e vocações no ofício, para um saber (ser) fazer com qualidade e com valor estético e ético, pode constituir parte do processo não só do ser artesão senão da capacidade dos seres humanos como figuras representativas da experiência na produção social. É isso o que o pragmatismo apresenta na ideia do trabalho artesanal (MILLS, 1979, 2009; SENNET, 2009) e que pode constituir o centro simbólico ao falar-se de artesanal, nesse sentido é parte do necessário para o desenvolvimento narrativo e simbólico nas lutas sociais, mas que podem constituir-se como símbolos narrativos de valor literário-filosófico e não propriamente como parte do desenvolvimento histórico e social dos artesãos como se expõe neste estudo.

Em síntese, as ações coletivas que constituem a relação da forma social e a forma política, no desenvolvimento do trabalho artesanal, derivam de diferentes situações, em maior medida de caráter reivindicativo e reacionário, o que não significa que sejam de caráter negativo senão que ao estar em contexto com outros setores e formas de vida, a complexidade resume-se principalmente no espaço do local. A possibilidade que este setor possa representar outras formas de luta que definam sua posição frente a projetos históricos como foi realizado no século XIX depende de transformações internas e externas na composição simbólica e material do campo frente a seu contexto. Como afirma Luiz Inácio Gaiger (2003, p. 201) resume-se em apropriar as forças produtivas herdadas, melhorar sua capacidade de controle do consumo da população, e



fortalecer o desenvolvimento político e participativo das bases sociais. Em geral, este processo é tanto econômico (o controle da produção dos bens de produção), técnico (a especialização do saber científico e artístico), e político (no fortalecimento democrático frente à totalidade histórica e não simplesmente ao setor laboral, o que implica a unidade e não a fragmentação de classe).

## CONCLUSÕES

Pode-se iniciar a reflexão geral do trabalho de pesquisa expondo algumas considerações gerais, e na sequencia definir a relação entre os achados e os objetivos. De forma geral a pesquisa não intenta reproduzir o debate dos estudos culturais sobre o artesanato em América Latina, nesse sentido não se limita a definição de trabalho artesanal ao artesanato, e é isso o que se procura especificar no segundo capítulo. Por isso, muitas das aproximações realizadas na análise do setor entre os dois países podem estar em função de classificações e definições que compartilham o técnico, simbólico e social. O que têm de diferente a forma de análise internacional é encontrar que as trajetórias de institucionalização se encontram limitadas a sistemas de representação que reproduzem uma forma de classificação específica, e que num principio esta formas de institucionalização reproduzem os limites dos estudos acadêmicos.

De tal modo, não existe diretamente uma relação do “estado da arte”, como parte da pesquisa, embora esse trabalho fosse realizado em trabalhos anteriores (VEGA, 2015), senão que, ao contrario, o que intenta analisar-se é a própria forma de considerar historicamente as definições e representações do artesanal, sua relação com as condições de organização social e econômica em cada país. Assim, a metodologia de listar os trabalhos anteriores, como “historia das ideias”, não é pertinente aqui se não se realiza primeiro uma constituição social do setor e das representações que delimitam o campo de estudo. As trajetórias de organização social do campo artesanal nos diferentes países e regiões podem divergir e convergir num olhar mais abrangente no desenvolvimento do capital como eixo principal de organização social e econômica, por isso nesta pesquisa mais que o “estado do conhecimento”, como sistema de representação e de valores em cada país, é a crítica sobre a produção e reprodução do setor artesanal no movimento global do capital.

Nesse sentido, uma das dificuldades na pesquisa se encontrou em manter a análise fora do sistema dominante de representação em cada país. Por exemplo, na França na definição de trabalho artesanal e empresa artesanal, e no Brasil a ideia de artesão e artesanato; o que dificulta o tratamento dos dados e da reflexão continua sobre cada processo. Não obstante, ao entender que existem atualmente trajetórias de convergência entre esses dois países, no artesanato e os *metiers d’art*, é preciso entender também sua divergência na organização do trabalho para compreender

os limites e possibilidades da atividade artesanal. É possível entender que as problemáticas singulares em seus contextos históricos concretos não fossem expostas detalhadamente, mas deve lembrar-se que esta pesquisa tem como objetivo por em relação o trabalho artesanal e o desenvolvimento do capital como processo histórico amplo, e que nesse sentido não pode desenvolver-se aqui a especificidade que possuem os estudos culturais na relação de práticas sociais.

Não obstante, no método do materialismo histórico, a base da pesquisa não é o indivíduo em sua singularidade senão a totalidade que se produz dentro do sistema dominante do modo de produção (MARX, 2011, p. 144). Nesse sentido deve entender-se que a pesquisa no intentou equiparar os sistemas do valor de forma abstrata, forçando uma tradução formal das atividades, senão que de forma concreta se utiliza o desenvolvimento desigual do capital como denominador comum das trajetórias de institucionalização do trabalho artesanal. Logicamente, muitas das questões em debate nos estudos culturais não são apresentadas aqui. Deve entender-se que esta pesquisa é uma reflexão crítica sobre a problemática da globalização dos estudos sociais do trabalho artesanal, e é nessa dimensão internacional como deve ser analisada. A teoria marxista é nesse sentido teórica e politicamente internacionalista.

A relação dos capítulos em sua dimensão histórica, geográfica e social é fundamental para entender a análise como uma crítica interdisciplinar entre as formas de constituição do setor em cada país. Pode entender-se que no capítulo 2, a intencionalidade é representar formas de ampliar o debate sobre o artesanal em condições socioeconômicas diferentes, não pretende ser uma explicação detalhada do processo, mas intenta especificar caminhos de pesquisa sobre as diferentes formas em que pode interpretar-se e medir-se a situação do setor. Por isso, as subjetividades que giram em relação ao artesanal podem manter-se numa “suspensão reflexiva”, tendo em conta a fenomenologia de Husserl (AGUIRRE, 2014), isto com a finalidade de observar possíveis formas de análise que não dependem do saber instituído, e que procuram ampliar os espaços de análise do artesanal como eixo de estudo social.

É precisamente a finalidade de afastar-se relativamente do problema da subjetividade para o problema da análise entre diferentes sistemas de representação o que permite que exista uma explicação espacial no capítulo 3 utilizando dados de diferentes conjuntos de ofícios e ocupações em cada país. Assim, não se subestima, para o caso do Brasil principalmente, as diferenças na

produção de artesanato, mas o que se quer apresentar é o sistema de códigos que podem manter a reprodução da atividade produtiva; noutras palavras, é a crítica da ideologia dominante sobre o artesanal que pode ser avaliada em função de novas problemáticas e novas questões. Embora não se aprofunde em sua problemática política, a possível contribuição encontra-se na forma de organizar as questões e o método de estudo social do trabalho artesanal.

Assim, o objeto da pesquisa foi a análise da relação da institucionalização do trabalho artesanal no desenvolvimento desigual do capital nos países de França e Brasil, correspondendo com as questões sobre as características do trabalho artesanal no processo de globalização, na homogeneização cultural e o consumo de massas, realizadas no início do texto. Nesse sentido se expõe desde o materialismo histórico o processo de organização do trabalho artesanal em diferentes formas de conceptualização e classificação, da mesma forma que sua localização e institucionalização política. O percurso da análise foi redefinir o que se entende por trabalho artesanal desde a configuração geral da relação capital e trabalho, e as possibilidades de obter um panorama da realidade da produção artesanal desde uma posição materialista e crítica. Conforme às reflexões teóricas descritas na introdução, e conforme ao desenvolvimento do trabalho no estudo dos dois países, é possível definir, na forma de tese, as seguintes conclusões:

**Primeiro.** O desenvolvimento desigual do processo de industrialização comprometeu a diferenciação da divisão e classificação do trabalho artesanal de cada país de estudo, especialmente pelo fortalecimento da classe média na França que permitiu a configuração do setor artesanal com maior integração vertical das atividades técnicas ao mercado nacional, e no Brasil desde metade do século XX, com o desenvolvimento de práticas culturais para uma classificação do artesanato e da identidade de artesão num movimento de integração indireta ou horizontal ao capital.

Não obstante, as formas de controle e promoção da atividade atualmente apresentam formas similares de organização do trabalho artesanal com o crescimento e institucionalização do artesanato artístico na França, e o crescimento da institucionalidade política do artesanato no Brasil, nesse sentido a teoria do desenvolvimento desigual e combinado permitiu entender que os processos de diferenciação gerados na desigualdade do processo de industrialização no século XX, mudam diante a reestruturação do capital e se apresentam como formas de igualização dos

sistemas de produção cultural no século XXI, mesmo que apresentem ainda a contradição da integração vertical ou horizontal do trabalho artesanal ao capital.

No referente ao desenvolvimento das classes sociais, é notável que a promoção e institucionalização do setor na França foram promovidas pela classe média, com grande participação política no Estado, mantendo o trabalho artesanal em função das pequenas empresas de edificação, fabricação e alimentos. O problema da definição do artesanal se encontra no setor dos pequenos proprietários, e não é determinante o processo de diferenciação entre indústria ou a fábrica, mas é justamente pela razão de luta da classe média frente às demais classes o que termina por classificar a empresa artesanal integrada ao setor produtivo do país.

Por outro lado, a luta de classes não define principalmente a definição e classificação do artesanal no Brasil, o desenvolvimento da classe operaria na industrialização não integrou o reconhecimento de artesãos ou artesanal no trabalho técnico, foi principalmente no processo de reconhecimento da prática como atividade cultural e folclórica o que define a relação de artesão e artesanato, entendendo assim que não toda produção pode ser artesanal, pois requer de um conjunto de características como as tradições, narrativas, e referencia do local, que permitem que um objeto seja artesanato. Existe no país latino-americano maior preocupação pelas qualidades da produção como objeto e prática cultural.

Assim, não é a pugna pela classificação acadêmica do artesanal o que motivou a pesquisa, senão entender a forma como o desenvolvimento histórico dos países dentro do sistema dominante de produção permite que existam diferentes processos de organização do trabalho social e constitui uma parte da totalidade da produção, da mesma forma que as ações coletivas e as formas de institucionalização dependem dos projetos políticos e culturais dos agentes sociais (grupo social ou classe) para obter uma definição e classificação do setor de produção artesanal. Em outras palavras, é a possibilidade de pensar o trabalho artesanal numa totalidade histórica concreta.

**Segundo.** No estudo comparado de Brasil e França conseguiu-se apresentar a forma como o trabalho artesanal apresenta correlações diferentes entre o setor artesanal e as características socioeconômicas, tendo em conta a posição central ou periférica ao capital. Tanto no Brasil como na França a posição territorial de maior concentração populacional, maior desenvolvimento

industrial e de maior desigualdade social, concentra a produção artesanal. Não obstante, a relação entre pobreza e vulnerabilidade apresenta maior força de correlação com o trabalho artesanal no Brasil. Os índices de igualdade definem uma relação desigual na forma de produção artesanal em cada país, especialmente na constituição do mercado interno.

Por outro lado, as diferenças étnicas, como resultado da colonialidade do saber e do poder nos países, o que define as formas de reconhecimento e identidade, podem ser significativas ao analisar-se desde regiões de menor integração política e econômica em cada país. Assim, a região de fronteira entre Brasil e França na Amazônia sul-americana, constitui um exemplo das diferentes formas de produção do artesanal dependendo do contexto local, e onde os valores simbólicos e culturais adquirem grande relevância na definição e classificação do artesanal. O território, em suas características populacionais, ambientais, políticas, culturais e linguísticas, permite que se produzissem processos comuns de institucionalização do artesanal, neste caso do trabalho artesanal tradicional.

A relação direta da produção com o território permite a especialização do mercado artesanal no rentismo, sendo este a base da produção artesanal nos dois países e como estratégia conjunta no desenvolvimento produtivo na reestruturação do capital. Deu-se na sociedade industrial uma forma de organização do trabalho que conseguiu diferenciar o tipo de trajetórias na institucionalização do trabalho artesanal, mas nas transformações e reestruturação nos modos de desenvolvimento pós-fordistas, o desenvolvimento da produção artesanal baseia-se principalmente na propriedade sobre o direito de produção, é dizer que a renda define-se pelo monopólio do produto ou serviço, o que corresponde com a procura pela distinção da marca no mercado. É a importância da relação identidade-marca-local, o que permite definir a transferência do valor entre os países e regiões.

Por último, o processo de desenvolvimento geográfico desigual permitiu demonstrar que existe uma tendência para a diferenciação e igualização. O processo de diferenciação nos diferentes níveis de relação entre a divisão do trabalho e o capital. Uma divisão social do trabalho nos setores particulares, onde a diferenciação do trabalho artesanal é complementar do processo de concentração populacional e densidade industrial nos territórios; uma divisão técnica de cada capital individual, onde a diferenciação subordinada ao processo de produção da localidade que se representa e se oferece como mercancia; e a divisão social do trabalho e do capital em

diferentes departamentos, onde se define uma constante na especialização do trabalho artesanal nos bens de luxo, já não como uma tendência ao consumo massificado, senão a uma produção de maior qualidade nas distintas classes sociais e formas de agrupação social.

No processo de igualização, diante exposição das condições dos países de Brasil França, logrou-se expor que o trabalho artesanal gera condições para desenvolvimento das capacidades de produção em objetos mais especializados, obtendo uma condição geral de equalização das condições de produção na atividade artesanal. O resultado de maior capacidade da população ativa na produção de objetos e serviços artesanais é o aumento da concorrência de mercadorias que competem no mercado pela qualidade e a exclusividade, o que obriga a maior inversão no *design* e na gestão microempresarial. A maior parte da literatura sobre produção artesanal concentra-se nesta relação de trabalho, micro-empendedorismo e desenvolvimento técnico diante intervenção de *designers*.

**Terceiro.** Diante o estudo comparado dos países de Brasil e da França demonstrou-se que a maior parte das ações coletivas e de organização dos trabalhadores artesanais é de caráter local. Não obstante, é possível reconhecer que as formas de associação ou sociabilidade podem diferenciar-se na França, com maior ênfase na classificação do trabalho artesanal nos setores de maior produtividade como são construção, serviços e alimentos. Ao contrário, a definição de artesão e de artesanato no Brasil permite identificar a forma de organização, que desde o local define a participação como categoria social e laboral diferenciada culturalmente, o que não se reduz a uma técnica em especial, senão a uma forma de representação simbólica tradicional. Não obstante, dentro do desenvolvimento desigual e combinado do capital, a situação na França pode analisar-se tendo em conta que o processo de institucionalização dos ofícios de arte ou artesanato artístico nos últimos anos realiza uma separação das empresas artesanais e configura uma relativa autonomia do setor artesanal em geral.

Desde as formas de integração vertical do trabalho artesanal ao capital, pode entender-se que a existência dos sindicatos nos setores produtivos das empresas artesanais na França contribuiu a que se gerassem ações coletivas com o objetivo de pressionar politicamente aos governos para a produção de políticas públicas de regulação econômica, especialmente no concernente a políticas tributárias. Não obstante, a situação do trabalho artesanal na classe de pequenos proprietários ao ter uma tradição política importante e integrada à institucionalidade

política do país, permite que os empresários ou classe média de artesãos precisem de condutas de bloqueio para outros setores concorrentes, tanto pela técnica como pela propriedade (patrimônio cultural), o que obriga a gerar uma política historicamente reacionária de alguns privilégios que possuem no mercado.

Na forma de integração horizontal ao capital, se apresentou na pesquisa que as associações de artesãos e artesãs no Brasil geram processos de sociabilidade desde a identidade cultural, tendo como opositores diversos produtores manuais e comerciantes (atravessadores) que no mercado impedem melhorar a posição e situação socioeconômica do setor. As lutas reivindicativas são fundamentais na proteção dos direitos privados de produção de artesanato, pois é a mesma relação de sujeito-objeto como podem entender-se os projetos políticos, baseados na geração de mecanismos de proteção econômica e social, tanto pela supervivência no mercado, como pela reprodução da prática de produção de artesanato no espaço local de produção.

Para dar resposta às questões feitas no início da pesquisa, de forma geral pode mostrar-se que o trabalho artesanal é parte constitutiva das relações de institucionalização política laboral e da organização social do trabalho de cada país, não porque seja uma parte constitutiva da atividade humana, senão que é o resultado das forças políticas e econômicas na dialética das ações coletivas, a institucionalidade e a estrutura. Nesse sentido, se reproduz de forma diferente conforme se reestrutura a relação entre agentes e instituições, mas que não é um processo autônomo, senão que se confronta com sistemas de dominação historicamente determinados, assim o estudo do artesanal pode mudar frente ao desenvolvimento das forças sociais e os modos de produção em cada época. A análise que se desenvolve aqui é determinada pela trajetória histórica dos dois países de estudo.

O trabalho artesanal permanece ainda nos diferentes países porque não existe uma relação linear de desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento humano no sistema de dominação do capital, ao contrário, o desenvolvimento tecnológico se encontra limitado e especializado principalmente para a finalidade lucrativa, e sendo a finalidade última do capitalismo o lucro e não a satisfação das necessidades humanas, o trabalho artesanal como forma de produção técnica, social e simbolicamente determinada pela habilidade e criatividade humana, pode ser subordinada direta ou indiretamente conforme se reestrutura a relação capital e trabalho no mundo. Isto não quer dizer que a atividade artesanal, como produção de qualidade, não seja uma



alternativa viável ao capital, senão que é fundamental entender a posição da produção social e cultural deste tipo na totalidade histórica concreta.

Não pode falar-se abstratamente de um setor homogêneo e global da produção artesanal. Ao contrário, o que pode definir-se claramente é a condição como a divisão do trabalho artesanal pode ser diferenciada e igualada no desenvolvimento desigual do capital, seja na integração direta ou indireta. A questão sobre a homogeneidade e a equivalência do trabalho artesanal entre países pode ser medida desde as considerações históricas e particulares entendendo os limites da homogeneização. A equivalência como processo abstrato de análise pode ser ajustado em sua referencia dialética com a diferenciação, atendendo as singularidades em projeção à totalidade social. Assim, nem toda produção artesanal tem referência na economia da cultura, senão que faz parte da relação geral do trabalho com o modo de produção dominante.

O trabalho de pesquisa apresenta uma possível abertura nas formas de pensar o artesanal, não só para seu uso acadêmico, senão como uma projeção do que é a problemática política do mundo do trabalho. Apresenta-se a fragmentação de classe como parte da institucionalidade de uma ideologia específica que permite ter maior ênfase na diferença, mais que na unidade das problemáticas sociais tanto de forma nacional como internacional. Por um lado se encontram as lutas de setores sociais que procuram manter ao proletariado como base da unidade de classe, e por outro lado as lutas de diferentes setores sociais que contribuem pela resistência política e cultural fora de determinismos economicistas. A dialética como eixo do debate pode ser transcendente a estas posições, e contribui a entender que as tendências de diferenciação e igualização não são próprias de sistemas sociais independentes, senão que constituem processos históricos e espaciais abrangentes, os quais devem ser constantemente avaliados para não cair em dogmatismos políticos e acadêmicos.

## RECOMENDAÇÕES

Como sugestão para futuras pesquisas pode apresentar-se a ideia de realizar estudos comparados que definam outras trajetórias históricas e avaliem a tese apresentada. Por exemplo, a situação dos países de longo tempo de industrialização como é Inglaterra, a qual define sua classificação e definição do artesanal do tipo artístico (*arts and craft*), e que configura uma projeção hegemônica nas indústrias criativas, o que poderia entender-se como uma forma de institucionalização do artesanal que ao transformar à classe média no século XVIII e XIX na indústria, não gera uma trajetória de reconhecimento de artesãos e camponeses similar na Europa. Da mesma forma a relação de Alemanha na industrialização e formalização do trabalho artesanal de maior integração à organização industrial e que se define pelas condições culturais e sociais do país. Também a relação de China e Índia no mercado mundial, como maiores produtores de artesanato ou produtos artesanais, e como as políticas públicas de promoção do trabalho de artesanato nesses países são equivalentes ou dissemelhantes da Europa e América.

Outra sugestão para futuras pesquisas é o estudo dos espaços regionais como unidade de análise. Neste trabalho de pesquisa se utiliza a unidade de análise estadual e departamental nos dois países, não obstante, existe a possibilidade de aprofundar nas medidas e análises ao incluir territórios de complexidade regional, onde as formas de divisão social, técnica e simbólica do trabalho tenham uma dinâmica histórica, social e econômica diferente. Assim, tanto nas regiões de fronteira, como nas regiões que apresentem diferenças ambientais, econômicas e ecológicas, os resultados da análise consideram-se como trajetórias diferentes que possivelmente ofereçam uma nova importância política e acadêmica para os países no estudo internacional do trabalho artesanal.

Igualmente, pode aprofundar-se na problemática da constituição de políticas públicas tendo em conta as possibilidades de organização técnica, social e simbólica dos setores de produção artesanal. É possível que a dinâmica das ações coletivas e movimentos sociais possam permear em diferentes graus a institucionalização do trabalho artesanal, não obstante não pode perder-se a relação de crítica das bases da reprodução do setor, e suas considerações no desenvolvimento do capital.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRESTE. Populations rurale et agricole. **GraphAgri**, Ministère de l'agriculture et de l'alimentation, 2009. Disponível em: <[http://agreste.agriculture.gouv.fr/IMG/file/Gaf09p033-039\(1\).pdf](http://agreste.agriculture.gouv.fr/IMG/file/Gaf09p033-039(1).pdf)> Acesso em: 14/11/2017

AGUIRRE, María. La epojé como ruptura de la actitud natural: Husserl y Sartre, **Versiones** 2, n. 5, 2014, pp. 78-87.

ALEXANDER, J. Pragmática cultural: Un nuevo modelo de performance social, **Revista Colombiana de Sociología**, No. 24, 2005. pp. 9 - 67.

ALMEIDA FILHO, Niemeyer; PAULANI, Leda Maria. Regulação social e acumulação por espoliação: reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do estado na caracterização do capitalismo contemporâneo. **Econ. soc.**, 2011, vol.20, no.2, p.243-272.

ALMEIDA, Giovana; FELIPPI, Ângela. Branding de marcas regionais e identidade territorial: o caso da Polar. **Portal Metodista**, vol. 38 n. 2. 2016. pp. 129 – 149.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da globalização: O capital e suas contradições**. Londrina: Praxis, 2001.

\_\_\_\_\_. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios e sociologia do trabalho**. 2ª edição – Londrina: Praxis; 2007.

\_\_\_\_\_. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial. **Rev. Katál.** v. 12 n. 2. 2009. p. 188-197. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n2/08.pdf>> Acesso em: 1/02/2018

\_\_\_\_\_. **Trabalho e subjetividade: o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital**. Marília, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Los sentidos del trabajo**. Buenos Aires: Herramienta, Taller de Estudios Laborales, 2005.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. Campinas, Unicamp, 2002.

ARAÚJO, Alceu. **Brasil: historias, costumes e lendas**. Editora três, 1987.

ARAÚJO, Ângela. **A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta**. São Paulo, Scritta, 1998.

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martin Fontes, (2000 [1967])

ARTESOL **Artesanato Solidário: programas de apoio ao artesanato e à geração de renda** – Central Artesol 5 anos de atividades 2002-2007. ARTESOL, 2007. Disponível em: <<http://www.artesol.org.br/site-velho/multimedia/>> acesso em: 17 Set. 2015.

ARTESOL, **Relatório Anual 2014**. ARTESOL, 2014. Disponível em: <<http://www.artesol.org.br/site-velho/multimedia/>> Acesso em: 17 Set. 2015.

\_\_\_\_\_, **Relatório Anual 2016**, publicações ArteSol, 2016. Disponível em: <<http://artesol.org.br/publicacoes/>> Acesso em: 2. Fev. 2018.

ASHMAN, Sam. Capitalism, uneven and combined development and the transhistoric, **Cambridge Review of International Affairs**, Volume 22, 2009 - Issue 1, Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09557570802683896?src=recsys>> Acesso em: 2/02/2018

Ateliers d'art de France, **Observatoire des Métiers d'Art - Baromètre 2014**. Disponível em : <<https://www.ateliersdart.com/>> Acesso em : 15/08/2017

AUVOLAT, Michel. Les coopératives d'artisan : Du métier au développement coopératif. **RECMA – revue internationale de l'économie sociale**, N ° 307, 2008, pp. 58 -66. Disponível em: <<https://www.erudit.org/fr/revues/recma/2008-n307-recma01060/1021195ar.pdf>> Acesso em : 15/02/2018

AVELINO, Carla. O design, a arte e o artesanato deslocando o centro. In: **Cadernos EBAPE. BR**. Vol 5 núm 4. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v5n4/v5n4a08.pdf>>

AZEVEDO, Celia Maria. Cota racial e Estado: Abolição do racismo ou direitos de raça?. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121. 2004. pp. 213 – 239.

BACHELARD Paul. Recherches sur l'artisanat dans la région Centre. In: **Noroi**, n°70, Avril-Juin 1971. pp. 315-332; Disponível em : <[http://www.persee.fr/doc/noroi\\_0029-182x\\_1971\\_num\\_70\\_1\\_1851](http://www.persee.fr/doc/noroi_0029-182x_1971_num_70_1_1851)> Acesso em: 15/06/2017

BARBALHO, Alexandre. Estado Autoritário Brasileiro e Cultura Nacional: entre a tradição e a modernidade. **Revista APPOA, Brasil: Psicanálise, Ficção e Memória**. 19, 2000. pp. 71-82. Disponível em: <[http://www.apboa.com.br/uploads/arquivos/revistas/19\\_2.pdf](http://www.apboa.com.br/uploads/arquivos/revistas/19_2.pdf)> Acesso em: 22/04/2016

BARTHELEMY, Nadine. L'artisanat à grands traits. Em: **Economie et statistique**, n°128, Décembre 1980. pp. 3-9; Disponível em : <[http://www.persee.fr/doc/estat\\_0336-1454\\_1980\\_num\\_128\\_1\\_4423](http://www.persee.fr/doc/estat_0336-1454_1980_num_128_1_4423)> Acesso em: 15/06/2017

BAUDCHON, Hélène. France: chômage, la profondeur du mal. **Conjuncture**, février 2015, pp. 3 -26 Disponível em: <<http://economic-research.bnpparibas.com/Views/DisplayPublication.aspx?type=document&IdPdf=25407>> Acesso em: 17/11/2017

BAUDRILLARD, Jean. **El sistema de los objetos**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2004.

BEIGEL, Fernanda. Vida, muerte y resurrección de las “teorías de la dependencia”. Em: **Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. Disponível em: <<http://www.biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/becas/critica/C05FBeigel.pdf>> Acesso em: 22/04/2016

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **La construcción social de la realidad**. Buenos Aires; Amarrortu editores 2003 [1968].

BONNET, Alberto; PIVA, Adrián (Comp.) **Estado y capital. El debate alemán sobre la derivación del Estado**. Buenos Aires, Ediciones Herramienta, 2017.

BORBA, Hermilo e RODRIGUES, Abelardo. **Cerâmica popular do Nordeste**. Rio de Janeiro, Campanha de defesa do folclore brasileiro, 1969.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 2007.

\_\_\_\_\_. **La distinción. Criterio y bases sociales del gusto**, Editorial Taurus, Madrid, 1988.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996.

BOUTELLIER, Sophie. **L'Artisan entre histoire et théorie économique**. Cahiers du lab. RII, No. 226, 2010.

\_\_\_\_\_. L'entreprise artisanale, entre l'entrepreneur et la grande entreprise. **L'Harmattan «Marché et organisations»**, 2006 No. 1, pp. 17–37 Disponível em : <<http://www.cairn.info/revue-marche-et-organisations-2006-1-page-17.htm>> Acesso em : 4/07/2017

BOUTILLIER, Sophie ; FOURNIER, Claude et PERRIN, Cédric. (Dir.) Le temps des artisans : Permanences et mutations. **«Marché et organisations» n°24**, 2015.

BOUZOU, Nicolás et al. **L'artisanat des métiers de service et de fabrication: bilan, analyse, perspectives**. Asterès, París, CNAMS, 2014. Disponível em: <<http://www.cnams.fr/UserFiles/File/asteres-cnams-version-finale-de-letude.pdf>> Acesso em: 30/10/2017

BOYER, Véronique. Passado português, presente negro e indizibilidade ameríndia: o caso de Mazagão Velho, Amapá. *Relig. soc.*, Rio de Janeiro , v. 28, n. 2, p. 11-29, 2008 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-85872008000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872008000200002&lng=en&nrm=iso)>. access on 02 Feb. 2018.

BRANDÃO, A. C.; DUARTE, M. F. **Movimentos Culturais da Juventude**. São Paulo: Moderna, 1990.

BRANDÃO, Adelino. As cuias de Santarém. EM: **Recortes de folclore**. Araçatuba, 1956. pp. 79-82.

BRASIL. **Lei No 5.890, de 8 de junho de 1973**. Altera a legislação de previdência social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVil\\_03/leis/L5890.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/leis/L5890.htm)> Acesso em: 15 Set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto no 80.098, de 8 de agosto de 1977**. Institui o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato e dá outras providências. Disponível em: <<http://prespublica.jusbrasil.com.br/legislacao/114767/decreto-80098-77>> Acesso em: 15 Set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto 83290 de 1979.** Dispõe sobre a Classificação de Produtos Artesanais e Identificação Profissional do Artesão e dá a outras providências. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/114720/decreto-83290-79>> Acesso em: 15 Set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto de 21 de março de 1991.** Institui o Programa do Artesanato Brasileiro e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/dnn/Anterior%20a%202000/1991/Dnn63.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1991/Dnn63.htm)> Acesso em: 15 Set. 2015

\_\_\_\_\_. **Decreto 1058 de 31 de maio de 1995.** Dispõe sobre a subordinação do Programa de Artesanato Brasileiro, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1995/D1508.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1508.htm)> Acesso em: 15 Set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.** Portaria No. 14, de 16 de abril de 2012. 51-52 p. Disponível em: <<https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=240412>> Acesso em: 15 Set. 2015.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014** / Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – Brasília : Presidência da República, 2015.

BRITO, Thais Fernanda Salves. Bordados e bordadeiras. Um estudo sobre a produção artesanal de bordados em Caicó – RN. **Tese.** Pós Graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo. 2010.

BRITO, Vanessa. **Artesãos já têm órgão representativo de alcance nacional**, Agência SEBRAE de Notícias. 11 de Maio de 2009, Disponível em: <<http://www.df.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/DF/artesaos-ja-tem-orgao-representativo-de-alcance-nacional,8410b7a5feb26410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>

BROPHY, Susan. An Uneven and Combined Theory of Law: Initiation. **Law Critique**, num. 28, 2017. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10978-017-9200-0>> Acesso em: 14/01/2018

BUENO, Gustavo. **Teoría del cierre categorial**. Vol. 1. Pentalfa, Oviedo 1992.

CABRAL, Fabrícia. Saberes sobrepostos: design e artesanato na produção de objetos culturais. **Dissertação**, (Mestrado em Artes e Design)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, – 2007.

CALBINO, Daniel; PAULA, Ana Paula de Paes de. A Gestão na economia solidária: um estudo nas incubadoras de empreendimentos solidários. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, v. 5, n. 1, p. 108-126, jun. 2012. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202012000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202012000100008&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 22 fev. 2018.

CALDEVILLA, David; XIFRA, Jordi. Historia de los Lobbies: una forma de escribir la Historia. **Historia y Comunicación Social**. Vol. 18. 2013. pp. 879-892. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/HICS/article/viewFile/44371/41954>> Acesso em: 15/02/2018

CALLINICOS, Alex. **Imperialism and global political economy**. Cambridge: Polity, 2009.

CAMPOS, André. **Sindicatos no Brasil: o que esperar no futuro próximo?** Texto para discussão 2262 IPEA, 2016. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2262.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2262.pdf)> Acesso em: 2/02/2018

CAPEB, **Les chiffres clés 2016**. Artisanat du Bâtiment, CAPEB, 2016. Disponível em: <<http://www.capeb.fr/o/media/document/chiffres-cles-2016-version-bat-le-29sept2016.pdf>>

CASAS, A. **Los desafíos de la transición: Socialismo desde abajo y poder popular**. Ediciones Herramienta, Buenos Aires, 2011.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **La Era de la Información: Economía, Sociedad y Cultura II, El poder de la Identidad**. Madrid: Alianza Editorial. 1999.

CELERIER Frédérique ; SCHIRMER Raphaël, Hommes, femmes et territoires du vin (1960-2010): les Appellations d'Origine Contrôlée (AOC), modèle de développement local à la française. L'exemple de la vigne et du vin **Archives-ouvertes**, 2012. Disponível em: <[https://hal.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/772320/filename/HSR\\_2012.pdf](https://hal.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/772320/filename/HSR_2012.pdf)> Acesso em: 19/11/2017

CNES - Conselho Nacional de Economia Solidária, **Plano Brasil justo e solidário. A Economia solidária no PPA 2012-2015**. 2012. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AFAFE3A8323C0/Plano%20Brasil%20Justo%20e%20Solid%C3%A1rio.pdf>> Acesso em: 17 Set. 2015.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). **La matriz de la desigualdad social en América Latina**. I Reunión de la Mesa Directiva de la Conferencia Regional sobre Desarrollo Social de América Latina y el Caribe, Santo Domingo, 1 de noviembre de 2016. Disponível em: <[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40668/4/S1600946\\_es.pdf](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40668/4/S1600946_es.pdf)>. Acesso em: 3/11/2017

CHAUÍ, Marilena. **Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo. 2000.

CLARKE, S. **The State debate**, UK: Palgrave Mcmillan, 1991.

**Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**. Ministério do Trabalho e do Emprego, 2002. Disponível em: <<http://www.ocupacoes.com.br/>> Acesso em: 14/03/2016

**Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones (CIUO - 1968)**, OIT. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/spanish/bureau/stat/isco/isco68/major.htm>> Acesso em: 14/03/2016

COLLOMB, Gérard. Entre ethnicité et national : A propos de la Guyane, **Socio-anthropologie**, 6, 1999, consulté le 07 juin 2017. Disponível em: <<http://socioanthropologie.revues.org/113>> Acesso em: 19/11/2017

COMAS D'ARGEMIR, D. **Antropología económica**. Barcelona: Ariel, 1998.

COMBAULT, Philippe e GIBOU, Jean-Luc. Emploi salarié dans l'artisanat un aperçu de l'enquête d'octobre 1981. **Travail et Emploi** N°14, 1982.

COMIN, Álvaro Augusto. “A experiência de organização das centrais sindicais no Brasil”, in: **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do Século**. São Paulo. Scritta. 1994.

Comissão Pastoral da Terra. **Atlas de conflitos na Amazônia**. CPT, 2017. Disponível em: <<https://www.cimi.org.br/wp-content/uploads/2018/01/AtlasConflitosAmazoniaCPT.pdf>> Acesso em: 19/01/2018

CONNOR, James. Desarrollo desigual y combinado y crisis ecológica. **Ambiente & Sociedad** Vol. 6 n°. 2, 2003, pp. 9 – 23.

CORDEIRO, Isabela et al. Impacto do artesanato na geração de renda e qualidade de vida no estado do Ceará: o caso da comunidade de porto dos barcos, município de Itarema. **Anais**. IV Encontro - Economia do Ceará em Debate, Novembro de 2008. Disponível em: <[http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/artigos\\_2008/18.pdf](http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/artigos_2008/18.pdf)> Acesso em: 11/02/2018

COSTA, Márcia da Silva. Reestruturação produtiva, sindicatos e a flexibilização das relações de trabalho no Brasil. **RAE-eletrônica**, v. 2, n. 2, (2003) pp. 1-16. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v2n2/v2n2a10>> Acesso em: 1/02/2018

COSTA, Lucia. O dilema brasileiro da desigualdade social. In: Souza, M. e Costa, L.C. **Sociedade e Cidadania: desafios para o século XXI**. Ponta Grossa: Editora UEPG. 2005, pp. 165-193

COX, Kevin. Globalization, uneven development and capital: reflections on reading Thomas Friedman's The World Is Flat. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society** 2008, pp. 1-22.

CHRISTENSEN, Edwin O. **Arte popular e folclores**. Rio de Janeiro, Lidador, 1965.

CUNHA, Luiz Alexandre. Do desenvolvimento setorial ao desenvolvimento territorial. **REDES**, Vol. 11, n. 2. 2006, pp. 261 – 282.

D'HUGUES, Philippe e PESLIER, Michel. **Les Professions en France: évolution et perspectives**. Presses Universitaires de France, INED, 1969.

DAS, Raju. David Harvey's theory of uneven geographical development: A Marxist critique. **Capital & Class**; 2017, pp. 1– 26.



DAVIDOV, E. et. al. Measurement Equivalence in Cross-National Research. **Annual Review of Sociology**, 40, 2014, pp. 55–75.

DAVY Damien, Vannerie et vanniers : Approche ethnologique d'une activité artisanale en Guyane française. **Tese**. UNIVERSITÉ D'ORLÉANS, 2007. Disponível em: <[https://tel.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/198078/filename/Vannerie\\_et\\_Vanniers-\\_These\\_Damien\\_Davy.pdf](https://tel.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/198078/filename/Vannerie_et_Vanniers-_These_Damien_Davy.pdf)> Acesso em: 14/11/2017

DESRIERS, Maurice. L'agriculture française depuis cinquante ans : des petites exploitations familiales aux droits à paiement unique. **L'agriculture, nouveaux défis**. 2007, pp:17 – 30. Disponível em: < <http://agreste.agriculture.gouv.fr/IMG/pdf/AGRIFRA07c-2.pdf>> Acesso em: 12/11/2017

DEWEY, John. **Experience and nature**. Chicago: Open Court Publishing, 1925.

DRAPERI, Jean-François. **Les entreprises coopératives**. CoopFR, Ministère de l'Économie sociale et solidaire. 2014. Disponível em : <[http://base.socioeco.org/docs/\\_images\\_semaine.coop\\_supportcours2014\\_support\\_cours\\_les\\_entreprises\\_coop\\_2014.pdf](http://base.socioeco.org/docs/_images_semaine.coop_supportcours2014_support_cours_les_entreprises_coop_2014.pdf)>

DUARTE, Renato. Seca, pobreza e políticas públicas no nordeste do Brasil. EM: **Pobreza, desigualdad social y ciudadanía. Los límites de las políticas sociales en América Latina**. Buenos Aires; CLACSO, 2001.

DUNCAN, O.D.; DUNCAN, B. A methodological analysis of segregation indexes. **American Sociological Review**, 1955, vol. 41, p. 210-217. Available from <[https://web.stanford.edu/group/scspi/\\_media/pdf/Classic\\_Media/Dudley\\_1955\\_Measurement.pdf](https://web.stanford.edu/group/scspi/_media/pdf/Classic_Media/Dudley_1955_Measurement.pdf)> access on 07 Nov. 2017.

DUNFORD, Michael. Capital accumulation and regional development in France. **Geoforum**, vol. 10 num. 1, 1979, pp. 81–108.

DUNFORD, Michael; LIU, Weidong. Uneven and combined development. **Regional Studies**, Volume 51, 2016, pp. 59 - 85. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00343404.2016.1262946?src=recsys>> Acesso em: 2/11/2017

ELDER, Joseph. Comparative Cross-National Methodology. **Annual Review of Sociology**, 2, 1976, pp. 209-230.

ELIAS, Norbert. **Sociología Fundamental**. Barcelona, Gedisa, 2008 [1970].

ENGELS, F. (1980 [1852]) Revolución y contrarrevolución en Alemania. EM: MARX, K. e ENGELS, F. (1980), **Obras Escogidas Tomo I**. Editorial Progreso, Moscou. Disponível em: <<https://pendientedemigracion.ucm.es/info/bas/es/marx-eng/oeme1.htm>> Acesso em: 12/07/2017

FARGE, Carlos. El Estado de bienestar. **Enfoques**, vol. 19, núm. 1-2, 2007, pp. 45-54

FERNANDES, Cláudia Monteiro. Desigualdade de rendimentos e educação no Brasil: alguns indicadores de diferenças regionais. **Revista Econômica**, v.3, n.2, p 231-250, 2001.

\_\_\_\_\_. **Juventude em transição para o mundo do trabalho**. 2006. 121f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

FERNÁNDEZ-SAVATER, Amador. **Política de classe como política del encuentro**. Disponível em: < <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=237879>> Acesso em: 18/02/2018

FERREIRA, Juliana Carvalho; PATINO, Cecilia Maria. What does the p value really mean?. **J. bras. pneumol.**, São Paulo , v. 41, n. 5, p. 485, Oct. 2015. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-37132015000500485&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-37132015000500485&lng=en&nrm=iso)>. access on 03 Nov. 2017.

FIGUEIREDO, Marina, et al. Empreendedorismo feminino no artesanato: Uma análise crítica do caso das rendeiras dos Morros da Mariana. **RECADM** v. 14, n. 2, 2015, p. 110-123.

FOUCAULT, Michel. **La microfísica del poder**. Madrid: La Piqueta, 1980.

FOURNIER, Claude. Artisanat Et Politique Economique. **Marché et organisations** 2006, 1; pp. 101-119; Disponível em : <<http://www.cairn.info/revue-marche-et-organisations-2006-1-page-101.htm>> Acesso em: 11/03/2017

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária: Uma Abordagem Internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA, **Décret 52-849 du 16 juillet 1952 portant codification des textes législatifs concernant l'artisanat**. Journal Officiel de la République Française, 20 Juillet 1952, pp. 7327-7334. Disponível em : <[https://www.legifrance.gouv.fr/jo\\_pdf.do?id=JORFTEXT000000503097&pageCourante=07334](https://www.legifrance.gouv.fr/jo_pdf.do?id=JORFTEXT000000503097&pageCourante=07334)>

FREITAS, Alexandre de. O mercado de trabalho antes de 1930: Emprego e “desemprego” na cidade de São Paulo, **Novos estudos** 80. 2008. pp. 91-106.

FUNARTE (Fundação Nacional de Arte). **Artesanato brasileiro**. 2. Ed. Introd. De Clarival do Prado Vallardes. Rio de Janeiro, 1980.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1963.

GADEA, Carlos A. et al . Trajetórias de jovens em situação de vulnerabilidade social: sobre a realidade juvenil, violência intersubjetiva e políticas para jovens em Porto Alegre - RS. **Sociologias**, Porto Alegre , v. 19, n. 45, p. 258-299, Aug. 2017 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222017000200258&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222017000200258&lng=en&nrm=iso)>. access on 07 Nov. 2017

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, v. 16, n. 39. 2003, pp. 181-211.

GALBRAITH, James, **El capital en el siglo XXI**, Thomas Piketty, Revista de Economía Institucional, vol. 16, n.º 30, 2014, pp. 345-355. Disponível em:

<<https://www.economiaiinstitucional.com/esp/vinculos/pdf/No30/jameskgalbraith.pdf>> Acesso em: 9/04/2017

GARCÍA LINERA, Álvaro. **Forma valor y forma comunidad. Aproximación teórica-abstracta a los fundamentos civilizatorios que preceden al Ayllu Universal**. La Paz: CLACSO, 2009.

GARZA, TOLEDO, E. Hacia una metodología de la reconstrucción. In: **Fundamentos, crítica y alternativa a las Metodología y técnicas de Investigación**. Porrúa-UNAM, México, 1988, pp. 41 – 51.

GAUCHAZH, **Campo E Lavoura, Condomínios vitivinícolas começam a despontar no Vale dos Vinhedos**, 03 Novembro 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2017/11/condominios-vitivincolas-comecam-a-despontar-no-vale-dos-vinhedos-cj9k3m0ss05dx01ogqgww19hy.html>>

GIDDENS, A. **Sociología**. Madrid: Alianza Editorial, 1991.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. Rendas do Ceará; contribuição à nomenclatura e à classificação. **Revista Brasileira de Folclore**, Rio de Janeiro, 3 (6), pp. 131-169, 1963.

GODELIER, M. **Racionalidad e irracionalidad en economía**. México D.C.: Siglo XXI, 1974.

GOHN, María. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47, 2011, pp. 333 – 361.

GOMES, Jones. Impactos do turismo na identidade cultural, **EXCEDRA**, num. 7. 2013. pp. 19 – 24.

GRANADOS ROJAS, Leonardo. **Indicaciones Geográficas y Denominaciones de Origen**. Costa Rica: Ministério de Agricultura. 2004.

GREENACRE, 2008, **La práctica del análisis de correspondencias**. Fundación BBVA, 2008.

GRENAND, P. La question amérindienne en Guyane Française Eléments de synthèse. **Ethnies** 1, 1985. pp. 54-58.

GRESLE, François. Indépendance professionnelle et protection sociale. Pratiques de classe et fluctuations idéologiques du petit patronat. Em: **Revue française de sociologie**, 1977, 18-4. pp. 577-599; Disponível em: <[http://www.persee.fr/doc/rfsoc\\_0035-2969\\_1977\\_num\\_18\\_4\\_6894](http://www.persee.fr/doc/rfsoc_0035-2969_1977_num_18_4_6894)> Acesso em: 9/06/2017

\_\_\_\_\_. L'indépendance professionnelle. Actualité et partie du concept dans le cas français. Em: **Revue française de sociologie**, 1981, 22-4. pp. 483-501; Disponível em: <[http://www.persee.fr/doc/rfsoc\\_0035-2969\\_1981\\_num\\_22\\_4\\_3445](http://www.persee.fr/doc/rfsoc_0035-2969_1981_num_22_4_3445)> Acesso em: 9/06/2017

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa no Império Brasileiro: a firma Edward Johnston & Co. e o comércio exportador, 1842-1852**. *Tempo*, Jun 2015, vol.21, no.37, p.187-207.

GUIMOND, L.; SIMARD, M. Gentrification and neo-rural populations in the Québec countryside: Representations of various actors. **Journal of Rural Studies**, 26, 2010. pp. 449-464.

HALL, PA, SOSKICE D. (eds.) **Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

HAN, Byung-Shul. **La expulsión de lo distinto**. Barcelona: Editorial Herder, 2017.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Breve historia del neoliberalismo**. AKAL, 2007.

\_\_\_\_\_. **El “nuevo” imperialismo: acumulación por desposesión**. Buenos Aires: CLACSO. 2005b Disponível em : <<http://biblioteca.clacso.org.ar/clacso/se/20130702120830/harvey.pdf>> Acesso em: 9/05/2016

\_\_\_\_\_. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013 [1982].

\_\_\_\_\_. **Spaces of neoliberalization: towards a theory of uneven geographical development**. University of Heidelberg, Franz Steiner Verlag, 2005c.

HASKEL, Jonathan; WESTLAKE, Stian. **Capitalism without Capital: The Rise of the Intangible Economy**. Princeton University Press, 2017.

HAUSER, Robert e WARREN, John. **Socioeconomic Indexes for Occupations: Review, Update, and Critique**. Center for Demography and Ecology. University of Wisconsin-Madison, 1996. Disponível em: <<https://www.ssc.wisc.edu/cde/cdewp/96-01.pdf>> Acesso em: 28/04/2016

HESS, Charlotte, OSTROM, Elinor. **Los bienes comunes del conocimiento**. Traficantes de sueños, 2016.

HIRSCH, Joachim. **Der Sicherheitsstaat. Das Modell Deutschland, seine Krisen und die neuen sozialen Bewegungen**, Europäische Verlagsanstalt, Frankfurt, 1980.

\_\_\_\_\_. Forma política, instituições políticas e Estado – I. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.24, 2007a, p.9-36.

\_\_\_\_\_. Forma política, instituições políticas e Estado – II. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.25, 2007b, p.47-73.

\_\_\_\_\_. **Teoria Materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estados**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOLLOWAY, J. and PICCIOTTO, S. ‘Capital, Crisis and the State’, **Capital and Class**, 2, 1977.

HOLLOWAY, J. and PICCIOTTO, S., eds. **State and Capital: A Marxist Debate**, London, Edward Arnold, 1978.

HOLLOWAY, J. El Estado y la lucha cotidiana. **Cuadernos Políticos**, número 24, 1980, pp. 7 – 27.

HOLLOWAY, John. El debate sobre la derivación del estado. Una reflexión reminiscente. Em: BONNET, Alberto; PIVA, Adrián (Comp.) **Estado y capital. El debate alemán sobre la derivación del Estado**. Buenos Aires, Ediciones Herramienta, 2017. pp. 39 – 46.

HOWKINS, John. **The Creative Economy: How people make money from ideas**. The Penguin Press, 2001.

HUNOLD, Silvia. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. In: **Projeto Historia** (16), 1998. p. 25-38.

IBGE, **Censo Demográfico 2010. Características da população e dos domicílios, Resultados do universo**. Rio de Janeiro, IBGE, 2011. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd\\_2010\\_caracteristicas\\_populacao\\_do\\_micilios.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_do_micilios.pdf)> Acesso em: 18/04/2017

\_\_\_\_\_, **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos**. Estudos & Pesquisas 20, Informação econômica. 2010. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes\\_Privadas\\_e\\_Associacoes/2010/fasfil.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/fasfil.pdf)> Acesso em: 3/02/2018

\_\_\_\_\_, **Anuário Estatístico de Brasil 1976**. Vol. 37, Rio de Janeiro: IBGE, 1976.

\_\_\_\_\_, **Estados**, 2014. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ap/panorama>> Acesso em: 18/01/2018

\_\_\_\_\_. **Perfil dos Municípios Brasileiros 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INAO - *Institut National de L'Origine et de la Qualité*. **Cartes des AOP et des IGP de l'Institut national de l'origine et de la qualité** (INAO). Documento oficial, 2013. Disponível em: <<https://www.inao.gouv.fr/Publications/Donnees-et-cartes/Informations-geographiques>> Acesso em: 23/11/2017

INPI. Base - indications géographiques. Disponível em : <<https://www.inpi.fr/fr>> Acesso em: 19/11/2017

INSEE ALSACE, L'emploi salarié dans l'artisanat d'art en Alsace. **L'emploi culturel en Alsace**. Dossier n° 15. 2009 (a), pp. 48 - 51. Disponível em : <[https://www.insee.fr/fr/statistiques/fichier/1290270/cpad15\\_48a51.pdf+&cd=1&hl=es&ct=clnk&gl=br](https://www.insee.fr/fr/statistiques/fichier/1290270/cpad15_48a51.pdf+&cd=1&hl=es&ct=clnk&gl=br)> Acesso em: 19/07/2017

\_\_\_\_\_, L'emploi salarié et non salarié. **L'emploi culturel en Alsace**. Dossier n° 15. 2009 (b), pp. 14 - 17. Disponível em : <[https://www.insee.fr/fr/statistiques/fichier/1290300/cpad15\\_14a17.pdf+&cd=2&hl=es&ct=clnk&gl=br](https://www.insee.fr/fr/statistiques/fichier/1290300/cpad15_14a17.pdf+&cd=2&hl=es&ct=clnk&gl=br)> Acesso em: 19/07/2017

INSEE, **enquêtes Emploi**, Tableaux de l'Économie Française, 2010. Disponível em : <<https://www.insee.fr/fr/statistiques/1373438>> Acesso em: 24/06/2016

\_\_\_\_\_, **enquêtes Emploi**, Tableaux de l'Économie Française, 2012. Disponível em : <<https://www.insee.fr/fr/statistiques/1372680>> Acesso em: 24/06/2016

\_\_\_\_\_, **enquêtes Emploi**, Tableaux de l'Économie Française, 2014. Disponível em : <<https://www.insee.fr/fr/statistiques/1288404>> Acesso em: 24/06/2016

\_\_\_\_\_, **Région**, 2016. Disponível em : <<https://www.insee.fr/fr/information/2114819>> Acesso em: 6/10/2017

\_\_\_\_\_, **Revenus d'activité des non salariés par activité**, Statistiques (2013) Disponível em : <<https://www.insee.fr/fr/statistiques/2381338#tableau-Donnes>>

\_\_\_\_\_, **Salaires dans le secteur privé**, Statistiques (2013) Disponível em : <<https://www.insee.fr/fr/statistiques/2121609>> Acesso em: 24/06/2016

\_\_\_\_\_, Sirène, REE (Répertoire des Entreprises et des Établissements), 2014 Disponível em : <<https://www.insee.fr/fr/metadonnees/source/s1346>> Acesso em : 27/06/2016

Institut National d'Métiers d'Art, **Liste des Métiers d'Art au 31 janvier de 2016**, Disponível em : <<http://www.institut-metiersdart.org/sites/all/files/imce/liste-des-metiers-d-art-2016.pdf>> Acesso em: 13/03/2017

Institut Supérieur des Métiers, **Tableau économique de l'artisanat, Cahier I : Les entreprises artisanales dans le tissu économique marchand**. Étude et recherches, 2014.

Institut Supérieur des Métiers. **Entreprise du Patrimoine Vivant L'excellence des savoir-faire français**. Dossier de presse. 2012. Disponível em: <[http://www.patrimoine-vivant.com/sites/default/files/press/3550/epv\\_dossier\\_pressefr.pdf](http://www.patrimoine-vivant.com/sites/default/files/press/3550/epv_dossier_pressefr.pdf)> Acesso em: 5/11/2017

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, **Ceará em Mapas Interativo**. Governo do Estado de Ceará. Disponível em: < <http://www.ipece.ce.gov.br>> Acesso em: 24/10/2017

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. **Anuário Estatístico do Ceará 2014**. Disponível em: < <http://www.ipece.ce.gov.br>> Acesso em: 24/10/2017

International Standard Classification of Occupations (ISCO), 2008, ILO; [Online] Available: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>> Acesso em: May 3, 2016.

JAFFLIN, Claire ; AUVOLAT, Michel. Les coopératives de transporteurs: Des coopératives d'artisans à la coopération de PME. **RECMA – revue internationale de l'économie sociale**, N ° 307, 2008, pp. 67–77. . Disponível em: <<https://www.erudit.org/fr/revues/recma/2008-n307-recma01060/1021196ar.pdf>>

JAMESON, Fredric. **El giro cultural: escritos seleccionados sobre el posmodernismo 1983-1998**. Buenos Aires: Manantial, 2002.

JOHANN, Diane. Design e artesanato: análise da gestão, materiais e técnicas utilizadas em grupos de artesãos no Rio Grande do Sul. **Dissertação** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Engenharia e Faculdade de Arquitetura. Programa de Pós-Graduação em Design. Porto Alegre, 2010.

JORDA, Henri. Les recompositions de l'artisanat: des corporations à la « première entreprise de France», **Marché et organisations** (N° 1) 2006, pp. 39-53. Disponível em : <<http://www.cairn.info/revue-marche-et-organisations-2006-1-page-39.htm>> Acesso em: 30/11/2017

JOURDAIN, Anne. **Du coeur à l'ouvrage. Les artisans d'art en France**. Paris, Belin, 2014.

Journal de Viennes et de L'Isere, Samedi, 9 Mars 1935, p. 5. Disponível em: <<http://www.archives-isere.fr/1425-archives-en-ligne.htm>>

KELLER, Paulo, Artesanato Em Debate, entrevista a Ricardo Gomes Lima. **Revista Pós Ciências Sociais**. v. 8 n. 15, 2011. Disponível em: <[http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=485&Itemid=114](http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com_content&view=article&id=485&Itemid=114)> Acesso em: 30/10/2017

KLAMER, Arjo. **Crafting Culture: The importance of craftsmanship for the world of the arts and the economy at large**. Work paper. Erasmus University Rotterdam. 2012. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/4948/d49285e3220ce6fab82f12bbf66ad616a332.pdf>> Acesso em: 23/03/2017

KUYVEN, Patrícia; KAPPES, Sylvio. **II Mapeamento da Economia Solidária Região Sul: Resultados do segundo Mapeamento Nacional**. São Leopoldo, UNISINOS, 2013.

LAURENT, Catherine ; RÉMY, Jacques. L'exploitation agricole en perspective. **Courrier de l'environnement de l'INRA** n°41, 2000, pp : 5 - 22.

LE RU, Nicolas. **Séries longues d'emploi par métier et par secteur d'activité à partir des enquêtes Emploi de l'Insee**. Direction de l'animation de la recherche, des études et des statistiques – DARES. Numéro 158, 2011. Disponível em : <[http://dares.travail-emploi.gouv.fr/IMG/pdf/DE158\\_Series\\_longues\\_demploi\\_par\\_metier\\_et\\_par\\_secteur\\_dactivite\\_a\\_partir\\_des\\_enquetes\\_Emploi\\_\\_v2.pdf](http://dares.travail-emploi.gouv.fr/IMG/pdf/DE158_Series_longues_demploi_par_metier_et_par_secteur_dactivite_a_partir_des_enquetes_Emploi__v2.pdf)> Acesso em: 23/11/2016

LELIEVRE, Pierre. "Entreprises du patrimoine vivant: un savoir-faire pas si facile à transmettre". **Chef d'entreprise**. 20/09/2017. Disponível em: <<http://www.chefdentrepise.com/Thematique/gestion-finance-1025/Breves/transmission-savoir-faire-enjeu-entreprises-EPV-320847.htm#wqe3VPf4fMF8zEmw.97>> Acesso em: 23/11/2017

LESSA, Celia. **O estado do bem-estar social na idade da razão: A reinvenção do estado social no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LIMA, Josephina Paes de Barros. **Manifestações do artesanato mato-grossense**. 1. Tecelagem. Cuiabá, Casa do Artesão, 1975.

LIMA, Ricardo. PROMOART: Pela definição de uma política pública para o artesanato brasileiro. In: V jornada internacional de políticas públicas: estado desenvolvimento e crise do capital. 23 a 26 de agosto de 2011. Maranhão. **Anais...** Maranhão: Universidade Federal de Maranhão, 2011. 11-20 p.

LIPIETZ, Alain. **Audácia: Uma Alternativa para o século XXI**. Ed. Nobel, 1991.

LÓCIO, Aprígio; POMPEU Gustavo. Artesanato Cearense: Mudança de Posicionamento Estratégico do Assistencialismo para o Empreendedorismo. **Anais**, 2do encontro da economia do Ceará, 2006. Disponível em: < <http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/2006/aprigio.pdf>> access on 05 Nov. 2017.

LÓPEZ, Pedro. La construcción de tipologías: metodología de análisis. **Papers**, **48**, 1996, pp. 9-29. Disponível em: < <https://ddd.uab.cat/pub/papers/02102862n48/02102862n48p9.pdf>> Acesso em: 24/11/2017

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: Contribuição ao estudo Econômico do Imperialismo** Volume II. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MALO, Claudio. “Gestión empresarial y artesanía”. **Artesanías de América** 52, 2002.

MANDEL, Ernst. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARCONDES, Renato Leite. O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo , v. 32, n. 1, p. 142-166, Mar. 2012 .

MARQUESAN, Fabio. Terra e artesanato Mbyá-Guarani: polos da contraditória política indigenista no Rio Grande do Sul. **Tese**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Porto Alegre, BR, 2013.

MARTINS, Ana (2009). Ressignificação produtiva do setor artesanal na década de 1990: o encontro entre artesanato e empreendedorismo. **Tese (doutorado)** – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

MARTINS, Mônica de Souza N. Entre a cruz e o capital: As corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824). **Tese (Doutorado)** apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2007. 238 p.

MARTORI i CAÑAS, Joan, HOBBERG, Karen. Indicadores cuantitativos de segregación residencial. el caso de la población inmigrante en Barcelona, **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales** Vol. VIII, núm. 169, 2004. Available from < <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-169.htm>> access on 05 Nov. 2017.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França**; tradução Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1958 [2008]

\_\_\_\_\_. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Capital Livro I**. São Paulo: Boitempo. 2013, [1890].

\_\_\_\_\_. **O Capital Livro II**. São Paulo: Boitempo. 2014 [1884]

\_\_\_\_\_. **O Capital Livro III**. São Paulo: Boitempo. 2017.

\_\_\_\_\_. **Progreso técnico y desarrollo capitalista (manuscritos 1861-1863)**. México: Ediciones pasado y presente. 1976 [1982].



\_\_\_\_\_. **Teorías sobre la plusvalía I, Tomo IV de El Capital.** México: FCE, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo, EDIPRO, 2015.

MASCÊNE, Durcelice Cândida. **Termo de referência: atuação do Sistema SEBRAE no artesanato.** Brasília: SEBRAE, 2010.

MASSEY, D. S.; DENTON, N. A. The dimensions of residential segregation. **Social Forces**, 1988, vol. 67, p. 281-315 Available from <<https://academic.oup.com/sf/article/67/2/281/2231999>> access on 07 Nov. 2017.

MASSEY, Doreen. **Spatial divisions of labour.** London: Macmillan, 1984.

MATTELART, Armand. De lo internacional a lo mundial: memoria de una trayectoria contradictoria. **Revista Latinoamericana de comunicación CHASQUI**, No.116, 2011. pp. 64 - 71. Disponível em: <<http://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/126/2533>> Acesso em: 27/01/2017

\_\_\_\_\_. **Geopolítica de la cultura.** Bogotá: Ediciones desde abajo, 2002.

MAURER, Ângela Maria. As Dimensões de Inovação Social em Empreendimentos Econômicos Solidários do Setor de Artesanato Gaúcho. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Porto Alegre, RS, 2011.

MAZAUD, Caroline. Entre le métier et l'entreprise Renouvellement et transformations de l'artisanat français. **Tese.** Université de Nantes École doctorale Droit, Économie-Gestion, Sociétés et Territoires (ED 501) Doctorat de sociologie, 2009.

MAZZA, Adriana; IPIRANGA, Ana; FREITAS, Ana. O design, a arte e o artesanato deslocando o centro. **Cadernos EBAPE.BR**, Vol. 5, No 4. 2007. Pp. 1 -11. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v5n4/v5n4a08.pdf>> Acesso em: 21/11/2015

McAULEY, A and FILLIS, I, **Making it in the 21st century: a socio-economic survey of crafts activity**, Crafts Council, 2003.

MELO, Janaina Cardoso. Artesanato em capim dourado na região do Jalapão – Tocantins: trabalho & indicação de procedência (IP) em tempos de globalização, **POLÍTICA & TRABALHO** Revista de Ciências Sociais, nº 43, 2015, p. 263-278.

MENDONÇA, Alvamar F. de. Aspectos históricos do artesanato do Rio Grande do Norte. In: **Simpósio Nacional de Professores de História.** São Paulo, Graf. da FFCL da USP, 1967.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2002.

METZLER, Lionel. La politique de germanisation en Lorraine annexée (1810-1914), **Thèse de doctorat**, Université Paul Verlaine, Metz, 2007. Disponível em: <<http://docnum.univ-lorraine.fr/public/UPV-M/Theses/2007/Metzler.Lionel.LMZ0721.pdf>>

MILIOS, Jhon. & ECONOMAKIS, George. Classe operária e classes médias: situação de classe e posição de classe (Uma abordagem crítica da teoria de classes de Nicos Poulantzas). **Crítica Marxista**, n.32, 2011. pp. 57 – 84.

MILET, Marc « Parler d'une seule voix. La naissance de l'UPA et la (re) structuration du syndicalisme artisanal au tournant des années 1970 », **Revue française de science politique** 2008 (Vol. 58), p. 483-509. Disponível em <<http://www.cairn.info/revue-francaise-de-science-politique-2008-3-page-483.htm>> Acesso em: 19/11/2017

MILLS, Wright. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: Zahar.1979.

Ministère de la culture et la communication. **Les conséquences de l'inscription des professionnels de la restauration du patrimoine dans la liste des métiers d'art**. 2016. Disponível em : <<http://www.culture.gouv.fr/Espace-documentation/Rapports/Les-consequences-de-l-inscription-des-professionnels-de-la-restauration-du-patrimoine-dans-la-liste-des-metiers-d-art>> Acesso em: 19/02/2018

MONTEL-DUMMONT, Olivia. Les inégalités en France: une réalité multiforme Revenus, niveaux de vie et patrimoine en France. **Cahiers français** N° 351, 2009. pp. 29 – 35. Disponível em: < [https://www.inegalites.fr/IMG/pdf/Les\\_inegalites\\_en\\_France\\_une\\_realite\\_multiforme.pdf](https://www.inegalites.fr/IMG/pdf/Les_inegalites_en_France_une_realite_multiforme.pdf)> Acesso em: 14/11/2017

NAFA (**Nomenclature d'Activités Française de l'Artisanat**) 2008 - Révision 2, Direction Générale de Entreprise, INSEE, 2016. Disponível em : <<https://www.entreprises.gouv.fr/secteurs-professionnels/artisanat/la-nafa>> Acesso em: 19/11/2016

ÑANDEVA. Programa Trinacional de Artesanato. **O Sol é lindeiro: Artesanato e identidade dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu**. Foz do Iguaçu: Editora Parque de Itaipu, 2011.

ÑANDEVA. Programa Trinacional de Artesanato. **Programa de Desenvolvimento para Empreendedores Criativos - Turma 1**. Foz do Iguaçu: Editora Parque de Itaipu, 2012. Disponível em: <<http://www.nandeva.org/pt-br/publicações>> Acesso em: 17 Set. 2015.

NAOE, Aline. Superação do analfabetismo permanece como meta não alcançada. **ComCiência**, Campinas, n. 132, 2011 . Disponível em <[http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-76542011000800006&lng=pt&nrm=iso](http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011000800006&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 03 nov. 2017.

NASCIUTTI, Jacyara C. Rochael et al. Cooperação e autonomia: desafios das cooperativas populares. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 6, p. 91-107, dez. 2003 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37172003000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172003000200007&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 20 fev. 2018.

NASH, J. “Global integration and subsistence insecurity”, **American Anthropologists**, Num. 96, pp. 7-30.

NAU, Xavier. **Les inégalités à l'école**. Journal officiel de la république française, 2011. Disponível em :

<[http://www.lalettredusecteurpublic.fr/upload/fichiers/LSP\\_162\\_CESE\\_2011\\_09\\_inegalites\\_ecol e.pdf](http://www.lalettredusecteurpublic.fr/upload/fichiers/LSP_162_CESE_2011_09_inegalites_ecol e.pdf)> Acesso em: 14/11/2017

NOVACK, George. **La ley del desarrollo desigual y combinado de la sociedad**. Editorial Pluma, Bogotá, 1974. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/novack/1957/desigual.htm>> Acesso em: 2/08/2017

OGUISSO, Taka e SCHMIDT, Maria. A Propósito da Classificação Brasileira Uniforme de Ocupações. **Rev. Bras. Enf.**; DF, 29: 6-23, 1976. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71671976000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71671976000200006)> Acesso em: 2/03/2016

OLIVEIRA, Madson Luis Gomes de. Bordado como assinatura: tradição e inovação do artesanato na comunidade de Barateiro – Itapajé /CE / **Dissertação**. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Artes e Design, 2006.

OSORIO, Jaime. El sistema-mundo de Wallerstein y su transformación. Una lectura crítica. **Argumentos** 77, 2015, pp. 131 -153.

Programa do Artesanato Brasileiro (PAB). **Base Conceitual do Artesanato Brasileiro**. Brasília: 2012.

PACHUKANIS, E. B. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

PALENZUELA, Pablo. Los orígenes de la Antropología Económica: ¿tienen economía los primitivos?, Em: **Antropología Económica: Teorías y debates**. Memoria 1998-1999. Convenio CID-Suiza-UMSA, 2002.

PAULANI, L. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. **Revista de Economia Política** Vol. 36, n. 3. 2016. pp. 514-535.

PAULI, Rafael Camargo de; NAKABASHI, Luciano; SAMPAIO, Armando Vaz. Mudança estrutural e mercado de trabalho no Brasil. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo , v. 32, n. 3, p. 459-478, Sept. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572012000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572012000300007&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 23/05/2016

PEREIRA, Carlos José da Costa. **Síntese de um programa para organização e desenvolvimento do artesanato na Bahia**. Rio de Janeiro, Dept. Nacional do SENAI, 1956.

PERRIN, Cédric. **Entre glorification et abandon. L'Etat et les artisans en France (1938-1970)**. Institut de la gestion publique et du développement économique, Comité pour l'histoire économique et financière de la France, Vincennes, 2007.

\_\_\_\_\_. Un million d'artisans. La situation actuelle de l'artisanat français dans une perspective historique. **Marché et organisations** n° 24, 2015, Disponível em : <<https://www.cairn.info/revue-marche-et-organisations-2015-3-p-15.htm>>. Acesso em : 23/05/2016

PESSANHA, Elina Gonçalves; ARTUR, Karen. Direitos trabalhistas e organização dos trabalhadores num contexto de mudanças no mundo do trabalho: efeitos sobre os trabalhadores da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18 (6), 2013: pp. 1569-1580. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n6/09.pdf>> Acesso em: 1/02/2018

PEYROUX, Francine e NEEL, André, **Entreprises artisanales et artisans**, Institute National de la Statistique et des Études Économiques - INSEE, 1982. Disponível em : <<https://www.epsilon.insee.fr/jspui/handle/1/24682>> Acesso em: 9/06/2017

PIKETTY, Thomas. **Les hauts revenus en France au XXe siècle: Inégalités et redistributions, 1901-1998**. Bernard Grasset, Paris, 2001. Disponível em: <<http://piketty.pse.ens.fr/files/public/Grasset2001/2-246-61651-4.pdf>> Acesso em: 17/11/2017

PINTO, Rosa Maria Ferreiro et al . Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo , n. 105, p. 167-179, Mar. 2011 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-662820110001000100&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-662820110001000100&lng=en&nrm=iso)>. access on 07 Nov. 2017.

POCHMANN, Márcio. **Nova classe média?** São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. Rumos da Política do trabalho no Brasil. In: SILVA, Maria e YAZBEK, Maria (Org.) **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006.

POLANYI, Karl. **La gran transformación**. Traficantes de sueños, 2007. Disponível em: <[https://www.traficantes.net/sites/default/files/Polanyi,\\_Karl\\_-\\_La\\_gran\\_transformacion.pdf](https://www.traficantes.net/sites/default/files/Polanyi,_Karl_-_La_gran_transformacion.pdf)> Acesso em: 6/05/2016.

PONGE, Robert. 1968, dos movimentos sociais à cultura. **Organon**, Porto Alegre, nº 47, 2009, p.39 – 55.

PORTAL ANAPRESS, **A rede que pretende articular o artesanato de São Paulo**, entrevista a Marina Toledo, diretora Rede Articulando. 28 de março de 2016. Disponível em: <<http://anapress.org/site/2016/03/28/2674/>>

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo: Boitempo, (1993) 2014.

PROMOART, Relatório, 2010. Disponível em: <<http://cnfcp.gov.br/pdf/PROMOART/RELATORIO2010promoart.pdf> >

PRUDENCIO, Ana. O tecer das mãos: Produção artesanal, design e sustentabilidade na Serra Gaúcha. **Dissertação**. Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento Centro Universitário UNIVATES, Lajeado - RS, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social In: **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014, pp. 285-327.

\_\_\_\_\_, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. Em: LANDER, Edgardo (comp.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas**

**Latinoamericanas.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. 2000.

RADA, Yasmín. **El capitalismo dependiente: una propuesta teórica latinoamericana.** Documentos de Trabajo no. 7. Fundación Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos, Caracas, 2014. Disponível em: <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/Venezuela/celarg/20170102043848/pdf\\_373.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/Venezuela/celarg/20170102043848/pdf_373.pdf)> Acesso em: 15/09/2017

RAMBLA, Xavier. ¿Agudiza el desarrollo las desigualdades sociales? **Revista Mexicana de Sociología**, Vol. 65, No. 3, 2003, pp. 665-700 Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3541428>> Acesso em: 1/07/2016

RANGNEKAR, Dwijen, The Socio-Economics of Geographical Indications: A Review of Empirical Evidence from Europe, **UNCTAD-ICTSD Project on IPRs and Sustainable Development Series**, Issue Paper 8, 2004.

REIS, Paula. Políticas nacionais de cultura: O documento de 1975 e a proposta do governo Lula/Gil. **Anais. V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, Bahia, 27 a 29 de maio de 2009, Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19550.pdf>> Acesso em: 22/07/2016

RECENSEAMENTO DO BRAZIL DE 1920 (49 Censo geral da população e 19 da agricultura e das indústrias) **INDÚSTRIA, Modo de organização das empresas. Capital empregado e data da fundação. Força motriz e pessoal em serviço. Período de funcionamento das fabricas. Principaes despesas de custeio. Produção annual**, Volume V. Rio de Janeiro. Ministério de Agricultura, Indústria e Comercio, 1927. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>> Acesso em: 22/07/2017

RIBEIRO, Gabriela. Espaços comerciais de artesanato: apenas um espaço turístico? **Revista História e Cultura**, Franca-SP, v.2, n.2, p.111-136, 2013.

RIBEIRO, René. **Vitalino, um ceramista popular do Nordeste.** Recife, Instituto Joaquim Nabuco de pesquisas sociais, 1972.

RIOS, José Arthur. **Artesanato e desenvolvimento. O caso cearense.** Rio de Janeiro, Serviço Social da Indústria (SESI), Confederação Nacional da Indústria, 1970.

ROBERT, Frédéric (Dir.) **La révolution hippie**, Presses universitaires de Rennes, 2011. Disponível em : <[http://www.pur-editions.fr/couvertures/1297096005\\_doc.pdf](http://www.pur-editions.fr/couvertures/1297096005_doc.pdf)> Acesso em : 2/08/2017

ROCHA, Simone. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 17(2): jul.- dez./2011. pp. 29-40.

ROCHA-PINTO, Sandra. et al. “Tu me ensina a fazer renda, eu te ensino a trabalhar”: a organização do trabalho de uma cooperativa popular. **REGE, São Paulo**, v. 18, n. 1, 2011. pp. 35-51.

RODRIGUES, Leoncio. **Trabalhadores, sindicato e industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

ROLF, Steve. Locating the State: Uneven and Combined Development, the States System and the Political, EM: DESAI, Radhika (ed.) **Theoretical Engagements in Geopolitical Economy Research in Political Economy**, Volume 30A 2015, pp.113 – 153. Disponível em: <<https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/S0161-72302015000030A012>> Acesso em: 7/11/2017

ROSENBERG, Justin. Basic problems in the theory of uneven and combined development. Part II: unevenness and political multiplicity. **Cambridge Review of International Affairs**, Volume 23, 2010, pp. 165 – 189. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09557570903524270>> Acesso em: 7/11/2017

SABEG, Y. ; MEHAIGNERIE, L. **Les oubliés de l'égalité des chances**, Institut Montaigne. 2004 [Online] Available: <<http://www.institutmontaigne.org/fr/publications/les-oublies-de-legalite-des-chances>> Acesso em: 15/04/2016

SÁNCHEZ, Fernando. Los tipos ideales en la práctica: significados y construcciones, aplicaciones. **EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales**. N.º 11, 2006, pp. 11-32. Disponível em <<http://revistas.uned.es/index.php/empiria/article/viewFile/1107/1019>> Acesso em: 1/11/2017

SANTOS, Aline; CRUZ, Antonio. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinariedade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária, **e-cadernos ces** 2, 2008. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/eces/1354>> Acesso em: 13/02/2018

SANTOS, Anselmo; KREIN, Dari e CALIXTRE, Andre. (Org.) **Micro e pequenas empresas: mercado de trabalho e implicação para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_micro\\_pequenasempresas.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_micro_pequenasempresas.pdf)> Acesso em: 23/07/2016

SANTOS, Boaventura de Sousa (Coord.) **Producir para vivir. Los caminos de la producción no capitalista**. México: FCE, 2011.

SANTOS, Jordana de Souza. O papel dos movimentos socioculturais nos “anos de chumbo”. **Baleia na Rede. Revista online do Grupo Pesquisa em Cinema e Literatura**. Vol. 1, nº 6, 2009 pp. 488 – 505. Disponível em: <[http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/BaleianaRede/Edicao06/6c\\_o\\_papel\\_do\\_s\\_movimentos\\_culturais.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/BaleianaRede/Edicao06/6c_o_papel_do_s_movimentos_culturais.pdf)> Acesso em: 7/08/2017

SANTOS, Paula Gabriele Sena dos. A (ultra)periferia do Platô das Guianas: novos planejamentos para novos usos da fronteira Amapá-Guiana francesa (1992-2012). 2013. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá.

SANTOS-ORLANDI, Ariene Angelini dos et al . Perfil de idosos que cuidam de outros idosos em contexto de alta vulnerabilidade social. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 1, e20170013, 2017 . Available from

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452017000100213&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452017000100213&lng=en&nrm=iso)>. access on 07 Nov. 2017.

SASSEN, Saskia. **The Global City: New York, London, Tokyo**. Princeton University Pres, 1991.

SATO, Geni. Indicação Geográfica (IG) para Vinhos no Brasil. **Análises e Indicadores do Agronegócio** v. 8, n. 3, 2013. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-09-2013.pdf>> Acesso em: 23/01/2017

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo y Democracia**. Barcelona, ORBIS, 1988.

SCOKPOL, Teda. **Los Estados y Las revoluciones sociales**. Madrid: Siglo XXI, 1984.

SCRASE, Timothy. Precarious production: Globalisation and artisan labour in the Third World. **Third World Quarterly**, vol. 24, no. 3, 2010; pp. 449-461. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0143659032000084401>> Acesso em: 15/08/2017

SCDECTI - SÃO PAULO, Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação- SDECTI. Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades (SUTACO), **Decreto nº 6.347, de 26 de junho de 1975**. Disponível em: < <http://www.sutaco.sp.gov.br/>> Acesso em: 15 Set. 2015.

SEBRAE, **Artesanato Cearense: Tradição que se renova**. Serviço de apoio às Micro e Pequenas empresas do estado do Ceará, SEBRAE-CE. 2014. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/CE/Anexos/Cat%C3%A1logo%20Artesanato%202014%20Digital%20Baixa.pdf>> access on 05 Nov. 2017.

\_\_\_\_\_, **Pesquisa O Artesão Brasileiro**, Setembro 2013. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/e91d1404887c8d41edfcb441d54bf6de/\\$File/5131.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e91d1404887c8d41edfcb441d54bf6de/$File/5131.pdf)> access on 05 Nov. 2017.

SECONDY, Philippe « Strategies of a Faction of the Extreme Right : The Confederation for the Defense of Shopkeepers and Craftsmen (1987-2001) », **French Politics**, 5 (1), 2007, p. 66-93.

SENETT, Richard. **The Craftsman**. London: Yale University Press. 2008.

SERAINÉ, A. Ressignificação produtiva do setor artesanal na década de 1990: o encontro entre artesanato e empreendedorismo. **Tese de doutorado** – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; LUCENA, Carlos; FERREIRA, Luciana Rodrigues. As relações entre o ensino médio e a educação superior no Brasil: profissionalização e privatização. **Educ. Soc., Campinas** , v. 32, n. 116, p. 839-856, Sept. 2011 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302011000300012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000300012&lng=en&nrm=iso)>. access on 03 Nov. 2017.

SILVA, Emanuelle K. R. A relação entre designers de moda e artesãos na perspectiva da educação emancipatória. Em: **Moda Escola de empreendedores**, v. 11, 2015. pp. 76 – 87.

SILVA, Nelson Valle, **Posição social das ocupações**. Rio de Janeiro, IBGE. 1974.

SILVER, Beverly. **Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SIMON, P. **French National Identity and Integration: Who Belongs to the National Community?** Washington, DC: Migration Policy Institute. 2012.

SINGER, Paul. A Economia Solidária No Governo Federal. **IPEA Mercado de Trabalho 4**, 2004. Disponível em:

<[http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt\\_24c.pdf](http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_24c.pdf)>

Acesso em: 13/02/2018

SIES- Sistema Nacional de Informações em Economia Solidaria. **2do mapeamento nacional de empreendimentos em Economia Solidaria**. SENAES, 2013. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br>>

SKOCPOL, Theda. **Los Estados y las revoluciones sociales: Un análisis comparativo de Francia, Rusia y China**. México, FCE, 1984.

SMITH, A. **La identidad nacional**. Madrid: Trama Editorial, 1997.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro, Editora Bertrand, 1988.

\_\_\_\_\_. Gentrification and Uneven Development. **Economic Geography**, Vol. 58, No. 2 (1982), pp. 139-155.

\_\_\_\_\_. **La nueva frontera urbana: Ciudad revanchista y gentrificación**. Traficantes de Sueños, 2012.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro; Zahar, 1993.

SOLLBERGER, Leila, Artesanato Urbano: do objeto alternativo à alternativa econômica. **Dissertação de mestrado**, Pós-graduação em Antropologia social, Universidade Estadual de Campinas, 1988.

SOLUANGE, François; HIPSZMAN, Marcel. La loi du 20 juillet 1983, première loi d'économie sociale. **RECMA – revue internationale de l'économie sociale**, N ° 29, 2004, pp. 48 – 58.

SORIANO, Cesar. Formación de comercialización y diversificación de mercados comercio exterior y dignificación de los mercados internos. **MEMORIA**: Seminario Iberoamericano de cooperación en Artesanía. Cádiz: comunidad Iberoamericana de la Artesanía, 2001.

SOTELO, Adrián. **La reestructuración del mundo del trabajo, superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo**. México: Editorial Itaca, 2003.

SOUSA, Cleidianne. Os mecanismos de precarização do trabalho no Brasil: terceirização e informalidade do trabalho. **Cadernos CEPEC V. 3 N. 1**. 2014. pp. 5 – 32. Disponível em: <<http://www.ppgeconomia.ufpa.br/pdf1/3Cad1.pdf>> Acesso em: 1/02/2018



SOUZA, Flavio Avanci de. (et. al.) Rastreabilidade E Identificação De Matéria-Prima: Estudo De Caso Em Uma Indústria De Fios. **Anais. XXXII Encontro Nacional De Engenharia De Produção Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social: As Contribuições da Engenharia de Produção** Bento Gonçalves, RS, Brasil, 15 a 18 de outubro de 2012.

STEFANELLY. **Le Syndicalisme**, Les Grandes Centrales Syndicales. Confédération générale de l'artisanat (CGAF). 1962, pp. 41-42. Disponível em : <<http://www.cgaf.fr/cgi-bin/prog/index.cgi?langue=fr&Mcenter=static&TypeListe=historique.html>> Acesso em: 15/06/2017

SULAIMAN, Ibrahim et al. Impact of Creativity to Organizational Competitiveness, **International Journal of Humanities and Social Science**. Vol. 5, No. 8. 2015, pp. 106-113. Disponível em: <[http://www.ijhssnet.com/journals/Vol\\_5\\_No\\_8\\_August\\_2015/14.pdf](http://www.ijhssnet.com/journals/Vol_5_No_8_August_2015/14.pdf)> Accesos em: 5/02/2018

TAYLOR, Nick. Theorising capitalist diversity: The uneven and combined development of labour forms. **Capital & Class**, 2014, Vol. 38 (1) pp. 129–141.

TEJERINA, Benjamin. Las teorías sociológicas del conflicto social; Algunas dimensiones a partir de Karl Marx y George Simmel. **Revista española de investigaciones sociológicas - REIS**, núm. 55. 1991. pp. 47 – 63.

THOMAS, Nicola. HARVEY, David; HAWKINS, Harriet Crafting the Region: Creative Industries and Practices of Regional Space. **Regional Studies**, Vol, 47. No. 1, 2012; pp. 75-88.

TORRES, Olivier. The SME concept of Pierre-André Julien: an analysis in terms of proximity, **Piccola Impresa- Small Business**, 263, 2004. pp. 1-12. Disponível em: <<http://www.oliviertorres.net/travaux/pdf/TORRESINGL.pdf>> Acesso em: 30/10/2017

TOURAINÉ, Alain. **¿Qué es la democracia?** México, FCE. 2001.

\_\_\_\_\_. Los movimientos sociales. **Revista colombiana de sociología** N° 27, 2006. pp. 255-278.

TRINCHERO, Hugo. **Antropología Econômica: ficciones y producciones del hombre econômico**. EUDEBA, Buenos Aires, 1998.

TROTSKY, Leon. **A História da revolução Russa. Volume 1 - A queda do tzarismo**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1977.

UNCTAD, **The challenge of assessing the Creative Economy: towards Informed policy-making**. United Nations. Report 2008.

UNITED NATIONS. **Creative economy report**. 2013, Special Edition. Disponível em: <<https://en.unesco.org/creativity/creative-economy-report-2013>> Acessos em: 4/07/2016

United Nations Statistics Divisions - UNSTATS. **Demographic and Social Statistics**. Population Census Datasets (1995 - Present); [Online] Available: <<http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/dyb/dybcensusdata.htm>> Acesso em: 15/04/2016

VAL, Patrícia, et al. Diversidade cultural e análise regional do artesanato no Brasil sob a ótica da economia criativa. **Anais**, X Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Agosto de 2014. Disponível em: < [http://www.inovarse.org/sites/default/files/T14\\_0167\\_1.pdf](http://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0167_1.pdf)> Acesso em: 12/02/2018

VAN der MEER, T. & TOLSMA, J. Ethnic Diversity and Its Effects on Social Cohesion. **Annual Review of Sociology**, 40, 2014, pp. 459-478.

WEBLEN, Thorstein. The instinct of workmanship and the irksomeness of labor. **The American Journal of Sociology**. 1898, pp. 187 - 201.

VEGA, Daniel. **El campo artesanal: Aporte teórico social y pedagógico**. Tunja: Fundación Universitaria Juan de Castellanos, 2013.

\_\_\_\_\_. “Ethnicity and Craftwork: A Comparative Cross-national Study of the Definition and Classification of Craft”. **International Journal of Humanities and Social Science**. V.6 Núm.8 p.288 - 298 , 2016a

\_\_\_\_\_. “Campo artesanal e produção acadêmica: Artesanato e artesãos no Brasil”. **Revista Cesumar (Ciências Humanas E Sociais Aplicadas)** v.21 núm.2, 2016b, pp. 385 – 405.

VEGA, D. e CUNHA, L. Distinción, comercio y solidaridad una interpretación desde las Indicaciones Geográficas. In: II SENESTS, **Anais...** Ponta Grossa: UEPG, 2015. p. 1-12.

VIDAL, Lux. '**Galibi-Marworno**', **Povos Indígenas do Brasil**, Instituto Socioambiental: São Paulo, 2000. Disponível em : <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/galibi-marworno/>> Acesso em: 20/11/2017

VIGUERIE, Paul de. **La réduction des inégalités territoriales: quelle politique nationale d'aménagement du territoire**. Journal officiel de la république française, 2013. Disponível em : <[http://www.lecese.fr/sites/default/files/pdf/Rapports/2013/2013\\_26\\_inegalites\\_territoriales.pdf](http://www.lecese.fr/sites/default/files/pdf/Rapports/2013/2013_26_inegalites_territoriales.pdf)> Acesso em: 15/11/2017

WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno sistema mundial. Vol. 3. La segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

WIEVIORKA, Michel. El conflicto social, **Sociopedia.isa**, Asociación Internacional de Sociología. 2010. pp. 1-10 Disponível em : <<http://www.sagepub.net/isa/resources/pdf/Social%20Conflict%20-%20Spanish.pdf>> Acesso em: 15/02/2018

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

WOLF, E. **Europa y la gente sin historia**. México: F.C.E. 1987.

WOLOCHEN, Ana. Circulação de artefatos artesanais: as interações entre a Cooperativa de Artesanato do Oeste e Sudeste do Paraná e o Programa Trinacional Ñandeva em Foz de Iguaçu – PR. **Dissertação**, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

ZARCA, Bernard. Artisanat et trajectoires sociales. Em: **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 29, septembre 1979. Les classes-enjeux. pp. 3-26; Disponível em : <[http://www.persee.fr/doc/arss\\_0335-5322\\_1979\\_num\\_29\\_1\\_2646](http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1979_num_29_1_2646)> Acesso em: 14/06/2017

\_\_\_\_\_. Constitution et organisation de l'artisanat dans la France contemporaine. Em: **Économie rurale**. N°169, 1985. pp. 9-13; Disponível em: <[http://www.persee.fr/doc/ecoru\\_0013-0559\\_1985\\_num\\_169\\_1\\_3183](http://www.persee.fr/doc/ecoru_0013-0559_1985_num_169_1_3183)> Acesso em: 15/06/2017

\_\_\_\_\_. L'artisanat. La plus populaire des classes moyennes ? Em: **Vingtième Siècle, revue d'histoire**, n°37, 1993. Les classes moyennes. pp. 55-68; Disponível em : <[http://www.persee.fr/doc/xxs\\_0294-1759\\_1993\\_num\\_37\\_1\\_2642](http://www.persee.fr/doc/xxs_0294-1759_1993_num_37_1_2642)> Acesso em: 15/06/2017

ZEMELMAN, Hugo. **Horizontes de la Razón**: Barcelona: Anthropos, 1990.

ŽIŽEK, Slavoj. Deleuze. GIORGI, Gabriel, RODRÍGUEZ, Fermín (Comp.) **Ensayos sobre biopolítica. Excesos de vida: Michel Foucault; Gilles Deleuze; Slavoj Žižek**. Buenos Aires: Paidós, 2007. pp. 141 – 186.

ŽIŽEK, Slavoj ¿Lucha de clases o posmodernismo? ¡Sí, por favor! BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ŽIŽEK, Slavoj. **Contingencia, hegemonía, universalidad. Diálogos contemporáneos en la izquierda**. Buenos Aires: FCE, 2011 pp. 95-139.

#### Notas: (Gráfico 2.9 página 199)

- (1) Poterie traditionnelle dans un marché local en Provence, France Disponível em : <[https://fr.123rf.com/photo\\_15603385\\_poterie-traditionnelle-dans-un-march-local-en-provence-france.html](https://fr.123rf.com/photo_15603385_poterie-traditionnelle-dans-un-march-local-en-provence-france.html)> Acesso em : 20/08/2017
- (2) Demi-Lune, small editions, MORBU. Disponível em : <<http://www.morbu.fr/en/demi-lune/>> Acesso em : 20/08/2017
- (3) Coloré poterie à traditionnel provençal motifs à marcher, France. <<https://www.fotosearch.fr/CSP994/k15815625/>> Acesso em : 22/08/2017
- (4) "VEILED LADIES" pièce emblématique de RÉVÉLATIONS 3 par Daphné Corregan® Disponível em : <<https://www.revelations-grandpalais.com/fr/presse-actualites/galerie-photos/>> Acesso em : 20/08/2017
- (5) VASO RAKÚ TRADICIONAL. Ateliê Margareth Linhares, Itatiba - SP. Disponível em : <<https://www.ateliemargarethlinhares.com/product-page/vaso-rak%C3%BA-tradicional>> Acesso em : 22/08/2017
- (6) Artesanato Cuiabá. Cultura tradicional e riquezas de Cuiabá são retratadas em artesanatos. Disponível em : <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2012/04/cultura-tradicional-e-riquezas-de-cuiaba-sao-retratadas-em-artesanatos.html>> Acesso em : 20/08/2017
- (7) Artesanato indígena do Vale do Jequitinhonha, Belo Horizonte, MG. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/6122149467082828/>> Acesso em : 22/08/2017
- (8) Pratinhos em cerâmica: Dircéia Braga. **O Sol é lindeiro, Artesanato e Identidade dos Municípios ao Lago de Itaipu**. Editora: Parque de Itaipu. 2011, p. 34.

## APÊNDICE A - ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS (ACP)<sup>77</sup>

*A finalidade desta técnica é reduzir informação a partir da formação de novas dimensões, num conjunto de variáveis observadas. As novas variáveis obtidas recebem o nome de componentes. O módulo “Categorias” do programa SPSS tem uma técnica denominada “Análise de componentes Principais Categóricas”, que permite utilizar variáveis com qualquer nível de medida (numéricas ou categóricas). As opções predeterminadas utilizam a análise com as duas primeiras dimensões, uma análise gráfica da informação e concentram-se na utilização do mesmo tipo de escalamento. De forma geral se expõe a técnica a continuação:*

- **Objetivo:**

O objetivo da análise de componentes principais é identificar dimensões, ou variáveis latentes (componentes) que expliquem as relações entre variáveis observadas. A identificação de novas dimensões permite diminuir o número de variáveis de um instrumento de medida.

- **Caraterísticas da análise de Componentes:**

A análise de componentes realiza-se diante pesquisa descritiva e interdependente. O número de variáveis incluídas na análise pode ser de mais de duas, medidas em diferentes escalas, seja nominal, ordinal ou por intervalo. A base de dados deve conter três casos válidos no mínimo, e os dados devem ser inteiros e positivos.

- **Pressupostos da análise de componentes:**

A análise de componentes principais categórico possui uma relativa liberdade frente a pressupostos, pois os dados podem estar medidos em qualquer escala, o importante é a existência de associação ou covariação entre variáveis.

- **A estimação dos componentes – transformações:**

No primer lugar, organizam-se as variáveis, tendo em conta que podem ser de qualquer medida. Para o caso dos dados utilizados nesta pesquisa, a medida principal das variáveis é numérica, assim, a organização das variáveis é utilizada como se fossem intervalos espaceados uniformemente.

No segundo lugar, as variáveis originais são transformadas a “escalamento ótimo”, é dizer redimensiona-se em função de novas medidas dadas pelo peso no conjunto e correlacionado entre as variáveis. No caso dos dados utilizados nas variáveis numéricas, a associação dos dados relaciona-se com a covariação das categorias, seja esta positiva ou negativa dependendo da tendência.

No terceiro lugar, geram-se novos componentes desde a variabilidade das variáveis escaladas otimamente. Neste caso, se utiliza um número “a priori” ou determinado de duas dimensões para

---

<sup>77</sup> Resumo baseado no texto: MORALES, Jacob. Aplicación e interpretación de técnicas de reducción de datos según escalamiento óptimo. **Tese**. Departamento de Sociología, Universidad de Chile, 2004.

a análise nesta pesquisa, tendo em conta que a análise de escalamento ótimo utiliza igual número de dimensões para igual número de variáveis.

No quarto lugar, selecionam-se os componentes que apresentem as maiores variações. A utilidade destes dados é sua relativa facilidade para a análise conjunto de variáveis, o que permite ser compreendido nas relações de variáveis de pesos similares nas gráficas.

- Análise de tabelas e gráficos:

Como resultado dos dados analisados no programa SPSS, aparecem as seguintes tabelas:

*Historial de iteraciones:* o número de iterações pode entender-se como a repetição da posição dos centroides de cada variável que permite ajustar todas as variáveis a um centro comum para sua explicação, esse centro comum é bidimensional neste caso (0,0), permitindo assim uma agrupação proporcional em cada dimensão. A perda explica o peso ajustado a cada variável produzido pela modificação dos pesos no conjunto.

*Resumen del Modelo:* indica o número de dimensões, que de forma predeterminada é 2. O Alpha de Cronbach indica o grau de fiabilidade da consistência interna das correlações, seu valor varia entre 0 e 1, onde 0 significa pouca fiabilidade e 1 completa fiabilidade. A variação explicada procura definir a dimensão que explica a maior parte da variação total, ou do conjunto das variáveis analisadas. Nesse sentido aparece a primeira dimensão com a percentagem maior de explicação, e o valor dessa percentagem.

*Correlaciones de las Variables transformadas:* A tabela apresenta o número de correlação de Pearson ( $r$ ) para cada variável, tendo em conta seu peso em cada dimensão. A força de correlação é medida entre 0 e 1, onde existe maior correlação quando o número se encontra entre 0.7 e 1, força de correlação média entre 0.4 e 0.6, e menor correlação com número menor a 0.3.

*Saturación de componentes:* A tabela de saturação de componentes explica o coeficiente de saturação ou peso gerado de cada variável em cada dimensão, definindo o peso relativo no espaço bidimensional do novo peso de cada variável.

*Gráfico:* O gráfico da análise de componentes principais apresenta a posição de cada variável frente à saturação dos componentes, tendo em conta sua dispersão espacial em duas dimensões. Nesse sentido, a agrupação e peso de cada indivíduo define-se em relação conjunta dos novos componentes, gerando assim um espaço correspondente ao peso correlacionado entre o conjunto de variáveis utilizadas. Assim, se a posição (ponto ou coordenada) do indivíduo (por exemplo, UF) encontra-se cerca da saturação (linha) do componente, isso explica seu maior peso nessa variável, mas é um peso redimensionado, válido em sua explicação desde o conjunto de variáveis utilizadas e não como valor individual próprio.

## APÊNDICE B - ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS: DISTRIBUIÇÃO DE ARTESÃOS E ARTESANATO NO BRASIL, 2010.

Dados utilizados para análise por UF.

|           | <b>a</b> | <b>B</b> |           | <b>a</b> | <b>b</b> |           | <b>a</b> | <b>b</b> |
|-----------|----------|----------|-----------|----------|----------|-----------|----------|----------|
| <b>AC</b> | 0,21     | 81,82    | <b>MA</b> | 1,71     | 59,91    | <b>RJ</b> | 3,03     | 93,48    |
| <b>AL</b> | 0,51     | 84,31    | <b>MG</b> | 9,29     | 82,18    | <b>RN</b> | 1,37     | 83,23    |
| <b>AM</b> | 0,91     | 67,74    | <b>MS</b> | 2,18     | 82,28    | <b>RO</b> | 0,39     | 82,69    |
| <b>AP</b> | 0,18     | 93,75    | <b>MT</b> | 2,08     | 65,96    | <b>RR</b> | 0,15     | 80       |
| <b>BA</b> | 4,39     | 87,05    | <b>PA</b> | 2,92     | 83,33    | <b>RS</b> | 13,97    | 82,49    |
| <b>CE</b> | 6,6      | 83,7     | <b>PB</b> | 1,62     | 73,99    | <b>SC</b> | 6        | 82,37    |
| <b>DF</b> | 1,72     | 100      | <b>PE</b> | 1,82     | 80,54    | <b>SE</b> | 1,31     | 88       |
| <b>ES</b> | 0,9      | 89,74    | <b>PI</b> | 1,07     | 58,04    | <b>SP</b> | 22,55    | 82,17    |
| <b>GO</b> | 4,99     | 71,54    | <b>PR</b> | 7,74     | 72,43    | <b>TO</b> | 0,38     | 58,27    |

a. Porcentagem de artesãos frente ao número total do grupo ocupacional. IBGE, Censo Demogr. 2010.

b. Porcentagem dos municípios com presença de artesanato frente ao total de municípios. Perfil dos Municípios IBGE, 2010.

| Resumen del modelo |                  |                     |                  | Correlaciones de las Variables transformadas |          |                |
|--------------------|------------------|---------------------|------------------|----------------------------------------------|----------|----------------|
| Dimensión          | Alfa de Cronbach | Varianza explicada  |                  |                                              | Artesãos | Artesanato Pr. |
|                    |                  | Total (Autovalores) | % de la varianza |                                              |          |                |
| 1                  | ,125             | 1,067               | 53,352           | Artesãos                                     | 1,000    | ,067           |
| 2                  | -,145            | ,933                | 46,648           | Artesanato Pr.                               | ,067     | 1,000          |
| Total              | 1,000            | 2,000               | 100,000          | Dimensión                                    | 1        | 2              |
|                    |                  |                     |                  | Autovalores                                  | 1,067    | ,933           |

| Historial de iteraciones |                    |            |         |                          |                                                        | Saturaciones en componentes |      |       |
|--------------------------|--------------------|------------|---------|--------------------------|--------------------------------------------------------|-----------------------------|------|-------|
| Número de iteraciones    | Varianza explicada |            | Pérdida |                          |                                                        | Dimensión                   |      |       |
|                          | Total              | Incremento | Total   | Coordenadas de centroide | Restricción del centroide a las coordenadas del vector | 1                           | 2    |       |
| 0 <sup>a</sup>           | 2                  | 0          | 2       | 1,70761                  | 0,29239                                                | Artesãos                    | ,728 | ,685  |
| 1 <sup>b</sup>           | 2                  | 0          | 2       | 1,71663                  | 0,28337                                                | Artesanato Pr.              | ,732 | -,681 |

a. La iteración 0 muestra los estadísticos de la solución con todas las variables, excepto las variables con un nivel de escalamiento óptimo nominal múltiple, consideradas como numéricas.

b. Se ha detenido el proceso de iteración debido a que se ha alcanzado el valor de la prueba para la convergencia.

## APÊNDICE C - GLOSSÁRIO DAS VARIÁVEIS

**IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal:** Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais.

### EDUCAÇÃO

**Taxa de analfabetismo da população de 11 a 14 anos de idade:** Razão entre a população de 11 a 14 anos de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.

**Percentual da população de 18 anos ou mais com fundamental (médio, superior) completo:** Razão entre as pessoas de 18 anos ou mais que completaram o ensino fundamental (médio, superior) em qualquer das modalidades (curso regular seriado e não seriado, Ensino de Jovens e Adultos - EJA - e supletivo) e a população total nessa faixa etária, multiplicado por 100.

### RENDIA

**Renda per capita:** Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores em reais de 01/agosto de 2010.

**Proporção de extremamente pobres:** Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

**Proporção de pobres:** Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

**Proporção de vulneráveis à pobreza:** Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

**Índice de Theil – L:** Mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, excluídos aqueles com renda domiciliar per capita nula. É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica da renda domiciliar per capita dos indivíduos, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre eles e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo.

**Índice de Gini:** Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda domiciliar per capita de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda). O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

### TRABALHO

**Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais:** Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais formalmente ocupadas e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária multiplicado por 100. Foram considerados como formalmente ocupados os empregados com carteira de trabalho assinada, os militares do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros, os empregados pelo regime jurídico dos funcionários públicos, assim como os empregadores e trabalhadores por conta própria que eram contribuintes de instituto de previdência oficial.

**Percentual dos ocupados no setor (serviços):** Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais de idade ocupadas no setor (de serviços) e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária, multiplicada por 100.

**Percentual de ocupados de 18 anos ou mais que são trabalhadores (por conta própria):** Razão entre o número de trabalhadores (por conta própria) de 18 anos ou mais de idade e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária, multiplicada por 100.

## VULNERABILIDADE

**% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos:** Razão entre as pessoas que vivem em domicílios vulneráveis à pobreza (com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo de agosto de 2010) e nos quais pelo menos metade da renda domiciliar provém de moradores com 65 anos ou mais de idade e a população total que reside em domicílios vulneráveis à pobreza e com pelo menos uma pessoa idosa multiplicado por 100. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

**% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza:** Razão entre as pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis à pobreza e a população vulnerável à pobreza nessa mesma faixa etária (15 a 24 anos), multiplicado por 100. Define-se como vulnerável à pobreza a pessoa que mora em domicílio com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo de agosto de 2010. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

**% de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos:** Razão entre o número de mulheres que são responsáveis pelo domicílio, não têm o ensino fundamental completo e têm pelo menos 1 filho de idade inferior a 15 anos morando no domicílio e o número total de mulheres chefes de família com filho menor de 15 anos de idade, multiplicado por 100. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

**% de pessoas vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho:** Razão entre as pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade que vivem em domicílios vulneráveis à pobreza (com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo de agosto de 2010) e que gastam mais de uma hora em deslocamento até o local de trabalho e o total de pessoas ocupadas nessa faixa etária que vivem em domicílios vulneráveis à pobreza e que retornam diariamente do trabalho, multiplicado por 100.

## POPULAÇÃO

**População total em domicílios particulares permanentes:** População residente em domicílios particulares permanentes. Exclui os residentes em domicílios coletivos, como pensões, hotéis, prisões, quartéis, hospitais.

**PEA - 10 anos ou mais:** População economicamente ativa. Corresponde ao número de pessoas nessa faixa etária que, na semana de referência do Censo, encontravam-se ocupadas no mercado de trabalho ou que, encontrando-se desocupadas, tinham procurado trabalho no mês anterior à data da pesquisa.



**APÊNDICE D - ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS: DISTRIBUIÇÃO DE ARTESÃOS, IDH, ÍNDICE DE GINI, EMPRESAS POR UF, PARTICIPAÇÃO NO PIB, NO BRASIL.**

Dados utilizados para análise por UF.

| UF | Total Grupo Ocupacional | Número de Artesãos | IDH  | Índice de GINI | Número de unidades locais | Participação no PIB por UF | Presença artesanato |
|----|-------------------------|--------------------|------|----------------|---------------------------|----------------------------|---------------------|
| RO | 0,78                    | 0,39               | 0,69 | 0,465          | 0,614                     | 0,67                       | 82,69               |
| AC | 0,27                    | 0,21               | 0,66 | 0,474          | 0,166                     | 0,22                       | 81,82               |
| AM | 1,31                    | 0,91               | 0,67 | 0,478          | 0,605                     | 1,46                       | 67,74               |
| RR | 0,17                    | 0,15               | 0,71 | 0,49           | 0,115                     | 0,17                       | 80                  |
| PA | 3,06                    | 2,92               | 0,65 | 0,472          | 1,387                     | 2,07                       | 83,33               |
| AP | 0,30                    | 0,18               | 0,71 | 0,445          | 0,153                     | 0,24                       | 93,75               |
| TO | 0,63                    | 0,38               | 0,70 | 0,5            | 0,493                     | 0,44                       | 58,27               |
| MA | 2,35                    | 1,71               | 0,64 | 0,545          | 1,177                     | 1,34                       | 59,91               |
| PI | 1,16                    | 1,07               | 0,65 | 0,566          | 0,838                     | 0,59                       | 58,04               |
| CE | 3,20                    | 6,60               | 0,68 | 0,487          | 2,632                     | 2,05                       | 83,7                |
| RN | 1,24                    | 1,37               | 0,68 | 0,521          | 1,033                     | 0,90                       | 83,23               |
| PB | 1,33                    | 1,62               | 0,66 | 0,514          | 1,086                     | 0,88                       | 73,99               |
| PE | 3,10                    | 1,82               | 0,67 | 0,463          | 2,493                     | 2,67                       | 80,54               |
| AL | 1,03                    | 0,51               | 0,63 | 0,474          | 0,729                     | 0,67                       | 84,31               |
| SE | 0,81                    | 1,31               | 0,67 | 0,562          | 0,574                     | 0,63                       | 88                  |
| BA | 5,72                    | 4,39               | 0,66 | 0,559          | 4,489                     | 3,82                       | 87,05               |
| MG | 11,23                   | 9,29               | 0,73 | 0,422          | 10,753                    | 9,19                       | 82,18               |
| ES | 2,02                    | 0,90               | 0,74 | 0,41           | 1,960                     | 2,44                       | 89,74               |
| RJ | 8,64                    | 3,03               | 0,76 | 0,489          | 7,346                     | 11,48                      | 93,48               |
| SP | 24,79                   | 22,55              | 0,78 | 0,394          | 31,574                    | 32,08                      | 82,17               |
| PR | 6,56                    | 7,74               | 0,75 | 0,399          | 8,018                     | 5,83                       | 72,43               |
| SC | 4,79                    | 6,00               | 0,77 | 0,375          | 5,538                     | 4,04                       | 82,37               |
| RS | 7,39                    | 13,97              | 0,75 | 0,388          | 8,422                     | 6,32                       | 82,49               |
| MS | 1,48                    | 2,18               | 0,73 | 0,491          | 1,234                     | 1,24                       | 82,28               |
| MT | 1,76                    | 2,08               | 0,73 | 0,466          | 1,655                     | 1,84                       | 65,96               |
| GO | 3,83                    | 4,99               | 0,74 | 0,438          | 3,141                     | 2,82                       | 71,54               |
| DF | 1,08                    | 1,72               | 0,82 | 0,57           | 1,776                     | 3,90                       | 100                 |

| Variável                         | Ano  | Fonte                                                                                                                                                  |
|----------------------------------|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Grupo Ocupacional                | 2010 | IBGE/Censo Demográfico 2010.                                                                                                                           |
| Artesãos                         | 2010 | IBGE/Censo Demográfico 2010.                                                                                                                           |
| Índice de Desenvolvimento Humano | 2010 | PNUD – Brasil. Calculo sob dados do Censo 2010.<br><a href="http://www.atlasbrasil.org.br">http://www.atlasbrasil.org.br</a>                           |
| Índice Gini                      | 2013 | Índice de Gini da renda domiciliar per capita segundo Município – Brasil. Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010.                                          |
| Empresas                         | 2014 | IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Metodologia das Estatísticas de Empresas, Cadastros e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2014.  |
| Participação no PIB              | 2012 | Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus SUFRAMA. |

**Resumen del modelo**

| Dimensión | Alfa de Cronbach  | Varianza explicada  |                  |
|-----------|-------------------|---------------------|------------------|
|           |                   | Total (Autovalores) | % de la varianza |
| 1         | ,938              | 4,584               | 76,407           |
| 2         | -,173             | ,874                | 14,560           |
| Total     | ,980 <sup>a</sup> | 5,458               | 90,967           |

a. El Alfa de Cronbach Total está basado en los autovalores totales.

**Historial de iteraciones**

|                 | Varianza explicada |            | Pérdida |                          |                                                        |
|-----------------|--------------------|------------|---------|--------------------------|--------------------------------------------------------|
|                 | Total              | Incremento | Total   | Coordenadas de centroide | Restricción del centroide a las coordenadas del vector |
| 0 <sup>a</sup>  | 5,21721            | ,00001     | 6,78279 | 5,53665                  | 1,24614                                                |
| 29 <sup>b</sup> | 5,45800            | ,00001     | 6,54200 | 5,49777                  | 1,04423                                                |

a. La iteración 0 muestra los estadísticos de la solución con todas las variables, excepto las variables con un nivel de escalamiento óptimo nominal múltiple, consideradas como numéricas.

b. Se ha detenido el proceso de iteración debido a que se ha alcanzado el valor de la prueba para la convergencia.

**Correlaciones de las Variables transformadas**

|                            | Gr. Oc. | Art.  | IDH   | GINI  | Empr. | PIB  |
|----------------------------|---------|-------|-------|-------|-------|------|
| Total Grupo Ocupacional    | -       |       |       |       |       |      |
| Número de Artesãos         | ,880    | -     |       |       |       |      |
| IDH                        | ,353    | ,436  | -     |       |       |      |
| Índice de GINI             | -,539   | -,690 | -,657 | -     |       |      |
| Número de unidades locais  | ,930    | ,897  | ,519  | -,709 | -     |      |
| Participação no PIB por UF | ,932    | ,871  | ,544  | -,654 | ,935  | -    |
| Dimensão                   | 1       | 2     | 3     | 4     | 5     | 6    |
| Autovalores                | 4,584   | ,874  | ,330  | ,119  | ,058  | ,034 |

**Saturaciones en componentes**

|                            | Dimensión |       |
|----------------------------|-----------|-------|
|                            | 1         | 2     |
| Total Grupo Ocupacional    | ,911      | -,366 |
| Número de Artesãos         | ,929      | -,189 |
| IDH                        | ,634      | ,706  |
| Índice de GINI             | -,798     | -,409 |
| Número de unidades locais  | ,968      | -,137 |
| Participação no PIB por UF | ,957      | -,139 |

Normalización principal por variable.

Principal Components Analysis. Version 1.1 by Data Theory Scaling System Group (DTSS) Faculty of Social and Behavioral Sciences, Leiden University, The Netherlands. IBM, Statistics, SPSS 19.

**APÊNDICE E - ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS: ARTESÃOS E TRABALHO: POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO.**

### Historial de iteraciones

| Número de iteraciones | Varianza explicada |            | Pérdida |                          |                                                        |
|-----------------------|--------------------|------------|---------|--------------------------|--------------------------------------------------------|
|                       | Total              | Incremento | Total   | Coordenadas de centroide | Restricción del centroide a las coordenadas del vector |
| 0                     | 6,24253            | ,00000     | 9,75747 | 7,72431                  | 2,03316                                                |
| 20                    | 6,71818            | ,00001     | 9,28182 | 7,54707                  | 1,73475                                                |

### Correlaciones de las Variables transformadas

|              | Grup. Ocup. | Artesãos | Com Carteira | Sem Carteira | Set. Público | Conta Prop. | Empregadores | Formalidade |
|--------------|-------------|----------|--------------|--------------|--------------|-------------|--------------|-------------|
| Grup. Ocup.  | 1,000       |          |              |              |              |             |              |             |
| Artesãos     | ,876        | 1,000    |              |              |              |             |              |             |
| Com Carteira | ,433        | ,534     | 1,000        |              |              |             |              |             |
| Sem Carteira | -,410       | -,542    | -,912        | 1,000        |              |             |              |             |
| Set. Público | -,627       | -,633    | -,301        | ,243         | 1,000        |             |              |             |
| Conta Prop.  | ,137        | ,043     | -,538        | ,410         | -,232        | 1,000       |              |             |
| Empregadores | ,380        | ,530     | ,859         | -,852        | -,273        | -,252       | 1,000        |             |
| Formalidade  | ,407        | ,551     | ,976         | -,952        | -,220        | -,552       | ,868         | 1,000       |
| Dimensión    | 1           | 2        | 3            | 4            | 5            | 6           | 7            | 8           |
| Autovalores  | 4,747       | 1,972    | ,561         | ,420         | ,133         | ,114        | ,046         | ,008        |

## Resumen del modelo

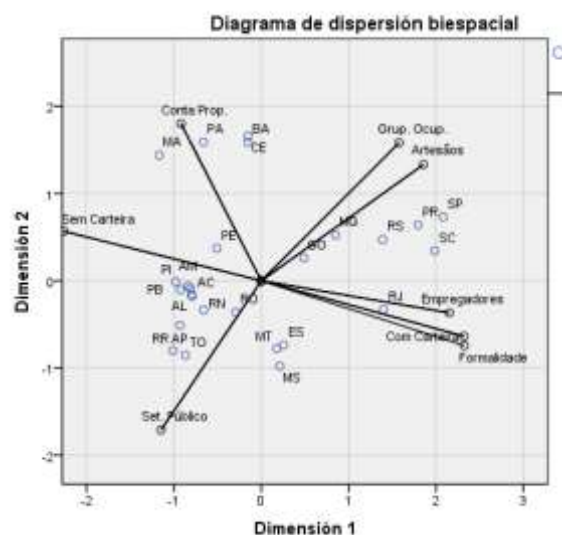
| Dimensión | Alfa de Cronbach  | Varianza explicada  |                  |
|-----------|-------------------|---------------------|------------------|
|           |                   | Total (Autovalores) | % de la varianza |
| 1         | ,902              | 4,747               | 59,333           |
| 2         | ,563              | 1,972               | 24,644           |
| Total     | ,973 <sup>a</sup> | 6,718               | 83,977           |

a. El Alfa de Cronbach Total está basado en los autovalores totales.

### Saturaciones en componentes

|              | Dimensão |       |
|--------------|----------|-------|
|              | 1        | 2     |
| Grup. Ocup.  | ,643     | ,645  |
| Artesãos     | ,756     | ,543  |
| Com Carteira | ,945     | -,259 |
| Sem Carteira | -,921    | ,232  |
| Set. Público | -,467    | -,698 |
| Conta Prop.  | -,374    | ,734  |
| Empregadores | ,877     | -,150 |
| Formalidade  | ,946     | -,303 |

Normalización principal por variable.



Principal Components Analysis. Version 1.1 by Data Theory Scaling System Group (DTSS) Faculty of Social and Behavioral Sciences, Leiden University, The Netherlands. IBM, Statistics, SPSS 19.

## APÊNDICE F - ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS: ARTESANATO E TRABALHO: POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO.

**Historial de iteraciones**

|                       | Varianza explicada |            | Pérdida |                          |                                                        |
|-----------------------|--------------------|------------|---------|--------------------------|--------------------------------------------------------|
|                       |                    |            |         |                          | Restricción del centroide a las coordenadas del vector |
| Número de iteraciones | Total              | Incremento | Total   | Coordenadas de centroide |                                                        |
| 0                     | 6,21163            | ,00001     | 9,78837 | 6,23011                  | 3,55825                                                |
| 23                    | 6,99893            | ,00001     | 9,00107 | 5,57730                  | 3,42377                                                |

**Correlaciones de las Variables transformadas**

|              | Com<br>Carteira | Sem<br>Carteira | Set.<br>Público | Conta<br>Prop. | Empregadores | Formalidade | Artesanato | Centro<br>Art. |
|--------------|-----------------|-----------------|-----------------|----------------|--------------|-------------|------------|----------------|
| Com Carteira | 1,000           | -,918           | -,170           | -,485          | ,857         | ,974        | ,105       | ,217           |
| Sem Carteira | -,918           | 1,000           | ,140            | ,406           | -,860        | -,957       | -,109      | -,211          |
| Set. Público | -,170           | ,140            | 1,000           | -,425          | -,179        | -,090       | -,729      | -,694          |
| Conta Prop.  | -,485           | ,406            | -,425           | 1,000          | -,143        | -,503       | ,552       | ,444           |
| Empregadores | ,857            | -,860           | -,179           | -,143          | 1,000        | ,875        | ,341       | ,416           |
| Formalidade  | ,974            | -,957           | -,090           | -,503          | ,875         | 1,000       | ,093       | ,209           |
| Artesanato   | ,105            | -,109           | -,729           | ,552           | ,341         | ,093        | 1,000      | ,952           |
| Centro Art.  | ,217            | -,211           | -,694           | ,444           | ,416         | ,209        | ,952       | 1,000          |
| Dimensión    | 1               | 2               | 3               | 4              | 5            | 6           | 7          | 8              |
| Autovalores  | 4,084           | 2,914           | ,485            | ,338           | ,086         | ,049        | ,033       | ,010           |

**Resumen del modelo**

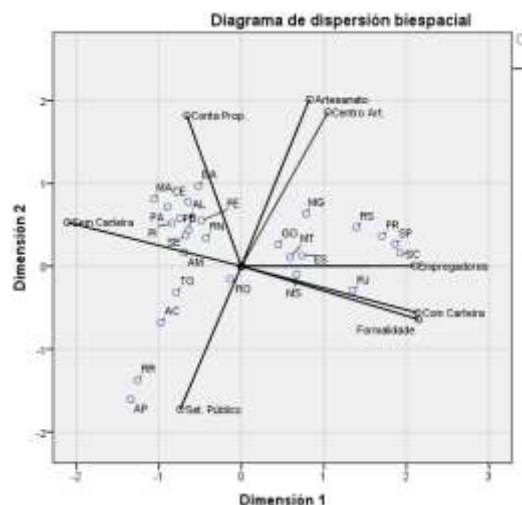
| Dimensión | Alfa de<br>Cronbach | Varianza explicada     |                     |
|-----------|---------------------|------------------------|---------------------|
|           |                     | Total<br>(Autovalores) | % de la<br>varianza |
| 1         | ,863                | 4,084                  | 51,056              |
| 2         | ,751                | 2,914                  | 36,431              |
| Total     | ,980 <sup>a</sup>   | 6,999                  | 87,487              |

a. El Alfa de Cronbach Total está basado en los autovalores totales.

**Saturaciones en componentes**

|              | Dimensión |       |
|--------------|-----------|-------|
|              | 1         | 2     |
| Com Carteira | ,947      | -,250 |
| Sem Carteira | -,935     | ,235  |
| Set. Público | -,327     | -,766 |
| Conta Prop.  | -,292     | ,807  |
| Empregadores | ,930      | ,002  |
| Formalidade  | ,953      | -,285 |
| Artesanato   | ,366      | ,894  |
| Centro Art.  | ,465      | ,824  |

Normalización principal por variable.



Principal Components Analysis. Version 1.1 by Data Theory Scaling System Group (DTSS) Faculty of Social and Behavioral Sciences, Leiden University, The Netherlands. IBM, Statistics, SPSS 19.

## APÊNDICE G - ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS: ARTESÃOS, ARTESANATO E INDÚSTRIA NO BRASIL.

**Historial de iteraciones**

|                       | Varianza explicada |            | Pérdida |                          |                                                        |
|-----------------------|--------------------|------------|---------|--------------------------|--------------------------------------------------------|
|                       |                    |            |         |                          |                                                        |
| Número de iteraciones | Total              | Incremento | Total   | Coordenadas de centroide | Restricción del centroide a las coordenadas del vector |
| 0                     | 4,64335            | ,00001     | 5,35665 | 2,60753                  | 2,74912                                                |
| 35                    | 4,75000            | ,00001     | 5,25000 | 2,25833                  | 2,99167                                                |

**Correlaciones de las Variables transformadas**

|             | Artesanato | Centro Art. | Industria | Grup. Ocup. | Artesãos |
|-------------|------------|-------------|-----------|-------------|----------|
| Artesanato  | 1,000      | ,966        | ,647      | ,838        | ,857     |
| Centro Art. | ,966       | 1,000       | ,715      | ,869        | ,908     |
| Industria   | ,647       | ,715        | 1,000     | ,590        | ,879     |
| Grup. Ocup. | ,838       | ,869        | ,590      | 1,000       | ,824     |
| Artesãos    | ,857       | ,908        | ,879      | ,824        | 1,000    |
| Dimensión   | 1          | 2           | 3         | 4           | 5        |
| Autovalores | 4,251      | ,499        | ,181      | ,044        | ,026     |

**Resumen del modelo**

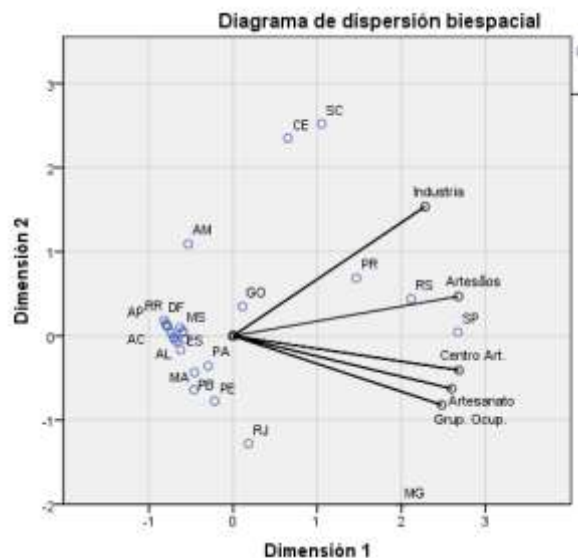
| Dimensión | Alfa de Cronbach  | Varianza explicada  |                  |
|-----------|-------------------|---------------------|------------------|
|           |                   | Total (Autovalores) | % de la varianza |
| 1         | ,956              | 4,251               | 85,021           |
| 2         | -1,256            | ,499                | 9,979            |
| Total     | ,987 <sup>a</sup> | 4,750               | 95,000           |

a. El Alfa de Cronbach Total está basado en los autovalores totales.

**Saturaciones en componentes**

|             | Dimensión |       |
|-------------|-----------|-------|
|             | 1         | 2     |
| Artesanato  | ,940      | -,227 |
| Centro Art. | ,971      | -,148 |
| Industria   | ,825      | ,556  |
| Grup. Ocup. | ,897      | -,297 |
| Artesãos    | ,969      | ,170  |

Normalización principal por variable.



Principal Components Analysis. Version 1.1 by Data Theory Scaling System Group (DTSS) Faculty of Social and Behavioral Sciences, Leiden University, The Netherlands. IBM, Statistics, SPSS 19.

## APÊNDICE H - ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS ARTESÃOS E ARTESANATO EM RELAÇÃO À VULNERABILIDADE NO BRASIL.

**Historial de iteraciones**

| Número de iteraciones | Varianza explicada |            | Pérdida |                          |                                                        |
|-----------------------|--------------------|------------|---------|--------------------------|--------------------------------------------------------|
|                       | Total              | Incremento | Total   | Coordenadas de centroide | Restricción del centroide a las coordenadas del vector |
| 7 <sup>a</sup>        | 5,67171            | ,00000     | 6,32829 | 4,87697                  | 1,45132                                                |

a. Se ha detenido el proceso de iteración debido a que se ha alcanzado el valor de la prueba para la convergencia.

**Resumen del modelo**

| Dimensión | Alfa de Cronbach  | Varianza explicada  |                  |
|-----------|-------------------|---------------------|------------------|
|           |                   | Total (Autovalores) | % de la varianza |
| 1         | ,947              | 4,747               | 79,118           |
| 2         | -,098             | ,925                | 15,411           |
| Total     | ,988 <sup>a</sup> | 5,672               | 94,528           |

a. El Alfa de Cronbach Total está basado en los autovalores totales.

**Correlaciones de las Variables transformadas**

|             | Artesãos | Artesanato | 1     | 2     | 3     | 4     |
|-------------|----------|------------|-------|-------|-------|-------|
| Artesãos    | 1,000    | ,823       | ,798  | ,429  | ,494  | ,536  |
| Artesanato  | ,823     | 1,000      | ,799  | ,667  | ,708  | ,757  |
| 1           | ,798     | ,799       | 1,000 | ,709  | ,736  | ,777  |
| 2           | ,429     | ,667       | ,709  | 1,000 | ,993  | ,971  |
| 3           | ,494     | ,708       | ,736  | ,993  | 1,000 | ,979  |
| 4           | ,536     | ,757       | ,777  | ,971  | ,979  | 1,000 |
| Dimensión   | 1        | 2          | 3     | 4     | 5     | 6     |
| Autovalores | 4,747    | ,925       | ,200  | ,102  | ,022  | ,004  |

**Saturaciones en componentes**

|            | Dimensión |       |
|------------|-----------|-------|
|            | 1         | 2     |
| Artesãos   | ,749      | ,627  |
| Artesanato | ,886      | ,313  |
| 1          | ,900      | ,246  |
| 2          | ,907      | -,413 |
| 3          | ,931      | -,349 |
| 4          | ,951      | -,283 |

Normalización principal por variable.

Principal Components Analysis. Version 1.1 by Data Theory Scaling System Group (DTSS) Faculty of Social and Behavioral Sciences, Leiden University, The Netherlands. IBM, Statistics, SPSS 19.

## APÊNDICE I - ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS REGIÕES E SETORES ARTESANAIS NA FRANÇA.

**Historial de iteraciones**

|                       | Varianza explicada |            | Pérdida |                          |                                                        |
|-----------------------|--------------------|------------|---------|--------------------------|--------------------------------------------------------|
|                       |                    |            |         |                          |                                                        |
| Número de iteraciones | Total              | Incremento | Total   | Coordenadas de centroide | Restricción del centroide a las coordenadas del vector |
| 14 <sup>a</sup>       | 3,03776            | ,00001     | 4,96224 | 4,02523                  | ,93701                                                 |

**Resumen del modelo**

| Dimensión | Alfa de Cronbach  | Varianza explicada  |                  |
|-----------|-------------------|---------------------|------------------|
|           |                   | Total (Autovalores) | % de la varianza |
| 1         | ,542              | 1,684               | 42,112           |
| 2         | ,348              | 1,353               | 33,832           |
| Total     | ,894 <sup>a</sup> | 3,038               | 75,944           |

a. El Alfa de Cronbach Total está basado en los autovalores totales.

**Correlaciones de las Variables transformadas**

|             | ALIMENTAÇÃO | EDIFICAÇÃO | FABRICAÇÃO | SERVIÇOS |
|-------------|-------------|------------|------------|----------|
| ALIMENTAÇÃO | 1,000       | -,152      | ,218       | -,053    |
| EDIFICAÇÃO  | -,152       | 1,000      | -,162      | -,628    |
| FABRICAÇÃO  | ,218        | -,162      | 1,000      | -,413    |
| SERVIÇOS    | -,053       | -,628      | -,413      | 1,000    |
| Dimensión   | 1           | 2          | 3          | 4        |
| Autovalores | 1,684       | 1,353      | ,795       | ,167     |

**Saturaciones en componentes**

|             | Dimensión |       |
|-------------|-----------|-------|
|             | 1         | 2     |
| ALIMENTAÇÃO | -,030     | ,704  |
| EDIFICAÇÃO  | -,776     | -,519 |
| FABRICAÇÃO  | -,405     | ,763  |
| SERVIÇOS    | ,958      | -,076 |

Normalización principal por variable.

Principal Components Analysis. Version 1.1 by Data Theory Scaling System Group (DTSS) Faculty of Social and Behavioral Sciences, Leiden University, The Netherlands. IBM, Statistics, SPSS 19.

**APÊNDICE J - ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS DENSIDADE  
POPULAÇÃO E SETORES ARTESANAIS NA FRANÇA.**

|              |    | R     | D1      | D2     | D3      | D4      | D5      | D6     | D7     | P     |
|--------------|----|-------|---------|--------|---------|---------|---------|--------|--------|-------|
| 2012         |    |       | menos   | 5000 - | 10000 - | 20000 - | 50000 - | 100000 | 200000 | U URB |
|              |    | Rural | de 5000 | 9999   | 19999   | 49999   | 99999   | -      | -      | Paris |
| Alimentation | A1 | 25    | 10      | 8      | 6       | 7       | 7       | 6      | 20     | 11    |
|              | A2 | 23    | 9       | 8      | 6       | 7       | 8       | 6      | 20     | 13    |
|              | A3 | 41    | 9       | 7      | 5       | 7       | 6       | 6      | 15     | 4     |
| Batiment     | B1 | 16    | 4       | 4      | 3       | 5       | 5       | 7      | 15     | 41    |
|              | B2 | 23    | 7       | 8      | 6       | 6       | 8       | 8      | 25     | 8     |
|              | B3 | 43    | 9       | 7      | 5       | 5       | 6       | 6      | 15     | 4     |
|              | B4 | 32    | 8       | 6      | 5       | 6       | 7       | 5      | 20     | 10    |
|              | B5 | 27    | 8       | 6      | 5       | 6       | 7       | 5      | 22     | 14    |
|              | B6 | 27    | 8       | 6      | 5       | 6       | 7       | 5      | 22     | 13    |
| Fabrication  | F1 | 18    | 7       | 5      | 5       | 6       | 6       | 6      | 20     | 28    |
|              | F2 | 44    | 9       | 7      | 5       | 7       | 5       | 6      | 14     | 4     |
|              | F3 | 14    | 6       | 7      | 6       | 7       | 8       | 8      | 28     | 16    |
|              | F4 | 33    | 9       | 8      | 6       | 7       | 7       | 5      | 18     | 7     |
|              | F5 | 26    | 10      | 8      | 6       | 7       | 8       | 7      | 21     | 7     |
|              | F6 | 32    | 8       | 7      | 6       | 6       | 6       | 5      | 19     | 10    |
|              | F7 | 17    | 5       | 6      | 5       | 6       | 8       | 8      | 27     | 18    |
|              | F8 | 29    | 8       | 7      | 6       | 7       | 7       | 7      | 22     | 6     |
|              | F9 | 29    | 8       | 7      | 6       | 8       | 8       | 6      | 21     | 7     |
| Services     | S1 | 22    | 9       | 8      | 6       | 8       | 9       | 7      | 23     | 9     |
|              | S2 | 15    | 6       | 5      | 4       | 5       | 5       | 5      | 22     | 32    |
|              | S3 | 20    | 7       | 7      | 6       | 7       | 8       | 6      | 23     | 14    |
|              | S4 | 17    | 8       | 7      | 6       | 8       | 9       | 7      | 26     | 12    |
|              | S5 | 14    | 8       | 7      | 6       | 7       | 7       | 6      | 27     | 18    |
| Ensemble     |    | 25    | 8       | 7      | 5       | 6       | 7       | 6      | 22     | 14    |

**Alimentation**

- A1 Boulangerie, pâtisserie, chocolaterie, glacerie
- A2 Viandes et poissons
- A3 Autres activités de l'alimentation

**Bâtiment et travaux publics**

- B1 Construction de bâtiments résidentiels
- B2 Génie civil
- B3 Démolition, terrassement, forages et sondages
- B4 Maçonnerie générale, couverture, étanchéification
- B5 Travaux d'installation électrique, plomberie et autres travaux d'installation
- B6 Cloisonnement, Travaux de finition



**Fabrication**

- F1 Textile, habillement, cuir et chaussure
- F2 Travail du bois
- F3 Papier, imprimerie, reproduction
- F4 Matériaux de construction, chimie, verre et céramique
- F5 Travail des métaux
- F6 Fabrication de meubles
- F7 Fabrication d'articles divers
- F8 Réparation et installation de machines et d'équipements industriels
- F9 Récupération

**Services**

- S1 Services automobiles
- S2 Transports
- S3 Activités de réparation, hors automobile
- S4 Soins à la personne
- S5 Autres services

**Historial de iteraciones**

|                       | Varianza explicada |            | Pérdida  |                          |                                                        |
|-----------------------|--------------------|------------|----------|--------------------------|--------------------------------------------------------|
|                       |                    |            |          |                          |                                                        |
| Número de iteraciones | Total              | Incremento | Total    | Coordenadas de centroide | Restricción del centroide a las coordenadas del vector |
| 7 <sup>a</sup>        | 7,19302            | ,00000     | 10,80698 | 9,01187                  | 1,79511                                                |

a. Se ha detenido el proceso de iteración debido a que se ha alcanzado el valor de la prueba para la convergencia.

**Resumen del modelo**

| Dimensión | Alfa de Cronbach  | Varianza explicada  |                  |
|-----------|-------------------|---------------------|------------------|
|           |                   | Total (Autovalores) | % de la varianza |
| 1         | ,851              | 4,100               | 45,558           |
| 2         | ,761              | 3,093               | 34,365           |
| Total     | ,969 <sup>a</sup> | 7,193               | 79,922           |

a. El Alfa de Cronbach Total está basado en los autovalores totales.

**Correlaciones de las Variables transformadas**

|             | R     | D1    | D2    | D3    | D4    | D5    | D6    | D7    | U     |
|-------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| R           | 1,000 | ,594  | ,261  | ,045  | ,021  | -,366 | -,394 | -,741 | -,769 |
| D1          | ,594  | 1,000 | ,731  | ,568  | ,483  | ,184  | -,339 | -,275 | -,713 |
| D2          | ,261  | ,731  | 1,000 | ,860  | ,646  | ,573  | ,172  | ,179  | -,708 |
| D3          | ,045  | ,568  | ,860  | 1,000 | ,731  | ,709  | ,163  | ,465  | -,503 |
| D4          | ,021  | ,483  | ,646  | ,731  | 1,000 | ,660  | ,212  | ,299  | -,400 |
| D5          | -,366 | ,184  | ,573  | ,709  | ,660  | 1,000 | ,452  | ,736  | -,227 |
| D6          | -,394 | -,339 | ,172  | ,163  | ,212  | ,452  | 1,000 | ,501  | ,074  |
| D7          | -,741 | -,275 | ,179  | ,465  | ,299  | ,736  | ,501  | 1,000 | ,284  |
| U           | -,769 | -,713 | -,708 | -,503 | -,400 | -,227 | ,074  | ,284  | 1,000 |
| Dimensión   | 1     | 2     | 3     | 4     | 5     | 6     | 7     | 8     | 9     |
| Autovalores | 4,100 | 3,093 | ,765  | ,402  | ,279  | ,185  | ,100  | ,057  | ,019  |

**Saturaciones en componentes**

|    | Dimensión |       |
|----|-----------|-------|
|    | 1         | 2     |
| R  | -,240     | ,910  |
| D1 | -,724     | ,559  |
| D2 | -,937     | ,079  |
| D3 | -,919     | -,174 |
| D4 | -,811     | -,173 |
| D5 | -,716     | -,596 |
| D6 | -,179     | -,649 |
| D7 | -,282     | -,894 |
| U  | ,716      | -,556 |

Normalización principal por variable.

Principal Components Analysis. Version 1.1 by Data Theory Scaling System Group (DTSS) Faculty of Social and Behavioral Sciences, Leiden University, The Netherlands. IBM, Statistics, SPSS 19.

## APÊNDICE K - GLOSSÁRIO DAS VARIÁVEIS

### Trabalho e Renda

**Médiane du revenu disponible par unité de consommation en 2014, en euros :** Le revenu fiscal par unité de consommation est une mesure des revenus déclarés au fisc (avant abattements) qui tient compte de la taille et de la composition des ménages. La médiane est la valeur du revenu fiscal partageant la population en deux groupes de tailles strictement égales : la moitié de la population gagne plus de ce seuil et l'autre moitié, moins.

**Emploi total (salarié et non salarié) au lieu de travail en 2014 :** L'emploi total comprend l'emploi salarié et l'emploi non salarié. Les séries annuelles d'emploi total sont estimées depuis septembre 2009 avec le dispositif ESTEL (estimations d'emploi localisé) par département, région, statut et secteur d'activité à partir de deux sources principales : les déclarations annuelles de données sociales (DADS) dites « grand format » parce qu'elles incluent les effectifs de la fonction publique d'État et les salariés des particuliers employeurs, auxquelles on ajoute les effectifs des non salariés. L'unité mesurée est le nombre de personnes en emploi. L'emploi est exprimé en nombre de personnes, c'est à dire corrigé de la multi-activité de certains travailleurs.

**Taux de chômage des 15 à 64 ans en 2014 :** Le taux de chômage est le pourcentage de chômeurs dans la population active (actifs occupés + chômeurs). On peut calculer un taux de chômage par âge en mettant en rapport les chômeurs d'une classe d'âge avec les actifs de cette classe d'âge. De la même manière se calculent des taux de chômage par sexe, par PCS, par région, par nationalité, par niveau de diplôme...

### IDH e Educação

**Population non scolarisée de 15 ans ou plus :** Elle comprend les personnes non inscrites dans un établissement d'enseignement.

**IDH Indice de développement humain**<sup>78</sup> : L'indice de développement humain est un instrument de mesure qui ambitionne de déterminer l'état réel des pays de façon plus fine que le PIB ou le PIB en PPA (parité de pouvoir d'achat). Mis au point par le PNUD (programme des Nations Unies pour le Développement) et popularisé par des auteurs proches de cette institution, comme Amartya Sen, l'indice de développement humain a une dimension à la fois économique et sociale. Il prend en compte plusieurs critères pour déterminer le niveau de vie dans un pays donné, aussi bien le PIB par tête (la dimension économique) que le niveau d'instruction et l'espérance de vie (dimension "sociale").

**Indice revenus:** On prend uniquement en compte le PIB par tête, puisque c'est le niveau de vie à l'échelle individuelle que l'on cherche à déterminer.

**Indice éducation :** Cet indice dimensionnel se divise en deux : le niveau d'alphabétisation des adultes et le taux de scolarisation des enfants (les deux indices varient entre 0 et 100%).

**Indice santé :** Elle "raconte" quelque chose de différent par rapport au PIB. En effet, les recherches en démographie ont montré que les améliorations en matière d'espérance de vie, en tant qu'elles dépendaient

<sup>78</sup> MUCHERIE, Mathieu : Indice de développement humain (IDH) Disponível em : <<http://www.melchior.fr/notion/lindice-de-developpement-humain-idh>> Acesso em : 2 Nov. 2017.

des progrès de la science médicale et des mesures de santé publique, ont été en partie indépendantes des changements de revenu réel, au moins en dehors des pays industrialisés.

### **Pobreza e Desigualdade.**

**Taux de pauvreté :** Le taux de pauvreté correspond à la proportion d'individus (ou de ménages) dont le niveau de vie est inférieur pour une année donnée à un seuil, dénommé seuil de pauvreté (exprimé en euros). L'Insee, comme Eurostat et les autres pays européens, mesure la pauvreté monétaire de manière relative alors que d'autres pays (comme les États-Unis ou l'Australie) ont une approche absolue. Dans l'approche en termes relatifs, le seuil de pauvreté est déterminé par rapport à la distribution des niveaux de vie de l'ensemble de la population. On privilégie en Europe le seuil de 60 % du niveau de vie médian.

**Taux de pauvreté au seuil de 40%, 50% e 60% :** Un individu (ou un ménage) est considéré comme pauvre lorsqu'il vit dans un ménage dont le niveau de vie est inférieur au seuil de pauvreté. L'Insee, comme Eurostat et les autres pays européens, mesure la pauvreté monétaire de manière relative alors que d'autres pays (comme les États-Unis ou le Canada) ont une approche absolue. Dans l'approche en termes relatifs, le seuil de pauvreté est déterminé par rapport à la distribution des niveaux de vie de l'ensemble de la population. Eurostat et les pays européens utilisent en général un seuil à 60 % de la médiane des niveaux de vie. La France privilégie également ce seuil, mais publie des taux de pauvreté selon d'autres seuils (40 %, 50 % ou 70 %), conformément aux recommandations du rapport du Cnis sur la mesure des inégalités.

**Taux de bas revenus déclarés au seuil de 40%, 50% e 60% :** Le taux de bas revenus calculé à partir des données CAF couvre leur champ précis (hors étudiants, en excluant les personnes de moins de 65 ans) pour les allocataires du régime général, en Métropole. Il ne comprend pas les régimes spéciaux, notamment le régime agricole. Par contre, il tient compte des personnes vivant en collectivités, ce qui n'est pas le cas de l'enquête Revenus Fiscaux, dont l'unité d'observation est le ménage ordinaire. Ce taux de bas revenus à 60% est obtenu en divisant le nombre de personnes couvertes par les allocations dont le revenu par unité de consommation est sous le seuil par le total des habitants de moins de 65 ans vivant en métropole.

**Indice de Gini :** L'indice (ou coefficient) de Gini est un indicateur synthétique d'inégalités de salaires (de revenus, de niveaux de vie...). Il varie entre 0 et 1. Il est égal à 0 dans une situation d'égalité parfaite où tous les salaires, les revenus, les niveaux de vie... seraient égaux. A l'autre extrême, il est égal à 1 dans une situation la plus inégalitaire possible, celle où tous les salaires (les revenus, les niveaux de vie...) sauf un seraient nuls. Entre 0 et 1, l'inégalité est d'autant plus forte que l'indice de Gini est élevé.